JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga ..... 4
Camara Municipal de Barra do Garças ..... 4
Camara Municipal de Cláudia ..... 10
Camara Municipal de Colíder ..... 11
Camara Municipal de Terra Nova do Norte ..... 11
Camara Municipal de União do Sul ..... 11
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires ..... 12
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 13
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista ..... 13
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 13
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 14
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 89
Prefeitura Municipal de Araguainha ..... 89
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 91
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 91
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 95
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço ..... 105
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 106
Prefeitura Municipal de Barra do Garças ..... 113
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 116
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 121
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 122
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 125
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 127
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 127
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 129
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 130
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 130
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 133
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 144
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 148
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 169
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 170
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 174
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 180
Prefeitura Municipal de Curvelândia ..... 189
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 191
Prefeitura Municipal de Dom Aquino ..... 192
Prefeitura Municipal de Feliz Natal ..... 194
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 194
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 208
Prefeitura Municipal de Jangada ..... 209
Prefeitura Municipal de Jauru ..... 211
Prefeitura Municipal de Juara ..... 213
Prefeitura Municipal de Juruena ..... 213
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 214
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 216
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 216
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 219
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 226
Prefeitura Municipal de Nortelândia ..... 227
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 232

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 234
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 240
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 240
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 241
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 242
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré ..... 291
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 292
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 294
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 295
Prefeitura Municipal de Novo Mundo ..... 295
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 296
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim ..... 297
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 297
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 298
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 300
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião ..... 323
Prefeitura Municipal de Porto Estrela ..... 327
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 328
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 328
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 328
Prefeitura Municipal de Rio Branco ..... 338
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 340
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 345
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 346
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 346
Prefeitura Municipal de Santo Afonso ..... 346
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 347
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 379
Prefeitura Municipal de São José do Povo ..... 380
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 380
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 381
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa ..... 385
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada ..... 386
Prefeitura Municipal de Tabaporã ..... 386
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 400
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 401
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 401
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos ..... 402
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 405

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

**Presidente de Honra:** Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

**Presidente:** Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Mauro Rosa da Silva - Água Boa

**Segundo Vice-Presidente:** Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

**Terceiro Vice-Presidente:** Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

**Quarto Vice-Presidente:** Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

**Quinto Vice-Presidente:** Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

**Secretário Geral:** Adalto José Zago - Apiacás

**Primeiro Secretário:** Altir Antônio Peruzzo - Juína

**Segundo Secretário:** Atail Marques do Amaral - Poconé

**Tesoureiro Geral:** Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

**Primeiro Tesoureiro:** Silvio José de Morais Filho - Araguainha

**Segundo Tesoureiro:** Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

### CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

### SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

## CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

### CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
### RESOLUÇÃO

| PROTOCOLO | RESOLUÇÃO Nº 02/2018 |
|---|---|
| AUTOR: | Luiz Gonçalves de Seixas Filho, Shiguemitu Sato, Sandra Lopes Ferreira, Joilson Nunes Barros, Ilídio da Silva Neto, José Vicente de Carvalho e Abadia de Moura Moraes. |

CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSOS AOS POLICIAIS CIVIS DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.
**ART.1º** - A Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, concede Moção de Aplausos aos Policiais civis do Município e Comarca de Araputanga/MT, pelos relevantes serviços prestados na segurança pública local, sendo destaques em suas atuações, constantes do anexo I deste Projeto de Resolução.
**ART. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
**ART. 3º -** revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, 26 de Janeiro de 2018.
**José Vicente de Carvalho Diego Soares da Silva**
Presidente em Exercício Vice-Presidente em exercício
**Gilmar Ferreira Soares Luiz Gonçalves de Seixas Filho**
1º Secretário em exercício 2º Secretário em exercício
**Joilson Nunes Barros**
Tesoureiro

### CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
### RESOLUÇÃO

| PROTOCOLO | RESOLUÇÃO Nº 01/2018 |
|---|---|
| AUTOR: | Jocelino Ferreira da Silva, Gilmar Ferreira Soares, Diego Soares da Silva e Oswaldo Alvarez de Campos Júnior. |

CONCEDE MOÇÃO DE APLAUSOS AOS POLICIAIS MILITARES DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.
**ART.1º** - A Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, concede Moção de Aplausos aos Policiais Militares do Município e Comarca de Araputanga/MT, pelos relevantes serviços prestados na segurança pública local, sendo destaques em suas atuações, constantes do anexo I deste Projeto de Resolução.
**ART. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
**ART. 3º -** revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, 26 de Janeiro de 2018.
**José Vicente de Carvalho Diego Soares da Silva**
Presidente em Exercício Vice-Presidente em exercício
**Gilmar Ferreira Soares Luiz Gonçalves de Seixas Filho**
1º Secretário em exercício 2º Secretário em exercício
**Joilson Nunes Barros**
Tesoureiro

## CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

### EDITAL COMPLEMENTAR N.º 02/2018

***CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2017***

**EDITAL COMPLEMENTAR N.º 02/2018**

**A Câmara Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n.º 01/2017, no uso de suas atribuições legais,**

**CONSIDERANDO**o julgamento dos recursos e publicação do Gabarito Definitivo das provas objetivas do Concurso Público n.º01/2017 da Câmara Municipal de Barra do Garças,

RESOLVEM:

**1º -** Em atendimento ao Cronograma do Edital de Concurso Público n. 01/2017, **Item 3**, "**O**", da Câmara Municipal de Barra do Garças - MT, **DIVULGAR** o **RESULTADO GERAL DAS PROVAS OBJETIVAS**:

**a) ANEXO I – RESULTADO GERAL DAS PROVAS OBJETIVAS**

**2º -** Nos termos do "Item 11" e seus Subitensdo Edital do Concurso Público n.º 01/2017, da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

**3º** - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Barra do Garças - MT e no endereço eletrônico: **www.barradogarcas.mt.leg.br**, a partir desta data.

**Barra do Garças– MT, 25 de Janeiro de 2018.**

| | |
|---|---|
| **MIGUEL MOREIRA DA SILVA**<br>**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** | **GABRIELA ANDRADE MARTINS**<br>**Presidente da Comissão Organizadora do Concurso** |

**CILMA BALBINO DE SOUSA DINEIA FAUSTINA SANTOS** Secretária da Comissão Organizadora do Concurso Membro da Comissão Organizadora do Concurso

**EDITAL COMPLEMENTAR N.º 02/2018**

**ANEXO I – RESULTADO GERAL DAS PROVAS OBJETIVAS**

| ASSESSOR DE IMPRENSA | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO** | **CANDIDATO** | **CE** | **CG** | **MAT** | **LP** | **NASC** | **PNE** | **TOTAL** | **ORDEM** | **SITUAÇÃO** |
| 1487 | RICARDO CLAYDEMAN DA SILVA BERTOLDO | 30,00 | 8,00 | 4,00 | 12,00 | **25/09/1992** | **N** | **54,00** | 1º | Classificado |
| 1570 | JESSÉ DOS SANTOS CARDOSO | 42,00 | 4,00 | 2,00 | 18,00 | **06/10/1995** | **N** | **66,00** | 2º | Desclassificado |
| 1584 | KAYC PEREIRA ALVES | 42,00 | 4,00 | 2,00 | 14,00 | **23/02/1995** | **N** | **62,00** | 3º | Desclassificado |
| 1145 | KARITA SOUZA CARVALHO | 42,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **29/09/1991** | **N** | **56,00** | 4º | Desclassificado |
| 1135 | BEATRIZ MARIANA TALHARI BITINELI | 36,00 | 2,00 | 2,00 | 8,00 | **30/03/1994** | **N** | **48,00** | 5º | Desclassificado |
| 1636 | FRANCISCO JOSÉ SILVA DE SOUSA | 33,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **22/11/1991** | **N** | **47,00** | 6º | Desclassificado |
| 1347 | JHONATAS LUIS SILVA PEREIRA | 33,00 | 4,00 | 2,00 | 8,00 | **30/03/1995** | **N** | **47,00** | 7º | Desclassificado |
| 1257 | TALITA SABRINA PEREIRA SANTOS | 33,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **21/01/1995** | **N** | **47,00** | 8º | Desclassificado |
| 1495 | JOSÉ BONFIM MORAES JÚNIOR | 30,00 | 4,00 | 2,00 | 8,00 | **25/01/1994** | **N** | **44,00** | 9º | Desclassificado |
| 1413 | KRIS LORRANY NASCIMENTO DOS SANTOS | 30,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **28/07/1995** | **N** | **44,00** | 10º | Desclassificado |
| 821 | FRANCISCO CARLOS DA SILVA | 33,00 | 2,00 | - | 8,00 | **11/02/1959** | **N** | **43,00** | 11º | Desclassificado |
| 1609 | ANDREZZA DIAS DE OLIVEIRA | 27,00 | 4,00 | 2,00 | 10,00 | **13/12/1992** | **N** | **43,00** | 12º | Desclassificado |
| 4 | KONRAD FELIPE HENCKE | 30,00 | 2,00 | - | 6,00 | **03/08/1985** | **N** | **38,00** | 13º | Desclassificado |
| 1531 | WANDERLÉIA PEREIRA DA SILVA | 27,00 | 2,00 | - | 6,00 | **14/12/1990** | **N** | **35,00** | 14º | Desclassificado |
| 966 | ZADOQUE NATHAN SOUZA DE ARRUDA | 24,00 | 4,00 | - | 4,00 | **19/04/1993** | **N** | **32,00** | 15º | Desclassificado |
| 1460 | CASSIANE LUISA MEWS | 18,00 | 2,00 | 4,00 | 8,00 | **20/05/1992** | **N** | **32,00** | 16º | Desclassificado |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1585 | JOÃO PAULO DOS SANTOS DE OLIVEIRA | - | - | - | - | **15/12/1980** | **N** | - | 17º | Desclassificado |
| 1530 | MIRIAN BARRETO LELLIS | - | - | - | - | **03/09/1982** | **N** | - | 18º | Desclassificado |
| 491 | DALILA RODRIGUES SOUZA | - | - | - | - | **23/08/1986** | **N** | - | 19º | Desclassificado |
| 1517 | GELSON GOMES ROSA | - | - | - | - | **10/07/1989** | **N** | - | 20º | Desclassificado |

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO | CE | CG | MAT | LP | NASC | PNE | TOTAL | ORDEM | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 696 | ROSIVAN BARBOSA GOMES JUNIOR | 51,00 | 6,00 | 10,00 | 16,00 | **11/11/1988** | **N** | **83,00** | 1º | Classificado |
| 1639 | EURICO MARCO RODRIGUES DA FONSECA | 48,00 | 8,00 | 8,00 | 18,00 | **07/11/1973** | **N** | **82,00** | 2º | Classificado |
| 781 | SIRLENE SANTOS COLMAN | 48,00 | 6,00 | 8,00 | 14,00 | **25/02/1982** | **N** | **76,00** | 3º | Classificado |
| 1362 | PAOLA ALVES SIGARINI | 48,00 | 6,00 | 8,00 | 10,00 | **26/03/1991** | **N** | **72,00** | 4º | Classificado |
| 1079 | JÉSSIKA FAUSTINA FRADES | 45,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | **27/01/1992** | **N** | **71,00** | 5º | Classificado |
| 190 | LARISSA RAFAELLA GOMES DE FARIAS | 45,00 | 6,00 | 8,00 | 10,00 | **04/07/1997** | **N** | **69,00** | 6º | Classificado |
| 1529 | ROSEMAR BORGES DE ALMEIDA | 42,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | **07/02/1970** | **N** | **68,00** | 7º | Classificado |
| 1403 | CLOVES ANDRADE DE SOUZA | 39,00 | 4,00 | 10,00 | 14,00 | **28/06/1978** | **N** | **67,00** | 8º | Classificado |
| 7 | THIAGO CARDOSO NOGUEIRA | 33,00 | 6,00 | 10,00 | 18,00 | **19/04/1993** | **N** | **67,00** | 9º | Classificado |
| 1172 | WENDER PEREIRA DA SILVA | 42,00 | 4,00 | 6,00 | 14,00 | **20/09/1985** | **N** | **66,00** | 10º | Classificado |
| 121 | DERICA DOS SANTOS SOUSA | 39,00 | 8,00 | 6,00 | 12,00 | **05/08/1990** | **N** | **65,00** | 11º | Classificado |
| 1561 | MYLENA PROCÓPIO VALADARES | 39,00 | 6,00 | 10,00 | 10,00 | **30/12/1998** | **N** | **65,00** | 12º | Classificado |
| 1089 | JOÃO VICKTOR MARQUES OLIVEIRA | 36,00 | 6,00 | 8,00 | 14,00 | **14/10/1997** | **N** | **64,00** | 13º | Classificado |
| 1141 | HYAGO SANTANA FERREIRA | 39,00 | 6,00 | 6,00 | 12,00 | **28/11/1992** | **N** | **63,00** | 14º | Classificado |
| 1440 | ÍTALO HERNANDES DE SOUZA | 33,00 | 4,00 | 8,00 | 18,00 | **04/11/1994** | **N** | **63,00** | 15º | Classificado |
| 1061 | JULIANA DE SOUZA MORAIS | 33,00 | 4,00 | 8,00 | 18,00 | **29/12/1996** | **N** | **63,00** | 16º | Classificado |
| 1496 | ANA CAROLINA GONÇALVES GOSLER | 36,00 | 6,00 | 6,00 | 14,00 | **19/10/1987** | **N** | **62,00** | 17º | Classificado |
| 6 | WILIAN RODRIGUES DA ROCHA | 36,00 | 8,00 | 6,00 | 12,00 | **10/11/1993** | **N** | **62,00** | 18º | Classificado |
| 1199 | YKARO HARIEL ALVES DE OLIVEIRA LIBA | 30,00 | 6,00 | 10,00 | 16,00 | **20/01/1994** | **N** | **62,00** | 19º | Classificado |
| 1364 | SIMONE WESSELKA GONÇALVES | 30,00 | 8,00 | 10,00 | 14,00 | **21/02/1973** | **N** | **62,00** | 20º | Classificado |
| 1293 | GISELLE GONÇALVES PAIXÃO | 33,00 | 8,00 | 6,00 | 14,00 | **13/09/1982** | **N** | **61,00** | 21º | Classificado |
| 3 | WESLEY ALVES SOARES | 39,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | **23/05/1980** | **N** | **59,00** | 22º | Classificado |
| 416 | DORAIZA ARAUJO OLIVEIRA | 33,00 | 4,00 | 6,00 | 16,00 | **07/06/1996** | **N** | **59,00** | 23º | Classificado |
| 531 | MARLISE GRAFFUNDER | 33,00 | 4,00 | 8,00 | 14,00 | **02/07/1966** | **N** | **59,00** | 24º | Classificado |
| 1518 | HELOÍSA MARIA DE ARAUJO NOGUEIRA | 36,00 | 4,00 | 4,00 | 14,00 | **06/11/1997** | **N** | **58,00** | 25º | Classificado |
| 1557 | MARLON VALADARES DA SILVA JUNIOR | 30,00 | 6,00 | 8,00 | 14,00 | **31/01/1997** | **N** | **58,00** | 26º | Classificado |
| 75 | ANDRÉ LUZ BRITO | 39,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **30/09/1996** | **N** | **57,00** | 27º | Classificado |
| 1039 | ROSANY RODRIGUES CARNEIRO BARBOSA | 33,00 | 6,00 | 6,00 | 12,00 | **06/12/1983** | **N** | **57,00** | 28º | Classificado |
| 1121 | MARÍLIA VOLTOLINI PEREIRA | 33,00 | 6,00 | 6,00 | 12,00 | **03/09/1984** | **N** | **57,00** | 29º | Classificado |
| 1624 | TANYLA DE OLIVEIRA SCHMIDT | 36,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **27/10/1995** | **N** | **54,00** | 30º | Classificado |
| 158 | JOÃO PEDRO DONADEL SILVA | 30,00 | 4,00 | 6,00 | 14,00 | **18/07/1997** | **N** | **54,00** | 31º | Classificado |
| 280 | POLLIANA RODRIGUES DA FONSECA | 30,00 | 6,00 | 4,00 | 14,00 | **21/05/1995** | **N** | **54,00** | 32º | Classificado |
| 1645 | PEDRO IVO MAREGA DA SILVA OLIVEIRA | 30,00 | 4,00 | 8,00 | 12,00 | **09/08/1992** | **N** | **54,00** | 33º | Classificado |
| 1183 | ANGELA LILIA VIEIRA PINTO | 30,00 | 4,00 | 6,00 | 12,00 | **03/12/1980** | **N** | **52,00** | 34º | Classificado |
| 1441 | CAMILA DOS SANTOS ALVES | 30,00 | 4,00 | 6,00 | 12,00 | **22/12/1995** | **N** | **52,00** | 35º | Classificado |
| 1614 | KEMMILY AIRES SIRQUEIRA GUESSER | 30,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | **11/07/1995** | **N** | **52,00** | 36º | Classificado |
| 1313 | LAIZA OLIVEIRA MOREIRA | 33,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **04/03/1989** | **N** | **51,00** | 37º | Classificado |
| 1683 | RODRIGO PEREIRA TEODORO | 30,00 | 6,00 | 6,00 | 8,00 | **08/01/1983** | **N** | **50,00** | 38º | Classificado |
| 394 | DANILO PEREIRA MARINHO | 24,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | **27/08/1997** | **N** | **50,00** | 39º | Desclassificado |
| 948 | JÉSSICA FERNANDA MESSIAS BARBOSA | 48,00 | 2,00 | 6,00 | 18,00 | **06/04/1991** | **N** | **74,00** | 40º | Desclassificado |
| 1239 | ADONIRAN NIZ | 36,00 | 2,00 | 10,00 | 12,00 | **28/08/1965** | **N** | **60,00** | 41º | Desclassificado |
| 1033 | MANOELLA SILVESTRE LEONARDO | 27,00 | - | 8,00 | 18,00 | **27/02/1996** | **N** | **53,00** | 42º | Desclassificado |
| 20 | GILMAR MOURA DO NASCIMENTO | 27,00 | 6,00 | 8,00 | 12,00 | **07/11/1984** | **N** | **53,00** | 43º | Desclassificado |
| 526 | RAYANE DE MORAES BEZERRA | 36,00 | 4,00 | 2,00 | 10,00 | **27/05/1997** | **N** | **52,00** | 44º | Desclassificado |
| 1010 | SAMUEL MOREIRA ROCHA | 36,00 | 2,00 | 6,00 | 8,00 | **06/05/1998** | **N** | **52,00** | 45º | Desclassificado |
| 1525 | RAFAELA MOREIRA DA SILVA | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 16,00 | **04/04/1994** | **N** | **51,00** | 46º | Desclassificado |
| 438 | DANNE DA SILVA OLIVEIRA | 33,00 | 2,00 | 2,00 | 12,00 | **19/03/1991** | **N** | **49,00** | 47º | Desclassificado |
| 773 | RONEY LUCAS PEREIRA MENDES | 33,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **04/12/1998** | **N** | **49,00** | 48º | Desclassificado |
| 1191 | SELMA PEREIRA DA SILVA XAVIER | 30,00 | 2,00 | 4,00 | 12,00 | **27/04/1969** | **N** | **48,00** | 49º | Desclassificado |
| 1400 | ISABEL DE ALMEIDA RAMIRES | 24,00 | 4,00 | 8,00 | 12,00 | **07/07/1996** | **N** | **48,00** | 50º | Desclassificado |
| 1406 | EDAIANE SALES DE SOUSA | 33,00 | 2,00 | 4,00 | 8,00 | **07/06/1989** | **N** | **47,00** | 51º | Desclassificado |
| 558 | LUCAS FLÁVIO LOPES LOURENÇO | 27,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | **24/03/1997** | **N** | **47,00** | 52º | Desclassificado |
| 1492 | RANS MILER PEREIRA DANTAS | 27,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **17/04/1991** | **N** | **47,00** | 53º | Desclassificado |
| 456 | NATALI TATILA MARIA DO NASCIMENTO BARBOSA | 27,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | **12/02/1985** | **N** | **47,00** | 54º | Desclassificado |
| 1508 | ALEXSANDRO DE OLIVEIRA SILVA | 27,00 | 6,00 | 6,00 | 8,00 | **25/04/1990** | **N** | **47,00** | 55º | Desclassificado |
| 1534 | NEUELYESER ALVES REZENDE | 21,00 | 4,00 | 10,00 | 12,00 | **05/02/1998** | **N** | **47,00** | 56º | Desclassificado |
| 1388 | JOÃO PEDRO FREITAS ALMEIDA | 21,00 | 4,00 | 10,00 | 12,00 | **21/02/1999** | **N** | **47,00** | 57º | Desclassificado |
| 1426 | FÁTIMA RODRIGUES NUNES PEREIRA | 24,00 | 2,00 | 6,00 | 14,00 | **28/10/1964** | **N** | **46,00** | 58º | Desclassificado |
| 1505 | ANA SILVIA DE ABREU COELHO | 24,00 | 2,00 | 6,00 | 14,00 | **13/09/1989** | **N** | **46,00** | 59º | Desclassificado |
| 1193 | LEIDIANE ROSA CAMPOS | 24,00 | 4,00 | 6,00 | 12,00 | **09/06/1985** | **N** | **46,00** | 60º | Desclassificado |
| 360 | LUCIANA DO CARMO PAULINO SILVA | 24,00 | 6,00 | 10,00 | 6,00 | **13/01/1975** | **N** | **46,00** | 61º | Desclassificado |
| 462 | LUCAS TAVARES DE JESUS | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **09/07/1987** | **N** | **45,00** | 62º | Desclassificado |
| 708 | LAIS SINARA DE SOUSA | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **31/07/1993** | **N** | **45,00** | 63º | Desclassificado |
| 407 | BRUNA MEDRADO DOS SANTOS | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **23/12/1993** | **N** | **45,00** | 64º | Desclassificado |
| 1175 | KÁRITA MONIELLY DA SILVA | 27,00 | 6,00 | 2,00 | 10,00 | **16/10/1994** | **N** | **45,00** | 65º | Desclassificado |
| 1583 | THAIS CAVALCANTE DE BRITO | 27,00 | 6,00 | 2,00 | 10,00 | **23/12/1996** | **N** | **45,00** | 66º | Desclassificado |
| 1463 | GEYSA GABRIELA GOMES GUIMARAES | 27,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **18/12/1989** | **N** | **45,00** | 67º | Desclassificado |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1597 | MILENA ARAUJO DE OLIVEIRA | 27,00 | 6,00 | 4,00 | 8,00 | **10/03/1993** | **N** | **45,00** | 68º | Desclassificado |
| 381 | AGATHA ROCHA MUNARO | 21,00 | 2,00 | 6,00 | 16,00 | **13/12/1998** | **N** | **45,00** | 69º | Desclassificado |
| 1410 | PABLO FRANCO LUZ | 21,00 | 8,00 | 8,00 | 8,00 | **19/09/1994** | **N** | **45,00** | 70º | Desclassificado |
| 1408 | SORHAIA ALINE CESARIA BRITO | 24,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | **04/03/1995** | **N** | **44,00** | 71º | Desclassificado |
| 1157 | RAYANE MAYARA DA SILVA | 27,00 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | **21/11/1991** | **N** | **43,00** | 72º | Desclassificado |
| 1511 | QUÉREN HAPUQUE RIBEIRO MUSSKOPF | 21,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | **25/04/1994** | **N** | **43,00** | 73º | Desclassificado |
| 1664 | ARTHUR PAES LEME STIEGLER | 21,00 | 6,00 | 8,00 | 8,00 | **20/04/1999** | **N** | **43,00** | 74º | Desclassificado |
| 1158 | LUANA DE OLIVEIRA | 24,00 | 2,00 | 4,00 | 12,00 | **24/05/1989** | **N** | **42,00** | 75º | Desclassificado |
| 1513 | AGEU VAZ BISPO | 24,00 | 2,00 | 8,00 | 8,00 | **05/06/1994** | **N** | **42,00** | 76º | Desclassificado |
| 1541 | ANISETE BORGES PEREIRA | 24,00 | 6,00 | 4,00 | 8,00 | **07/09/1967** | **N** | **42,00** | 77º | Desclassificado |
| 1277 | SUZANA PEREIRA DE SOUZA | 24,00 | 6,00 | 4,00 | 8,00 | **09/05/1979** | **N** | **42,00** | 78º | Desclassificado |
| 1524 | RAFAEL CARNEIRO LEAO | 27,00 | - | 4,00 | 10,00 | **27/06/1993** | **N** | **41,00** | 79º | Desclassificado |
| 211 | LUCAS FERREIRA DE SOUSA SILVA | 21,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | **17/01/1993** | **N** | **41,00** | 80º | Desclassificado |
| 1083 | ANANDA PEREIRA DE CARVALHO | 21,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | **28/03/1998** | **N** | **41,00** | 81º | Desclassificado |
| 12 | WELITA SILVA SANTOS | 21,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **07/11/1987** | **N** | **41,00** | 82º | Desclassificado |
| 417 | JAIANE ELOIZA BORGES DE SOUZA | 21,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **29/05/1996** | **N** | **41,00** | 83º | Desclassificado |
| 1424 | KEILA LEAL REZENDE | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **30/07/1990** | **N** | **40,00** | 84º | Desclassificado |
| 191 | RICARDO SANTOS DA SILVA | 24,00 | 6,00 | 2,00 | 8,00 | **17/02/1983** | **N** | **40,00** | 85º | Desclassificado |
| 711 | YASMIN GOMES MESSIAS | 18,00 | 6,00 | 4,00 | 12,00 | **11/06/1998** | **N** | **40,00** | 86º | Desclassificado |
| 143 | CHARLES ALVES DA SILVA | 27,00 | 2,00 | 4,00 | 6,00 | **07/02/1997** | **N** | **39,00** | 87º | Desclassificado |
| 710 | DIVANY SOUSA FERREIRA | 27,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | **21/07/1973** | **N** | **39,00** | 88º | Desclassificado |
| 1075 | VANESSA DAMACENA MOURA TAVARES | 21,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **23/02/1994** | **N** | **39,00** | 89º | Desclassificado |
| 1178 | ISAÍAS DUARTE AVILA NETO | 21,00 | 6,00 | 4,00 | 8,00 | **25/12/1985** | **N** | **39,00** | 90º | Desclassificado |
| 1462 | LEONARDO FRANCO SOARES | 21,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | **15/01/1976** | **N** | **39,00** | 91º | Desclassificado |
| 953 | DANIELA LACERDA ALVES DA SILVEIRA | 15,00 | 6,00 | 8,00 | 10,00 | **22/04/1975** | **N** | **39,00** | 92º | Desclassificado |
| 581 | JÉSSICA DA SILVA MACIEL | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **04/05/1992** | **N** | **38,00** | 93º | Desclassificado |
| 25 | ANDRESSA SILVEIRA CARVALHO | 18,00 | 4,00 | 2,00 | 14,00 | **16/02/1996** | **N** | **38,00** | 94º | Desclassificado |
| 1629 | JUSCIANE FAGUNDES RODRIGUES | 18,00 | 4,00 | 4,00 | 12,00 | **25/11/1980** | **N** | **38,00** | 95º | Desclassificado |
| 1618 | LAURIENE ETERNA BORGES SILVA | 18,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **02/08/1985** | **N** | **38,00** | 96º | Desclassificado |
| 1251 | WITEHALL ERNANE FERRAO E SILVA | 18,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | **26/08/1985** | **N** | **38,00** | 97º | Desclassificado |
| 323 | WALERIA SANTOS DE SOUSA | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **21/10/1972** | **N** | **37,00** | 98º | Desclassificado |
| 744 | DANIELLA SILVA SOUZA | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **15/12/1978** | **N** | **37,00** | 99º | Desclassificado |
| 364 | EVANUZIA ALVES ANDRADE | 15,00 | 4,00 | 8,00 | 10,00 | **11/07/1975** | **N** | **37,00** | 100º | Desclassificado |
| 1497 | FERNANDO GONÇALVES GOSLER | 24,00 | 2,00 | 2,00 | 8,00 | **14/05/1992** | **N** | **36,00** | 101º | Desclassificado |
| 533 | LAURA VICUNA PEREIRA MATOS | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **08/07/1981** | **N** | **36,00** | 102º | Desclassificado |
| 1311 | LARISSA ALVES VIEIRA | 18,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **30/10/1995** | **N** | **36,00** | 103º | Desclassificado |
| 60 | ELIANE FERNANDES VASCONCELOS | 18,00 | 4,00 | 8,00 | 6,00 | **30/04/1982** | **N** | **36,00** | 104º | Desclassificado |
| 1190 | WELENS MENDES DE ABREU | 12,00 | 4,00 | 8,00 | 12,00 | **02/03/1981** | **N** | **36,00** | 105º | Desclassificado |
| 1207 | LAURINEI DA SILVA | 15,00 | 6,00 | 6,00 | 8,00 | **13/07/1984** | **N** | **35,00** | 106º | Desclassificado |
| 114 | ELICLEIA OLIVEIRA DE MORAIS | 15,00 | 6,00 | 6,00 | 8,00 | **21/01/1987** | **N** | **35,00** | 107º | Desclassificado |
| 13 | ELISON FRANCISCO PACHECO MOURA | 24,00 | 2,00 | 4,00 | 4,00 | **15/12/1978** | **N** | **34,00** | 108º | Desclassificado |
| 115 | RITA MARGARETH DELFINO CABRAL | 18,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **19/01/1961** | **N** | **34,00** | 109º | Desclassificado |
| 201 | THAIS BORGES DE SOUZA | 18,00 | 6,00 | 2,00 | 8,00 | **02/09/1996** | **N** | **34,00** | 110º | Desclassificado |
| 1483 | HERICA FERREIRA CAMARGO | 12,00 | 2,00 | 8,00 | 12,00 | **19/09/1998** | **N** | **34,00** | 111º | Desclassificado |
| 42 | JOANNE APARECIDA SILVA NASCIMENTO | 21,00 | 4,00 | 2,00 | 6,00 | **02/07/1971** | **N** | **33,00** | 112º | Desclassificado |
| 913 | ANGELA MARIA SILVA | 21,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | **30/10/1969** | **N** | **33,00** | 113º | Desclassificado |
| 562 | YGOR VINICIUS MARQUES CARDOSO | 21,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | **11/01/1999** | **N** | **33,00** | 114º | Desclassificado |
| 1011 | RAIANE PEREIRA DE EVARISTO | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **12/09/1989** | **N** | **33,00** | 115º | Desclassificado |
| 1375 | NEILORRANE PEREIRA NEVES | 21,00 | 6,00 | 4,00 | 2,00 | **14/07/1993** | **N** | **33,00** | 116º | Desclassificado |
| 44 | CHRISTIANE DE FATIMA BORGES | 15,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | **24/08/1968** | **N** | **33,00** | 117º | Desclassificado |
| 1648 | EDNA CANDIDA PEREIRA | 18,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **12/05/1982** | **N** | **32,00** | 118º | Desclassificado |
| 701 | DAYANY CHRISTINY ALVES MELO | 18,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **16/09/1983** | **N** | **32,00** | 119º | Desclassificado |
| 1154 | LUCIANNA VAGNA DA SILVA PINHEIRO | 18,00 | 4,00 | 6,00 | 4,00 | **18/12/1984** | **N** | **32,00** | 120º | Desclassificado |
| 1382 | GLEYDSON SANTOS SOUZA | 18,00 | 6,00 | 4,00 | 4,00 | **14/07/1986** | **N** | **32,00** | 121º | Desclassificado |
| 1106 | JAIRO LUIZ DA SILVA | 18,00 | 8,00 | 2,00 | 4,00 | **18/02/1994** | **N** | **32,00** | 122º | Desclassificado |
| 1284 | VICTOR EMANUEL WIEZZER | 12,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | **05/10/1999** | **N** | **32,00** | 123º | Desclassificado |
| 1520 | CÍNTIA CARLA DOS SANTOS SILVA | 9,00 | 6,00 | 6,00 | 10,00 | **20/08/1988** | **N** | **31,00** | 124º | Desclassificado |
| 809 | THAYNÁ SILVEIRA CARVALHO | 18,00 | 2,00 | 2,00 | 8,00 | **23/03/1999** | **N** | **30,00** | 125º | Desclassificado |
| 365 | PATRÍCIA NUNES DA SILVA - | 18,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | **15/05/1987** | **N** | **30,00** | 126º | Desclassificado |
| 1298 | MARIA GABRIELA FERREIRA DOS ANJOS | 18,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **22/12/1999** | **N** | **30,00** | 127º | Desclassificado |
| 1457 | BRENDA SÂMYLLA SILVA SOUSA | 18,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **02/03/2000** | **N** | **30,00** | 128º | Desclassificado |
| 1684 | GELICIO ALMEIDA BORGES | 12,00 | 6,00 | 6,00 | 6,00 | **13/02/1987** | **N** | **30,00** | 129º | Desclassificado |
| 1365 | ELIANE GOMES MORAIS | 12,00 | 6,00 | 8,00 | 4,00 | **20/01/1981** | **N** | **30,00** | 130º | Desclassificado |
| 207 | JAQUELINE DA SILVA GUEDES | 15,00 | 2,00 | 6,00 | 6,00 | **17/02/1996** | **N** | **29,00** | 131º | Desclassificado |
| 942 | MÁBIA MARIA MATIAS DOS SANTOS | 15,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **10/07/1985** | **N** | **29,00** | 132º | Desclassificado |
| 39 | INGRIDY DE JESUS ESTEVES CARLOS | 15,00 | 6,00 | 2,00 | 6,00 | **27/02/1994** | **N** | **29,00** | 133º | Desclassificado |
| 11 | JACKELINE FERREIRA DOS SANTOS | 18,00 | 2,00 | 6,00 | 2,00 | **13/11/1996** | **N** | **28,00** | 134º | Desclassificado |
| 1027 | NEIVERTON CUNHA DE ALCANTARA | 12,00 | 2,00 | 6,00 | 8,00 | **15/04/1981** | **N** | **28,00** | 135º | Desclassificado |
| 1565 | ROZIANE PEREIRA MENDES | 12,00 | 2,00 | 6,00 | 8,00 | **13/02/1985** | **N** | **28,00** | 136º | Desclassificado |
| 1485 | MARIZA NUNES DA CUNHA | 12,00 | 6,00 | 2,00 | 8,00 | **24/06/1979** | **N** | **28,00** | 137º | Desclassificado |
| 125 | MIRELLA CARINA DO AMARAL QUEIROZ | 12,00 | 2,00 | 8,00 | 6,00 | **19/01/1999** | **N** | **28,00** | 138º | Desclassificado |
| 1568 | MARIELLY LIMA CABRAL | 12,00 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | **24/06/1996** | **N** | **28,00** | 139º | Desclassificado |
| 1681 | TAYNARA SOARES BARROS | 15,00 | 2,00 | 4,00 | 6,00 | **11/05/1997** | **N** | **27,00** | 140º | Desclassificado |
| 1579 | MAYK ALVES LOPES | 15,00 | 4,00 | 2,00 | 6,00 | **15/02/1995** | **N** | **27,00** | 141º | Desclassificado |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1562 | VINICIUS YURI DA SILVA MARTINELLI | 15,00 | 2,00 | 6,00 | 4,00 | **25/01/1992** | **N** | **27,00** | 142º | Desclassificado |
| 1069 | THAIS RODRIGUES SANTOS | 9,00 | 6,00 | 2,00 | 10,00 | **18/06/1994** | **N** | **27,00** | 143º | Desclassificado |
| 1590 | MARLEUSA GONÇALVES DOS SANTOS | 15,00 | 2,00 | 2,00 | 6,00 | **30/12/1979** | **N** | **25,00** | 144º | Desclassificado |
| 722 | NEUZASY PEREIRA DIS SANTOS | 15,00 | 2,00 | 4,00 | 4,00 | **10/05/1964** | **N** | **25,00** | 145º | Desclassificado |
| 104 | FABIANI FRANCISCA VIEIRA | 6,00 | 4,00 | 10,00 | 4,00 | **07/06/1988** | **N** | **24,00** | 146º | Desclassificado |
| 688 | MARINALVA SOUSA LIRA | 9,00 | 4,00 | 6,00 | 4,00 | **23/07/1958** | **N** | **23,00** | 147º | Desclassificado |
| 1449 | TÚLIO SOUSA DA SILVA FIALHO | 12,00 | 2,00 | 4,00 | 4,00 | **22/09/1994** | **N** | **22,00** | 148º | Desclassificado |
| 644 | LUCIENE SILVA OLIVEIRA MACHADO | 12,00 | 4,00 | 2,00 | 4,00 | **14/08/1984** | **N** | **22,00** | 149º | Desclassificado |
| 1229 | DANIELA BATISTA DUARTE | 9,00 | 4,00 | 2,00 | 6,00 | **11/05/1996** | **N** | **21,00** | 150º | Desclassificado |
| 1030 | LUCELI ALVES DE OLIVEIRA | 9,00 | 6,00 | 2,00 | 4,00 | **07/08/1969** | **N** | **21,00** | 151º | Desclassificado |
| 377 | TEREZINHA ROCHA DOS REIS NETA | 3,00 | 2,00 | 6,00 | 6,00 | **10/11/1988** | **N** | **17,00** | 152º | Desclassificado |
| 411 | ALONSO BORGES DA MATA | - | - | 2,00 | - | **02/07/1965** | **N** | **2,00** | 153º | Desclassificado |
| 1640 | LUIZ ALBERTO MOREIRA | - | - | 2,00 | - | **29/03/1968** | **N** | **2,00** | 154º | Desclassificado |
| 335 | EDNILSON DE SOUZA | - | - | 2,00 | - | **01/02/1973** | **N** | **2,00** | 155º | Desclassificado |
| 283 | GENIVANIA ALVES DE FREITAS | - | - | 2,00 | - | **29/06/1973** | **N** | **2,00** | 156º | Desclassificado |
| 1085 | CICERA GOMES DE BRITO | - | - | 2,00 | - | **16/09/1976** | **N** | **2,00** | 157º | Desclassificado |
| 1671 | CARLOS HENRIQUE SILVA | - | - | 2,00 | - | **07/01/1978** | **N** | **2,00** | 158º | Desclassificado |
| 309 | GILVANA GRAZIELA DA SILVA EMILIANO | - | - | 2,00 | - | **06/07/1978** | **N** | **2,00** | 159º | Desclassificado |
| 828 | ALCIONE SENHORINHA DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **14/10/1979** | **N** | **2,00** | 160º | Desclassificado |
| 995 | SOLANGE BATISTA CAMPOS | - | - | 2,00 | - | **20/04/1980** | **N** | **2,00** | 161º | Desclassificado |
| 1502 | NILVANEA GONÇALVES ALVES | - | - | 2,00 | - | **03/05/1982** | **N** | **2,00** | 162º | Desclassificado |
| 51 | JUCINEYDE RODRIGUES GUIMARÃES | - | - | 2,00 | - | **06/11/1982** | **N** | **2,00** | 163º | Desclassificado |
| 1427 | FABIA DA SILVA BARBOSA | - | - | 2,00 | - | **07/08/1983** | **N** | **2,00** | 164º | Desclassificado |
| 547 | MÔNICA GOLDONI | - | - | 2,00 | - | **22/03/1984** | **N** | **2,00** | 165º | Desclassificado |
| 1539 | SILVANIA SILVA DA COSTA | - | - | 2,00 | - | **07/07/1984** | **N** | **2,00** | 166º | Desclassificado |
| 1610 | MARCOS AUGUSTO DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **24/09/1984** | **N** | **2,00** | 167º | Desclassificado |
| 758 | DAIANNA ALVES PEREIRA | - | - | 2,00 | - | **18/10/1984** | **N** | **2,00** | 168º | Desclassificado |
| 397 | GUSTAVO PEREIRA DOS PASSOS | - | - | 2,00 | - | **13/01/1985** | **N** | **2,00** | 169º | Desclassificado |
| 1336 | WELLITON ALVES CARDOSO MORAES | - | - | 2,00 | - | **09/02/1985** | **N** | **2,00** | 170º | Desclassificado |
| 997 | JANAINA MOREIRA DOS SANTOS | - | - | 2,00 | - | **19/02/1985** | **N** | **2,00** | 171º | Desclassificado |
| 477 | MONIKE LUCIANA DA ROCHA MORINIGO | - | - | 2,00 | - | **13/12/1985** | **N** | **2,00** | 172º | Desclassificado |
| 1567 | REURIANE AZEVEDO MECENA DE OLIVEIRA | - | - | 2,00 | - | **06/07/1986** | **N** | **2,00** | 173º | Desclassificado |
| 693 | DAIANE CRISTINA PANZER | - | - | 2,00 | - | **31/01/1987** | **N** | **2,00** | 174º | Desclassificado |
| 1644 | MAURO FIRMINO DUARTE JUNIOR | - | - | 2,00 | - | **04/02/1987** | **N** | **2,00** | 175º | Desclassificado |
| 1127 | DARLAN OLIVEIRA MENDES | - | - | 2,00 | - | **17/07/1987** | **N** | **2,00** | 176º | Desclassificado |
| 1253 | HENRIQUE SEVERIANO FELIPE GUERREIRO | - | - | 2,00 | - | **03/08/1987** | **N** | **2,00** | 177º | Desclassificado |
| 602 | CAMILA FAVERAO INHETA | - | - | 2,00 | - | **05/08/1987** | **N** | **2,00** | 178º | Desclassificado |
| 1146 | JOSENIAS ROCHA DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **25/06/1988** | **N** | **2,00** | 179º | Desclassificado |
| 1068 | JUSSARA CASTRO DE LIMA | - | - | 2,00 | - | **03/08/1988** | **N** | **2,00** | 180º | Desclassificado |
| 1084 | GENEFER FERREIRA DE CASTRO | - | - | 2,00 | - | **22/10/1988** | **N** | **2,00** | 181º | Desclassificado |
| 1223 | JEAN CARLOS SILVA ROCHA | - | - | 2,00 | - | **20/12/1988** | **N** | **2,00** | 182º | Desclassificado |
| 1118 | LUCIANO GUIMARAES PARREIRA | - | - | 2,00 | - | **31/01/1989** | **N** | **2,00** | 183º | Desclassificado |
| 1465 | THAÍSA MAIARA MEIRA NASCENTE DOS SANTOS | - | - | 2,00 | - | **24/02/1989** | **N** | **2,00** | 184º | Desclassificado |
| 515 | FERNANDA DE FREITAS FIGUEIREDO | - | - | 2,00 | - | **12/04/1989** | **N** | **2,00** | 185º | Desclassificado |
| 1260 | JULIANA LIMA DE ARAÚJO CAVALCANTE | - | - | 2,00 | - | **24/05/1989** | **N** | **2,00** | 186º | Desclassificado |
| 1230 | GRAZIELLA SANTIL ALVES BARBOSA | - | - | 2,00 | - | **11/05/1990** | **N** | **2,00** | 187º | Desclassificado |
| 909 | PAULO LIMA CAMPOS | - | - | 2,00 | - | **23/05/1990** | **N** | **2,00** | 188º | Desclassificado |
| 196 | VILMA RODRIGUES PEREIRA | - | - | 2,00 | - | **09/06/1990** | **N** | **2,00** | 189º | Desclassificado |
| 1652 | RAPHAEL PRAJNATARA BALBINO DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **08/07/1990** | **N** | **2,00** | 190º | Desclassificado |
| 917 | KAMILA AIRES BENTO | - | - | 2,00 | - | **25/07/1990** | **N** | **2,00** | 191º | Desclassificado |
| 611 | HIGOR XAVIER DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **21/08/1990** | **N** | **2,00** | 192º | Desclassificado |
| 912 | THIAGO SEGATT BROCHADO | - | - | 2,00 | - | **14/01/1991** | **N** | **2,00** | 193º | Desclassificado |
| 1514 | ALESSANDRA DOS SANTOS SILVA | - | - | 2,00 | - | **27/03/1991** | **N** | **2,00** | 194º | Desclassificado |
| 274 | ANA PAULA DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **12/04/1991** | **N** | **2,00** | 195º | Desclassificado |
| 15 | HAGMENON ALVES DE ARAUJO | - | - | 2,00 | - | **07/05/1991** | **N** | **2,00** | 196º | Desclassificado |
| 469 | VANIELLI MOREIRA SANTANA | - | - | 2,00 | - | **03/07/1991** | **N** | **2,00** | 197º | Desclassificado |
| 518 | DOUGLAS PEREIRA | - | - | 2,00 | - | **24/09/1991** | **N** | **2,00** | 198º | Desclassificado |
| 1598 | FERNANDO RODRIGUES DA CRUZ | - | - | 2,00 | - | **27/12/1991** | **N** | **2,00** | 199º | Desclassificado |
| 50 | RAQUEL SANTANA TEIXEIRA | - | - | 2,00 | - | **31/01/1992** | **N** | **2,00** | 200º | Desclassificado |
| 1412 | AMANDA BEATRIZ MARQUES OLIVEIRA | - | - | 2,00 | - | **27/07/1992** | **N** | **2,00** | 201º | Desclassificado |
| 37 | MARLI OLIVEIRA DOS SANTOS | - | - | 2,00 | - | **02/01/1993** | **N** | **2,00** | 202º | Desclassificado |
| 142 | WAGNER MATEUS DE BRITO | - | - | 2,00 | - | **07/01/1993** | **N** | **2,00** | 203º | Desclassificado |
| 1516 | LUANA LAGO ROSA | - | - | 2,00 | - | **23/01/1993** | **N** | **2,00** | 204º | Desclassificado |
| 619 | AMANDA SANTOS ALMEIDA | - | - | 2,00 | - | **27/01/1993** | **N** | **2,00** | 205º | Desclassificado |
| 300 | JOSÉ CARLOS CORDEIRO GOMES | - | - | 2,00 | - | **28/04/1993** | **N** | **2,00** | 206º | Desclassificado |
| 1197 | RAEL SOUSA RODRIGUES | - | - | 2,00 | - | **05/04/1994** | **N** | **2,00** | 207º | Desclassificado |
| 1646 | WEVERTON FERNANDO DOS SANTOS GONÇALVES | - | - | 2,00 | - | **03/05/1994** | **N** | **2,00** | 208º | Desclassificado |
| 735 | JOSUE DOS SANTOS LEOPOLDINO | - | - | 2,00 | - | **31/05/1994** | **N** | **2,00** | 209º | Desclassificado |
| 1526 | LUANA MARTINS PEREIRA | - | - | 2,00 | - | **25/07/1994** | **N** | **2,00** | 210º | Desclassificado |
| 505 | HAYAME SOUSA SETUBAL | - | - | 2,00 | - | **24/09/1994** | **N** | **2,00** | 211º | Desclassificado |
| 1166 | PATRICIA ALVES FREITAS | - | - | 2,00 | - | **08/12/1994** | **N** | **2,00** | 212º | Desclassificado |
| 1351 | RÁYLLISSON DIAS CARRIJO | - | - | 2,00 | - | **11/12/1994** | **N** | **2,00** | 213º | Desclassificado |
| 1555 | MATHEUS WANDERSON NOGUEIRA DE OLIVEIRA | - | - | 2,00 | - | **19/01/1995** | **N** | **2,00** | 214º | Desclassificado |
| 1189 | IZADORA BARROS SOUSA | - | - | 2,00 | - | **12/02/1995** | **N** | **2,00** | 215º | Desclassificado |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 697 | VANESSA BRUNA MOREIRA DOS SANTOS | - | - | 2,00 | - | **17/02/1995** | **N** | **2,00** | 216º | Desclassificado |
| 1600 | INGRIDH DE SOUSA AQUINO | - | - | 2,00 | - | **25/06/1995** | **N** | **2,00** | 217º | Desclassificado |
| 1236 | YANNA DEIANE DE SOUZA JUSTINO | - | - | 2,00 | - | **12/08/1995** | **N** | **2,00** | 218º | Desclassificado |
| 677 | EMERSON ALUISIO ARAUJO COSTA | - | - | 2,00 | - | **07/02/1996** | **N** | **2,00** | 219º | Desclassificado |
| 1625 | SKARLLETHY ORHANA DA SILVA VALIM | - | - | 2,00 | - | **16/02/1996** | **N** | **2,00** | 220º | Desclassificado |
| 1461 | MARCELINO TSERE RAIRORIDZE | - | - | 2,00 | - | **25/02/1996** | **N** | **2,00** | 221º | Desclassificado |
| 1433 | ISMAEL IGOR DE OLIVEIRA FERNANDES | - | - | 2,00 | - | **16/05/1996** | **N** | **2,00** | 222º | Desclassificado |
| 554 | VITÓRIA DANIELLE PIMENTEL COSTA | - | - | 2,00 | - | **15/08/1996** | **N** | **2,00** | 223º | Desclassificado |
| 893 | MARCOS VINÍCIOS DOS SANTOS GOMES | - | - | 2,00 | - | **21/11/1996** | **N** | **2,00** | 224º | Desclassificado |
| 9 | MATHEUS ARGOLO DE ABREU | - | - | 2,00 | - | **19/04/1997** | **N** | **2,00** | 225º | Desclassificado |
| 58 | AMANDA CRISTINA OLIVEIRA DA CRUZ | - | - | 2,00 | - | **22/08/1997** | **N** | **2,00** | 226º | Desclassificado |
| 420 | JOSELITA ALVES CALSAVARA | - | - | 2,00 | - | **01/09/1997** | **N** | **2,00** | 227º | Desclassificado |
| 1399 | THALES DIAS CARRIJO | - | - | 2,00 | - | **23/10/1997** | **N** | **2,00** | 228º | Desclassificado |
| 1138 | ERICK VICTOR DONATO SANTIAGO | - | - | 2,00 | - | **26/05/1998** | **N** | **2,00** | 229º | Desclassificado |
| 168 | ANA CLARA DEVIDES DE OLIVEIRA | - | - | 2,00 | - | **14/09/1998** | **N** | **2,00** | 230º | Desclassificado |
| 1361 | HALLY JHENYFFER RIBEIRO DE ASSIS | - | - | 2,00 | - | **03/11/1998** | **N** | **2,00** | 231º | Desclassificado |
| 70 | PABLINY SOUSA SILVA | - | - | 2,00 | - | **10/12/1998** | **N** | **2,00** | 232º | Desclassificado |
| 10 | LETICIA ARAUJO DA SILVA | - | - | 2,00 | - | **25/01/1999** | **N** | **2,00** | 233º | Desclassificado |
| 1139 | DANIEL NETO NUNES | - | - | 2,00 | - | **26/03/1999** | **N** | **2,00** | 234º | Desclassificado |
| 1432 | MILENA SOUZA AGUIAR | - | - | 2,00 | - | **10/05/1999** | **N** | **2,00** | 235º | Desclassificado |
| 1396 | JOSÉ VITOR FLORÊNCIO MULARI | - | - | 2,00 | - | **23/06/1999** | **N** | **2,00** | 236º | Desclassificado |
| 549 | SARA ITACARAMBI LUIZ | - | - | 2,00 | - | **01/09/1999** | **N** | **2,00** | 237º | Desclassificado |
| 699 | ADLER GONÇALVES ELIAS | - | - | 2,00 | - | **04/09/1999** | **N** | **2,00** | 238º | Desclassificado |
| 1231 | ANANDRA TANIELLE BORGES DE SOUSA | - | - | 2,00 | - | **08/09/1999** | **N** | **2,00** | 239º | Desclassificado |
| 1430 | BLENDA MARIANO SATELIS | - | - | 2,00 | - | **02/11/1999** | **N** | **2,00** | 240º | Desclassificado |
| 661 | KAIO HENRIQUE SOBRINHO SANTOS | - | - | 2,00 | - | **03/03/2000** | **N** | **2,00** | 241º | Desclassificado |
| 219 | ANGELO GABRIELL RODRIGUES COSTA | - | - | 2,00 | - | **23/10/2000** | **N** | **2,00** | 242º | Desclassificado |

**CONTROLADOR INTERNO**

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO | CE | CG | MAT | LP | NASC | PNE | TOTAL | ORDEM | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1113 | FABIO DEOLA PIMENTEL | 45,00 | 8,00 | 8,00 | 10,00 | **10/08/1985** | **N** | **71,00** | 1º | Classificado |
| 1278 | ANA PAULA SILVA COUTINHO TAVARES | 39,00 | 8,00 | 10,00 | 8,00 | **06/10/1987** | **N** | **65,00** | 2º | Classificado |
| 860 | FRANCIELLY LIMA DO CARMO | 33,00 | 6,00 | 4,00 | 16,00 | **31/03/1992** | **N** | **59,00** | 3º | Classificado |
| 120 | CLEUNEOLICE FERREIRA PAULA | 30,00 | 6,00 | 6,00 | 16,00 | **26/04/1993** | **N** | **58,00** | 4º | Classificado |
| 1621 | ADELINA CASTANON DOS SANTOS | 36,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **10/07/1976** | **N** | **56,00** | 5º | Classificado |
| 1637 | CARLOS HENRIQUE ANDRADE DE OLIVEIRA | 36,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **29/07/1995** | **N** | **56,00** | 6º | Classificado |
| 1670 | ROBISON JUNIO ALVES DOS SANTOS | 36,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **20/08/1981** | **N** | **54,00** | 7º | Classificado |
| 1338 | EDINA GOMES DA SILVA | 30,00 | 4,00 | 8,00 | 12,00 | **24/08/1992** | **N** | **54,00** | 8º | Classificado |
| 1476 | VINICIUS FELIPE KOESTER WESOLOWSKI | 30,00 | 8,00 | 6,00 | 6,00 | **19/01/1993** | **N** | **50,00** | 9º | Classificado |
| 1391 | ALINE LISBOA CARDOSO ALVES | 36,00 | 6,00 | - | 8,00 | **27/10/1989** | **N** | **50,00** | 10º | Desclassificado |
| 473 | IGOR PEREIRA LIMA | 33,00 | 2,00 | 6,00 | 8,00 | **05/08/1994** | **N** | **49,00** | 11º | Desclassificado |
| 1279 | LEDA PAULA LOPES | 27,00 | 10,00 | 2,00 | 10,00 | **05/02/1983** | **N** | **49,00** | 12º | Desclassificado |
| 89 | WYLK ROBERTO GOMES BELÉM | 30,00 | 4,00 | 2,00 | 12,00 | **25/11/1970** | **N** | **48,00** | 13º | Desclassificado |
| 1212 | ELVIO NAVES RIBEIRO | 30,00 | 6,00 | 2,00 | 10,00 | **23/05/1974** | **N** | **48,00** | 14º | Desclassificado |
| 46 | GISLENE GOMES GUIMARÃES | 33,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **23/09/1991** | **N** | **47,00** | 15º | Desclassificado |
| 1439 | ADENILZA SILVA BUSSOLO NUNES | 27,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **26/02/1989** | **N** | **47,00** | 16º | Desclassificado |
| 1407 | MELQUISEDEQUE GOMES DOS SANTOS | 24,00 | 8,00 | - | 14,00 | **18/10/1989** | **N** | **46,00** | 17º | Desclassificado |
| 859 | AILTON JOSÉ REIS DA SILVA | 33,00 | 4,00 | - | 8,00 | **11/09/1974** | **N** | **45,00** | 18º | Desclassificado |
| 1649 | GEOVANI DOMINGOS DA SILVA | 30,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **13/03/1984** | **N** | **44,00** | 19º | Desclassificado |
| 521 | DANILSON PEREIRA BRITO | 27,00 | 2,00 | 4,00 | 10,00 | **12/04/1983** | **N** | **43,00** | 20º | Desclassificado |
| 150 | JARLON ANGELO DE SOUZA ALMEIDA | 30,00 | 4,00 | - | 8,00 | **17/11/1974** | **N** | **42,00** | 21º | Desclassificado |
| 267 | DANILO JARDIM LOPES | 30,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **22/08/1988** | **N** | **42,00** | 22º | Desclassificado |
| 830 | EDIO RIBEIRO ROSA | 24,00 | 4,00 | 2,00 | 12,00 | **18/02/1992** | **N** | **42,00** | 23º | Desclassificado |
| 1431 | GIZELA RIBEIRO DE SOUSA | 24,00 | 6,00 | 2,00 | 10,00 | **10/03/1980** | **N** | **42,00** | 24º | Desclassificado |
| 1489 | CAROLLINE REZENDE MALVINA | 27,00 | 2,00 | 4,00 | 8,00 | **10/04/1992** | **N** | **41,00** | 25º | Desclassificado |
| 1267 | FERNANDO PEREIRA DE QUEIROZ | 27,00 | 6,00 | - | 8,00 | **30/06/1987** | **N** | **41,00** | 26º | Desclassificado |
| 967 | ALESSANDRA CRISTIANE DOS SANTOS | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **11/11/1977** | **N** | **40,00** | 27º | Desclassificado |
| 1219 | ADILSON TAVARES LOPES | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **07/06/1966** | **N** | **40,00** | 28º | Desclassificado |
| 1108 | LIDIANA MUNIZ DA SILVA MARIANO | 24,00 | 6,00 | 6,00 | 4,00 | **24/08/1979** | **N** | **40,00** | 29º | Desclassificado |
| 517 | M-LAYNEE COELHO LOPES DA CRUZ MARTINS | 24,00 | 6,00 | - | 8,00 | **14/05/1994** | **N** | **38,00** | 30º | Desclassificado |
| 1159 | ÉRIKA RIBEIRO | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **04/02/1993** | **N** | **38,00** | 31º | Desclassificado |
| 1309 | DEBORAH LOPES LOURENÇO | 24,00 | 6,00 | 6,00 | 2,00 | **26/11/1991** | **N** | **38,00** | 32º | Desclassificado |
| 362 | MARIELLE MARIANO SANCHES RODRIGUES | 24,00 | 6,00 | - | 6,00 | **08/04/1994** | **N** | **36,00** | 33º | Desclassificado |
| 1669 | MÁRIO VENICIUS DE FARIA | 18,00 | 4,00 | 2,00 | 12,00 | **16/04/1980** | **N** | **36,00** | 34º | Desclassificado |
| 102 | LAURA CRISTINA PRIMO PARREIRA | 18,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **26/11/1987** | **N** | **36,00** | 35º | Desclassificado |
| 1682 | LUIZ ANTONIO DOS SANTOS SILVA | 27,00 | 4,00 | - | 4,00 | **29/01/1982** | **N** | **35,00** | 36º | Desclassificado |
| 595 | GUSTAVO FORTUNATO NOGUEIRA BALDO | 21,00 | 4,00 | 2,00 | 8,00 | **29/11/1993** | **N** | **35,00** | 37º | Desclassificado |
| 1507 | NIELMO FERREIRA NASCENTE | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **10/09/1965** | **N** | **35,00** | 38º | Desclassificado |
| 332 | WAGNON THYARLON SILVA SANTOS | 24,00 | 4,00 | - | 6,00 | **20/02/1987** | **N** | **34,00** | 39º | Desclassificado |
| 1543 | ROSIMEIRE SILVA CAVALCANTE | 18,00 | 2,00 | 2,00 | 12,00 | **18/01/1982** | **N** | **34,00** | 40º | Desclassificado |
| 556 | DEUZELI ALVES DO CARMO | 18,00 | 4,00 | 2,00 | 10,00 | **10/08/1989** | **N** | **34,00** | 41º | Desclassificado |
| 1586 | WANDERSON MARQUES SOUSA | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **24/07/1984** | **N** | **33,00** | 42º | Desclassificado |
| 806 | FILIPE DE ALMEIDA MIRANDA | 15,00 | 6,00 | 2,00 | 10,00 | **17/10/1991** | **N** | **33,00** | 43º | Desclassificado |
| 1194 | LAURA NÚBIA PENQUIS DE ABREU | 18,00 | 10,00 | - | 4,00 | **20/11/1980** | **N** | **32,00** | 44º | Desclassificado |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1133 | WILKER FELIPE FRANÇA ALVES | 21,00 | 6,00 | 2,00 | 2,00 | **05/08/1991** | **N** | **31,00** | 45º | Desclassificado |
| 1678 | SANDRA FERNANDES DA SILVA | 21,00 | 6,00 | 2,00 | 2,00 | **12/09/1984** | **N** | **31,00** | 46º | Desclassificado |
| 228 | GLAUCIA MARIA CARTERI | 15,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **26/01/1971** | **N** | **31,00** | 47º | Desclassificado |
| 153 | TAIS APARECIDA VIGNOLI LEÃO | 12,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **05/12/1985** | **N** | **30,00** | 48º | Desclassificado |
| 1026 | ENE CAROLINA FERREIRA SOUZA | 15,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **27/10/1992** | **N** | **29,00** | 49º | Desclassificado |
| 956 | ADALBERTO RODRIGUES DA SILVA | 15,00 | 2,00 | 4,00 | 6,00 | **03/05/1969** | **N** | **27,00** | 50º | Desclassificado |
| 1602 | ROSIMEIRE OTAVIANO DA SILVA | 18,00 | 4,00 | - | 4,00 | **18/08/1989** | **N** | **26,00** | 51º | Desclassificado |
| 230 | PABBLO ABADIA MIRANDA RODRIGUES | 18,00 | 4,00 | 2,00 | 2,00 | **25/05/1975** | **N** | **26,00** | 52º | Desclassificado |
| 304 | SHEYLA RODRIGUES FERREIRA SOUZA OLIVEIRA | 18,00 | 2,00 | - | 4,00 | **30/12/1989** | **N** | **24,00** | 53º | Desclassificado |
| 1687 | NUBIANE DA SILVA DOMINGUES | 15,00 | 2,00 | - | 4,00 | **08/10/1984** | **N** | **21,00** | 54º | Desclassificado |
| 1272 | RICARDO DALCIN | 12,00 | 4,00 | 2,00 | 2,00 | **27/07/1981** | **N** | **20,00** | 55º | Desclassificado |
| 55 | ADEMIR MACIEL DOS SANTOS | 6,00 | - | - | - | **25/12/1986** | **N** | **6,00** | 56º | Desclassificado |
| 144 | LORRANA GOES BITENCOURT | 6,00 | - | - | - | **10/04/1987** | **N** | **6,00** | 57º | Desclassificado |
| 159 | HENDILLY DA COSTA ALVES TEIXEIRA | 6,00 | - | - | - | **20/04/1992** | **N** | **6,00** | 58º | Desclassificado |
| 182 | RICELLY BARCELO ANDRADE MARTINS | 6,00 | - | - | - | **19/02/1990** | **N** | **6,00** | 59º | Desclassificado |
| 206 | CARLOS EDUARDO OLIVEIRA DE PAULA | 6,00 | - | - | - | **12/09/1985** | **N** | **6,00** | 60º | Desclassificado |
| 217 | JOÃO DE MELO SILVA | 6,00 | - | - | - | **24/06/1957** | **N** | **6,00** | 61º | Desclassificado |
| 226 | DAYANE CRISTINA SOLEDADE OLIVEIRA | 6,00 | - | - | - | **15/06/1989** | **N** | **6,00** | 62º | Desclassificado |
| 338 | ALANA COUTINHO PEREIRA | 6,00 | - | - | - | **10/08/1993** | **N** | **6,00** | 63º | Desclassificado |
| 392 | RILLARY FIGUEIREDO BORGES | 6,00 | - | - | - | **10/08/1992** | **N** | **6,00** | 64º | Desclassificado |
| 412 | IZAELMA DAIANE ROCHA | 6,00 | - | - | - | **23/08/1989** | **N** | **6,00** | 65º | Desclassificado |
| 422 | PETER JOY SOUSA DAS DORES | 6,00 | - | - | - | **01/12/1986** | **N** | **6,00** | 66º | Desclassificado |
| 497 | CLEBERSON BRUNO RAMALHO BALDUINO | 6,00 | - | - | - | **30/05/1993** | **N** | **6,00** | 67º | Desclassificado |
| 543 | MIGUEL MOREIRA DA SILVA JUNIOR | 6,00 | - | - | - | **29/07/1983** | **N** | **6,00** | 68º | Desclassificado |
| 727 | ALINE ESTEFÂNIA RODRIGUES DA COSTA | 6,00 | - | - | - | **07/08/1990** | **N** | **6,00** | 69º | Desclassificado |
| 762 | DIEIÇO DUARTE NUNES | 6,00 | - | - | - | **03/09/1992** | **N** | **6,00** | 70º | Desclassificado |
| 770 | ANDRE LUIS RICARDO BARROS | 6,00 | - | - | - | **16/06/1990** | **N** | **6,00** | 71º | Desclassificado |
| 784 | PAMELA FERNANDES DOS REIS | 6,00 | - | - | - | **21/12/1989** | **N** | **6,00** | 72º | Desclassificado |
| 786 | KÉTURA GABRIEL DA SILVEIRA SILVA | 6,00 | - | - | - | **07/07/1988** | **N** | **6,00** | 73º | Desclassificado |
| 965 | JOÃO KENNEDY SARDINHA ALMEIDA | 6,00 | - | - | - | **29/10/1984** | **N** | **6,00** | 74º | Desclassificado |
| 1003 | LIDIANE QUELI DE PAULA ALCÂNTARA | 6,00 | - | - | - | **18/11/1982** | **N** | **6,00** | 75º | Desclassificado |
| 1092 | KAREN CRISTINA MENEZES DONATO SANTIAGO | 6,00 | - | - | - | **19/01/1979** | **N** | **6,00** | 76º | Desclassificado |
| 1187 | ALINE LOPES DE MORAES MARQUES | 6,00 | - | - | - | **03/08/1989** | **N** | **6,00** | 77º | Desclassificado |
| 1195 | JOAO BENTO JÚNIOR | 6,00 | - | - | - | **27/05/1982** | **N** | **6,00** | 78º | Desclassificado |
| 1228 | MARILZAN RAMOS DE OLIVEIRA | 6,00 | - | - | - | **29/05/1979** | **N** | **6,00** | 79º | Desclassificado |
| 1282 | PAMELLA GABRIELLA ARAUJO DE MORAES | 6,00 | - | - | - | **11/07/1995** | **N** | **6,00** | 80º | Desclassificado |
| 1377 | CRISTIANE RAMOS DA CRUZ | 6,00 | - | - | - | **03/11/1986** | **N** | **6,00** | 81º | Desclassificado |
| 1435 | CAMILA AMÉRICO BEZERRA | 6,00 | - | - | - | **16/07/1991** | **N** | **6,00** | 82º | Desclassificado |
| 1456 | WESLEY DE SOUZA NASCIMENTO | 6,00 | - | - | - | **05/04/1980** | **N** | **6,00** | 83º | Desclassificado |
| 1615 | MARCO ROGERIO PEGORARI | 6,00 | - | - | - | **09/12/1971** | **N** | **6,00** | 84º | Desclassificado |
| 1633 | ELSON VICENTE DE CAMPOS | 6,00 | - | - | - | **31/05/1965** | **N** | **6,00** | 85º | Desclassificado |
| 1634 | ELISANGELA SILVERIA DA SILVA | 6,00 | - | - | - | **13/11/1979** | **N** | **6,00** | 86º | Desclassificado |
| 1650 | ARTHUR WILLIAMS WEHREN GASPAR | 6,00 | - | - | - | **30/05/1989** | **N** | **6,00** | 87º | Desclassificado |
| 1656 | LUCIENE DO NASCIMENTO SANTOS | 6,00 | - | - | - | **16/06/1970** | **N** | **6,00** | 88º | Desclassificado |
| 1667 | SANDIELLY SOUZA DOS ANJOS | 6,00 | - | - | - | **07/11/1994** | **N** | **6,00** | 89º | Desclassificado |
| 1692 | WALDINEY PAULA GOMES DA SILVA | 6,00 | - | - | - | **10/07/1987** | **N** | **6,00** | 90º | Desclassificado |

**ZELADOR**

| INSCRIÇÃO | CANDIDATO | CE | CG | MAT | LP | NASC | PNE | TOTAL | ORDEM | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1352 | LEANDRO DO CARMO FUZETI | 51,00 | 4,00 | 8,00 | 16,00 | **01/06/1987** | **N** | **79,00** | 1º | Classificado |
| 923 | CLAUDINEIA PIRES CARVALHO | 45,00 | 8,00 | 8,00 | 14,00 | **30/09/1999** | **N** | **75,00** | 2º | Classificado |
| 1131 | KAROLLINY LOBO DE OLIVEIRA | 39,00 | 6,00 | 8,00 | 18,00 | **21/04/1996** | **N** | **71,00** | 3º | Classificado |
| 200 | JOISSE TEODORO DE FREITAS AMORIM | 39,00 | 8,00 | 8,00 | 12,00 | **02/12/1986** | **N** | **67,00** | 4º | Classificado |
| 1672 | JOSÉ ANTÔNIO SANTANA DA CUNHA | 42,00 | 4,00 | 6,00 | 14,00 | **29/05/1985** | **N** | **66,00** | 5º | Classificado |
| 1521 | JOSIEL LUCIO MOURA CERVANTE | 39,00 | 4,00 | 8,00 | 12,00 | **27/04/1997** | **N** | **63,00** | 6º | Classificado |
| 1056 | JHENNYFER KELLEN NUNES CAMPOS | 36,00 | 4,00 | 6,00 | 12,00 | **18/10/1989** | **N** | **58,00** | 7º | Classificado |
| 1467 | ROGERIO MARTINS PEREIRA | 36,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | **26/06/1989** | **N** | **56,00** | 8º | Classificado |
| 1559 | NILMAR HOSER | 36,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | **13/11/1981** | **N** | **56,00** | 9º | Classificado |
| 1398 | DORVALINA SOARES DA SILVA SANTOS | 33,00 | 4,00 | 6,00 | 12,00 | **16/11/1960** | **N** | **55,00** | 10º | Classificado |
| 880 | SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA | 30,00 | 4,00 | 8,00 | 12,00 | **28/10/1960** | **N** | **54,00** | 11º | Classificado |
| 1544 | NEUZIMAR DE LIMA MORAES SOUZA | 33,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **11/05/1973** | **N** | **51,00** | 12º | Classificado |
| 1288 | MARCO ANTÔNIO PAULINO DE OLIVEIRA | 30,00 | 6,00 | 4,00 | 10,00 | **14/11/1988** | **N** | **50,00** | 13º | Classificado |
| 1654 | DANILO MARTINS SANTANA | 42,00 | 2,00 | 4,00 | 12,00 | **13/03/1990** | **N** | **60,00** | 14º | Desclassificado |
| 1177 | SHEILA RIBEIRO SALES | 45,00 | 6,00 | - | 8,00 | **21/03/1988** | **N** | **59,00** | 15º | Desclassificado |
| 1274 | CARLOS FREDERICO CAMARGO ALENCAR CALAÇA | 33,00 | 2,00 | 4,00 | 16,00 | **29/05/1983** | **N** | **55,00** | 16º | Desclassificado |
| 1471 | SÉRGIO MALHEIRO DE SOUSA | 33,00 | 2,00 | 6,00 | 14,00 | **01/01/1960** | **N** | **55,00** | 17º | Desclassificado |
| 1506 | BRUNO JOSÉ DA SILVA | 33,00 | 2,00 | 6,00 | 14,00 | **24/09/1990** | **N** | **55,00** | 18º | Desclassificado |
| 1156 | MILSON FERREIRA DA SILVA | 33,00 | 2,00 | 8,00 | 12,00 | **09/01/1978** | **N** | **55,00** | 19º | Desclassificado |
| 680 | DEIVID ORIEL AIRES TRINDADE | 33,00 | 2,00 | 8,00 | 12,00 | **13/04/1995** | **N** | **55,00** | 20º | Desclassificado |
| 1160 | JONE MARCOS GOMES PIMENTEL | 39,00 | 2,00 | - | 12,00 | **10/11/1982** | **N** | **53,00** | 21º | Desclassificado |
| 1335 | DOUGLAS CARLOS DE CASTRO GONÇALVES | 33,00 | 2,00 | 8,00 | 10,00 | **03/04/1985** | **N** | **53,00** | 22º | Desclassificado |
| 294 | FERNANDO DE SOUZA MORAIS | 27,00 | 2,00 | 6,00 | 12,00 | **20/01/1998** | **N** | **47,00** | 23º | Desclassificado |
| 1332 | THIHAGO FERREIRA ALENCAR | 30,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **28/11/1997** | **N** | **46,00** | 24º | Desclassificado |
| 690 | WESLEY DE PAULA TEIXEIRA | 30,00 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | **19/12/1989** | **N** | **46,00** | 25º | Desclassificado |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 221 | MARIA SANTISSIMA DE SOUZA | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 14,00 | **09/10/1958** | **N** | **46,00** | 26º | Desclassificado |
| 1086 | MALONNE MATEUS DE LIMA SILVA BORGES | 27,00 | - | 8,00 | 10,00 | **16/08/1996** | **N** | **45,00** | 27º | Desclassificado |
| 1676 | DARLENE GUIMARAES DE OLIVEIRA | 27,00 | 2,00 | 6,00 | 10,00 | **16/11/1983** | **N** | **45,00** | 28º | Desclassificado |
| 276 | ANDREIA DE FRANÇA ALVES | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 10,00 | **24/11/1987** | **N** | **45,00** | 29º | Desclassificado |
| 1447 | KARINE CANDIDA DA SILVA | 30,00 | 6,00 | 2,00 | 6,00 | **04/10/1993** | **N** | **44,00** | 30º | Desclassificado |
| 501 | LUCAS AVILA VASCONCELOS | 24,00 | 4,00 | 6,00 | 10,00 | **01/09/1992** | **N** | **44,00** | 31º | Desclassificado |
| 1237 | KATIA CRISTINA DO AMARAL | 24,00 | 4,00 | 8,00 | 8,00 | **18/09/1970** | **N** | **44,00** | 32º | Desclassificado |
| 430 | COSME CONCEIÇÃO BATISTA AMARAL | 24,00 | 2,00 | 8,00 | 8,00 | **02/06/1977** | **N** | **42,00** | 33º | Desclassificado |
| 1604 | MÁRIO ALVES NEVES | 27,00 | 2,00 | 4,00 | 8,00 | **30/06/1966** | **N** | **41,00** | 34º | Desclassificado |
| 908 | AGENOR PACHECO DE MENEZES NETO | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **17/09/1975** | **N** | **41,00** | 35º | Desclassificado |
| 570 | FABIANA COSTA RODRIGUES | 27,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **28/08/1994** | **N** | **41,00** | 36º | Desclassificado |
| 1540 | CRISTIANO LIMA DOURADO | 27,00 | 6,00 | 2,00 | 6,00 | **05/05/1977** | **N** | **41,00** | 37º | Desclassificado |
| 1480 | LUCIANA FARIAS DA SILVA | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **20/01/1975** | **N** | **40,00** | 38º | Desclassificado |
| 1241 | MARINHO PEREIRA DE FREITAS JUNIOR | 24,00 | 6,00 | 4,00 | 6,00 | **05/10/1993** | **N** | **40,00** | 39º | Desclassificado |
| 1595 | GRACIELA DA SILVA PACHECO | 21,00 | 6,00 | 4,00 | 8,00 | **12/10/1984** | **N** | **39,00** | 40º | Desclassificado |
| 238 | ELIETE FERREIRA DE JESUS SOARES | 24,00 | 4,00 | 4,00 | 6,00 | **27/02/1979** | **N** | **38,00** | 41º | Desclassificado |
| 1369 | EVA APARECIDA PEREIRA DE SOUSA | 27,00 | - | 4,00 | 6,00 | **01/05/1970** | **N** | **37,00** | 42º | Desclassificado |
| 935 | JEISIANE SOARES DOS SANTOS | 27,00 | 2,00 | 4,00 | 4,00 | **02/07/1991** | **N** | **37,00** | 43º | Desclassificado |
| 464 | FLORISVALDO PEREIRA SANTOS | 21,00 | 4,00 | 2,00 | 10,00 | **01/09/1982** | **N** | **37,00** | 44º | Desclassificado |
| 1594 | GRACIENE DA SILVA PACHECO | 21,00 | 6,00 | - | 10,00 | **21/02/1987** | **N** | **37,00** | 45º | Desclassificado |
| 590 | CELIA DE SOUZA MORAES | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 8,00 | **30/04/1961** | **N** | **37,00** | 46º | Desclassificado |
| 169 | ROSIELMA MORAES RESENDE | 18,00 | 4,00 | 2,00 | 12,00 | **05/02/1988** | **N** | **36,00** | 47º | Desclassificado |
| 253 | JOSEZITA RODRIGUES DE CASTRO | 24,00 | 2,00 | 2,00 | 6,00 | **11/12/1972** | **N** | **34,00** | 48º | Desclassificado |
| 1174 | JULIANA PEREIRA COSTA | 21,00 | 4,00 | 4,00 | 4,00 | **04/08/1991** | **N** | **33,00** | 49º | Desclassificado |
| 1333 | THAIS FERREIRA ALENCAR | 18,00 | 4,00 | 2,00 | 8,00 | **13/12/1992** | **N** | **32,00** | 50º | Desclassificado |
| 567 | CINTHIA FERREIRA DE JESUS | 12,00 | 4,00 | 6,00 | 8,00 | **30/03/1978** | **N** | **30,00** | 51º | Desclassificado |
| 519 | DULCELENE OLIVEIRA NUNES | 15,00 | 2,00 | 2,00 | 10,00 | **17/05/1969** | **N** | **29,00** | 52º | Desclassificado |
| 1658 | CLAUDIO DA SILVA OZARIAS | 15,00 | 2,00 | 2,00 | 6,00 | **13/10/1976** | **N** | **25,00** | 53º | Desclassificado |
| 1013 | FATIMA BARBOSA DE OLIVEIRA | 18,00 | 2,00 | - | 4,00 | **27/06/1980** | **N** | **24,00** | 54º | Desclassificado |
| 1243 | ELOISA LEITE DANTAS | 12,00 | 4,00 | 2,00 | 4,00 | **15/05/1993** | **N** | **22,00** | 55º | Desclassificado |
| 564 | MARIA PEREIRA VASCONCELOS | 9,00 | - | 8,00 | 4,00 | **12/07/1962** | **N** | **21,00** | 56º | Desclassificado |
| 1657 | BRUNO FREITAS NEVES | 12,00 | - | - | 8,00 | **16/06/1992** | **N** | **20,00** | 57º | Desclassificado |
| 561 | DARLENE ALMEIDA OLIVEIRA | 12,00 | 2,00 | - | 4,00 | **23/03/1988** | **N** | **18,00** | 58º | Desclassificado |
| 896 | ODAIR CORRÊA | - | - | - | - | **29/10/1954** | **N** | - | 59º | Desclassificado |
| 1515 | MARIA FRANCISCA RIBEIRO SILVA | - | - | - | - | **07/08/1966** | **S** | - | 60º | Desclassificado |
| 1592 | GERSONY DE OLIVEIRA | - | - | - | - | **27/03/1967** | **N** | - | 61º | Desclassificado |
| 1673 | IZAURINA PEREIRA BRAGA OLIVEIRA | - | - | - | - | **12/08/1972** | **N** | - | 62º | Desclassificado |
| 833 | ROSENILDA FRANCISCA DE SOUZA | - | - | - | - | **09/11/1973** | **N** | - | 63º | Desclassificado |
| 366 | NEREIDIS CARVALHO DE NOVAIS RODRIGUES | - | - | - | - | **30/05/1980** | **N** | - | 64º | Desclassificado |
| 393 | JOSEANE DE JESUS SANTOS | - | - | - | - | **01/09/1980** | **N** | - | 65º | Desclassificado |
| 498 | LUCAS HENRIQUE KOSANKE CASTRO | - | - | - | - | **08/06/1984** | **N** | - | 66º | Desclassificado |
| 1429 | TATIANE RODRIGUES SILVA | - | - | - | - | **02/10/1984** | **N** | - | 67º | Desclassificado |
| 579 | ALEXSANDRA MARTINS DE OLIVEIRA | - | - | - | - | **23/01/1985** | **N** | - | 68º | Desclassificado |
| 1065 | JANDERSON AMÉRICO DA SILVA | - | - | - | - | **10/03/1985** | **N** | - | 69º | Desclassificado |
| 1612 | ELISAMA GOETZ | - | - | - | - | **11/07/1985** | **N** | - | 70º | Desclassificado |
| 1350 | RONDINELO ALMEIDA ARRUDA | - | - | - | - | **16/10/1985** | **N** | - | 71º | Desclassificado |
| 629 | ALTIERES PACHECO DE ARAUJO | - | - | - | - | **04/12/1986** | **N** | - | 72º | Desclassificado |
| 1161 | NADABE FLORES DE FREITAS JUNIOR | - | - | - | - | **05/03/1990** | **N** | - | 73º | Desclassificado |
| 566 | LUENE PEREIRA DE SOUZA | - | - | - | - | **19/04/1990** | **N** | - | 74º | Desclassificado |
| 1608 | DHIEGO BRAGA BRITO | - | - | - | - | **25/11/1990** | **N** | - | 75º | Desclassificado |
| 1601 | DANILO MARCOS SOUSA PRESTES | - | - | - | - | **27/04/1991** | **N** | - | 76º | Desclassificado |
| 571 | BRUNO ALVES PEREIRA | - | - | - | - | **09/08/1991** | **N** | - | 77º | Desclassificado |
| 1599 | RAFAEL GOMES FRANÇA | - | - | - | - | **03/12/1993** | **N** | - | 78º | Desclassificado |
| 1057 | RAUL DIAS LUZ NETO | - | - | - | - | **11/12/1994** | **N** | - | 79º | Desclassificado |
| 1661 | ANDERSON VAZ BISPO | - | - | - | - | **08/05/1995** | **N** | - | 80º | Desclassificado |
| 1171 | YURI FARIAS SOUZA | - | - | - | - | **23/09/1996** | **N** | - | 81º | Desclassificado |
| 1200 | MARY KELLY SENE DE ALMEIDA SILVA | - | - | - | - | **02/09/1997** | **N** | - | 82º | Desclassificado |
| 1666 | MARIA ROBERTA DA SILVA LUZ | - | - | - | - | **28/10/1999** | **N** | - | 83º | Desclassificado |

**Barra do Garças– MT, 25 de Janeiro de 2018.**

| | |
|---|---|
| **MIGUEL MOREIRA DA SILVA**<br>**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** | **GABRIELA ANDRADE MARTINS**<br>**Presidente da Comissão Organizadora do Concurso** |

**CILMA BALBINO DE SOUSA DINEIA FAUSTINA SANTOS** Secretária da Comissão Organizadora do Concurso Membro da Comissão Organizadora do Concurso

## CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**CÂMARA MUNICIPAL**
**CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA ESTADO DE MATO GROSSO**
**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT - CONTRATADO: MT SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO CIVIL - CNPJ N° 14.952.461/0001-79 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DES-

CRITIVO. - VIGÊNCIA: 25/02/2018. Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato. MARCIEL PEREIRA RICARTE – Presidente.

## CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

**CAMARA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº 023/2017**

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 023/2017

Autoria: Ver. Ricardo Caldeira Rezende "Lika" - Líder do PSDB

DECRETO Nº 023/2017

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR JOSÉ REINALDO DA SILVA FERREIRA

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ REINALDO DA SILVA FERREIRA – brasileiro, casado, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal Planejamento, Fazenda e Finanças, exercendo o cargo de Fiscal de Tributos. Neste ato é agraciado em reconhecimento a sua formação moral e cultural, pelo excelente desempenho de sua função, bem como, pela contribuição no desenvolvimento sócio, político e econômico desta municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 20 de dezembro de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

**CAMARA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº 025/2017**

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 025/2017

Autoria: Ver. José Moreira - Líder do Prefeito - PSD

DECRETO Nº 025/2017

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DR. MARCELO LUIZ SANSON – MÉDICO CARDIOLOGISTA"

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor Dr. MARCELO LUIZ SANSON – brasileiro, casado, Médico com Título de Especialista em Cardiologia pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). N*este ato é agraciado em reconhecimento a sua formação intelectual, moral e cultural, em especial pelo excelente desempenho de sua função profissional, nesta municipalidade.*

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 20 de dezembro de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

**CAMARA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº 024/2017**

Câmara Municipal de Colíder

Projeto de Decreto Legislativo nº 024/2017

Autoria: Ver. Ricardo Caldeira Rezende "Lika" - Líder do PSDB

DECRETO Nº 024/2017

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO COLIDENSE AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DANILO BRUCHMAM MARTINS"

A CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Presidente da Mesa Diretora promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido Titulo de Cidadão Colidense ao Ilustríssimo Senhor DANYLO BRUCHMAM MARTINS – brasileiro, solteiro empresário, formado em Administração de Empresas, Diretor Grupo Machado, que neste ato é contemplado em reconhecimento a sua formação, intelectual, moral e cultural, pelo pioneiro empresarial, nesta comuna, fator de grande significância para com o desenvolvimento sócio, político e econômico desta municipalidade.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Colíder/MT, em 20 de dezembro de 2017

Ver. JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente

## CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

**CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2018**

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

OBJETO: serviços de *manutenção, hospedagem, suporte técnico, atendimento e serviços de Portal da Transparencia e Ouvidoria da pagina web www.camaraterranovadonorte.mt.gov.br*

PRAZO: 12 MESES

Terra Nova do Norte 25 de janeiro de 2018

Adelar Marcante

Presidente da Mesa Diretora

## CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 03/2018**

Nomeia Comissão para proceder a Depreciação de Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de União do Sul.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão para proceder a Depreciação de Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de União do Sul, assim composta:

- Srª. Joseli Maria Scapini Bulla

- Srª. Marilda Gislaine dos Santos

- Srº. Valdecir Martins de Lima

Art. 2º - A Comissão nomeada terá atribuição de proceder a Depreciação dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de União do Sul, com mandato até 31 de dezembro do ano de 2018.

Parágrafo Único – Ocorrendo desligamento de um ou mais membros citados no artigo 1º desta Portaria, o Presidente da Câmara nomeará substituto(s) para suprir a(s) vaga(s).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 22 de janeiro de 2018

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 01/2018**

Nomeia Comissão Permanente de Licitação.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para compor a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de União do Sul para o ano de 2018, os seguintes cidadãos Joseli Maria Scapini Bulla, Marilda Gislaine dos Santos e Pedro da Conceição, como Presidente, Secretária e Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 22 de janeiro de 2018

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 02/2018**

Nomeia Comissão Permanente para levantamento do Inventário de Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de União do Sul.

O Presidente da Câmara Municipal de União do Sul – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para compor a Comissão Permanente para levantamento do Inventário de Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de União do Sul, os seguintes membros: Srª. Joseli Maria Scapini Bulla - Presidente, Srª. Marilda Gislaine dos Santos - Secretária e Srª. Luciana Dias dos Santos - Membro.

Art. 2º - A Comissão nomeada terá atribuição de proceder ao inventário físico-financeiro, a localização, a identificação mediante plaqueamento, avaliação, baixa e o acompanhamento do Registro sintético dos Bens Patrimoniais da Câmara Municipal de União do Sul, com mandato até 31 de dezembro do ano de 2018.

Parágrafo Único – Ocorrendo desligamento de um ou mais membros citados no artigo 1º desta Portaria, o Presidente da Câmara nomeará substituto(s) para suprir a(s) vaga(s).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 22 de janeiro de 2018

CLODOALDO VOSNIACK

Presidente

## CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

**EXTRATOS DE CONTRATOS - CREDENCIAMENTO Nº 007/2017**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2018

CREDOR: A M PAROLIN SILVA ME

DATA:17/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2018

CREDOR: MEDICFISIO LTDA ME

DATA:19/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2018

CREDOR: AGNALDO CESARIO DA SILVA ME

DATA:19/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2018

CREDOR: GASTROCOR EXAMES CARDIOLOGICOS E GASTROENTEROLOGICOS LTDA

DATA:23/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2018

CREDOR: FUNDACAO LUVERDENSE DE SAÚDE

DATA:23/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2018

CREDOR: L. YAMAGUCHI CLINICA MEDICA

DATA:23/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2018

CREDOR: SERRANO DATASCH SERVIÇOS MEDICOS LTDA

DATA:26/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013/2018

CREDOR: MEDGLOBAL SERVIÇOS MEDICOS - LTDA

DATA:23/01/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo CONSULTAS E EXAMES para atendimento da demanda de 15 (municipios) integrantes do Consorcio Público Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 16/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

### AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

**OBJETO:** Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, para o período compreendendo o ano letivo de 2018.

**REALIZAÇÃO:** 16/02/2018.

**HORAS:** 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 26 de janeiro de 2018.

**Lucinéia Bernardo da Silva**

Presidente da Comissão de Licitação.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE N° 001/2018

O Município de Alto Boa Vista-MT torna público a todos os interessados, que realizará Licitação, no dia 05 de Fevereiro de 2018, às 08:00 horas (horário de local), na sede da prefeitura, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital de CONVITE n° 001/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a **"Contratação de empresa para elaboração de projeto de sistema de abastecimento de agua para o P.A. Mãe Maria, zona rural do município de Alto Boa Vista-MT"**. Os proponentes interessados poderão obter o edital completo na sede da Prefeitura de Alto Boa Vista-MT, à Av. Moises D, Montiel, n.º 975, centro. Mais Informações, no fone: (66) 3539-1113 no horário de 13:00 ás 17:00 horas.

Alto Boa Vista – MT, 26 de Janeiro de 20186.

**EDGAR FREDERICO DA SILVA**

**Presidente da CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 007/2018

**PORTARIA 007/2018**

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - **Nomear** a Sra. **EDINA PINTO DO NASCIMENTO**, portadora do **RG N° 593.327 SSP/MT** e do **CPF N° 411.920.871.00**, para exercer o cargo em comissão- Função Gratificada de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS 4 – CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** , junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a disposições em contrário**.**

**Publica-se;**

**Registra-se;**

**Cumpra-se;**

**Gabinete da Prefeita Mun. De Alto Paraguai – MT, 02 de Janeiro de 2018**

**DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

**Prefeita Municipal**

### RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA** de Licitação enquadrada **no Inciso I do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações posteriores e, **Lei Municipal nº 491/2017 de 02/05/2017**, e ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **SOL CORRETORA IMOBILIARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP,** CNPJ: 14.958.524/0001-02, no valor previsto de **R$ 34.200,00** (Trinta e quatro mil e duzentos Reais), Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE EM ADUELAS DE CONCRETO PRÉ MOLDADO (BUEIROS) SOBRE O CORREGO NA ENTRADA DO DISTRITO CAPÃO VERDE, LOCALIZADO NA MT 160, NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - MT.** Correndo tal despe-

sa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2017.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 23 de Janeiro de 2018.

**DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

PREFEITO MUNICIPAL

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 011/2018**

**PORTARIA 011/2018**

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - **Nomear** a Sra. **MICHELA MAURA DE ALMEIDA CAMPOS**, portadora do **RG N° 2018079-9 SSP/MT** e do **CPF N° 025.373.261.13**, para exercer o cargo em comissão de **DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS 5 – COORDENADORA DO CRAS**, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º –** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a disposições em contrário**.**

**Publica-se;**

**Registra-se;**

**Cumpra-se;**

**Gabinete da Prefeita Mun. De Alto Paraguai – MT, 02 de Janeiro de 2018**

**DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2017**

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Fabio Mauri Garbugio**, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº. 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 899.868.069-68, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **AZUS COMERCIO DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ Nº 20.724.304/0002-90, com sede à Av. Brasília, nº 2588, casa 03, Campo Real II, na cidade de Campo Verde - MT, neste ato representado pelo Srº Tobias Gomes Bonfanti, brasileiro, domiciliado na Av. Ino Resende, setor Leontino na cidade de Mineiros - GO, portador do RG nº 6060384739 SSP/PC RS e CPF nº 821.560.850-72, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE **(1) UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA** SOB ESTEIRAS E **(1) UMA PÁ CARREGADEIRA**, AMBAS COM ZERO HORA DE USO PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, VIAÇÃO E PLANEJAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI – MT, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 068/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **- Descrição:**

**ESCAVADEIRA**

Uma ESCAVADEIRA HIDRÁULICA sob esteiras, máquina pesada nova, com zero hora de uso, peso operacional mínimo de 21.800 KG, cabine fechada com ar condicionado, motor turbo a Diesel de no mínimo 06 cilindros, com potência mínima de 150HP, velocidade de deslocamento mínima de 3.3/5. 5 KM/H, força de escavação mínima da concha de 147KN, força de escavação mínima do braço de 103 KN, capacidade mínima da concha 1.10M3, profundidade mínima de escavação de 6.600 MM, sapatas mínimas de 600MM.

**PÁ CARREGADEIRA**

Uma PÁ CARREGADEIRA nova, com zero hora de uso, motor a Diesel turbo alimentada, peso operacional mínimo de 17.000 KG, capacidade mínima da caçamba de 3,0 M3, com carga mínima útil de 5.000 KG, cabine fechada e ar condicionado, força mínima de desagregação de 145 KN, altura máxima de descarga de 4.150 MM no eixo de articulação, distância mínima de descarga 1,320 MM, altura mínima do chão 440 MM, comprimento mínimo de 8. 120MM e altura mínima de 3.460MM. De no mínimo 06 cilindros com torque mínimo de 980 NM, potência mínima nominal de 217HP, pneus mínimos de 23-5-25, com conversor de torque hidráulico com estágio único de 03 elementos, caixa de transmissão automática, com 02 machas a frente e 01 a ré, eixo tipo engrenagem cônica em espiral, freios a disco nas 04 rodas, tanque de combustível com capacidade mínima de 325 litros, sistema elétrico de 24V.

**JUSTIFICATIVA**

Com essa aquisição a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento pretendem formar uma equipe (EQUIPE DO FETHAB) para prestar serviços na recuperação e implantação de estradas vicinais, recuperação das estradas estaduais e prestar assistência na zona rural deste município, proporcionando o desenvolvimento sócio econômico e cultural com melhor qualidade tanto para os munícipes quanto para o próprio município, e consequentemente a todos que trafegam em nossa região.

Para essas aquisições, o Prefeito Municipal sancionou a Lei 913/2017 a qual autoriza o pagamento desses maquinários com o recurso do FETHAB e faz a previsão orçamentária no PPA – Plano Plurianual, na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LOA – Lei Orgânica Anual, para permissão do parcelamento que será de 24 meses, com uma entrada de 20%.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS PRODUTOS**

2.1 – Os maquinários serão solicitados em um único pedido, devendo a entrega dos mesmos ser no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal e deverão ser entregues diretamente no Almoxarifado de Máquinas em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas ou horário programado na requisição, sito à Rua Fortunato Rodrigues n°100 – Bairro: Parque Taquari - CEP 78.785-000 – Alto Taquari – MT.

2.2 – A Contratada, ficará obrigada a trocar as suas expensas a máquina que vier a ser recusada sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

2.3 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade da máquina obrigando-se a repor aquela que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

2.4 – A contratada deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

2.5 – A Contratada, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega da máquina prestando esclarecimento solicitado, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um responsável de cada secretaria.

2.6 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

2.7 **–** No ato da entrega do maquinário passara por conferência, do modo que se não estiver em conformidade com o pedido, não será recebido, devendo a empresa vencedora, no prazo de 24 horas contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega do objeto de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitado, sob pena de inadimplemento do contrato/ata.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **–** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**AZUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**

**CNPJ: 20.724.304/0002-90**

| Item | Material | Un | Qtde | Vl. Unitário | Vl. Total | Marca |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOB ESTEIRAS, MAQUINA PESADA NOVA, COM ZERO HORAS DE USO. PESO OPERACIONAL DE 21.800 KG, CABINE FECHADA COM AR CONDICIONADO, MOTOR TURBO DIESEL DE 06 CILINDROS, COM POTÊNCIA DE 150 HP, VELOCIDADE DE DESLOCAMENTO 3.3/5.5 KM/H, FORÇA DE ESCAVAÇÃO DA CONCHA 147KN, FORÇA DE ESCAVAÇÃO DO BRAÇO 103KN, CAPACIDADE DE CONCHA 1,10M3, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO DE 6.630MM, CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL 380L, SAPATAS DE 600MM. | UN | 1,00 | 470.500,00 | 470.500,00 | MAXLOADER |
| 2 | PÁ CARREGADEIRA NOVA, MOTOR DIESEL TURBO ALIMENTADA, PESO OPERACIONAL DE 17.000 KG, CAPACIDADE CAÇAMBA DE 3.0M3 COM CARGA UTIL DE 5.000KG, CABINE FECHADA E AR CONDIONADO, FORÇA DE DESAGREGAÇÃO DE 145 KN, ALTURA MAXIMA DE DESCARGA DE 4.150MM NO EIXO DE ARTICULAÇÃO, DIATANCIA MINIMA DE DESCARGA 1.320MM, ALTURA MINIMA DO CHÃO 440MM, COMPRIMENTO 8.120MM, ALTURA DE 3.460MM, 6 CILINDROS COM TORQUE MINIMO DE 980N. M, POTÊNCIA NOMINAL DE 217HP, PNEUS 23.5-25, CONVERSOR DE TORQUE HUDRAULICO COM ESTAGIO UNICO DE 3 ELEMENTOS, CAIXA DE TRANSMISSÃO AUTOMATICA, COM 2 MARCHAS À FRENTE E 1 À RÉ, EIXO TIPO ENGRENAGEM CONICA EM ESPIRAL, FREIOS A DISCO NAS 4 RODAS, TAMQUE DE COMBUSTIVEL DE 325 LITROS, SISTEMA ELETRICO DE 24V. | UN | 1,00 | 444.000,00 | 444.000,00 | MAXLOADER |
| **Total R$ 914.500,00** | | | | | | |

**VALOR POR EXTENSO: NOVECENTOS E QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS**

3.2 – Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 deste edital, fixo e irreajustável.

3.3 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato/ata, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 – No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **–** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

3.1 – O pagamento, será efetuado pelo Município de Alto Taquari - MT, a fornecedora, por meio de ordem bancária, após a entrega do objeto e emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

4.1.1 - Devendo ser uma entrada 15 dias após o recebimento dos maquinários de 20%, correspondendo a R$ 182.900,00 (cento e oitenta e dois mil e novecentos reais), e o restante dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais de R$ 30.483,3333 (trinta mil quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

4.2 – No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

4.3 – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante vencedor-contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho.

4.4 – A Contratada deverá encaminhar junto á Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.5 – Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.6 – Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO**

5.1 – O prazo de vigência do Contrato/Ata que será celebrado oriundo desta ata será de aproximadamente 10 (Dez) meses para o ano de 2018. Onde o mesmo será prorrogado pelo período de 12 (doze) meses para o ano de 2019 e mais aproximadamente 04 (quatro) meses para o ano de 2020, visto que se trata de uma aquisição com parcelas programadas para 24 meses.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 **–** As despesas decorrentes da execução do objeto desta ata e do em

breve contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO.

**Referente aos 20%**:

02.070.00.26.782.4010.1007.44.90.52.00000330000000 – Equipamentos e Material Permanente - RECURSO DO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FETHAB

**Referente aos 80%:**

02.070.0.0.26.782.4010.1.018.4.4.90.52.00.00.01000000 **-** Equipamentos e Material Permanente - Recurso Próprio

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1–Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do **CONTRATADO:**

I – Entregar do objeto em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato/ata, no prazo proposto;

II – Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato/ata, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III – Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do objeto e fiscal do contrato/ata, objeto da presente licitação;

IV – Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação durante a vigência do Contratoata;

V – Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento).

7.2 – Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I – efetuar os pagamentos pela aquisição dos produtos conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.1 e 3.2;

II – Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III – Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato/ata;

IV – Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V – Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

VI – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da Contratante, o valor devido será acrescido de encargos moratórios calculados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, o valor original deverá ser atualizado pelo IGPM-DI da FGV, acrescido de 0,5% (meio por cento) de juros de mora por mês ou fração.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

8.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

8.1.1 – Constituem motivos para rescisão sem indenização:

I – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato/ata;

II – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

III – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

IV – a decretação de falência ou insolvência civil;

V – a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

VII – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato/ata;

VIII – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato/ata.

8.2 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.3 – É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**9.0 – CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO**

9.1 – A presente Ata foi firmado com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e no Pregão Presencial nº 068/2017, que está vinculado a esta ata.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTA ATA E AOS CASOS OMISSOS**

10.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato/ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

11.1 – Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Convite, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

11.2 – Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93:

I – advertência;

II – multa de ***10% (dez por cento***) do valor do contrato/ata**;**

III– suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a **02 (dois)** anos e,

IV– declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

11.4 – As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1– A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato/ata RUDIMAR JOSÉ LOANG e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal nº 339/2017.

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 – Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato/ata na Imprensa Oficial Do Estado.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1 – O foro da Comarca de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato/ata, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS 15.1 – Este contrato/ata se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.**

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari MT, 15 de dezembro de 2017.

**FABIO MAURI GARBUGIO**

Prefeito Municipal

**AZUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA**

CNPJ: 20.724.304/0002-90

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 057/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 057/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 026/2017**

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro,

engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **A.A.G JUNIOR-ME**, CNPJ Nº 10.768.395/0001-20, com sede à AV. ZECA FERREIRA, nº 785, Bairro CENTRO, na cidade de SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO neste ato representado pelo Srº ÁLVARO ASSIS GOMES JÚNIOR, portador do RG nº 5403900 SPTC/GO e CPF nº 014.809.531-30, residente na AV. ZECA FERREIRA, QD.A63, LT,01 Centro na cidade de SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO, doravante denominada simplesmente PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA COLETA DE LIXO QUE ATENDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, ÁREAS VERDES E ÁREAS INSTITUCIONAIS, COMO: CAPINA, PODA DE ARVORES E RETIRADAS DE ENTULHOS EM CAMINHÃO BASCULANTE, A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA COLETA DE LIXO QUE ATENDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, ÁREAS VERDES E ÁREAS INSTITUCIONAIS, COMO: CAPINA, PODA DE ARVORES E RETIRADAS DE ENTULHOS EM CAMINHÃO BASCULANTE, A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI.. conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 -** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**2.1 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**A.A.G.JUNIOR ME.**

CNPJ Nº 10.768.395/0001-20

| Item | Material | Unidade | Qtde. Ped. | Marca | Vl. Unitário | Vl. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | SERVICO DE CAPINA E LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM PEQUENOS ARBUSTOS | M² | 60.000,00 | | 0,72 | 43.200,00 |
| 2 | SERVICO CARGA DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE DE 6M3 | UN | 1.200,00 | | 16,40 | 19.680,00 |
| 3 | SERVICO DE PODA DE ARVORES, COM LIMPEZA DE GALHOS SECOS E RETIRADA DE PARASITAS, INCLUINDO REMOCAO DE ENTULHOS. | UN | 500,00 | | 38,90 | 19.450,00 |
| TOTAL | | | | | | R$82.330,00 |

VALOR POR EXTENSO: OITENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E TRINTA REAIS.

**3.2 -** O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

**4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.0-Os serviços objeto desta licitação serão solicitados conforme as necessidades do Município e deverão ser prestados no prazo máximo de 06 (seis) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de compras, devidamente assinada pela Administração Pública Municipal, conforme as condições estabelecidas deste edital.**

**4.1 -**A empresa Contratada deverá:

**4.1.1 -** Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados, Os serviços serão executados na região urbana do Município de Alto Taquari/MT, se tiver o veículo da empresa e demais componentes da empresa fica sob sua inteira responsabilidade.

**4.1.2 -** Arcar com todas as despesas dos materiais para prestação dos serviços, sem ônus para a administração Municipal.

**4.1.3 -** Prestar os serviços somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

**4.2 -** Caso o serviço solicitado não seja prestado no prazo estipulado no item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor do serviço prestado**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.2.1 -**Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**4.2.2 -** O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, da prestação dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

**5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do **CONTRATADO:**

**I -** Entregar os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

**II -** Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**III -** Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

**IV -** Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

**V -** Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

**VI -**Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**VII -** Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.2 -** Executar os serviços através de pessoas idôneas;

**5.3 -** Assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os seus empregados venham a causar no desempenho de suas funções;

**5.4 -** Executar os serviços com todo rigor necessário e com elevado padrão de qualidade, indispensável a trabalhos dessa natureza, de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico do Edital que faz parte desta ata;

**5.5 -** Prestar, quando solicitado, informações e esclarecimentos ao Fiscal de Contrato e atender prontamente as reclamações que lhe forem dirigidas;

**5.6 -** Respeitar, durante toda execução do contrato a legislação trabalhista, fiscal, providenciaria e comercial, assim como, as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente;

**5.7 -** Substituir, sempre que exigido pela PREFEITURA, e independentemente da apresentação de motivos por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;

**5.8 -** Indenizar o Município de Alto Taquari por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis ou equipamentos, pela execução inadequada dos serviços, por parte dos seus empregados, ficando este Órgão, desde já autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente, podendo, entretanto, a seu critério, optar pela reparação dos danos ou reposição dos bens;

**5.9 -** Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia sobre o valor total do contrato. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.10 -** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**5.11 -** Substituir, as suas expensas, após notificação formal, os serviços prestados em desacordo com as especificações do respectivo edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

**5.12 -** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.13 -** Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.14 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.15 -** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”, sem as quais o Município suspenderá todo e qualquer pagamento à Contratada, até regularização da situação.

**5.16 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.17 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à prestação do serviços objeto constante desta Ata;

**5.18 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

**I -** efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

**II -** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.

**III -** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

**IV -** Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

**V -** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

**VI -** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**VII -** Proporcionar os meios necessários para que a Contratada desempenhe seu trabalho dentro das normas do EDITAL.

**VIII -** Aceitar ou recusar os motivos alegados pela Contratada para configurar casos fortuitos ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 15 (quinze) dias uteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

**7.1 -** O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1 -** Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2 -** o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3 -** a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4 -** o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5 -** a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6 -** a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7 -** razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.1.8 -** ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2 -** É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3 -** É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

**8.1 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**8.2 -** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**8.3 -** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**8.4 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**9 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**9.1 -** As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**10 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1 -** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**11.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**11.3 -** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**12 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1 -** As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA**

02.070.0.0.15.452.9200.2049.3.3.90.39.00000100000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

02.070.0.0.15.452.9210.2050.3.3.90.39.00000100000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**13 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato ANA CECILIA VARGAS, de acordo com a portaria municipal nº 26/2017.

**14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**14.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**14.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**14.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**14.4 -** A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**14.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**14.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**15.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**16 - DO FORO**

**16.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 19 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA A.A.G.JUNIOR ME.**

**PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 10.768.395/0001-20**

**TESTEMUNHAS:**

**Assinatura:_____ Assinatura:_____**

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**LELIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.045/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.045/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374. 441-08 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME, CNPJ Nº13.851.726/0001-80, com sede à Rua 15 nº47 CASA 01, Bairro Machado na cidade de Mineiros-GO, neste ato representado pelo Srº FLAVIA DE SOUSA MAGALHÃES LUCIANO, portador do RG nº 5786729 e CPF nº 249.086.768-79, residente na cidade de Mineiros -GO doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME,

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

ITEM DESCRIÇÃO UN QNT MARCA VL.UNIT. VL. TOTAL

2 AGUA SANITARIA 2LT - MULTIPLO USO, COMPOSICAO: HIPOCLORITO DE SODIO, AGUA, TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0% 2,5% P/P, PRODUTO A BASE DE CLORO, CERTIFICADO PELA ANVISA OU INMETRO. UN 2.726,00 START 3,49 9.513,74

10 BOTA BORRACHA, FORRADA, ANTIDERRAPANTE, COR BRANCA, CANO MEDIO, EM PVC, NUMERACAO DO 34 AO 44 (A ESCOLHER) PAR. UN 93,00 CARTOM 25,90 2.408,70

15 COADOR DE PANO 12CM DIAMETRO - EM ALGODAO CRU, FORMATO CONICO, COR BRANCA (PEQUENO). UN 27,00 RODOBENS 1,45 39,15

17 DESINFETANTE 2LT - FRAGRANCIA: VARIOS, COMPOSICAO: COMPONETE ATIVO, ISOATIZOLINONAS, FRAGANCIA, CORANTE E VEICULO; COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE NALQUIL DIMETIL BENZIL AMONIO: 0,175%, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO. UN 3.198,00 START 3,79 12.120,42

18 DESODORIZADOR/ODORIZANTE VASO SANITARIO EM PEDRA 35-GR - COMPOSICAO: PARADICLOROBENZENO 99,5%, FRAGRANCIA E CORANTE 0,5%, COM SUPORTE PLASTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 1. 093,00 STAR 0,87 950,91

34 LIMPA ALUMINIO 500ML - LIQUIDO, COMPOSICAO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONICO, TENSOATIVO ANIONICO, TESOATICO NAOIONICO SEQUESTRANTE ABRASIVO, FRAGANCIA E VEICULO; COMPONENTE ATIVO: LINEAR AQUIL BENZENO SULFONICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 825,00 START 1,49 1.229,25

50 PAPEL HIGIENICO BRANCO ESPECIAL, PACOTE C/ 8 ROLOS DE 10CMX30MT CADA, FOLHA SIMPLES PICOTADA DE ALTA QUALIDADE, COM FRAGANCIA APLICADA NO ROLO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, COMPONENTES ATOXICOS, INDICACAO DE NAO RECICLADO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 12.067,00 NOTAVEIS 3,66 44.165,22

54 RODO GRANDE 60CM MADEIRA, BORRACHA EM EVA, DUPLA E REFORCADA, BASE E CABO EM MADEIRA REFORCADO. UN 454,00 RODOBENS 5,90 2.678,60

63 SACO LIXO - 59X62CM, 30LT, (6KG), PACOTE COM 10 UNIDADES, REFORCADO, 7 MICRAS, COR PRETO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 2.215,00 GELPLAST 1,89 4.186,35

78 VASSOURA DE PELO COM CABO, CERDAS EM PELO SINTETICO, CORPO EM PLASTICO, CABO EM MADEIRA REVESTIDO EM PLASTICO 1,20MT, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 108,00 RODOBENS 5,70 615,60

85 ABSORVENTE HIGIENICO COM ABAS, COBERTURA SECA - PCT 08 UNIDADES, COM TRES ANEIS DE PROTECAO, COM PELICULA PROTETORA, FORMATO ANATOMICO, COMPOSICAO: CELULOSE, POLIETILENO, ADESIVOS TERMOPLASTICOS, PAPEL SILICONADO, PETROLATO, ALCOOL BERRENILICO, SILICA, OXIDO DE ZINCO, FITOCONCENTROL CAMOMILA, BEHENET-10, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 74,00 SIM 2,06 152,44

91 SACO LIXO - 63X80CM, 50LT, (10KG), PACOTE COM 10 UNIDADES, REFORCADO, 10 MICRAS, COR PRETO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 2.607,00 GELPLAST 2,36 6.152,52

97 AVENTAL EM LAMINADO DE PVC (FORRADO), COR BRANCA, MEDINDO: 1,20CMX0,70CM, COM ALCAS DO MESMO MATERIAL NA CINTURA E NO PESCOCO. UN 43,00 PREVEMAX 8,39 360,77

104 ESCOVA PARA LAVAR ROUPA - BASE PLASTICA ANATOMICA, COM CERDA DE MATERIA SINTETICA, PIGMENTO E METAL. UN 43,00 RODOBENS 1,94 83,42

112 PENTE FINO (PARA TIRAR PIOLHO) UN 24,00 SBRISSA 0,49 11,76

115 PILHA ALCALINA 1,5V D2 - GRANDE - PACOTE COM 2 UNIDADES UN 43,00 ENERGIZER 21,40 920,20

122 ESCOVA DENTAL INFANTIL - TAMANHO PEQUENA, CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON

EM RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE-FABRICACAO NACIONAL UN 812,00 MEDFIL 0,85 690,20

139 PAPEL TOALHA INTERFOLHA 20,5X22,5CM, FOLHA SIMPLES, 2 DOBRAS, BRANCO LUXO, PACOTE COM 1000 UNIDADES - COMPOSICAO: 100% FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 4.145,00 SEDDAS 9,20 38.134,00

141 COADOR DE PANO 45CM DIAMETRO - EM ALGODAO CRU, FORMATO CONICO, COR BRANCA (GG). UN 19,00 RODOBENS 1,89 35,91

145 AGUA SANITARIA 1LT - MULTIPLO USO, COMPOSICAO: HIPOCLORITO DE SODIO, AGUA, TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0% 2,5% P/P, PRODUTO A BASE DE CLORO, CERTIFICADO PELA ANVISA OU INMETRO. UN 221,00 START 2,08 459,68

150 SABAO EM PO 1KG REMOVEDOR DE MANCHAS - LAVA ROUPAS, COMPOSICAO: TENSOATIVOS ANIONICOS, TAMPONANTES, COADJUVANTES/SINERGISTA, CORANTES ENZINAS, BRANQUEADOR OPTICO, FRAGANCIAS, AGUA; CONTEM: AQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, LAUREL SULFATO DE SODIO, EMBALAGEM DE PAPELAO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA UN 170,00 START 6,83 1.161,10

155 VASSOURA DE COQUEIRO COM CABO DE MADEIRA 1,20MT. UN 46,00 RODOBENS 6,60 303,60

169 FIO DENTAL ENCERADO 100MT - COMPOSICAO: BENZYL BENZOATE, MENTHYL SALICYLATE, MENTA ARVENSIS LEAF OIL, PARAFFIN, MINERAL OIL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 15,00 DENTIL 3,58 53,70

TOTAL 126.427,24

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SEIS MIL,QUATROCENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS.

4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.2 - A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 15% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.1.8 - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8. 666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT,13 de JUNHO de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

Prefeito Municipal

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇO ESPECIALIZADOS LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 056/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 056/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 026/2017**

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DAMACENA PRESTAÇÃO DE SERCIÇO LTDA-ME**, CNPJ Nº 19.270.679/0001-67, com sede à Rua Silvo Maia, nº 513, sala, Centro, na cidade de ALTO ARAGUAIA-MT, neste ato representado pelo Srº ISAIAS GOMES DAMACENA, portador do RG nº 06562604 SLSP/MT e CPF nº 415.846.191-04, residente na RUA 19, nº 186 AEROPORTO na cidade de ALTO ARAGUAIA - MT, doravante denominada simplesmente PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA COLETA DE LIXO QUE ATENDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, ÁREAS VERDES E ÁREAS INSTITUCIONAIS, COMO: CAPINA, PODA DE ARVORES E RETIRADAS DE ENTULHOS EM CAMINHÃO BASCULANTE, A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA COLETA DE LIXO QUE ATENDA A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, ÁREAS VERDES E ÁREAS INSTITUCIONAIS, COMO: CAPINA, PODA DE ARVORES E RETIRADAS DE ENTULHOS EM CAMINHÃO BASCULANTE, A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI.. conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 -** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**2.1 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| Item | Material | Unidade | Qtde. Ped. | Marca | Vl. Unitário | Vl. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | PRESTAÇÃO DE SERVICO DE MAO-DE-OBRA PARA COLETA DE LIXO | L | 12,00 | | 14.990,00 | 179.880,00 |
| TOTAL | | | | | | R$ 179.880,00 |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SETENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS E OITENTA REAIS.

**3.2 -** O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

**4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.0-Os serviços objeto desta licitação serão solicitados conforme as necessidades do Município e deverão ser prestados no prazo máximo de 06 (seis) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de compras, devidamente assinada pela Administração Pública Municipal, conforme as condições estabelecidas deste edital.**

**4.1 -**A empresa Contratada deverá:

**4.1.1 -** Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos e especificações solicitados, Os serviços serão executados na região urbana do Município de Alto Taquari/MT, ficando o veículo da empresa e demais componentes da empresa sob sua inteira responsabilidade.

**4.1.2 -** Arcar com todas as despesas dos materiais para prestação dos serviços, sem ônus para a administração Municipal.

**4.1.3 -** Prestar os serviços somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

**4.2 -** Caso o serviço solicitado não seja prestado no prazo estipulado no item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor do serviço prestado**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.2.1 -**Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**4.2.2 -** O fornecedor é obrigado a permitir a fiscalização ou supervisão pelo Município de Alto Taquari, da prestação dos serviços, em qualquer momento, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados.

**5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do **CONTRATADO:**

**I -** Entregar os serviços em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

**II -** Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

**III -** Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação.

**IV -** Manter todas as condições de habilitação exigidas na presentelicitação:

**V -** Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

**VI -**Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**VII -** Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.2 -** Executar os serviços através de pessoas idôneas;

**5.3 -** Assumir total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os seus empregados venham a causar no desempenho de suas funções;

**5.4 -** Executar os serviços com todo rigor necessário e com elevado padrão de qualidade, indispensável a trabalhos dessa natureza, de acordo com as especificações constantes do Projeto Básico do Edital que faz parte desta ata;

**5.5 -** Prestar, quando solicitado, informações e esclarecimentos ao Fiscal de Contrato e atender prontamente as reclamações que lhe forem dirigidas;

**5.6 -** Respeitar, durante toda execução do contrato a legislação trabalhista, fiscal, providenciaria e comercial, assim como, as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente;

**5.7 -** Substituir, sempre que exigido pela PREFEITURA, e independentemente da apresentação de motivos por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do Serviço Público;

**5.8 -** Indenizar o Município de Alto Taquari por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis ou equipamentos, pela execução inadequada dos serviços, por parte dos seus empregados, ficando este Órgão, desde já autorizado a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente, podendo, entretanto, a seu critério, optar pela reparação dos danos ou reposição dos bens;

**5.9 -** Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia sobre o valor total do contrato. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.10 -** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**5.11 -** Substituir, as suas expensas, após notificação formal, os serviços prestados em desacordo com as especificações do respectivo edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

**5.12 -** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.13 -** Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.14 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.15 -** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”, sem as quais o Município suspenderá todo e qualquer pagamento à Contratada, até regularização da situação.

**5.16 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.17 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à prestação do serviços objeto constante desta Ata;

**5.18 -** Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

**I -** efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme o disposto na Cláusula terceira item 3.3.

**II -** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.

**III -** Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

**IV -** Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

**V -** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

**VI -** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**VII -** Proporcionar os meios necessários para que a Contratada desempenhe seu trabalho dentro das normas do futuro contrato.

**VIII -** Aceitar ou recusar os motivos alegados pela Contratada para configurar casos fortuitos ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 15 (quinze) dias uteis após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

**7.1 -** O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1 -** Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2 -** o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3 -** a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4 -** o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5 -** a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6 -** a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7 -** razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.1.8 -** ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2 -** É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3 -** É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE**

**8.1 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**8.2 -** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**8.3 -** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**8.4 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**9 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**9.1 -** As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**10 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1 -** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**11.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**11.3 -** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**12 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1 -** As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA**

02.070.0.0.15.452.9200.2049.3.3.90.39.00000100000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

02.070.0.0.15.452.9210.2050.3.3.90.39.00000100000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**13 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG, de acordo com a portaria municipal nº 158/2017.

**14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**14.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**14.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**14.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**14.4 -** A contratada terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**14.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**14.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**15.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**16 - DO FORO**

**16.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 19 de Junho de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

PREFEITO MUNICIPAL

DAMACENA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CNPJ 19.270.679/0001-67

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 055/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 055/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017**

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica, Nº 470 - Bairro Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1.396. 283 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/ 2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **G.A MORIS FILHO-ME**, CNPJ Nº 09.308.251/0001-02, com sede à Av. João Pedro Pedrossian, nº 3419 Vila Garcia, na cidade de Aparecida do Taboado- MS, neste ato representado pela Sr. IVO JOSÉ MAGANHATO, portadora do RG nº 15642412 SSP/ MS e CPF nº 100.624.898-60, residente na cidade de APARECIDA DO TABOADO-MS doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de carne e afins, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNES E AFINS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 -** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - DA VIGÊNCIA**

**2.1 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

**3 - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**G.A MORIS FILHO-ME**

CNPJ 09.308.251/0001-02

| ITEM | UNID. | QUANT. | DESCRIÇÃO | MARCA | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | KG | 815,00 | PEITO DE FRANGO COM OSSO - CONGELADO, EMBALAGEM ORIGINAL: CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. | | | |
| 7 | KG | 9.310,00 | COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - CONGELADO - EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | OURO | 6,80 | 5.542,00 |
| 13 | KG | 3.340,00 | FILE DE PEITO FRANGO SEM OSSO - CONGELADO, EMBALAGEM ORIGINAL: CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. | OURO | 6,70 | 62.377,00 |
| 16 | KG | 440,00 | FRANGO INTEIRO SEM MIUDO - CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA ORIGINAL, COM IDENTIFICACO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. | OURO | 12,45 | 41.583,00 |
| 18 | KG | 90,00 | COXINHA DA ASA - CORTE DE FRANGO - RESFRIADO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | OURO | 6,00 | 2.640,00 |
| 29 | KG | 225,00 | SOBRECOXA DE FRANGO - CONGELADO - COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | OURO | 9,95 | 2.238,75 |
| TOTAL | | | | | | 115.352,75R$ |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E QUINZE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SENTENTA E CINCO CENTAVOS.

**4 - DO FORNECIMENTO**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregues diretamente na secretaria solicitante.**

**4.2 –** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 - DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.1.8** - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 -** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000-Material de consumo

02.060.0.0.12.306.8040.2039.33.90.30.00000115051-Material de consumo

02.060.0.0.12.306.8020.2110.33.90.30.00000115051-Material de consumo

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000-Material de consumo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.000001000000-Material de consumo

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.000001000000-Material de consumo

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.30.000001000550-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001000550-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001290040-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001290080-Material de consumo

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.000001290030-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.000003290000-Material de consumo

**03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.000003290000-Material de consumo**

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000-Material de consumo 12 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017

**13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 19 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

PREFEITO MUNICIPAL

**G.A MORIS FILHO ME**

CNPJ 09.308.251/0001-02

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.46/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.46/2017**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

**O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA**, CNPJ Nº 11.261.116/0001-09, com sede à AV. Macário Subtil nº905 bairro Centro, na cidade de Alto Taquari-MT, neste ato representado pelo S.r. **JOÃO PAULO MASSON FERNANDES**, portador do RG nº 7408357-9 SSP/PR e CPF nº 043.948.829-07, residente na Rua JOÃO MENDES DE SOUZA, Nº411 Bairro CENTRO na cidade de ALTO TAQUARI-MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se

as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO**, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**2.1 –** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA**

CNPJ Nº 11.261.116/0001-09

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QNT | MARCA | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | AVENTAL EM TECIDO DE ALGODAO COM FORRO EM PLASTICO, CORES DIVERSAS, MEDINDO: 65X46CM, COM ALCAS DO MESMO MATERIAL NA CINTURA E NO PESCOCO. | UN | 57,00 | ZEIN | 7,75 | 441,75 |
| 11 | CAIXA DE ISOPOR COM TAMPA, CAPACIDADE 80LTS - COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 20,00 | ISOESTE | 77,35 | 1.547,00 |
| 22 | ESCOVA PARA VASO SANITARIO COM SUPORTE - MATERIAL: CABO: POLIPROPILENO CERDAS: SINTETICA. | UN | 200,00 | ZEIN | 3,14 | 628,00 |
| 29 | GUARDANAPO PAPEL GRANDE 33X30 - PCT C/ 50 UNIDADES, COR BRANCO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 952,00 | JULLY | 1,10 | 1.047,20 |
| 49 | PANO PARA LIMPEZA GERAL 40X65CM - SACO COLORIDO ESPECIAL (AZUL/XADREZ) - CHAO | M | 434,00 | ALKLIN | 2,75 | 1.193,50 |
| 52 | PILHA ALCALINA 1,5V AA2 - PEQUENA - PACOTE COM 2 UNIDADES | UN | 253,00 | ELGIN | 3,80 | 961,40 |
| 53 | PILHA ALCALINA AAA2 - PALITO - PACOTE COM 2 UNIDADES | UN | 358,00 | ELGIN | 3,25 | 1.163,50 |
| 73 | TAPETE PARA PORTA 46X70CM - 300G/M², 100% ALGODAO, MATERIAL DE TOALHA. | UN | 77,00 | OLINDA | 12,50 | 962,50 |
| 88 | LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL 36LT - EM POLIETILENO DE ALTADENSIDADE E RESISTENCIA. | UN | 9,00 | PLASUTIL | 47,50 | 427,50 |
| 114 | PILHA ALCALINA 1,5V C2 - MEDIA - PACOTE COM 2 UNIDADES | UN | 148,00 | ELGIN | 13,00 | 1.924,00 |
| 157 | GUARDANAPO PAPEL GRANDE 33X30 - PCT C/ 50 UNIDADES, COR BRANCO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 20,00 | JULLY | 1,10 | 22,00 |
| total | | | | | | 10.318,35 |

VALOR POR EXTENSO: DEZ MIL, TREZENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS

**4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

**4.2 -** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

**7.1.8** - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO**

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1 -** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato, RUDIMAR JOSÉ LANG de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

**Prefeito Municipal**

**MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA**

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

**Assinatura:_____ Assinatura:_____**

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.46/2017**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

**O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA**, CNPJ Nº 11.261.116/0001-09, com sede à AV. Macário Subtil nº905 bairro Centro, na cidade de Alto Taquari-MT, neste ato representado pelo S.r. **JOÃO PAULO MASSON FERNANDES**, portador do RG nº 7408357-9 SSP/PR e CPF nº 043.948.829-07, residente na Rua JOÃO MENDES DE SOUZA, Nº411 Bairro CENTRO na cidade de ALTO TAQUARI-MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO**, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**2.1 –** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA**

CNPJ Nº 11.261.116/0001-09

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QNT | MARCA | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | AVENTAL EM TECIDO DE ALGODAO COM FORRO EM PLASTICO, CORES DIVERSAS, MEDINDO: 65X46CM, COM ALCAS DO MESMO MATERIAL NA CINTURA E NO PESCOCO. | UN | 57,00 | ZEIN | 7,75 | 441,75 |
| 11 | CAIXA DE ISOPOR COM TAMPA, CAPACIDADE 80LTS - COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 20,00 | ISOESTE | 77,35 | 1.547,00 |
| 22 | ESCOVA PARA VASO SANITARIO COM SUPORTE - MATERIAL: CABO: POLIPROPILENO CERDAS: SINTETICA. | UN | 200,00 | ZEIN | 3,14 | 628,00 |
| 29 | GUARDANAPO PAPEL GRANDE 33X30 - PCT C/ 50 UNIDADES, COR BRANCO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 952,00 | JULLY | 1,10 | 1.047,20 |
| 49 | PANO PARA LIMPEZA GERAL 40X65CM - SACO COLORIDO ESPECIAL (AZUL/XADREZ) - CHAO | M | 434,00 | ALKLIN | 2,75 | 1.193,50 |
| 52 | PILHA ALCALINA 1,5V AA2 - PEQUENA - PACOTE COM 2 UNIDADES | UN | 253,00 | ELGIN | 3,80 | 961,40 |
| 53 | PILHA ALCALINA AAA2 - PALITO - PACOTE COM 2 UNIDADES | UN | 358,00 | ELGIN | 3,25 | 1.163,50 |
| 73 | TAPETE PARA PORTA 46X70CM - 300G/M², 100% ALGODAO, MATERIAL DE TOALHA. | UN | 77,00 | OLINDA | 12,50 | 962,50 |
| 88 | LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL 36LT - EM POLIETILENO DE ALTADENSIDADE E RESISTENCIA. | UN | 9,00 | PLASUTIL | 47,50 | 427,50 |
| 114 | PILHA ALCALINA 1,5V C2 - MEDIA - PACOTE COM 2 UNIDADES | UN | 148,00 | ELGIN | 13,00 | 1.924,00 |
| 157 | GUARDANAPO PAPEL GRANDE 33X30 - PCT C/ 50 UNIDADES, COR BRANCO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 20,00 | JULLY | 1,10 | 22,00 |
| total | | | | | | 10.318,35 |

VALOR POR EXTENSO: DEZ MIL, TREZENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS

**4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

**4.2 -** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

**7.1.8** - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO**

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1 -** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato, RUDIMAR JOSÉ LANG de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

**Prefeito Municipal**

**MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA**

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

**Assinatura:_____ Assinatura:_____**

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 054/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 054/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017**

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. IVAN **MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica, Nº 470 - Bairro Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1.396. 283 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/ 2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME, CNPJ Nº 04.018.514/0001-25, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 183, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Rosilene da Silva, portadora do RG nº 60310572 SESP/PR e CPF nº 021.230.739-89, residente na cidade de Alto Taquari doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de carne e afins, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8. 666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNES E AFINS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 -** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - DA VIGÊNCIA**

**2.1 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua ASSINATURA.

**3 - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME**

CNPJ Nº 04.018.514/0001-25

| ITEM | UNID. | QUANT. | DESCRIÇÃO | MARCA | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | KG | 1.120,00 | CARNE BOVINA 1º EM BIFE (COLCHAO MOLE) - COM NO MAXIMO 5% DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARNTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE FOI EMBALADO. | FRIBOI | 18,60 | 20.832,00 |
| 2 | KG | 7.250,00 | CARNE BOVINA 2º EM PEDACO SEM OSSO (ASSEM OU PALETA) - COM NO MAXIMO 5% DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARNTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 13,95 | 101.137,50 |
| 3 | KG | 650,00 | CARNE SUINA SEM OSSO 1º (LOMBO OU PERNIL), COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANPARENTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE FOI EMBALADA. | AURORA | 15,00 | 9.750,00 |
| 4 | KG | 7.460,00 | CARNE 2º MOIDA (ASSEM/MUSCULO) - BOVINA - RESFRIADA, COM NO MAXIMO 5% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 13,95 | 104.067,00 |
| 5 | KG | 5.086,00 | CARNE BOVINA, TIPO COSTELA, SUB-DIVIDIDA, SEM EXCESSO DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 10,80 | 54.928,80 |
| 9 | KG | 562,00 | PRESUNTO COZIDO - FATIADO - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | SEARA | 21,18 | 11.903,16 |
| 10 | KG | 582,00 | QUEIJO TIPO MUSSARELA - FATIADO - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | NATAN | 26,78 | 15.585,96 |
| 11 | KG | 325,00 | FIGADO BOVINO, FATIADO, FRESCO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 9,90 | 3.217,50 |
| 14 | KG | 490,00 | SALSICHA, PARA HOT DOG, RESFRIADA, A GRANEL, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | SEARA | 6,60 | 3.234,00 |
| 15 | KG | 220,00 | APRESUNTADO DE CARNE BOVINO - FATIADO - RESFRIADO, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | SEARA | 21,90 | 4.818,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 17 | KG | 600,00 | CARNE 1º MOIDA (PATINHO) - BOVINA - RESFRIADA, COM NO MAXIMO 0% DE SEBO E GORDURA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 17,20 | 10.320,00 |
| 19 | KG | 178,00 | BACON - PEDACO - RESFRIADO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO; A EMBALAGEM ORIGINAL DEVERA SER EM: EMBALAGEM PLASTICA, COM IDENTIFICACO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE. | REZENDE | 17,73 | 3.155,94 |
| 20 | KG | 200,00 | CARNE BOVINA 1º FILE MION - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 23,90 | 4.780,00 |
| 21 | KG | 160,00 | CARNE BOVINA LAGARTO (PECA INTEIRA) - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 17,50 | 2.800,00 |
| 22 | KG | 50,00 | CARNE BOVINA SECA - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 19,90 | 995,00 |
| 23 | KG | 150,00 | CARNE SUINA COM OSSO 1º - COM NO MAXIMO 10% DE GORDURA, RESFRIADA, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANPARENTE ATOXICO, INFORMANDO PESO E DATA QUE FOI EMBALADO. | AURORA | 12,50 | 1.875,00 |
| 24 | KG | 170,00 | CARNE SUINA,TIPO COSTELA, SUB-DIVIDIDA, SEM EXCESSO DE SEBO E GORDURA, RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | AURORA | 14,90 | 2.533,00 |
| 25 | UN | 170,00 | CARNE BOVINA LAGARTO RECHEADO - RECHEIO: PRESUNTO, MUSSARELA, CARNE MOIDA, BACON, LIGUICA CALABRESA, TEMPEROS DIVERSOS, COM OU SEM LEGUMES: CENOURA, PIMENTAO E OUTROS A ESCOLHER; COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | FRIBOI | 23,70 | 4.029,00 |
| 26 | KG | 80,00 | LINGUICA DE FRANGO - RESFRIADA, COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | OURO | 14,70 | 1.176,00 |
| 27 | KG | 100,00 | LINGUICA, SUINA CALABRESA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | AURORA | 18,20 | 1.820,00 |
| 28 | KG | 150,00 | PERNIL SUINO COM OSSO - COM ASPECTO DE COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, CONTENDO PESO E DATA QUE O PRODUTO FOI EMBALADO. | AURORA | 13,15 | 1.972,50 |
| 31 | KG | 80,00 | CARNE BOVINA TIPO CUPIM, CORTE COMPOSTO POR FIBRAS MUSCULARES ENTREMEADAS DE GORDURA. | FRIBOI | 18,00 | 1.440,00 |
| TOTAL | | | | | | R$ 366.370,36 |

VALOR POR EXTENSO: TREZENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E SETENTA REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS.

**4 - DO FORNECIMENTO**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregues diretamente na secretaria solicitante.**

**4.2 –** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 - DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.1.8** - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 -** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000-Material de consumo

02.060.0.0.12.306.8040.2039.33.90.30.00000115051-Material de consumo

02.060.0.0.12.306.8020.2110.33.90.30.00000115051-Material de consumo

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000-Material de consumo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.000001000000-Material de consumo

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.000001000000-Material de consumo

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.30.000001000550-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001000550-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001290040-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.000001290080-Material de consumo

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.000001000000-Material de consumo

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.000001290030-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.000003290000-Material de consumo

**03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.000003290000-Material de consumo**

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000-Material de consumo 12 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017**.**

**13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 19 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

PREFEITO MUNICIPAL

**ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME,**

CNPJ 04.018.514/0001-25

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.47/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.47/2017**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

**O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ-ME** CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à AV. MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA nº950 bairro Centro na cidade de ALTO TAQUARI-MT , neste ato representado pelo S.r. **Adari Barbosa de Queiroz**, portador do RG nº 017. 489 SEJUSP/MS e CPF nº 230.758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO**, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**2.1 –** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**ADARI BARBOSA DE QUEIROZ-ME**

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

| ITEM | DESCRIÇÃO | UN | QNT | MARCA | VL. UNIT. | VL. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | BALAO DE FESTA TIPO ESPAGUETE - PCT COM 50 UNIDADES - LISO, COR A ESCOLHER, EM LATEX NATURAL E PIGMENTOS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELO INMETRO. | UN | 216,00 | BALAOONTECH | 8,99 | 1.941,84 |
| 7 | BALAO DE FESTA Nº7 - PCT COM 50 UNIDADES, LISO, COR A ESCOLHER, EM LATEX NATURAL E PIGMENTOS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELO INMETRO. | UN | 571,00 | BALAOONTECH | 5,80 | 3.311,80 |
| 8 | BALDE PLASTICO 15LTS CONFECCIONADO POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) - 17 LTS - ALTA RESISTENCIA A IMPACTO, PAREDES E FUNDO REFORCADOS, REFORCO NO ENCAIXE DA ALCA, ALCA EM ACO 1010/20 ZINCADO. | UN | 168,00 | ARQUIPLAST | 3,99 | 670,32 |
| 9 | BALDE PLASTICO 7LTS - CONFECCIONADO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), ALTA RESISTENCIA A IMPACTO, PAREDES E FUNDO REFORCADOS, REFORCO NO ENCAIXE DA ALCA, ALCA EM ACO 1010/20 ZINCADO. | UN | 119,00 | ARQUIPLAST | 2,99 | 355,81 |
| 12 | CESTO PARA LIXO TELADO 8 LT, FORMATO CILINDRICO, FUNDO PLANO COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE - PEQUENO. | UN | 158,00 | ARQRUIPLAS | 1,99 | 314,42 |
| 13 | CESTO COM TAMPA TELADO 60LT - PARA ROUPAS. | UN | 116,00 | ARQUIPLAST | 14,99 | 1.738,84 |
| 21 | ESCOVA PARA LAVAR ROUPA - BASE DE MADEIRA E CERDAS MATERIA SINTETICA, MACIA, METAL. | UN | 157,00 | GUIRADO | 1,10 | 172,70 |
| 26 | FLANELA LIMPEZA LARANJA - TAM. 30X50CM, USO GERAL, 100% ALGODAO, BORDAS OVERLOCADAS. | UN | 703,00 | MAXIMUS | 1,30 | 913,90 |
| 27 | FLANELA LIMPEZA BRANCA - TAM. 30X50CM, USO GERAL, 100% ALGODAO, BORDAS OVERLOCADAS. | UN | 144,00 | MAXIMUS | 1,38 | 198,72 |
| 28 | FOSFORO DE SEGURANCA - PACOTE 10X1(CADA CAIXA COM 40 PALITOS), COMPOSICAO: FOSFORO, CLORATO DE POTASSIO E AGLUTINANTES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELO INMETRO. | UN | 273,00 | CABOART | 1,88 | 513,24 |
| 30 | GUARDANAPO PAPEL PEQUENO 24X22 - PCT C/ 50 UNIDADES, COR BRANCO, 100% DE FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 971,00 | FLORAX | 0,68 | 660,28 |
| 40 | LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL 72LT, COM ALCA - EM POLIETILENO DE ALTA-DENSIDADE E RESISTENCIA. | UN | 38,00 | ARQUIPLAST | 74,00 | 2.812,00 |
| 41 | LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL 30LT- EM POLIETILENO DE ALTADENSIDADE E RESISTENCIA. | UN | 32,00 | RAINHA | 40,00 | 1.280,00 |
| 43 | LUVA PARA LIMPEZA FORRADA MULTI USO - COM LATEX 100 % NATURAL, COM FORRO DE FLOCO 100% ALGODAO, FLEXIVEL, RESISTENTE E C/ BORDAS AJUSTADAS, APROVADA NO MINISTERIO DO TRABALHO (TAMANHO A ESCOLHER). | UN | 719,00 | KALIPSO | 2,50 | 1.797,50 |
| 46 | PA PARA LIXO - EM ACO ZINCADO, CABO EM MADEIRA (LONGO) | UN | 88,00 | LUXOLAR | 3,99 | 351,12 |
| 47 | PANO DE PRATO EM TECIDO ATOALHADO 45X70CM - 100% ALGODAO, 300G/M², FIO TINTO, ESTAMPADO. | UN | 626,00 | PANO SUL | 3,29 | 2.059,54 |
| 55 | RODO MEDIO 40CM MADEIRA, BORRACHA EM EVA, DUPLA E REFORCADA, BASE E CABO EM MADEIRA. | UN | 124,00 | RODOFORT | 4,49 | 556,76 |
| 56 | RODO PEQUENO 30CM MADEIRA, BORRACHA COLORIDA EM EVA, DUPLA E REFORCADA, BASE E CABO EM MADEIRA. | UN | 112,00 | RODOFORT | 3,79 | 424,48 |
| 62 | SACO LIXO - 40X58CM, 15LT, (3KG), PACOTE COM 20 UNIDADES, REFORCADO, 7 MICRAS, COR PRETO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 1.235,00 | LIXOLIX | 1,69 | 2.087,15 |
| 71 | SUPORTE SUSPENSO P/ COPO DESCARTAVEL 50 ML - PORTA COPO DE PAREDE, INOX. | UN | 16,00 | GLOBO | 22,00 | 352,00 |
| 74 | TOALHA DE ROSTO FELPUDA 45X80CM - 100% ALGODAO, 400G/M², CORES VARIADAS. | UN | 173,00 | SANTISTA | 7,99 | 1.382,27 |
| 77 | VASSOURA DE ESPUMA COM CABO 1,20MT, BASE PLASTICO, CABO EM MADEIRA REVESTIDO EM PLASTICO, (PARA ENCERAR E OUTROS). | UN | 53,00 | LUXOLAR | 5,27 | 279,31 |
| 79 | VASSOURA DE PIACAVA COM CABO (DURA), CERDAS EM SINTETICO, CABO DE MADEIRA REVESTIDO 1,20MT, BASE EM PLASTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 84,00 | PIASSANIO | 5,57 | 467,88 |
| 86 | BAND-AID (CURATIVO) - CAIXA COM 10 UNIDADES, TRANSPARENTE, FORMATO ANATOMICO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. | UN | 229,00 | BANDAID | 1,93 | 441,97 |
| 93 | SACO PLASTICO EM POLIETILENO PARA ALIMENTO - CAPACIDADE 500GR 15X30CM - PACOTE 1KG. | UN | 308,00 | ELLO | 22,09 | 6.803,72 |
| 94 | BORRACHA PANELA DE PRESSAO 10LT, BORRACHA DE SILICONE, PACOTE COM 1 UNIDADE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 17,00 | MAXIMUS | 3,99 | 67,83 |
| 95 | SACO PARA PIPOCA DE PAPEL, 7,5X14CM - PACOTE 50 UNIDADES, COMPOSICAO: PAPEL DE SEDA E PIGMENTOS COLORIDOS ATOXICOS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 313,00 | BRINK FEST | 1,99 | 622,87 |
| 98 | COLHER DESCARTAVEL PLASTICO TRANSPARENTE (CRISTAL) P/ SOBREMESA - EMBALAGEM 50 UNIDADES, DE ALTA RESISTENCIA, COMPOSICAO: POLIESTIRENO E PIGMENTO DE ALTA PUREZA (PEQUENA). | UN | 300,00 | PRA FESTA | 1,89 | 567,00 |
| 99 | CORDA DE VARAL, PACOTE 15MT- PRODUZIDA EM ACO REVESTIDO EM PVC/PP, RESISTENTE E DURAVEL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 47,00 | BANDEIRA SLIN | 2,19 | 102,93 |
| 103 | ESCOVA CABELO, COM CERDAS DE NYLON, VENTILADA, MODELO RETANGULAR, TAMANHO MEDIA/USO ADULTO; COMPOSICAO: MATERIA SINTETICA, PIGMENTOS, METAL E MADEIRA. | UN | 36,00 | RERBONITINHO | 7,99 | 287,64 |
| 110 | PALITO DE SORVETE - PACOTE 50 UNIDADES, TAMANHO APROX. 10CM, CONFECCIONADO COM MADEIRA REFLORESTAMENTO, COR NATURAL. | UN | 102,00 | CAGENA | 1,99 | 202,98 |
| 113 | PENTE PARA CABELO EM PLASTICO POLIPROPILENO E PIGMENTO, CABO ANATOMICO, CORES VARIADAS. | UN | 46,00 | HOUSE | 1,78 | 81,88 |
| 117 | PRATO DESCARTAVEL EM PLASTICO PARA SOBREMESA 15CM (150MM), COR BRANCO - PACOTE 10 UNIDADES | UN | 545,00 | COPO CENTRO | 0,75 | 408,75 |
| 123 | BORRACHA PANELA DE PRESSAO 4,5LT, BORRACHA DE SILICONE, PACOTE COM 1 UNIDADE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 22,00 | MAXIMUS | 1,49 | 32,78 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 125 | COLHER DESCARTAVEL PLASTICO TRANSPARENTE (CRISTAL) P/ SOPA - EMBALAGEM 50 UNIDADES, DE ALTA RESISTENCIA, COMPOSICAO: POLIESTIRENO E PIGMENTO DE ALTA PUREZA (GRANDE). | UN | 340,00 | PRAFESTA | 2,55 | 867,00 |
| 128 | FACA DESCARTAVEL PLASTICO TRANSPARENTE PARA REFEICAO - PACOTE C/ 50 UNIDADES, DE ALTA RESISTENCIA, COMPOSICAO: POLIESTIRENO E PIGMENTO DE ALTA PUREZA (GRANDE). | UN | 15,00 | PRAFESTA | 2,58 | 38,70 |
| 129 | GARFO DESCARTAVEL PLASTICO TRANSPARENTE P/ SOBREMESA (PEQUENO) - PCT 50 UNIDADES, DE ALTA RESISTENCIA. | UN | 345,00 | PRA FESTA | 2,19 | 755,55 |
| 131 | LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA 60LT - EM POLIETILENO DE ALTADENSIDADE E RESISTENCIA. | UN | 21,00 | ARQUIPLAST | 18,98 | 398,58 |
| 134 | SACO PLASTICO (BIG-BEM/GELADINHO, ACONDICIONAR TALHERES), TAM. 4X230CM - PACOTE 100 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 104,00 | BRINK FEST | 1,52 | 158,08 |
| 136 | BORRACHA PANELA DE PRESSAO 7LT, BORRACHA DE SILICONE, PACOTE COM 1 UNIDADE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 16,00 | MAXIMUS | 1,49 | 23,84 |
| 138 | SACO PLASTICO EM POLIETILENO PARA ALIMENTO - CAPACIDADE 1KG 20X30CM - PACOTE 1KG. | UN | 49,00 | ELLO | 22,07 | 1.081,43 |
| 140 | PAPEL FILME - EM PELICULA DE PVC, DIMENSOES APROXIMADAS: 45CMX7,5MT, FILME DE PVC FLEXIVEL (ESTICAVEL), ESPESSURA MINIMA DE 10 MICRAS, TRANSPARENTE, RESISTENTE, IMPERMEAVEL, ATOXICO E INODORO, PROPRIO PARA ACONDICINAMENTO DE ALIMENTOS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM: ROLO DE 100 METROS. | UN | 183,00 | WYDA | 7,48 | 1.368,84 |
| 142 | PALITO DE DENTE - CAIXA 100 UNIDADES (PALITO ROLICO DE MADEIRA) | UN | 69,00 | GINA | 0,59 | 40,71 |
| 143 | CAIXA DE ISOPOR COM TAMPA, CAPACIDADE 21LTS - COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 20,00 | ISOESTE | 24,45 | 489,00 |
| 144 | ESCOVA PARA UNHA (PE), COM CERDAS MACIAS EM MATERIA SINTETICA, PIGMENTO E METAL, CABO DE BASE EM PLASTICA, ALCA DUPLA PARA ENCAIREPERFEITOS DOS DEDOS. | UN | 63,00 | DIELO | 1,45 | 91,35 |
| 148 | CHINELO DE DEDO (ADULTO) - MODELO TRADICIONAL, COR LISO/ SEM ESTAMPA, TIRA E SOLADO EM BORRACHA, ORIGEM NACIONAL, PESO APROX. 131GR - NUMERACAO: 33/34, 35/36, 37/38, 39/40, 41/42 A ESCOLHER. | UN | 38,00 | HAVAIANAS | 11,80 | 448,40 |
| 149 | GARFO DESCARTAVEL PLASTICO TRANSPARENTE (CRISTAL) P/ REFEICAO (GRANDE) - PCT 50 UNIDADES, DE ALTA RESISTENCIA, COMPOSICAO: POLIESTIRENO E PIGMENTO DE ALTA PUREZA. | UN | 124,00 | PRAFESTA | 2,39 | 296,36 |
| 151 | ADESIVO INSTANTANEO UNIVERSAL 3GR (SUPER BONDER) - COMPOSICAO: ESTER DE CIANOACRILATO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 43,00 | SUPERBONDER | 4,11 | 176,73 |
| 152 | FACA DESCARTAVEL PLASTICO TRANSPARENTE PARA REFEICAO - PACOTE C/ 50 UNIDADES, DE ALTA RESISTENCIA, COMPOSICAO: POLIESTIRENO E PIGMENTO DE ALTA PUREZA (GRANDE). | UN | 108,00 | PRAFESTA | 2,49 | 268,92 |
| 154 | LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA E PEDAL 25LT - EM PVC, FORMATO CILINDRICO, FUNDO PLANO. O OBJETO DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. | UN | 5,00 | ARQUIPLAST | 23,99 | 119,95 |
| 158 | OLEO LUBRIFICANTE MULTIUSO 100ML (OLEO MAQUINA) - COMPOSICAO: OLEO MINERAL LUBRIFICANTE SC25, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. | UN | 25,00 | SINGER | 2,99 | 74,75 |
| 159 | PROTETOR SOLAR FPS UVA 30,LIVRE DE OLEO 120GR/ML (FILTRO OU BLOQUEADOR), DERMATOLOGICAMENTE TEXTADO.PREFERENCIALAMENTE AS MARCAS: LUVEX, SUN-DOWN, RED APPLE OU SIMILAR | UN | 267,00 | NUTRIEX | 18,99 | 5.070,33 |
| 161 | APARELHO DE BARBEAR DESCARTAVEL COM 2 LAMINAS, MOVEL. | UN | 10,00 | FIAT LUX | 1,19 | 11,90 |
| 162 | BICO PARA MAMADEIRA (TAMANHO 1 / 0-6 MESES) SILICONE ORTODONTICO, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES, FURO DE VENTILACAO/MACIA, TRANSPARENTE, INODORO, INDERFOMAVEL, RESISTENTE A FERVURA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. | UN | 4,00 | CESSISA | 4,18 | 16,72 |
| 163 | BICO PARA MAMADEIRA (TAMANHO 2 / MAIOR 6 MESES) SILICONE ORTODONTICO, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES, FURO DE VENTILACAO/MACIA, TRANSPARENTE, INODORO, INDERFOMAVEL, RESISTENTE A FERVURA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. | UN | 4,00 | CESSISA | 5,98 | 23,92 |
| 164 | CAIXA DE ISOPOR COM TAMPA, CAPACIDADE 18LTS - COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 4,00 | ISOESTE | 24,13 | 96,52 |
| 165 | CHINELO DE DEDO (INFANTIL) - MODELO TRADICIONAL, COR LISO/ SEM ESTAMPA, TIRA E SOLADO EM BORRACHA, ORIGEM NACIONAL, PESO APROX. 80GR - NUMERACAO: 23/24, 25/26, 27/28, 29/30, 31/32, 33/34 A ESCOLHER. | UN | 4,00 | HAVAIANAS | 9,29 | 37,16 |
| 166 | CHUPETA (TAMANHO 1 / 0-6 MESES) BICO ORTODONTICO DE SILICONE, CORPO POLIPROPILENO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. | UN | 10,00 | CEFISA | 4,68 | 46,80 |
| 168 | ESCOVA CABELO PARA BEBE, CORPO EM POLIPROPILENO, CERDAS EM NYLON MACIA, TAMANHO PEQUENA/USO INFALTIL, MODELO OVAL, COR ATOXICA. | UN | 3,00 | DIELO | 4,18 | 12,54 |
| 170 | MAMADEIRA DE PLASTICO 240 ML (TAMANHO UNIVERSAL/ORTO SILICONE) - CRISTAL, GARGALO HIGIENICO, INODORO, COR ATOXICO, BICO EM SILICONE, COM CAPUZ E FRASCO EM POLICARBONATO, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. | UN | 10,00 | MAMITA | 3,99 | 39,90 |
| 171 | PINCA USO HIGIENICO E PESSOAL (SOMBRANCELHA) - COMPOSICAO: ACO INOXIDAVEL. | UN | 3,00 | HOUSE | 0,74 | 2,22 |
| 173 | RACAO PARA CAO FILHOTE 25KG - USO VETERINARIO | UN | 3,00 | KIKO | 124,99 | 374,97 |
| 175 | CHINELO DE DEDO (BEBE) - MODELO TRADICIONAL, COR LISO/ SEM ESTAMPA, TIRA E SOLADO EM BORRACHA, CINTA ELASTICA, ORIGEM NACIONAL, PESO APROX. 80GR - NUMERACAO: 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26 A ESCOLHER. | UN | 2,00 | HAVAIANAS | 25,78 | 51,56 |
| 176 | PALHA DE ACO Nº0 25GR (FINA) - COMPOSICAO: ACO CARBONO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 36,00 | BRILHOMA | 0,65 | 23,40 |
| 177 | PAPEL MANTEIGA - ROLO 0,30CMX4MT, COR BRANCO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | UN | 35,00 | BOREDA | 3,99 | 139,65 |
| TOTAL | | | | | | 49.357,72 |

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E NOVE MIL,DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS

**4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

**4.2 -** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

**7.1.8** - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMERCIO E TURISMO**

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

**12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

**12.1 -** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

**Prefeito Municipal**

**ADARI BARBOSA DE QUEIROZ-ME**

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

**Assinatura:_____ Assinatura:_____**

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Fabio Mauri Garbugio, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 899.868.069-68, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa FARMÁCIA ARTESANAL LTDA - ME, CNPJ Nº 11.707.318/0001-23, com sede à Rua Altino Pereira de Souza, nº 1125, Centro, Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Adriana Lindolfo, brasileira, farmacêutica, casada, portadora do RG Nº 270715010 SSP/SP e CPF Nº 191.033.618-10, residente na Rua Rinaldo Adolfo Sauter, Nº 10, Centro, nesta cidade, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, ATENDENDO RECEITAS INDIVIDUAIS DE PESSOAS QUE NÃO POSSUEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS FAVORÁVEIS EM CUSTEÁ-LOS – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 056/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 - A presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FARMÁCIA ARTESANAL LTDA - ME

CNPJ Nº 11.707.318/0001-23

Item Material Un Qtde Marca Vl. Unit. Vl. Total

1 ACEBROFILINA XAROPE 10MG/ML - ADULTO UN 10,00 GERMED 11,00 110,00

2 ACEBROFILINA XAROPE 5MG/ML - PEDIATRICO UN 10,00 GERMED 18,00 180,00

5 AMPICILINA 500 MG COMPRIMIDOS UN 10,00 GERMED 13,48 134,80

7 ARADOIS H 30 COMPRIMIDOS UN 30,00 BIOLAB 57,17 1.715,10

9 ALPRAZOLAM 0,5MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 24,00 BIO SINTETICA 15,98 383,52

11 ALPRAZOLAM 2MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 24,00 NOVA QUIMIC A 49,00 1.176,00

13 ARTOGLICO - 30 SACHES UN 30,00 ACHE 128,79 3.863,70

15 BACLOFEN 10MG 10 COMPRIMIDOS UN 10,00 TEUTO 19,46 194,60

17 BESEROL CAIXA C/ 12 COMPRIMIDOS UN 10,00 SAFONI 15,24 152,40

18 BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG - CAIXA 28 COMPRIMIDOS UN 10,00 RAMBAXY 54,63 546,30

23 CARBONATO DE CALCIO COMPRIMIDO 1250MG(EQUIVALENTE A 500MG CA++) UN 12,00 DELTA 35,90 430,80

24 CARBONATO LITIO COMPRIMIDO 300MG UN 20,00 EUROFARMA 30,45 609,00

26 CICLOBENZAPRINA 5MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 10,00 BIO SINTETICA 24,54 245,40

31 ENOXAPARINA SODICA 20MG/0,2ML ( CLEXANE INJETAVEL) UN 10,00 60,95 609,50

33 CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG - CAIXA 28 COMPRIMIDOS UN 12,00 RAMBAXY 68,11 817,32

34 CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG UN 15,00 EMS 86,46 1.296,90

35 VITAMINAS COMPLEXO B: B1,B2,B3,B6,B12 E PP SOLUCAO ORAL UN 10,00 EMS 15,42 154,20

39 DERSANI LOCAO OLEOSA 200ML UN 12,00 CASE 55,74 668,88

42 DIOSMINA 900 MG + FLAVONOIDES EXPRESSOS EM HESPERIDINA 100 MG (SACHE) UN 10,00 NEO QUIMICA 109,00 1.090,00

46 DUO TRAVATAN COLIRIO 2,5ML UN 10,00 ALCON 114,73 1.147,30

47 EPEZ, CLORIDRATO DE DENEPEZILA 5MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 10,00 74,60 746,00

51 FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG - CAIXA 28 CAPSULAS UN 30,00 RAMBAXY 30,63 918,90

53 FRISIUM 10MG - CAIXA 20 COMPRIMIDOS UN 24,00 13,39 321,36

54 FRONTAL 2MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 10,00 108,96 1.089,60

56 GALVUS MET 50 + 850MG - CAIXA 56 COMPRIMIDOS UN 10,00 202,14 2.021,40

58 H BACTER I BP 7 BLISTER CAIXA COM 28 CAPSULAS UN 8,00 TEUTO 111,35 890,80

60 HIDROXICLOROQUINA 400MG (REUQUINOL) - CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS. UN 30,00 MANIPULADO 70,09 2.102,70

66 LEVOFLOXACINO 500MG - CAIXA 10 COMPRIMIDOS UN 10,00 CIMED 47,15 471,50

68 LIPIDIL 200MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 10,00 EMS 111,63 1.116,30

71 MEIA ELASTICA DE COMPREENSAO 7/8 (VASCULAR). UN 5,00 KENDALL 95,80 479,00

73 METOTREXATE 20MG - CAIXA COM 10 CAPSULAS UN 24,00 MANIPULADO 35,00 840,00

75 MICARDS HCT 80/12,5MG - CAIXA 28 COMPRIMIDOS UN 10,00 APSEN 143,75 1.437,50

78 VITAMINA D (10ML GOTAS). UN 25,00 UNIAO QUIMICA 26,61 665,25

80 NEXIUM 40MG - CAIXA 14 CAPSULAS UN 8,00 145,30 1.162,40

82 NORIPURUM GOTAS 50MG/ML COM 30ML. UN 12,00 28,54 342,48

85 OSSOTRAT D 600 (CAIXA COM 60 COMP) UN 5,00 DELTA 49,47 247,35

86 OXIBUTINA 0,1MG - FRASCO 500ML UN 10,00 MANIPULADO 163,35 1.633,50

88 PARIET 20MG - CAIXA 7 COMPRIMIDOS UN 10,00 85,02 850,20

92 PIROXICAM 20MG - CAIXA 15 COMPRIMIDO UN 10,00 TEUTO 13,77 137,70

94 PROFENID RETARD 200MG - CAIXA 10 COMPRIMIDOS UN 10,00 38,30 383,00

102 SELOZOK 50MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 10,00 52,00 520,00

103 SENNA SENARETTI CAIXA C/ 20 COMPRIMIDOS UN 10,00 43,00 430,00

104 SIGMACLAV 400MG/ML 7ML. UN 12,00 46,33 555,96

105 AMOXILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO SUPENSAO 400MG+57MG/5ML UN 12,00 EUROFARMA 42,10 505,20

106 SOLUCAO NASAL 30ML - INFANTIL (NEOSORO). UN 8,00 NEO QUIMICA 6,95 55,60

108 TARTARATO DE BRIMODINA-COLIRIO 5ML UN 10,00 GERMED 40,75 407,50

110 TAPAZOL 10MG 50 COMPRIMIDOS UN 10,00 22,84 228,40

113 TYLEX 30MG (CAIXA COM 24 COMP) UN 10,00 52,67 526,70

117 VENOVAZ 500MG (CAIXA COM 30 COMP). UN 12,00 AFARMA 66,50 798,00

119 VITAMINA E 400MG (CAIXA COM 30 COMP). UN 15,00 ACHE 31,08 466,20

120 BUP 150MG (CLORIDRATO DE BUPROPIONA) - COMPRIMIDO UN 18,00 EUROFARMA 100,59 1.810,62

122 DOLAMIN FLEX COMPRIMIDOS UN 10,00 FMQ 40,74 407,40

124 DOXAZOSINA 2MG- CAIXA 30 COMPRIMIDOS UN 10,00 MANIPULADO 31,40 314,00

127 FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG 60 COMP UN 30,00 RAMBAXY 80,00 2.400,00

128 FRALDA GERIATRICA TAM M - PACOTE COM 9 UNIDADES UN 12,00 MILI 17,00 204,00

129 FRALDA GERIATRICA ADULTO TAM G PACOTE COM 8 UNIDADES UN 12,00 MILI 17,00 204,00

130 FRALDA GERIATRICA ADULTO TAMANHO GG PACOTE COM 7 UNIDADES UN 12,00 MILI 17,00 204,00

132 LACTULONA 120ML - XAROPE UN 10,00 LEGRAND 33,00 330,00

133 LOPID 900MG (12 COMP). UN 10,00 84,32 843,20

134 MONOCARDIL 20MG CX C/ 30COMPRIMIDOS UN 10,00 12,17 121,70

136 RISPERIDONA 1 MG FRASCO COM 30 ML UN 30,00 SUPERA 48,33 1.449,90

138 ROSUVASTATINA CALCICA 20MG COMPRIMIDO - CAIXA COM 30 UNIDADES UN 20,00 EMS 89,30 1.786,00

140 SERTRALINA COMPRIMIDO 50MG UN 10,00 NOVA QUIMIC A 54,90 549,00

142 TOPIRAMATO 50MG - CAIXA 60 CAPSULA UN 30,00 BIO SINTETICA 89,15 2.674,50

144 DEPAKOTE ER CX C/30 COMPRIMIDOS UN 10,00 76,75 767,50

146 DEXAMETASONA COLIRIO 0,1% UN 10,00 ACHE 6,64 66,40

147 OLANZAPINA 10MG COMPRIMIDOS UN 4,00 ACHE 240,21 960,84

149 OMEGA 3,6,9, VITAMINA E, OLEO DE PEIXE UN 10,00 MIX NUTRI 99,25 992,50

152 LUBRIFICANTE OFTALMICO (POLIETILENOGLOCOL 400, PROPILENOGLICOL) UN 12,00 MANIPULADO 50,30 603,60

154 TOPERMA 5% COM 30 EMPLASTROS (CLORIDRATO DE LIDOCAINA) UN 30,00 301,19 9.035,70

156 VITAMINA D 400 UI (CARBONATO DE CALCIO 500MG) COMP UN 15,00 UNIAO QUIMICA 24,75 371,25

TOTAL 63.972,33

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS.

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 - Esses medicamentos deverão ser entregues de acordo com cada receita, emitidas pelo médico da rede pública de saúde, e autorizadas pela Secretaria de Saúde através do agente indicado, nas seguintes condições:

4.2 - A entrega deverá ser imediata, no prazo máximo de 02 (duas) horas após emissão e autorização expressa na receita pelo responsável.

4.3 - Os medicamentos a serem entregues deverão ser os autorizados e relacionados nesta licitação, sob pena de não recebimento dos que forem substituídos.

4.4 - Somente poderá entregar os medicamentos que estiverem contendo a lista licitada e devidamente autorizada.

4.5 - O licitante vencedor deverá ter em seu estoque os itens ganhos em quantidade suficiente para que a entrega seja feita de imediato de acordo com as solicitações (receitas), dentro do prazo exigido.

4.6 - O período proposto para esses consumos estima-se em 12 (doze) meses, de acordo com atendimentos em períodos iguais atendidos, podendo ter variações para mais ou menos tempo.

4.7 - Os interessados em participar deste processo licitatório deverão levar em conta o prazo proposto para entrega, tendo em vista que são para atendimento em caráter emergencial e individual.

4.8 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.8.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.8.2 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.8.3 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.8.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.2.1 - Substituir, as suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas.

5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.6 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.7 - Como condição para o pagamento, a licitada vencedora deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 - Convocar a licitada vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2 - O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos

anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata.

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto.

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução.

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil.

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios.

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços.

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 - CLAÚSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

c) Tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.00.10.122.7050.2108.3.3.90.30.0000010000000 - Material de Consumo.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal nº 158/2017.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei Nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPÓSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 05 de setembro de 2017.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

FARMÁCIA ARTESANAL LTDA - ME

CNPJ Nº 11.707.318/0001-23

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2017**

**O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Fabio Mauri Garbugio, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 899.868.069-68, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa PEDRO HENRIQUE MARTINS - ME, CNPJ Nº 22.496.049/0001-10, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 910, Centro, Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Pedro Henrique Martins, portador do RG Nº 1728391 SSP/MT e CPF Nº 996.328.021-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, Nº 2770, Centro, nesta cidade, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata. 1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1-A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL** CONTRATAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, ATENDENDO RECEITAS INDIVIDUAIS DE PESSOAS QUE NÃO POSSUEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS FAVORÁVEIS EM CUSTEÁ-LOS – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 056/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.**

**2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO**

**2.1 - A presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.**

**3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

**3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:**

**PEDRO HENRIQUE MARTINS - ME CNPJ Nº 22.496.049/0001-10**

| Item | Material | UN | Qtde | Marca | Vl. Unit. | Vl. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | AMBROXOL XAROPE 6MG/ML ADULTO | UN | 10,00 | CIFARMA | 16,40 | 164,00 |
| 6 | SULFATO DE GLICOSAMINA + SULFATO SODICO DE CONDROITINA (ARTICO) SACHE - CAIXA COM 30 UNIDADES. | UN | 30,00 | ACHE | 151,20 | 4.536,00 |
| 8 | ALENDIL CALCIO D - 4 COMPRIMIDOS+60COMPRIMIDOS | UN | 30,00 | FARMOQUIMICA | 132,99 | 3.989,70 |
| 10 | ALPRAZOLAM 1MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 24,00 | GERMED | 26,00 | 624,00 |
| 12 | AMBROXOL XAROPE 3MG/ML PEDIATRICO | UN | 10,00 | CIFARMA | 12,30 | 123,00 |
| 14 | AZITROMICINA COMPRIMIDO 500 MG | UN | 10,00 | DONA DUZZI | 22,07 | 220,70 |
| 16 | EXTRATO SECO DE GARCINIA CAMBOGIA 500MG | UN | 24,00 | OFICIAL FARMA | 120,30 | 2.887,20 |
| 20 | BUP 150MG (CLORIDRATO DE BUPROPIONA) - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 18,00 | EUROFARMA | 88,50 | 1.593,00 |
| 21 | BUSCOPAN COMPOSTO (ESCOPOLAMINA 10MG + DIPORANA 250MG) - CAIXA 20 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | BOERHINGER | 12,19 | 121,90 |
| 25 | CEFTRIAXONA 1G INJETAVEL | UN | 10,00 | EUROFARMA | 28,64 | 286,40 |
| 28 | CIPROFIBRATO 100MG USO ADULTO CAIXA C/ 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | GERMED | 61,70 | 617,00 |
| 29 | CITALOPRAM 20MG COMPRIMIDO | UN | 30,00 | GERMED | 66,23 | 1.986,90 |
| 30 | CLAVULIN BD 200 MG 70ML | UN | 10,00 | GSK FARMA | 63,23 | 632,30 |
| 32 | CLONAZEPAM COMPRIMIDO 2MG | UN | 15,00 | GERMED | 11,27 | 169,05 |
| 36 | COSOPT COLIRIO 5ML | UN | 10,00 | MUNDPHARMA | 111,25 | 1.112,50 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 37 | DECONGEX PLUS 20ML - SOLUCAO ORAL | UN | 10,00 | ACHE | 9,91 | 99,10 |
| 38 | DEPAKENI 500MG CAIXA C/ 50 COMPRIMIDOS | UN | 18,00 | ABBOTT | 59,00 | 1.062,00 |
| 40 | DEXADOR CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | ARESE | 45,98 | 459,80 |
| 41 | DIAMOX 250MG - CAIXA 25 COMPRIMIDOS | UN | 15,00 | UNIAO QUIMICA | 13,74 | 206,10 |
| 43 | PEPTIDEO DE COLAGENO (DISFOR) SACHE - CAIXA COM 30 UNIDADES. | UN | 30,00 | BIOLAB | 154,03 | 4.620,90 |
| 44 | DOLAMIM 125MG - CAIXA 16 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | FARMOQUIMICA | 20,95 | 209,50 |
| 45 | DONAREN 100MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | APSEN | 73,10 | 731,00 |
| 48 | EXELON 1,5MG - CAIXA 28 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | NOVARTIS | 197,53 | 1.975,30 |
| 49 | OXALATO DE ESCITALOPRAM 20MG | UN | 20,00 | MEDLEY | 71,36 | 1.427,20 |
| 50 | FLORATIL 100MG - CAIXA 12 COMPRIMIDOS | UN | 8,00 | MERK | 31,50 | 252,00 |
| 52 | FRESH TEARS COLIRIO 10ML | UN | 10,00 | ALLERGAN | 32,83 | 328,30 |
| 55 | GABAPENTINA 600MG (GABANEURIN) - CAIXA COM 30 COMRPIMIDOS | UN | 18,00 | GERMED | 115,20 | 2.073,60 |
| 57 | GANFORT COLIRIO 3ML | UN | 10,00 | ALLERGAN | 95,60 | 956,00 |
| 59 | HEMITARTARATO DE RICASTIGMINA 1,5MG - CAIXA 30 CAPSULAS | UN | 10,00 | BIOSINTETICA | 121,00 | 1.210,00 |
| 61 | HIXIZINE 25 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | THERASKIN | 35,03 | 350,30 |
| 62 | ICTUS 6,25 MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | BIOLAB | 35,21 | 352,10 |
| 63 | KRONEL EM POMADA 60GR - 1 BISNAGA + 10 APLICADORES | UN | 10,00 | QUESALON | 91,97 | 919,70 |
| 64 | LABEL 120 ML | UN | 10,00 | ACHE | 36,39 | 363,90 |
| 65 | LABIRIN 8MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | CRISTALIA | 23,40 | 234,00 |
| 67 | LIPANON 250MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | HYPER | 80,70 | 807,00 |
| 69 | MALEATO DE TIMOLOL 0,5 5ML | UN | 10,00 | NEO QUIMICA | 8,90 | 89,00 |
| 70 | MATERNA (POLIVITAMINICO E POLIMINERAIS). | UN | 10,00 | WYETH | 41,08 | 410,80 |
| 72 | MELOXICAM COMPRIMIDO 15 MG (COM 10 COMPRIMIDOS) | UN | 10,00 | PHARLAB | 21,40 | 214,00 |
| 74 | METRONIDAZOL 400MG - CAIXA 24 COMPRIMIDO | UN | 10,00 | THEOTO | 21,10 | 211,00 |
| 76 | MIOSAN 5MG (CAIXA COM 30 COMP) | UN | 10,00 | APSEN | 31,00 | 310,00 |
| 77 | MODURETIC 50/5MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | SUPERA | 19,22 | 192,20 |
| 79 | NEOZINE 100MG - 20 COMPRIMIDO | UN | 8,00 | SANOFI | 20,13 | 161,04 |
| 81 | NOOTROPIL 800MG (CAIXA COM 30 COMP) | UN | 8,00 | UCB FARMA | 28,39 | 227,12 |
| 83 | NOVACORT POMADA BISNAGA COM 80G. | UN | 8,00 | ACHE | 24,62 | 196,96 |
| 84 | NOVAMOX 875 MG CAIXA C/ 14 COMPRIMIDOS | UN | 8,00 | ACHE | 69,30 | 554,40 |
| 87 | PANTOPAZ 40MG - 14 COMPRIMIDOS | UN | 30,00 | SANDOZ | 37,48 | 1.124,40 |
| 89 | PAROXETINA 20MG CAIXA C/ 20 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | RAMBAXY | 83,44 | 834,40 |
| 90 | PENCILIN-V (PEN-VE-ORAL) FENOXIMETILPENICILINA POTASSIO - CAIXA COM 12 COMPRIMIDOS | UN | 12,00 | SUPERA | 19,52 | 234,24 |
| 91 | PILOCARPINA 2% COL. 10ML | UN | 10,00 | ALLERGAN | 25,74 | 257,40 |
| 93 | PREDFORT COLIRIO 5ML. | UN | 10,00 | ALERGAN | 34,39 | 343,90 |
| 95 | PROMETAZINA COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | SANOFI | 11,34 | 113,40 |
| 97 | REVIA CAIXA COM 30 CAPISULAS | UN | 18,00 | CRISTALIA | 298,80 | 5.378,40 |
| 98 | RISEDRONATO SODICO HEMI-PENTAHIDRATADO 40,192MG (RISEDROSS) - CAIXA COM 4 COMPRIMIDO. | UN | 24,00 | GERMED | 61,80 | 1.483,20 |
| 99 | RISPERIDONA 2MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 30,00 | GERMED | 47,20 | 1.416,00 |
| 100 | RIVOTRIL 2,5MG/ML 20ML - GOTAS | UN | 18,00 | ROCHE | 17,52 | 315,36 |
| 101 | ROVAMICINA 1,5MG (CAIXA COM 16 COMPRIMIDOS). | UN | 10,00 | SANOFI | 60,84 | 608,40 |
| 107 | SOMALGIN 100MG | UN | 10,00 | EMS | 17,18 | 171,80 |
| 109 | TEGRETOL 20MG/ML 100ML - XAROPE | UN | 30,00 | NOVARTIS | 20,36 | 610,80 |
| 111 | TORAGESIC 10MG - CAIXA 10 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | EMS | 30,55 | 305,50 |
| 112 | TRANSAMIN 250MG - CAIXA COM 12 COMPRIMIDO | UN | 10,00 | NICOKKO | 51,95 | 519,50 |
| 114 | VASLIP 40MG (CAIXA COM 30 COMP) | UN | 18,00 | BIOFARMA | 70,36 | 1.266,48 |
| 115 | VENALOT CX C/ 30 CP | UN | 12,00 | NYCOMED | 42,80 | 513,60 |
| 116 | VENALOT - CAIXA COM 60 COMPRIMIDOS | UN | 12,00 | NYCOMED | 77,34 | 928,08 |
| 118 | VITAMINA B (CAIXA COM 30 COMP). | UN | 15,00 | TEUTO | 18,75 | 281,25 |
| 121 | CELEBRA 200MG CX COM 15 COMPRIMIDOS | UN | 28,00 | WYETH | 69,64 | 1.949,92 |
| 123 | DOSTINEX 0,50MG CAIXA C/ 08 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | WYETH | 309,75 | 3.097,50 |
| 125 | OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG | UN | 20,00 | EMS | 60,10 | 1.202,00 |
| 126 | FLAVONID 500MG - CAIXA 30 COMPRIMIDOS | UN | 8,00 | NEO QUIMICA | 52,68 | 421,44 |
| 131 | DECANOATO DE HALOPERIDOL 0,52MG/ML INJETAVEL - AMPOLA 1ML | UN | 12,00 | JHONSHON | 111,50 | 1.338,00 |
| 135 | PANTOPAZ 40MG | UN | 30,00 | SANDOZ | 41,20 | 1.236,00 |
| 137 | RITALINA L.A 20 MG | UN | 30,00 | NOVARTIS | 220,65 | 6.619,50 |
| 139 | SABRIL 500MG (CAIXA COM 30MG). | UN | 10,00 | SANOFI | 269,08 | 2.690,80 |
| 141 | TIBOLONA COMPRIMIDO 2,5MG | UN | 10,00 | NEOQUIMICA | 45,10 | 451,00 |
| 143 | TRILEPTAL 300MG 60 COMPRIMIDOS | UN | 30,00 | NOVARTIS | 137,70 | 4.131,00 |
| 145 | DEXAMETASONA 1,5MG, DIPIRONA SODICA 500MG, HIDROXOCOBALAMINA 5MG - INJETAVEL | UN | 12,00 | EUROFARMA | 38,18 | 458,16 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 148 | OSS-FOR PORÇÃO 3,15G (2 COMP.) CALCIO 500MG-VITAMINA D 5MCG -VITAMINA K2 45MCG | UN | 24,00 | CIFARMA | 78,95 | 1.894,80 |
| 150 | SINVASTATINA COMPRIMIDO 40 MG | UN | 10,00 | MULTILAB | 36,86 | 368,60 |
| 151 | SOMALGIN CARDIO 200MG COMPRIMIDO | UN | 10,00 | EMS | 17,20 | 172,00 |
| 153 | TIZANIDINA 2MG - CAIXA 20 COMPRIMIDOS | UN | 10,00 | RANBAXY | 24,40 | 244,00 |
| 155 | TRILEPTAL 60 MG | UN | 30,00 | NOVARTIS | 137,70 | 4.131,00 |
| 157 | VALPAKINE 200 MG XAROPE | UN | 30,00 | SANOFI | 13,25 | 397,50 |
| | | | | | TOTAL | 87.777,30 |

**VALOR POR EXTENSO: OITENTA E SETE MIL SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS. 3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável. 3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93. 3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer. 3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto. 4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS**

4.1 - Esses medicamentos deverão ser entregues de acordo com cada receita, emitidas pelo médico da rede pública de saúde, e autorizadas pela Secretaria de Saúde através do agente indicado, nas seguintes condições:

4.2 - A entrega deverá ser imediata, no prazo máximo de 02 (duas) horas após emissão e autorização expressa na receita pelo responsável.

4.3 - Os medicamentos a serem entregues deverão ser os autorizados e relacionados nesta licitação, sob pena de não recebimento dos que forem substituídos.

4.4 - Somente poderá entregar os medicamentos que estiverem contendo a lista licitada e devidamente autorizada.

4.5 - O licitante vencedor deverá ter em seu estoque os itens ganhos em quantidade suficiente para que a entrega seja feita de imediato de acordo com as solicitações (receitas), dentro do prazo exigido.

4.6 - O período proposto para esses consumos estima-se em 12 (doze) meses, de acordo com atendimentos em períodos iguais atendidos, podendo ter variações para mais ou menos tempo.

4.7 - Os interessados em participar deste processo licitatório deverão levar em conta o prazo proposto para entrega, tendo em vista que são para atendimento em caráter emergencial e individual.

4.8 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.8.1 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.8.2 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.8.3 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.8.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1 - São obrigações da CONTRATADA: 5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida. 5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas. 5.1.2.1 - Substituir, as suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização). 5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas. 5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes. 5.1.5 - Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada. 5.1.6 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido. 5.1.7 - Como condição para o pagamento, a licitada vencedora deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal. 5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari. 5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari. 5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata. 5.2 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR 5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador: 5.2.1 - Convocar a licitada vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais. 5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata. 5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital. 5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado. 6.0 - CLÁUSULA**

**SEXTA - DO PAGAMENTO 6.1 - O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente. 6.2 - O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária; 6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. 6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal. 6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária. 6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento. 6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente. 6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima. 7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO 7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência. 7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização: 7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata. 7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto. 7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução. 7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil. 7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios. 7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços. 7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata. 7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93. 7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3. 8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS 8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação. 9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011. 10.0 - CLAÚSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando: a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços. b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável. c) Tiver presentes razões de interesse público. 10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011. 10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado. 11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE 05.130.00.10.122.7050.2108.3.3.90.30.0000010000000 - Material de Consumo. 12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal nº 158/2017. 13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei Nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado. 13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo: I - Advertência; II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços, III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e, IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. 13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais. 13.4 - As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena. 13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente. 14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPÓSIÇÕES GERAIS 14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação. 14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório. 15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO 15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo. Alto Taquari - MT, 05 de setembro de 2017.**

**FABIO MAURI GARBUGIO**

Prefeito Municipal

**PEDRO HENRIQUE MARTINS - ME**

**CNPJ Nº 22.496.049/0001-10**

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 069/2017**

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Fabio Mauri Garbugio**, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 899.868.069-68 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2017**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **STRATURA ASFALTOS S.A** CNPJ Nº 59.128.553/0031-92, com sede à Rodovia MT Km 80, s/n, Term. Olacyr de Moraes, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Sr.ª Rosmari Fátima de Oliveira Monteiro, brasileira, portadora do RG nº 22.242.163-0 e CPF nº 165. 099.808-27, residente na Av. Paulista Nº 1754, bairro Cerqueira Cesar, na cidade de São Paulo - SP, doravante denominada simplesmente PRESTADORA DE SERVIÇO, para prestar serviços nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR2C, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OPERAÇÃO TAPA BURACOS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 069/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

**2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGENCIA E PRAZO**

2.1 - O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o máximo previsto em Lei, caso houver obrigações futuras.

**3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**STRATURA ASFALTOS S.A**

CNPJ Nº 59.128.553/0031-92

| Item | Material | Un. | Qtde. | Vl. Unitário | Vl. Total | Marca |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C | T | 150 | 1.940,00 | 291.000,00 | STRATURA |
| **Total R$ 291.000,00** | | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: **DUZENTOS E NOVENTA E UM MIL REAIS**

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari – MT através de protocolo, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado de Máquinas em dias de expediente nos seguintes horários: 07:30 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas ou horário programado na requisição, sito à Rua Fortunato Rodrigues n°100 – Bairro: Parque Taquari - CEP 78.785-000 – Alto Taquari – MT.**

4.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 15.1, será aplicada a multa de 15% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.5 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 24 horas contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.6 -Nos termos de art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

4.7 -O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93.

**5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Substituir, o seu material/produto, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas.

5.1.5 - Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.6 - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.7 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.8 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.9 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

**5.2 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE**

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 - O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 - A contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E VINCULAÇÃO AO EDITAL**

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

9.2 - O presente Contrato foi firmado com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e no Pregão Presencial nº 069/2017, que está vinculada a esta Ata.

**10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento.

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo

**12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

12.1 - Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na Imprensa Oficial Do Estado.

**13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 -A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LOANG** e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal nº 339/2017**.**

**14.0 - CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES 14.1 - Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste Convite, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.**

**14.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93: I - Advertência; II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, III - Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e, IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.**

**13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. 14.4 - As penalidades somente**

**poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena. 14.5 - As multas de que trata este item, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrada judicialmente. 14.6 - As multas de que trata este item, serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhida pela adjudicatária em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.**

14.7 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento,** por meio de e-mail a Secretaria solicitante.

14.8 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.3 - Esta Ata se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.

**16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro da Comarca de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari - MT, 15 de dezembro de 2017.

**FABIO MAURI GARBUGIO**

PREFEITO MUNICIPAL

**STRATURA ASFALTOS S.A**

CNPJ Nº 59.128.553/0031-92

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.43/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.43/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374. 441-08 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMARTICA LTDA-ME, CNPJ Nº 04.578.067/ 0001-69, com sede à Rua Padre Roquete nº01 bairro Consil Centro Empresarial Shalon, sala 05 Centro, na cidade de Cuiabá-Mt, neste ato representado pelo Srº Pedro Del Bianco Pereira Lopes, portador do RG nº 192576940 SSP/MT e CPF nº 051.427.651-76, residente na Rua Moçambique, Nº58 Bairro Santa Rosa na cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Sete Comercio e Serviços de Informática Ltda-EPP

CNPJ Nº 04.578.067/0001-69

ITEM DESCRIÇÃO UN QNT MARCA VL.UNIT. VL. TOTAL

3 ALCOOL 92,8° (96° GL) 1 LITRO - COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO HIDRATADO E AGUA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELO INMETRO. UN 1.089,00 STA CRUZ 5,50 5.989,50

23 ESPANADOR DE PENA 46CM, PENA AVESTRUZ, CABO EM MADEIRA REVESTIDO EM PLASTICO E ACO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 15,00 SHANGRILAR 16,00 240,00

31 INSETICIDA AEROSOL SPRAY 300 ML SEM CHEIRO - CONTRA MOSQUITO, MOSCA, BARATA, FORMIGA, ARANHA E OUTROS, COMPOSICAO: INGREDIENTES ATIVOS, SOLVENTES, ANTIOXIDANTE, EMULSIFICANTE E PROPELENTES; INGREDIENTES ATIVOS: IMIPROTRINA 0,020%, PERMETRINA 0,050%, ESBRIOTRINA 0,100%, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE IMPRESSO NA EMBALAGEM. UN 234,00 DON LINE 6,70 1.567,80

37 LIMPADOR LIMPEZA PESADA 500ML - COMPOSICAO: ALQUILL BENZENO, SULFATO DE SODIO, COADJUVANTES, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, CORANTE, FRAGANCIA E AGUA. UN 1.906,00 AZULIN 2,04 3.888,24

38 LIMPADOR MULTIUSO 500 ML - LIQUIDO, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, COADJUVANTE, ALCALINIZNTE, SOLVENTES, SEQUESTRANTE, TENSOATIVO,NAO IONICO E AGUA; COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIL, BENZENO SULFONATO DE SODIO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 2.729,00 FACILIT 2,04 5.567,16

42 LUSTRA MOVEIS 200 ML - COMPOSICAO: CERA, OLEO MINERAL, SOLVENTE, SILICONE, EMULSIFICANTE, ESPESSANTE, ALCALINIZANTE, DERIVADOS DE ISOLIAZOLINONAS, FRAGRANCIA E AGUA, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. UN 46,00 FUZETTO 1,96 90,16

44 LUVA DESCARTAVEL - PACOTE 100 UNIDADES, EM PLASTICO TRANSPARENTE, MULTIUSO, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UN 219,00 DESCARPACK 2,20 481,80

48 PANO PARA LIMPEZA GERAL ALVEJADO 70X42CM - 100% EM ALGODAO, ALTA ABSORCAO, FACIL ENXAGUE, ALTA RESISTENCIA, COR BRANCA. UN 746,00 MARTINS 3,50 2.611,00

57 RODO PARA PIA - BORRACHA EM EVA, CORPO PLASTICO, CABO MADEIRA, MEDIDAS: 15CM DE LARGURA, CABO DE 18CM COMPRIMENTO. UN 44,00 DSR 1,22 53,68

58 SABAO EM BARRA GLICERINADO - PACOTE C/ 5X1 - COMPOSICAO: SABAO DE ACIDOS GRAXOS DE COCO/BABACU, ACIDOS GRAXOS DE SEBO, ACIDOS GRAXOS DE SOJA,COADJUVANTE,GLICERINA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE E AGUA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA OU INMETRO. UN 738,00 TUPI 4,20 3.099,60

59 SABAO EM PO 1KG - LAVA ROUPAS, FRAGRANCIA: DIVERSAS, COMPOSICAO: TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, CARGA, COADJUVANTE, BRANQUEADOR OPTICO, CORANTE, ENZIMAS, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE, FRANGANCIA E AGUA; COMPONENTE ATIVO: LINEAR AQUIL SULFONATO DE SODIO, CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADAVEL, REDUZIDO TEOR DE FOSFATO, EMBALAGEM PLASTICA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 2.383,00 INOVE 4,70 11.200,10

61 SABONETE LIQUIDO 2LT - PH EQUILIBRADO, COMPOSICAO: AQUA/WATER, SODIUM LAURETH SULFATE, COCAMIDE DEA, ETHYLENR GYCOL DIESTEARATE, DISODIUM EDTA, CITRIC ACID, PERFUM/FRAGRANCE PATCHOULI, PEG-150 DISTEARATE, SODIUM CHLORIDE, METHYCHLOROISOTHIAZOLINONE/METHYLISOTHIAZOLINONE, CL42090, CL16255CI 19140/42090, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 623,00 PETALA 11,50 7.164,50

64 SACO LIXO - 75X95CM, 100LT, (20KG), PACOTE COM 5 UNIDADES, REFOCADO, 10 MICRAS, COR PRETO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 3.458,00 ITAQUETI 2,62 9.059,96

67 SAPONACEO COM DETERGENTE EM PO 200GR - COMPOSICAO: SAPOLEO LINEAR ALQUILBEZENO, SULFATO DE SODIO, ALCALINIZANTE, CARGA, CORANTE E FRAGRANCIA. UN 489,00 INOVE 2,10 1.026,90

68 SAPONACEO LIQUIDO CREMOSO 300ML - PARA SUPERFICIES EM ACO INOX, ESMALTADO E CROMADOS, FRAGANCIA CLASSICO, COMPOSICAO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SODIO, COADJUVANTES, ESPESSANTE, ALCALINIZANTES, ABRASIVO, CONSERVANTE, FRAGRANCIA E VEICULO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, VALIDADE E LOTE, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 176,00 INOVE 3,74 658,24

70 SUPORTE SUSPENSO P/ COPO DESCARTAVEL DE 200 ML - PORTA COPO DE PAREDE, EM INOX. UN 134,00 MARTINS 10,00 1.340,00

72 TAPETE PARA PORTA 45X70CM - EM TECIDO, DE FACIL ABSORCAO. UN 293,00 DSR 17,00 4.981,00

80 VASSOURA NYLON COM CABO, CORPO EM PLASTICO, CABO EM MADEIRA REVESTIDO EM PLASTICO 1,20MT, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 211,00 DSR 5,30 1.118,30

90 PAPEL FILME - EM PELICULA DE PVC, DIMENSOES APROXIMADAS: 28CMX30 M, FILME DE PVC FLEXIVEL (ESTICAVEL), ESPESSURA MINIMA DE 10 MICRAS, TRANSPARENTE, RESISTENTE, IMPERMEAVEL, ATOXICO E INODORO, PROPRIO PARA ACONDICINAMENTO DE ALIMENTOS, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM: ROLO DE 30 METROS. UN 273,00 BOREDA 3,53 963,69

92 SACO PLASTICO EM POLIETILENO PARA ALIMENTO - CAPACIDADE 10KG 40X60CM - PACOTE 1KG. UN 364,00 LIDER 21,90 7.971,60

101 CREME PARA CABELO DE 1 KG - PARA TODO TIPO DE CABELO, EXTRA CREMOSO, ANTI ALERGICO, COMPOSICAO: AQUA, CETEARYL ALCOHOL, CETRIMONIUM CHLOROISOTHIAZOLINONE (AND) METHYLISOTHIAZOLINONE, CITRIC ACID, CL 16.255, CL 19.140, CL 77.019/77.891, COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, INFORMACOES DO FABRICANTE E COMPOSICAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, OM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 220,00 SKALA 7,40 1.628,00

102 CREME PARA PENTEAR SEM ENXAGUE 300GR - PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, TESTADO DERMATOLOGICAMNETE, COM MICAS PEROLADAS E MENOS VOLUME, COM MARCA DO FABRICAN-

TE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE. UN 183,00 NEUTROX 6,70 1.226,10

105 ESPONJA DE BANHO - DIMENSOES: 110X75X20MM.USO DIARIO, COLORIDO, ANATOMICA, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGENICA, COMPOSICAO: ESPUMA DE POLIURETANO, FIBRA SINTETICA, RESINA SINTETICA E MINERAL, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, COM NOME DO FABRICANTE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 782,00 BETTANIN 1,87 1.462,34

119 SACO PARA CACHORRO QUENTE (LANCHE) DE PLASTICO, 20X15CM - PACOTE 100 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM UN 113,00 LIDER 3,23 364,99

121 TOALHA DE BANHO FELPUDA (DIMENSOES 0,70X1,40CM) - 100% ALGODAO. (COR A ESCOLHER). UN 698,00 MARTINS 17,18 11.991,64

124 LIXEIRA PLASTICA COM TAMPA 93LT - EM PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA, FUNDO PLANO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UN 12,00 ANTARES 59,50 714,00

126 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE EM CREME 30GR - NATURAL, PROTECAO SECA, COMPOSICAO: NAO CONTEM ALCOOL ETILICO, AQUA, CETEARY ALCOHOL, GLYCERYL STEARATE, CETYL ALCOHOL, PARAFFINUM LIQUIDUM, PROPYLPARABEN, GLYCERIN, PROPYLENE GLYCOL, BORIC ACID, METHYLPARABEN, TRICLOSAN, DISODIUM EDTA, PARFUM, ALUMINUM CHLOROHYDRATE, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 90,00 HERBISSIMO 3,89 350,10

132 PALHA DE ACO Nº0 25GR UN 50,00 INOVE 0,60 30,00

133 SABONETE EM BARRA 80GR - USO INFANTIL, PARA PELE DELICADA, COMPOSICAO: SODIUM TALLOWATE/SODIUM COCOATE, PARFUM, TITANIUM DIOXIDE, TETRASODIUM EDTA, ETIDRONIC ACID, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 265,00 NIPS 1,62 429,30

135 SACO PLASTICO EM POLIETILENO PARA ALIMENTO - CAPAIDADE 2KG 25X35CM - PACOTE 1KG. UN 37,00 LIDER 22,10 817,70

147 COPO DESCARTAVEL 300 ML TRANSPARENTE - PCT C/ 100 UNIDADES, MATERIAL: POLIESTIRENO ATOXICO, APROVADO PELA ABNT NORMA NBR 14.865, 100% RECICLAVEL . UN UN 60,00 MINAPLAST 4,71

TOTAL 89.930,00

VALOR POR EXTENSO: OINTENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E TRINTA REAIS.

4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.2 - A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 15% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas as suas empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.1.8 - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de Junho de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

PREFEITO

SETE COMERCIO E SERVIÇOS

CNPJ 04.578.067/0001-69

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 052/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Fábio Mauri Garbugio, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 899.868.069-68, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa SAGA MEDIÇÃO LTDA - ME, CNPJ Nº 08.026.075/0001-53, com sede à Rodovia BR 135, nº364, Bairro Maria Rosa, na cidade de Bocaiúva - MG, neste ato representado pelo Srº Joel Soares da Silva Junior, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº MG-10600374 e CPF nº 052.238.486-24, residente na Rua I, nº 72, Planalto, na cidade de Montes Claros - MG, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para fornecimento de material, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS UNIJATO PARA ATENDER A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todo objeto licitado, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - A presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações do item registrado nesta Ata, encontram-se indicado na tabela abaixo:

SAGA MEDIÇÃO LTDA - ME

CNPJ Nº 08.026075/0001-53

Item Material UN Qtde Vl. Unitário Vl. Total

1 HIDROMETRO MODELO UNIJATO MAGNETICO 3/4", RELOJOARIA INCLINADA, COM CONEXOES PVC (CONJUNTO DE EXTREMIDADES CURTA/LONGA 3/4 E ANEL DE VEDAÇÃO EM BORRACHA), VAZAO 1,50M3 A 3,00M3/H -CUPULA DE VIDRO UN 1.000 67,00 67.000,00

TOTAL R$ 67.000,00

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E SETE MIL REAIS

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.17.512.9240.2054.3.3.90.30.00000100000000 - Material de Consumo.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em 15 (quinze) dias após a emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

5.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

5.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

5.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

5.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

5.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

5.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com, subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

6.2 - O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública.

6.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

6.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

6.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 - OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUES NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÁS 11:30 E DAS 13:00 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.

7.2 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

7.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

7.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 48 horas contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do CONTRATADO:

I - Entregar os produtos em conformidade com disposto na Cláusula Primeira deste Contrato;

II - Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através do respectivo fiscal do contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III - Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos e fiscal do contrato, objeto da presente licitação;

IV - Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

V - Aceitar supressões ou acréscimos que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento);

VI - Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93.

VII - Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

8.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

I - efetuar os pagamentos conforme a cláusula quinta;

II - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

IV - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

9.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

9.1.2 - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata.

9.1.3 - a subcontratação total ou parcial do seu objeto.

9.1.4 - o comprometimento reiterado de falta na sua execução.

9.1.5 - a decretação de falência ou insolvência civil.

9.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios.

9.1.7 - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato.

9.1.8 - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

9.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

9.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

10.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

12.3 - A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a Portaria Municipal Nº 339/2017.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

c) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

14.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não

tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

14.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

14.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 14.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

14.4 - A contratada terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

14.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.

14.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

16.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 26 de setembro de 2017.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

SAGA MEDIÇÃO LTDA - ME

Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.41/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.41/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010. 374.441-08 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa NA CONTRA MÃO CONFECÇÕES LTDA-ME, CNPJ Nº 14.111.790/0001-97, com sede à Rua Guavira Oeste, nº 44, Qd 27,Lt 15 Centro, na cidade de Chapadão do Céu - GO, neste ato representado pelo Srº Diego Rodrigo Fávaro, portador do RG nº 001165099 e CPF nº 999.161.341-20, residente na Rua Guavira S/N ,Centro, na cidade de Chapadão do Céu - Go, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Na Contra Mão Confecções Ltda-Me

CNPJ Nº 14.111.790/0001-97

ITEM DESCRIÇÃO UN QNT MARCA VL.UNIT. VL. TOTAL

1 ACENDEDOR AUTOMATICO (PARA ACENDER FOGAO) - TUBO DE GAS INTERNO, PEQUENO PORTE 220GR. UN 59,00 ZEIN 3,90 230,10

4 AMACIANTE DE ROUPAS 02 LTS - ESSENCIAS DIVERSAS, COMPOSICAO: CLORETO DE DIESTEARILDIMETIL AMONIO, EMULSSAO DE SILICONE, ISOTIAZOLINONAS, CORANTE, ACIDIFICANTE, FRAGRANCIA E AGUA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA OU INMETRO. UN 967,00 OESTE 3,90 3.771,30

19 DETERGENTE LIQUIDO 500ML - COMPOSICAO: TENSOATIVOS ANIONICOS, SEQUESTRANTE, CONSERVANTES, ESPESSANTE, CORANTE, FRAGANCIA E AGUA; COMPONENTE ATIVO: LINEAT AQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, CONTEM TESOATIVO BIODEGRADAVEL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA OU INMETRO. UN 5.151,00 OESTE 1,25 6.438,75

20 DIABO VERDE 300GR (DESENTUPIDOR DE PIA E RALO) - HIDROXICO DE SODIO, CLORETO DE SODIO, NITRATO DE SODIO, BARRILHA E ALUMINIO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. UN 61,00 DIABO VERDE 12,75 777,75

25 ESPONJA PARA LOUCA 3X1 - DIMENSOES: 110X75X20CM, DUPLA FACE, SINTETICA A BASE DE ESPUMA DE POLIURETANO E FIBRA

SINTETICA COM ABRASIVO, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE IMPRESSO NA EMBALAGEM, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO.. UN 1.332,00 SCHWANKE 1,30 1.731,60

32 INSETICIDA PIRETROIDE SC25 LIQUIDO 30ML - COMPOSICAO: DELTAMETRINA 25GR/VEICULO Q.S.P. 1000ML UN 66,00 KELLDRIN 5,37 354,42

36 LIMPA VIDRO 500 ML, COMPOSICAO: BUTILGLICOL, ALCOOL ASOPROPILICO, SEQUESTRANTE, TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, ASOTIAZOLINONAS, CORANTE E VEICULO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 280,00 OESTE 2,35 658,00

51 PAPEL TOALHA 20X22CM - PACOTE DE 2 ROLOS COM 60 TOALHAS CADA, FOLHA DUPLA E PICOTADA, COM CIRCULO DE ABSORCAO, COMPOSICAO: 100% FIBRAS NATURAIS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 647,00 SOCIAL CLEAN 3,28 2.122,16

60 SABONETE EM BARRA 90GR - USO ADULTO, FRAGRANCIA DE CREME DE BAUNILHA E AVEIA, FORMATO ANATOMICO, COMPOSICAO: SODIUM TALLOWATE/SODIUM COCOATE, AQUA, PARFUM (COM NOTAS OLFATIVAS DE CREME DE BAUNILHA E AVEIA), COCONUT ACID, TITANIUM DIOXIDE, PENTAERYTHITYL TETRA-DI-T-BUTYL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 1.558,00 FLOR 0,90 1.402,20

69 SODA CAUSTICA 1KG - DESINCRUSTANTE ALCALINO, CONCENTRACAO 96-99%, COMPOSICAO: HIDROXIDO DE SODIO NAOH+H2O (AGUA), COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 88,00 SOL 13,30 1.170,40

82 COPO DESCARTAVEL 200 ML TRANSPARENTE - PCT C/ 100 UNIDADES, MATERIAL: POLIESTIRENO ATOXICO, TEMPERATURA MAXIMA PARA USO 100°C, APROVADO PELA ABNT NORMA NBR 14. 865, 100% RECICLAVEL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 8.423,00 COPO CENTRO 2,92 24.595,16

83 COPO DESCARTAVEL 50 ML TRANSPARENTE - PCT C/ 100 UNIDADES, MATERIAL: POLIESTIRENO ATOXICO, APROVADO PELA ABNT NORMA NBR 14.865, 100% RECICLAVEL . UN 769,00 CRISTAL COPO 1,49 1.145,81

87 CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML, PARA ASSOALHO DE MADEIRA, PISO SINTETICO DE PLASTICO OU BORRACHA, CIMENTADOS OU LAJOTAS CRUAS, EMULSIONADA, PERFUMADA, COMPOSICAO: EMULSIFICANTE, AGENTE FORMADOR DE FILME, TENSOATIVO ANIONICO, ALCALINIZANTE, CONSERVANTE, ATENUADOR DE ESPUMA, FRAGANCIA E VEICULO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 884,00 POLITRIZ 3,15 2.784,60

89 PAPEL ALUMINIO - ROLO 7,5MTX45CM (GRANDE), COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UN 282,00 ALUMGRIL 3,00 846,00

96 ALGODAO EM BOLAS 50GR (USO PESSOAL) - COMPOSICAO: 100% ALGODAO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 465,00 CREMER 2,43 1.129,95

100 CREME DENTAL COM FLUOR+CALCIO 90GR - COM MICRO PARTICULAS POLIDORAS, COMPOSICAO: CALCIUM CARBONATE, AQUA, GLYCERIN, SODIUM LAURYL SULFATE, AROMA, SODIUM MONOFLUROPHOSPHATE, CELLULOSE GUM, TETRASSODIUM, PYROPHOSPHATE, SODIUM BICARBONATE, BENZYL ALCHOL, SODIUM SACCHARIN, SODIUM HYDROXIDE, CONTEM MONOFLUORFOSFATO DE SODIO (1450PPM DE FLUOR), COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 280,00 CONTENTE 2,00 560,00

106 FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL G - (CRIANCA DE 9 A 13KG), PACOTE COM 20 UNIDADES, COM GEL, FORMATO ANATOMICO DE CINTURA AJUSTAVEL E NUMERADA, COM BARREIRA ANTIVAZAMENTO, ANTI-ALERGENICA OU TOXICA, DUPLA CAMADA DE PROTECAO, COMPOSICAO: POLPA DE CELULOSE, POLIMETRO SUPER ABSORVENTE (GEL), ADESIVO TERMOPLASTICO, FILME DE POLIETILENO, FIOS DE ELASTANO, NAO-TECIDO DE FIBRA DE POLIPROPILENO (COM ALOE VERA) E FITAS ADESIVAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 810,00 KISSES 11,99 9.711,90

107 FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL XG - (CRIANCA DE ATE 15 KG), PACOTE COM 20 UNIDADES, COM GEL, FORMATO ANATOMICO DE CINTURA AJUSTAVEL E NUMERADA, COM BARREIRA ANTIVAZAMENTO, ANTI-ALERGENICA OU TOXICA, DUPLA CAMADA DE PROTECAO, COMPOSICAO: POLPA DE CELULOSE, POLIMETRO SUPER ABSORVENTE (GEL), ADESIVO TERMOPLASTICO, FILME DE POLIETILENO, FIOS DE ELASTANO, NAO-TECIDO DE FIBRA DE POLIPROPILENO (COM ALOE VERA) E FITAS ADESIVAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 1.515,00 KISSES 11,99 18.164,85

108 FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL M - (CRIANCA DE 4 A 9KG), PACOTE COM 24 UNIDADES, COM GEL, FORMATO ANATOMICO DE CINTURA AJUSTAVEL E NUMERADA, COM BARREIRA ANTIVAZAMENTO, ANTI-ALERGENICA OU TOXICA, DUPLA CAMADA DE PROTECAO, COMPOSICAO: POLPA DE CELULOSE, POLIMETRO SUPER ABSORVENTE (GEL), ADESIVO TERMOPLASTICO, FILME DE POLIETILENO, FIOS DE ELASTANO, NAO-TECIDO DE FIBRA DE POLIPROPILENO (COM ALOE VERA) E FITAS ADESIVAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 312,00 KISSES 11,99 3.740,88

109 LIMPA FORNO 226ML - COM APLICADOR INTERNO, INGREDIENTES: SODA CAUSTICA, ESPESSANTE, OLEO DE MENTA E AGUA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 46,00 PERFECTO 5,40 248,40

116 PRATO DESCARTAVEL EM PLASTICO PARA REFEICAO 21CM (210MM), RASO, COR BRANCO - PACOTE 10 UNIDADES UN 542,00 COPA CENTRO 1,60 867,20

127 ESCOVA DENTAL ADULTO - TAMANHO MEDIA (Nº35), CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. UN 70,00 INOVA 1,60 112,00

130 HASTE FLEXIVEL (COTONETE) - CAIXA 75 UNIDADES, COM PONTA ARREDONDADAS, FLEXIVEL, 100% ALGODAO, COMPOSICAO: POLIPROPILENO, ALGODAO E SOLUCAO ANTIGERME, COM IDENTI-

FICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 30,00 TOPZ 1,30 39,00

146 CAIXA DE ISOPOR COM TAMPA, CAPACIDADE 50LTS - COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 10,00 ISOESTE 53,50 535,00

174 FRALDA PEDIATRICA DESCARTAVEL P - (CRIANCA ATE 4KG), PACOTE 30 UNIDADES, COM GEL, FORMATO ANATOMICO DE CINTURA AJUSTAVEL E NUMERADA, COM BARREIRA ANTI-VAZAMENTO, ANTI-ALERGENICA OU TOXICA, DUPLA CAMADA DE PROTECAO, COMPOSICAO: POLPA DE CELULOSE, POLIMETRO SUPER ABSORVENTE (GEL), ADESIVO TERMOPLASTICO, FILME DE POLIETILENO, FIOS DE ELASTANO, NAO-TECIDO DE FIBRA DE POLIPROPILENO (COM ALOE VERA) E FITAS ADESIVAS, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 15,00 KISSES 12,80 192,00

TOTAL R$ 83.329,43

VALOR POR EXTENSO: OITENTA E TRES MIL E TREZENTOS E VINTE E NOVE REAIS E QUARENTA E TRES CENTAVOS

4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.2 - A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 15% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.1.8 - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de Junho de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

PREFEITO MUNICIPAL

NA CONTRA MÃO CONFECCÕES LTDA-ME

CNPJ 14.111.790/0001-97

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Fabio Mauri Garbugio, brasileiro, casado, residente à Rua 09, Nº. 20 – Bairro Gabriela, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 4.635.589-0 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 899.868.069-68, em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa NOSSA TERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ Nº 01.450.417/0001-19, com sede à Av. Comercial, s/n, bairro Vila Goiany, na cidade de Abadia de Goiás - GO, neste ato representado pelo Srº Gilson Antônio Ramos de Oliveira, brasileiro, empresário, portador do RG nº 1291212 SSP/GO e CPF nº 278.606.471-68, residente na Rua 1.139, s/n, Qd. 249, LT. 03 -Setor Marista, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os serviços indicados nesta Ata.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 03 (TRÊS) CAMINHÕES CAÇAMBA BASCULANTE, 01 CAMINHÃO PIPA E 01 PÁ CARREGADEIRA, PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E VIAÇÃO E OBRAS, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 057/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 - Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades e prazo licitadas, facultando portanto, à administração que solicita os serviços, conforme sua necessidade, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 - A presente Ata terá validade de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

NOSSA TERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

CNPJ: 01.450.417/0001-19

Item Descrição UN MÊSES Vl. Unitário Vl. Total Observação:

1

LOCACAO DE CAMINHAO PIPA COM MOTORISTA

1

6

7.500,00

45.000,00 Capacidade do Tanque 10.000 litros; Trucado; Peso Bruto Total de no mínimo 23.000 KG; Carga Útil Máxima até 15.935 KG; Potência mínima de 230 CV. Transporte dos caminhões (frete de mobilização e desmobilização) por conta da empresa contratada. O equipamento locado deverá vir acompanhado com o seu respectivo operador, e a empresa deverá ainda arcará com as seguintes despesas: Despesas com operador e encargos dos mesmos; Equipamentos de segurança (EPIs);Identificação;

Hospedagem; Uniformes; Alimentação; Manutenção corretiva e preventiva, inclusive trocas de peças e consertos. OBS: Ficará por conta da Contratante somente o fornecimento do Combustível, conserto de pneus e lubrificação. Justificativa: A locação é para atender obras de Infraestrutura, aguar as vias não pavimentadas, apagar focos de incêndio no lixão e ou incêndios de um modo geral.

2

LOCACAO DE PA CARREGADEIRA COM OPERADOR

1

6

17.900,00

107.400,00 Sobre rodas; Potência líquida mínima de128 hp; Capacidade da caçamba entre 1,7 a 2,8 m³; Peso operacional aproximadamente de 11632 kg – materiais em operação; Transporte do maquinário (frete de mobilização e de desmobilização) por conta da empresa contratada. O equipamento locado devera vir acompanhado com o seu respectivo motorista , e a empresa deverá ainda arcará com as seguintes despesas: Despesas com operador; Equipamentos de segurança (EPIs); Identificação; Hospedagem; Uniformes; Alimentação. OBS: Ficará por conta da Contratante somente o fornecimento do Combustível, conserto de pneus e lubrificação.

3 LOCACAO DE CAMINHAO CACAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE APROXIMADAMENTE PARA 14,00M³, COM TRACAO 6X4, MOTOR A DIESEL COM POTENCIA MINIMA DE 260 CV, ANO/MODELO A PARTIR DE 2008

3

3

15.000,00

135.000,00 Movido a Diesel; Tração 6x4; Ano/modelo a partir de 2008; Potencia mínima de 260 CV; Caçamba basculante com capacidade aproximadamente para 14 M3; Transporte dos caminhões (frete de mobilização e desmobilização) por conta da empresa contratada.

4

LOCACAO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, TRACAO 4X4 MOVIDO A DIESEL, ANO/MODELO A PARTIR DE 2010 POTENCIA MINIMA DE 280HP PARA CAPACIDADE DE NO MINIMO 33 TONELADAS

1

6

29.900,0

0

179.400,00 Tração 4x4; Movido á diesel; Ano/modelo a partir de 2010; Capacidade mínima de 33 toneladas;

Potência mínima de 280 HP; Demais acessórios conforme padrão do fabricante; Transporte do maquinário (frete de mobilização e de desmobilização) por conta da empresa contratada. Justificativa: Para realização de escavação, transporte, iça mento e assentamento de peças BSCC, conforme necessidade para realização do trecho de obras de Drenagem de águas pluviais a serem realizados na Rua Nascente do Taquari.

Total R$ 466.800,00 (quatrocentos e sessenta e seis mil e oitocentos reais)

OBS: POR CONTA DA CONTRATANTE (PREFEITURA) PARA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÕES CAÇAMBAS:

Despesas com operador; Equipamentos de segurança (EPIs); Combustível; Conserto de pneus Peças, materiais ou acessórios necessários para manutenção (preventiva e corretiva), conservação e segurança da máquina, exceto se identificado problemas ou falhas pré-existentes;

OBS: POR CONTA DA CONTRATANTE (PREFEITURA) PARA CAMINÃO PIPA E PÁ CARREGADEIRA:

Será de responsabilidade da prefeitura o combustível dos equipamentos, conserto de pneus e lubrificação dos equipamentos, demais manutenções serão por conta do proprietário do caminhão pipa e da pá carregadeira;

3.2 - Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 - No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 - Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A entrega dos maquinários/caminhões Registrado será indicada pela solicitante nos dias e horários estipulados, por intermédio de documento denominado “Ordem de Serviço” devidamente assinada, emitida pela Ad-

ministração Pública Municipal. Os maquinários/caminhões serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada.

4.2 - Os maquinários deverão ser disponibilizados ao Município no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da "Ordem de Serviço". Em caso de necessidade de troca do maquinário, a espera será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

4.3 - Os locais para a execução dos serviços constarão na "Ordem de Serviço".

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

4.5 - O período computado para MDO (mão de obra) é o de 220 horas mensais de acordo com o do ministério do trabalho, fora do horário normal incidirá a legislação vigente.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços prestados, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas.

5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 - Prestar o serviço, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de serviços.

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados do objeto licitado.

5.2.5 - PARA CAMINHÃO PIPA E PÁ CARREGADEIRA: Será de responsabilidade da prefeitura o combustível dos equipamentos, conserto de pneus e lubrificação dos equipamentos, demais manutenções serão por conta do proprietário do caminhão pipa e da pá carregadeira;

5.2.6 - PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA E CAMINHÃO: Despesas com operador; Equipamentos de segurança (EPIs); Identificação; Uniformes; Hospedagem; Alimentação; Combustível e demais peças, materiais ou acessórios necessários para manutenção (preventiva e corretiva), conservação e segurança da máquina, exceto se identificado problemas ou falhas pré-existentes.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente em até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação de planilha/relatório de trabalho diária com quantidade de horas, nome do operador e trabalho realizado pelo responsável da secretaria.

6.2 - O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição da locação, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

6.9 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; sob pena de não pagamento.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO/RECISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

8.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

8.1.3 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto.

8.1.4 - O comprometimento reiterado de falta na sua execução.

8.1.5 - A decretação de falência ou insolvência civil.

8.1.6 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios.

8.1.7 - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato.

8.1.8 - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

8.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.4 - Tiver presentes razões de interesse público.

8.5 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.6 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 - CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

9.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E VIAÇÃO E OBRAS

02.070.00.04.122.9230.2048.3.3.90.39.0000010000000 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

02.070.00.17.512.9240.2054.3.3.90.39.0000010000000 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

11.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

11.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

11.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

11.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.5 - O licitante vencedor terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Serviços.

11.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de serviços por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.

11.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução da ata de Registro de Preços será exercida pelo fiscal de contrato RUDIMAR JOSÉ LANG e comissão de fiscalização nomeada pela prefeitura municipal, de acordo com a portaria municipal nº 339/2017, JUNTAMENTE COM O SECRETARIO DA PASTA SOLICITANTE.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar todos os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

13.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

14.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de setembro de 2017.

FABIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

NOSSA TERRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

CNPJ: 01.450.417/0001-19

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 062/2017**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 062/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017**

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica, Nº 470 - Bairro Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1.396.283 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017 RESOLVE Registrar o Preço da empresa **RESENDE PNEUS LTDA- ME** CNPJ Nº 10.652.985/0001-93, com sede à AV. Antonio Carlos Paniago, QD.06, LT 04,Vila Manoel Brão, na cidade de Mineiros- GO neste ato representado pelo Srº WESCLON CASTRO SOUZA portador do RG nº 3431074SESP/GO e CPF nº 762.868.191-34, residente na Rua 05, nº 39 A,QD.11,LT 0 Bairro Mineirinho na cidade de MINEIROS-GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E AFINS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 -** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - DA VIGÊNCIA**

**2.1 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua ASSINATURA.

**3 - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**RESENDE PNEUS LTDA-ME**

CNPJ Nº 10.652.985/0001-93

| Item | Material | Unidade. | Qtde. Prop. | Marca | Vl. Unitário | Vl. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | OLEO 10W40 API CH4 GL - 1000 ML | UN | 200,00 | GT OIL | 26,76 | 5.352,00 |
| 2 | OLEO LUBRIFICANTE 15W40 TURBO-CI 4 - BALDE 20LT | UN | 96,00 | GT OIL | 240,39 | 23.077,44 |
| 3 | OLEO LUBRIFICANTE 40CG 4 - BALDE 20LTS | UN | 30,00 | GT OIL | 196,90 | 5.907,00 |
| 4 | OLEO TRANSMISSAO VERMELHINHO TM TIPO A SUFIXO A BALDE 20 LTS | UN | 11,00 | ATF GT OIL | 375,55 | 4.131,05 |
| 5 | OLEO 90 API GL5 - BALDE 20LT | UN | 15,00 | GT OIL | 271,69 | 4.075,35 |
| 6 | OLEO LUBRIFICANTE 140 GL5 BD 20 LTS | UN | 15,00 | GT OIL | 272,84 | 4.092,60 |
| 7 | OLEO PARA CAMBIO 80W - BALDE 20LT | UN | 25,00 | GT OIL | 294,23 | 7.355,75 |
| 8 | OLEO LUBRIFICANTE 85W140 - BALDE 20LT | UN | 15,00 | GT OIL | 280,61 | 4.209,15 |
| 9 | FLUIDO DE FREIO DOT 4 | UN | 78,00 | VARGA | 21,04 | 1.641,12 |
| 10 | ESTOPA BRANCA 150GR | UN | 500,00 | CRISTAL | 2,95 | 1.475,00 |
| 11 | SPRAY ANTIFERRUGEM 24X1 | UN | 144,00 | TEC BRIL | 10,76 | 1.549,44 |
| 12 | SPRAY LIMPA CONTATO | UN | 60,00 | TEC BRIL | 16,00 | 960,00 |
| 13 | GRAXA P/ ROLAMENTO-BD 20 | UN | 30,00 | GT OIL | 404,54 | 12.136,20 |
| 14 | ARLA 32 REDUTOR DE EMISSOES - GALAO 20LTS | UN | 50,00 | FERTIBOM | 53,12 | 2.656,00 |
| 10 | ESTOPA BRANCA 150GR | UN | 500,00 | CRISTAL | 2,95 | 1.475,00 |
| 11 | SPRAY ANTIFERRUGEM 24X1 | UN | 144,00 | TEC BRIL | 10,76 | 1.549,44 |
| 12 | SPRAY LIMPA CONTATO | UN | 60,00 | TEC BRIL | 16,00 | 960,00 |
| 13 | GRAXA P/ ROLAMENTO-BD 20 | UN | 30,00 | GT OIL | 404,54 | 12.136,20 |
| 14 | ARLA 32 REDUTOR DE EMISSOES - GALAO 20LTS | UN | 50,00 | FERTIBOM | 53,12 | 2.656,00 |
| 15 | OLEO HIDRAULICO-ANTI DESGASTANTES, 68AP, VG68 - BALDE 20LTS | UN | 60,00 | GT OIL | 160,22 | 9.613,20 |
| 16 | OLEO HIDRAULICO 10W30 BD 20LTS | UN | 100,00 | GT OIL | 250,24 | 25.024,00 |
| 17 | OLEO HIDRAULICO 20W30 SE BALDE 20 LTS | UN | 20,00 | GT OIL | 302,45 | 6.049,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 18 | OLEO WBF 100 API GL4-BALDE 20LTS | UN | 10,00 | GT OIL | 287,77 | 2.877,70 |
| 19 | ATIVADO VERMELHO 5/200 - 200LTS | UN | 4,00 | PORTEX | 873,76 | 3.495,04 |
| 20 | SOLUPAN 5/200 - 200LTS | UN | 4,00 | PORTEX | 873,76 | 3.495,04 |
| TOTAL | | | | | | R$129.172,08 |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E VINTE E NOVE MIL , CENTO E SENTENTA E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS.

**4 – DO FORNECIMENTO**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.**

**4.2 -** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - A decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.1.8** - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 -** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.000001 - Material de consumo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.00.12.361.8030.2034.33.90.30.000001–Material de consumo

**FUNDO DE INFRAESTRUTURA URBANA**

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.000001-Material de consumo

**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS**

02.040.00.26.782.4010.2024.33.90.30.000001-Material de consumo

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.000001-Material de consumo

**12 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017**.**

**13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 27 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

**PREFEITO**

**RESENDE PNEUS LTDA-ME**

**CNPJ 10.652.985/0001-93**

**TESTEMUNHAS:**

**Assinatura:_____ Assinatura:_____**

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 062/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017**

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **IVAN MARION DE BORBA**, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica, Nº 470 - Bairro Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG

Nº1.396.283 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374.441-08 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017 RESOLVE Registrar o Preço da empresa **RESENDE PNEUS LTDA- ME** CNPJ Nº 10.652.985/0001-93, com sede à AV. Antonio Carlos Paniago, QD.06, LT 04,Vila Manoel Brão, na cidade de Mineiros- GO neste ato representado pelo Srº WESCLON CASTRO SOUZA portador do RG nº 3431074SESP/GO e CPF nº 762.868.191-34, residente na Rua 05, nº 39 A,QD.11,LT 0 Bairro Mineirinho na cidade de MINEIROS-GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1 - DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E AFINS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 -** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2 - DA VIGÊNCIA**

**2.1 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua ASSINATURA.

**3 - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**RESENDE PNEUS LTDA-ME**

CNPJ Nº 10.652.985/0001-93

| Item | Material | Unidade. | Qtde. Prop. | Marca | Vl. Unitário | Vl. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | OLEO 10W40 API CH4 GL - 1000 ML | UN | 200,00 | GT OIL | 26,76 | 5.352,00 |
| 2 | OLEO LUBRIFICANTE 15W40 TURBO-CI 4 - BALDE 20LT | UN | 96,00 | GT OIL | 240,39 | 23.077,44 |
| 3 | OLEO LUBRIFICANTE 40CG 4 - BALDE 20LTS | UN | 30,00 | GT OIL | 196,90 | 5.907,00 |
| 4 | OLEO TRANSMISSAO VERMELHINHO TM TIPO A SUFIXO A BALDE 20 LTS | UN | 11,00 | ATF GT OIL | 375,55 | 4.131,05 |
| 5 | OLEO 90 API GL5 - BALDE 20LT | UN | 15,00 | GT OIL | 271,69 | 4.075,35 |
| 6 | OLEO LUBRIFICANTE 140 GL5 BD 20 LTS | UN | 15,00 | GT OIL | 272,84 | 4.092,60 |
| 7 | OLEO PARA CAMBIO 80W - BALDE 20LT | UN | 25,00 | GT OIL | 294,23 | 7.355,75 |
| 8 | OLEO LUBRIFICANTE 85W140 - BALDE 20LT | UN | 15,00 | GT OIL | 280,61 | 4.209,15 |
| 9 | FLUIDO DE FREIO DOT 4 | UN | 78,00 | VARGA | 21,04 | 1.641,12 |
| 10 | ESTOPA BRANCA 150GR | UN | 500,00 | CRISTAL | 2,95 | 1.475,00 |
| 11 | SPRAY ANTIFERRUGEM 24X1 | UN | 144,00 | TEC BRIL | 10,76 | 1.549,44 |
| 12 | SPRAY LIMPA CONTATO | UN | 60,00 | TEC BRIL | 16,00 | 960,00 |
| 13 | GRAXA P/ ROLAMENTO-BD 20 | UN | 30,00 | GT OIL | 404,54 | 12.136,20 |
| 14 | ARLA 32 REDUTOR DE EMISSOES - GALAO 20LTS | UN | 50,00 | FERTIBOM | 53,12 | 2.656,00 |
| 10 | ESTOPA BRANCA 150GR | UN | 500,00 | CRISTAL | 2,95 | 1.475,00 |
| 11 | SPRAY ANTIFERRUGEM 24X1 | UN | 144,00 | TEC BRIL | 10,76 | 1.549,44 |
| 12 | SPRAY LIMPA CONTATO | UN | 60,00 | TEC BRIL | 16,00 | 960,00 |
| 13 | GRAXA P/ ROLAMENTO-BD 20 | UN | 30,00 | GT OIL | 404,54 | 12.136,20 |
| 14 | ARLA 32 REDUTOR DE EMISSOES - GALAO 20LTS | UN | 50,00 | FERTIBOM | 53,12 | 2.656,00 |
| 15 | OLEO HIDRAULICO-ANTI DESGASTANTES, 68AP, VG68 - BALDE 20LTS | UN | 60,00 | GT OIL | 160,22 | 9.613,20 |
| 16 | OLEO HIDRAULICO 10W30 BD 20LTS | UN | 100,00 | GT OIL | 250,24 | 25.024,00 |
| 17 | OLEO HIDRAULICO 20W30 SE BALDE 20 LTS | UN | 20,00 | GT OIL | 302,45 | 6.049,00 |
| 18 | OLEO WBF 100 API GL4-BALDE 20LTS | UN | 10,00 | GT OIL | 287,77 | 2.877,70 |
| 19 | ATIVADO VERMELHO 5/200 - 200LTS | UN | 4,00 | PORTEX | 873,76 | 3.495,04 |
| 20 | SOLUPAN 5/200 - 200LTS | UN | 4,00 | PORTEX | 873,76 | 3.495,04 |
| TOTAL | | | | | | R$129.172,08 |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E VINTE E NOVE MIL , CENTO E SENTENTA E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS.

**4 – DO FORNECIMENTO**

**4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.**

**4.2 -** A empresa Contratada deverá:

**4.2.1 -** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

**4.2.2 -** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

**4.2.3** - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.3 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**4.4** - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

**5.1.2** - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** - Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

**5.1.5** - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** - Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.2 -** São obrigações do Contratante:

**5.2.1** - Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6 - DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

**6.2 -** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 -** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7 – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.1.1** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.1.2** - O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.1.3** - A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.1.4** - O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.1.5** - A decretação de falência ou insolvência civil;

**7.1.6** - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.1.7** - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.1.8** - Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.2** - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.3** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9 - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 -** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 -** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1 -** As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.000001 - Material de consumo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

02.060.00.12.361.8030.2034.33.90.30.000001–Material de consumo

**FUNDO DE INFRAESTRUTURA URBANA**

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.000001-Material de consumo

**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS**

02.040.00.26.782.4010.2024.33.90.30.000001-Material de consumo

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.000001-Material de consumo

**12 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **RUDIMAR JOSÉ LANG**, de acordo com a portaria municipal n.º 158/2017**.**

**13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

**13.2 -** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

**13.2.1 -** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

**13.3 -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

**13.4 -** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

**13.4.1 -** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

**13.4.2 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15 - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 27 de Junho de 2017.

**IVAN MARION DE BORBA**

**PREFEITO**

**RESENDE PNEUS LTDA-ME**

**CNPJ 10.652.985/0001-93**

**TESTEMUNHAS:**

**Assinatura:_____ Assinatura:_____**

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**LEILIANE ABREU DIAS**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.44/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.44/2017

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº. 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. IVAN MARION DE BORBA, solteiro, engenheiro Agronomo, residente na Rua Angelica Nº. 470 – Parque Taquari, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº1396283 SSP/MT devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº. 010.374. 441-08 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017, RESOLVE Registrar o Preço da empresa ECOPEL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME CNPJ Nº 11.928.775/0001-48, com sede à AV.Walquir Vieira De Rezende Nº854 Centro, na cidade de Santa Rita Do Araguaia-GO, neste ato representado pelo Srº MIRIAM FERREIRA FELICIANO MAROLLA, portadora do RG nº 001.357.722 SSP/MS e CPF nº 021.689.781-67, residente na Rua Jocina Garcia de Melo, Nº2536 Bairro Sonho Meu III na cidade de Costa Rica -MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no "Termo de Referência", anexo I do Edital Pregão Nº 016/2017, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ECOPEL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA-ME

CNPJ Nº 11.928.775/0001-48

ITEM DESCRIÇÃO UN QNT MARCA VL.UNIT. VL. TOTAL

14 COADOR DE PANO 25CM DIAMETRO - EM ALGODAO CRU, FORMATO CONICO, COR BRANCA (MEDIO). UN 128,00 LDA 1,40 179,20

16 COADOR DE PANO 30CM DIAMETRO - EM ALGODAO CRU, FORMATO CONICO, COR BRANCA (GRANDE). UN 150,00 LDA 1,65 247,50

24 ESPONJA DE ACO - PCT C/ 8 UNIDADES - EM ACO CARBONO, ABRASIVIDADE FINA, PARA LIMPEZA E BRILHO, PESO LIQUIDO NAO INFERIOR A 50G, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 1.163,00 ASSOLAN 0,89 1.035,07

37 LIMPADOR LIMPEZA PESADA 500ML - COMPOSICAO: ALQUILL BENZENO, SULFATO DE SODIO, COADJUVANTES, CONSERVANTE, SEQUESTRANTE, CORANTE, FRAGANCIA E AGUA. UN 1.906,00 AZULIN 2,04 3.888,24

33 ISQUEIRO A GAS - GRANDE UN 160,00 CRICKET 3,66 585,60

35 LIMPA CERAMICA E AZULEJO 1LT - LIMPA PISOS, AZULEJOS E CALCADAS, COMPOSICAO: POROXIDO DE HIDROGENIO, TENSOATIVO NAO IONICO, SEQUESTRANTE, VEICULO; INGREDIENTES ATIVOS: NONIL FENOL ETOXILADO, ALQUILPOLIGLICOSIDEO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN 171,00 POLITRIS 4,20 718,20

39 MANGUEIRA JARDIM 30MT COM ESGUICHO - EM PVC FLEXIVEL, COM BICO E UNIAO, COM REDUCAO PARA TORNEIRA 3/4 E 1/2, COM 3 CAMADAS: INTERNA EM PVC, A INTERMEDIARIA EM POLIESTER-TRANCADO E EXTERNA EM PVC. UN 34,00 BARIFLEX 34,10 1.159,40

45 ODORIZANTE DE AMBIENTE SPRAY 360ML/265GR (BOM AR) - COMPOSICAO: INGREDIENTE ATIVO, BENZOATO DE SODIO, BORATO DE SODIO, FRAGRANCIA E PROPELENTES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 554,00 BOM AR 7,05 3.905,70

66 SACO PLASTICO EM POLIETILENO PARA ALIMENTO - CAPACIDADE 5KG 35X45CM - PACOTE 1KG. UN 292,00 ENLIDO 19,80 5.781,60

75 TOUCA DESCARTAVEL - PACOTE 100 UNIDADES, EM TNT, 100% POLIPROPILENO, COR BRANCO/SEM ESTAMPA, COM ELASTICO, ALVEJADO, BORDAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK, ALTA ABSORCAO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. UN 237,00 DESCARPACK 7,55 1.789,35

84 CERA ARDOSIA INCOLOR 850 ML, PARA TODO PISO DE PEDRA, COMPOSICAO: PARAFINA, CARNAUBA, DISPERSAO ACRILICA METALIZADA, ALCOOL LAURILICO ETOXILADO, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, AGENTE FORMADOR DE FILME, AGENTE NIVELADOR, 1,2 BENZOTIAZOLIN-3-ONA, FRAGRANCIA E AGUA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO E VENCIMENTO IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA, INMETRO E ISO. UN 652,00 INGLESA 9,20 5.998,40

111 PALITO PARA CHURRASCO COM PONTA (ROLICO) - PACOTE 50 UNIDADES, TAMANHO APROX. 30CM, CONFECCIONADO COM BAMBU TRATADO, COR NATURAL. UN 124,00 ARCO - IRIS 2,80 347,20

118 PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA - PACOTE 12 UNIDADES. UN 199,00 KEPREND 0,99 197,01

120 SHAMPOO 350 ML - NEUTRO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELOS, FRAGRANCIA SUAVE, COM AGENTE ATIVO PARA TRATAMENTO E PROTECAO DOS FIOS, EMBALAGEM COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE. UN 630,00 MONANGE 5,15 3.244,50

137 EMBALAGEM DE MARMITEX - DESCARTAVEL, INTEIRO EM ALUMINIO, TAM . Nº 08, CXA C/ 100 UNIDADES . UN BOREDA 19,70 1. 595,70 BOREDA

153 ISQUEIRO A GAS - PEQUENO UN CRICKET 3,33 39,96 CRICKET

156 ACETONA REMOVEDORA DE ESMALTE 95ML, PERFUMADA, COM CAMOMILA E VITAMINA E, COMPOSICAO: ACETONE, ALCOHOL, CL-42045, FRAGANCE CHAMOMILA RECUTITA EXTRACT TOCOPHEROL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CERTIFICADO PELA ANVISA. UN FARMED 2,29 109,92 FARMED

TOTAL 27.110.95

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SETE MIL,CENTO E DEZ REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS.

4 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 03 (tres) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.

4.2 - A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 - Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada a multa de 15% sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 - Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 - Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 - Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 - São obrigações do Contratante:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.1.2 - o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.1.3 - a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.1.4 - o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.1.5 - a decretação de falência ou insolvência civil;

7.1.6 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.1.7 - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.1.8 - ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.2 - É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.3 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

8.1 - As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9 - CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2034.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00000102015000 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30.00000102008000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00000329000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000129003000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00000129008000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100055000 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00000100000000 – Material de Consumo;

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato ANA CECILIA VARGAS, de acordo com a portaria municipal n.º 26/2014.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRAS - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8. 666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 - O licitante vencedor terá o prazo máximo de 01 (um) dia útil, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 13 de Junho de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

Prefeito Municipal

ECOPEL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME

Contratada

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

LEILIANE ABREU DIAS

ASSESSOR JURIDICO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 035/2014**

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO – **CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME**

CONTRATO – 035/2014

OBJETO: QUARTO TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE VALORES, VIGENCIA DE PRAZO E CONCLUSÃO, OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO.

VIGENCIA – 360 DIAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

**PORTARIA Nº. 025, DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, **SR. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal na Modalidade Pregão, para o exercício de 2018, composta dos seguintes servidores municipais:

Pregoeiro: JOSÉ CARLOS NAVES GONÇALVES

Secretário: DIOCLECIANO ROSA DE JESUS

Membro: GARCIA JOSÉ DE SOUZA

Membro: SIDEUMA A. R. FERREIRA DUTRA

**Art. 2º -** A Comissão ora instituída será responsável pela elaboração, apreciação e julgamento dos processos licitatórios de responsabilidade do Executivo Municipal, na modalidade Pregão.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 4º -** Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT.**

_____

**SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº. 060 / 2018**

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO**, SRº. **SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes conselheiros para compor o Conselho Municipal de Saúde:

Representantes da Igreja Católica:

Titular: EDGAR PEREIRA LINHARES

RG: 111982 SSP/MT CPF: 362.123.001-78

RUA RICARDO FRANCO, Nº 681 – COHAB

Suplente: ANDREA GONÇALVES DE BARROS

RG: 1311094-2 SSP/MT CPF: 990.541.321-91

RUA BENJAMIM CONSTANT, nº559 – BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA

Representantes da Igreja Assembleia de Deus Missões:

Titular: CLAUDECI CRUZ DE OLIVEIRA

RG: 1209226-6 SSP/MT CPF: 001.798.311-86

RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, S/N – Centro

Suplente: CRISTIANE RESENDE DO NASCIMENTO SILVA

RG: 1797945-5 SSP/MT CPF:042.014.681-43

RUA MINAS GERAIS Nº 488 - Centro

Representantes da Igreja Assembleia de Deus Madureira:

Titular: PAULO ROGÉRIO GONÇALVES PINTO

RG: 1110964-5 SJ/MT

CPF: 830.342.421-15

AVENIDA ARAGUAIA, Nº 519 - Centro

Suplente: WAGNER ALMEIDA DE SOUSA

RG: 1484389-7 SSP/MT CPF: 010.387.871-81

RUA MINAS GERAIS Nº 735 – MORADA DO SOL

Representantes da Igreja Presbiteriana:

Titular: ADIELÂNIA ALVES DE OLIVEIRA

RG: 0815424-4

CPF: 592.858.931-04

RUA BAHIA, Nº 289 - Centro

Suplente: ANA MARIA BORGES

RG:815422 SSP/MT

CPF: 592.766.491-15

RUA JOÃO PONCE DE ARRUDA S/N

Representantes dos Trabalhadores da Saúde – Nível Superior:

Titular: LENIO VIEIRA BORGES

RG: 1998430-8 SESP/MT

CPF: 025.475.001-08

RUA BAHIA Nº 174 - JOÃO DE BARRO

Suplente: ADILSO BORGES DE OLIVEIRA E SILVA

RG: 1475545-9 SSP/MT

CPF: 914.136.211-04

RUA AVENIDA COUTO MAGALHÃES S/N

Representantes ACS:

Titular: SILVANÍ NOGUEIRA DE CARVALHO

RG:771435 SSP/MT

CPF: 883.529.961-72

RUA: ALZIRA ROSA DOS SANTOS Nº 170 COHAB

Suplente: ADEMÁRIA BARBOSA DE LIMA

RG: 1207229-0 SSP/MT

CPF: 935.842.881-34

RUA: JOÃO PONCE DE ARRUDA, Nº 42 – CENTRO

Representantes do Governo, Prestadores de Serviço Social:

Titular: STELAMARES BARRETO NOGUEIRA MACHADO

RG: 1106634-2 SSP/MT

CPF: 008.146.031-73

RUA CASTRO ALVES S/N – BAIRRO SÃO FRANCISCO

Suplente: SIRLENE JOSÉ DE MORAIS PASSOS

RG: 0815379-5 SSP/MT

CPF: 910.743.981-49

AVENIDA COUTO MAGALHÃES Nº404 - CENTRO

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO

RG: 277036 SSP/MT

CPF: 201.799.601-72

RUA RICARDO FRANCO Nº 631 - COHAB

Suplente: ISOLINA CARRIJO BATISTA

RG: 2339.517 SSP/GO

CPF: 592.729.021-34

RUA RICARDO FRANCO S/N - COHAB

**Art. 2º -** O Conselho Municipal de Saúde, após as indicações dos respectivos segmentos da sociedade, fica composto, por meio de votação entre os membros indicados da seguinte forma:

**PRESIDENTE: PAULO ROGÉRIO GONÇALVES PINTO**

**VICE-PRESIDENTE: SILVANÍ NOGUEIRA DE CARVALHO**

**SECRETÁRIA: ADIELÂNIA ALVES DE OLIVEIRA**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

**LEI MUNICIPAL Nº. 809/2017 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017**

"Dispõe sobre Criação o Logotipo e o Slogan da Administração 2017/2020".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei: Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º -** Este Projeto de Lei altera o Logotipo e o Slogan da Administração Municipal 2017/2020, conforme em anexo.

**Art. 2º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com validade até 31/12/2020, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT**

_____

**SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**

**Prefeito Municipal**

**LEI MUNICIPAL Nº 820 DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.**

**"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE AUXILIO FINANCEIRO PARA PREMIAÇÃO DOS JOGOS DO 14º FESTIVAL DE PRAIA RIO ARAGUAINHA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."**

O Prefeito Municipal de Araguainha-MT, o **Sr. SILVIO JOSE DE MORAES FILHO**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º-** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio financeiro em forma de premiação ao 14º Campeonato de Futevôlei, Vôlei de Areia Masculino e Feminino do 14º Festival de Praia Rio Araguainha no valor de **R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) e R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais),** para pagamentos dos Árbitros do evento esportivo, valor numerário este que será utilizado no pagamento das premiações dos atletas que vencerem nos três primeiros lugares de cada categoria do evento esportivo, que será realizado nos dias 07, 08, 09 e 10 de Setembro de 2017, segundo tabela anexa neste Projeto.

**Vôlei Masculino**

R$ - 1.300,00 - 1º Lugar

R$ - 700,00 - 2º Lugar

R$ - 500,00 - 3º Lugar

**Futevôlei Masculino**

R$ - 1.300,00 – 1º Lugar

R$ - 700,00 – 2º Lugar

R$ - 500,00 – 3º Lugar

**Vôlei Feminino**

R$ - 1.300,00 – 1º Lugar

R$ - 700,00 – 2º Lugar

R$ - 500,00 – 3º Lugar

**Competição Interna**

**Vôlei Feminino**

R$ - 1.300,00 – 1º Lugar

R$ - 700,00 – 2º Lugar

R$ - 500,00 – 3º Lugar

**Vôlei Masculino**

R$ - 1300,00 – 1º Lugar

R$ - 700,00 – 2º Lugar

R$ - 500,00 – 3º Lugar

**Futevôlei Masculino**

R$ - 1.300,00 – 1º Lugar

R$ - 700,00 – 2º Lugar

R$ - 500,00 – 3º Lugar

**Pagamentos dos Árbitros Esportivos**

R$ - 500,00 – 2 árbitros que vão apitar todos os dias

R$ - 500,00 – 2 árbitros que vão apitar três dias

R$ - 250,00 – 1 árbitro que apitará dois dias

R$ - 250,00 – 1 mesa de placar

**Art. 2º -** As despesas para execução desta lei ocorrerão em dotações próprias consignadas no orçamento do Município.

**Art. 3º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT.**

**SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**

**Prefeito Municipal**

**LEI MUNICIPAL Nº. 810/2017 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017**

***"*Altera o Artigo 125 da Lei Municipal nº. 242/91, que dispõe acerca do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município, e de outras providências."**

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, ***Sr. SILVIO JOSE DE MORAES FILHO*** FAZ SABER a toda a população do Município e aos Vereadores desta casa aprovam e a senhor Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei;

**Art. 1º -** Modifica e acrescenta o Art. 125 da Lei Municipal nº. 242/91, denominado de Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município.

***Art. 125 –*** *É assegurado ao funcionário o direito a licença para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo de categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem remuneração, observado o disposto no artigo 134 desta Lei.*

***§ 1º -*** *Somente poderão ser licenciados funcionário eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de três, por entidade.*

***§ 2º -*** *A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição por uma única vez.*

**Art. 2° -** O Art. 125 da Lei Municipal nº. 242/91, passará a vigorar com o seguinte texto.

**Art. *125*** *– É assegurado ao servidor o direito a licença sem prejuízo de sua remuneração como-se no cargo estivesse para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo de categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, ou ainda para participar de gerencia ou administração em sociedade de cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros.*

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT.**

_____

**SILVIO JOSE DE MORAES FILHO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA INTERNA DRH 07/2018 CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÕES DE AFASTAMENTO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT NO MÊS JANEIRO DE 2018.**

**O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1.º - Efetuar afastamento de Licença Saúde dos servidores públicos municipais no mês de janeiro de 2018 da Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, conforme Atestados Médicos.

| Nome | Cargo | Início | Término |
|---|---|---|---|
| Ângela dos Reis Almeida | Professor | 22/01/2018 | 25/02/2018 |
| Aurelita Ferreira Gomes | Zelador | 16/01/2018 | 17/02/2018 |
| Rosimeire Pereira de Oliveira Veda | Agente de Limpeza Pública | 10/01/2018 | 24/03/2018 |
| Valdeir Silva de Souza | Vigia | 21/01/2018 | 08/06/2018 |

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga, 26 de janeiro de 2018.

**OVIDIO DE FREITAS GODOY**

Diretor de Recursos Humanos

Mat. 01, Portaria 07/2017

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**EXTRATOS DE PRORROGAÇAO DE PRAZO DE ADITIVOS DE CONTRATOS**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 089/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: WAGNAR ALVES DE OLIVEIRA**

**OBJETO: ADITIVO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 090/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: TATIANE VAZ SCHEFFER**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 091/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EDUARDO CLEBER FONSECA SANTOS**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 016/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: VERACY SANTOS RAMOS**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 017/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA ILMAR FERNANDES DE CARVALHO-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 018/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA IZABELLA MILITÃO-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 039/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: CRISTIANE IZIDIO DA SILVA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/10/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 061/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA MEDBUGRE LTDA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 073/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:MARIANA PEREIRA CONCEIÇÃO**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 074/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:ANDRESSA PIRES DA SILVA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 075/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: MARIA ISABEL PERES CASTILHO**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 076/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: RAIANE CARLA MIRANDA RONDON**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 077/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: LINEUZA APARECIDA ANDREOTTI**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 078/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:ADRIANA ANTUNES DE MATOS PEREIRA**,

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 079/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:CAMILA PORFIRIO DA SILVA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 080/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: MARIA DAS DORES SILVA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 081/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: VALDIRIA ANDREOTTI PEZZIN**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 092/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:CRISTIANGYLIS DE FREITAS SCHURIG CUNHA KOR-PAS**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 093/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: JUSCIELY COSTA CURITIBA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO ATE 28/02/2018**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 098/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA A M PAROLIN SILVA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 101/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:EMPRESA E Z DE LIMA -EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 104/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA JOÃO DIAS RAMOS-EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/06/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 107/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA A M PAROLIN SILVA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/06/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 111/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 112/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELE-TRICOS LTDA-EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 113/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA IVAM GUIA LEMOS DA SILVA E CIA. LTDA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 116/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA VANESSA TALITA DA SILVA –ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 31/01/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 127/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: PAOLA THAIS TAVARES ZANETTE**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/02/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 132/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BEIRA RIO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 03/08/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 133/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 03/08/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 136/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA G I MENDES LTDA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 139/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 140/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/05/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 141/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/05/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 142/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/05/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 147/ 2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/12/2018**

**PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 367 DIAS**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 148/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/12/2018**

**PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 367 DIAS**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 158/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA J E V MILANI-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/04/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 159/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 24/11/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 160/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:EMPRESA CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 161/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO:EMPRESA TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/11/2018**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 162/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP**,

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 28/11/2018**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 128/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO DE EXECUÇAÕ DA OBRA**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/12/2018**

**PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 367 DIAS**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 129/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA BKP CONSTRUTORA LTDA-EPP**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/12/2018**

**PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 367 DIAS**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 102/2017**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/12/2018**

**PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 367 DIAS**

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 099/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA MC TERRAPLAGEM TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA –ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATÉ 31/12/2018**

**PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 367 DIAS**

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 008/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA IZABELLA MILITÃO-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 31/01/2018**

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 039/2014**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/06/2018**

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 113/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA ILMAR FERNANDES DE CARVALHO-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 31/01/2017**

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 003/2015**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: ROGÉRIO ANASTÁCIO CHAVES**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 31/12/2018**

**EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N° 044/2014**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA-ME**

**OBJETO: PRORROGÃO DE PRAZO**

**DATA DA VIGÊNCIA: 29/12/2017 ATE 30/05/2018**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2018**

AO CONTRATO Nº 126/2017 PARA LOCAÇÃO DE DOIS ESPAÇO FÍSICO DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO; CONTRATADO: ADEMIR BARBOSA MUNIZ; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 022/2018**

AO CONTRATO Nº 148/2014 CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRICIONISTA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; KAIARA HAHN; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 021/2018**

AO CONTRATO Nº 103/2015 LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; ADEMIR BARBOSA MUNIZ; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 020/2018**

AO CONTRATO Nº 109/2015 LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL NO DISTRITO AR2, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; GLAUCIA BRAZ JARDINI; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 019/2018**

AO CONTRATO Nº 102/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO 24 HORAS DE SISTEMA DE ALARME VIA SENSORES COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PREVENTIVA E DE URGÊNCIA INCLUINDO VIATURA EQUIPADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS; INVIOLAVEL ARIPUANA COM DE ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 018/2018**

AO CONTRATO Nº 031/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO NA APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO AO MUNICÍPIO, INCLUINDO TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO, DO CALCULO DO IPM – ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ARRECADAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM AMBIENTE WEB; ALEXANDRE JOSE DE SOUZA LOPES-EPP; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 017/2018**

AO CONTRATO Nº 219/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRODUÇÃO VTS INSTITUCIONAIS, COM PRODUÇÃO DE TEXTO, CAPTAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS, BEM COMO A INSERÇÃO DOS VTS EM EMISSORA DE TV LOCAL, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS DESTE MUNICÍPIO; C. DE OLIVEIRA - ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECIMO TERCEIRO ADITIVO Nº. 004/2018**

AO CONTRATO Nº 225/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DA QUADRA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSE ARY DA COSTA NA COMUNIDADE DE CONSELVAN, INCLUINDO OS MATERIAIS NECESSÁRIOS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, CONSTANDO NO ANEXO I, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA; ADITIVO DE PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO 28/01/2018 A 09/03/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 023/2018**

AO CONTRATO Nº 242/2014 LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL NA COMUNIDADE DE CONSELVAN DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SUBPREFEITURA E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO; MARIO SIMPLICIO DE ANDRADE; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 016/2018**

AO CONTRATO Nº 216/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EM ATENDIMENTO A SUBPREFEITURA E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN: LUIZ CARLOS GOES GOMES MEI; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 015/2018**

AO CONTRATO Nº 215/2017 CONTRATAÇÃO DE 01(UM) PROFISSIONAL DE PESSOA FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE

ADVOCACIA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO: ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2018**

AO CONTRATO Nº 160/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PRODUÇÃO DE MÍDIAS INSTITUCIONAIS PARA DIVULGAR OS ATOS DESTA PREFEITURA, DESTE MUNICÍPIO; CONTRATADO: RODRIGO IGNÁCIO PENTEADO 00423286161; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 003/2018**

AO CONTRATO Nº 161/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO TREINADOR DE VOLEIBOL, BASQUETEBOL, ARBITRAGEM E TÉCNICO DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PARA ATENDER AS ESCOLINHAS DE BASE E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, COM A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS; CONTRATADO: JOEBER DELCOLI DE ALMEIDA 02098730195; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 014/2018**

AO CONTRATO Nº 207/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DA TORRE DE TRANSMISSÃO E SERVIÇO TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES ELETRÔNICAS DOS EQUIPAMENTOS DO HOSPITAL MUNICIPAL E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE: DOUGLAS BATISTA GUIMARAES MEI; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 013/2018**

AO CONTRATO Nº 204/2017 CONTRATAÇÃO DE (01) UM PROFISSIONAL PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICO (MOLAS E FREIOS) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA: KENISON SANTOS DA SILVA MEI; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPE4SAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 012/2018**

AO CONTRATO Nº 201/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE (01) UM PROFISSIONAL, PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PSICÓLOGO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL: TAMIRIS EVELIN KURUNCZI CARNEIRO; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 011/2018**

AO CONTRATO Nº 197/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO: ALICE MENDES DE SOUZA NEVES LUDKE EIRELI - EPP; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 010/2018**

AO CONTRATO Nº 196/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO: MAIRA ATALLAH MONREAL ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 009/2018**

AO CONTRATO Nº 195/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO: HELDER WAGNER BARROS SARAIVA - ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 008/2018**

AO CONTRATO Nº 194/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO: P W S SOARES - ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 007/2018**

AO CONTRATO Nº 193/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO TEMPORÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO: CLINICA MEDICA ARIPUANA LTDA- ME; MOTIVO: ALTE-

RAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 006/2018**

AO CONTRATO Nº 188/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE SOFTWARES DE INTEGRAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA PARA CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, FINANCEIROS/TESOURARIA, FROTAS, ALMOXARIFADO, COMPRAS, LICITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, NOTA FISCAL ELETRÔNICA, PARA ATENDER ESTE MUNICÍPIO: ÁGILI SOFTWARES BRASIL LTDA; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 005/2018**

AO CONTRATO Nº 184/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, SERVIÇO DE LEITURA E FATURAMENTO DE ÁGUA NESTE MUNICÍPIO: SAN LEX GESTÃO EM SANEAMENTO EIRELI - ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 004/2018**

AO CONTRATO Nº 170/2017 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA JUNTO AOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS E ASSESSORIA DIRETA AO PREFEITO NA CIDADE DE CUIABÁ; CONTRATADO: GUARA ASSESSORIA E SERVIÇOS EM GESTÃO EIRELI - EPP; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA - 6 BIMESTRE - FAPEMA**

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARÍPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

| DESPESAS | Dotação Inicial (d) | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Despesas Pagas Até o Bimestre (j) | Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | Saldo (g) = (e - f) | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | Saldo (i) = (e - h) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 1.978.382,86 | |
| DESPESAS CORRENTES | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 1.978.382,86 | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.192.000,00 | 1.866.400,00 | 429.841,63 | 1.743.229,51 | 123.170,49 | 431.115,50 | 1.743.229,51 | 123.170,49 | 1.743.229,51 | |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 394.000,00 | 394.000,00 | -4.480,85 | 235.153,35 | 158.846,65 | 39.343,34 | 235.153,35 | 158.846,65 | 235.153,35 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 1.978.382,86 | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Externa | | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 282.017,14 | 1.978.382,86 | |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | 6.414.316,92 | | | 6.414.316,92 | | 6.414.316,92 | |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 8.392.699,78 | -6.132.299,78 | 470.458,84 | 8.392.699,78 | -6.132.299,78 | 8.392.699,78 | |
| RESERVA DO RPPS | 3.374.000,00 | 2.699.600,00 | | | 2.699.600,00 | | | 2.699.600,00 | | |

Emissão: 26/01/2018 11:02:53 — Page 1 de 2
Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (e) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Despesa Pagas Até o Bimestre (j) | Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | Saldo (g) = (e - f) | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | Saldo (i) = (e - h) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | | | | | | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | | | | | | | | | |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | | | | |

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

Emissão: 26/01/2018 11:02:53


Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBROO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 4.960.000,00 | 4.960.000,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 100,00 | 2.981.617,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 100,00 | 2.981.617,14 | |
| LEGISLATIVA | | | | | | | | | | | |
| JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | | | | | | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | | | | | | |
| SEGURANÇA PÚBLICA | | | | | | | | | | | |
| RELAÇÕES EXTERIORES | | | | | | | | | | | |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 100,00 | 282.017,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 100,00 | 282.017,14 | |
| PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 100,00 | 282.017,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 100,00 | 282.017,14 | |
| SAÚDE | | | | | | | | | | | |
| TRABALHO | | | | | | | | | | | |
| EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| CULTURA | | | | | | | | | | | |
| DIREITOS DA CIDADANIA | | | | | | | | | | | |
| URBANISMO | | | | | | | | | | | |
| HABITAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| SANEAMENTO | | | | | | | | | | | |
| GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | | | |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | | | | | | | | | | |
| AGRICULTURA | | | | | | | | | | | |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | | | | | | | | | | | |
| INDÚSTRIA | | | | | | | | | | | |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | | | | | | | |
| COMUNICAÇÕES | | | | | | | | | | | |
| ENERGIA | | | | | | | | | | | |
| TRANSPORTE | | | | | | | | | | | |
| DESPORTO E LAZER | | | | | | | | | | | |
| ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | | |
| RESERVA DO R.P.P.S. | 3.374.000,00 | 2.699.600,00 | | | | 2.699.600,00 | | | | 2.699.600,00 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | | | | | | | | | |
| **TOTAL (III) = (I + II)** | 4.960.000,00 | 4.960.000,00 | 425.360,78 | 1.978.382,86 | 100,00 | 2.981.617,14 | 470.458,84 | 1.978.382,86 | 100,00 | 2.981.617,14 | |

| INTRA ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II) | | | | | | | | | | | |
| LEGISLATIVA | | | | | | | | | | | |
| JUDICIÁRIA | | | | | | | | | | | |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | | | | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2018 11:04:40 Page 1 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBROO**

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

| INTRA ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | | SALDO (c) = (a-b) | Despesas Liquidadas | | | SALDO (e) = (a-d) | INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/total d) | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | | | | | | |
| SEGURANÇA PÚBLICA | | | | | | | | | | | |
| RELAÇÕES EXTERIORES | | | | | | | | | | | |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | |
| SAÚDE | | | | | | | | | | | |
| TRABALHO | | | | | | | | | | | |
| EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| CULTURA | | | | | | | | | | | |
| DIREITOS DA CIDADANIA | | | | | | | | | | | |
| URBANISMO | | | | | | | | | | | |
| HABITAÇÃO | | | | | | | | | | | |
| SANEAMENTO | | | | | | | | | | | |
| GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | | | |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | | | | | | | | | | |
| AGRICULTURA | | | | | | | | | | | |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | | | | | | | | | | | |
| INDÚSTRIA | | | | | | | | | | | |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | | | | | | | |
| COMUNICAÇÕES | | | | | | | | | | | |
| ENERGIA | | | | | | | | | | | |
| TRANSPORTE | | | | | | | | | | | |
| DESPORTO E LAZER | | | | | | | | | | | |
| ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | | | | | | | |
| RESERVA DO R.P.P.S. | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | | | | | | | | | |
| **TOTAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS** | | | | | | | | | | | |

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretario(a)

Emissão: 26/01/2018 11:04:40 Page 2 de 2

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2017 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | JAN/17 | FEV/17 | MAR/17 | ABR/17 | MAI/17 | JUN/17 | JUL/17 | AGO/17 | SET/17 | OUT/17 | NOV/17 | DEZ/17 | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 614.331,34 | 892.983,99 | 502.725,84 | 186.624,98 | 164.615,83 | 413.874,80 | 1.034.947,68 | 473.440,67 | 637.668,83 | 136.771,32 | 127.215,74 | 705.702,47 | 5.890.903,49 | 3.228.000,00 |
| Receita Tributária | | | | | | | | | | | | | | |
| IPTU | | | | | | | | | | | | | | |
| ISS | | | | | | | | | | | | | | |
| ITBI | | | | | | | | | | | | | | |
| IRRF | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Rec. Tributarias | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Contribuições | 39.333,37 | 118.446,35 | 146.102,02 | 115.826,37 | 129.351,82 | 120.961,91 | 128.288,43 | 125.427,64 | 126.037,30 | 126.506,62 | 118.179,47 | 366.907,76 | 1.661.369,06 | 1.411.000,00 |
| Receita Patrimonial | 574.602,61 | 771.450,81 | 356.202,46 | 70.374,21 | 34.421,00 | 245.689,54 | 905.256,24 | 346.747,53 | 510.228,52 | 8.861,69 | 7.633,26 | 335.985,53 | 4.167.453,40 | 1.652.000,00 |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Serviços | | | | | | | | | | | | | | |
| Transferências Correntes | | | | | | | | | | | | | | |
| Cota Parte do FPM | | | | | | | | | | | | | | |
| Cota Parte do ICMS | | | | | | | | | | | | | | |
| Cota Parte do IPVA | | | | | | | | | | | | | | |
| Cota Parte do ITR | | | | | | | | | | | | | | |
| Transf. LC 87/1966 | | | | | | | | | | | | | | |
| Transf. LC 61/1989 | | | | | | | | | | | | | | |
| Transferências FUNDEB | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Transf. Correntes | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 395,36 | 3.086,83 | 421,36 | 424,40 | 843,01 | 47.223,35 | 1.403,01 | 1.265,50 | 1.403,01 | 1.403,01 | 1.403,01 | 2.809,18 | 62.081,03 | 165.000,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 39.333,37 | 118.446,35 | 146.102,02 | 115.826,37 | 129.351,82 | 120.961,91 | 128.288,43 | 125.427,64 | 126.037,30 | 126.506,62 | 118.179,47 | 366.907,76 | 1.661.369,06 | 1.411.000,00 |
| Cont. Servidor Plano Prev. | 39.333,37 | 118.446,35 | 146.102,02 | 115.826,37 | 129.351,82 | 120.961,91 | 128.288,43 | 125.427,64 | 126.037,30 | 126.506,62 | 118.179,47 | 366.907,76 | 1.661.369,06 | 1.411.000,00 |
| Comp. Financ. Reg. Prev. | | | | | | | | | | | | | | |
| Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB | | | | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II) | | | | | | | | | | | | | | |

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

Emissão: 26/01/2018 11:09:25 — Page 1 de 1

Homologado

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
**FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO À DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 4.808.000,00 | 4.808.000,00 | 8.114.886,96 | 7.726.724,45 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 1.411.000,00 | 1.411.000,00 | 1.661.369,06 | 1.516.974,22 |
| Civil | 1.411.000,00 | 1.411.000,00 | 1.661.369,06 | 1.516.974,22 |
| Ativo | 1.409.000,00 | 1.409.000,00 | 1.661.369,06 | 1.515.030,94 |
| Inativo | 1.000,00 | 1.000,00 | | |
| Pensionista | 1.000,00 | 1.000,00 | | 1.943,28 |
| Militar | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 1.580.000,00 | 1.580.000,00 | 2.223.983,47 | 1.945.782,87 |
| Civil | 1.580.000,00 | 1.580.000,00 | 2.223.983,47 | 1.945.782,87 |
| Ativo | 1.580.000,00 | 1.580.000,00 | 2.223.983,47 | 1.945.782,87 |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | | | | |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Em Regime de Parcelamento de Débitos | | | | |
| Receita Patrimonial | 1.652.000,00 | 1.652.000,00 | 4.167.453,40 | 4.254.633,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | 1.652.000,00 | 1.652.000,00 | 4.167.453,40 | 4.254.633,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Receitas de Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 165.000,00 | 165.000,00 | 62.081,03 | 9.334,36 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 165.000,00 | 165.000,00 | 60.525,74 | 9.325,26 |
| Demais Receitas Correntes | | | 1.555,29 | 9,10 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | | | | |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II) | 4.808.000,00 | 4.808.000,00 | 8.114.886,96 | 7.726.724,45 |

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 | Em 2017 | Em 2016 |
| ADMINISTRAÇÃO (IV) | | | | | | | | |
| Despesas Correntes | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA (V) | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 1.978.382,86 | 1.739.479,49 | 1.978.382,86 | 1.739.479,49 | | |



FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
**FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO À DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Benefícios - Civil | 1.473.000,00 | 2.260.400,00 | 1.978.382,86 | 1.680.910,52 | 1.978.382,86 | 1.680.910,52 | | |
| Aposentadorias | 637.000,00 | 1.007.000,00 | 975.720,27 | 769.274,73 | 975.720,27 | 769.274,73 | | |
| Pensões | 130.000,00 | 215.000,00 | 198.318,77 | 180.073,10 | 198.318,77 | 180.073,10 | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | 706.000,00 | 1.038.400,00 | 804.343,82 | 731.562,69 | 804.343,82 | 731.562,69 | | |
| Benefícios - Militar | | | | | | | | |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 113.000,00 | | | 58.568,97 | | 58.568,97 | | |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 113.000,00 | | | 58.568,97 | | 58.568,97 | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V) | 1.586.000,00 | 2.260.400,00 | 1.978.382,86 | 1.739.479,49 | 1.978.382,86 | 1.739.479,49 | | |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III VI) | 3.109.000,00 | 2.547.600,00 | 6.136.504,10 | 5.928.675,99 | 6.136.504,10 | 5.928.675,99 | | |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| VALOR | |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| VALOR | 0,00 |

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDÊNCIÁRIO DO RPPS | APORTES REALIZADOS |
|---|---|
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 21.716,84 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | |
| Outros Aportes para o RPPS | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | 2017 | 2016 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Investimentos e Aplicações | | |
| Outros Bens e Direitos | | |

Fonte: FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO**

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (e + k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i - j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro 2016 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro 2016 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | | | | | | | | | | | | |

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

Fonte: FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA Emissão: 26/01/2018 às 11:10 Page 1 de 1

## GABINETE DO PREFEITO
## RELATORIO DE GESTAO FISCAL - 3 QUADRIMESTRE - FAPEMA

FUNDO MUN DE PREV DE SERV DE ARIPUANA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - QUADRIMESTRE SETEMBRO/DEZEMBRO**

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a") - Portaria 403/2016

R$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS | Disponibilidade de Caixa Bruta (a) | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I = II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1] | 32.131.248,80 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.855,05 | 0,00 | 32.124.393,75 | 0,00 | 0,00 |

JONAS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito(a)

LILIAN JAQUELINE BILIERI GIACOBBO
Contador(a)

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
Secretario(a)

Emissão: 26/01/2018 11:01:55

Page 1 de 1
Homologado

## GABINETE DO PREFEITO
## TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 034/2018

AO CONTRATO Nº 247/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL NA FUNÇÃO DE CUIDADOR DE IDOSOS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL; GENEDITE ALVES DOS SANTOS - MEI; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

## GABINETE DO PREFEITO
## TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 033/2018

AO CONTRATO Nº 139/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICO VOLANTE PARA MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS PESADAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; JOAO PAULO GONÇALVES DA SILVA; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

## GABINETE DO PREFEITO
## TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 032/2018

AO CONTRATO Nº 108/2016 CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO PERÍODO DE 40 HORAS SEMANAIS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; JEVERSON RODRIGUES CARDOSO; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

## GABINETE DO PREFEITO
## TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 031/2018

AO CONTRATO Nº 205/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, AUXÍLIO NA SOLUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PENDÊNCIAS DE PROCESSOS PRIORITÁRIOS MUNICIPAIS JUNTO A ÓRGÃOS DO GOVERNO, CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DOS PLEITOS DE INTERESSE DESTE MUNICÍPIO NOS SISTEMAS E PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS, IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE ELABORAÇÃO DE NOVOS PLEITOS E PROTOCOLO DE PROCESSOS JUNTO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS, COM COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM QUESTÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DIRETA OU INDIRETA ATENDENDO AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO; SERPRA – SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMEN-

TO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 030/2018**

AO CONTRATO Nº 217/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E PERFURAÇÃO DE COVA NO CEMITÉRIO NECRÓPOLE CAMPOS DA PAZ DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; SEBASTIÃO BREJENSKI DOS SANTOS; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 029/2018**

AO CONTRATO Nº 215/2014 CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; JOSÉ RODRIGUES; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 028/2018**

AO CONTRATO Nº 204/2015 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICÓLOGA PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; ANDRESSA AKINA LIMA MATSUI; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 027/2018**

AO CONTRATO Nº 203/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICO VOLANTE PARA MANUTENÇÃO NA FROTA ESCOLAR, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; JHONE BARBOSA 92565751249; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 026/2018**

AO CONTRATO Nº 206/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL EM MANUTENÇÃO DE PEQUENOS E EVENTUAIS REPAROS EM PRÉDIOS INCLUINDO ALVENARIA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA, CARPINTARIA E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIA E FORRO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS; JOSE CARQUEUS 31547605200; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 025/2018**

AO CONTRATO Nº 138/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO (COM RESPECTIVO MOTORISTA) PARA COLETA DE LIXO NA LOCALIDADE DE CONSELVAN; LINDROMAR DOS SANTOS SILVA; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 024/2018**

AO CONTRATO Nº 171/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO E GERENCIAMENTO DAS XMLS DO APLIC; FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA- ME; MOTIVO: ALTERAÇÃO DO DETALHAMENTO FUNCIONAL DE DESPESAS, EM SUBSTITUIÇÃO ÀQUELA PREVISTA NO INSTRUMENTO INICIAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORÇAMENTARIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018; EM 24/01/2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

**DECRETO N.º 002/2018**

"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Barão de Melgaço, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARAO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF n.° 15, de 16 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barão de Melgaço – BARÃO PREVI, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2018, em 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento).

§ 1º. Para os benefícios concedidos pelo FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BARÃO DE MELGAÇO-MT (BARÃO PREVI) a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

§ 2º. Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos cinquenta e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

Art. 2º. Para os benefícios concedidos pelo FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BARÃO DE MELGAÇO-MT (BARÃO PREVI) anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Cons-

titucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Barão de Melgaço/ MT, 08 de Janeiro de 2018.

***ELVIO DE SOUZA QUEIROZ***

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2018.**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| Até Janeiro de 2017 | **2,07** |
| em fevereiro de 2017 | **1,64** |
| em março de 2017 | **1,40** |
| em abril de 2017 | **1,07** |
| em maio de 2017 | **0,99** |
| em junho de 2017 | **0,63** |
| em julho de 2017 | **0,93** |
| em agosto de 2017 | **0,76** |
| em setembro de 2017 | **0,79** |
| em outubro de 2017 | **0,81** |
| em novembro de 2017 | **0,44** |
| em dezembro de 2017 | **0,26** |

## DECRETO N.° 001/2018

"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

Considerando a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018, edita o seguinte DECRETO:

Art. 1°. A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Barão de Melgaço será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no *caput*, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2°. A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo BARAO PREVI.

Art. 3°. A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I - R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

II - R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

Art. 4º. O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

Art. 5°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de Janeiro de 2018.

***ELVIO DE SOUZA QUEIROZ***

Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
## EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 031/2017

**Contratante**: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

**Contratado; CELSINHO VEICULOS EIRELI ,** pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ sob o nº 10.707.442/0001-26

**Objeto;** O objeto deste CONTRATO é a **AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO CARGO (FURGÃO) 0 KM, PARA ATENDER O CONTRATO DE REPASSE Nº1010539-18/2013/MDA/CAIXA CONFORME CONVENIO FIRMADO COM O MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO**, em conformidade com o **EDITAL**

. **Origem:**Processo Licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017**

**Fundamento Legal:**Art. 79 inciso II da Lei 8.666/93

**Data do Termo de Rescisão:** 28 de Dezembro de 2017.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
## EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 003/2015

**PREGÂO PRESENCIAL 23/2014**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPIAL DE BARRA DO BUGRES - MT direito público interno, devidamente** inscrita no CNPJ sob o nº.:03. 507.522/0001-72,

**CONTRATADO; DURALEX SISTEMAS DE GESTAO PUBLICA LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. 86.952.587/ 0001-54,

**DO OBJETO –** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal o qual também se submeteu ao **índice 1.9448% de cálculo baseado no INPC** para o reajuste de preço e **SUPRIMIR o valor de R$ 6.535,56** (Seis Mil, Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos), do 4º Termo aditivo, referente ao serviços de ITBI online e Aplicativo de Busines Inteligence a supressão se faz necessária haja vista que os serviços contratados tiveram uma queda na arrecadação obrigando a gestão a economizar os gastos para funcionamento da |Administração, ficando o valor mensal do contrato após aplicação do índice o valor de **R$ 29.133,24** (Vinte e Nove Mil Cento e Trinta e Três reais e Vinte e Quatro Centavos) que tem como objeto Contratação da empresa qualificada no preâmbulo deste Instrumento, para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Win-

dows com módulos WEB (Internet), serviços técnicos especializados para as diversas secretarias da Administração Direta Municipal.

**DO PRAZO –** O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 90(noventa)dias, sendo de **29/12/2017 à 31/03/2018**, em conformidade com a Cláusula Sétima, Parágrafo Sétimo do referido contrato, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8.666/93.

**DO VALOR-** O valor da mensalidade será de R$ **R$ 29.133,24** (Vinte e Nove Mil Cento e Trinta e Três reais e Vinte e Quatro Centavos)

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 131/2017 – MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA/MT.**

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 131/2017 originária do PREGÃO PRESENCIAL 68/2017 – do município de Pontes e Lacerda - MT, para a AQUISIÇÃO DE APARELHO RADIODIAGNOSTICO FIXO DIGITAL. Valor total de R$313.000,00 (Trezentos e treze mil reais). CONTRATADO: CDK INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE RAIO X LTDA inscrita no CNPJ: 04.864.204/0001-21.

Barra do Bugres/MT, 22 de dezembro de 2017

***EDIRLEI SOARES DA COSTA***

Pregoeiro

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 022/2015**

**Contratante**: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado; FACILITA GESTÃO PUBLICA BRASIL LTDA – ME,** inscrita no CGC/CNPJ MF sob o nº17.286.971/0001-05

**Objeto;** O objeto deste CONTRATO é a disponibilização um canal de comunicação entre a Prefeitura e a empresa para troca de informações e documentos necessários para cumprir o plano de trabalho da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres MT, em conformidade com o **EDITAL**

. **Origem:**Processo Licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015**

**Fundamento Legal:**Art. 79 inciso II da Lei 8.666/93

**Data do Termo de Rescisão:** 06 de Dezembro de 2017.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º.: 025/2017**

**PREGAO PRESENCIAL Nº 008/2016**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado: J.A.C DE LIMA ME** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 02.172.093/0001-67

**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA , devido ao término do prazo do contrato principal, referente a ***"*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÓSTUMOS E FORNCECIMENTO DE URNAS FÚNEBRES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**.

**Vigência: 29/12/2017** à **29/12/2018**

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº: 002/2016**

**Pregão Presencial Nº 012/2014**

**Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT**, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado: MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP,** inscrita no CNPJ nº 07.657.198/0001-20

**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESIDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Vigência: 29/12/2017 à 29/12/2018**

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**.

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 005/2018**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

DECRETO Nº 005/2018

"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências."

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe conferidas a Lei.

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

Considerando a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1° - A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Barra do Bugres será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

Parágrafo único - Em virtude do disposto no caput, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

Art. 2° - A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo BARRA - PREVI (sigla do fundo de previdência).

Art. 3° - A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

I - R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a

remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e

sessenta e sete centavos).

II - R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para

o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e

sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil

trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, considera-se

remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele

percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

Art. 4º - O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018,

será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou

inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de janeiro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 015/2016**

**CARONA 03/2016**

**Contratante**:PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado:HGR COMERCIO DE HIDROMETROS EIRELLI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 17.880. 286/0001-40.

**Objeto**: : Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **AQUISIÇAO DE HIDROMETROS PARA A REALIZAÇÃO DE NOVAS LIGAÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE HIDROMETROS DANIFICADOS PARA ATENDER O DAE-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS**, neste Município de Barra do Bugres – MT

**Vigência: 29/12/2017 à 31/12/2018**

**Responsável Jurídico**: SAULO ALMEIDA ALVES.

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 023/2018**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 023/2018

Nomear os membros titulares e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do município de Barra do Bugres.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º. – Nomeia os membros titulares e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), do município de Barra do Bugres, para o biênio 2017/2018, conforme a Lei Municipal N.º 1. 172/1999 e alterações posteriores estabelecidas nas Leis Municipais nº 1. 274/2001, 2.117/2014 e 2.304/2017.

I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.

Titular: Carlos Luiz Pereira Neto

Suplente: Maria Dolores Freitas Guedes

II – REPRESENTANTES PELOS PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, POUSADAS E SIMILARES.

Titular: Augusto César Farias de Oliveira

Suplente: Marcelo Sandri

III – REPRESENTANTES DA ALDEIA UMUTINA

Titular : Dionísio Antônio Apodonepá

Suplente: Laelcio Amajunepá

IV- REPRESENTANTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Titular: Rafael A. Bento

Suplente: Izaltino Enedino Ferreira

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

V – REPRESENTANTES DE AGÊNCIAS DE TURISMO LOCAL

Titular: Aparecida Sofia Taques

Suplente: Allan Fabrício Santos Franco

VI – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Titular: Valter Romão de Sene

Suplente: Ivonilson Pereira Prado

VII – MEMBROS REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARRA DO BUGRES - ACIBB.

Titular: Carlos Henrique dos Santos Lopes

Suplente: Doriedson José Costa Prudêncio

VIII – REPRESENTANTES DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO –

UNEMAT, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DEPUTADO “RENÊ BARBOUR”.

Titular : João Mário de Arruda Adrião

Suplente: Vivian Lara Cáceres Dan

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpre - se

Gabinete do Prefeito, em 12 de janeiro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 006/2018**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

DECRETO Nº 006/2018

“Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Barra do Bugres-MT, e dá outras providências.”

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barra do Bugres, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2018, em 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento).

§ 1º - Para os benefícios concedidos pelo BARRA PREVI, (sigla do fundo de previdência) a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

§ 2º - Para os benefícios que tenham sofrido majoração

devido à elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos cinquenta e quatro

reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de

que trata o caput e o § 1°.

Art. 2º - Para os benefícios concedidos pelo BARRA PREVI,

(sigla do fundo de previdência) anterior à data estabelecida no caput do artigo anterior

e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.º

20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41/2003, art. 3° da Emenda

Constitucional n.º 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com

redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo

com a regra aplicável a cada caso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15

de janeiro de 2018.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

ANEXO I

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE

ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO,

APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2018

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO

REAJUSTE (%)

Até Janeiro de 2017

2,07

em fevereiro de 2017

1,64

em março de 2017

1,40

em abril de 2017

1,07

em maio de 2017

0,99

em junho de 2017

0,63

em julho de 2017

0,93

em agosto de 2017

0,76

em setembro de 2017

0,79

em outubro de 2017

0,81

em novembro de 2017

0,44

em dezembro de 2017

0,26

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO Nº: 093/2015**

**Dispensa nº 12/2015**

**Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT**, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado: GARLENE OPOLSKI**, portadora da Cédula de Identidade RG nº.:05826187 SSP/MT e CPF nº.:514.052.881-91

**DO OBJETO –** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal o qual também se submeteu ao indicie de cálculo baseado no INPC para o reajuste de preço que tem como objeto Locação de 01 (um) Imóvel, situado à Rua Dr. João Batista de Oliveira nº.: 506 – São Raimundo – Barra do Bugres – MT, para Instalação da **CRECHE MUNICIPAL MENINO JESUS**, conforme ofício nº. :397/2015/SMEC e dispensa de licitação 12/2015.

**DO PRAZO –** O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 12(meses), sendo de **29/12/2017 à 29/12/2018**, em conformidade com a Cláusula Segunda, Parágrafo Primeiro do referido contrato, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8. 666/93.

**DO VALOR-** O valor do aluguel mensal convencionado é de R$ 1. 806,54(Um mil Oitocentos e Seis Reais e Cinquenta e Quatro Centavos) mensais, que o **LOCATÁRIO** se compromete a apagar até o dia 10 (dez) de cada mês, ao **LOCADOR.**

**Responsável Jurídico:** SAULO ALMEIDA ALVES.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N º.: 036/2017**

**Carona 07/2017**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507. 522/0001-72

**Contratado: L. BRUM DA SILVA-ME**, inscrita no CNPJ nº. 10.947.845/ 0001-42

**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA , devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **Contratação de empresa para locação de materiais e serviços para promoção de eventos, destinados aos eventos a serem realizados pelo Poder Executivo do Município de Barra do Bugres-MT**.

**Vigência: 29/12/2017** à **29/12/2018**

**Responsável Jurídico:** SAULO ALMEIDA ALVES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 040/2017**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado:**, **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º07.847.837/ 0001-10

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO.**

| ITEM | QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 3.000,00 | UN | AMPICILINA 1G FRASCO/AMPOLA | TEUTO | R$ 4,50 | R$ 13.500,00 |
| 2 | 900,00 | UN | HIDRÓXIDO DE FERRO III 20MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL EV 5ML | CLARIS | R$ 5,93 | R$ 5.337,00 |
| 3 | 10.000,00 | UN | LORAZEPAM 2MG COMPRIMIDO | TEUTO | R$ 0,08 | R$ 800,00 |
| 4 | 34.000,00 | UN | CLORIDRATO DE OXIBUTININA COMPRIMIDO 5MG | APSEN | R$ 0,64 | R$ 21.760,00 |
| 5 | 5.040,00 | UN | SULFATO FERROSO 25MG/ML XAROPE. 120 ML | NATULAB | R$ 1,48 | R$ 7.459,20 |
| 6 | 8.000,00 | UN | ACIDO GRAXOS ESSENCIAIS (A.G.E) VITAMINA A, VITAMINA E, LECITINA DE SOJA FR 200ML | NUTRIEX | R$ 2,60 | R$ 20.800,00 |
| 7 | 5.400,00 | UN | BLOQUEADOR SOLAR FPS 50, USO DERMATOL. CREME OU LOÇÃO CREMOSA, A PROVA D'ÁGUA, RESIST. À TRANSPIRAÇÃO, HIPOALERG. DERMATOLOG. TESTADO. EMBALAGEM-MÍNIMO 120 G. | NUTRIEX | R$ 9,04 | R$ 48.816,00 |
| 8 | 1.000,00 | UN | APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL, CABO EMBORRACHADO, 3 LÂMINAS | MAXICOR | R$ 0,60 | R$ 600,00 |
| 9 | 3.500,00 | UN | DISPOSITIVO PARA INFUSÃO SIMULTÂNEA DE SOLUÇÕES PARENTERAIS COM CLAMP E TAMPA, ESTÉRIL (MULTIVIA 2 VIAS). COM 2 TAMPAS PROTETORAS ADICIONAIS, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE | VITALGOLD | R$ 0,70 | R$ 2.450,00 |
| 10 | 80,00 | UN | ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICA, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, CABO COM 17 A 18CM PARA COLETA GINECOLÓGICA (PCT. COM 100 UN.S) | ABSORVE | R$ 13,06 | R$ 1.044,80 |
| 11 | 40,00 | UN | HASTE FLEXIVEL COM PONTA DE ALGODÃO (COTONETE) CX. COM 100 UND | FAROL | R$ 1,31 | R$ 52,40 |
| 12 | 500,00 | UN | MICRONEBULIZADOR, TIPO ADULTO, MÁSCARA EM PVC ATÓXICO, COPO ADAPTÁVEL, EXTENSOR COM CONEXÃO UNIVERSAL À REDE DE O2 | NS | R$ 12,32 | R$ 6.160,00 |
| 13 | 500,00 | UN | MICRONEBULIZADOR, TIPO PEDIÁTRICO, MÁSCARA EM PVC ATÓXICO, COPO ADAPTÁVEL, EXTENSOR COM CONEXÃO UNIVERSAL À REDE DE O2. | NS | R$ 12,32 | R$ 6.160,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 | 70,00 | UN | PAPEL CREPADO PARA ESTERILIZAÇÃO 90X90 CM, GRAMATURA 60G/M2. CAIXA COM 250 FOLHAS | CIEX | R$ 298,35 | R$ 20.884,50 |
| 15 | 2.500,00 | UN | PRESERVATIVO MASCULINO DE LÁTEX SEM LUBRIFICAÇÃO PARA SER UTILIZADO NO ULTRASSONÓGRAFO | INOVATEX | R$ 0,23 | R$ 575,00 |
| 16 | 1.000,00 | UN | SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº12, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATOXICA, FLEXÍVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE | MEDSONDA | R$ 1,15 | R$ 1.150,00 |
| 17 | 500,00 | UN | SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL DESCARTÁVEL Nº14, ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM POLIVINIL, ATOXICA, FLEXÍVEL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DA ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE | MEDSONDA | R$ 1,17 | R$ 585,00 |
| 18 | 200,00 | UN | SONDA ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO 2.0. TUBO DE MATERIAL PLÁSTICO COM MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS, FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL | VITALGOLD | R$ 2,90 | R$ 580,00 |
| 19 | 200,00 | UN | SONDA VESICAL DE DEMORA, LÁTEX SILICONIZADO, TIPO FOLEY, Nº 20, 3 VIAS, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁVÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS | ADVANTIVE | R$ 3,69 | R$ 738,00 |
| 20 | 100,00 | UN | SONDA VESICAL DE DEMORA, LÁTEX SILICONIZADO, TIPO FOLEY, Nº 22, 3 VIAS, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁVÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS | ADVANTIVE | R$ 3,69 | R$ 369,00 |
| 21 | 200,00 | UN | VASELINA LIQUIDA 1 LT | RIOQUIMICA | R$ 16,98 | R$ 3.396,00 |
| 22 | 800,00 | UN | ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1 LITRO | FBM | R$ 3,39 | R$ 2.712,00 |
| 23 | 2.200,00 | UN | AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA 10ML | HIPOLABOR | R$ 0,78 | R$ 1.716,00 |
| 24 | 200,00 | UN | ANFOTERICINA B, 50MG SOLUÇÃO INJETAVEL BOLSA 100 ML | UNIÃO QUIMICA | R$ 16,65 | R$ 3.330,00 |
| 25 | 1.000,00 | UN | ENOXAPARINA, 20 MG/0,2 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA. PARA ADMINISTRAÇÃO VIA SUBCUTÂNEA | EUROFARMA | R$ 15,69 | R$ 15.690,00 |
| 26 | 20,00 | UN | IMUNOGLOBULINA HUMANA. | BLAU | R$ 825,00 | R$ 16.500,00 |
| 27 | 2.000,00 | UN | ISOXSUPRINA (CLORIDRATO) 5MG/ML AMPOLA 2ML | APSEN | R$ 11,65 | R$ 23.300,00 |
| 28 | 400,00 | UN | METILPREDNISOLONA (SUCCINATO SÓDICO) 500MG EMBALAGEM CONTENDO 1 FR AMPOLA + 1 AMPOLA DILUENTE COM 8ML | NOVA FARMA | R$ 17,03 | R$ 6.812,00 |
| 29 | 200,00 | UN | MORFINA, SULFATO, 1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 2 ML | CRISTALIA | R$ 5,09 | R$ 1.018,00 |
| 30 | 1.000,00 | UN | MORFINA (SULFATO) 10MG COMPRIMIDO, CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS | CRISTALIA | R$ 0,51 | R$ 510,00 |
| 31 | 4.750,00 | UN | SULFADIAZINA 500MG COMPRIMIDO | SOBRAL | R$ 0,17 | R$ 807,50 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | | **R$ 235.612,40** |

**Valor: R$ 235.612,40 (Duzentos e trinta e cinco mil e seiscentos e doze reais e quarenta centavos).**

**Processo Licitatório:**Adesão a **Ata de Registro e Preço nº26/2017 oriunda do Pregão Presencial nº28/2017 – município de Tangará da Serra - MT**

**Dotação Orçamentária:** da **SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE:**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.061-3.3.90.30.00.00.0114;09.002.0.0.10.301.6010.2.061-3.3.90.30.00.00.0102;09.002.0.0.10.302.6030.2.150-3.3.90.30.00.00.0114; 09.002.0.0.10.302.6030.2.150-3.3.90.30.00.00.0102;09.002.0.0.10.301.6010.2.062-3.3.90.30.00.00.0114; 09.002.0.0.10.301.6010.2.062-3.3.90.30.00.00.0102 –**

**Vigência: 14/12/2017** à **31/12/2018**.

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º.: 017/2017**

**CARONA Nº 006/2017**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: 09.619.626/0001-55

**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA , devido ao término do prazo do contrato principal, referente a ***"*AQUISIÇÃO DE PECAS, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT**, conforme marca, modelo e categoria,conforme especificações constantes do Termo de Referencia (Anexos II e III) do edital do Pregão Presencial nº 065/2016.

**Vigência: 29/12/2017 até 29/06/2018**

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO 1º TERMO DE CONTRATO N º.: 012/2017**

**CARONA Nº 003/2017**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado:EP COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ sob nº.: 00.499.809/0001-00

**Objeto:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA , devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SE-**

**CRETARIA DE INTRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS,** neste Município de Barra do Bugres – MT

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

**Vigência: 29/12/2017 até 29/12/2018**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 041/2017**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado:**, **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º02.520.829/0001-40

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO.**

| ITEM | QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 33.000,00 | UN | METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG COMPRIMIDO | ACCORD | R$ 0,94 | R$ 31.020,00 |
| 2 | 12.000,00 | UN | TENOXICAM 20MG FR AMPOLA | CRISTALIA | R$ 4,02 | R$ 48.240,00 |
| 3 | 20.000,00 | UN | ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG COMPRIMIDO | DELTA | R$ 0,25 | R$ 5.000,00 |
| 4 | 320.000,00 | UN | ACIDO ACETIL SALICILICO 100MG COMPRIMIDO | SOBRAL | R$ 0,02 | R$ 6.400,00 |
| 5 | 20.000,00 | UN | ÁCIDO ASCÓRBICO, 500 MG COMPRIMIDO | NATULAB | R$ 0,12 | R$ 2.400,00 |
| 6 | 100.000,00 | UN | ACIDO FOLICO 5MG COMPRIMIDO | NATULAB | R$ 0,04 | R$ 4.000,00 |
| 7 | 28.000,00 | UN | ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO | PRATI | R$ 0,37 | R$ 10.360,00 |
| 8 | 15.000,00 | UN | BIPERIDENO (CLORIDRATO) 2MG COMPRIMIDO | CRISTALIA | R$ 0,15 | R$ 2.250,00 |
| 9 | 350.000,00 | UN | CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDO | SANVAL | R$ 0,02 | R$ 7.000,00 |
| 10 | 65.000,00 | UN | CARBONATO DE CÁLCIO 600MG + COLECALCIFEROL 400UI COMPRIMIDO | NATULAB | R$ 0,14 | R$ 9.100,00 |
| 11 | 52.800,00 | UN | CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG COMPRIMIDO | PRATI | R$ 0,17 | R$ 8.976,00 |
| 12 | 12.000,00 | UN | CLONAZEPAM 0,5MG COMPRIMIDO | GEOLAB | R$ 0,07 | R$ 840,00 |
| 13 | 43.000,00 | UN | CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO | GEOLAB | R$ 0,06 | R$ 2.580,00 |
| 14 | 18.000,00 | UN | CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 100MG COMPRIMIDO | CRISTALIA | R$ 0,19 | R$ 3.420,00 |
| 15 | 21.000,00 | UN | DIAZEPAM 5MG COMPRIMIDO | SANTISA | R$ 0,04 | R$ 840,00 |
| 16 | 320.000,00 | UN | ENALAPRIL (MALEATO) 20MG COMPRIMIDO | HYPERMARCA | R$ 0,04 | R$ 12.800,00 |
| 17 | 169.000,00 | UN | GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO | MEDQUIMICA | R$ 0,02 | R$ 3.380,00 |
| 18 | 190.000,00 | UN | HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO | CIMED | R$ 0,02 | R$ 3.800,00 |
| 19 | 10.000,00 | UN | IMIPRAMINA, CLORIDRATO, 25MG COMPRIMIDO | CRISTALIA | R$ 0,25 | R$ 2.500,00 |
| 20 | 318.000,00 | UN | LOSARTANA POTÁSSICA 50MG COMPRIMIDO | PRATI | R$ 0,03 | R$ 9.540,00 |
| 21 | 109.000,00 | UN | PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG COMPRIMIDO | OSORIO DEM | R$ 0,02 | R$ 2.180,00 |
| 22 | 112.000,00 | UN | SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDO | SANVAL | R$ 0,12 | R$ 13.440,00 |
| 23 | 2.600,00 | UN | DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 MG/ML | FARMACE | R$ 1,28 | R$ 3.328,00 |
| 24 | 2.000,00 | UN | HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO SUSPENSÃO 100ML | NATULAB | R$ 1,85 | R$ 3.700,00 |
| 25 | 12.000,00 | UN | IBUPROFENO 50MG/ML GOTAS FR 30ML | NATULAB | R$ 0,99 | R$ 11.880,00 |
| 26 | 6.100,00 | UN | MIKANIA GLOMERATA (GUACO) XAROPE 0,1ML C/120 ML C/COPO MEDIDA. | NATULAB | R$ 2,03 | R$ 12.383,00 |
| 27 | 1.000,00 | UN | OXCARBAZEPINA, 60MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100ML COM SERINGA DOSADA | UNIÃO QUIMICA | R$ 26,98 | R$ 26.980,00 |
| 28 | 9.000,00 | UN | PREDNISOLONA (FOSTATO SÓDICO) 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL FR 100ML | PRATI | R$ 6,85 | R$ 61.650,00 |
| 29 | 9.000,00 | UN | SALBUTAMOL (SULFATO) 0,4MG/ML XAROPE FRASCO 120ML | NATULAB | R$ 1,02 | R$ 9.180,00 |
| 30 | 20.000,00 | UN | NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI/G POMADA 10G | PRATI | R$ 1,06 | R$ 21.200,00 |
| 31 | 2.600,00 | UN | PERMETRINA LOÇÃO 10MG/ML FR 60ML | NATIVITA | R$ 1,45 | R$ 3.770,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$ 344.137,00** | |

**Valor: de R$344.137,00 (Trezentos e quarenta e quatro mil e cento e trinta e sete reais).**

**Processo Licitatório:**Adesão a **Ata de Registro e Preço nº26/2017 oriunda do Pregão Presencial nº28/2017 – município de Tangará da Serra - MT**

**Dotação Orçamentária:**

**SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE:**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.061-3.3.90.30.00.00.0114; 09.002.0.0.10.301.6010.2.061-3.3.90.30.00.00.0102 –**

**09.002.0.0.10.302.6030.2.150-3.3.90.30.00.00.0114; 09.002.0.0.10.302.6030.2.150-3.3.90.30.00.00.0102 –**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.062-3.3.90.30.00.00.0114; 09.002.0.0.10.301.6010.2.062-3.3.90.30.00.00.0102**

**Vigência: 14/12/2017** à **31/12/2018**.

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 042/2017**

**Contratante**:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Contratado:**, **DISNORMA COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º01.326.495/0001-06

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO.**

| ITEM | QUANT. | UNID. | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 63 | 100,00 | UN | DETERGENTE À BASE DE 4 ENZIMAS. GALÃO 5 LITROS | VIC FHARMA | R$ 62,00 | R$ 6.200,00 |
| 64 | 200,00 | UN | FIO DE SUTURA NÃO ABSORVÍVEL SINTÉTICO COMPOSTO DE POLIPROPILENO, AZUL, Nº2-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75CM DE COMPRIMENTO (+/- 5CM), COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, MEDINDO 26MM (+/- 2MM), COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE (FECHAMENTO GERAL, OBST./GINEC.). | SHALON | R$ 2,27 | R$ 454,00 |
| 65 | 30,00 | UN | SUPORTE DE PAREDE, METAL, PARA COLETORES DE PERFURO-CORTANTES. 13 LITROS | GRANDESC | R$ 34,89 | R$ 1.046,70 |
| 71 | 30,00 | UN | MASCARA DE VENTURI ADULTO | GOODCOME | R$ 11,75 | R$ 352,50 |
| 72 | 30,00 | UN | MÁSCARA VENTURI INFANTIL | GOODCOME | R$ 11,75 | R$ 352,50 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | | **R$ 8.405,70** |

**Valor: de R$8.405,00 (Oito mil e quatrocentos e cinco reais).**

**Processo Licitatório:**Adesão a **Ata de Registro e Preço nº26/2017 oriunda do Pregão Presencial nº28/2017 – município de Tangará da Serra - MT**

**Dotação Orçamentária:**

**SECRETRIA MUNICIPAL DE SAUDE:**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.061-3.3.90.30.00.00.0114;**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.061-3.3.90.30.00.00.0102;**

**09.002.0.0.10.302.6030.2.150-3.3.90.30.00.00.0114;**

**09.002.0.0.10.302.6030.2.150-3.3.90.30.00.00.0102;**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.062-3.3.90.30.00.00.0114;**

**09.002.0.0.10.301.6010.2.062-3.3.90.30.00.00.0102.**

**Vigência: 14/12/2017** à **31/12/2018**.

**Responsável Jurídico: SAULO ALMEIDA ALVES**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

**PORTARIA Nº 13.359 DE 23 DE JANEIRO DE 2018.**

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

**R e s o l v e:**

**Artigo 1º –** Designar a servidora **Maria Laurinda Lemes,** portador do RG nº 4195589 e CPF nº 896.862.501-82, Matrícula Funcional nº 111216, para acompanhamento e fiscalização do contrato relativo à prestação de serviços de Plano de Internet 10 MG para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Artigo 2º -** Designar a servidora, **Jennifer Gonçalves Ribeiro**, portadora do RG nº 2518695-7 e CPF nº 054.369.591-30, Matrícula Funcional nº 11837**,** para proceder como suplente da fiscal de contrato acima citada.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, 23 de janeiro de 2018.

**ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 002_2018**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 002/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 002/2018. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÓ DE PEDRA, PEDRISCO E CONCRETO BETUMINOSO PARA ATENDER SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.** Data da sessão pública: **20/02/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 26/01/2018.

**PORTARIA Nº 13.340 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

"Dispõe sobre designação de Engenheiro para a fiscalização da obra/serviço que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

**R e s o l v e:**

**Artigo 1º –** Designar o servidor público, Laila Donadel Silva Engenheiro Civil – Crea 033176-D/MT, para acompanhamento e fiscalização da obra de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, meio-fios e calçadas, no Jardim Palmares – Tomada de Preços 020/2017.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 10 de janeiro de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.339 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.**

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

**R e s o l v e:**

**Artigo 1º –** Designar o servidor **Ana Lúcia Manzano Deluci,** portador do RG nº 151.0009-0/MT e CPF nº 024.678.921-23, Matrícula Funcional nº 12198, para fiscalização de contrato referente à obra de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, meio-fios e calçadas, no Jardim Palmares – Tomada de Preço 020/2017.

**Artigo 2º -** Designar a servidora, **Alba Marcia Ferreira Leal**, portadora do RG nº 904698/SSP/MT e CPF nº 569.096.401-87, Matrícula Funcional nº 101**,** para proceder como suplente da fiscal de contrato acima citada.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, 02 de janeiro de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.307 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

"Dispõe sobre nomeação de servidores desta municipalidade para atuarem como fiscal e suplente no contrato que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso,

Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

**Artigo 1º –** Designar a servidora **Maria Laurinda Lemes,** portador do RG nº 4195589 e CPF nº 896.862.501-82, Matrícula Funcional nº 111216, para acompanhamento e fiscalização do contrato relativo à locação de 01 (um) imóvel situado na Rua Hermano Ribeiro, nº 04, quadra 152, lote 15 Jardim Floresta I, para uso e funcionamento da Estação Juventude.

**Artigo 2º -** Designar a servidora, **Jennifer Gonçalves Ribeiro**, portadora do RG nº 2518695-7 e CPF nº 054.369.591-30, Matrícula Funcional nº 11837**,** para proceder como suplente da fiscal de contrato acima citada.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra do Garças, 02 de janeiro de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.367 DE 25 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre elevação de Nível e Classe ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a necessidade em dar cumprimento à Decisão emanada do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, através do Acórdão exarado pela Exma. Relatora Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, da Terceira Câmara Cível, acostado aos autos da remessa necessária nº 20004/2016 – Classe CNJ – 1728, julgada na data de 13/02/2017, protocolo sob nº 20004/2016, Processo nº 10103-86.2014.811.0004, código nº 189745;

Considerando, ainda, o que dispõe a Lei Complementar nº 096/2006;

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Conceder, a partir desta data, elevação de Nível e Classe ao servidor abaixo, em virtude de determinação da Exma. Sra. Relatora Desembargadora, conforme segue:

| SERVIDOR(A) | NÍVEL | CLASSE | CARGO | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| MARCELO ARRUDA DE JESUS | 5 | C | Auxiliar Administrativo | Gabinete do Prefeito |

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 25 de janeiro de 2.018.

*ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS*

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.366 DE 25 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 25 de janeiro de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Assistente de Compras (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Finanças, o Sr. **MARCELO ALVES DOS SANTOS.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 25 de janeiro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.365 DE 25 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Nomear, a partir de 25 de janeiro de 2018, para exercer em comissão, o cargo de Diretor de Divisão de Qualificação (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, o Sr. WALDERSON PEDRO DA SILVA JÚNIOR.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 25 de janeiro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.342 DE 15 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre exoneração do Quadro de Provimento Efetivo a servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o pedido protocolado sob nº 1496/2017, tendo parecer jurídico favorável,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a pedido, **a partir desta data**, do cargo de Auxiliar Administrativo, a servidora **ROSA PEREIRA DOS SANTOS,** lotada no Gabinete do Prefeito.

**Art. 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de janeiro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 13.364 DE 24 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

**R e s o l v e:**

**Art. 1º** – Exonerar, a partir de 24 de janeiro de 2018, do cargo comissionado de Assistente de Compras (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Finanças, o Sr. **WALDERSON PEDRO DA SILVA JUNIOR.**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.293, de 02 de janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 24 de janeiro de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO**

**EXTRATO DO 4º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 448/2014 – TP 014/2014**

**TERMO ADITIVO Nº 043/2016 (Nosso Número)**

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada **MACHADO E CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, que tem por objetivo prorrogar o Prazo de Execução e Vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017. Barra do Garças - MT, 26 de Janeiro de 2018.

**EXTRATO DO 3º. TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 448/2014 – TP 014/2014**

**TERMO ADITIVO Nº 028/2015 (Nosso Número)**

O Município de Barra do Garças – MT torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada **MACHADO E CARVALHO CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, que tem por objetivo prorrogar o Prazo de Execução e Vigência do contrato original a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 206. Barra do Garças - MT, 26 de Janeiro de 2018.

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 004_2018**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 004/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 004/2018. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE BUFFET, SEGURANÇA DE EVENTOS, LOCAÇÃO MESAS E CADEIRAS, E BRINQUEDOS INFANTIS.** Data da sessão pública: **22/02/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 26/01/2018.

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 002/2018**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 003/2018/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 003/2018. Objeto: **AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.** Data da sessão pública: **21/02/2018** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 26/01/2018.

**DECRETO Nº 3.966 DE 25 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre delegação de competência para a função que menciona".

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. **ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso VI e Parágrafo Único do Art. 78 da Lei Orgânica do Município – L.O.M. e;

Considerando que lhe é permitido pela lei supramencionada a delegação de competência de funções administrativas que sejam de sua competência exclusiva,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Delega competência à servidora pública municipal, **DANIELA CÔRTES SCHULZE MACHADO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Secretária Municipal, para representar o Prefeito Municipal, junto ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso e celebrar Ter-

mo de Ajustamento de Conduta, referente SIMP Nº 003557-004/2010, no dia 16/02/2018, às 15h00m/MT, em audiência extrajudicial, na Promotoria de Justiça desta cidade de Barra do Garças/MT.

**Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 25 de janeiro de 2018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 035 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 3263, de 22 de janeiro de 2018,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Designar a servidora **ANDRÉIA DANIELE BASTOS NEVES** – Enfermeira**,** para exercer as funções de Gerência de Supervisão de Enfermagem, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com a partir de 02 de fevereiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de janeiro de 2018.

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 24.01.18

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº. 037 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

***Dispõe sobre nomeação de servidores para Cargos de gerente em face da modernização da estrutura organizacional do município, instituída pela Lei Complementar nº 115 de 24/07/2017, tornando sem efeito atos anteriores editados sob a égide da legislação revogada, e dá outras providências.***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município:

**CONSIDERANDO** *a entrada em vigor em 02 de janeiro de 2.018 da Lei Complementar nº 115 de 24 de julho de 2017, que dispõe sobre a modernização da estrutura organizacional do município de Cáceres;*

**CONSIDERANDO** *especificamente o disposto nos artigos 50 de referida Lei Complementar que extingue o Título do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão, vigente na estrutura organizacional revogada;*

***CONSIDERANDO*** *o quadro em anexo de servidores em gozo de férias, que ao retornarem encontrarão em vigência a nova estrutura organizacional da Lei Complementar nº 115/17;*

***CONSIDERANDO*** *o artigo 51 de referida Lei nº 115/17 que assegura direitos por ventura existentes ao servidor comissionado de chefe de divisão ao ser remanejado para cargo similar da nova estrutura administrativa;*

***CONSIDERANDO*** *princípio da irredutibilidade salarial;*

**CONSIDERANDO** *o que consta no Parágrafo Primeiro do Decreto nº 668/2017 de 28 de dezembro de 2017: Caso necessário*, novos Decretos e atos normativos serão publicados para regulamentar a Lei Complementar nº 115 de 24 de julho de 2017 e seus anexos;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 3697 de 24 de janeiro de 2018;

***DECRETA:***

***Art. 1º****. Ficam nomeados os servidores indicados no ANEXO I, parte integrante do presente decreto, para os respectivos cargos em comissão de gerência ali especificados, dando sequência e cumprimento da modernização administrativa da Lei Complementar nº 115 de 24/07/2017, com efeito desde 01 de janeiro de 2018.*

***Parágrafo Único:*** *A nomeação do presente decreto poderá ser revogada individualmente, no interesse da administração, no ato de retorno do gozo de férias de cada servidor.*

***Art. 2º****Os direitos assegurados pelo presente decreto deverão ficar anotado na ficha individual de cada servidor nomeado, zelando pela continuidade das relações jurídicas de cada servidor, nas mesmas condições estabelecidas no Decreto de sua respectiva nomeação.*

***Art. 3º*** *Dependerá de ato próprio a nomeação para qualquer outro cargo não preenchido em razão do presente Decreto.*

**Art. 4°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as demais disposições em contrário, em especial os Decretos de nomeação dos servidores indicados no ANEXO desta norma legal.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de janeiro de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 24.01.18

**ANEXO I**

| **Controladoria Geral do Município** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Valéria Alves de Souza | Gerência do Aplic |

| **Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Benedito Francisco da Silva | Gerência de Comunicação |

| **Secretaria Municipal de Planejamento** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Robert Karuzz Souza Faustino | Gerência de Acompanhamento de Execução Orçamentária |

| **Secretaria Municipal de Fazenda** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Luiz Marcio Pereira de Souza | Gerência de Cadastro Imobiliário |

| **Secretaria Municipal de Infraestrutura e logística** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Jamir Lopes de Barros | Gerência de Oficina Mecânica |
| Vanilson da Silva Santana | Gerência de Terra Planagem e Pavimentação Urbana |
| Michela Marcia Camargo da Silva | Gerência de Arquitetura e Projetos |
| Fredolino de Araújo Neto | Gerência de Arrecadação de Trânsito |

| **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Renata de Almeida Leite | Gerência de Pesquisa e Produção |
| Gislaine da Fatima Neves | Gerência de Fomento de Indústria e Comércio |
| Paula Domingas de Almeida Jesus de Oliveira | Gerência de Atendimento ao Empreendedor |

| **Secretaria Municipal de Educação** | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Fernanda Ferreira de Souza | Gerência de Logística, Alimentação Escolar e Almoxarifado |
| Aparecida Sandra de Arruda e Silva | Gerência Administrativa e Controle de Frotas |

| **Secretaria Municipal de Saúde** |
|---|

| Nome | Unidades Administrativas |
|---|---|
| Rosenil Deluque Nunes | Gerência Administrativa do PAM |

| Secretaria Municipal de Assistência Social | |
|---|---|
| Nome | Unidades Administrativas |
| Lucilene Rodrigues da Silva | Gerência CRAS II |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 031 DE 23 DE JANEIRO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 3363, de 23 de janeiro de 2018,

**R E S O L V E M**:

**Art.1º** Conceder à senhora **PAULA FRANCIS GOMES VIANA RIBEIRO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 12 de janeiro de 2018 a 10 de julho de 2018.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de janeiro de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 23.01.18

**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DA REALIZAÇÃO DO CONCURSO MUSA DA PESCA EDITAL Nº 001/2018**

A Prefeitura Municipal de Cáceres torna público **Edital de Chamamento para SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO** de autorização de uso a título precário e oneroso para fins de **REALIZAÇÃO DO CONCURSO MUSA DA PESCA** de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

O presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos no Prédio da Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Cáceres - MT com a Equipe de Seleção instituída pelo **DECRETO nº 604 de 23 de Novembro de 2017.**

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Edital de Seleção o Credenciamento para concessão de autorização de uso a título precário e oneroso de autorização de uso a título precário e oneroso para fins de **REALIZAÇÃO DO CONCURSO MUSA DA PESCA**.

1.2 A exploração para realização do evento não gera para a Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrente desta exploração.

1.3 - É de responsabilidade do credenciado, a contratação de seguranças que deverão ficar à disposição da organização do evento, não cabendo a Permitente qualquer responsabilidade sobre possíveis brigas ou discussões ocorridas no decorrer do evento.

1.4 – o local definido para a realização do evento deverá ter luz de emergência e extintor para qualquer emergência, e atendimento as exigências do Corpo de Bombeiros.

1.5 - Não é permitida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, e na dúvida sempre solicitar o documento de identificação;

**2. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

2.1. **Poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados especializados na área de promoção de eventos e os ramos pertinentes que satisfaçam as condições do objeto deste Edital;**

2.2. O interessado em participar da concorrência deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, no dia 20 de fevereiro 2018, as 09h00min, na Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

2.3. Em se tratando de pessoa física:

a) Carteira de Identidade;

b) Documento de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Comprovante de residência;

d) Documento credenciamento, conforme modelo constante no Anexo I deste edital.

e) Certidão Negativa de Débitos junto a Prefeitura Municipal de Cáceres

Em se tratando de pessoa jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade de por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União emitida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

g) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

g.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nos itens c e d de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.

h) Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual;

i) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, disponível nos portais na internet: www.tst.gov.br/certidão, www.tst.jus.br/certidão; m) Alvará de Funcionamento.

2.4. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou por servidor componente da comissão para realização deste chamamento público, publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

2.5. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos; 2.6. Serão aceitas inscrições por meio de terceiros, mediante a apresentação de:

(a) procuração com firma reconhecida e com a especificação de poderes;

(b) documento de identidade do procurador e;

(c) cópia do documento de identidade daquele que pretende o credenciamento.

**3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. Estará autorizada a realizar o Concurso para a escolha da Musa da Pesca a empresa ou pessoa física que:

a) Apresentar corretamente a documentação exigida;

b) Pagar o maior valor correspondente exigido conforme estipulado item abaixo;

c) Comprometer-se a confeccionar as Faixas oficiais das Musas da Pesca, somente com a Logo do 37º FIPe, ***sem a logo*** do realizador do Concurso, para que a mesma seja usada durante dos 05 dias de evento que acontece de 06 a 10 de junho/2018. O Organizador deve consultar a Comissão organizadora do FIPe para saber o modelo da faixa a ser confeccionado.

d) Durante a realização do evento, a bebida a ser comercializada deve seguir a marca do patrocinador oficial do evento.

e) Classificar as duas primeiras colocadas, MUSA DA PESCA e 2ª MUSA DA PESCA, para que, emergencialmente, a 2ª colocada assuma a posição principal.

3.2. Não poderão participar direta ou indiretamente do presente processo servidor da Prefeitura Municipal de Cáceres;

3.**3*. Não poderá participar do concurso candidatas menores de 16 anos, e, essas candidatas menores de 18 anos deverão apresentar autorização expressa dos pais, com firma reconhecida em cartório.***

***3.4. As candidatas devem estar previamente avisadas, se eleita for, de seus compromissos com a Prefeitura de Cáceres e com o 37º Festival Internacional de Pesca esportiva sendo: presenças em feiras (local e fora do município), presença em cerimoniais da Prefeitura de Cáceres, presença em Cerimoniais do Festival Internacional de Pesca (Abertura do evento, largada das provas de Pesca, entrega de premiação, visitação diária na Feira Multissetorial).***

***3.5. As candidatas devem estar previamente avisadas que não existe o pagamento de cachê e ou qualquer tipo de compromisso financeiro com a Prefeitura de Cáceres, durante o tempo em que estiver representando o Município de Cáceres.***

***3.6. A Prefeitura de Cáceres não se responsabilizará por atos praticados pela candidata e ou eleita, no que diz respeito a sua conduta pessoal e moral, no município ou fora dele, no decorrer do processo de seleção ou no período de vigência do titulo recebido. A responsabilidade de seus atos cabe à própria ou ao seu responsável legal.***

***3.7. A ficha de inscrição para o concurso deve constar a observações constantes do item 3.4 e 3.5 e 3.6 e deve estar assinada pelo seu responsável legal.***

3.8. Qualquer falta decorrente do não cumprimento dos itens acima será de responsabilidade do Credenciado a explorar o evento.

**4. DO PAGAMENTO**

4.1**. Fica estipulado inicial de R$: 1.000,00 (um mil reais), sendo a proposta vencedora a de MAIOR VALOR, para o que o vencedor realize o evento CONCURSO MUSA da PESCA 2018.**

4.2. **Para participação A Empresa e ou Promotor de Eventos que apresentar o envelope com a proposta, que em caso do vencedor deve realizar o depósito em c/c do Festival Internacional de Pesca Esportiva – FIPe – CAIXA 0870- c/c 0424-3 no prazo de 24 horas após a confirmação de vencedor.**

**5. DA AUTORIZAÇÃO**

5.1. Será homologado o credenciamento, mediante a apresentação de todos os documentos exigidos e do comprovante de depósito.

5.2. É de responsabilidade exclusiva e integral da autorizada a utilização de pessoal para a exploração do evento, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Prefeitura Municipal de Cáceres.

5.3. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização, que é parte integrante desse chamamento público;

5.4. O Termo de Autorização a ser assinado está contido no Anexo I;

5.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto da Autorização.

**6. DO PRAZO DE VALIDADE**

6.1. A vigência do Termo de Autorização é exclusiva ao período de realização do evento definida para o dia **07 de abril de 2018.**

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA**

7.1. A Autorizada deverá atender às seguintes obrigações:

7.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

7.1.2. Responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros.

7.1.3. Todos e quaisquer danos que porventura venham a ocorrer aos consumidores deverão ser reparados pela empresa ou pessoa física credenciada à exploração do evento;

**8. DAS PENALIDADES**

8.1. A recusa injustificada por parte do Credenciado em assinar a Termo de Autorização, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar dos prazos estabelecidos no Item 4.2, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida. Nesta hipótese, é facultada a SETURC - DESOBRIGADA DO CUMPRIMENTO DO TEOR DESTE EDITAL;

8.2. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, bem como do Decreto **nº 604 de 23 de novembro de 2017** e as penalidades administrativas, garantida a ampla defesa e o contraditório.

**9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

9.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção,

9.2. São partes integrantes deste Edital:

9.2.1 Anexo I (Termo de Permissão Remunerada de Uso).

Cáceres-MT, 26 de janeiro de 2018.

_____

**JÚNIOR CEZAR DIAS TRINDADE**

**Secretario de Turismo e Cultura.**

**ANEXO I**

**CREDENCIAMENTO 001/2018**

**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**

Termo de Permissão Remunerada de Uso para exploração de realização do Concurso Musa da Pesca, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Cáceres e a Empresa _____.

A Prefeitura Municipal de Cáceres, CNPJ nº. 03.214.148//0001-83 com sede nesta cidade, na Rua Riachuelo nº. 01, Centro, Cáceres (MT), neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Sr. Junior Cezar Dias Trindade, a seguir denominada PERMITENTE, e a empresa _____CNPJ nº. _____, Inscrição Municipal nº. _____, estabelecida na _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr._____, a seguir denominada PERMISSIONÁRIA, ao edital designado Credenciamento nº. 001/2018 e seus anexos celebram o presente Termo de Permissão Remunerada de Uso,

realizada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas modificações bem como outras normas vigentes relacionadas com o objeto, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. Integram o presente Termo, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

1.1.1. Edital Credenciamento, com todos os seus anexos;

1.1.2. Proposta Comercial da Permissionária.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

**DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente termo a permissão remunerada de uso para a realização do Concurso Musa da Pesca/2018

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

**DO PRAZO**

3.1. O presente termo terá duração de 01 (um) dia.

**CLÁUSULA QUARTA:**

**DO VALOR DE REMUNERAÇÃO PELA PERMISSÃO**

4.1. A Permissionária licitante deverá pagar à PREFEITURA, o valor **..... .....,** revertidos ao Festival internacional de Pesca esportiva de Cáceres.

**CLÁUSULA QUINTA:**

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. A detentora da Permissão de Uso do espaço público deverá entregar na SETURC, até o dia 22/02/2018 o comprovante de depósito realizada em conta corrente do FIPe – Banco: CAIXA ECONOMICA FEDERAL – AG. 0870 – C/C 424-3.

**CLÁUSULA SEXTA:**

**CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO**

6.1. O evento será realizado no 07/04/2018.

6.2. É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas a menor de 18 anos no dia do evento.

6.3. Por motivos de segurança do público, é proibida a distribuição de quaisquer materiais quebráveis, cortantes ou perfurantes como garrafas de vidro, talheres de metal, etc.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

**OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO**

7.1. Ter condições que possibilitem a execução do objeto, a partir da data de assinatura deste Termo.

7.11. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, taxas, seguros, impostos e quaisquer outros ônus que forem devidos para o correto cumprimento do objeto deste Termo.

7.12. Responder civil e penalmente, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à PREFEITURA ou a terceiros, tendo como agente a Permissionária, na pessoa de prepostos ou estranhos, bem como pela garantia e segurança dos serviços prestados e suas consequências.

7.14. Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas à PREFEITURA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do Termo, de Lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da Permissionária.

7.16 É de responsabilidade da Permissionária a contratação de seguranças, que ficará a disposição da organização do evento.

**CLÁUSULA OITAVA:**

**DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento de quaisquer condições impostas no presente Termo de Permissão ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor mencionado na CLÁUSULA QUARTA, sem prejuízo da revogação da permissão ora outorgada.

8.1.1. Caso o evento não se realize na data determinada neste instrumento, caberá ao PERMITENTE devolver os valores despendidos pelo PERMISSIONÁRIO, cuja devolução deverá ocorrer na proporção do evento não realizado em relação ao valor total do pagamento e de datas do evento, corrigidos monetariamente até a data da efetiva devolução.

**CLÁUSULA NONA:**

**RESCISÃO**

9.1. A presente permissão será desfeita, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) Descumprimento das condições impostas no presente Termo;

b) Prática de atos que venham a gerar descrédito perante o mercado consumidor e a clientela, bem ainda de atos que deem mostras de insolvência nos negócios, ainda que parcialmente;

c) Inadimplemento do PERMITENTE relativamente ao compromisso de exclusividade ora pactuado;

d) O evento descrito na cláusula primeira não se realize, por qual quer que seja sua razão.

e) Mútuo acordo entre as partes;

f) Por força maior ou caso fortuito, que impeça o cumprimento das condições assinaladas na presente permissão.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. A tolerância da Permitente com qualquer atraso ou inadimplência, por parte da Permissionária, não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação;

10.2. É vedado à Permissionária sublocar total ou parcialmente o Termo, sem a concordância expressa da Permitente.

10.3. Serão aplicadas a este termo, notadamente aos casos omissos, as normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações e, subsidiariamente, pela Lei Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

**PUBLICAÇÃO**

11.1 A publicação do extrato do presente termo no "Diário da AMM" por conta e ônus do Permitente, no mural da Secretaria de Turismo e Cultura e no site da Prefeitura de Cáceres..

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**:

**FORO**

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cáceres-MT, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Cáceres-MT, 24 de janeiro de 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES**

PERMITENTE

_____

**EMPRESA PERMISSIONÁRIA**

TESTEMUNHAS:

1)_____

NOME e CPF

2)_____

NOME: e CPF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 034 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 3256 de 22 de janeiro de 2018,

**RESOLVEM:**

**Art.1º** Exonerar a servidora **RAQUEL GOMES DE MORAES**, do Decreto nº 025 de 18 de janeiro de 2018 do cargo de Gerência de Supervisão de Enfermagem, da Secretaria de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de janeiro de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

**Prefeito Municipal de Cáceres**

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

**Secretário Municipal de Saúde**

Afixado em: 24.01.18.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 036 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 114, de 02 de janeiro de 2018,

**R E S O L V E M**:

**Art.1º** Conceder à senhora **THAYANE ALBUQUERQUE SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sob o Regime estatutário Lei Complementar 25 de 27 de novembro de 1997 e previdenciário/INSS, pelo período de 11 de setembro de 2017 a 09 de março de 2018.

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de janeiro de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 24.01.18

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 029 DE 23 DE JANEIRO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 2889, de 19 de janeiro de 2018,

**R E S O L V E M:**

**Art. 1º** Rescindir, a pedido o Contrato de trabalho do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da senhora, **GEUSA DA SILVA JESUS -** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos desde 02 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de janeiro de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 23.01.18

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES**
**EXTRATO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PROCESSO 035/2016 - 30061, DE 08/08/2016.**

**EXTRATO**

**PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 035/2016 – PROTOCOLO 30061, DE 08/08/2016, PORTARIA 368, DE 26/08/2016.**

- RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, ONDE OPINA PELA APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTENCIA AO SERVIDOR JOSÉ LUIZ DA SILVA.

- JULGAMENTO E ACATAMENTO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICANCIA ADMINISTRATIVA, PELO SR. SECRETÁRIO DE SAÚDE SR. ROGER ALESSANDRO RODRIGUES, QUE DECIDE PELA APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTÊNCIA AO SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA.

- O SERVIDOR ABRIU MÃO DE INTERPOR RECURSO, CONTRA DECISÃO.

- ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DO JULGAMENTO E RELATÓRIO PÓS DEFESA, PARA APLICAÇÃO POR ESCRITO DA PENA DE ADVERTÊNCIA AO SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA.

- APÓS PROVIDENCIAS – ENCERRAMENTO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Cáceres-MT., 25 de janeiro de 2018.

Zubeide Peixoto Ambrósio Curvo

Presidente da CPSA

**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
**RELATÓRIO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE ENTIDADES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – BIÊNIO 2018/2020**

Em Reunião Extraordinária realizada na data de 23/01/2018, aqui na Casa dos Conselhos, pelos membros do CMAS, dos quais os conselheiros/as, abaixo denominados, representantes do Executivo Municipal e Sociedade

Civil compõem a Comissão do Processo Eleitoral do CMAS, Biênio 2018/2020:

1- Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira, representante titular da Secretaria municipal de Administração;

2- Jorge Emerson Dutra Pinho, representante suplente da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer;

3- Enézio Mariano da Costa, representante da Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade CRC/MT, em Cáceres;

4- Evandro Alves Barbosa Filho, representante da Secretaria municipal de Assistência Social.

Ficou evidente a nulidade da condução do processo eleitoral, por este Conselho, tendo em vista a insuficiente participação de organizações da Sociedade Civil.

Todo o processo correu de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social; deliberações/resoluções do CNAS e o Regimento Interno deste Conselho.

Como não existiu número suficiente de inscrição de organizações não Governamentais e de representantes do Executivo municipal, a condução do Processo Eleitoral deve ser passada para a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social.

Desde já colocamos à disposição da Secretaria de Assistência Social membros deste Conselho para participar, como observadores/as do processo Eleitoral do Conselho Municipal de Assistência Social.

Maria José Dantas Souza _____

Secretaria Mun. de Assistência Social

Evandro Alves Barbosa Filho_____

Secretaria Mun. de Assistência Social

Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira_____

Secretaria Mun. de Administração

Jorge Emerson Dutra Pinho_____

Secretaria Mun. de Esporte, Cultura e Lazer.

Dener Antônio da Silva_____

União Cacerense de Associação de Moradores/UCAM

Fernanda Nascimento de Oliveira_____

Fundação Terezinha Mendes

Enézio Mariano da Costa_____

Conselho Regional de Contabilidade

Cáceres-MT, 24 de Janeiro de 2018

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 035 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 2947, de 19 de janeiro de 2018,

**R E S O L V E M:**

**Art. 1º** Rescindir, a pedido, o Contrato Administrativo nº 057/2017, do cargo de Enfermeira, da senhora, **ANNIE CAROLINNE DUTRA SARMENTO COELHO -** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 29 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de janeiro de 2018.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

**ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA**

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 24.01.18

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**SETOR DE LICITACAO**
**AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018.**

O Município de Campinápolis - MT por meio de seu Pregoeiro, torna público que no **dia 08 de fevereiro de 2018** às **13h 00min (Cuiabá)** realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento Menor Preço Por Item, para a contratação de empresas de prestação de serviços de mão de obra em mecânica geral. Edital completo no site www.campinapolis.mt.gov.br. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 26/01/2018.

**Gilberto Francisco Ribeiro de Paula**

Pregoeiro

**SETOR DE LICITACAO**
**AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018.**

O Município de Campinápolis - MT por meio de seu Pregoeiro, torna público que no **dia 15 de fevereiro de 2018** às **13h 00min (Cuiabá)** realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento Menor Preço Por Item, para a contratação de empresa do ramo de prestação de Serviços de Manutenção e Instalação de Aparelho de Ar Condicionado e manutenção em outros aparelhos de refrigeração. Edital completo no site www.campinapolis.mt.gov.br. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 26/01/2018.

**Gilberto Francisco Ribeiro de Paula**

Pregoeiro

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**RETIFICAÇÃO – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017**

A Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação do EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017, publicado no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO de 26/01/2018, edição nº 2.904, pág. 75, ONDE SE LÊ: EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017, LEIA-SE: EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017.Campinápolis - MT, em 26 de janeiro de 2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

### PORTARIA Nº 034, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

CONSTITUIR A COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS EEQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT

**O PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO:**

disposto no artigo 6º da Lei Municipal nº 973/2003, alterada pela Lei nº 1.828/2016; ofício nº 04/2017 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, de 27 de dezembro de 2017, o despacho exarado pela Secretária Interina de Administração, datado de 08 de janeiro de 2018, que determina a expedição de portaria; o interesse público;

**RESOLVE**:

**1. CONSTITUIR** a Comissão Especial de Fiscalização de Convênios e Equipamentos Adquiridos, vinculada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS; **2. DESIGNAR** as seguintes atribuições à Comissão, que terá composição paritária:

I - Realizar fiscalização de convênios e equipamentos adquiridos pelo Município de Campo Novo do Parecis;

II - Informar aos demais conselheiros acerca da realidade de cada convênio;

III - Dar publicidade aos convênios e demandas.

**3. DESIGNAR** os membros conselheiros de direito que serão: Presidente: Cildo Campos

CPF: 679.608.221-15

Secretária: Vera Lucia de Freitas Silva

CPF: 395.128.196-00

Membros: Cícero dos Santos Silva

CPF: 372.706.131-68

Inês Roeder Nogueira Mendes

CPF: 032.611.461-09

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de janeiro de 2018.

**RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ALVARO JOSE BARBOSA**

**Secretário Municipal de Administração**

### PORTARIA Nº 038, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO URBANO – CMTU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

o Ofício nº 001/2017 proveniente do Conselho Municipal de Trânsito Urbano e da Ata de Reunião Ordinária 001/2017; o interesse público e a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. NOMEAR,a partir desta data, a Diretoria do Conselho Municipal de Trânsito Urbano - CMTU, com a seguinte composição:

I – Presidente: Marcelo José Burgel – CPF: 745.059.632-68; II – Vice-Presidente: Rodrigo Ferreira dos Santos – CPF: 021.532.081-65; III – Secretária Executiva: Vera Lucia de Freitas Silva, CPF: 395.128.196-00; IV – 2º Secretário: Adriano Cesar Alves de Oliveira, CPF: 931.359.551-68.

2.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de janeiro de 2018.

***RAFAEL MACHADO***

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***ALVARO JOSE BARBOSA***

*Secretário Municipal de Administração*

### PORTARIA Nº 036 DE 25 DE JANEIRO DE 2018

DESIGNAR GISELY CONCEIÇÃO AGNELO DE CARVALHO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 003/2018.

**O PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I, da Lei Orgânica do Município e

**Considerando** o Termo de Referência,

**RESOLVE**:

***1.*** **DESIGNAR**a servidora pública **GISELY CONCEIÇÃO AGNELO DE CARVALHO**, Nutricionista, portador do RG nº1440297-1 SSP/MT e do CPF nº714.665.761-20, matrícula funcional nº 3153, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços, conforme apontado a seguir:

| ***CONTRATO*** | ***OBJETO*** | ***CONTRATADA*** |
|---|---|---|
| Nº 003/ 2018 | O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de merendeiras/cozinheiras, para atender as necessidades das Unidades Escolares do Município. | A. F. DA SILVA & CIA LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o nº 00.770.653/ 0001-50 |

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de janeiro de 2018.

***RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***ALVARO JOSE BARBOSA***

***Secretário Municipal de Administração***

### PORTARIA Nº 35, DE 25 JANEIRO DE 2018

CONCEDE COMPLEMENTO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO:

disposto no art. 117, II, da Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

Portaria nº 014/2018 proveniente do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis – MT, datada de 18 de janeiro de 2018, que concedeu o benefício de salário-maternidade à servidora abaixo citada pelo prazo de 27.12.2017 até 25. 04.2018;

Memorando nº 16/2018 proveniente do Departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

1. CONCEDER complemento de licença maternidade à servidora MAILZA APARECIDA LORENÇO FERREIRA, cargo Professora, matrícula 3136, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido a 26 de abril de 2018 a 25 de junho de 2018, totalizando 60 (sessenta) dias. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de janeiro de 2018.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***ALVARO JOSE BARBOSA***

***Secretário Municipal de Administração***

---

**ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016**

**O Município de Campo Novo do Parecis,** Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina a Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências, no município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

**O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.**

***Cargo:* Agente Operacional de Saúde**

| *Classificação* | *Nome Candidato* |
|---|---|
| 9º | ALDENILSO BARBOSA PEREIRA |

Os candidatos aprovados acima relacionados deverão comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 25 dias do mês de janeiro de 2018.

**RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal**

**CPF nº 929.162.010-68**

---

**DECRETO EXECUTIVO Nº 12 DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

Decreto Executivo nº 12 de 26 de Janeiro de 2018.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2002/2017 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, o montante de R$ 95.698,00 (Noventa e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS** | |
| 001.04.129.0002.20016 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE FINANÇAS | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 500,00 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO** | |
| 001.13.122.0002.20021 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE CULTURA E TUR | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.782,00 |
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | |
| 002.04.122.0005.20039 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A INFRAESTRUTURA | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 73.496,00 |
| **11** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| 005.11.334.0015.20120 | APOIO A CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - SACS | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.220,00 |
| 005.11.334.0015.20121 | APOIO E MANUTENÇÃO DO SINE | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.700,00 |
| | **TOTAL** | **95.698,00** |

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

| | | |
|---|---|---|
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS** | |
| 001.28.846.0003.00102 | CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 500,00 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO** | |
| 004.23.695.0018.20031 | QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.782,00 |
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | |
| 002.04.122.0005.20040 | MANUTENÇÃO COM A FROTA MUNICIPAL | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 73.496,00 |
| **11** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| 002.08.244.0013.20105 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FMAS | |
| 3390000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 12.920,00 |
| | **TOTAL** | **95.698,00** |

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 26 de Janeiro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso, Portal Transparência do Município,e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ÁLVARO JOSE BARBOSA

Secretario Municipal de Administração

**DECRETO EXECUTIVO Nº 13 DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2002/2017 de 21/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 273.000,00 (Duzentos e setenta e tres mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | |
| 007.17.512.0006.20049 | MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA | |
| 3191000000 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. | 14.000,00 |
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** | |
| 002.12.365.0007.20066 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRE-ESCOLA | |
| 3191000000 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. | 230.000,00 |
| 002.12.365.0007.20067 | MANUTENÇÃO ENCARGOS COM AS CRECHES | |
| 3191000000 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL. | 29.000,00 |
| | **TOTAL** | **273.000,00** |

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único. O Crédito aberto no Art. 1º não onera o limite conforme estabelecido no Art. 5º, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2002 de 21 de dezembro de 2017.

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | |
| 007.17.512.0006.20049 | MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA | |
| 3190000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 14.000,00 |
| **09** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA** | |
| 002.12.365.0007.20066 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRE-ESCOLA | |
| 3190130000 | OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 230.000,00 |
| 002.12.365.0007.20067 | MANUTENÇÃO ENCARGOS COM AS CRECHES | |
| 3190000000 | APLICAÇÕES DIRETAS | 29.000,00 |
| | **TOTAL** | **273.000,00** |

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 26 de Janeiro de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretario Municipal de Administração

**DECRETO EXECUTIVO Nº 010, DE 25 DE JANEIRO DE 2018.**

Altera o Decreto 113, de 13 de setembro de 2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

***RAFAEL MACHADO,*** Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidos pelo art. 59, da Lei Orgânica do Município e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 1.726, de 12 de dezembro de 2014, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA;

**Considerando** o Memorando nº 004/2018/MEIO AMBIENTE proveniente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, datado de 24 de janeiro de 2018;

**Considerando** a Portaria nº 028, de 15 de janeiro de 2018 que exonerou o Sr. Sebastião Carlos Pim do cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico;

**Considerando** a Portaria nº 029, de 15 de janeiro de 2018 que nomeou o Sr. Ademar Três como Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico;

**R E S O L V E :**

**Art. 1º.** Alterar o item I, do artigo 1º, do Decreto 113, de 13 de setembro de 2017, para que passe a constar o Sr. Ademar Três como representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

**Art. 2º.** Os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ficam nomeados da seguinte forma:

**I – Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:**

Presidente: Ademar Três, CPF: 278.913.139-20

**II – Representante do Poder Legislativo Municipal:**

Titular: Antonia Aparecida Pereira de Souza, CPF: 861.671.708-00

Suplente: Rosineia Heinzen Colombo, CPF: 913.782.909-25

**III – Representantes do Poder Executivo Municipal:**

**Secretaria Municipal de Infraestrutura:**

Titular: Juliano Olejas, CPF: 840.290.211-15

Suplente: Maria do Carmo de Jesus, CPF: 501.593.561-72

**Secretaria Municipal de Saúde:**

Titular: Fabiana Rodrigues de Oliveira Antunes, CPF: 001.986.490-80

Suplente: Cirdirlei Felipe, CPF: 815.606.489-53

**IV – Representante da Coordenadoria de Meio Ambiente:**

Titular: Patricia Thiemann, CPF: 045.193.791-05

Suplente: Edilson José Sonsin, CPF: 385.454.111-20

**V – Representante do IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso:**

Titular: Dayana Luiza Schwerz, CPF: 039.720.529-52

Suplente: Nazareno José Manoel Martins, CPF: 822.937.759-68

**VI – Representante do Sindicato Rural do Município:**

Titular: Marlon Fedrizzi, CPF: 532.036.071-15

Suplente: Altair José Maria, CPF: 332.591.359-87

**VII – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município:**

Titular: José Petrucio Teixeira da Silva, CPF: 860.794.504-10

Suplente: Márcia Martins Pereira, CPF: 013.629.051-51

**VIII – Representante do Rotary Clube:**

Titular: Gilson Paz, CPF: 408.751.809-49

Suplente: Guaracy Pinto Calaza, CPF: 775.986.527-91

**IX- Representante do Lions Clube Internacional:**

Titular: Erasmo Carlos da Silva, CPF: 083.705.858-92

Suplente: Weber Luiz Benedito, CPF: 329.605.491-04

**X- Representante da Associação Comercial e Industrial de Campo Novo do Parecis- ACIC:**

Titular: Rodrigo Dams, CPF: 001.272.911-64

Suplente: Luiz Soares de Melo, CPF: 955.918.931-04

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de janeiro de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ÁLVARO JOSÉ BARBOSA**

**Secretário Municipal de Administração**

### DECRETO EXECUTIVO Nº 011, DE 25 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

***RAFAEL MACHADO,*** Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidos pelo art. 59, da Lei Orgânica do Município e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 1.726, de 12 de dezembro de 2014, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA e o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA;

**Considerando** o Memorando nº 004/2018/MEIO AMBIENTE proveniente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, datado de 24 de janeiro de 2018;

**R E S O L V E :**

**Art. 1º. NOMEAR**, a partir desta data, a Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente, da seguinte forma:

**a)** Presidente: Ademar Três, CPF: 278.913.139-20

**b)** Vice-presidente: Patricia Thiemann, CPF: 045.193.791-05

**c)** Responsável Técnico: Juliano Olejas, CPF: 840.290.211-15

**d)** Tesoureiro: Rodrigo Dams, CPF: 001.272.911-64

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias do mês de janeiro de 2018.

**RAFAEL MACHADO**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**ÁLVARO JOSÉ BARBOSA**

**Secretário Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
### RESOLUÇÃO Nº 016/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

**RESOLUÇÃO Nº 016/2018 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, na Reunião Extraordinária do dia 05 de Dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 DE Junho de 2016, que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 05 de Dezembro de 2017, conforme a ATA Nº 061/2017.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Substituir a Conselheira Suplente representante dos Profissionais da Área Social, nomeando a Sra. Telma da Silva Rodrigues, portadora do RG nº 17352886-SSP/MT, inscrita no CPF sob nº 017.469.031-20, endereço: Rua Rondonópolis, nº 126, Bairro Belvedere, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-99906-3809, email telma.rodrigues@inss.gov.br.

**Art. 2° –** Substituir a Conselheira representante da Organização de Usuários dos Serviços de Assistência Social, nomeando como Titular a Sra. Iranete da Silva Pereira, portadora do RG nº 1595907-SSP/PB, inscrita no CPF sob nº 036.272.851-82, endereço: Rua Palmas, nº 393, Bairro Bom Clima, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-99621-7327.

**Art. 3° –** Substituir a Conselheira representante da Organização de Usuários dos Serviços de Assistência Social, nomeando como Suplente a Sra. Francisca de França Pereira Mesquita, portadora do RG nº 147526725-SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 831.794.961-34, endereço: Rua Pardal, Quadra 17, Lote 11, Bairro São Miguel, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-99647-2016.

**Art. 4° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Verde-MT, 05 de Dezembro de 2017.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
### RESOLUÇÃO Nº 017/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018

**RESOLUÇÃO Nº 017/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Verde-MT, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas na Lei Federal Nº 8.742/93, alterada pela Lei Nº 12.435/2011, na Lei Municipal Nº 2.206/2016, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, na Reunião Ordinária do dia 23 de Janeiro de 2018;

**CONSIDERANDO:**

Lei Federal Nº 8.742/93, de 07 de Dezembro de 1993, alterada pela Lei Nº 12.435/2011 de 06 de Julho de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Lei Municipal Nº 2.206/2016 de 14 DE Junho de 2016,

que dispõe sobre o Sistema Único da Assistência Social do Município de Campo Verde e dá outras providências; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 23 de Janeiro de 2018, conforme a ATA Nº 062/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1° –** Aprovar a proposta de continuidade dos serviços socioassistenciais para os gastos dos Recursos Federais e Estaduais, ficando os seguintes saldos para reprogramação: Proteção Social Básica – R$ 81.803,96; Proteção Social Especial – R$ 115.842,53; Programa – R$ 375,42; Gestão IGD – R$ 19.293,10; Fundo Estadual – R$ 314,29.

**Art. 2° –** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Verde-MT, 23 de Janeiro de 2018.

**ANGÉLICA MODESTO PINTO GUEDES**

**Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social**

---

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**
**LEI Nº. 2.334, DE 25 DE JANEIRO DE 2018.**

**AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI N° 2.312 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL - PPA; LEI N° 2.313 QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO; E LEI N° 2.318 QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL- LOA, DO ORÇAMENTO VIGENTE.**

**FÁBIO SCHROETER**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Faz saber**, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º -** - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a subfunção 368 - Educação Básica, nas Leis n° 2.312, n° 2.313 e n° 2.318 de 2017, PPA / LDO / LOA, para Subfunção 361 – Ensino Fundamental, conforme abaixo discriminados:

**Órgão:** 05 - **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Unidade Orçamentária:** 001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental

**Programa:** 398 - Educar para Transformar

**Projeto/Atividade:** 01128 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PADRÃO SEDUC/MT

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R$ 5.260.852,38

**Fonte de Recurso:** 0122055000 – Transferências de Convênios do Estado – Educação

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES..... R$ 1.000,00

**Fonte de Recurso:** 0100000000 – Recursos Livres

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a nomenclatura CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE NATAÇÃO do Projeto/Atividade n° 01128 nas Leis Orçamentárias n° 2.313 e n° 2.318 de 2017, para a nomenclatura CONSTRUÇÃO ESCOLA PADRÃO SEDUC/MT, conforme abaixo discriminados:

**Órgão:** 05 – **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**Unidade Orçamentária:** 001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**Função:** 12 - Educação

**Subfunção:** 361 - Ensino Fundamental

**Programa:** 398 - Educar para Transformar

**Projeto/Atividade:** 01128 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PADRÃO SEDUC/MT

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....R$ 5.260.852,38

**Fonte de Recurso:** 0122055000 – Transferências de Convênios do Estado – Educação

**Natureza da Despesa:** 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES..... R$ 1.000,00

**Fonte de Recurso:** 0100000000 – Recursos Livres

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 25 de janeiro de 2018.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

**GILMAR ZITO PRATI**

**SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012**

**DIVULGA resultado FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, o JULGAMENTO DE RECURSOS relativo ao resultado preliminar E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Senhor **JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO**, presidente da **Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado,** nomeada pela Portaria **nº 747 de 09 de novembro de 2017**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, torna público o que segue:

**1. DIVULGA-SE O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR; 2. DIVULGA-SE O RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS RELATIVOS À DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR, CONFORME ANEXO II DESTE EDITAL COMPLEMENTAR; 3. CONSTATOU-SE NA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR, ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 11, QUE:** a. **na Função**: 15-Agente Comunitário de Saúde - Santo Antônio da Fartura, a ordem dos classificados não constou de forma decrescente, conforme estabelece o item 14.2 do edital de abertura, por este motivo, foi realizada a devida reclassificação; b. **nas funções**: 22-motorista – transporte escolar, 23-motorista – veículos leves e 24-operador de máquinas, alguns candidatos classificados, contrariavam a previsão estabelecida no item 14.1 do edital, onde é necessário obtenção de no mínimo 50% da pontuação da prova escrita e 50% da pontuação da prova prática, sendo estes eliminados.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Campo Verde, no site oficial da Prefeitura - www.campoverde.

mt.gov.br e no site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso

Campo Verde/MT, 26 de janeiro de 2018.

**JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO**

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**AVISO DE PREGÃO**

**AVISO DO PREGÃO Nº 007/2018**

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS, SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS, AR CONDICIONADO, MOLEJO, TACÓGRAFO E INJEÇÃO ELETRÔNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS,** na modalidade pregão (presencial) nº **007/2018**, no dia **09 de FEVEREIRO de 2018, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde, 26 de janeiro de 2018.

*Ana Carolina S. Braga Blume*

Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA COMPLEMENTAR Nº. 02/2018/SME, DE 25 DE JANEIRO DE 2018.**

**Torna público as retificações da Portaria Nº 01/2018/SME, de 18 de janeiro de 2018 que, dispõe sobre o Processo de Eleição para a função de Coordenador Pedagógico, no exercício de suas atribuições e competências na gestão de resultados, para as unidades escolares da Rede Municipal de Educação de Campos de Júlio – MT.**

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Clair Zamo Pagliarini,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** Fica retificado os termos da Portaria Nº 01/2018/SME, de 18 de janeiro de 2018 para SUPRIMIR, em sua totalidade, o **§ 3º** do Artigo 3º.

**Art. 2º** Retificar o inciso V, **§ 1º do** Art. 3º da **Portaria Nº 01/2018/SME, de 18 de janeiro de 2018**, conforme abaixo especificado:

**Onde se lê:**

(...)

V – Profissional que tenha vínculo com outras redes pública e/ou privada, ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função.

**Leia-se:**

(...)

V – Profissional que tenha vínculo com outras redes pública e/ou privada.

**Art. 3º** Retificar o Anexo I – Ficha de Inscrição do (a) Candidato (a) à Coordenador Pedagógico – Biênio 2018/2019, parte integrante desta presente Portaria Complementar nº 02/2017.

**Art. 4º** Caso o (a) candidato (a) for detentor de outro cargo diferente do cargo de PROFESSOR e for eleito, deverá se licenciar do cargo em questão, durante o período do mandato eletivo, para exercer a função de coordenador pedagógico com dedicação exclusiva, conforme prevê o Artigo 63 da Lei Municipal nº 512/2012.

**Art. 5º** Os demais itens da Portaria **Nº. 01/2018/SME, DE 18 DE JANEIRO DE 2018 permanecem inalterados.**

**Art. 6º** Esse edital complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se e Publique-se**

Campos de Júlio/MT, 25 de janeiro de 2018.

**CLAIR ZAMO PAGLIARINI**

**Secretária Municipal de Educação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 029/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 029/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **MARA SILVIA DE JESUS PORTELA**, matrícula 1771, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

| PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS |
|---|
| 01/08/2016 A 31/07/2017 |
| PERÍODO DO GOZO DE FERIAS |
| 01/02/2018 À 02/03/2018 |

**Art. 2º.**– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Publique-se**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 032/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 032/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **DIENE SANTOS DO NASCIMENTO**, matrícula 255, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

| PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS |
|---|
| 01/06/2016 A 31/05/2017 |
| PERÍODO DO GOZO DE FERIAS |
| 01/02/2018 À 02/03/2018 |

**Art. 2º.**– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Publique-se**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 028/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 028/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **IRAMAIA ROSANA MANTELLI PEZATTI MARQUES**, matrícula 1839, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

| PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS |
|---|
| 15/05/2016 A 14/05/2017 |
| PERÍODO DO GOZO DE FERIAS |
| 01/02/2018 À 02/03/2018 |

**Art. 2º.**– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Publique-se**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 031/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 031/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal **ALDENOR BORGES BARBOSA**, matrícula 519, ocupante do cargo de VIGILANTE, lotado na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.

| PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS |
|---|
| 24/02/2016 A 23/02/2017 |
| PERÍODO DO GOZO DE FERIAS |
| 01/02/2018 À 02/03/2018 |

**Art. 2º.**– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Publique-se**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 030/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**PORTARIA N. 030/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **ALINE PEREIRA METKE**, matrícula 1869, ocupante do cargo de Copeira/Faxineira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

| PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS |
|---|
| 24/11/2015 A 23/11/2016 |
| PERÍODO DO GOZO DE FERIAS |
| 01/02/2018 À 02/03/2018 |

**Art. 2º.**– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Publique-se**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 027/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 027/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** – Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal **WILMAR FERREIRA DA SILVA**, matrícula 1755, ocupante do cargo de VIGILÂNCIA SANITÁRIA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

| PERÍODO AQUISITIVO DE FERIAS |
|---|
| 01/08/2016 A 31/07/2017 |
| PERÍODO DO GOZO DE FERIAS |
| 01/02/2018 À 02/03/2018 |

**Art. 2º.**– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Publique-se**

**Registre-se.**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 025/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 025/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. EXONERAR** o Sr. **DOMINGOS DIAS PINTO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2.280.107, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 388.910.771-00, do cargo de **GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**, deste município, nomeado pela Portaria nº. 035/2017, de 10 de Janeiro de 2017.

**Art. 2º** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Registra-se,**

**Publique-se,**

**Cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

**Prefeito Municipal**

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N. 026/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA N. 026/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSAO DE CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAUDE 2018/2021, DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 83º, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei n.º 8.666/93, com alteração introduzida pela Lei n.º 8.883/94 e,

**CONSIDERANDO** a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, através do OFICIO 047/2018/SMSCBN, de 26 de Janeiro 2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. NOMEAR** os membros que comporão a Comissão de Criação do Plano Municipal de Saúde 2018/2021, do Município de Canabrava do Norte – MT.

**A) REINAIR DA HORA TRINDADE**, ocupante do cargo de Assistente Social, inscrita no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 943.488.981-20;

**B) HIGOR GUSTAVO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Farmacêutico, inscrito no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 015.703.041-57;

**C) ADRIANA DA SILVA LIMA,** ocupante do cargo de Enfermeira, inscrita no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 121.169.158-64;

**D) JAMILLA ALVES CAPANEMA**, ocupante do cargo de Enfermeira, inscrita no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.023.490.381-30;

**E) MAXMAEL ARAÚJO PEREIRA**, ocupante do cargo de Gerente de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria, inscrita no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.032.617.621-79;

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

**JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

**GABINETE**
**DECRETO N. º 2872/2018**

**De 25 de janeiro de 2018**

Nomeia **Comitê Gestor Municipal de Políticas Públicas para a Primeira Infância/Programa Criança Feliz**, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Canarana e dá providências correlatas.

**Fábio Marcos Pereira de Faria**, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em consonância com a Lei Federal nº 13.257, de 08 de março de 2016 e com o Decreto Presidencial Nº 8.869, de 05 de outubro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Ficam nomeados os membros do **Comitê Gestor Municipal De Políticas Públicas Para a Primeira Infância/Programa Criança Feliz**, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de caráter Intersetorial, com a finalidade de planejar e articular as ações necessárias para alcançar os objetivos do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto Federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, contribuindo na promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

**I - Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Titular: Liziana Wisch;

Suplente: Josiane de Oliveira Machado Pörsch;

**II - Secretaria Municipal de Educação:**

Titular: Marceli Teresinha Thomas Langer Costa;

Suplente: Cíntia de Almeida Oliveira Raimundo;

**III - Secretaria Municipal de Saúde:**

Titular: Valéria Silva Côrtes;

Suplente: Riene Naiara Mendes Gonçalves dos Santos;

**Art. 2º.** O Programa Criança Feliz tem como objetivos:

**I -** promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;

**II -** apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

**III -** colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

**IV -** mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;

**V -** integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância.

**Art. 3°** Os membros do **Comitê Gestor Municipal de Políticas Públicas para a Primeira Infância/Programa Criança Feliz**, titulares e suplentes, desempenham serviço público relevante, e não serão remunerados.

**Art. 4º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, na forma da legislação específica, ficando revogadas todas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 25 de janeiro de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

**Prefeito Municipal**

**GABINETE**
**RESOLUÇÃO Nº. 001/2018**

**DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

Dispõe Sobre Aprovação para Reprogramação de Recursos Recebidos

dos Fundos Estadual e Nacional de

Assistência Social - 2017.

**O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Canarana-MT – CMAS,** em ReuniãoExtraordinária **realizada** no dia 26 de janeiro de 2018, no uso das competências e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº. 526/2002 e alterada pela Lei Municipal nº. 1101/2013.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Aprovar a Reprogramação dos Fundos Estadual - FEAS e Nacional - FNAS da Assistência Social do Município de Canarana-MT.

**Art. 2º** - Reprogramar o saldo de R$ 435.901,56 (quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e um reais e cinquenta e seis centavos).

**Art. 3º** - Aprovação da Reprogramação, consta no livro ata do Conselho Municipal de Assistência Social, Ata nº. 001/2018

**Art. 4º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 26 de janeiro de 2018.

_____

**Liziana Wisch**

Presidenta do CMAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**PREVCAR**
**PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA**

PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA ESTADO DE MATO GROSSO

**AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Previdência, para devidas publicações, pelo período de um mês.

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018, de 24/01/2018**

De conformidade com o disposto no artigo 24º, incisos II, da Lei Federal n° 8.666/93 e Lei Municipal nº 923/2015, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS",** visando economicidade aos cofres públicos e atendimento as necessidades essenciais da Previdência Municipal.

VALOR GLOBAL: **R$ 6.000,00 (Seis mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 923/2015.

EMPRESA CONTRATADA: **I F CONSULTORIA LTDA SOB O CNPJ: 10. 541.510/0001-20**

Carlinda - MT, 24 de Janeiro de 2018.

_____

**Norai Hidalgo Belido**

Presidente da C.P.L

**PREVCAR**
**PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA**

PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA ESTADO DE MATO GROSSO

**AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Previdência, para devidas publicações, pelo período de um mês.

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018, de 24/01/2018**

De conformidade com o disposto no artigo 24, incisos II, da Lei Federal n° 8.666/93 e Lei Municipal nº 923/2015, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA ATUARIAL",** visando economicidade aos cofres públicos e atendimento as necessidades essenciais da Previdência Municipal.

VALOR GLOBAL: **R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 923/2015.

EMPRESA CONTRATADA: **I F CONSULTORIA LTDA SOB O CNPJ: 10. 541.510/0001-20**

Carlinda - MT, 24 de Janeiro de 2018.

_____

**Norai Hidalgo Belido**

Presidente da C.P.L

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 009/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 32.611,20 (trinta e dois mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos).**

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

**( GABINETE DA PREFEITA) – PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 005/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PER-**

**TENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO:**935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil reais).

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (SECRETARIA DE SAÚDE) – PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE.

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, **convoca** a população de Chapada dos Guimarães, e de forma especial a sociedade civil organizada para a Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre, na seguinte data e local:

Dia 30/01/2018 (terça-feira), às 18h00min – Sede da Secretária de Turismo deste Município.

Nesta oportunidade, esperamos contar com a valiosa presença de todos.

Chapada dos Guimarães/MT, 26 de janeiro de 2018.

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

**Prefeita Municipal**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 006/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO:**45.807,00 (quarenta e cinco mil oitocentos e sete reais).

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA ( SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) – PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 007/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO:**R$ 34.422,50 (trinta e quatro mil quatrocentos e vinte e dois reais e cinqüenta centavos).

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA ( SECRETARIA DE AGRICULTURA) – PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 1.564.920,00 (um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte reais).**

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

**( SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) – PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO: 1.089.870,00 (um milhão, oitenta e nove mil e oitocentos e setenta reais).**

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

**( SECRETARIA DE OBRAS) – PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

---

**DECRETO MUNICIPAL Nº 010/2018**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 010/2018**

**ALTERA O INCISO II, ALÍNEA "A", DO ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 50/2017, O QUAL DESIGNA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE PARA O BIÊNIO 2017/2019.**

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

**CONSIDERANDO** o disposto no Ofício 002/2017, oriundo da Associação Grupo Semente, o qual solicita a modificação de um dos membros indicados para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente,

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Fica alterada a redação do inc. II, alínea "a", do art. 1º do Decreto Municipal nº 50/2017, sendo designado os seguintes membros, titular e suplente, representantes da Associação Grupo Semente, para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente:

(...)

**a) Titular:** Sandra Souza Silva (Grupo Semente); **Suplente:** Flora Ferreira Camargo (Grupo Semente);

(...)

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 25 de janeiro de 2018.

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

PREFEITA MUNICIPAL

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 008/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO:**26.988,00 (vinte e seis mil novecentos e oitenta e oito reais).

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA ( SECRETARIA DE ESPORTE )** – **PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

**DECRETO MUNICIPAL N.º 08/2018**

**DECRETO MUNICIPAL N.º 08/2018**

**Dispõe sobre os limites das dispensas de licitação previstas no art. 24, I e II da Lei n.º 8.666/93 (compra direta) no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães/MT e dá outras providências**

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o disposto no *caput* e inciso XXI do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**CONSIDERANDO** a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, principalmente o disposto no art. 2º, *caput,* que trata do princípio da anualidade;

**CONSIDERANDO** a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, principalmente no constante do art. 2º, *caput*, art. 23, *caput* e art. 24, *caput* e incisos I e II;

**CONSIDERANDO** o Informativo de Jurisprudência n.º 38 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG;

**CONSIDERANDO** o Parecer n.º 112/2009 da Consultoria Técnica e Parecer n.º 6865/2009 do Ministério Público de Contas, ambos vinculados ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal n.º 017, de 07 de março de 2012, que aprovou a Instrução Normativa SCLA n.º 004/2012, que dispõe sobre os procedimentos para a aquisição de bens e serviços e almoxarifado do Poder Executivo e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal n.º 1.729, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre a correção monetária dos valores das modalidades licitatórias no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães, especialmente quanto ao disposto no art. 2º, que trata dos limites referentes à dispensa de licitação estipulada no art. 24, I e II da Lei n.º 8.666/93;

**CONSIDERANDO** o Decreto n.º 004/2018, que dispõe sobre a instrução processual e pesquisa de preços de referência dos procedimentos licitatórios no âmbito do Município de Chapada dos Guimarães e dá outras providências,

**CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer procedimentos, atendendo os princípios da legalidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, celeridade processual, economicidade e outros correlatos; e,**

**CONSIDERANDO** que a ausência de realização de processo licitatório para contratações ou aquisições de mesma natureza, em idêntico exercício, cujos valores globais excedam o limite legal previsto para dispensa de licitação, demonstra falta de planejamento e implica fuga ao procedimento licitatório e fracionamento ilegal da despesa;

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Este Decreto estabelece normas, critérios e limites para utilização das dispensas de licitação previstas nos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93 (compra direta).

**Art. 2º** Os limites da dispensa de licitação previstas neste Decreto serão utilizados para cada Órgão que compõe a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Chapada dos Guimarães.

**§1º**. Entende-se por Órgão àquelas Unidades de atuação integrantes da estrutura da Administração Direta e Indireta, dotadas, por lei, de autonomia orçamentária e financeira, sendo o responsável do Órgão o Ordenador de Despesas.

**§2º** Será de inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas o controle e execução das compras/contratações objeto deste Decreto, respondendo por sua irregularidade no âmbito administrativo, cível e criminal.

**Art. 3º** Para utilização da dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso I da Lei n.º 8.666/93 (obras e serviços de engenharia), deverão ser respeitados os seguintes critérios:

**I** – O limite de valor que poderá ser utilizado, será o estabelecido no art. 24, I da Lei n.º 8.666/93, ou o valor estipulado em lei municipal que o defina;

**II** – O limite de valor, previsto na forma do inciso I deste artigo é anual, atendendo o princípio da anualidade do orçamento, conforme art. 2º, *caput,* da Lei Federal n.º 4.320/64;

**III** – Para efeitos de evitar o fracionamento de despesa, é vedada a aquisição de objetos de mesma natureza com base no art. 24, I da Lei n.º 8.666/93 no mesmo ano exercício; e,

**IV** – As diversas contratações realizadas com base no inciso I do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, serão conjugados (somados) durante o ano exercício para efeito do enquadramento e respeito ao limite previsto no inciso I deste artigo.

**Art. 4°** Para utilização da dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso II da Lei n.º 8.666/93 (outros serviços e compras), deverão ser respeitados os seguintes critérios:

**I** – O limite de valor que poderá ser utilizado será o estabelecido no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93, ou o valor estipulado em lei municipal que o defina;

**II** – O limite de valor, previsto na forma do inciso I deste artigo é anual, atendendo o princípio da anualidade do orçamento, conforme art. 2º, *caput,* da Lei Federal n.º 4.320/64;

**III** – Para efeitos de evitar o fracionamento de despesa, é vedada a aquisição de objetos de mesma natureza com base no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93 no mesmo ano exercício; e,

**IV** – As diversas contratações realizadas com base no inciso II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, serão conjugados (somados) durante o ano exercício para efeito do enquadramento e respeito ao limite previsto no inciso I deste artigo.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 22 de janeiro de 2018.

**THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2018**

**DO OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM S-10, ETANOL), PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DE USO EXCLUSIVO E PERTENCENTE ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.**

**DO VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 209.110,00 (duzentos e nove mil cento e dez reais).**

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**

**( SECRETARIA DE TURISMO)** – **PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATADO: CASTRO & CARVALHO LTDA.**

---

**LICITAÇÃO**
**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 015/2016**

Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 015/2016, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e a Empresa **INTERLAGOS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA – ME**, na forma e condições seguintes.

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por pela sua Prefeita, a Srª. **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,** brasileira, viúva, enfermeira, portadora do documento de Identidade n.º 303000 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 171.785.171-15 e pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Srª(ª). MICHELE KAROLINE SANTANA FERREIRA,** doravante denominada **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa**, INTERLAGOS LOCADORA DE VEICULOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.530.396/000152, neste ato, representada pelo Sr. **ANDERSON DA SILVA FONSECA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n.º 13772175 e do CPF n.º 015.227.316-60, doravante denominada **CONTRATADA,** ajustam entre si o termo aditivo contratual, alterando as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E PRORROGAÇÕES**

**1.1.** Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal.

**1.2.** A **prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato e seus aditivos para 04/07/2018** ou até a Contratação de Empresa habilitada por meio de processo licitatório a ser executado. Terá início o presente Termo Aditivo a partir de 04/01/2018, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA BASE LEGAL**

**2.1**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de atividade essencial à Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

**3.1**. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

**4.1**. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 015/2016, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma da Lei n.º 8.666/93, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 04 de janeiro de 2018.

**MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**

***Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira - Prefeita Municipal***

***Contratante***

**Michele Karoline Santana Ferreira**

***Secretária de Municipal de Administração***

***Contratante***

**Renato de Almeida Orro Ribeiro**

***Procurador Geral do Município - OAB/MT nº 11.055***

**INTERLAGOS LOCADORA DE VEICULOS LTDA-ME**

***CNPJ n.º 73.530.396/000152***

***Contratada***

**Testemunhas:**

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – SOLENIDADE DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT – BIÊNIO 2017/2019**

A **Prefeita Municipal** de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, informa a população de Chapada dos Guimarães/MT, e de forma especial aos Senhores(as) Sandra Souza Silva, Flora Ferreira Camargo, Ana Maria de Oliveira Lopes, Lliana Fabrin Mezarobba, Cassia Regina Motta de Aquino, Mário de Castro Ferreira, Silva Andrea Pereira, Domingos Pires Neto, Noam Salztein, Leilane Cristina Oliveira Costa, Iranise Longuinha Pedroso, Nelson Souza Pinto Filho, Fabiana Zancheta Giglio, Antônio Soares da Silva, Cintia Maria Santos da Câmara Brazão, Flávia Lopes Bertier, Luciano Nunes, Alexsander Siqueira, Wagner Vinicius Borges Vieira Azevedo e Reginaldo Bosco Gomes, que a solenidade de posse dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães/MT será realizada no dia 02/02/2018, às 17h00min, na sede da Secretaria Municipal de Turismo desta Urbe. Nesta oportunidade, esperamos contar com a valiosa presença de todos.

Chapada dos Guimarães/MT, 24 de janeiro de 2018

**JORGE LUIZ MARTINS DEFANTI**

Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 002/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 002/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ISMAEL AREIAS CRUZ,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.613.086 SSP/PI e CPF sob nº 016.323.133-83.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 002/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ISMAEL AREIAS CRUZ**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 040/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 040/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **VANDERLÉIA DOS SANTOS PITOL,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.524.148-6 SEJSP/MT e CPF sob nº 013.402.590-36.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 040/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**VANDERLÉIA DOS SANTOS PITOL**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 038/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 038/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **GÉSSICA DANGLEI RODRIGUES BARBOSA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.694.446-1 SSP/MT e CPF sob nº 044.846.981-29**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 038/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**GÉSSICA DANGLEI RODRIGUES BARBOSA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 037/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 037/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **RAQUEL DA SILVA MARINS,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.832. 297-2 SSP/MT e CPF sob nº 034.934.716-61**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 037/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**RAQUEL DA SILVA MARINS**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 036/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 036/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **DAIANE APARECIDA LEMOS,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.109.590-6 SEJSP/MT e CPF sob nº 031.440.561-54.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 036/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**DAIANE APARECIDA LEMOS**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 035/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 035/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **MARIA NUNES DE SOUZA,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 3.680.290-1 SSP/PR e CPF sob nº 858.832.041-04.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 035/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**MARIA NUNES DE SOUZA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 034/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 034/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ISMAEL CARNEIRO RIBEIRO,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 18.549.802.001-0 GEJPC/MA e CPF sob nº 001.864.083-40.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 034/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ISMAEL CARNEIRO RIBEIRO**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 033/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 033/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ANA PAULA RODRIGUES,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.158. 585-4 SJ/MT e CPF sob nº 909.421.241-20**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 033/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ANA PAULA RODRIGUES**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 032/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 032/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **MARIA DE FÁTIMA FATTORE,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 30.042.763-3 SSP/SP e CPF sob nº 260.663.218-46.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 032/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**MARIA DE FÁTIMA FATTORE**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 031/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 031/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ADRIANA PACHECO DA SILVA SANTOS,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.331.331-2 SSP/MT e CPF sob nº 766.754.241-49.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 031/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ADRIANA PACHECO DA SILVA SANTOS**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 030/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 030/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.576.269-6 SSP/MT e CPF sob nº 008.685.381-32.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 030/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ROSANGELA ROCHA DE OLIVEIRA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 029/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 029/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **EVA CARDOSO,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.832.359-6 SSP/MT e CPF sob nº 024.544.441-60.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 029/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**EVA CARDOSO**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 028/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 028/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **CIRLENE VALÉRIO DA SILVA,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.802.091-7 SSP/MT e CPF sob nº 025.591.081-94.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 028/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**CIRLENE VALÉRIO DA SILVA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 027/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 027/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **EDUCILEI PEREIRA LOPES**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.758. 972-0 SSP/MT e CPF sob nº 033.566.7001-58**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 027/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**EDUCILEI PEREIRA LOPES**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 026/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 026/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **APARECIDA TRAJANO DA SILVA**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.436.971-0 SSP/MT e CPF sob nº 840.463.171-91**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 026/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**APARECIDA TRAJANO DA SILVA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 024/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 024/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **LARISSA LOURENÇO LOPES MARTINS,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.613.667-8 SESP/MT e CPF sob nº 055.513.171-88.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 024/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**LARISSA LOURENÇO LOPES MARTINS**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 022/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 022/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **FÁTIMA ROSÁRIO DA COSTA QUEIRÓS**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.718.977-2 SSP/MT e CPF sob nº 000.131.181-61**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 022/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**FÁTIMA ROSÁRIO DA COSTA QUEIRÓS**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 021/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 021/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **LUANA DA SILVA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.065.961-0 SSP/MT e CPF sob nº 043.229.531-31**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 021/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**LUANA DA SILVA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 020/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 020/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **FABIANE LUCILENE FRITZEN,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.477.901-3 SSP/MT e CPF sob nº 000.517.381-71.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 020/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**FABIANE LUCILENE FRITZEN**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 019/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 019/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **POLIANA DANDARA DE SOUZA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.279.587-1 SSP/MT e CPF sob nº 061.390.311-09**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 019/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**POLIANA DANDARA DE SOUZA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 017/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 017/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **MIRIAM MARTINS BATISTA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.065. 961-0 SSP/MT e CPF sob nº 043.229.531-31**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 017/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**MIRIAM MARTINS BATISTA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 016/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 016/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **CARLA GIOVANE BORELLI**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.850. 985-1 SSP/MT e CPF sob nº 020.365.711-07**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 016/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**CARLA GIOVANE BORELLI**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017**

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS**

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Altamir Kurten**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado 003/2017, fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006 e demais legislação pertinente, resolve tornar público o presente EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS conforme ANEXO I deste.

Desta forma, inicia-se a contagem do prazo recursal, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado 003/2017.

**Claudia/MT, 29 de janeiro de 2018.**

**Altamir Kurten Dalila Tributino Colman**

**Prefeito Municipal Presidente da Comissão**

ANEXO I

SEMEC

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Prefeitura Municipal de Cláudia/MT

Processo Seletivo Simplificado 03/2017

NOME:

Cargo:Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial (TDIE)

**GABARITO PRELIMINAR**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

QUESTÕES

1 - D

2 - D

3 - C

4 - B

5 - A

**MATEMÁTICA**

QUESTÕES

6 - B

7 - B

8 - A

9 - A

10 - B

**CONHECIMENTOS GERAIS**

QUESTÕES

11 - D

12 - C

13 - C

14 - C

15 - C

**CONHECIMENTOS GERAIS**

QUESTÕES

16 - C

17 - D

18 - D

19 - A

20 - A

**ESPECÍFICA**

QUESTÕES

21 - C

22 - A

23 - A

24 - C

25 - D

ANEXO II

SEMEC

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Prefeitura Municipal de Cláudia/MT

Processo Seletivo Simplificado 03/2017

NOME:

Cargo:PROFESSOR Classe B - Licenciatura Plena em Pedagogia

**GABARITO PRELIMINAR**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

QUESTÕES

1 - B

2 - D

3 - C

4 - D

5 - B

**MATEMÁTICA**

QUESTÕES

6 - B

7 - C

8 - C

9 - A

10 - B

**CONHECIMENTOS GERAIS**

QUESTÕES

11 - C

12 - A

13 - D

14 - C

15 - C

**CONHECIMENTOS GERAIS**

QUESTÕES

16 - A

17 - B

18 - D

19 - C

20 - C

**ESPECÍFICA**

QUESTÕES

21 - C

22 - A

23 - A

24 - C

25 - D

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 015/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 015/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **LEILA TEREZINHA DIEL SCHMIDT,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.998.664-5 SSP/MT e CPF sob nº 015.286.671-07**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 015/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**LEILA TEREZINHA DIEL SCHMIDT**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 014/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 014/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **KAMILA BORELLI**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.279.694-0 SSP/MT e CPF sob nº 039.243.651-56.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 014/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**KAMILA BORELI**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 013/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 013/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **FRANCIELI LEMOS DA COSTA**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1. 998.664-5 SSP/MT e CPF sob nº 015.286.671-07**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 013/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**FRANCIELI LEMOS DA COSTA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 012/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 012/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ELIZA CRISTINA GRIGOLETTO**, residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 6.150.257 SEEPDC/SP e CPF sob nº 039.013.081-80**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 012/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ELIZA CRISTINA GRIGOLETTO**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 011/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 011/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **LEDA MARIA WENTZ,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2. 608904-1 SEJSP/MT e CPF sob nº 865.833.871-15.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 011/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**LEDA MARIA WENTZ**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 010/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 010/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **MARGARIDA GAMBIN LAZZERI,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.364.068-2 SSP/MT e CPF sob nº 846.732.221-72.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 010/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**MARGARIDA GAMBIN LAZZERI**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 009/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 009/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **FÁTIMA REGINA FERREIRA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.139. 514-1 SJ/MT e CPF sob nº 824.751.211-29**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 009/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**FÁTIMA REGINA FERREIRA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 007/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 007/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ELIETE DA SILVEIRA MALDONADO,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 2.529.889-5 SEJSP/MT e CPF sob nº 006.878.181-41.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 007/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ELIETE DA SILVEIRA MALDONADO**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 006/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 006/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **SOLANGE CALDEIRA,** residente e domiciliado(a) na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.436. 635-5 SSP/MT e CPF sob nº 004.109.121-31.

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 006/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**SOLANGE CALDEIRA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 005/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 005/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **CRISTIANA PEREIRA DA SILVA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.734.397-6 SSP/MT e CPF sob nº 025.709.661-26**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 005/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**CRISTIANA PEREIRA DA SILVA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 004/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 004/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **MARLI INÊS DE SOUZA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 559.254 SSP/MT e CPF sob nº 523.075.491-53**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 004/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**MARLI INÊS DE SOUZA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 003/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 003/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **ROSICLEY APARECIDA ROQUE,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.606.994-3 SSP/MT e CPF sob nº 018.877.881-07**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 003/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**ROSICLEY APARECIDA ROQUE**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

**RECURSOS HUMANO**
**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 001/2017**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Nº. 001/2017**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Claudia**, sito a Avenida Gaspar Dutra – s/n, Cláudia-MT, inscrita no CGC/MF 01.310.499/0001-04.

CONTRATADO(A): **CRISTIANE APARECIDA ALCANTARA,** residente e domiciliada na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, portadora do RG nº. 1.843.882-2 SSP/MT e CPF sob nº 021.352.491-06**.**

O CONTRATADO, amparada pela Cláusula Sétima, parágrafo segundo do Contrato nº. 001/2017 resolve rescindir o presente, a partir desta data.

E, por terem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente contrato.

CLAUDIA/MT, em 22 de Dezembro de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA**

**ALTAMIR KÜRTEN**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

**CRISTIANE APARECIDA ALCANTARA**

**CONTRATADO (A)**

TESTEMUNHAS:

1 - _____ 2 - _____

Claudevania Barbon Anderle Davi Schleicher

CPF – 488.579.551-68 CPF: 581.716.731-04

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.539, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**
**"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.539, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

**"Nomeia Conselho Municipal de Educação e dá outras providências".**

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas, especialmente pela Lei Municipal nº 586, de 12 de março de 2.008 e artigo 164, Parágrafo único da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que há necessidade do efetivo trabalho do Conselho Municipal de Educação de Cocalinho, e as indicações das entidades representadas,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Fica nomeado o **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2018/2020 DE COCALINHO**, composto dos seguintes membros a seguir:

**I – DO GOVERNO**

**A) REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:**

**TITULARES:**

LEONICE APARECIDA PEREIRA CORRÊA

CPF: 055.916.888-88

RG: 16933023 SSP/SP

LEILA AGUIAR FIGUEIRA DE LIMA

CPF: 605.026.221-72

RG: 2.432.380-2 SEJSP/MT

**SUPLENTES:**

MARIA DO DESTERRO EVARISTO SOARES

CPF: 883.963.041-49

RG: 1291027-9 SSP/MT

IOLANDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA

CPF: 017.252.391-59

RG: 1760842-2 SSP/MT

**B) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

**TITULARES:**

RAQUEL DA SILVA SANTOS

CPF: 018.315.631-50

RG: 12906964 SSP/MT

IZABEL CRISTINA TAVARES SOUSA MACEDO

CPF: 648.914.021-72

RG: 3135580 DGPC /GO 2ª VIA

**SUPLENTES:**

SOLANGE PEREIRA ALMEIDA

CPF: 936.980.091-00

RG: 1471198-2 SSP/GO

JESSICA SENA DA SILVA

CPF: 044.922.713-84

RG: 033649062007-8 SESP/MA

**C) REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:**

**TITULARES:**

MÁRCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR

CPF: 014.711.181-18

RG: 1734269-4 SSP/MT

FÁBIO ARRUDA PEREIRA

CPF: 889.779.431-91

RG: 1127969-9 SSP/MT

**SUPLENTES:**

JARBAS RIBEIRO DE SOUZA

CPF: 329.772.041-72

RG: 1350321 SSP/MT

ÉRICO ALVES BARRETO

CPF: 848.743.251-49

RG: 422.526-7 SSP/GO

**II- DOS TRABALHADORES:**

**TITULARES:**

RAIMUNDA SOARES DOS SANTOS

CPF: 000.235.691-07

RG: 1350275-1 SSP/MT

MARIA LUZINETE BATISTA FERREIRA LUZ

CPF: 827.871.821-00

RG: 0711848-1 SESP/MT

**SUPLENTES:**

JOSILEIDE SEVERO DIAS

CPF: 773.144.841-04

RG: 2.298.206 SSP/GO

VALDEMIRA MARIA DE JESUS

CPF: 618.157.131-00

RG: 3332535 2ª VIA DGP/GO

**III- DOS CONSELHOS:**

**D) REPRESENTANTES DO SEGMENTO DE PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL:**

**TITULARES:**

MARILSA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA

CPF: 003.187.051-17

RG: 3658983 2ª VIA SSP/GO

- ELIANE PEREIRA DE BARROS

CPF: 857.008.781-00

RG: 4079510 2ª VIA SSP/GO

**SUPLENTES:**

- ANA LÚCIA SARAIRA DE OLIVEIRA

CPF: 050.952.071-50

RG: 5945982 SSP/GO

- SIDNEI SILVEIRA DOS SANTOS

CPF: 890.198.221-87

RG: 1350016-3 SESP/MT

**E)REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:**

**TITULARES:**

- MARCUS VINICIUS DOMINGOS GARCIA

CPF: 880.041.201-72

RG: 4023236 DGPC/GO

- IRENE PEREIRA DE PAULA

CPF: 004.422.891-03

RG: 13503278 SSP/MT

**SUPLENTES:**

- MÁRCIO CARDOSO DE ANDRADE

CPF: 974.980.921-15

RG: 3973994 DGPC/GO

- LORHANE FREIRES DA SILVA

CPF: 032.675.411-31

RG: 17342724 SSP/MT

Art. 2º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.**

**Dalva Maria de Lima Peres**

**Prefeita Municipal**

**ERRATA CONTRATO N° 002/2018, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.**

**ERRATA**

**CONTRATO N° 002/2018, DE 05 DE JANEIRO DE 2018.**

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 12 de Janeiro de 2018.

ONDE SE LE:

a Empresa **IMPACTO CONSTRUTORA E REFORMAS**, CNPJ. 27.596. 997/0001-40, representada pelo senhor **CRISTIANO FERREIRA DE SOUSA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3582483 – SSP/GO, e do CPF nº. 868.714.201-34

***LEIA-SE:***

a Empresa **CRISTIANO FERREIRA DE SOUSA**, CNPJ. 27.596.997/0001-40,

Cocalinho, 26 de janeiro de 2018.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.541/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018. "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS".**

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.541/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre concessão de licença premio aos servidores Municipais".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Somente será concedida licença premio para os servidores Públicos Municipais caso não haja necessidades de um novo contrato, consequentemente aumento de despesa.

**Art. 2º** Para os servidores da administração publica que por ventura estiver com duas licenças premio já vencidas o requerimento será objeto de analise para concessão.

**Art. 3º.** Somente será deferida a concessão da licença premio para os servidores que estiver em processo de aposentadoria no exercício de 2018.

Art. 4º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.**

**Dalva Maria de Lima Peres**

**Prefeita Municipal**

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.540/2018, DE 22 DE JANEIRO DE 2.018. "DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

**DECRETO MUNICIPAL Nº. 1.540/2018, DE 22 DE JANEIRO DE 2.018.**

"Dispõe sobre nomeação do Conselho gestor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB 2018/2020 e dá outras providencias".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo **art. 24, § 1° da Medida Provisória n° 339, de 28 de dezembro de 2.006, c/c Lei Municipal n° 552, de 1° de Março de 2.007, alterada pela lei Municipal nº 753, de 17 de novembro de 2015**

**D E C R E T A:**

**Art. 1º.** Ficam, nomeados com base na **lei Municipal nº 753, de 17 de novembro de 2015,** nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

**I – REPRESENTANDO O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:**

**TITULAR:**

**MELQUISEDEQUE SOARES CARDOSO**

**CPF: 015.287.401-14**

**RG: 1805246-0 SSP/MT**

**SUPLENTE:**

**CELSO AGUIAR FIGUEIRA**

**CPF: 535083941-15**

**RG: 820.899 SSP/MT**

**II – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

**TITULAR:**

**LEILA AGUIAR FIGUEIRA DE LIMA**

**CPF: 605.026.221-72**

**RG: 2432380-2 SEJSP/MT**

**SUPLENTE:**

**DENIZE CRISTINA TELES – (Reconduzido)**

**CPF: 791.912.231-72**

**RG: 1.468.430 SSP/GO**

**III – REPRESENTANDO OS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICA:**

**TITULAR:**

**BRENDA SCHRODER DE MOURA SOARES**

**CPF: 855.732.131-72**

**RG: 1.855.546 SSP/DF**

**SUPLENTE:**

**CLAUDIA MARIA DA SILVA**

**CPF: 627.534.871-20**

**RG: 1056869-7 SJ/MT**

**IV – REPRESENTANDO OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:**

**TITULAR:**

**TATIANE DA SILVA ARAUJO**

**CPF: 013.124.061-78**

**RG: 4728066 DGPC/GO**

**SUPLENTE:**

**VALDÉRIA DO ROSÁRIO GARCIA SANTOS**

**CPF: 836.584.831-72**

**RG: 3823575 2ª VIA SSP/GO**

**V – REPRESENTANDO OS SERVIDORES TÉCNICOS – ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:**

**TITULAR:**

**DIANA SARAIVA DA SILVA SOUZA**

**CPF: 593.611.151-20**

**RG: 3129260 2ª VIA SSP/GO**

**SUPLENTE:**

**ISLEIA DIAS DE CASTRO**

**CPF: 856.534.381-20**

**RG: 1350099-6 SSP/MT**

**VI – REPRESENTANDO OS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA:**

**TITULARES:**

**A) MÁRCIO CARDOSO DE ANDRADE**

**CPF: 974.980.921-15**

**RG: 3973994 DGPC/GO**

**B) MARIA DOS REIS FERREIRA DE BRITO**

**CPF: 935.942.751-91**

**RG: 1471194-0 SSP/MT**

**SUPLENTES:**

**A) VALDILEIA ALCANTARA GARCIA**

**CPF: 900.832.701-59**

**RG: 450.161 SEJSP/TO**

**B) ELCIARA FIDELES DA SILVA**

**CPF: 031.512.721-00**

**RG: 2100104-9 SSP/MT**

**VII – REPRESENTANDO OS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:**

**EDUCAÇÃO BÁSICA:**

**TITULAR:**

**JOSELY DA SILVA AGUIAR**

**CPF: 401.973.521-20**

**RG: 1.689.816 SSP/GO**

**SUPLENTE:**

**ÁQUILA FERNANDA DE SENE**

**CPF: 030.434.141-01**

**RG: 2079011-2 SSP/MT**

**ENSINO MÉDIO:**

**TITULAR:**

**NOEMY FERREIRA DIAS E SILVA**

**CPF: 846.800.161-91**

**RG: 3379904 2ª VIA SPTC/GO**

**SUPLENTE:**

**THALISMARA RODRIGUES ROQUE**

**CPF: 041.686.781-21**

**RG: 5609437 SSP/GO**

**VIII – REPRESENTANDO O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

**TITULAR:**

**MARIA LUZINETE BATISTA FERREIRA LUZ**

**CPF: 827.871.821-00**

**RG: 0711848-1 SESP/MT**

**SUPLENTE:**

**JOSILEIDE SEVERO DIAS**

**CPF: 773.144.841-04**

**RG: 2.298.206 SSP/GO**

**IX – REPRESENTANDO O CONSELHO TUTELAR:**

**TITULAR:**

**MARCUS VINICIUS DOMINGOS GARCIA**

**CPF: 880.041.201-72**

**RG: 4023236 DGPC / GO**

**SUPLENTE:**

**LORHANE FREIRES DA SILVA**

**CPF: 032.675.411-31**

**RG: 17342724 SSP/MT**

Art. 2º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.**

**Dalva Maria de Lima Peres**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**CONTABILIDADE**
**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 1**

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

### I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 66.696.000,00 | 5.637.245,88 | 11.274.491,76 | 16.911.737,64 | 22.548.983,52 | 28.186.229,40 | 33.823.475,28 | 39.460.721,16 | 45.097.967,04 | 50.735.212,92 | 56.372.458,80 | 62.009.704,68 | 66.696.000,00 |
| | | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 5.637.245,88 | 4.686.295,32 |
| | 2.218.500,00 | 263.787,50 | 527.575,00 | 791.362,50 | 1.055.150,00 | 1.318.937,50 | 1.582.725,00 | 1.846.512,50 | 2.110.300,00 | 2.374.087,50 | 2.637.875,00 | 2.901.662,50 | 2.218.500,00 |
| | | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | 263.787,50 | -683.162,50 |
| | 1.713.000,00 | 221.662,50 | 443.325,00 | 664.987,50 | 886.650,00 | 1.108.312,50 | 1.329.975,00 | 1.551.637,50 | 1.773.300,00 | 1.994.962,50 | 2.216.625,00 | 2.438.287,50 | 1.713.000,00 |
| | | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | 221.662,50 | -725.287,50 |
| IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO | 212.000,00 | 17.666,67 | 35.333,34 | 53.000,01 | 70.666,68 | 88.333,35 | 106.000,02 | 123.666,69 | 141.333,36 | 159.000,03 | 176.666,70 | 194.333,37 | 212.000,00 |
| | | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,63 |
| IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO | 108.000,00 | 17.666,67 | 35.333,34 | 53.000,01 | 70.666,68 | 88.333,35 | 106.000,02 | 123.666,69 | 141.333,36 | 159.000,03 | 176.666,70 | 194.333,37 | 108.000,00 |
| | | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | -86.333,37 |
| IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO | 80.000,00 | 17.666,67 | 35.333,34 | 53.000,01 | 70.666,68 | 88.333,35 | 106.000,02 | 123.666,69 | 141.333,36 | 159.000,03 | 176.666,70 | 194.333,37 | 80.000,00 |
| | | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | -114.333,37 |
| IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - | 106.000,00 | 8.833,33 | 17.666,66 | 26.499,99 | 35.333,32 | 44.166,65 | 52.999,98 | 61.833,31 | 70.666,64 | 79.499,97 | 88.333,30 | 97.166,63 | 106.000,00 |
| | | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,37 |
| IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - | 54.000,00 | 8.833,33 | 17.666,66 | 26.499,99 | 35.333,32 | 44.166,65 | 52.999,98 | 61.833,31 | 70.666,64 | 79.499,97 | 88.333,30 | 97.166,63 | 54.000,00 |
| | | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | -43.166,63 |
| IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - | 40.000,00 | 8.833,33 | 17.666,66 | 26.499,99 | 35.333,32 | 44.166,65 | 52.999,98 | 61.833,31 | 70.666,64 | 79.499,97 | 88.333,30 | 97.166,63 | 40.000,00 |
| | | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | -57.166,63 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 63.600,00 | 5.300,00 | 10.600,00 | 15.900,00 | 21.200,00 | 26.500,00 | 31.800,00 | 37.100,00 | 42.400,00 | 47.700,00 | 53.000,00 | 58.300,00 | 63.600,00 |
| | | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 32.400,00 | 5.300,00 | 10.600,00 | 15.900,00 | 21.200,00 | 26.500,00 | 31.800,00 | 37.100,00 | 42.400,00 | 47.700,00 | 53.000,00 | 58.300,00 | 32.400,00 |
| | | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | -25.900,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 24.000,00 | 5.300,00 | 10.600,00 | 15.900,00 | 21.200,00 | 26.500,00 | 31.800,00 | 37.100,00 | 42.400,00 | 47.700,00 | 53.000,00 | 58.300,00 | 24.000,00 |
| | | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | -34.300,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 1.590,00 | 132,50 | 265,00 | 397,50 | 530,00 | 662,50 | 795,00 | 927,50 | 1.060,00 | 1.192,50 | 1.325,00 | 1.457,50 | 1.590,00 |
| | | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 | 132,50 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 810,00 | 67,50 | 135,00 | 202,50 | 270,00 | 337,50 | 405,00 | 472,50 | 540,00 | 607,50 | 675,00 | 742,50 | 810,00 |
| | | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 | 67,50 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 600,00 | 50,00 | 100,00 | 150,00 | 200,00 | 250,00 | 300,00 | 350,00 | 400,00 | 450,00 | 500,00 | 550,00 | 600,00 |
| | | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 53.000,00 | 4.416,67 | 8.833,34 | 13.250,01 | 17.666,68 | 22.083,35 | 26.500,02 | 30.916,69 | 35.333,36 | 39.750,03 | 44.166,70 | 48.583,37 | 53.000,00 |
| | | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,63 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 27.000,00 | 2.250,00 | 4.500,00 | 6.750,00 | 9.000,00 | 11.250,00 | 13.500,00 | 15.750,00 | 18.000,00 | 20.250,00 | 22.500,00 | 24.750,00 | 27.000,00 |
| | | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 2.650,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 2.650,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,87 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 1.350,00 | 112,50 | 225,00 | 337,50 | 450,00 | 562,50 | 675,00 | 787,50 | 900,00 | 1.012,50 | 1.125,00 | 1.237,50 | 1.350,00 |
| | | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO | 111.300,00 | 9.275,00 | 18.550,00 | 27.825,00 | 37.100,00 | 46.375,00 | 55.650,00 | 64.925,00 | 74.200,00 | 83.475,00 | 92.750,00 | 102.025,00 | 111.300,00 |
| | | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 |
| IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO | 56.700,00 | 9.275,00 | 18.550,00 | 27.825,00 | 37.100,00 | 46.375,00 | 55.650,00 | 64.925,00 | 74.200,00 | 83.475,00 | 92.750,00 | 102.025,00 | 56.700,00 |
| | | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | -45.325,00 |
| IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO | 42.000,00 | 9.275,00 | 18.550,00 | 27.825,00 | 37.100,00 | 46.375,00 | 55.650,00 | 64.925,00 | 74.200,00 | 83.475,00 | 92.750,00 | 102.025,00 | 42.000,00 |
| | | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | 9.275,00 | -60.025,00 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 275.600,00 | 22.966,67 | 45.933,34 | 68.900,01 | 91.866,68 | 114.833,35 | 137.800,02 | 160.766,69 | 183.733,36 | 206.700,03 | 229.666,70 | 252.633,37 | 275.600,00 |
| | | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,63 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 140.400,00 | 22.966,67 | 45.933,34 | 68.900,01 | 91.866,68 | 114.833,35 | 137.800,02 | 160.766,69 | 183.733,36 | 206.700,03 | 229.666,70 | 252.633,37 | 140.400,00 |
| | | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | -112.233,37 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 104.000,00 | 22.966,67 | 45.933,34 | 68.900,01 | 91.866,68 | 114.833,35 | 137.800,02 | 160.766,69 | 183.733,36 | 206.700,03 | 229.666,70 | 252.633,37 | 104.000,00 |
| | | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | 22.966,67 | -148.633,37 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 68.900,00 | 5.741,67 | 11.483,34 | 17.225,01 | 22.966,68 | 28.708,35 | 34.450,02 | 40.191,69 | 45.933,36 | 51.675,03 | 57.416,70 | 63.158,37 | 68.900,00 |
| | | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,63 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 35.100,00 | 5.741,67 | 11.483,34 | 17.225,01 | 22.966,68 | 28.708,35 | 34.450,02 | 40.191,69 | 45.933,36 | 51.675,03 | 57.416,70 | 63.158,37 | 35.100,00 |
| | | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | -28.058,37 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 26.000,00 | 5.741,67 | 11.483,34 | 17.225,01 | 22.966,68 | 28.708,35 | 34.450,02 | 40.191,69 | 45.933,36 | 51.675,03 | 57.416,70 | 63.158,37 | 26.000,00 |
| | | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | 5.741,67 | -37.158,37 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 2.650,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 2.650,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,87 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 1.350,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 1.350,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | -1.079,13 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 1.000,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 1.000,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | -1.429,13 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 7.950,00 | 662,50 | 1.325,00 | 1.987,50 | 2.650,00 | 3.312,50 | 3.975,00 | 4.637,50 | 5.300,00 | 5.962,50 | 6.625,00 | 7.287,50 | 7.950,00 |
| | | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 4.050,00 | 662,50 | 1.325,00 | 1.987,50 | 2.650,00 | 3.312,50 | 3.975,00 | 4.637,50 | 5.300,00 | 5.962,50 | 6.625,00 | 7.287,50 | 4.050,00 |
| | | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | -3.237,50 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 3.000,00 | 662,50 | 1.325,00 | 1.987,50 | 2.650,00 | 3.312,50 | 3.975,00 | 4.637,50 | 5.300,00 | 5.962,50 | 6.625,00 | 7.287,50 | 3.000,00 |
| | | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | 662,50 | -4.287,50 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 2.650,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 2.650,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,87 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 1.350,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 1.350,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | -1.079,13 |
| IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE | 1.000,00 | 220,83 | 441,66 | 662,49 | 883,32 | 1.104,15 | 1.324,98 | 1.545,81 | 1.766,64 | 1.987,47 | 2.208,30 | 2.429,13 | 1.000,00 |
| | | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | 220,83 | -1.429,13 |
| | 484.000,00 | 40.333,33 | 80.666,66 | 120.999,99 | 161.333,32 | 201.666,65 | 241.999,98 | 282.333,31 | 322.666,64 | 362.999,97 | 403.333,30 | 443.666,63 | 484.000,00 |
| | | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,33 | 40.333,37 |
| Taxa de Fiscalizacao Vigilancia Sanitaria | 5.000,00 | 416,67 | 833,34 | 1.250,01 | 1.666,68 | 2.083,35 | 2.500,02 | 2.916,69 | 3.333,36 | 3.750,03 | 4.166,70 | 4.583,37 | 5.000,00 |
| | | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| Taxas de Funcionamento e Localizacao | 350.000,00 | 29.166,67 | 58.333,34 | 87.500,01 | 116.666,68 | 145.833,35 | 175.000,02 | 204.166,69 | 233.333,36 | 262.500,03 | 291.666,70 | 320.833,37 | 350.000,00 |
| | | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,63 |
| Taxas de Aprovacao de Projetos de | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| Taxas de Alinhamento e Nivelamento | 5.000,00 | 416,67 | 833,34 | 1.250,01 | 1.666,68 | 2.083,35 | 2.500,02 | 2.916,69 | 3.333,36 | 3.750,03 | 4.166,70 | 4.583,37 | 5.000,00 |
| | | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| Outras Taxas de pelo Exercicio de Policia | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E | 5.000,00 | 416,67 | 833,34 | 1.250,01 | 1.666,68 | 2.083,35 | 2.500,02 | 2.916,69 | 3.333,36 | 3.750,03 | 4.166,70 | 4.583,37 | 5.000,00 |
| | | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO | 5.000,00 | 416,67 | 833,34 | 1.250,01 | 1.666,68 | 2.083,35 | 2.500,02 | 2.916,69 | 3.333,36 | 3.750,03 | 4.166,70 | 4.583,37 | 5.000,00 |
| | | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| Taxas de Limpeza Publica | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| Taxas Regularizacao Urbana | 10.000,00 | 833,33 | 1.666,66 | 2.499,99 | 3.333,32 | 4.166,65 | 4.999,98 | 5.833,31 | 6.666,64 | 7.499,97 | 8.333,30 | 9.166,63 | 10.000,00 |
| | | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Outras Taxas pela Prestacao de Servicos | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| | 21.500,00 | 1.791,67 | 3.583,34 | 5.375,01 | 7.166,68 | 8.958,35 | 10.750,02 | 12.541,69 | 14.333,36 | 16.125,03 | 17.916,70 | 19.708,37 | 21.500,00 |
| | | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,67 | 1.791,63 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA | 10.000,00 | 833,33 | 1.666,66 | 2.499,99 | 3.333,32 | 4.166,65 | 4.999,98 | 5.833,31 | 6.666,64 | 7.499,97 | 8.333,30 | 9.166,63 | 10.000,00 |
| | | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,33 | 833,37 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA | 5.000,00 | 416,67 | 833,34 | 1.250,01 | 1.666,68 | 2.083,35 | 2.500,02 | 2.916,69 | 3.333,36 | 3.750,03 | 4.166,70 | 4.583,37 | 5.000,00 |
| | | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA | 5.000,00 | 416,67 | 833,34 | 1.250,01 | 1.666,68 | 2.083,35 | 2.500,02 | 2.916,69 | 3.333,36 | 3.750,03 | 4.166,70 | 4.583,37 | 5.000,00 |
| | | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,67 | 416,63 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PARA | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE | 500,00 | 41,67 | 83,34 | 125,01 | 166,68 | 208,35 | 250,02 | 291,69 | 333,36 | 375,03 | 416,70 | 458,37 | 500,00 |
| | | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,67 | 41,63 |
| | 450.000,00 | 37.500,00 | 75.000,00 | 112.500,00 | 150.000,00 | 187.500,00 | 225.000,00 | 262.500,00 | 300.000,00 | 337.500,00 | 375.000,00 | 412.500,00 | 450.000,00 |
| | | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 |
| | 450.000,00 | 37.500,00 | 75.000,00 | 112.500,00 | 150.000,00 | 187.500,00 | 225.000,00 | 262.500,00 | 300.000,00 | 337.500,00 | 375.000,00 | 412.500,00 | 450.000,00 |
| | | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 |
| CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO | 450.000,00 | 37.500,00 | 75.000,00 | 112.500,00 | 150.000,00 | 187.500,00 | 225.000,00 | 262.500,00 | 300.000,00 | 337.500,00 | 375.000,00 | 412.500,00 | 450.000,00 |
| | | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 |
| | 776.000,00 | 65.000,00 | 130.000,00 | 195.000,00 | 260.000,00 | 325.000,00 | 390.000,00 | 455.000,00 | 520.000,00 | 585.000,00 | 650.000,00 | 715.000,00 | 776.000,00 |
| | | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 61.000,00 |
| | 776.000,00 | 65.000,00 | 130.000,00 | 195.000,00 | 260.000,00 | 325.000,00 | 390.000,00 | 455.000,00 | 520.000,00 | 585.000,00 | 650.000,00 | 715.000,00 | 776.000,00 |
| | | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 65.000,00 | 61.000,00 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 50.000,00 | 4.166,67 | 8.333,34 | 12.500,01 | 16.666,68 | 20.833,35 | 25.000,02 | 29.166,69 | 33.333,36 | 37.500,03 | 41.666,70 | 45.833,37 | 50.000,00 |
| | | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,63 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 3.000,00 | 250,00 | 500,00 | 750,00 | 1.000,00 | 1.250,00 | 1.500,00 | 1.750,00 | 2.000,00 | 2.250,00 | 2.500,00 | 2.750,00 | 3.000,00 |
| | | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 1.250,00 | 250,00 | 500,00 | 750,00 | 1.000,00 | 1.250,00 | 1.500,00 | 1.750,00 | 2.000,00 | 2.250,00 | 2.500,00 | 2.750,00 | 1.250,00 |
| | | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | -1.500,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 750,00 | 250,00 | 500,00 | 750,00 | 1.000,00 | 1.250,00 | 1.500,00 | 1.750,00 | 2.000,00 | 2.250,00 | 2.500,00 | 2.750,00 | 750,00 |
| | | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | -2.000,00 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS | 450.000,00 | 37.500,00 | 75.000,00 | 112.500,00 | 150.000,00 | 187.500,00 | 225.000,00 | 262.500,00 | 300.000,00 | 337.500,00 | 375.000,00 | 412.500,00 | 450.000,00 |
| | | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 | 37.500,00 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE | 170.000,00 | 14.166,67 | 28.333,34 | 42.500,01 | 56.666,68 | 70.833,35 | 85.000,02 | 99.166,69 | 113.333,36 | 127.500,03 | 141.666,70 | 155.833,37 | 170.000,00 |
| | | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,63 |
| | 350.000,00 | 29.166,67 | 58.333,34 | 87.500,01 | 116.666,68 | 145.833,35 | 175.000,02 | 204.166,69 | 233.333,36 | 262.500,03 | 291.666,70 | 320.833,37 | 350.000,00 |
| | | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,67 | 29.166,63 |
| | 330.000,00 | 27.500,00 | 55.000,00 | 82.500,00 | 110.000,00 | 137.500,00 | 165.000,00 | 192.500,00 | 220.000,00 | 247.500,00 | 275.000,00 | 302.500,00 | 330.000,00 |
| | | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 | 27.500,00 |
| Servicos de Captacao, Aducao, | 280.000,00 | 23.333,33 | 46.666,66 | 69.999,99 | 93.333,32 | 116.666,65 | 139.999,98 | 163.333,31 | 186.666,64 | 209.999,97 | 233.333,30 | 256.666,63 | 280.000,00 |
| | | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,33 | 23.333,37 |
| INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E | 50.000,00 | 4.166,67 | 8.333,34 | 12.500,01 | 16.666,68 | 20.833,35 | 25.000,02 | 29.166,69 | 33.333,36 | 37.500,03 | 41.666,70 | 45.833,37 | 50.000,00 |
| | | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,63 |
| | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| | 62.880.500,00 | 5.240.041,71 | 10.480.083,42 | 15.720.125,13 | 20.960.166,84 | 26.200.208,55 | 31.440.250,26 | 36.680.291,97 | 41.920.333,68 | 47.160.375,39 | 52.400.417,10 | 57.640.458,81 | 62.880.500,00 |
| | | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,71 | 5.240.041,19 |
| | 30.497.500,00 | 2.541.458,36 | 5.082.916,72 | 7.624.375,08 | 10.165.833,44 | 12.707.291,80 | 15.248.750,16 | 17.790.208,52 | 20.331.666,88 | 22.873.125,24 | 25.414.583,60 | 27.956.041,96 | 30.497.500,00 |
| | | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,36 | 2.541.458,04 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 8.826.885,00 | 735.573,75 | 1.471.147,50 | 2.206.721,25 | 2.942.295,00 | 3.677.868,75 | 4.413.442,50 | 5.149.016,25 | 5.884.590,00 | 6.620.163,75 | 7.355.737,50 | 8.091.311,25 | 8.826.885,00 |
| | | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 | 735.573,75 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 4.496.715,00 | 374.726,25 | 749.452,50 | 1.124.178,75 | 1.498.905,00 | 1.873.631,25 | 2.248.357,50 | 2.623.083,75 | 2.997.810,00 | 3.372.536,25 | 3.747.262,50 | 4.121.988,75 | 4.496.715,00 |
| | | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 | 374.726,25 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 3.330.900,00 | 277.575,00 | 555.150,00 | 832.725,00 | 1.110.300,00 | 1.387.875,00 | 1.665.450,00 | 1.943.025,00 | 2.220.600,00 | 2.498.175,00 | 2.775.750,00 | 3.053.325,00 | 3.330.900,00 |
| | | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 | 277.575,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 381.600,00 | 31.800,00 | 63.600,00 | 95.400,00 | 127.200,00 | 159.000,00 | 190.800,00 | 222.600,00 | 254.400,00 | 286.200,00 | 318.000,00 | 349.800,00 | 381.600,00 |
| | | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 | 31.800,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 194.400,00 | 16.200,00 | 32.400,00 | 48.600,00 | 64.800,00 | 81.000,00 | 97.200,00 | 113.400,00 | 129.600,00 | 145.800,00 | 162.000,00 | 178.200,00 | 194.400,00 |
| | | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 | 16.200,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 144.000,00 | 12.000,00 | 24.000,00 | 36.000,00 | 48.000,00 | 60.000,00 | 72.000,00 | 84.000,00 | 96.000,00 | 108.000,00 | 120.000,00 | 132.000,00 | 144.000,00 |
| | | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 212.000,00 | 17.666,67 | 35.333,34 | 53.000,01 | 70.666,68 | 88.333,35 | 106.000,02 | 123.666,69 | 141.333,36 | 159.000,03 | 176.666,70 | 194.333,37 | 212.000,00 |
| | | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,67 | 17.666,63 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 108.000,00 | 9.000,00 | 18.000,00 | 27.000,00 | 36.000,00 | 45.000,00 | 54.000,00 | 63.000,00 | 72.000,00 | 81.000,00 | 90.000,00 | 99.000,00 | 108.000,00 |
| | | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 | 9.000,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 80.000,00 | 6.666,67 | 13.333,34 | 20.000,01 | 26.666,68 | 33.333,35 | 40.000,02 | 46.666,69 | 53.333,36 | 60.000,03 | 66.666,70 | 73.333,37 | 80.000,00 |
| | | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,67 | 6.666,63 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A | 159.000,00 | 13.250,00 | 26.500,00 | 39.750,00 | 53.000,00 | 66.250,00 | 79.500,00 | 92.750,00 | 106.000,00 | 119.250,00 | 132.500,00 | 145.750,00 | 159.000,00 |
| | | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 | 13.250,00 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A | 81.000,00 | 6.750,00 | 13.500,00 | 20.250,00 | 27.000,00 | 33.750,00 | 40.500,00 | 47.250,00 | 54.000,00 | 60.750,00 | 67.500,00 | 74.250,00 | 81.000,00 |
| | | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 | 6.750,00 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A | 60.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 15.000,00 | 20.000,00 | 25.000,00 | 30.000,00 | 35.000,00 | 40.000,00 | 45.000,00 | 50.000,00 | 55.000,00 | 60.000,00 |
| | | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE | 530,00 | 44,17 | 88,34 | 132,51 | 176,68 | 220,85 | 265,02 | 309,19 | 353,36 | 397,53 | 441,70 | 485,87 | 530,00 |
| | | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,17 | 44,13 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE | 270,00 | 22,50 | 45,00 | 67,50 | 90,00 | 112,50 | 135,00 | 157,50 | 180,00 | 202,50 | 225,00 | 247,50 | 270,00 |
| | | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 | 22,50 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE | 200,00 | 16,67 | 33,34 | 50,01 | 66,68 | 83,35 | 100,02 | 116,69 | 133,36 | 150,03 | 166,70 | 183,37 | 200,00 |
| | | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,63 |
| COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO | 173.000,00 | 14.416,67 | 28.833,34 | 43.250,01 | 57.666,68 | 72.083,35 | 86.500,02 | 100.916,69 | 115.333,36 | 129.750,03 | 144.166,70 | 158.583,37 | 173.000,00 |
| | | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,67 | 14.416,63 |
| Transferencias PAB FIXO | 1.268.000,00 | 105.666,67 | 211.333,34 | 317.000,01 | 422.666,68 | 528.333,35 | 634.000,02 | 739.666,69 | 845.333,36 | 951.000,03 | 1.056.666,70 | 1.162.333,37 | 1.268.000,00 |
| | | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,67 | 105.666,63 |
| Transferencias PSF | 540.000,00 | 45.000,00 | 90.000,00 | 135.000,00 | 180.000,00 | 225.000,00 | 270.000,00 | 315.000,00 | 360.000,00 | 405.000,00 | 450.000,00 | 495.000,00 | 540.000,00 |
| | | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 |
| Transferencias PACS | 1.300.000,00 | 108.333,33 | 216.666,66 | 324.999,99 | 433.333,32 | 541.666,65 | 649.999,98 | 758.333,31 | 866.666,64 | 974.999,97 | 1.083.333,30 | 1.191.666,63 | 1.300.000,00 |
| | | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,33 | 108.333,37 |
| Transferencias Saude Bucal | 50.000,00 | 4.166,67 | 8.333,34 | 12.500,01 | 16.666,68 | 20.833,35 | 25.000,02 | 29.166,69 | 33.333,36 | 37.500,03 | 41.666,70 | 45.833,37 | 50.000,00 |
| | | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,63 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Transferencias Farmacia Basica | 170.000,00 | 14.166,67 | 28.333,34 | 42.500,01 | 56.666,68 | 70.833,35 | 85.000,02 | 99.166,69 | 113.333,36 | 127.500,03 | 141.666,70 | 155.833,37 | 170.000,00 |
| | | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,67 | 14.166,63 |
| Transferencias Vigilancia Sanitaria | 19.000,00 | 1.583,33 | 3.166,66 | 4.749,99 | 6.333,32 | 7.916,65 | 9.499,98 | 11.083,31 | 12.666,64 | 14.249,97 | 15.833,30 | 17.416,63 | 19.000,00 |
| | | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,33 | 1.583,37 |
| Transferencias Mac | 1.700.000,00 | 141.666,67 | 283.333,34 | 425.000,01 | 566.666,68 | 708.333,35 | 850.000,02 | 991.666,69 | 1.133.333,36 | 1.275.000,03 | 1.416.666,70 | 1.558.333,37 | 1.700.000,00 |
| | | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,67 | 141.666,63 |
| Transferencias PFVPS | 2.340.000,00 | 195.000,00 | 390.000,00 | 585.000,00 | 780.000,00 | 975.000,00 | 1.170.000,00 | 1.365.000,00 | 1.560.000,00 | 1.755.000,00 | 1.950.000,00 | 2.145.000,00 | 2.340.000,00 |
| | | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 | 195.000,00 |
| Transferencias SAMU | 222.000,00 | 18.500,00 | 37.000,00 | 55.500,00 | 74.000,00 | 92.500,00 | 111.000,00 | 129.500,00 | 148.000,00 | 166.500,00 | 185.000,00 | 203.500,00 | 222.000,00 |
| | | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 | 18.500,00 |
| Transferencias Incentivo Finan | 85.000,00 | 7.083,33 | 14.166,66 | 21.249,99 | 28.333,32 | 35.416,65 | 42.499,98 | 49.583,31 | 56.666,64 | 63.749,97 | 70.833,30 | 77.916,63 | 85.000,00 |
| | | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,33 | 7.083,37 |
| Transferencias PMAQ - Progr. Mel. Acesso | 171.000,00 | 14.250,00 | 28.500,00 | 42.750,00 | 57.000,00 | 71.250,00 | 85.500,00 | 99.750,00 | 114.000,00 | 128.250,00 | 142.500,00 | 156.750,00 | 171.000,00 |
| | | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 | 14.250,00 |
| Transferencias de Recursos do SUS | 271.000,00 | 22.583,33 | 45.166,66 | 67.749,99 | 90.333,32 | 112.916,65 | 135.499,98 | 158.083,31 | 180.666,64 | 203.249,97 | 225.833,30 | 248.416,63 | 271.000,00 |
| | | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,33 | 22.583,37 |
| ECD - Complemento Epidemiologico | 25.000,00 | 2.083,33 | 4.166,66 | 6.249,99 | 8.333,32 | 10.416,65 | 12.499,98 | 14.583,31 | 16.666,64 | 18.749,97 | 20.833,30 | 22.916,63 | 25.000,00 |
| | | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,33 | 2.083,37 |
| Outras Transferencias do SUS | 200.000,00 | 16.666,67 | 33.333,34 | 50.000,01 | 66.666,68 | 83.333,35 | 100.000,02 | 116.666,69 | 133.333,36 | 150.000,03 | 166.666,70 | 183.333,37 | 200.000,00 |
| | | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,63 |
| Transferencias - IGD | 132.000,00 | 11.000,00 | 22.000,00 | 33.000,00 | 44.000,00 | 55.000,00 | 66.000,00 | 77.000,00 | 88.000,00 | 99.000,00 | 110.000,00 | 121.000,00 | 132.000,00 |
| | | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 | 11.000,00 |
| Transferencias - IGD - SUAS | 34.000,00 | 2.833,33 | 5.666,66 | 8.499,99 | 11.333,32 | 14.166,65 | 16.999,98 | 19.833,31 | 22.666,64 | 25.499,97 | 28.333,30 | 31.166,63 | 34.000,00 |
| | | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,33 | 2.833,37 |
| Transferencias SCFV | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| Outras Transferencias FNAS | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| TRANSFERÊNCIAS DO | 1.140.000,00 | 95.000,00 | 190.000,00 | 285.000,00 | 380.000,00 | 475.000,00 | 570.000,00 | 665.000,00 | 760.000,00 | 855.000,00 | 950.000,00 | 1.045.000,00 | 1.140.000,00 |
| | | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 | 95.000,00 |
| Transferencias FNDE Merenda EJA | 3.000,00 | 250,00 | 500,00 | 750,00 | 1.000,00 | 1.250,00 | 1.500,00 | 1.750,00 | 2.000,00 | 2.250,00 | 2.500,00 | 2.750,00 | 3.000,00 |
| | | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 | 250,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Transferencias FNDE Merenda Ensino | 231.000,00 | 19.250,00 | 38.500,00 | 57.750,00 | 77.000,00 | 96.250,00 | 115.500,00 | 134.750,00 | 154.000,00 | 173.250,00 | 192.500,00 | 211.750,00 | 231.000,00 |
| | | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 | 19.250,00 |
| Transferencias FNDE Merenda Pre Escola | 56.000,00 | 4.666,67 | 9.333,34 | 14.000,01 | 18.666,68 | 23.333,35 | 28.000,02 | 32.666,69 | 37.333,36 | 42.000,03 | 46.666,70 | 51.333,37 | 56.000,00 |
| | | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,67 | 4.666,63 |
| Transferencias FNDE Merenda AEE | 2.000,00 | 166,67 | 333,34 | 500,01 | 666,68 | 833,35 | 1.000,02 | 1.166,69 | 1.333,36 | 1.500,03 | 1.666,70 | 1.833,37 | 2.000,00 |
| | | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,67 | 166,63 |
| Transferencias FNDE Merenda Creche | 89.000,00 | 7.416,67 | 14.833,34 | 22.250,01 | 29.666,68 | 37.083,35 | 44.500,02 | 51.916,69 | 59.333,36 | 66.750,03 | 74.166,70 | 81.583,37 | 89.000,00 |
| | | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,67 | 7.416,63 |
| Transferencias FNDE Merenda Mais | 71.000,00 | 5.916,67 | 11.833,34 | 17.750,01 | 23.666,68 | 29.583,35 | 35.500,02 | 41.416,69 | 47.333,36 | 53.250,03 | 59.166,70 | 65.083,37 | 71.000,00 |
| | | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,67 | 5.916,63 |
| TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE | 369.000,00 | 30.750,00 | 61.500,00 | 92.250,00 | 123.000,00 | 153.750,00 | 184.500,00 | 215.250,00 | 246.000,00 | 276.750,00 | 307.500,00 | 338.250,00 | 369.000,00 |
| | | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 | 30.750,00 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS | 300.000,00 | 25.000,00 | 50.000,00 | 75.000,00 | 100.000,00 | 125.000,00 | 150.000,00 | 175.000,00 | 200.000,00 | 225.000,00 | 250.000,00 | 275.000,00 | 300.000,00 |
| | | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS | 31.800,00 | 2.650,00 | 5.300,00 | 7.950,00 | 10.600,00 | 13.250,00 | 15.900,00 | 18.550,00 | 21.200,00 | 23.850,00 | 26.500,00 | 29.150,00 | 31.800,00 |
| | | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 | 2.650,00 |
| TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS | 16.200,00 | 1.350,00 | 2.700,00 | 4.050,00 | 5.400,00 | 6.750,00 | 8.100,00 | 9.450,00 | 10.800,00 | 12.150,00 | 13.500,00 | 14.850,00 | 16.200,00 |
| | | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 | 1.350,00 |
| TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS | 12.000,00 | 1.000,00 | 2.000,00 | 3.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 | 6.000,00 | 7.000,00 | 8.000,00 | 9.000,00 | 10.000,00 | 11.000,00 | 12.000,00 |
| | | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - | 700.000,00 | 58.333,33 | 116.666,66 | 174.999,99 | 233.333,32 | 291.666,65 | 349.999,98 | 408.333,31 | 466.666,64 | 524.999,97 | 583.333,30 | 641.666,63 | 700.000,00 |
| | | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,33 | 58.333,37 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - | 561.000,00 | 46.750,00 | 93.500,00 | 140.250,00 | 187.000,00 | 233.750,00 | 280.500,00 | 327.250,00 | 374.000,00 | 420.750,00 | 467.500,00 | 514.250,00 | 561.000,00 |
| | | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 | 46.750,00 |
| | 17.713.000,00 | 1.476.083,35 | 2.952.166,70 | 4.428.250,05 | 5.904.333,40 | 7.380.416,75 | 8.856.500,10 | 10.332.583,45 | 11.808.666,80 | 13.284.750,15 | 14.760.833,50 | 16.236.916,85 | 17.713.000,00 |
| | | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,35 | 1.476.083,15 |
| COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 5.618.000,00 | 468.166,67 | 936.333,34 | 1.404.500,01 | 1.872.666,68 | 2.340.833,35 | 2.809.000,02 | 3.277.166,69 | 3.745.333,36 | 4.213.500,03 | 4.681.666,70 | 5.149.833,37 | 5.618.000,00 |
| | | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,67 | 468.166,63 |
| COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 2.862.000,00 | 238.500,00 | 477.000,00 | 715.500,00 | 954.000,00 | 1.192.500,00 | 1.431.000,00 | 1.669.500,00 | 1.908.000,00 | 2.146.500,00 | 2.385.000,00 | 2.623.500,00 | 2.862.000,00 |
| | | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 | 238.500,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 2.120.000,00 | 176.666,67 | 353.333,34 | 530.000,01 | 706.666,68 | 883.333,35 | 1.060.000,02 | 1.236.666,69 | 1.413.333,36 | 1.590.000,03 | 1.766.666,70 | 1.943.333,37 | 2.120.000,00 |
| | | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,67 | 176.666,63 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 371.000,00 | 30.916,67 | 61.833,34 | 92.750,01 | 123.666,68 | 154.583,35 | 185.500,02 | 216.416,69 | 247.333,36 | 278.250,03 | 309.166,70 | 340.083,37 | 371.000,00 |
| | | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,67 | 30.916,63 |
| COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 189.000,00 | 15.750,00 | 31.500,00 | 47.250,00 | 63.000,00 | 78.750,00 | 94.500,00 | 110.250,00 | 126.000,00 | 141.750,00 | 157.500,00 | 173.250,00 | 189.000,00 |
| | | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 | 15.750,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 140.000,00 | 11.666,67 | 23.333,34 | 35.000,01 | 46.666,68 | 58.333,35 | 70.000,02 | 81.666,69 | 93.333,36 | 105.000,03 | 116.666,70 | 128.333,37 | 140.000,00 |
| | | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,67 | 11.666,63 |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - | 53.000,00 | 4.416,67 | 8.833,34 | 13.250,01 | 17.666,68 | 22.083,35 | 26.500,02 | 30.916,69 | 35.333,36 | 39.750,03 | 44.166,70 | 48.583,37 | 53.000,00 |
| | | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,67 | 4.416,63 |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - | 27.000,00 | 2.250,00 | 4.500,00 | 6.750,00 | 9.000,00 | 11.250,00 | 13.500,00 | 15.750,00 | 18.000,00 | 20.250,00 | 22.500,00 | 24.750,00 | 27.000,00 |
| | | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 | 2.250,00 |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | 4.000.000,00 | 333.333,33 | 666.666,66 | 999.999,99 | 1.333.333,32 | 1.666.666,65 | 1.999.999,98 | 2.333.333,31 | 2.666.666,64 | 2.999.999,97 | 3.333.333,30 | 3.666.666,63 | 4.000.000,00 |
| | | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,33 | 333.333,37 |
| Cota Parte do Fundo Partilhado de | 30.000,00 | 2.500,00 | 5.000,00 | 7.500,00 | 10.000,00 | 12.500,00 | 15.000,00 | 17.500,00 | 20.000,00 | 22.500,00 | 25.000,00 | 27.500,00 | 30.000,00 |
| | | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 2.500,00 |
| Transferencias PSF - Estado | 211.000,00 | 17.583,33 | 35.166,66 | 52.749,99 | 70.333,32 | 87.916,65 | 105.499,98 | 123.083,31 | 140.666,64 | 158.249,97 | 175.833,30 | 193.416,63 | 211.000,00 |
| | | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,33 | 17.583,37 |
| Transferencias PASCAR - Estado | 116.000,00 | 9.666,67 | 19.333,34 | 29.000,01 | 38.666,68 | 48.333,35 | 58.000,02 | 67.666,69 | 77.333,36 | 87.000,03 | 96.666,70 | 106.333,37 | 116.000,00 |
| | | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,67 | 9.666,63 |
| Transferencias PAICI - Estado | 63.000,00 | 5.250,00 | 10.500,00 | 15.750,00 | 21.000,00 | 26.250,00 | 31.500,00 | 36.750,00 | 42.000,00 | 47.250,00 | 52.500,00 | 57.750,00 | 63.000,00 |
| | | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 | 5.250,00 |
| Transferencias MAC - Estado | 8.000,00 | 666,67 | 1.333,34 | 2.000,01 | 2.666,68 | 3.333,35 | 4.000,02 | 4.666,69 | 5.333,36 | 6.000,03 | 6.666,70 | 7.333,37 | 8.000,00 |
| | | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,67 | 666,63 |
| Transferencias Saude Bucal - Estado | 11.000,00 | 916,67 | 1.833,34 | 2.750,01 | 3.666,68 | 4.583,35 | 5.500,02 | 6.416,69 | 7.333,36 | 8.250,03 | 9.166,70 | 10.083,37 | 11.000,00 |
| | | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,67 | 916,63 |
| Transferencias PAF - Estado | 22.000,00 | 1.833,33 | 3.666,66 | 5.499,99 | 7.333,32 | 9.166,65 | 10.999,98 | 12.833,31 | 14.666,64 | 16.499,97 | 18.333,30 | 20.166,63 | 22.000,00 |
| | | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,33 | 1.833,37 |
| Transferencias Diabetes Millitus - Estado | 6.000,00 | 500,00 | 1.000,00 | 1.500,00 | 2.000,00 | 2.500,00 | 3.000,00 | 3.500,00 | 4.000,00 | 4.500,00 | 5.000,00 | 5.500,00 | 6.000,00 |
| | | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 | 500,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS | 106.000,00 | 8.833,33 | 17.666,66 | 26.499,99 | 35.333,32 | 44.166,65 | 52.999,98 | 61.833,31 | 70.666,64 | 79.499,97 | 88.333,30 | 97.166,63 | 106.000,00 |
| | | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,33 | 8.833,37 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 740.000,00 | 61.666,67 | 123.333,34 | 185.000,01 | 246.666,68 | 308.333,35 | 370.000,02 | 431.666,69 | 493.333,36 | 555.000,03 | 616.666,70 | 678.333,37 | 740.000,00 |
| | | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,67 | 61.666,63 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 50.000,00 | 4.166,67 | 8.333,34 | 12.500,01 | 16.666,68 | 20.833,35 | 25.000,02 | 29.166,69 | 33.333,36 | 37.500,03 | 41.666,70 | 45.833,37 | 50.000,00 |
| | | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,67 | 4.166,63 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE | 250.000,00 | 20.833,33 | 41.666,66 | 62.499,99 | 83.333,32 | 104.166,65 | 124.999,98 | 145.833,31 | 166.666,64 | 187.499,97 | 208.333,30 | 229.166,63 | 250.000,00 |
| | | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,37 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE | 300.000,00 | 25.000,00 | 50.000,00 | 75.000,00 | 100.000,00 | 125.000,00 | 150.000,00 | 175.000,00 | 200.000,00 | 225.000,00 | 250.000,00 | 275.000,00 | 300.000,00 |
| | | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE | 300.000,00 | 25.000,00 | 50.000,00 | 75.000,00 | 100.000,00 | 125.000,00 | 150.000,00 | 175.000,00 | 200.000,00 | 225.000,00 | 250.000,00 | 275.000,00 | 300.000,00 |
| | | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| | 14.670.000,00 | 1.222.500,00 | 2.445.000,00 | 3.667.500,00 | 4.890.000,00 | 6.112.500,00 | 7.335.000,00 | 8.557.500,00 | 9.780.000,00 | 11.002.500,00 | 12.225.000,00 | 13.447.500,00 | 14.670.000,00 |
| | | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 | 1.222.500,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO | 12.000.000,00 | 1.000.000,00 | 2.000.000,00 | 3.000.000,00 | 4.000.000,00 | 5.000.000,00 | 6.000.000,00 | 7.000.000,00 | 8.000.000,00 | 9.000.000,00 | 10.000.000,00 | 11.000.000,00 | 12.000.000,00 |
| | | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO | 2.670.000,00 | 222.500,00 | 445.000,00 | 667.500,00 | 890.000,00 | 1.112.500,00 | 1.335.000,00 | 1.557.500,00 | 1.780.000,00 | 2.002.500,00 | 2.225.000,00 | 2.447.500,00 | 2.670.000,00 |
| | | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 | 222.500,00 |
| | 21.000,00 | 1.750,00 | 3.500,00 | 5.250,00 | 7.000,00 | 8.750,00 | 10.500,00 | 12.250,00 | 14.000,00 | 15.750,00 | 17.500,00 | 19.250,00 | 21.000,00 |
| | | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 1.750,00 |
| | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - | 20.000,00 | 1.666,67 | 3.333,34 | 5.000,01 | 6.666,68 | 8.333,35 | 10.000,02 | 11.666,69 | 13.333,36 | 15.000,03 | 16.666,70 | 18.333,37 | 20.000,00 |
| | | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,67 | 1.666,63 |
| | 854.000,00 | 71.166,64 | 142.333,28 | 213.499,92 | 284.666,56 | 355.833,20 | 426.999,84 | 498.166,48 | 569.333,12 | 640.499,76 | 711.666,40 | 782.833,04 | 854.000,00 |
| | | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,64 | 71.166,96 |
| | 2.000,00 | 166,66 | 333,32 | 499,98 | 666,64 | 833,30 | 999,96 | 1.166,62 | 1.333,28 | 1.499,94 | 1.666,60 | 1.833,26 | 2.000,00 |
| | | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 |
| | 2.000,00 | 166,66 | 333,32 | 499,98 | 666,64 | 833,30 | 999,96 | 1.166,62 | 1.333,28 | 1.499,94 | 1.666,60 | 1.833,26 | 2.000,00 |
| | | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| | 2.000,00 | 166,66 | 333,32 | 499,98 | 666,64 | 833,30 | 999,96 | 1.166,62 | 1.333,28 | 1.499,94 | 1.666,60 | 1.833,26 | 2.000,00 |
| | | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,66 | 166,74 |
| | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - | 1.000,00 | 83,33 | 166,66 | 249,99 | 333,32 | 416,65 | 499,98 | 583,31 | 666,64 | 749,97 | 833,30 | 916,63 | 1.000,00 |
| | | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,33 | 83,37 |
| | 850.000,00 | 70.833,32 | 141.666,64 | 212.499,96 | 283.333,28 | 354.166,60 | 424.999,92 | 495.833,24 | 566.666,56 | 637.499,88 | 708.333,20 | 779.166,52 | 850.000,00 |
| | | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,32 | 70.833,48 |
| | 550.000,00 | 45.833,33 | 91.666,66 | 137.499,99 | 183.333,32 | 229.166,65 | 274.999,98 | 320.833,31 | 366.666,64 | 412.499,97 | 458.333,30 | 504.166,63 | 550.000,00 |
| | | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,33 | 45.833,37 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO | 250.000,00 | 20.833,33 | 41.666,66 | 62.499,99 | 83.333,32 | 104.166,65 | 124.999,98 | 145.833,31 | 166.666,64 | 187.499,97 | 208.333,30 | 229.166,63 | 250.000,00 |
| | | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,33 | 20.833,37 |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS | 200.000,00 | 16.666,67 | 33.333,34 | 50.000,01 | 66.666,68 | 83.333,35 | 100.000,02 | 116.666,69 | 133.333,36 | 150.000,03 | 166.666,70 | 183.333,37 | 200.000,00 |
| | | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,67 | 16.666,63 |
| TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| | 300.000,00 | 24.999,99 | 49.999,98 | 74.999,97 | 99.999,96 | 124.999,95 | 149.999,94 | 174.999,93 | 199.999,92 | 224.999,91 | 249.999,90 | 274.999,89 | 300.000,00 |
| | | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 24.999,99 | 25.000,11 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE | 100.000,00 | 8.333,33 | 16.666,66 | 24.999,99 | 33.333,32 | 41.666,65 | 49.999,98 | 58.333,31 | 66.666,64 | 74.999,97 | 83.333,30 | 91.666,63 | 100.000,00 |
| | | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,33 | 8.333,37 |
| | -5.775.000,00 | -464.183,32 | -928.366,64 | -1.392.549,96 | -1.856.733,28 | -2.320.916,60 | -2.785.099,92 | -3.249.283,24 | -3.713.466,56 | -4.177.649,88 | -4.641.833,20 | -5.106.016,52 | -5.775.000,00 |
| | | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -668.983,48 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | -5.775.000,00 | -464.183,32 | -928.366,64 | -1.392.549,96 | -1.856.733,28 | -2.320.916,60 | -2.785.099,92 | -3.249.283,24 | -3.713.466,56 | -4.177.649,88 | -4.641.833,20 | -5.106.016,52 | -5.775.000,00 |
| | | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -464.183,32 | -668.983,48 |
| | -14.000,00 | 15.900,00 | 31.800,00 | 47.700,00 | 63.600,00 | 79.500,00 | 95.400,00 | 111.300,00 | 127.200,00 | 143.100,00 | 159.000,00 | 174.900,00 | -14.000,00 |
| | | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | 15.900,00 | -188.900,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | -7.420,00 | 5.300,00 | 10.600,00 | 15.900,00 | 21.200,00 | 26.500,00 | 31.800,00 | 37.100,00 | 42.400,00 | 47.700,00 | 53.000,00 | 58.300,00 | -7.420,00 |
| | | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | -65.720,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | -3.780,00 | 5.300,00 | 10.600,00 | 15.900,00 | 21.200,00 | 26.500,00 | 31.800,00 | 37.100,00 | 42.400,00 | 47.700,00 | 53.000,00 | 58.300,00 | -3.780,00 |
| | | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | -62.080,00 |
| IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE | -2.800,00 | 5.300,00 | 10.600,00 | 15.900,00 | 21.200,00 | 26.500,00 | 31.800,00 | 37.100,00 | 42.400,00 | 47.700,00 | 53.000,00 | 58.300,00 | -2.800,00 |
| | | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | 5.300,00 | -61.100,00 |
| | -5.761.000,00 | -480.083,32 | -960.166,64 | -1.440.249,96 | -1.920.333,28 | -2.400.416,60 | -2.880.499,92 | -3.360.583,24 | -3.840.666,56 | -4.320.749,88 | -4.800.833,20 | -5.280.916,52 | -5.761.000,00 |
| | | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,32 | -480.083,48 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | -1.796.700,00 | -149.725,00 | -299.450,00 | -449.175,00 | -598.900,00 | -748.625,00 | -898.350,00 | -1.048.075,00 | -1.197.800,00 | -1.347.525,00 | -1.497.250,00 | -1.646.975,00 | -1.796.700,00 |
| | | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 | -149.725,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | -915.300,00 | -76.275,00 | -152.550,00 | -228.825,00 | -305.100,00 | -381.375,00 | -457.650,00 | -533.925,00 | -610.200,00 | -686.475,00 | -762.750,00 | -839.025,00 | -915.300,00 |
| | | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 | -76.275,00 |
| COTA-PARTE DO FUNDO DE | -678.000,00 | -56.500,00 | -113.000,00 | -169.500,00 | -226.000,00 | -282.500,00 | -339.000,00 | -395.500,00 | -452.000,00 | -508.500,00 | -565.000,00 | -621.500,00 | -678.000,00 |
| | | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 | -56.500,00 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A | -25.440,00 | -2.120,00 | -4.240,00 | -6.360,00 | -8.480,00 | -10.600,00 | -12.720,00 | -14.840,00 | -16.960,00 | -19.080,00 | -21.200,00 | -23.320,00 | -25.440,00 |
| | | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 | -2.120,00 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A | -12.960,00 | -1.080,00 | -2.160,00 | -3.240,00 | -4.320,00 | -5.400,00 | -6.480,00 | -7.560,00 | -8.640,00 | -9.720,00 | -10.800,00 | -11.880,00 | -12.960,00 |
| | | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 | -1.080,00 |
| COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A | -9.600,00 | -800,00 | -1.600,00 | -2.400,00 | -3.200,00 | -4.000,00 | -4.800,00 | -5.600,00 | -6.400,00 | -7.200,00 | -8.000,00 | -8.800,00 | -9.600,00 |
| | | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 | -800,00 |
| TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS | -6.360,00 | -530,00 | -1.060,00 | -1.590,00 | -2.120,00 | -2.650,00 | -3.180,00 | -3.710,00 | -4.240,00 | -4.770,00 | -5.300,00 | -5.830,00 | -6.360,00 |
| | | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 | -530,00 |
| TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS | -3.240,00 | -270,00 | -540,00 | -810,00 | -1.080,00 | -1.350,00 | -1.620,00 | -1.890,00 | -2.160,00 | -2.430,00 | -2.700,00 | -2.970,00 | -3.240,00 |
| | | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 | -270,00 |
| TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS | -2.400,00 | -200,00 | -400,00 | -600,00 | -800,00 | -1.000,00 | -1.200,00 | -1.400,00 | -1.600,00 | -1.800,00 | -2.000,00 | -2.200,00 | -2.400,00 |
| | | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 | -200,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | -1.144.800,00 | -95.400,00 | -190.800,00 | -286.200,00 | -381.600,00 | -477.000,00 | -572.400,00 | -667.800,00 | -763.200,00 | -858.600,00 | -954.000,00 | -1.049.400,00 | -1.144.800,00 |
| | | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 | -95.400,00 |
| COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | -583.200,00 | -48.600,00 | -97.200,00 | -145.800,00 | -194.400,00 | -243.000,00 | -291.600,00 | -340.200,00 | -388.800,00 | -437.400,00 | -486.000,00 | -534.600,00 | -583.200,00 |
| | | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 | -48.600,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

**I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2018**

| RECEITAS | Valor Orçado | Janeiro Acumulado Valor | Fevereiro Acumulado Valor | Março Acumulado Valor | Abril Acumulado Valor | Maio Acumulado Valor | Junho Acumulado Valor | Julho Acumulado Valor | Agosto Acumulado Valor | Setembro Acumulado Valor | Outubro Acumulado Valor | Novembro Acumulado Valor | Dezembro Acumulado Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | -432.000,00 | -36.000,00 | -72.000,00 | -108.000,00 | -144.000,00 | -180.000,00 | -216.000,00 | -252.000,00 | -288.000,00 | -324.000,00 | -360.000,00 | -396.000,00 | -432.000,00 |
| | | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 | -36.000,00 |
| COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | -69.430,00 | -5.785,83 | -11.571,66 | -17.357,49 | -23.143,32 | -28.929,15 | -34.714,98 | -40.500,81 | -46.286,64 | -52.072,47 | -57.858,30 | -63.644,13 | -69.430,00 |
| | | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,83 | -5.785,87 |
| COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | -35.370,00 | -2.947,50 | -5.895,00 | -8.842,50 | -11.790,00 | -14.737,50 | -17.685,00 | -20.632,50 | -23.580,00 | -26.527,50 | -29.475,00 | -32.422,50 | -35.370,00 |
| | | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 | -2.947,50 |
| COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | -26.200,00 | -2.183,33 | -4.366,66 | -6.549,99 | -8.733,32 | -10.916,65 | -13.099,98 | -15.283,31 | -17.466,64 | -19.649,97 | -21.833,30 | -24.016,63 | -26.200,00 |
| | | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,33 | -2.183,37 |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - | -10.600,00 | -883,33 | -1.766,66 | -2.649,99 | -3.533,32 | -4.416,65 | -5.299,98 | -6.183,31 | -7.066,64 | -7.949,97 | -8.833,30 | -9.716,63 | -10.600,00 |
| | | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,33 | -883,37 |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - | -5.400,00 | -450,00 | -900,00 | -1.350,00 | -1.800,00 | -2.250,00 | -2.700,00 | -3.150,00 | -3.600,00 | -4.050,00 | -4.500,00 | -4.950,00 | -5.400,00 |
| | | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 | -450,00 |
| COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - | -4.000,00 | -333,33 | -666,66 | -999,99 | -1.333,32 | -1.666,65 | -1.999,98 | -2.333,31 | -2.666,64 | -2.999,97 | -3.333,30 | -3.666,63 | -4.000,00 |
| | | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,33 | -333,37 |
| TOTAL RECEITAS | 61.775.000,00 | 5.244.229,20 | 10.488.458,40 | 15.732.687,60 | 20.976.916,80 | 26.221.146,00 | 31.465.375,20 | 36.709.604,40 | 41.953.833,60 | 47.198.062,80 | 52.442.292,00 | 57.686.521,20 | 61.775.000,00 |
| | | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 5.244.229,20 | 4.088.478,80 |

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 018/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 018/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011 e Lei Municipal nº. 529/2012;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear a servidora pública municipal **Cleide da Penha Oliveira frutuoso,** matricula nº.6585, ocupante do cargo de carreira de Serviços Gerais, 40 Horas, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal Valmir Neumann,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 019/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 019/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011 e Lei Municipal nº. 529/2012;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear a servidora pública municipal **Cleide da Penha de Oliveira frutuoso,** matricula nº.6585, ocupante do cargo de carreira de Serviços Gerais, 40 Horas, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal Valmir Neumann,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 017/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 017/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear a servidora pública municipal **Gildete Cardoso Santos,** matricula nº. 6493, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 30 Horas, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -**Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Diretora Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz da Servidora acima nomeada** equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

**Art. 3° -**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

---

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**ERRATA DO DECRETO Nº. 111/GP/2017**

**ERRATA DO DECRETO Nº. 111/GP/2017,** de 19 de dezembro de 2017.

**Onde se lê:**

**SÚMULA:** CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE DE TRANSIÇÃO.

**Leia-se:**

**SÚMULA:** CONSTITUI E NOMEIA EQUIPE PARA CONFERENCIA DO PATRIMONIO (ATIVO E PASSIVO) MUNICIPAL

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 22 de dezembro de 2017.

**Celso Leite Garcia**

Prefeito Municipal

---

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 016/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 016/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear o servidor público municipal **Paulinelli Bonetto da Silva,** matricula nº. 6740, ocupante do cargo de carreira de Professor Nível Superior, 20 Horas, para exercer o cargo de **Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil Jose Salvador Martins,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -**Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Diretor Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Jose Salvador Martins do Servidor acima nomeado** equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

**Art. 3° -**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

---

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 015/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 015/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear a servidora pública municipal **Ilma Karnitz,** matricula nº. 670, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 40 Horas, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

---

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 014/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 014/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear a servidora pública municipal **Adina da Silva,** matricula nº. 6653, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 30 Horas, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal Raquel de Queiroz,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -**Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Diretora Escolar da Escola Municipal Raquel de Queiroz da Servidora acima nomeada** equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

**Art. 3° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 013/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 013/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear a servidora pública municipal **Helenilda Augusto Silva,** matricula nº. 666, ocupante do cargo de carreira de Professora Nível Superior, 20 Horas, para exercer o cargo de **Diretora da Escola Municipal Coração de Jesus,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **15% (quinze por Cento).**

**Art. 2° -**Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Diretora Escolar da Escola Municipal Coração de Jesus da Servidora acima nomeada** equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

**Art. 3° -**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 012/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 012/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Art. 4º e 5º. da Lei Municipal nº. 502/2011;

**RESOLVE**

**Art. 1° -**Nomear o servidor público municipal **Manoel Lima da Silva,** matricula nº. 6500, ocupante do cargo de carreira de Professor Nível Superior, 30 Horas, para exercer o cargo de **Diretor da Escola Municipal Bom Jesus,** que receberá sobre seus vencimentos normais o acréscimo de **25% (vinte e cinco por Cento).**

**Art. 2° -**Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Diretor Escolar da Escola Municipal Bom Jesus do Servidor acima nomeado** equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

**Art. 3° -**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 010/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**DECRETO Nº. 010/GP/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**"Dispõe sobre revogação de Decretos/Portarias, e dá outras providências".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

**CONSIDERANDO** que findou-se o mandato de 02 (dois) anos outorgado aos Diretores das Escolas Municipais através do Art. 6º da LEI Municipal nº. 529/2012;

**RESOLVE**

**Art. - 1°.Revogar** em inteiro teoros Decretos/Portarias que nomeou Diretores (as)/Vice Diretor, concedeu Gratificações e complementou vencimento, conforme relação abaixo descrito:

Decreto nº. 017/GP/2016 – Dayana Buss Berwanger

Decreto nº. 024/GP/2016 – Lelcia Fátima dos Santos Almeida

Decreto nº. 019/GP/2016 – Edna da Silva

Decreto nº. 220/GP/PMC 2016 – Janete Rosa Dias Fernandes

Portaria nº. 066/GP/2017 – Elias da Silva Almeida

Portaria nº. 371/GP/2017 – Zacarias Antunes Magalhães

**Art. - 2°.**Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 23 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 23/01/2018 a 23/02/201 8

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 037/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 037/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 23 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/ c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR KÉSSIA REIS DE PAULA,** Brasileira, casada, residente e domiciliada na MT-206, Distrito Três Fronteiras, KM 320, CEP: 78.335-000, Distrito de Três Fronteiras Colniza/MT, portadora do CPF nº 904.419.232-91, RG nº 000945921 –SSP/RO, para a investidura no cargo efetivo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL-AUXILIAR PEDAGÓGICO** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificada em 1º lugar, **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – EUXILIAR PEDAGÓGICO – DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS**, 40 horas semanais, com a pontuação 57,0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: **05/02/2018**.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**KÉSSIA REIS DE PAULA**

**CPF Nº 904.419.232-91**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**CONTABILIDADE**
**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO 2**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

Page 1 of 2

**II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso**

| | Dotação Inicial | Desembolsos Mensais Acumulados | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | até Janeiro | até Feveiro | até Março | até Abril | até Maio | até Junho | até Julho | até Agosto | até Setembro | até Outubro | até Novembro | até Dezembro |
| 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE ( | | | | | | | | | | | | | |
| 1 Recursos do Tesouro - Exercício | | | | | | | | | | | | | |
| 00 Recursos Ordinários | | | | | | | | | | | | | |
| 110 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARG | 5.870.600,00 | 489.216,67 | 978.433,34 | 1.467.650,01 | 1.956.866,68 | 2.446.083,35 | 2.935.300,02 | 3.424.516,69 | 3.913.733,36 | 4.402.950,03 | 4.892.166,70 | 5.381.383,37 | 5.870.600,00 |
| 3 2 JUROS E ENCARGOS | 10.500,00 | 875,00 | 1.750,00 | 2.625,00 | 3.500,00 | 4.375,00 | 5.250,00 | 6.125,00 | 7.000,00 | 7.875,00 | 8.750,00 | 9.625,00 | 10.500,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 6.724.900,00 | 560.408,33 | 1.120.816,66 | 1.681.224,99 | 2.241.633,32 | 2.802.041,65 | 3.362.449,98 | 3.922.858,31 | 4.483.266,64 | 5.043.674,97 | 5.604.083,30 | 6.164.491,63 | 6.724.900,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 1.339.500,00 | 111.625,00 | 223.250,00 | 334.875,00 | 446.500,00 | 558.125,00 | 669.750,00 | 781.375,00 | 893.000,00 | 1.004.625,00 | 1.116.250,00 | 1.227.875,00 | 1.339.500,00 |
| 4 6 AMORTIZAçãO DA DI | 39.500,00 | 3.291,67 | 6.583,34 | 9.875,01 | 13.166,68 | 16.458,35 | 19.750,02 | 23.041,69 | 26.333,36 | 29.625,03 | 32.916,70 | 36.208,37 | 39.500,00 |
| 9 9 RESERVA DE CONTI | 670.000,00 | 55.833,33 | 111.666,66 | 167.499,99 | 223.333,32 | 279.166,65 | 334.999,98 | 390.833,31 | 446.666,64 | 502.499,97 | 558.333,30 | 614.166,63 | 670.000,00 |
| 500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARG | 889.800,00 | 74.150,00 | 148.300,00 | 222.450,00 | 296.600,00 | 370.750,00 | 444.900,00 | 519.050,00 | 593.200,00 | 667.350,00 | 741.500,00 | 815.650,00 | 889.800,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 520.000,00 | 43.333,33 | 86.666,66 | 129.999,99 | 173.333,32 | 216.666,65 | 259.999,98 | 303.333,31 | 346.666,64 | 389.999,97 | 433.333,30 | 476.666,63 | 520.000,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 54.200,00 | 4.516,67 | 9.033,34 | 13.550,01 | 18.066,68 | 22.583,35 | 27.100,02 | 31.616,69 | 36.133,36 | 40.650,03 | 45.166,70 | 49.683,37 | 54.200,00 |
| 01 Receita de Impostos e de Trans | | | | | | | | | | | | | |
| 110 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 859.095,00 | 71.591,25 | 143.182,50 | 214.773,75 | 286.365,00 | 357.956,25 | 429.547,50 | 501.138,75 | 572.730,00 | 644.321,25 | 715.912,50 | 787.503,75 | 859.095,00 |
| 200 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARG | 3.572.200,00 | 297.683,33 | 595.366,66 | 893.049,99 | 1.190.733,32 | 1.488.416,65 | 1.786.099,98 | 2.083.783,31 | 2.381.466,64 | 2.679.149,97 | 2.976.833,30 | 3.274.516,63 | 3.572.200,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 1.372.800,00 | 114.400,00 | 228.800,00 | 343.200,00 | 457.600,00 | 572.000,00 | 686.400,00 | 800.800,00 | 915.200,00 | 1.029.600,00 | 1.144.000,00 | 1.258.400,00 | 1.372.800,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 1.525.000,00 | 127.083,33 | 254.166,66 | 381.249,99 | 508.333,32 | 635.416,65 | 762.499,98 | 889.583,31 | 1.016.666,64 | 1.143.749,97 | 1.270.833,30 | 1.397.916,63 | 1.525.000,00 |
| 02 Receitas de Impostos e de Tran | | | | | | | | | | | | | |
| 300 000 SAÚDE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARG | 3.654.500,00 | 304.541,67 | 609.083,34 | 913.625,01 | 1.218.166,68 | 1.522.708,35 | 1.827.250,02 | 2.131.791,69 | 2.436.333,36 | 2.740.875,03 | 3.045.416,70 | 3.349.958,37 | 3.654.500,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 1.265.950,00 | 105.495,83 | 210.991,66 | 316.487,49 | 421.983,32 | 527.479,15 | 632.974,98 | 738.470,81 | 843.966,64 | 949.462,47 | 1.054.958,30 | 1.160.454,13 | 1.265.950,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 275.000,00 | 22.916,67 | 45.833,34 | 68.750,01 | 91.666,68 | 114.583,35 | 137.500,02 | 160.416,69 | 183.333,36 | 206.250,03 | 229.166,70 | 252.083,37 | 275.000,00 |
| 14 Transferência de Recursos do S | | | | | | | | | | | | | |
| 300 000 SAÚDE | | | | | | | | | | | | | |
| 3 1 PESSOAL E ENCARG | 3.254.000,00 | 271.166,67 | 542.333,34 | 813.500,01 | 1.084.666,68 | 1.355.833,35 | 1.627.000,02 | 1.898.166,69 | 2.169.333,36 | 2.440.500,03 | 2.711.666,70 | 2.982.833,37 | 3.254.000,00 |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 3.842.550,00 | 320.212,50 | 640.425,00 | 960.637,50 | 1.280.850,00 | 1.601.062,50 | 1.921.275,00 | 2.241.487,50 | 2.561.700,00 | 2.881.912,50 | 3.202.125,00 | 3.522.337,50 | 3.842.550,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 142.000,00 | 11.833,33 | 23.666,66 | 35.499,99 | 47.333,32 | 59.166,65 | 70.999,98 | 82.833,31 | 94.666,64 | 106.499,97 | 118.333,30 | 130.166,63 | 142.000,00 |
| 15 Transferência de Recursos do F | | | | | | | | | | | | | |
| 110 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 760.905,00 | 63.408,75 | 126.817,50 | 190.226,25 | 253.635,00 | 317.043,75 | 380.452,50 | 443.861,25 | 507.270,00 | 570.678,75 | 634.087,50 | 697.496,25 | 760.905,00 |
| 200 000 EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | |
| 3 3 OUTRAS DESPESAS | 1.490.095,00 | 124.174,58 | 248.349,16 | 372.523,74 | 496.698,32 | 620.872,90 | 745.047,48 | 869.222,06 | 993.396,64 | 1.117.571,22 | 1.241.745,80 | 1.365.920,38 | 1.490.095,00 |
| 4 4 INVESTIMENTOS | 10.000,00 | 833,33 | 1.666,66 | 2.499,99 | 3.333,32 | 4.166,65 | 4.999,98 | 5.833,31 | 6.666,64 | 7.499,97 | 8.333,30 | 9.166,63 | 10.000,00 |
| 16 Contribuição de Intervenção do | | | | | | | | | | | | | |
| 110 000 GERAL | | | | | | | | | | | | | |

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 036/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 036/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 23 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR EDINEIA MARQUES DE OLIVEIRA,** Brasileira, solteira, residente e domiciliada na MT-206, Distrito Três Fronteiras, KM 320, Avenida Principal, CEP: 78.335-000, Distrito de Três Fronteiras Colniza/MT, portadora do CPF nº 391.001.028-81, RG nº 50.527.879-0 –SSP/SP, para a investidura no cargo efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificada em 1º lugar, **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS**, 30 horas semanais, com a pontuação 70,5 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: **05/02/2018**.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**EDINEIA MARQUES DE OLIVEIRA**

**CPF: 391.001.028-81**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

---

**CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº. 002/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

**DECRETO Nº. 002/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

**Súmula: "Dispõe sobre o estabelecimento da Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso".**

**CELSO LEITE GARCIA**, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica Estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (Anexos I e II) para o exercício de 2018 do Município de Colniza, conforme artigo 8° da Lei Complementar n° 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 2° -** Serão consideradas prioritárias as despesas com pessoal e encargos sociais, os serviços da dívida pública, os débitos decorrentes de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias decorrentes de imperativo constitucional ou legal.

**Art. 3° -** É vedada a realização de despesas sem empenho prévio ou sem a existência de dotação orçamentária com saldo suficiente à cobertura do dispêndio a ser efetuado.

**Art. 4° -** Se verificado desequilíbrio fiscal, quando do cumprimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, adotar-se-ão as providências estabelecidas no artigo 9º, da Lei complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aquelas definidas na lei de Diretrizes Orçamentárias nº 694/2017.

**Art. 5° -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 02 de Janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 03/01/2017 a 03/02/2017

---

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 035/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 035/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 23 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR KEILIANE NEPOMUCENO BISPO,** Brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha SM 06/ s/nº -Zona rural, CEP: 76.868-000, Machadinho Do Oeste/RO, portadora do CPF nº 014.255.222-46, RG nº 1330787 –SSP/RO, para a investidura no cargo efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificada em 2º lugar, **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS**, 30 horas semanais, com a pontuação 65,5 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: **05/02/2018**.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**KEILIANE NEPOMUCENO BISPO**

**CPF Nº 014.255.222-46**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 034/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 034/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/ c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR MARCIA GONÇALVES CORREIA,** Brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Pernambuco Nº 591, Cidade Alta CEP: 78.335-000, Cidade de Colniza/MT, portadora do CPF nº 860. 554.452-04, RG nº 930611 –SSP/RO, para a investidura no cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificada em 13º lugar, **TECNICA EM ENFERMAGEM – SEDE**, 40 horas semanais, com a pontuação 59,0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: 23/01/2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**MARCIA GONÇALVES CORREIA**

**CPF Nº 860.554.452-04**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 033/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 033/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR LUCAS MOTTA PAZ,** Brasileiro, solteiro, residente e domiciliada na Avenida do Contorno, S/Nº Centro CEP: 78.335-000, Cidade de Colniza/MT, portadora do CPF nº 044.011.201-08, RG nº 2331096-0 –SSP/MT, para a investidura no cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificada em 9º lugar, **TECNICA EM ENFERMAGEM – SEDE**, 40 horas semanais, com a pontuação 62,0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: 23/01/2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LUCAS MOTTA PAZ**

**CPF Nº 044.011.201-08**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 032/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 032/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/ c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR MARCIELE MORAES DA COSTA,** Brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Espigão do Oeste, Centro CEP: 78.335-000, Cidade de Colniza/MT, portadora do CPF nº 700.071.501-48, RG nº 2436939-0 –SSP/MT, para a investidura no cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificada em 17º lugar, **TECNICA EM ENFERMAGEM – SEDE**, 40 horas semanais, com a pontuação 58,0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: 23/01/2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**MARCIELE MORAES DA COSTA**

**CPF Nº 700.071.501-48**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 043/GP/2018, DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

**PORTARIA Nº 043/GP/2018, DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

**CELSO LEITE GARCIA,** Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

**ART. 1º -** Exonera a pedido **Solange Alves Chagas,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1692681-1 SSP/MT e CPF n° 011.574.491-66, do cargo de **Chefe de Divisão, vinculada ao Gabinete do Prefeito.**

**ART. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 142/GP/2017, e demais disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 24 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001

O período de publicação será de 24/01/2018 a 24/02/2018

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO EXECUTIVO Nº. 21/2018**

**DECRETO EXECUTIVO Nº. 21/2018**

**SÚMULA:**"INSTITUI A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 80, inciso III, e, pela Lei Federal nº. 8.666/93, e

**CONSIDERANDO-SE:** a necessidade de instituir-se um processo de transição governamental democrático da Administração Pública Municipal, visando à preservação da continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, que constituem o interesse maior da população;

**CONSIDERANDO-SE:** que a nova gestão administrativa (2018/2020) necessita conhecer dados fundamentais das gestões anteriores, em especial exercício 2017, sem os quais se dificultará a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, que constituem o interesse maior da população;

**CONSIDERANDO-SE:** finalmente, que os agentes e autoridades administrativas têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e, eficiência, (ART. 37 da CF);

**DECRETA: Art. 1º-** É instituída a Comissão Temporária Especial de Transição Governamental, com a atribuição de organizar as informações da gestão pública municipal exercício de 2017, para subsidiar as ações do Prefeito em exercício relacionados à transição governamental para a gestão 2018-2020. **Parágrafo único.** Para efeitos deste decreto, transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o Prefeito em exercício possa receber dos representantes de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação da gestão 2018-2020. **Art. 2º-** O processo de transição governamental terá início no dia 29 de janeiro e se encerrará em 28 de fevereiro do corrente ano, podendo prorrogar-se por mais 30 (trinta) dias. **Art. 3º-** A Comissão de Transição Governamental será composta por 08 (oito) membros, a saber: I - 03 (três) indicados pelo espólio do Ex - Prefeito Municipal, Sr. Esvandir Antônio Mendes, falecido em data de 15/12/2017: a)- Joaquim Silas Tavares Fagundes Assis; b) Silvana de Oliveira Rezer; c) Helena Cristina Belanda; II - 05 (cinco) membros indicados pelo Prefeito em exercício, Sr. Celso Leite Garcia, a saber: a) Rose Darc da Costa Silva; b) Vilmar de Oliveira Fernandes; c) Gilvan Rufino da Silva; d) Aline Fernanda da Silva Fernandes; e) José Antônio de Lima Silva. § 1º. A Comissão de Transição Governamental será representada por um Presidente que terá as seguintes funções: I – coordenar o cumprimento do cronograma de atividades a serem desenvolvidas para a transição governamental; II – presidir as reuniões da Comissão de Transição Governamental; III – deliberar sobre procedimentos administrativos relacionados aos fins da Comissão de Transição Governamental. § 2º. As atividades dos membros da comissão não serão gratificadas. § 3º. As reuniões da Comissão de Transição Governamental devem ser objeto de agendamento prévio e registro sumário em ata, a qual indicará os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas. **Art. 4º-** As informações, relatórios e dossiês relativos aos atos da Administração Pública Municipal serão entregues ao Presidente da Comissão que formalmente fará o encaminhamento ao Prefeito em exercício gestão 2018-2020, bem como ao espólio do Ex-Prefeito, Sr. Esvandir Antônio Mendes, falecido em data de 15/12/2017. **Art. 5º-** Caberá à Comissão de Transição Governamental: I – proceder ao levantamento de informações junto às diversas Secretarias e órgãos do Poder Executivo Municipal e dos projetos de lei de iniciativa do Executivo em tramitação no Legislativo, para subsidiar as ações de planejamento da Administração Pública Municipal – gestão 2018/2020; II – realizar as atividades necessárias para o bom e ágil andamento dos trabalhos a seu encargo, a fim de subsidiar a equipe da gestão 2018/2020 com os elementos necessários a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, que constituem o interesse maior da população; III – efetuar o levantamento dos bens móveis e imóveis do Município, bem como as ações judiciais em andamento e a dívida ativa do Município; IV – entregar ao Prefeito em exercício e ao espólio de seu antecessor, até o dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2018, relatório circunstanciado da atual situação financeira, econômica, administrativa, patrimonial e de pessoal da Administração Pública Municipal. **Art. 6º-** Os pedidos de acesso às informações de que trata o artigo 5º deste Decreto, qualquer que seja a sua natureza, deverão ser formulados ao Presidente da Comissão de Transição Governamental, por escrito, cabendo ao seu respectivo Presidente requisitar aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal os dados solicitados. **Parágrafo único.** É vedado aos servidores públicos municipais a prestação de informações relativas à transição governamental disciplinada neste Decreto Executivo, com exceção dos pedidos submetidos aos procedimentos da Lei Federal n.º 12.527/2011. **Art. 7º-** Os Secretários Municipais deverão encaminhar ao Presidente da Comissão de Transição Governamental, até o dia 10 (dez) de fevereiro de 2018, as informações circunstanciadas sobre: I – estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público, acompanhados das respectivas competências de cada órgão e das decisões e atos de gestão que possam ter repercussão especial para o seu futuro, tais como políticas estabelecidas em lei e ações e/ou projetos em desenvolvimento; II – principais ações, projetos e programas de cada Secretaria Municipal, indicando-se a legislação municipal que os disciplinam e os dados gerais de execução das atividades neles compreendidas; III – relação dos nomes, endereços e meios de contato dos atuais dirigentes de cada setor ou órgão da estrutura administrativa, dos servidores ocupantes de cargos ou funções de chefia, dos integrantes de comissões, dos responsáveis por senhas bancárias e pelos sistemas de informática, sejam contratados pelo Município ou disponibilizados

por órgãos estaduais e federais para a gestão de informações de governo, discriminando-se os respectivos perfis de acesso; IV – relação de entidades com as quais o Município tem maior interação, especialmente aquelas que integram outros entes federativos, consórcios públicos e organizações não-governamentais sem fins lucrativos, indicando-se o motivo que fundamenta a relação estabelecida, o termo de ajuste, os registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros realizados no fim do mandato e a realizar no próximo exercício, as datas de prestações de contas aprazadas e a identificação do órgão público ou entidade, bem como do seu responsável legal ou preposto; V – informações relacionadas a processos licitatórios em andamento, indicando-se o objeto, a modalidade, o valor estimado da futura contratação e a fase atual do certame, bem como relação dos contratos de obras, de serviços contratados com cronograma físico a concluir-se no(s) próximo(s) exercício(s), bem como os de natureza contínua celebrados pela Administração Municipal, com a indicação do termo de contrato, respectivo número e processo do qual tenha decorrido, o objeto, os dados do contratado e do seu preposto, o valor, as condições de pagamento, o prazo de vigência e o responsável do Município pela fiscalização; VI – relatórios que evidenciem, de modo circunstanciado, a situação econômica, financeira e fiscal do Município, os quais poderão ser instruídos com cópia do último Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do Relatório de Gestão Fiscal, bem como dos balancetes contábeis mais recentes, evidenciando-se os compromissos da dívida de longo e de curto prazo, especialmente em relação aos restos a pagar, precatórios, empréstimos e financiamentos contratados, parcelamentos de dívidas e demais compromissos financeiros exigíveis a curto e, a longo prazo; VII – inventários atualizados de todos os bens em almoxarifado, bem como dos bens imóveis, móveis, equipamentos, frota de veículos (automóveis, motos, tratores, caminhões etc.), indicando o estado de conservação e o local em que se encontram; VIII – em relação à frota, providenciar relatório acompanhado dos respectivos certificados de registro e licenciamento (CRLV) e, se houver, as apólices de seguro em vigor, indicando-se a ausência de Multas de Trânsito, ou, se for o caso, cópia dos autos de infração de trânsito com prazo em curso para apresentação de defesa ou efetivação do pagamento; IX – situação de adimplência do Município perante a União e Estado ou seus órgãos ou entidades, a qual poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com o INSS, de Certificado de Regularidade do FGTS, de Certidão Negativa de Tributos Federais, de Certidão Negativa Estadual, de Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e do Certificado de Regularidade Previdenciária do RPPS – CRP; X – listagem da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, bem como dos processos encaminhados para cobrança judicial, além de inventário de ações da assessoria jurídica municipal; XI – listagem dos cargos, empregos e funções integrantes da estrutura municipal, com indicação de quais estão providos e a secretaria ou órgão de lotação, além de perspectiva de quais permanecerão providos, acompanhada de: a) relação dos vencimentos e dos subsídios de cada cargo, emprego e função, bem como das demais vantagens que lhe são próprias; b) o valor médio das despesas mensais com a folha de pagamentos; c) informação da escala organizada para o gozo de férias pelos servidores, indicando os que estão com o período aquisitivo implementado aguardando fixação de data para o gozo; d) relação das admissões e inativações pendentes de registro junto ao Tribunal de Contas do Estado, com indicação do número do processo e anotação, quando for o caso, do prazo para atendimento de eventuais diligências; e) situação do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores, com identificação do número de servidores e ex-servidores em gozo de benefício, o montante dessa despesa bem como do total mensal arrecadado, além de informações quanto aos valores aplicados vinculados a esse regime; XII – relação das sindicâncias, processos especiais e administrativos em curso. **Art. 8º-** O Presidente da Comissão de Transição governamental poderá editar normas complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto, bem como poderá solicitar informações e providências aos Secretários Municipais, assinalando prazo para o seu cumprimento, o qual não será inferior a 05 (cinco) dias. **Art. 9º-** Este Decreto Executivo entrará em vigor na data de sua publicação. **Art. 10º-** Revogam-se as disposições em contrário. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.** Colniza - MT, em 24 de Janeiro de 2018.

**Celso Leite Garcia**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 031/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 031/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, Casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058-93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 002, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR IVONÉRI BAITIRA BORGES DE OLIVEIRA,** Brasileira, solteira, residente e domiciliado Ataulfo Alves, nº 351 - Bairro Centro, CEP: 78.890-000, Cidade de Sorriso/MT, portadora do CPF nº 670.444.250-20, RG 2069951206 – SSP/RS, para a investidura no cargo efetivo de **ENFERMEIRA** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificado em 1º lugar, **ENFERMEIRA – DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS**, **40 horas semanais** com a pontuação 57,0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: 24/01/2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**IVONÉRI BAITIRA BORGES DE OLIVEIRA**

**CPF nº** 670.444.250-20

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO DE POSSE Nº 030/2018**

**TERMO DE POSSE Nº 030/2018**

**TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO**

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Janeiro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, Casado, agente político, residente e domiciliado neste município,

portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058-93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 004/2018, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR RAFAEL BETELLI DA SILVA,** Brasileiro, Casado, residente e domiciliado na avenida norte sul, nº 7121- Bairro jequitibá, CEP: 76.940-000, Cidade de Rolim de Moura/RO, portadora do CPF nº 890.946.622-72, RG 956126 – SSP/RO, para a investidura no cargo efetivo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL**-**SEDE** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificado em 5º lugar, **MÉDICO CLÍNICO GERAL – SEDE, 20 horas semanais**, com a pontuação 58.0 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: **23/01/2018.**

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**RAFAEL BETELLI DA SILVA**

**CPF nº 890.946.622-72**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

---

**ASSESSORIA JURIDICA**
**LEI N° 747 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**LEI N° 747 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CUSTEAR RECURSOS PECUNIÁRIOS E DEMAIS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS AO PROJETO MAIS MÉDICOS DO BRASIL INSTITUÍDO PELO GOVERNO FEDERAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLNIZA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Sr. **CELSO LEITE GARCIA,** Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

**Art. 1°-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas de alimentação, transporte, moradia e fornecimento de água potável ao (s) médico (s) participante (s) do Projeto Mais Médicos, instituídos pelo Governo Federal, em efetivo exercício no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Colniza - MT, nos termos deste Projeto de Lei Municipal.

**Art. 2º-** A alimentação será concedida por meio do auxílio alimentação ao médico participante e deverá assegurar o fornecimento de alimentação, mediante recurso pecuniário, em todos os sete dias da semana.

**§ 1°-** O valor mensal de ajuda de custo para cada médico integrante do Projeto Mais Médicos Para o Brasil, vinculado à rede pública de saúde do Município de Colniza - MT, será de R$ 700,00 (setecentos reais) mensais para custeio de alimentação.

**§ 2°-** O município deverá assegurar meios para que o médico participante possa dispor de água potável no decorrer de suas atividades do Projeto Mais Médicas para o Brasil.

**Art. 3°-** Para moradia o valor mensal de ajuda de custo para cada médico integrante do Projeto será de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) mensais para custear despesa com aluguel de imóvel; hotel ou pousada no Município de Colniza – MT.

**§ 1°-** A ajuda de custo de que trata o *caput* deste artigo será concedida quando houver necessidade de prover moradia ao profissional de saúde para atuar no Município de Colniza - MT, de acordo com os dispositivos deste Projeto de Lei Municipal.

**§ 2°-** Não será pago ajuda de custo para custeio de aluguel quando o profissional de saúde residir em imóvel de sua propriedade ou for proprietário de imóvel no Município de Colniza – MT.

**Art. 4°-** O município providenciará o deslocamento do (s) médico (s) participante (s) desde a cidade que está sediando a capacitação inicial até as respectivas moradias, quando da chegada deste (s) para início das atividades e disponibilizará transporte adequado e seguro para o local de desenvolvimento das atividades de rotina do Projeto, para os locais de difícil acesso, quando necessário e retorno para sua (s) moradia (s).

**Art. 5°-** Os benefícios de que trata este Projeto de Lei Municipal somente serão concedidos ao (s) profissional (is) de saúde remunerados diretamente pelo Governo Federal, **sem vínculo empregatício com o Município de Colniza - MT,** e somente quando houver exigência expressa no Projeto Mais Médicos instituído pelo Governo Federal, consignando o Município como responsável por tais despesas.

**Art. 6°-** Os recursos pecuniários serão pagos ao (s) médico (s) participante (s) com atuação no Município de Colniza – MT até o 5° (quinto) dia útil do mês, mediante depósito em conta corrente.

**Parágrafo único-** O médico participante deverá fornecer por escrito, e, no prazo de 10 (dez) dias do início de suas atividades laborativas à Secretaria Municipal da Saúde de Colniza - MT, os dados bancários para pagamento dos recursos pecuniários.

**Art. 7°-** Os pagamentos dos recursos pecuniários de que tratam este Projeto de Lei tem natureza de verba meramente indenizatória, não configurando, em hipótese alguma, retribuição ou contraprestação por serviços prestados.

**Art. 8°-** O médico participante perderá o direito à percepção da complementação pecuniária nas seguintes hipóteses:

**I -** abandono ou desistência do Projeto Mais Médicos Para o Brasil;

**II -** desligamento do Projeto Mais Médicos Para o Brasil.

**Parágrafo único-** A ausência injustificada do médico participante de suas atividades, por prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a suspensão do beneficio e a notificação do ocorrido à Coordenação do Projeto Mais Médicos Para o Brasil.

**Art. 9º.** Cabe a Secretaria Municipal de Saúde solicitar ao médico participante do Projeto comprovação de que o recurso pecuniário recebido está sendo utilizado tão somente para a finalidade de despesas com moradia, e, alimentação.

**Art. 10°-** As obrigações assumidas em decorrência da adesão do Município de Colniza – MT ao Projeto Mais Médicos Para o Brasil serão custeadas pelo Município até o encerramento do Projeto ou enquanto estiver em vigor e eficaz, o Termo de Adesão e Compromisso celebrado com a União, por meio do Ministério da Saúde.

**Art. 11°-** As despesas decorrentes da aplicação deste Projeto de Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento vigente, que serão suplementadas, caso necessário.

**Art. 12°-** Este Projeto de Lei Municipal após transformado em Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13°-** Revogam-se as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**ASSESSORIA JURIDICA**
**LEI N° 746 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**LEI N° 746 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**SÚMULA: "Autoriza abertura de crédito adicional especial no valor de até R$ 186.900,00(cento e oitenta e seis mil e novecentos reais), no orçamento do Município e dá outras providencias**".

O Sr. **CELSO LEITE GARCIA,** Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

**Art. 1º** – Fica autorizado incluir aos anexos da Lei Municipal nº 741/17, de 22/12/2017 – Plano Plurianual e aos anexos da Lei Municipal nº 694/17, de 04/07/17 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018, no **Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, Unidade: 001 –Fundo Municipal de Saúde, Função: 10 – Saúde, Subfunção: 301 – Atenção Básica, Programa: 0009 – Gestão de Saúde com Qualidade: 2049 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde,** conforme consta nos anexosI e II desta Lei.

**Art. 2º** – O Crédito Adicional Especial receberá classificação orçamentária a ser incluso na Lei Municipal nº 742/2017, de 22/12/2017, que dispõe sobre o Orçamento Anual de 2018, do Município, Conforme Art. 41, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

**Parágrafo Único.** O crédito de que trata o Caput deste Artigo receberá a seguinte classificação orçamentária:

**DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR**

07 Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

07.001 Fundo Municipal de Saúde

07.001.10 Saúde

07.001.10.301. Atenção Básica

07.001.10.301.0009 Gestão de Saúde com Qualidade

07.001.10.301.0009.2049 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.93.00.00.00. Indenizações e Restituições

0.1.02.000000. Recursos Ordinários R$ 186.900,00

**TOTAL DA DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR R$ 186.900,00**

**Art. 3º** - Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da dotação 07.001.10.301.0009.2049.3.1.90.04.00.00.00 (Contratação por Tempo Determinado) no valor de R$ 186.900,00 conforme Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

**Parágrafo Único.** O crédito de que trata o Caput deste Artigo recebe a seguinte classificação orçamentária:

**DOTAÇÃO A ANULAR**

07 Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

07.001 Fundo Municipal de Saúde

07.001.10 Saúde

07.001.10.301. Atenção Básica

07.001.10.301.0009 Gestão de Saúde com Qualidade

07.001.10.301.0009.2049 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.04.00.00.00. Contratação por Tempo Determinado

0.1.02.000000. Recursos Ordinários R$ 186.900,00

**TOTAL DA DOTAÇÃO A ANULAR R$ 186.900,00**

**Art. 4º -** O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo.

**Art. 5º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** - Revogando-se as disposições em contrário**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 26 de janeiro de 2018.

**CELSO LEITE GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**PORTARIA Nº 006/2018 DE 26/01/2018**

**PORTARIA Nº 006/2018 DE 26/01/2018**

***ANTONIO CARMOS PINHEIRO DE OLIVEIRA***, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2017/2018, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

**R E S O L V E**

**Art. 1º.** Determinar três dias de ***LUTO OFICIAL*** nas datas de 26, 27 e 28 de Janeiro de 2018, em razão do ***falecimento*** do Ilustre Senhor ***DURVALINO S SANTOS SURIANO,*** ocorrido na madrugada desta sexta-feira, dia 26/01/2018, funcionário público que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do Município de Comodoro.

**Art. 2º. As atividades da Casa Legislativa estarão suspensas a partir da manhã desta sexta-feira (26/01/2018) até 28/01/2018. No dia 29/01/2018 haverá expediente normal. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

.**Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso,** aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

Antonio Carmos Pinheiro de Oliveira - Presidente

**Registre-se e Publique-se:**

Aparecida de Almeida Dias de Sá - 1º Secretária

**EXTRATO TERMO DE ERRATA ADITIVO 213/2017**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT***

***TERMO DE ERRATA***

Foi publicado no dia 29 de Dezembro de 2017, na página 722, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 213/2017

Onde se lê:

**NONO TERMO ADITIVO Nº 213/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2014 E ADITIVOS NºS. 297/2014, 069, 286/2015, 004, 227, 318/2016, 019 E 089/2017**

**DATA: 26/12/2017**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATADA**: **ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA**

**OBJETO:** prazo e valor Contrato de Prestação de Serviços nº 031/2014 e aditivos nºs 297/2014, 069/2015, 286/2015, 004, 227, 318/2016, 019 e 089/2017, referente à execução de serviços de assessoria técnica para levantar e conferir as informações econômicas fiscais do Município que são utilizadas pela, SEFAZ-MT, vigorando de 29/06/2017 a 29/12/2017.

Leia-se:

**NONO TERMO ADITIVO Nº 213/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2014 E ADITIVOS NºS. 297/2014, 069, 286/2015, 004, 227, 318/2016, 019 E 089/2017**

**DATA: 26/12/2017**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**CONTRATADA**: **ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA**

**OBJETO:** Aditivo de prazo e valor Contrato de Prestação de Serviços nº 031/2014 e aditivos nºs 297/2014, 069/2015, 286/2015, 004, 227, 318/2016, 019 e 089/2017, referente à execução de serviços de assessoria técnica para levantar e conferir as informações econômicas fiscais do Município que são utilizadas pela, SEFAZ-MT, vigorando de 29/12/2017 a 29/06/2017, pelo período de 06 (seis) meses, sendo que o valor de R$42.750,00 (quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais), será suprimido em aproximadamente 22,8% (vinte dois inteiros e oitenta centésimos por cento), ficando o valor de R$33.000,00 (trinta e três mil reais), referente a 06 (seis) parcelas no valor de R$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) cada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 087/2017 DE 23 DE JANEIRO DE 2018 - CELIANA FRANCISCO CIRQUEIRA

Portaria 087/2017 de 23 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: o atestado médico de 17/01/2018 - Dr. Jiomar Lopes - CRM 3363 MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 120 (cento e vinte) dias no período de 17/01/2018 a 16/05/2018 a servidora pública municipal CELIANA FRANCISCO CIRQUEIRA, matricula 012734, efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/UBS VILA NOVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 17/01/2018.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 080/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - DONIZETE MARTINS

Portaria 080/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. DONIZETE MARTINS, portador do CPF/MF 065.269.018-16, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SEÇÃO, Junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 02/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 078/2018 DE 16 DE JANEIRO DE 2018 - MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA

Portaria 078/2018 de 16 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO E/OU CONSELHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora pública municipal MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA, matricula 012555, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para compor a COMISSÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO, em substituição a servidora pública municipal RYANE CARLA ALVES, matricula 012749, efetiva no cargo de PNSS - ADMINISTRADOR DO SUS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA 079/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - CÍCERO ROMÃO DIAS BRAGA

Portaria 079/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a cedência do servidor público municipal CÍCERO ROMÃO DIAS BRAGA, matricula 010670, efetivo no cargo de PROF DE NÍVEL MÉDIO/MAGISTÉRIO, para o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDEÊCIA SOCIAL - PREVICON, no período de 01/01/2018 a 31/12/2019, sem ônus para o município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 076/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - CARLOS LOYSE ALVES LUZ**

Portaria 076/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDENCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o servidor público municipal CARLOS LOYSE ALVES LUZ, matricula 012014, efetivo no cargo de PNSS-ENFERMEIRO para o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVICON, no período de 01/01/2018 a 31/12/2019, sem ônus para o município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 073/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - THAYLA NAGUISSIA GOMES DE ALMEIDA**

Portaria 073/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a cadencia da servidora pública municipal THAYLA NAGUISSIA GOMES DE ALMEIDA, matricula 012631, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVICON, no período de 01/01/2018 a 31/12/2019, sem ônus para o município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 082/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - EVA COELHO DE SOUSA**

Portaria 082/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora publica municipal EVA COELHO DE SOUSA, matricula 012280, efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções SECRETARIA ESCOLAR do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANGELINA FERNANDES DA FONSECA, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 072/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - FRANKLIN LIMA COSTA**

Portaria 072/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDENCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a cedência do servidor público municipal FRANKLIN LIMA COSTA, matricula 010120, efetivo no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para o TRT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, no período de 01/01/2018 a 18/01/2020, sem ônus para o município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 089/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018 -FERNANDA PERPETUA DOS SANTOS**

Portaria 089/2018 de 23 de Janeiro de 2018

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Orgânica.

CONSIDERANDO: o Oficio 091/2018 SMS.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR as Portarias 370/2017 de 13/09/2017 e 406/2017 de 26/09/2017, que haviam designadas a servidora FERNANDA PERPETUA DOS SANTOS, efetiva no cargo de PNSS-ENFERMEIRO, matricula 010744, para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO celebrado pelo município de Confresa, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e respectivas unidades de atendimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 088/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018 - RONIA MARIA CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Portaria 088/2018 de 23 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria 303/2017 de 28/06/2017 que havia designada a servidora RONIA MARIA CONDÃO BARROS MILHOMEM, comissionada no cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS para exercer as funções de SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 08/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 077/2018 DE 16 DE JANEIRO DE 2018 - MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA**

Portaria 077/2018 de 16 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DE COMISSÃO E/OU CONSELHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora pública municipal MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA, matricula 012555, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, em substituição a servidora pública municipal RYANE CARLA ALVES, matricula 012749, efetiva no cargo de PNSS-ADMINISTRADOR DO SUS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 18 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 090/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018 - CLEYTON GEOVANI KREMER**

Portaria 090/2018 de 23 de Janeiro de 2018.

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer as funções de FISCAL DE CONTRATO celebrado pelo município por intermédio da secretaria e unidade de atendimento descrito abaixo o servidor público municipal CLEYTON GEOVANI KREMER, matricula 012013, efetivo no cargo de PNSS-FISIOTERAPEUTA em substituição a servidora pública municipal FERNANDA PERPETUA DOS SANTOS, matricula 010744, designada pela portaria 406/2017 de 26/09/2017.

| SECRETARIA | UNIDADE DE ATENDIMENTO |
|---|---|
| SAUDE | CAPS CER CTA LABORATORIO VIGILANCIA SANITARIA |

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 083/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - ROSICLEIA PEREIRA MENDES**

Portaria 083/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal ROSICLEIA PEREIRA MENDES, matricula 001199, efetiva no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para exercer as funções SECRETARIA ESCOLAR da ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 084/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - DELZA MARIA SERAFIM DA SILVA**

Portaria 084/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora publica municipal DELZA MARIA SERAFIM DA SILVA, matricula 000757, efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções SECRETARIA ESCOLAR da ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES DE ARAÚJO, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 081/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - LARCIANE PIO LUZ**

Portaria 081/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora publica municipal LARCIANE PIO LUZ, matricula 012731, efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções de SECRETARIA ESCOLAR do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SARAH JHENYFFER BARBOSA DE FREITAS, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 081/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - LARCIANE PIO LUZ**

Portaria 081/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora publica municipal LARCIANE PIO LUZ, matricula 012731, efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções de SECRETARIA ESCOLAR do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SARAH JHENYFFER BARBOSA DE FREITAS, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 085/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - BIANCA BARBOSA PEREIRA DUTRA**

Portaria 085/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 046/2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora publica municipal BIANCA BARBOSA PEREIRA DUTRA, matricula 011923, efetiva no cargo de TÉCNICO AD-

MINISTRATIVO EDUCACIONAL, para exercer as funções SECRETARIA ESCOLAR da ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA, para mandato no biênio 2018/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 074/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - JANIELLE PINHEIRO DE OLIVEIRA**

Portaria 074/2018 de 12 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 020/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR a cadencia da servidora pública municipal JANIELLE PINHEIRO DE OLIVEIRA, matricula 012605, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVICON, no período de 01/01/2018 a 31/12/2019, sem ônus para o município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de Janeiro de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 004/2018**

“Reajusta os vencimentos dos servidores municipais, e dá outras providências”.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita do Município de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** as disposições contidas no Artigo 67 da Lei Complementar nº 002/2001 de 12 de novembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 012/2003 de 30 de janeiro de 2003.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Os valores dos vencimentos dos servidores municipais ficam corrigidos, a partir de 1° de janeiro do corrente ano, em **2,07 %,** (dois inteiros e zero sete milésimo por cento) correspondente ao INPC apurado no exercício anterior.

**Art. 2º -** O reajuste alcança todos os níveis do quadro de pessoal da Prefeitura e será aplicado nos mesmos percentuais.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, em 12 de janeiro de 2018.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeita

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA 002/2018**

“Designa servidor para exercer,

em readaptação funcional,

as atividades que especifica.”

**MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar, “ex-ofício”, nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei Complementar 001/2001, a servidora **ROSANIA SANTOS FERREIRA**, portadora da cédula de identidade nº 785753 SSP/MT e CPF 483.421. 571-72, ocupante do cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer, em readaptação funcional, em virtude de limitação em sua capacidade física, conforme laudo de perícia médica oficial, atividades de APOIO ADMINISTRATIVO, na Creche Municipal Pequenos Anjos, pelo prazo de 360 dias, a contar de 10/11/2017, com previsão de termino em 04/11/2018, sem aumento ou redução de vencimento, conforme preceitua o artigo 36 do referido Estatuto.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de Novembro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Janeiro de 2018.

**Maria Lucia Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 001/2018**

“Dispõe sobre a designação de servidores para compor a comissão permanente de licitação.”

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita do Município de Conquista D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais definidas no artigo 63, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do Art. 6º inciso XVI c/c Art. 51 da Lei 8666/93,

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Designar para comporem a comissão permanente de licitação os servidores, **ERONALDO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, portador do RG 1606367-8 SSP/MT e CPF 022.313.041-98, **FERNANDO ROBERTO DE MORAES**, portador da cédula de identidade nº 1.312.350-5 SSP/MT e do CPF nº 925.627.601-15, **SANDRA FERREIRA JORGE**, portadora da cédula de identidade RG nº MG-16.683.174, expedida pela SJ/MG e do CPF 008.647.596-73, ficando o primeiro como presidente, o segundo como secretário e o terceiro como membro, a partir desta data.

**Art. 2º**- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 2 de janeiro de 2018.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeita

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N°06/2018**

**"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Conquista D'Oeste – PREVI-CONQUISTA, e dá outras providências."**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF n.° 15, de 16 de janeiro de 2018,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Conquista D'Oeste – PREVI-CONQUISTA, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2018, em **2,07%** (dois inteiros e sete centésimos por cento).

**§ 1º.** Para os benefícios concedidos pelo PREVI-CONQUISTA a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos cinquenta e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo PREVI-CONQUISTA anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Conquista D'Oeste/MT, 18 de Janeiro de 2018.

**MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**

**Prefeita Municipal**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N.°07/2018**

**"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências."**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

Considerando a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018, edita o seguinte **DECRETO**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Conquista D'Oeste será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREVI-CONQUISTA.

**Art. 3°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I -** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

**II -** R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 4º.** O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Art. 5°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, em Conquista D'Oeste /MT, 18 de Janeiro de 2.018.

**MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**

**Prefeita Municipal**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 243/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **SIRLEY ROSA ORLANDO**, portadora da cédula de identidade RG nº.1515915-9, expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 004.269.211-35, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **086/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 008 DE 18 JANEIRO DE 2018.**

*"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar. "*

**Maria Lucia de Oliveira Porto,** Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 526 de 07 de novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 135.000,00(centro e *trinta e cinco mil reais*), assim exposto:

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇAO GERAL

0009 - APOIO ADMINISTRATIVO RPPS

0150 – RECURSOS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

**2008** – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS COM A PREV-CONQUISTA**

**3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 135.000,00**

**TOTAL.....R$ 135.000,00**

**Art. 2º -** A cobertura do crédito adicional suplementar que trata o artigo anterior, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇAO GERAL

0009 - APOIO ADMINISTRATIVO RPPS

0150 – RECURSOS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

**2008** – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS COM A PREV-CONQUISTA**

**3.3.93.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 135.000,00**

**TOTAL.....R$ 135.000,00**

**Art. 3º -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em Conquista D' Oeste - MT, 18 de Janeiro de 2018.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 245/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **088/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 240/2017**

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Exonerar **JOSÉ CARLOS MAGALHÃES,** do cargo de **COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO**, a partir de 01 de dezembro de 2017.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 30 de novembro de 2017.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeita

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 242/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **SIRLEY ROSA ORLANDO**, portadora da cédula de identidade RG nº.1515915-9, expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 004.269.211-35, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **085/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 248/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o servidor RENATO DE SOUZA, portador da cédula de identidade sob o nº 1623101-5, expedida pela SSP/MT e do CPF: 023.094. 771-92, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **091/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 249/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o servidor **ADILSON EVANGELISTA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 649932 SSP/MT e do CPF nº 458. 598.921-87, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – VISA , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **092/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeito municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 003/2018**

"Adota índice para correção do IPTU/2018"

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica adotado o índice de **2,07 %** (dois inteiros e zero sete milésimos por cento) correspondente ao INPC apurado no exercício anterior, para efeito de correção dos lançamentos do IPTU, relativos ao exercício de 2018.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, em 12 de janeiro de 2018.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 241/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **SIRLEY ROSA ORLANDO**, portadora da cédula de identidade RG nº.1515915-9, expedida pela SSP/MT e do CPF nº. 004.269.211-35, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **084/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for

necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 002/2018**

"Atualiza o valor da a Unidade Padrão Fiscal do Município - UPF e dá outras providencias"

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica determinado a atualização da UPF (Unidade Padrão Fiscal) de acordo com o Artigo 2º da Lei 102/2002 de 10/12/2002, em **2,07 %,** (dois inteiros e zero virgula sete milésimo por cento) correspondente ao INPC apurado no exercício anterior.

**Art. 2º -** O valor da UPF (Unidade Padrão Fiscal) para o exercício de 2018 é de **R$ 3,3815.**

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro.

Gabinete da Prefeita, em 12 de janeiro de 2018.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 001/2018**

"Estabelece calendário de

eventos para o ano de 2018."

**Maria Lucia de Oliveira Porto,** Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA,**

**Art. 1º** - Fica estabelecido, para o exercício de 2018, o calendário de eventos, instituído pela Lei 301, de 21 de maio de 2009, conforme relação constante do anexo I do presente decreto.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Conquista D' Oeste MT, em 08 de Janeiro de 2018.

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeita

| **ANEXO – I** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CALENDÁRIO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE** | | | | |
| **PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO – 2018** | | | | |
| **EVENTO** | | **PERÍODO** MÊS | | **LOCAL DO EVENTO** |
| **01** | Carnaval | 10/02/2018 | 12/02/2018 | Praça Municipal |
| **02** | Dia Internacional da Mulher | 08/03/2018 | 08/03/2018 | Quadra de Eventos |
| **03** | 15ª Trilha das Águas | 02/03/2018 | 03/03/2018 | Balneário Galera |
| **04** | Abertura do Estadual de do MotoCross | 17/03/2018 | 18/03/2018 | Sede do Município |
| **05** | Festival Municipal de Musica Gospel | 12/05/2018 | 12/05/2018 | Quadra de Eventos – CORAL UFMT |
| **06** | Comemoração do Dia das Mães | 13/05/2018 | 13/05/2018 | Sede do Município |
| **07** | Festa Junina Escolas do Município | 01/06/2018 | 02/06/2018 | Praça Municipal |
| **08** | Festa Comemorativa "São Pedro" | 23/06/2018 | 24/06/2018 | Comunidade S. Pedro Gleba Sararé |
| **09** | Cavalgada Legal "Queima do Alho" | 01/07/2018 | 01/07/2018 | Parque de Exposições |
| **10** | 17º Rodeio de Conquista D'Oeste | 06/07/2018 | 08/07/2018 | Parque de Exposições |
| **11** | 24º Torneio de Futebol Santa Clara | 05/08/2018 | 05/08/2018 | Sede da Comunidade. |
| **13** | Evento Vôo Livre - 6º XC – MT | 15/08/2018 | 18/08/2018 | Rampa Paraíso e Araras |
| **14** | Semana da Pátria | 01/09/2018 | 07/09/2018 | Sede do Município. |
| **15** | 2ª Festa do Costelão | 02/09/2018 | 02/09/2018 | Parque de Exposições |
| **16** | Festa do Padroeiro - São F. de Assis | 04/10/2018 | 07/10/2018 | Cidade - Igreja São Francisco de Assis |
| **17** | Comemoração Dia das Crianças | 12/10/2018 | 12/10/2018 | Sede do Município/Cidade |
| **18** | Dia do Funcionário Público | 28/10/2018 | 28/10/2018 | Sede do Município |
| **19** | Aniversário de Conquista D'Oeste | 28/12/2018 | 31/12/2018 | Sede do Município |
| **20** | Campeonatos: **Campo**: máster, aberto, torneio e feminino. | | | |
| | **Futsal**: máster, aberto, copa comércio, mirim, juvenil, copa relâmpago e Torneios M/F | | | |
| | **Societe**: São José, Santa Clara e Sapé | | | |
| | **Areia**: Campeonato masculino e feminino e torneio, Gincanas Esportivas, corrida de atletismo | | | |

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 250/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o servidor **FELIPE PEREIRA MUNHOZ**, portador da cédula de identidade RG nº 1755868-9, expedida pela SSP/MT e do CPF 009.353.641-02, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Publicos, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **093/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 251/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **KARLLA DE FREITAS MIRANDA**, portador da cédula de identidade sob o nº 2176667-3, expedida pela SSP/MT e do CPF: 042.513.511-00, lotado na Secretaria Municipal de administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **094/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA 003/2018**

"Dispõe sobre a exoneração de servidor em cargo comissionado que especifica**".**

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.**

**Art. 1º** Exonerar **EVERTON ROCHA DA SILVA,** para cargo de **Diretor de Divisão de Meio Ambiente,** na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, a partir de **22 de janeiro de 2018.**

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 22 de janeiro de 2018.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 252/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **095/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 247/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

**Considerando**os princípios que regem a Administração Pública;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o servidor **RAQUEL RODRIGUES BATISTA**, portadora da cédula de identidade RG nº 1.242.213-4, expedida pela SSP/MT e do CPF 966.456.871-68, lotado na Secretária de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **090/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 2º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 246/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **089/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 244/2017**

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

**MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO**, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**Considerando** o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

**Considerando** as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

**Considerando** os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786. 720.151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **087/2017**.

**Art. 2º** - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 3º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de dezembro de 2017.

**Maria Lucia de Oliveira Porto**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 001/2018 PROCESSO 004/2018**

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a alteração da LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"'"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR COM ÔNIBUS TOCO, FREIO A AR, NAS LINHAS DE NOVA UNIÃO, LINHAS NOVA ESPERANÇA E LINHAS DA ESCOLA ESTADUAL SIDNEY CEZAR, (APROXIMADAMENTE 30 ALUNOS)" ",** cujas **a alteração dar- se- a devido a mudança da ordem numérica do orçamento, fazendo assim que, as dotações sofram alterações quanto ao seu número**, as demais especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **02 (DOIS) de Fevereiro de 2018, às 08h00min (oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 26 de Janeiro de 2018.

**ANA VERA DREIER**

**Pregoeira da Comissão Especial de Licitação**

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 GABARITO OFICIAL**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS IMEDIATAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍCPIO DE COTRIGUAÇÚ**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 363/2017, de 01 de Dezembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 21 de janeiro de 2018, conforme previsto no cronograma do Edital do Processo Seletivo Simplificado,

**Considerando**, a apresentação do Gabarito Prévio em data de 22 de janeiro de 2018, através do Edital Complementar nº 003, para apreciação dos candidatos e eventual interposição de recurso administrativo contra questões aplicadas na prova objetiva,

**Considerando** que, todos os recursos foram acolhidos e avaliados pela Banca Examinadora,

**Considerando**, a previsão da publicação dos gabaritos oficiais nesta data conforme disposto no cronograma do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado,

**Resolve**, apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, os Gabaritos Oficiais por Nível de Escolaridade e cargos para facilitar discernimento dos candidatos.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O gabarito oficial está disponibilizado por Nível de Escolaridade e cargos em ordem alfabética.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** Editais Complementares serão publicados no site: www.cotriguacu.mt.gov.br

Cotriguaçu MT, 26 de janeiro de 2018.

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

Processo Seletivo Simplificado 003/2017

**ANEXO I - GABARITOS OFICIAIS - NÍVEIS DE ESCOLARIDADES:**

| **Prefeitura Municipal de Cotriguaçu** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **GABARITO OFICIAL - NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Cargo** | **AGENTE DE VIGILÂNCIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | B | C | B | A | D | C | C | A | B |
| **Cargo** | **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | A | B | C | B | C | D | C | B | B | C |
| **Cargo** | **LIMPEZA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | A | A | D | B | D | D | A | A | A | B |
| **Cargo** | **LIMPEZA/COZINHA/LAVANDERIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | A | A | D | B | D | C | A | D | C | A |
| **Cargo** | **MOTORISTA GRANDE PORTE** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | C | B | D | C | D | D | A | A | B |
| **Cargo** | **MOTORISTA VEÍCULO LEVE** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | A | B | C | D | D | D | A | A | B |
| **Cargo** | **OFFICE BOY** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | C | D | A | D | A | D | C | B | D | B |
| **Cargo** | **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - MOTONIVELADORA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | C | C | D | C | D | A | C | A | B |
| **Cargo** | **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - TRATORISTA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | C | C | D | C | B | A | C | A | B |
| **Prefeitura Municipal de Cotriguaçu** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **GABARITO OFICIAL - NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Cargo** | **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | A | B | D | D | D | A | B | D | C | C |
| **Cargo** | **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | B | D | B | C | C | A | C | A | C | C |
| **Cargo** | **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | A | B | C | D | D | A | B | A | C |
| **Cargo** | **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA/SAMU** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | A | B | C | D | D | A | B | A | C |
| **Cargo** | **MOTORISTA DE ÔNIBUS** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | C | B | D | C | D | A | D | C | A |
| **Cargo** | **NUTRIÇÃO/ZELADORA - ESPAÇO RURAL** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | B | C | A | D | C | B | A | **A** | C | A |
| **Cargo** | **NUTRIÇÃO/ZELADORA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | B | C | A | D | C | B | A | **A** | C | A |

| Cargo | VIGIA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | B | C | C | B | A | D | A | A | C |
| **OBS.** Resultado com coloração azul (GABARITO CORRIGIDO COM RECURSO) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Prefeitura Municipal de Cotriguaçu | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017 | | | | | | | | | | | | | | | |
| GABARITO OFICIAL - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cargo | AGENTE ADMINSITRATIVO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | D | D | A | B | D | C | D | C | A | B | D | C | A | C |
| Cargo | AUXILIAR DE CLASSE | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | C | A | B | A | C | A | D | C | A | C | D | A | B | C |
| Cargo | AUXILIAR EM ENFERMAGEM | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | C | B | D | C | B | A | C | A | D | C | A | C |
| Cargo | FISCAL DE TRIBUTOS | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | D | A | C | A | D | A | B | A | D | C | A | B | A | C |
| Cargo | PROFESSOR MAGISTÉRIO - ESPAÇO RURAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | PROFESSOR MAGISTÉRIO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ESPAÇO RURAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | D | B | B | B | D | C | A | D | D | D | D | D | A | C |
| Cargo | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | C | A | A | B | D | D | A | D | B | C | A | C |
| Cargo | TÉCNICO EM RADIOLOGIA | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | B | A | A | D | C | B | A | B | C | B | A | C |
| **OBS.** Resultado com coloração azul (GABARITO CORRIGIDO COM RECURSO) | | | | | | | | | | | | | | | |

| Prefeitura Municipal de Cotriguaçu | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017 | | | | | | | | | | | | | | | |
| GABARITO OFICIAL - NÍVEL SUPERIOR | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cargo | ASSISTENTE SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |

| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Resposta | D | D | A | B | D | A | C | A | C | B | D | A | B | B | C |
| Cargo | BIOQUÍMICO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | B | D | C | A | D | C | D | A | C | D | C | A | D | C |
| Cargo | ENFERMEIRO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | B | D | C | C | A | C | B | D | C | C | C | B | A | B |
| Cargo | ENGENHEIRO CIVIL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | D | B | D | C | A | D | C | A | B | D | C | C | D | A |
| Cargo | MÉDICO VETERINÁRIO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | B | D | C | A | D | D | D | A | B | B | A | A | D | B |
| Cargo | ODONTÓLOGO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | B | D | C | A | D | C | B | C | C | C | A | B | B | C |
| Cargo | PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - NORMAL SUPERIOR | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| Cargo | PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| Cargo | PROFESSOR LICENCIADO - OUTRAS LICENCIATURAS | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| Cargo | PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | D | A | B | A | B |
| Cargo | PROFESSOR MATEMÁTICA | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | D | B | C | D | B |
| Cargo | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| Cargo | PSICÓLOGO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | C | B | B | D | D | A | C | B | A | C | C | D | C | D |

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

Processo Seletivo Simplificado 003/2017

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**TERMO DE POSSE 017/2018**

No 26º (Vigésimo Sexto) dia do mês de Janeiro do ano de 2.018, foi empossado(a) no cargo de Agente Comunitário de Saúde, a Sra. ELISABETE DE SOUZA, portadora do CPF n.º 930.361.830-00, aprovado no Processo Seletivo Público 001/2017.

Na oportunidade assinou declaração de bens e valores e declaração de não acumulação de cargo público.

O(a) servidor(a) ficou ciente das responsabilidades e atribuições do seu cargo. Desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

A jornada de trabalho será de 40 (Quarenta) horas semanais.

Eu, Jair Klasner, Prefeito do Município de Cotriguaçu, dou-lhe posse.

Cotriguaçu - MT, em 26 de Janeiro de 2018.

Jair Klasner

Prefeito de Cotriguaçu

Estou ciente do teor do Termo de Posse descrito acima.

Elisabete de Souza

Funcionário (a)

**EXTRATO DO CONTRATO 03-2018**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT EA EMPRESA NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA CNPJ: 07.797.967/0001-95 OBJETO: "COTRATAÇÃO DE LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE PARA ACESSO A FERRAMENTAS DE BANCO DE PREÇOS A FIM DE OBTER BALIZAMENTO DE PREÇOS ". O regime de execução do presente contrato é global, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, especificamente o setor de compras. O valor da contratação é de R$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais), incluindo todas as despesas operacionais, fiscais, trabalhistas e encargos sociais. A vigência do presente contrato é 12 (dose) meses, a partir 26 de Janeiro de 2018.**

**AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 002/2018 PROCESSO 005/2018**

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESERTOS NO PROCESSO 111/2017",** cujas **a alteração dar- se- a devido a mudança da ordem numérica do orçamento, fazendo assim que, as dotações sofram alterações quanto ao seu número** especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **06 (SEIS) de Fevereiro de 2018, às 08h00min (oito horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 26 de Janeiro de 2018. **ANA VERA DREIER Pregoeira da Comissão Especial de Licitação**

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**RECURSOS APRESENTADO POR CANDIDATOS CONCORRENTES AO PSS 003.**

**CANDIDATOS CONCORRENTES AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

**Cargo NUTRIÇÃO/ZELADORA e NUTRIÇÃO/ZELADORA (ESPAÇO RURAL):**

**Questão Conhecimentos Específicos Nº 18:** Em recurso apresentado a candidata relata que a alternativa do Gabarito Prévio encontra-se equivocada.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O recurso não apresentou fundamentação teórica, porém há fundamental lógica e deve prosperar, prevalecendo-se assim, o critério da razoabilidade.

**DECISÃO DA BANCA: Questão nº 18 altera o Gabarito Oficial para alternativa "A".**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Cargo Todos os Cargos**

**Questão Conhecimentos Gerais Nº 7:** Em recurso o candidato alega que há erro de grafia no nome do Município. Ao invés de estra escrito Cotriguaçu está escrito Co**n**triguaçu.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O fato de estar com erro de grafia o nome do município, isso não induziu o candidato ao erro, tampouco altera o resultado do gabarito apresentado.

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**CANDIDATOS CONCORRENTES AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO**

**Questão nº 01 – Língua Portuguesa:** Em recurso apresentado com a finalidade de contestar a validade da questão, a candidata alega que a questão apresenta erros e pede correção do gabarito prévio.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O recurso deve prosperar. O texto descrito na questão realmente é dissertativo e o Gabarito Prévio por equívoco demonstra como correta a alternativa "**C**".

**DECISÃO DA BANCA: Questão nº 01 disciplina de Língua Portuguesa altera o Gabarito Oficial para alternativa "D", para todos os candidatos do Nível Médio e Técnico.**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**CANDIDATOS CONCORRENTES AOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

**Cargo: Todos os cargos - NÍVEL SUPERIOR:**

**Questão Língua Portuguesa Nº 01:** Trata-se de recurso cuja finalidade é contestar a validade da questão, alegando que esta apresenta erros. Alega a recorrente que a alternativa oficialmente correta, segundo o gabarito, não se adequa à realidade, pois, supostamente, não apresenta o conceito correto de *texto descritivo.*

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** Segundo Renato Aquino em *"Português para Concursos"*, 28ª Edição, revista e atualizada, Editora Impetus, Niterói:2012, p. 255-261, sobre tipologia textual, "**descrição** é um tipo de redação centrada no objeto, onde a finalidade é mostrar detalhes, como se estivesse sendo tirada uma fotografia de alguma coisa ou alguém.".

Afirma o mesmo autor, sobre o texto **dissertativo**: "É a redação centrada na ideia. O texto é dissertativo quando o autor apresenta e defende opiniões sobre o tema abordado. Uma dissertação completa deve apresentar três partes distintas: introdução, desenvolvimento e conclusão.".

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA,** em razão da improcedência do recurso, e da inconsistência do alegado.

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Questão Língua Portuguesa Nº 02:** Em recurso apresentado a candidata faz menção de fatos que não se trata da questão especificada.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O recurso não deve prosperar por não fazer nexo de causalidade.

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA.**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Cargo: Todos os cargos - NÍVEL SUPERIOR:**

**Questão Conhecimentos Gerais Nº 08:** Em recurso apresentado por alguns candidatos faz menção de fatos que não condiz com o enunciado da questão, ou seja, recursos sem embasamento.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O recurso não deve prosperar por falta de argumentação capaz de promover qualquer alteração na questão. Todavia, em 1995, o então Governador do Distrito Federal Sr. Cristovam Buarque, Decretou através do ato nº 16.270. O programa "Bolsa Familiar para a Educação". O programa foi divulgado e ficou conhecido como "Bolsa-Escola".

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA.**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Cargo: ENFERMEIRO:**

**Questão Específica Nº 19:** Em recurso apresentado a candidata alega que faltou nessa alternativa a inserção da letra "**D**" para assinalar como opção de resposta.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O recurso não deve prosperar, pois, no caderno de provas a alternativa está totalmente perceptível que mesmo sem o destaque da letra "**D**" da alternativa há condições de observar que trata-se da mesma, também por iniciar um novo parágrafo e estar recuada ao alinhamento das questões.

Outrossim, a resposta correta no gabarito é letra "**C**", por esse motivo não há possibilidade de comprometer a questão e nem induzir o candidato ao erro.

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA.**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Cargo: ENGENHEIRO CIVIL:**

**Questão Específica Nº 25:** Em recurso apresentado o candidato apresenta cálculos matemáticos exatos, e pede a alteração da alternativa pela proximidade do resultado.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** O recurso não deve prosperar, pois, na questão o resultado esperado não é pedido por proximidade ou por aproximação ou aproximadamente.

Outrossim, a resposta correta no gabarito é letra "**C**", por esse motivo não há possibilidade de comprometer a questão e nem induzir o candidato ao erro.

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA.**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Cargo: ODONTOLOGO:**

**Questão Específica Nº 23:** Em recurso apresentado a candidata apela pela anulação da questão, e juntou ao recurso 13 folhas de Fundamentação Teórica sobre doenças periodontais.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** Aparentemente a dúvida da candidata se deve à interpretação do enunciado da questão. Realmente a falta de higiene é o fator desencadeante dos problemas periodontais. Mas, o questionamento da questão é em relação ao fator associado às perdas dentárias em pacientes que já apresentem a doença periodontal. Ou seja, qual o fator que pode ser modificador e/ou potencializador da doença levando à perda dentária. Neste caso, a literatura nos mostra que o Tabagismo é um destes fatores. A diabetes seria outro exemplo.

Juntamos em anexo Bibliografia da Defesa.

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA.**

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**Questão Específica Nº 26:** Em recurso apresentado a candidata apela pela anulação da questão, e juntou ao recurso 8 folhas de Fundamentação Teórica sobre: deficiência nutricional, alergia a alimentos, doenças autoimunes, hiperacidez bucal, história familiar pregressa da doença e estresse emocional e fisiológico.

**ARGUMENTAÇÃO DA BANCA:** A literatura apresentada pelo solicitante está correta e cita diversas causas reais das aftas. Porém, de acordo com a literatura não existe nenhuma evidência da associação entre Macrotraumas, tabagismo e bruxismo com aftas. O uso de aparelho ortodôntico e micro traumas está associado as aftas. Com isso, a única alternativa da questão que apresenta todas as alternativas com causas que realmente estão associadas às aftas é a letra C.

**DECISÃO DA BANCA: Questão permanece INALTERADA.**

Atenciosamente

Alta Floresta MT, 26 de janeiro de 2018.

S.O.S. ASSESSORIA CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA LTDA ME

Sidney Oribes da Silva

CRA MT 2076

**Original assinado**

---

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - Nº 01/2018 PROCESSO 009/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a abertura de LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO nº 001-2018, forma de julgamento**: Menor preço,** com a finalidade de selecionar propostas para: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, SERVIÇO ESPECIALIZADO DE GESTÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA, BEM COMO ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS PARA APRESENTAÇÃO DE PLEITOS QUE OBJETIVEM A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AO MUNICIPIO. ",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 15 **(quinze) de Fevereiro de 2018, às 08h30min (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas pelo fone – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 26 de Janeiro de 2018.

Leocádia Gomes Padilha

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 GABARITO OFICIAL**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS IMEDIATAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍCPIO DE COTRIGUAÇÚ**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 363/2017, de 01 de Dezembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 21 de janeiro de 2018, conforme previsto no cronograma do Edital do Processo Seletivo Simplificado,

**Considerando**, a apresentação do Gabarito Prévio em data de 22 de janeiro de 2018, através do Edital Complementar nº 003, para apreciação dos candidatos e eventual interposição de recurso administrativo contra questões aplicadas na prova objetiva,

**Considerando** que, todos os recursos foram acolhidos e avaliados pela Banca Examinadora,

**Considerando**, a previsão da publicação dos gabaritos oficiais nesta data conforme disposto no cronograma do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado,

**Resolve**, apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, os Gabaritos Oficiais por Nível de Escolaridade e cargos para facilitar discernimento dos candidatos.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O gabarito oficial está disponibilizado por Nível de Escolaridade e cargos em ordem alfabética.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** Editais Complementares serão publicados no site: www.cotriguacu.mt.gov.br

Cotriguaçu MT, 26 de janeiro de 2018.

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

Processo Seletivo Simplificado 003/2017

**ANEXO I - GABARITOS OFICIAIS - NÍVEIS DE ESCOLARIDADES:**

| **Prefeitura Municipal de Cotriguaçu** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **GABARITO OFICIAL - NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Cargo** | **AGENTE DE VIGILÂNCIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | B | C | B | A | D | C | C | A | B |
| **Cargo** | **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | A | B | C | B | C | D | C | B | B | C |
| **Cargo** | **LIMPEZA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | A | A | D | B | D | D | A | A | A | B |
| **Cargo** | **LIMPEZA/COZINHA/LAVANDERIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | A | A | D | B | D | C | A | D | C | A |
| **Cargo** | **MOTORISTA GRANDE PORTE** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | C | B | D | C | D | D | A | A | B |
| **Cargo** | **MOTORISTA VEÍCULO LEVE** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | A | B | C | D | D | D | A | A | B |
| **Cargo** | **OFFICE BOY** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | C | D | A | D | A | D | C | B | D | B |
| **Cargo** | **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - MOTONIVELADORA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | C | C | D | C | D | A | C | A | B |
| **Cargo** | **OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - TRATORISTA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | A | C | B | C | B | A | C | C | D | D | C | C | D | C | B | A | C | A | B |
| **Prefeitura Municipal de Cotriguaçu** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **GABARITO OFICIAL - NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Cargo** | **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | A | B | D | D | D | A | B | D | C | C |

| Cargo | AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | B | D | B | C | C | A | C | A | C | C |
| Cargo | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | A | B | C | D | D | A | B | A | C |
| Cargo | MOTORISTA DE AMBULÂNCIA/SAMU | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | A | B | C | D | D | A | B | A | C |
| Cargo | MOTORISTA DE ÔNIBUS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | C | B | D | C | D | A | D | C | A |
| Cargo | NUTRIÇÃO/ZELADORA - ESPAÇO RURAL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | B | C | A | D | C | B | A | **A** | C | A |
| Cargo | NUTRIÇÃO/ZELADORA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | B | C | A | D | C | B | A | **A** | C | A |
| Cargo | VIGIA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | A | B | D | B | C | D | B | C | D | B | D | B | C | C | B | A | D | A | A | C |
| **OBS.** Resultado com coloração azul (GABARITO CORRIGIDO COM RECURSO) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Prefeitura Municipal de Cotriguaçu | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017 | | | | | | | | | | | | | | | |
| GABARITO OFICIAL - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cargo | AGENTE ADMINSITRATIVO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | D | D | A | B | D | C | D | C | A | B | D | C | A | C |
| Cargo | AUXILIAR DE CLASSE | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | C | A | B | A | C | A | D | C | A | C | D | A | B | C |
| Cargo | AUXILIAR EM ENFERMAGEM | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | C | B | D | C | B | A | C | A | D | C | A | C |
| Cargo | FISCAL DE TRIBUTOS | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | D | A | C | A | D | A | B | A | D | C | A | B | A | C |
| Cargo | PROFESSOR MAGISTÉRIO - ESPAÇO RURAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | PROFESSOR MAGISTÉRIO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO - ESPAÇO RURAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | A | B | C | A | A | C | A | A | D | D | B | A | A | B |
| Cargo | TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resposta** | C | D | B | B | B | D | C | A | D | D | D | D | D | A | C |
| **Cargo** | **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | C | B | A | C | A | A | B | D | D | A | D | B | C | A | C |
| **Cargo** | **TÉCNICO EM RADIOLOGIA** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | D | B | B | C | B | D | A | C | A | C | D | C | D | D |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | C | B | A | B | A | A | D | C | B | A | B | C | B | A | C |
| **OBS.** Resultado com coloração azul (GABARITO CORRIGIDO COM RECURSO) | | | | | | | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Prefeitura Municipal de Cotriguaçu** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Processo Seletivo Simplificado Edital 003/2017** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **GABARITO OFICIAL - NÍVEL SUPERIOR** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Cargo** | **ASSISTENTE SOCIAL** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | D | D | A | B | D | A | C | A | C | B | D | A | B | B | C |
| **Cargo** | **BIOQUÍMICO** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | D | B | D | C | A | D | C | D | A | C | D | C | A | D | C |
| **Cargo** | **ENFERMEIRO** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | D | B | D | C | C | A | C | B | D | C | C | C | B | A | B |
| **Cargo** | **ENGENHEIRO CIVIL** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | A | D | B | D | C | A | D | C | A | B | D | C | C | D | A |
| **Cargo** | **MÉDICO VETERINÁRIO** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | D | B | D | C | A | D | D | D | A | B | B | A | A | D | B |
| **Cargo** | **ODONTÓLOGO** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | D | B | D | C | A | D | C | B | C | C | C | A | B | B | C |
| **Cargo** | **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA - NORMAL SUPERIOR** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| **Cargo** | **PROFESSOR LICENCIADO EM PEDAGOGIA** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| **Cargo** | **PROFESSOR LICENCIADO - OUTRAS LICENCIATURAS** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |
| **Cargo** | **PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | D | A | B | A | B |
| **Cargo** | **PROFESSOR MATEMÁTICA** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | D | B | C | D | B |

| Cargo | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | D | D | D | A | A | C | D | B | C | C | A | D |

| Cargo | PSICÓLOGO | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | A | B | D | D | B | C | D | B | A | B | A | B | C | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | C | B | B | D | D | A | C | B | A | C | C | D | C | D |

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento

Processo Seletivo Simplificado 003/2017

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

### LICITAÇÕES E CONTRATOS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2018

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 003/2018

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: C.P. DA SILVA SERVIÇOS DE GRÁFICA - ME

**CNPJ: 12.299.606/0001-59**

**OBJETO**: Contratação de Empresa para prestação de Serviços Gráficos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**VALOR:** R$ 47.959,60 (Quarenta e Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta Centavos).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 27/07/2018.

**DATA DE ASSINATURA**: 10/01/2018.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. CLAUDEMIR PEREIRA DA SILVA, PROPRIETÁRIO.

### LICITAÇÕES E CONTRATOS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2018

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 005/2018

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

**CNPJ: 08.979.143/0001-07**

**OBJETO**: Rateio dos custos com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental E Turístico Do Complexo Nascentes Do Pantanal.

**VALOR:** R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 31/12/2018.

**DATA DE ASSINATURA**: 12/01/2018.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. WEMERSON ADÃO PRATA, Presidente do CIDESAT.

### GABINETE
### DECRETO MUNICIPAL Nº 006 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

***"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Curvelândia-MT, e dá outras providências."***

**SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

**CONSIDERANDO** o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria Ministerial MF n.° 15, de 16 de janeiro de 2018,

***DECRETA:***

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Curvelândia-MT, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2018, em **2,07%** (dois inteiros e sete centésimos por cento).

**§ 1º.** Para os benefícios concedidos pelo CURVELÂNDIA-PREV a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos cinquenta e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo CURVELÂNDIA-PREV anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.º 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.º 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 26 de Janeiro de 2018.

**SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2018**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| Até Janeiro de 2017 | **2,07** |
| em fevereiro de 2017 | **1,64** |
| em março de 2017 | **1,40** |
| em abril de 2017 | **1,07** |
| em maio de 2017 | **0,99** |
| em junho de 2017 | **0,63** |
| em julho de 2017 | **0,93** |
| em agosto de 2017 | **0,76** |
| em setembro de 2017 | **0,79** |
| em outubro de 2017 | **0,81** |
| em novembro de 2017 | **0,44** |
| em dezembro de 2017 | **0,26** |

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 001/2018

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT

**CNPJ: 01.870.663/0001-20**

**OBJETO**: Rateio dos custos com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso - Cisomt.

**VALOR:** R$ 60.588,00 (Sessenta Mil, Quinhentos e Oitenta e Oito Reais).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 31/12/2018.

**DATA DE ASSINATURA**: 10/01/2018.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Presidente do CISOMT.

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2018**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 002/2018

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: S. J. ART'S GRAFICA LTDA - ME

**CNPJ: 37.485.869/0001-83**

**OBJETO**: Contratação de Empresa para prestação de Serviços Gráficos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**VALOR:** R$ 38.707,45 (Trinta e Oito Mil, Setecentos e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 27/07/2018.

**DATA DE ASSINATURA**: 10/01/2018.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. GILBERTO PEREIRA DA SILVA, Procurador.

**GABINETE**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 005 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

***"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências."***

**SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018.

***DECRETA:***

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Curvelândia será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo CURVELÂNDIA-PREV.

**Art. 3°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I -** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

**II -** R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 4º.** O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Art. 5°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 26 de Janeiro de 2018.

**SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**ESPÉCIE**: Contrato Administrativo Nº 004/2018

**CONTRATANTE**: Município de Curvelândia - MT

**CONTRATADO**: RODOAR FREIOS LTDA - EPP

**CNPJ: 03.633.695/0001-37**

**OBJETO**: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços de Rodoar para manutenção dos veículos da Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

**VALOR:** R$ 56.000,00 (Cinquenta e Seis Mil Reais).

**VIGÊNCIA**: Este contrato terá vigência até 15/08/2018.

**DATA DE ASSINATURA**: 12/01/2018.

**ASSINAM**: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. PAULO DA SILVA MOREIRA, SÓCIO PROPRIETÁRIO.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**LICITAÇÃO**
**NOTIFICAÇÃO DESCUMPRIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2017**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Capistrano, brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Diamantino, nº 570, Centro, neste Município, resolve:

Considerando a Ata de Registro de Preços nº 050/2017, firmado entre este Poder executivo Municipal e a Empresa **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP;**

Considerando que o objeto do instrumento acima referido é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (ESF'S), PRONTO ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ATRAVES DAS FARMACIAS BASICAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Considerando que na clausula quinta estabelece que o prazo de entrega será de 03 (Três) dias úteis contados a partir da expedição da ordem de fornecimento/empenho;

Considerando que a entrega dos produtos solicitados através da NAD nº 771.8.1/2018 de (22/01/2018) e a NAD nº 771.10.1/2018 de (22/01/2018), ambas encaminhadas a empresa supracitada para o fornecimento dos produtos, no entanto, não foram entregues pela NOTIFICADA até a presente data o quantitativo total dos pedidos encaminhados, e sim apenas uma parte de cada pedido feito;

Considerando que a entrega dos produtos deveria ter sido feita em quantitativos totais das ordens de fornecimento encaminhadas e não de forma fracionada, prejudicando desta forma o bom andamento dos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Considerando que a empresa em nenhum momento informou a Secretaria que entregaria os produtos de forma fracionada;

Considerando que a Ata de Registro de Preços impõe diversas obrigações formais à empresa contratada e ora NOTIFICADA, dentre as quais já destacamos;

Diante disto, fica por meio da presente **NOTIFICADA** a empresa **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ nº 08.835.955/0001-70, para que no prazo de 02 (dois) dias úteis entregue os produtos restantes das ordens de fornecimento que não foram entregues, e que ocorrendo novamente tal situação em novas solicitações dos produtos/equipamentos, poderá o Município de Diamantino, **CANCELAR O REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR** sem prejuízo das demais sanções, diante dos fatos apontados na presente **NOTIFICAÇÃO.**

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA.

Diamantino - MT, 26 de Janeiro de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA, ENSILADEIRA HIDRÁULICA E DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO, PARA ATENDER OS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **APROCAMPO MAQ. AG. REP. COMERCIAIS LTDA - EPP**

CNPJ nº: 03.362.799/0001-54.

Valor total da ata: **R$ 78.363,33** (Setenta e oito mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 29 de Janeiro de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA, ENSILADEIRA HIDRÁULICA E DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO, PARA ATENDER OS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

**APROCAMPO MAQ. AG. REP. COMERCIAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº: 03.362.799/0001-54, que sagrou-se vencedora em todos os itens do certame com o valor total de R$ 78.363,33** (Setenta e oito mil trezentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

Diamantino – MT, 26 de Janeiro de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

**SOLUÇÃO LOCADORA DE TOALETES LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº: 17.505.616/0001-17, que sagrou-se vencedora nos itens** nº 24523 e 23517 **do certame com o valor total de R$ 66.800,00** (Sessenta e seis mil e oitocentos reais).

**MIX SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº: 23.379.280/0001-96, que sagrou-se vencedora nos itens** nº **35081, 35080,**

**35079, 35078, 35077 e 35076do certame com o valor total de R$ 304. 840,00 (Trezentos e quatro mil e oitocentos e quarenta reais).**

Diamantino – MT, 26 de Janeiro de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **SOLUÇÃO LOCADORA DE TOALETES LTDA - ME**

CNPJ nº: 17.505.616/0001-17.

Valor total da ata: **R$ 66.800,00** (Sessenta e seis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 29 de Janeiro de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **MIX SERVIÇOS DE LOCAÇÃO EIRELI - ME**

CNPJ nº: 23.379.280/0001-96.

Valor total da ata: **R$ 304.840,00** (Trezentos e quatro mil e oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 29 de Janeiro de 2018.

**EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO**
**ATA DE ANALISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO PREGÃO Nº 001/2018**

Aos 25 dias do mês de Janeiro de dois mil e dezoito, às 10:00 (Dez) horas estiveram reunidos na sala de Licitações na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO – MT, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n°. 13/2018 de 12 de Janeiro de 2018, para analisarem os documentos de habilitação referente ao Pregão 001/2018, que trata do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, PODAS DE ARVORES, DEDETIZAÇÃO E DESENRATIZAÇÃO PARA O MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** no dia supracitado a empresa ADMILSON PEREIRA DE ALMEIDA-ME, apresentou a Certidão Negativa da Procuradoria do Geral do Estado que estava pendente regularizada tornando-a habilitada ao certame. Nada mais a declarar o Pregoeiro determinou que lavrasse a presente ata para que fosse assinada e encaminhada a autoridade competente para sua devida apreciação.

| | |
|---|---|
| **NICHOLAS C. MACHADO**<br>Pregoeiro | **SANDRA B. WAGNER**<br>Equipe apoio |

**GILLIANO RODRIGO JONATHAN SANTOS VASCONCELOS**

Equipe apoio

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 005/2018 DE 03 DE JANEIRO DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES A SERVIDORA GLEICIMARA RODRIGUES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSAIR JEREMIAS LOPES,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições e com base no Inciso VI, Artigo 107 da Lei Orgânica do Município,

**R E S O L V E**

ART. 1º - Designar a servidora **GLEICIMARA RODRIGUES DE SOUZA,** para responder como Gestora de Contratos desta Prefeitura.

ART. 2º - A servidora terá a função de gerenciar todos os contratos referente a todas as secretarias da Prefeitura Municipal de Dom Aquino.

ART. 3º - O prazo de validade desta Portaria será até 31/12/2018.

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de Janeiro de 2018.

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

**ALDIRENE SANTANA MONTE STEVANATO**

**Chefe de Gabinete**

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 004/2018 EM 03 DE JANEIRO DE 2018.**

**ESTABELECE CALENDÁRIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.**

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 101/00 de 04/05/2000, visando proporcionar total transparência às ações governamentais.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Estabelecer o calendário de audiências públicas para o exercício de 2018.

**Artigo 2º** - As audiências públicas serão realizadas nos dias, locais e horários relacionados a seguir:

**Dia 28/02/2018 (quarta-feira)**

**Horário:** 19 horas

**Local:** Câmara Municipal

**Assunto:** Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais referente ao 3º Quadrimestre e Prestação de contas do 6º Bimestre de 2017.

**DIA 25/04/2018(quarta-feira)**

**Horário:** 19 horas

**Local:** Centro de Convivência da Melhor Idade

**Assunto:** Discussão para Elaboração da LDO/2019 e Prestação de contas do 1º Bimestre de 2018.

**DIA 30/05/2018(quarta-feira)**

**Horário:** 19 horas

**Local:** Câmara Municipal

Assunto: Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre/2018 e Prestação de Contas do 2º Bimestre de 2018.

**DIA 30/07/2018(segunda-feira)**

**Horário**: 19 horas

**Local:** Centro de Convivência da Melhor Idade

**Assunto**: Discussão para elaboração da LOA/2019

Prestação de Contas do 3º Bimestre/2018

**DIA 27/09/2018(quinta-feira)**

**Horário:** 19 horas

**Local:** Câmara Municipal

**Assunto:** Avaliação das Metas Fiscais referente ao 2º Quadrimestre/2018 e Prestação de contas do 4º Bimestre/2018.

**Artigo 3º** - Fica designado a Senhora Daiane Pereira Dutra Miranda para a divulgação, convite e demais atos necessários à realização desses eventos, devendo os mesmos serem documentados.

**Artigo 4º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 5º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, em 03 de Janeiro de 2018.

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

**ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO**

**Chefe de Gabinete**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA N.º 002/2018 DE 03 DE JANEIRO DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE APOIO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSAIR JEREMIAS LOPES,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base na Lei Federal nº 8666/93, e suas atualizações posteriores, Lei Federal nº 10.520 e em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.733 e Decreto Municipal nº 003/2010.

**R E S O L V E**

ART. 1º - Fica designado o Sr. **ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA** para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Dom Aquino para o **exercício 2018**.

ART. 2º - Ficam designadas para compor a Equipe de Apoio da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Dom Aquino para o exercício de 2018 as pessoas abaixo relacionadas:

**1. Fábio Alves Pereira**

**2. Luiz Castro de Souza**

**3. Sirlene Vieira de Jesus**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de Janeiro de 2018.

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

**ALDIRENE SANTANA MONTE STEVANATO**

**Chefe de Gabinete**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**DECRETO N.º 007/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.**

**NOMEIA O SENHOR WELLISON BRUNO BORGES DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DE URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSAIR JEREMIAS LOPES,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**D E C R E T A:**

**ARTIGO1º -** Fica nomeado para exercer o cargo de **DIRETOR DE URBANISMO** o Senhor **WELLISON BRUNO BORGES DE SOUZA.**

**ARTIGO 2º -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 3º -**Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 18 de Janeiro de 2018.

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**

***Prefeito Municipal***

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

**ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO**

***Chefe de Gabinete***

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA N.º 001/2018 DE 03 DE JANEIRO DE 2018.**

**NOMEIA A COMISSÃO DE LICITAÇÕES PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.**

**JOSAIR JEREMIAS LOPES,**Prefeito Municipal do município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas e com base no § 4º, artigo 51 da Lei Federal nº 8666/93, e suas atualizações posteriores.

**R E S O L V E:**

**ART. 1º -** Nomear a Comissão de Licitações para o **Exercício Financeiro de 2018**.

**ART. 2º -** A Comissão citada no artigo anterior será composta pelos seguintes servidores: **Edinéia Maria Maris, Antonio Marcos de Oliveira e Maria Lúcia Vieira de Jesus.**

**ART. 3º -** A Comissão será presidida pela servidora **Edinéia Maria Maris** e secretariado pelo servidor **Antonio Marcos de Oliveira**.

**ART. 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de Janeiro de 2018.

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

**ALDIRENE SANTANA MONTE STEVANATO**

**Chefe de Gabinete**

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 003/2018 DE 03 DE JANEIRO DE 2018.**

**DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES A SERVIDORA SIRLENE VIEIRA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSAIR JEREMIAS LOPES,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições e com base no Inciso VI, Artigo 107 da Lei Orgânica do Município,

**R E S O L V E**

ART. 1º - Designar a servidora **SIRLENE VIEIRA DE JESUS,** para responder pelo Departamento de Contabilidade desta Prefeitura.

ART. 2º - A remuneração da mesma será a do cargo de origem, acrescido da Gratificação, conforme Lei nº 628/1998.

ART. 3º - A referida servidora exercerá todas as funções inerentes ao cargo de **Contadora.**

ART. 4º - O prazo de validade desta Portaria será de 01/01/2018 à 31/12/2018.

ART. 5º - Após o cumprimento do disposto no Artigo 4º desta, fica automaticamente revogada a presente Portaria.

ART. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 03 de Janeiro de 2018.

**JOSAIR JEREMIAS LOPES**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

**ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO**

**Chefe de Gabinete**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº 048**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 048/2018**

**DATA:** 26 DE JANEIRO DE 2018.

**SÚMULA:** ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2015 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **MAURO RIBOLDI, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:

**Art. 1º** - Altera o art. 38 da Lei Complementar nº 037/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38 **–** A revisão geral dos vencimentos estabelecidos para os cargos de provimento efetivo, bem como para cargos de provimento em comissão, deverá ser efetuada anualmente, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme disposto no artigo 37, inciso X da Constituição Federal, desde que não ultrapasse os limites da despesa com pessoal, estabelecido na Lei de responsabilidade Fiscal.

**§ 1º -** A revisão dos vencimentos mencionada no caput deste deverá ocorrer no mês de março de cada ano, considerando-se este mês como data base das categorias funcionais.

§ 2º - A revisão dos vencimentos mencionada no caput deste artigo será concedida através de Lei específica de iniciativa privativa do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Fica revogado a Parágrafo Único do art. 38 da Lei Complementar nº 037/2015.

Art. 3º Revogando-se as disposições em sentido contrário, esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SEIES DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2018.**

**MAURO RIBOLDI**

**PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

**CONTRATO Nº 10/2018,**

**QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E H S BUQUE LEME – ME , COMO ABAIXO SE DECLARA.**

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Pará esquina com a Rua Brasília nº 229, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no CNPJ./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **H S BUQUE LEME - ME** denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ nº 24.473.889/0001-92 estabelecida na cidade de Gaúcha do Norte na Av. 13 de Julho, centro neste ato representado por HUMBERTO SINVALDO BUQUE LEME Carteira de Identidade nº. 79654009 SSP/SP CPF nº 875.534.578-68 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 01/2018**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL- SRP Nº. 01/2018**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 303 | COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO, CONGELADO COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE MÁXIMO DE 6 %. ASPECTO PRÓPRIO, COM CON | 4000,0000 | 6,5000 | 26.000,00 |
| 390 | FARINHA DE TRIGO, COMUM, TIPO 1 - OBTIDA DO TRIGO MOÍDO, LIMPO, DESGERMINADO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES | 1500,0000 | 2,9900 | 4.485,00 |
| 472 | FÉCULA DE BATATA - FARINHA OBTIDA PELA SECAGEM E MOAGEM SUBSEQUENTE DA BATATA INGLESA. ISENTO DE GLÚTEN, LACTO | 200,0000 | 11,4900 | 2.298,00 |
| 507 | LEITE DE COCO - NATURAL, CONCENTRADO, OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO. PROCEDENTE DE FRUTOS SÃOS E MADUROS. ISEN | 300,0000 | 3,4900 | 1.047,00 |
| 541 | MISTURA PARA PREPARO DE BEBIDA LACTEA, TIPO FARINHA LACTEA - COMPOSTO DE CEREAIS, ACUCARES E VITAMINAS, LATA DE M | 40,0000 | 14,1900 | 567,60 |
| 612 | CREME VEGETAL COM SAL, - COMPOSIÇÃO: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, VITAMINAS, EMULSIFICANTES, CONSERVADORES, ACIDULANTE Á | 30,0000 | 4,0000 | 120,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 740 | CAMOMILA – FLORES E PEDÚNCULOS DE CAMOMILA (MATRICARIA RECUTITA L.) | 60,0000 | 1,5400 | 92,40 |
| 884 | MACARRRÃO COM OVOS – TIPO MASSA SECA, FORMATO ARGOLINHA – TIPO SECA, COR AMARELA, OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA | 100,0000 | 2,5900 | 259,00 |
| 15332 | COCO RALADO, SEM ADIÇAO DE AÇUCAR, PACOTE CONTENDO 100 GRAMAS | 200,0000 | 3,9400 | 788,00 |
| 15333 | CRAVO DA INDIA - OBTIDO DO BOTAO FLORAL DE ESPECIME GENUINA, DE COLORACAO PARDO ESCURA, CHEIRO E SABOR PROPRIO | 20,0000 | 2,3900 | 47,80 |
| 15341 | PÓ PARA GELATINA SABORES VARIADOS - COMPOSTO DE ACUCAR, SAL, AGENTE TAMPONANTE, ACIDULANTE, AROMA ARTIFICIAL DE | 700,0000 | 1,0000 | 700,00 |
| 15348 | MARGARINA VEGETAL, COM SAL, COMPOSTO DE 65% DE GORDURA E LEITE (LIPIDIOS) – PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS S | 300,0000 | 9,1000 | 2.730,00 |
| 15365 | MELÃO – NA COR AMARELA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, C | 1500,0000 | 5,4500 | 8.175,00 |
| 16747 | AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM UMIDADE MA | 300,0000 | 6,9900 | 2.097,00 |
| 16819 | ADOÇANTE DIETÉTICO EM PÓ FORNO E FOGÃO - COMPOSTO DE: MALTODEXTRINA E EDULCORANTES ARTIFICIAIS, CICLAMATO DE S | 40,0000 | 7,4900 | 299,60 |
| 16878 | FERMENTO BIOLOGICO - TIPO GRANULADO SECO INSTANTANEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL, AGENTE DE REIDR | 300,0000 | 0,9900 | 297,00 |
| 16893 | LEITE EM PÓ INSTANTANEO FORTIFICADO COM TEOR DE MATERIA GORDA LEITE DE VACA, ENRIQUECIDO COM CÁLCIO, FERRO, ZIN | 800,0000 | 12,9900 | 10.392,00 |
| 20173 | CANELA EM CASCA - OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, CASCA SAOS E LIMPAS, DE COLORACAO PARDO AMARE | 30,0000 | 1,4900 | 44,70 |
| 20174 | MISTURA PARA PREPARO DE BEBIDA LACTEA (MUCILON) - TIPO MINGAU DE AMIDO DE ARROZ, AVEIA, MILHO E TRIGO, COMPOSTO | 30,0000 | 8,5000 | 255,00 |
| 20272 | BATATA DOCE – LAVADA, DE 1ª QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, NÃO APRESENTAREM RACHADURAS OU | 1000,0000 | 2,8700 | 2.870,00 |
| 20284 | FERMENTO QUIMICO - TIPO EM PO, COMPOSTO DE PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO, FOSFATO MONOCALC | 400,0000 | 2,8900 | 1.156,00 |
| 20292 | AÇÚCAR 2 KG | 2500,0000 | 3,9900 | 9.975,00 |
| 20338 | ARROZ, AGULHINHA, TIPO 1 - LONGO, GRAOS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAI | 3000,0000 | 10,9900 | 32.970,00 |
| 20351 | SAGU - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO E PREPARADO A PARTIR DE OUTROS AMIDOS E FECULAS EM FORMA GRANULADA, ISENTO D | 200,0000 | 4,9900 | 998,00 |
| 20360 | PEITO DE FRANGO COM OSSO, CONGELADO COM ADIÇÃO DE ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 6% - COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR P | 1000,0000 | 8,7000 | 8.700,00 |
| 20393 | ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO - MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINE | 2000,0000 | 6,2700 | 12.540,00 |
| 20401 | AMENDOIM CRU - COM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, LIMPOS E DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO | 60,0000 | 6,4900 | 389,40 |
| 20444 | HORTELÃ FRESCA EM FOLHAS VERDES - COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS | 200,0000 | 2,9400 | 588,00 |
| 21577 | MACARRÃO DE ARROZ – TIPO MASSA SECA OBTIDA PELO AMASSAMENTO DA FARINHA DE ARROZ, CORANTES NATURAIS E EMULSIFI | 300,0000 | 2,5700 | 771,00 |
| 23833 | ABACAXI - UNIDADE GRANDE | 2500,0000 | 6,3900 | 15.975,00 |
| 23834 | ABOBORA CABOTIA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PROPRIOS, SEM DEFORMACOES, ISENTA DE ENFERMIDA | 1000,0000 | 1,8900 | 1.890,00 |
| 23836 | ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO – MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINE | 500,0000 | 13,3400 | 6.670,00 |
| 23840 | ARROZ INTEGRAL, TIPO 1, LONGO, PACOTE DE 1 KG | 30,0000 | 4,8700 | 146,10 |
| 23842 | BEBIDA LACTEA - CONSTITUIDA DA MISTURA DE LEITE E SORO DE LEITE, PODENDO CONTER ADICAO DE SUBSTANCIAS ALIMENTICI | 4000,0000 | 4,8500 | 19.400,00 |
| 23848 | FIGADO BOVINO, APRESENTADO EM ISCAS, CONGELADO, FORNECIMENTO POR QUILO | 800,0000 | 7,9000 | 6.320,00 |
| 23853 | LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO – CONTENDO LEITE INTEGRAL E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, MIX DE MINERAIS FERR | 2200,0000 | 9,3000 | 20.460,00 |
| 23855 | MAÇÃ – NACIONAL, UNIDADES PEQUENAS, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO | 3500,0000 | 5,8500 | 20.475,00 |
| 23857 | TANGERINA, TIPO MEXERICA - DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DE | 1500,0000 | 5,2700 | 7.905,00 |
| 23858 | OLEO COMESTIVEL DE SOJA – REFINADO, OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS. | 2200,0000 | 3,5700 | 7.854,00 |
| 23861 | POLPA DE FRUTA, SABOR ACEROLA - POLPA DE FRUTA, SABOR ACEROLA, CONGELADA, SEM ACUCAR, SEM CORANTES, SEM CONSERV | 1500,0000 | 6,7900 | 10.185,00 |
| 23863 | POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA - POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA, CONGELADA, SEM ACUCAR - COM ASPECTO COR, CHEIRO E SA | 1000,0000 | 6,6900 | 6.690,00 |
| 23865 | POLPA DE FRUTA, SABOR UVA - POLPA DE FRUTA, SABOR UVA, CONGELADA, SEM ACUCAR - COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PR | 1000,0000 | 6,9000 | 6.900,00 |
| 23867 | QUEIJO PETIT SUISSE, SABOR MORANGO, COM POLPA DE FRUTAS – CONTENDO GLÚTEN, LEITE DESNATADO, AÇUCAR, PREPARADO | 500,0000 | 8,3700 | 4.185,00 |
| 23899 | OVOS DE GALINHA – UNIDADE, GRANDE, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS, LARVAS E SUBSTANCIAS TOXICAS, SEM RACHADURAS NA | 11000,0000 | 0,4400 | 4.840,00 |
| 24194 | ABOBRINHA VERDE - DE PRIMEIRA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PROPRIOS, SEM DEFORMACOES, ISENTA DE ENFERMIDA | 1000,0000 | 4,2500 | 4.250,00 |
| 24198 | BISCOITO COM SAL, TIPO AGUA E SAL, PACOTE CONTENDO 800 GRAMAS | 2000,0000 | 8,8000 | 17.600,00 |
| 24269 | FEIJAO - CARIOCA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, ISENTO DE M | 2600,0000 | 3,6500 | 9.490,00 |
| 24273 | LEITE LONGA VIDA, UHT INTEGRAL - TEOR DE MATERIA GORDA COMPOSTO CARBOIDRATOS, PROTEINAS, GORDURAS TOTAIS E SAT | 7000,0000 | 3,6000 | 25.200,00 |
| 24277 | FARINHA DE MANDIOCA TORRADA - SECA, FINA, TIPO 1, BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDI- | 450,0000 | 6,9000 | 3.105,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | CIONADA EM SACO PLASTICO TRA | | | |
| 24279 | POLVILHO DOCE, BRANCO – FÉCULA DE MANDIOCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, ISENTO DE SU | 2200,0000 | 5,8800 | 12.936,00 |
| 24283 | EXTRATO DE TOMATE - CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOL | 1200,0000 | 4,8900 | 5.868,00 |
| 24284 | MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORACAO UNIFOR | 1000,0000 | 1,8400 | 1.840,00 |
| 24285 | ERVILHA VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, INTEIRA, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADA E | 400,0000 | 2,0400 | 816,00 |
| 24288 | VINAGRE - DE MACA, RESULTANTE DA FERMENTACAO DA MACA, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS EMINERAI | 250,0000 | 4,4800 | 1.120,00 |
| 24294 | MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMIT | 80,0000 | 2,4500 | 196,00 |
| 24299 | OREGANO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDA | 100,0000 | 4,8900 | 489,00 |
| 24300 | ERVA DOCE – ERVA DOCE (PIMPINELLA ANISUM L.) | 60,0000 | 1,4900 | 89,40 |
| 24338 | CARNE BOVINA - TIPO ACEM DE SEGUNDA SEM OSSO (DIANTEIRA), EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO, CONGELADA, E NO | 4500,0000 | 12,9000 | 58.050,00 |
| 24341 | TOMATE - MADURO,BOA QUALIDADE,GRAUDA,DE POLPA FIRME E INTACTA,ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDA | 2000,0000 | 5,0800 | 10.160,00 |
| 24344 | CENOURA - VERMELHA,DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM SEM RACHADURAS,SEM DAN | 1600,0000 | 3,9400 | 6.304,00 |
| 24353 | CHUCHU - DE BOA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAOO UNIFORME,LIVRE DE ENFERMIDADES,SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, | 1500,0000 | 2,6900 | 4.035,00 |
| 24357 | MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, D | 2200,0000 | 1,9900 | 4.378,00 |
| 24358 | LARANJA - PERA, COR AMARELA ESVERDEADA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SABOR E CHEIRO CITRICOS, T | 3500,0000 | 2,0900 | 7.315,00 |
| 25127 | CEBOLA BRANCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E | 1500,0000 | 3,7600 | 5.640,00 |
| 25136 | SALSICHA – HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE SUINA, CONGELADA COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS, COM ASPECTO CAR | 700,0000 | 7,9000 | 5.530,00 |
| 25139 | MACARRAO COM OVOS - TIPO MASSA SECA PARA MACARRONADA, FORMATO ESPAGUETE 8/5, COM FIO FINO E LONGO, COR AMAREL | 1500,0000 | 2,5500 | 3.825,00 |
| 28223 | ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO DIET – EM PO VITAMINADO SEM GLUTEN, SEM LACTOSE, SEM ACUCAR, COM PRAZO DE VALIDAD | 300,0000 | 14,4900 | 4.347,00 |
| 28225 | BISCOITO DOCE TIPO MAISENA SEM LACTOSE E PROTEINA DO LEITE - FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLI | 200,0000 | 5,9800 | 1.196,00 |
| 28226 | BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA - FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, AÇUCAR, AMIDO DE MILHO E/ | 1800,0000 | 6,4900 | 11.682,00 |
| 28227 | FARINHA DE ARROZ – OBTIDA DO ARROZ MOIDO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MOFO E MATERIAIS ESTRANHOS. IS | 200,0000 | 4,1900 | 838,00 |
| 28228 | CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, EM ISCAS OU CUBOS, CONGELADA - NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, C | 3600,0000 | 15,9000 | 57.240,00 |
| 28229 | ERVAS FINAS – ALECRIM, TOMILHO, MANJERICAO, MANJERONA, ESTRAGAO, SALSA E OREGANO. | 150,0000 | 1,8900 | 283,50 |
| 28231 | FARINHA PARA TAPIOCA - FECULA DE MANDIOCA HIDRATADA PRONTA PARA O PREPARO. NÃO CONTEM GLUTEN | 200,0000 | 5,3800 | 1.076,00 |
| 28232 | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE SOJA – COMPOSTA POR MALTODEXTRINA, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, FIBRA ALIMENTAR INULINA, | 200,0000 | 29,8900 | 5.978,00 |
| 28233 | LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE – COMPOSTO POR LEITE INTEGRAL, MALTODEXTRINA, SORO DE LEITE, ENZIMA LACTASE, VI | 200,0000 | 27,4900 | 5.498,00 |
| 28235 | MILHO CANJICA BRANCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, | 300,0000 | 2,5700 | 771,00 |
| 28237 | PÃO DE FORMA INTEGRAL - PRODUTO OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS E HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, PR | 500,0000 | 11,9900 | 5.995,00 |
| 28239 | PERA – NACIONAL OU IMPORTADA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MAD | 700,0000 | 11,9800 | 8.386,00 |
| 28241 | POLPA DE FRUTA, SABOR CAJÚ - POLPA DE FRUTA, SABOR CAJU, CONGELADA, SEM ACUCAR - COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR | 1000,0000 | 6,4800 | 6.480,00 |
| 28242 | ALHO PROCESSADO - TIPO ROXO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, FIRME E INTACTO, LIVRE DE FERTILIZANTES, SU | 550,0000 | 16,6900 | 9.179,50 |
| **VALOR TOTAL R$ 578.734,00** | | | | |

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 –** O objeto do presente contrato é a contratação de empresas para aquisição de materiais permanente como Ar Condicionado e outros para a secretaria de Educação deste município**, conforme abaixo:**

**1.2** - Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL**

**2.1 -** O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do processo licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial n°. 01/2018 e da Ata SRP nº02/2018**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA**

**3.1 –** A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

**3.2 -** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com Cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**3.2.1 - Os materiais serão solicitados de acordo com as necessidades da municipalidade, de forma fracionada, diariamente e de acordo com as necessidades e serão entregues.**

**3.2.2 -** A partir da entrega e/ou execução, os produtos e/ou serviços serão recebidos e submetidos ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

**3.2.3 -** Na hipótese de rejeição do produto e/ou serviço recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação pelo Departamento de compras. Após este prazo, reserva-se o direito de devolver o produto rejeitado ao fornecedor, com frete a pagar.

**3.2.4 -** De acordo com a legislação o fornecedor fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**3.2.5 -** O material e/ou serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 05 (cinco) dias úteis, após solicitação pelo Setor requisitante.

**3.3 –** Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento do calendário escolar decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

**3.4 –** Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

**3.5 –** O fornecimento dos materiais será de **até cinco dias no máximo podendo ser aplicado as leis cabíveis.**

**3.6 –** O período de contratação será **de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato,** prorrogáveis por igual período, a contar da data da sua assinatura. Poderá, todavia, por acordo das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o inciso II, do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

**4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**4.1 -** O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado no total de ***R$* 578.734,00 (quinhentos e setenta e oito mil setecentos e trinta e quatro reais)**, cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

**4.2 -** O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pelo Gabinete do município de Gaúcha do Norte MT.

**4.3 -** O pagamento se dará a contra apresentação da Nota Fiscal discriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal (ais) do Contrato.

**4.4 -** O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

**4.5 -** Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

**5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1 -** Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal para o ano de 2017 e anos seguintes nas dotações **Órgão 12 unidade 003 proj ativ 2056 elemento 3.3.90.30 cód. red. 435, 436. Órgão 12 unidade 003 proj ativ 2063 elemento 3.3.90.30 cód. red. 437**

**6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**6.1 –** São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

b) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

c) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

e) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal competente.

f) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

g) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

**6.2 –** São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

**7 – DAS SANÇÕES**

**7.1 -** A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

**7.2 -** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

**7.3 -** As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

**7.4 -** Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

**7.5 -** Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

**7.6 -** Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no "item 7.7.4", de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**7.7 -** Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**7.8 -** A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

**7.9 -** A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

**7.9.1 -** A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

**7.9.2 -** De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

**7.9.3 -** O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

**7.9.4 -** Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

**7.9.5 -** Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

**7.10 -** A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

**7.11 -** Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

**7.12 -** As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

**8 – DOS CASOS DE RESCISÃO**

**8.1 –** O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

**8.2 -** Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

**8.3 -** A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

**8.4 –** A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações previstas neste Contrato ou dele decorrente;

f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

**8.5 –** A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

**8.6 –** A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**8.7 -** A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

**9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**9.1 -** A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela **Sr ,** portaria n° de de de , responsável pela secretaria municipal de Educação, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

**10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1 -** O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

**10.2 -** Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

**10.2.1 -** O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços que originou este contrato mediante a realização do **Pregão Presencial nº 01/2018** é a Secretaria Municipal de Educação.

**10.3 -** Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

**10.4 -** Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

**10.5 -** Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 01/2018**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 22 de Janeiro de 2018.

**MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**

**Voney Rodrigues Goulart**

CONTRATANTE

**H S BUQUE LEME – ME**

CNPJ nº 24.473.889/0001-92

CONTRATADO

Fiscal do Contrato

Portaria nº:

TESTEMUNHAS:

1)_____

_____

2)_____

_____

**PORTARIA MUNICIPAL Nº.266/2017.**

**PORTARIA MUNICIPAL Nº.266/2017.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSAO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DOS ONIBUS TERCERIZADOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

**RESOLVE,**

**Art. 1º** - Ficam Nomeados os Membros da Comissão de Vistoria e Avaliação dos ônibus do transportes escolares sendo:

Valdecir Botini, CPF: 550.547.571-04 representante do Detran de Gaúcha do Norte –MT.

Adir Rosa, CPF: 550.540.641-68 representante da Assessoria Pedagógica (SEDUC)de gaúcha do Norte.

Claudiomir Lobelein, CPF:647.830.060-91 representantes da Secretaria de Educação do Municipio.

Dirlei Moreira Batista, CPF: 012.428.771-93 representantes da parte mecânica da Secretaria de Educação do Municipio.

Rodrigo Bozoki, CPF: 024.480.941-01 representante do Conselho de Transporte Escolar do Municipio.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT,26 de JANEIRO 2018.

_____

**VONEY RODRIGUES GOULART**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO 766 - ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CON. M. DO IDOSO**

**DECRETO Nº. 766/2018.**

**"Dispõe sobre a alteração e nomeação dos membros do Conselho Municipal do Idoso , e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a substituição dos membros representantes da Secretaria de Assistência Social.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam alterado e nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal do Idoso, conforme abaixo relacionado:

**Departamento Contábil:**

**Suplente:** Janete Neves Pinheiro, portadora do RG nº 2075993-2, SSP/MT, e CPF nº 015.087.351-40, Rua Sucupira, Lt 03, Qd. 80, Bairro Jardim Gramado.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 25 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

**DECRETO 767 - ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CON. M. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**DECRETO Nº. 767/2018.**

**"Dispõe sobre a alteração e nomeação dos membros do Conselho Municipal da Assistência , e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a substituição dos membros representantes da Secretaria de Assistência Social.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam alterado e nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal da Assistência Social conforme abaixo relacionado:

**Departamento Contábil:**

**Suplente:** Janete Neves Pinheiro, portadora do RG nº 2075993-2, SSP/MT, e CPF nº 015.087.351-40, Rua Sucupira, Lt 03, Qd. 80, Bairro Jardim Gramado.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 25 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

**TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO 23-2013 - GAÚCHA DO NORTE**

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 023/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE GAÚCHA DO NORTE – PREVINORTE**, com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 16.637.983/0001-01 situado na Avenida Brasil, n°1298, Bairro Centro, Gaúcha do Norte/MT, representado neste ato pela **Sra. Neusa Petrekic,** brasileira, portadora do CPF nº 030.577.231-79 e do RG nº 1376775-5 SSP/MT, Secretária Municipal de Administração, residente e domiciliada em Gaúcha do Norte/MT, doravante denominado **CONTRATANTE,**

**Considerando** o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 023/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Gaúcha do Norte – PREVINORTE e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.,termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

**Considerando** que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVINORTE relativo ao exercício financeiro de 2017 foi de R$ 6.861.415,54 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e cinqüenta e quatro centavos), **RESOLVE** modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 023/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem como objeto reajustar o ***preço*** do Termo de Vinculação n.º 023/2013 praticado em dezembro de 2017, que fica reajustado para R$ 108.067,29 (cento e oito mil, sessenta e sete reais e vinte e nove centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 9.005,61 (nove mil, cinco reais e sessenta e um centavos), referente a 1,575% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVINORTE relativo ao exercício financeiro de 2017 a razão de R$ 6.861.415,54 (seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quinze reais e cinqüenta e quatro centavos), a partir de 01.01.2018, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 023/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O PREVINORTE providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Gaúcha do Norte/MT, 26 de janeiro de 2018.

***FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GAÚCHA DO NORTE – PREVINORTE***

Neusa Petrekic

**CONTRATANTE**

**DECRETO 768 - SALÁRIO MÍNIMO PARA 2018**

**DECRETO Nº. 768/2018.**

**"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências."**

**VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Do Município De Gaúcha Do Norte-MT,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018,

**DECRETA**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Gaúcha do Norte-MT será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pela PREVNORTE.

**Art. 3°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I -** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

**II -** R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 4º.** O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Art. 5°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Gaúcha do Norte/MT, 25 de janeiro de 2.018.

_____

**Prefeito Municipal**

**PARECER FINAL PAD 07-2016**

**PARECER FINAL CONCLUSIVO DA COMISSÃO PROCESSANTE ESPECIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 007/2016**

**Interessado: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT**

**Assunto: Processo Administrativo nº. 007/2016 instaurado para averiguação de supostas irregularidades na execução do contrato administrativo nº.058/2011.**

**BREVE SÍNTESE DOS FATOS**

Trata-se de Processo Administrativo de nº. 07/2016 instaurado através da Portaria nº. 266 de 12 de Dezembro de 2016, para averiguar supostas inconformidades quanto a execução do Contrato Administrativo nº.058/2011 que refere-se a construção do Complexo Turístico e de Lazer do Parque recreativo no Município de Gaúcha do Norte-MT.

A motivação para a instauração deu-se em virtude de relatório preliminar do departamento de engenharia e arquitetura da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, onde fora constatado o recebimento indevido de R$20.876,02 (vinte mil oitocentos e setenta e seis reais e dois centavos).

Após a oitiva, fora solicitado apresentação de um relatório pormenorizado do departamento de Engenharia e Arquitetura, onde fora constatado que a empresa contratada, ora Construtora Alfer Ltda-EPP teria recebido indevidamente o montante de R$75.357,29 (setenta e cinco mil trezentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos), bem como teria um saldo positivo pendente de recebimento no importe de R$22.595,47 (vinte e dois mil quinhentos e noventa e cinco mil reais e quarenta e sete centavos).

Diante de tal, compensando os valores o recebimento indevido ficaria em R$52.751,82 (cinquenta e dois mil setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Na defesa final, esta fora encaminhada de forma tempestiva, mas conforme extrato do Correios, fora devolvida – anexo.

Em sua defesa encaminhada, então via e-mail no dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 2017, onde a Requerida sustenta que somente recebeu os valores após realização de medição por meio da Caixa Econômica Federal, e que o comportamento da Administração Pública mostra-se contraditório, pois primeiro realizou as medições e depois autorizou o pagamento e agora quer beneficiar-se da própria torpeza.

Que a Requerida cumprira com o princípio da boa-fé objetiva.

Eis a breve síntese dos fatos.

**Da fundamentação e Decisão**

**Da Tempestividade da Conclusão dos Trabalhos**

Conforme se dessume dos autos, o Processo Administrativo teve início no dia 12 (doze) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), e até a decisão *a quo* finalizou no dia 15 (quinze) de janeiro de 2018 (dois mil e dezoito).

Neste diapasão, muito embora a Lei Municipal 132/2001 disciplina como prazo final para a conclusão do Processo, 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta), o respectivo prazo não era suficiente para a conclusão do PAD diante das peculiaridades dos fatos.

Escudado nisso, e em perfeita harmonia ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, ao qual já manifestou-se de forma pacifica, o excesso do prazo por si só não pode gerar a nulidade do procedimento, uma vez assegurado o princípio do contraditório e ampla defesa.

*In casu*, vislumbra-se que todos os atos atinentes ao contraditório e ampla defesa foram assegurados, inclusive, a aceitação quanto as alegações finais.

Segundo o ministro Humberto Martins, no julgamento do Mandado de Segurança 16.554, aduz: "apesar de ter havido dez prorrogações no processo, o excesso de prazo, por si só, não é motivo para anulá-lo, especialmente se o interessado não mostra de que forma o fato causou prejuízos à sua defesa."

Portanto, não pairam dúvidas quanto a assertiva.

**DO MÉRITO**

O Processo Administrativo Disciplinar fora instaurado em detrimento de parecer técnico preliminar do Arquiteto Ariel Meneses Magalhães, onde a *priori*, haveria um recebimento indevido à empresa Construtora Alfer LTDA-EPP no importe de R$20.876,02 (vinte mil e oitocentos e setenta e seis reais e dois centavos).

Contudo, após a instrução, fora solicitado relatório com vistoria técnica de forma pormenorizada, onde fora constatado recebimento indevido final no valor de R$52.761,82 (cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos).

A empresa Requerida alega que apenas recebeu os valores após as medições realizadas pela própria Caixa Econômica Federal, sendo os atos dotados de presunção e legalidade. Em perfeita harmonia ao artigo 422 do Código Civil, pugna pela aplicação do princípio da boa-fé objetiva.

Entretanto, a assertiva não merece guarida, pois a Requerida não apresentara qualquer prova que pudesse demonstrar o contrário do parecer técnico, ora, que não houve o recebimento indevido.

Outrossim, mesmo perdurando o princípio da boa-fé objetiva, não pode a Requerida locupletar-se pelo pagamento indevido ante o então princípio da boa-fé.

Consubstanciado no posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, bem como do Supremo Tribunal Federal a Administração pode rever a qualquer momento seus atos.

O que é vedado é empresa receber indevidamente por inexecução da obra ou a ter feito de forma defeituosa. Assim, os cofres públicos não podem ser responsabilizados e onerados por tais fatos.

Ademais, o parecer técnico do Departamento de Engenharia e Arquitetura fora minucioso em cada item, quanto a execução, total ou parcial, pago a mais ou não, se sim, todos previamente justificáveis.

Nesta senda, frisa-se parte do parecer:

*"Após analise das Planilhas Licitadas e Medidas, foi realizado a equalização entre serviços executados e não recebidos, serviços pagos e não executados e serviços entregues fora das especificações técnicas do projeto e pagos, temos o seguinte resultado:*

*Medições 1ª a 4ª*

*Construtora Alfer Ltda possui um saldo a receber de R$22.595,47 a receber.*

*Aditivo de Equilíbrio Econômico Financeiro*

*Construtora Alfer Ltda recebeu indevidamente o montante de R$75. 357,29.*

*Saldo Resultado das Medições 1ª a 4ª e Equilíbrio Econômico Financeiro*

*Cálculo – R$75.357,29+22.595,47*

*Saldo- R$52.761,82*

*Construtora Alfer LTDA recebeu indevidamente o montante de R$52. 761,82."*

Sofismado nisso, é flagrante o dever de ressarcir sob pena de ensejar improbidade administrativa nos moldes do artigo 9 e 10 da Lei 8.429/92 abaixo:

*" Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente(...)."*

*" Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:"*

Isto posto, mesmo tendo a urge asseverar que a Interessada responde pela obra durante o período de 05 (cinco) anos, senão vejamos o artigo 618 do Código Civil:

*"Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo"*

Comumente, constatado a impropriedade quanto ao recebimento indevido, mesmo tendo “a Requerida supostamente agido de boa-fé”, como sustenta, razão não o faz para manter o recebimento indevido. A boa-fé, por si só não é justificativa para manter o infortuito.

*In casu,* não pode ser a Requerida beneficiada pela benevolência da boa-fé, visto que a obra fora executada, em diversos itens fora dos parâmetros legais em qualidade inferior, sempre gerando ônus à administração. Agira então a Requerida de boa-fé?

Ainda mais, que o recebimento deu-se em grande parte sem a execução dos itens e o contrato rescindido. Assim, foge à hipótese de compensar ante probabilidade de continuidade da execução, não restando outra opção senão a devolução dos valores aos cofres públicos.

Neste diapasão, os danos ao erário são flagrantes e indubitáveis, devendo a Requerida ressarci-los devendo o requerimento ser realizado no prazo de 15 (quinze) dias.

Outrossim, inexistindo a restituição expeça-se certidão atestando tal fato e encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso requerendo a declaração de inidoneidade da empresa pelo prazo de 02 (dois)anos, abstendo-se, assim, de participar de qualquer licitação ou contratação com órgãos públicos.

Por fim, caso não seja realizado o pagamento, remeta-se o presente processos administrativo à sua integra para do Departamento Jurídico para a adoção das medidas legais..

É o parecer.

Publique-se, registre-se, intime-se.

Gaúcha do Norte-MT, 15 de Janeiro de 2018.

**Willian Henrique de Almeida Cardoso**

**Presidente**

**Cleusa Petrekic**

**Secretaria**

**Wilson Leandro da Silva**

**Membro**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO- MERENDA ESCOLAR**

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos: Licitação Nr.: 00000001/2018

Modalidade Nr.: 00000001/2018 Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 18/01/2018 Data da Homologação: 18/01/2018

Objeto da Licitação: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR

**Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid.**

**Marca**

**Qtd. Vlr. Unitário**

**Total**

**460 - EVANDRO AZZOLINI - EPP**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 312 | BATATA INGLESA - LISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E | KG - QUILOGRAMA CAMPO MARCA 2300,0000 | 3,9000 | 8.970,0000 |
| 318 | FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES FISICAS OU BETERRABA - OTIMA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E | KG - QUILOGRAMA CAMPO MARCA 1600,0000 | 3,0900 | 4.944,0000 |
| 332 | FIRME, ISENTA DE ENFERMIDADES E SUJIDADES, TAMANHO MARACUJA - AZEDO, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO | KG - QUILOGRAMA CAMPO MARCA 1000,0000 | 10,0000 | 10.000,0000 |
| 336 | UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, BANANA MAÇÃ - EM PENCAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO E | KG - QUILOGRAMA CAMPO MARCA 600,0000 | 8,5000 | 5.100,0000 |
| 635 | COLORACAO UNIFORMES, COM POLPA FIRME E INTACTA, FARINHA DE ARARUTA – FÉCULA DA ARARUTA, ISENTA DE | UN - UNIDADE MIKA 200,0000 | 3,5000 | 700,0000 |
| 15337 | SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MOFO E MATERIAIS FEIJÃO PRETO TIPO 1 - CONSTITUIDO DE GRAOS | UN - UNIDADE UNIÃO/CERTANEJO 600,0000 | 4,5000 | 2.700,0000 |
| 17483 | INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA EM LEI, SAL - REFINADO, IODADO, EXTRAIDO DE FONTES | UN - UNIDADE UNIÃO 550,0000 | 1,2500 | 687,5000 |
| 17502 | NATURAIS, AUSENCIA DE SUJIDADES IMPUREZAS MAMÃO FORMOSA - OTIMA QUALIDADE, LIVRE DE CHEIRO E | KG - QUILOGRAMA CAMPO MARCA 2300,0000 | 2,8000 | 6.440,0000 |
| 17508 | SABOR PROPRIOS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, BEM POLVILHO AZEDO FÉCULA DE MANDIOCA FERMENTADA, | UN - UNIDADE MIKA 300,0000 | 7,0000 | 2.100,0000 |
| 17529 | ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ABACATE - QUINTAL, DE PRIMEIRA, TAMANHO E | KG - QUILOGRAMA CAMPO MARCA 600,0000 | 7,5000 | 4.500,0000 |
| 20170 | COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO BISCOITO DOCE, TIPO MARIA - FARINHA DE TRIGO | UN - UNIDADE MABEL/RENATA 2000,0000 | 4,5000 | 9.000,0000 |
| 20281 | ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, FUBÁ DE MILHO - SIMPLES, DO GRAO DE MILHO MOIDO, | UN - UNIDADE CANARANA/MIKA/ZAELI450,0000 | 3,5000 | 1.575,0000 |
| 20349 | DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CANELA EM PO, PACOTE CONTENDO 10 GRAMAS | UN - UNIDADE MIKA 20,0000 | 1,5000 | 30,0000 |
| 20463 | CREME DE LEITE - APRESENTANDO TEOR DE MATERIA | UN - UNIDADE PIRACANJUBA 400,0000 | 2,1500 | 860,0000 |
| 23835 | GORDA MINIMA DE 25%, EMBALADO EM CAIXA CARTONADA. AÇAFRÃO | UN - UNIDADE MIKA 300,0000 | 1,9800 | 594,0000 |
| 23846 | EXTRATO DE TOMATE – SIMPLES, CONCENTRADO, PRODUTO | UN - UNIDADE QUERO 1200,0000 | 2,8900 | 3.468,0000 |
| 23849 | RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR LOURO, EM FOLHAS SECAS - OBTIDO DE ESPECIMES | UN - UNIDADE MIKA 15,0000 | 1,3500 | 20,2500 |
| 23866 | VEGETAIS GENUINOS, SAOS, LIMPOS E SECOS, DE PÓ PARA PREPARO DE PUDIM, VARIOS SABORES PÓ CX 50G | UN - UNIDADE SABORELLE/FLEISCH-MA500,0000 | 1,9900 | 995,0000 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 24280 | COMPOSTO DE AMIDO OU FECULA, ACUCAR, ESPESSANTES E BISCOITO COM SAL - TIPO AGUA E SAL, COMPOSICAO | UN - UNIDADE | ELBIS/TRIUNFO | 200,0000 | 5,9900 | 1.198,0000 |
| 24295 | BASICA FARINHA DE TRIGO,GORDURA VEGETAL OLEO COMESTIVEL - DE AZEITE DE OLIVA, OBTIDO DA | UN - UNIDADE | ST. ISABEL | 120,0000 | 16,9800 | 2.037,6000 |
| 24301 | OLIVA, PORTUGUES, EXTRA VIRGEM, ISENTO DE PURO, COLORIFICO - EM PO FINO HOMOGENEO, OBTIDO DE | UN - UNIDADE | MIKA | 200,0000 | 5,0000 | 1.000,0000 |
| 24350 | FRUTOS MADUROS DE, LIMPOS, DESSECADOS E MOIDOS, DE REPOLHO - BRANCO,, FRESCO, DE PRIMEIRA,, TAMANHO E | UN - UNIDADE | CAMPO MARCA | 1600,0000 | 2,5000 | 4.000,0000 |
| 25129 | COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FRANGO INTEIRO CONGELADO - ATE 6% GELO - COM | KG - QUILOGRAMA | CAMPO MARCA | 3000,0000 | 5,5000 | 16.500,0000 |
| 26840 | ASPECTO COR E CHEIRO PROPRIO, SEM MANCHAS, BICARBONATO DE SODIO | UN - UNIDADE | MIKA | 30,0000 | 1,5500 | 46,5000 |
| 28224 | BISCOITO DOCE, TIPO MARIA SABOR CHOCOLATE - | UN - UNIDADE | MABEL/RENATA | 500,0000 | 5,1700 | 2.585,0000 |
| 28230 | FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FARINHA DE LINHAÇA – OBTIDA DA LINHAÇA MOÍDA, | UN - UNIDADE | MIKA | 40,0000 | 4,0000 | 160,0000 |
| 28234 | ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MOFO E MASSA DE SÊMOLA PARA LASANHA (DIRETO AO FORNO). | UN - UNIDADE | GALO | 600,0000 | 4,4900 | 2.694,0000 |
| 28240 | INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM PIMENTÃO VERDE - DE OTIMA QUALIDADE, GRANDE, SEM | UN - UNIDADE | CAMPO MARCA | 300,0000 | 6,6500 | 1.995,0000 |
| | LESOES, FORNECIMENTO EM QUILO. | | | | | |

**Total Fornecedor:** 94.899,8500

**4387 - MIRANDA PROVENSSI ME**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 467 | PÃO FRANCÊS - 50 GRAMAS. PRODUTO OBTIDO PELA | KG - QUILOGRAMA | 6000,0000 | 9,2500 | 55.500,0000 |
| | COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS E | | | | |
| 24124 | PÃO CASEIRO TIPO CUCA – PRODUTO OBTIDO PELA | UN - UNIDADE | 1500,0000 | 10,2500 | 15.375,0000 |
| | COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS E | | | | |
| 28236 | PÃO DE FORMA – FATIADO, PRODUTO OBTIDO PELA | UN - UNIDADE | 2500,0000 | 9,2500 | 23.125,0000 |
| | COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS E | | | | |

**Total Fornecedor:** 94.000,0000

**29247 - H S BUQUE LEME-ME**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 303 | COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO, CONGELADO COM | KG - QUILOGRAMA | ANHAMBI/SADIA | 4000,0000 | 6,5000 | 26.000,0000 |
| | ADIÇÃO DE ÁGUA DE MÁXIMO DE 6 %. ASPECTO PRÓPRIO, | | | | | |
| 390 | FARINHA DE TRIGO, COMUM, TIPO 1 - OBTIDA DO TRIGO | UN - UNIDADE | UNIÃO | 1500,0000 | 2,9900 | 4.485,0000 |
| | MOIDO, LIMPO, DESGERMINADO, DE COR BRANCA, ISENTA | | | | | |
| 472 | FÉCULA DE BATATA - FARINHA OBTIDA PELA SECAGEM E | UN - UNIDADE | GRANEU | 200,0000 | 11,4900 | 2.298,0000 |
| | MOAGEM SUBSEQUENTE DA BATATA INGLESA. ISENTO DE | | | | | |
| 507 | LEITE DE COCO - NATURAL, CONCENTRADO, OBTIDO DO | UN - UNIDADE | BOM COCO | 300,0000 | 3,4900 | 1.047,0000 |
| | ENDOSPERMA DE CÔCO. PROCEDENTE DE FRUTOS SÃOS E | | | | | |
| 541 | MISTURA PARA PREPARO DE BEBIDA LACTEA, TIPO | UN - UNIDADE | NESTLE | 40,0000 | 14,1900 | 567,6000 |
| | FARINHA LACTEA - COMPOSTO DE CEREAIS, ACUCARES E | | | | | |
| 612 | CREME VEGETAL COM SAL, - COMPOSIÇÃO: ÁGUA, ÓLEO | UN - UNIDADE | CREMOSY | 30,0000 | 4,0000 | 120,0000 |
| | VEGETAL, VITAMINAS, EMULSIFICANTES, CONSERVADORES, | | | | | |
| 740 | CAMOMILA – FLORES E PEDÚNCULOS DE CAMOMILA | UN - UNIDADE | MIKA | 60,0000 | 1,5400 | 92,4000 |
| | (MATRICARIA RECUTITA L.) | | | | | |
| 884 | MACARRRÃO COM OVOS – TIPO MASSA SECA, FORMATO | UN - UNIDADE | ADORALLE | 100,0000 | 2,5900 | 259,0000 |
| | ARGOLINHA – TIPO SECA, COR AMARELA, OBTIDA PELO | | | | | |
| 15332 | COCO RALADO, SEM ADIÇAO DE AÇUCAR, PACOTE CONTENDO | UN - UNIDADE | COQUIL | 200,0000 | 3,9400 | 788,0000 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 15333 | 100 GRAMAS CRAVO DA INDIA - OBTIDO DO BOTAO FLORAL DE | UN - UNIDADE | MIKA | 20,0000 | 2,3900 | 47,8000 |
| 15341 | ESPECIME GENUINA, DE COLORACAO PARDO ESCURA, PO PARA GELATINA SABORES VARIADOS - COMPOSTO DE | UN - UNIDADE | ADORALE | 700,0000 | 1,0000 | 700,0000 |
| 15348 | ACUCAR, SAL, AGENTE TAMPONANTE, ACIDULANTE, AROMA MARGARINA VEGETAL, COM SAL, COMPOSTO DE 65% DE | UN - UNIDADE | DELICIA | 300,0000 | 9,1000 | 2.730,0000 |
| 15365 | GORDURA E LEITE (LIPIDIOS) – PODENDO CONTER MELÃO – NA COR AMARELA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E | KG - QUILOGRAMA | INATURA | 1500,0000 | 5,4500 | 8.175,0000 |
| 16747 | COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO | UN - UNIDADE | MIKA | 300,0000 | 6,9900 | 2.097,0000 |
| 16819 | MILHO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ADOÇANTE DIETÉTICO EM PÓ FORNO E FOGÃO - COMPOSTO | UN - UNIDADE | TAL E QUAL | 40,0000 | 7,4900 | 299,6000 |
| 16878 | DE: MALTODEXTRINA E EDULCORANTES ARTIFICIAIS, FERMENTO BIOLOGICO - TIPO GRANULADO SECO | UN - UNIDADE | SAFT INSTANT | 300,0000 | 0,9900 | 297,0000 |
| 16893 | INSTANTANEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES LEITE EM PÓ INSTANTANEO FORTIFICADO COM TEOR DE | UN - UNIDADE | NINHO | 800,0000 | 12,9900 | 10.392,0000 |
| 20173 | MATERIA GORDA LEITE DE VACA, ENRIQUECIDO COM CANELA EM CASCA - OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES | UN - UNIDADE | NIKA | 30,0000 | 1,4900 | 44,7000 |
| 20174 | VEGETAIS GENUINOS, CASCA SAOS E LIMPAS, DE MISTURA PARA PREPARO DE BEBIDA LACTEA (MUCILON) - | UN - UNIDADE | NESTLE | 30,0000 | 8,5000 | 255,0000 |
| 20272 | TIPO MINGAU DE AMIDO DE ARROZ, AVEIA, MILHO E BATATA DOCE – LAVADA, DE 1ª QUALIDADE, SEM LESÕES | KG - QUILOGRAMA | INATURA | 1000,0000 | 2,8700 | 2.870,0000 |
| 20284 | DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, NÃO APRESENTAREM FERMENTO QUIMICO - TIPO EM PÓ, COMPOSTO DE | UN - UNIDADE | FLEISCHMANN | 400,0000 | 2,8900 | 1.156,0000 |
| | PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO, BICARBONATO DE SODIO, | | | | | |
| 20292 | AÇÚCAR 2 KG | UN - UNIDADE | BARRALCOOL/PEROLA 2500,0000 | | 3,9900 | 9.975,0000 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 20338<br>20351 | ARROZ, AGULHINHA, TIPO 1 - LONGO, GRAOS INTEIROS, COM TEOR DE<br>UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE<br>SAGU - PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO E PREPARADO A | UN - UNIDADE TRES MOINHOS/MON-TE3000,0000<br>UN - UNIDADE MIKA 200,0000 | | | 10,9900<br>4,9900 | 32.<br>970,0000<br>998,0000 |
| 20360 | PARTIR DE OUTROS AMIDOS E FECULAS EM FORMA<br>PEITO DE FRANGO COM OSSO, CONGELADO COM ADIÇÃO DE | KG - QUILOGRAMA ANHAMBI/SADIA 1000,0000 | | | 8,7000 | 8.<br>700,0000 |
| | ÁGUA DE NO MÁXIMO DE 6% - COM ASPECTO COR, CHEIRO | | | | | |
| 20393 | ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO - MISTURA EM PÓ PARA O | UN - UNIDA-DE | MIKA | 2000,0000 | 6,2700 | 12.<br>540,0000 |
| 20401 | PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS<br>AMENDOIM CRU - COM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS | UN - UNIDA-DE | MIKA | 60,0000 | 6,4900 | 389,4000 |
| 20444 | INTEIROS, SAOS, LIMPOS E DE BOA QUALIDADE, SEM<br>HORTELÃ FRESCA EM FOLHAS VERDES - COM ASPECTO COR | UN - UNIDA-DE | IN NATURA | 200,0000 | 2,9400 | 588,0000 |
| 21577 | CHEIRO E SABOR PROPRIO, LIVRE DE SUJIDADES,<br>MACARRÃO DE ARROZ – TIPO MASSA SECA OBTIDA PELO | UN - UNIDA-DE | URBANO | 300,0000 | 2,5700 | 771,0000 |
| 23833 | AMASSAMENTO DA FARINHA DE ARROZ, CORANTES NATURAIS<br>ABACAXI - UNIDADE GRANDE | KG - QUILO-GRAMA | IN NATURA | 2500,0000 | 6,3900 | 15.<br>975,0000 |
| 23834 | ABOBORA CABOTIA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, CHEIRO, | KG - QUILO-GRAMA | IN NATURA | 1000,0000 | 1,8900 | 1.<br>890,0000 |
| 23836 | ASPECTO E SABOR PROPRIOS, SEM DEFORMACOES, ISENTA<br>ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PO – MISTURA EM PÓ PARA O | UN - UNIDA-DE | TODDY | 500,0000 | 13,3400 | 6.<br>670,0000 |
| 23840 | PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS<br>ARROZ INTEGRAL, TIPO 1, LONGO, PACOTE DE 1 KG | UN - UNIDA-DE | TIO URBANO | 30,0000 | 4,8700 | 146,1000 |
| 23842 | BEBIDA LACTEA - CONSTITUIDA DA MISTURA DE LEITE E | UN - UNIDA-DE | DONILAC | 4000,0000 | 4,8500 | 19.<br>400,0000 |
| 23848 | SORO DE LEITE, PODENDO CONTER ADICAO DE<br>FIGADO BOVINO, APRESENTADO EM ISCAS, CONGELADO, | KG - QUILO-GRAMA | IN NATURA | 800,0000 | 7,9000 | 6.<br>320,0000 |
| | FORNECIMENTO POR QUILO | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 23853<br>23855 | LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO – CONTENDO LEITE<br>INTEGRAL E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, MIX DE MAÇÃ – NACIONAL,<br>UNIDADES PEQUENAS, DE PRIMEIRA, | UN - UNIDADE PIRACANJUBA 2200,0000<br>KG - QUILOGRAMA IN NATURA 3500,0000 | | | 9,3000<br>5,8500 | 20.<br>460,0000<br>20.<br>475,0000 |
| 23857 | APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMACAO UNIFORMES,<br>TANGERINA, TIPO MEXERICA - DE PRIMEIRA, LIVRE DE | KG - QUILOGRAMA IN NATURA 1500,0000 | | | 5,2700 | 7.<br>905,0000 |
| 23858 | SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO<br>OLEO COMESTIVEL DE SOJA – REFINADO, OBTIDO DE | UN - UNIDADE LIZA 2200,0000 | | | 3,5700 | 7.<br>854,0000 |
| 23861 | ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO E SUBSTANCIAS<br>POLPA DE FRUTA, SABOR ACEROLA - POLPA DE FRUTA, | UN - UNIDADE MAIS FRUTA/SEM-PRE V1500,0000 | | | 6,7900 | 10.<br>185,0000 |
| 23863 | SABOR ACEROLA, CONGELADA, SEM ACUCAR, SEM<br>POLPA DE FRUTA, SABOR GOIABA - POLPA DE FRUTA, | UN - UNIDADE MAIS FRUTA/SEM-PRE V1000,0000 | | | 6,6900 | 6.<br>690,0000 |
| 23865 | SABOR GOIABA, CONGELADA, SEM ACUCAR - COM ASPECTO<br>POLPA DE FRUTA, SABOR UVA - POLPA DE FRUTA, SABOR | UN - UNIDADE MAIS FRUTA/SEM-PRE V1000,0000 | | | 6,9000 | 6.<br>900,0000 |
| 23867 | UVA, CONGELADA, SEM ACUCAR - COM ASPECTO COR,<br>QUEIJO PETIT SUISSE, SABOR MORANGO, COM POLPA DE | UN - UNIDADE BATAVINHO 500,0000 | | | 8,3700 | 4.<br>185,0000 |
| 23899 | FRUTAS – CONTENDO GLÚTEN, LEITE DESNATADO, AÇÚCAR,<br>OVOS DE GALINHA – UNIDADE, GRANDE, ISENTO DE | UN - UNIDADE IN NATURA 11000,0000 | | | 0,4400 | 4.<br>840,0000 |
| 24194 | SUJIDADES, FUNGOS, LARVAS E SUBSTANCIAS TOXICAS,<br>ABOBRINHA VERDE - DE PRIMEIRA QUALIDADE, CHEIRO, | KG - QUILOGRAMA IN NATURA 1000,0000 | | | 4,2500 | 4.<br>250,0000 |
| | ASPECTO E SABOR PROPRIOS, SEM DEFORMACOES, ISENTA | | | | | |
| 24198 | BISCOITO COM SAL, TIPO AGUA E SAL, PACOTE CONTENDO | UN - UNI-DADE | ADORALLE | 2000,0000 | 8,8000 | 17.<br>600,0000 |
| 24269 | 800 GRAMAS<br>FEIJAO - CARIOCA, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE | UN - UNI-DADE | KOBLENZ | 2600,0000 | 3,6500 | 9.<br>490,0000 |
| 24273 | GRAOS INTEIROS E SADIOS, COM A UMIDADE PERMITIDA<br>LEITE LONGA VIDA, UHT INTEGRAL - TEOR DE MATERIA | UN - UNI-DADE | TIROL/VEN-CEDOR | 7000,0000 | 3,6000 | 25.<br>200,0000 |
| 24277 | GORDA COMPOSTO CARBOIDRATOS, PROTEÍNAS, GORDURAS<br>FARINHA DE MANDIOCA TORRADA - SECA, FINA, TIPO 1, | UN - UNI-DADE | MIKA | 450,0000 | 6,9000 | 3.<br>105,0000 |
| 24279 | BRANCA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADA EM SACO<br>POLVILHO DOCE, BRANCO – FECULA DE MANDIOCA, | UN - UNI-DADE | MIKA | 2200,0000 | 5,8800 | 12.<br>936,0000 |
| 24283 | ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,<br>EXTRATO DE TOMATE - CONCENTRADO, PRODUTO | UN - UNI-DADE | ELEFANTE 340GR | 1200,0000 | 4,8900 | 5.<br>868,0000 |
| 24284 | RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR<br>MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRAOS INTEIROS, | UN - UNI-DADE | ODERICH | 1000,0000 | 1,8400 | 1.<br>840,0000 |
| 24285 | IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E<br>ERVILHA VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, INTEIRA, | UN - UNI-DADE | QUERO | 400,0000 | 2,0400 | 816,0000 |
| 24288 | IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,<br>VINAGRE - DE MACA, RESULTANTE DA FERMENTACAO DA | UN - UNI-DADE | SABORELLE 500 ML | 250,0000 | 4,4800 | 1.<br>120,0000 |
| 24294 | MACA, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS<br>MILHO DE PIPOCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, | UN - UNI-DADE | CHOPEMPA | 80,0000 | 2,4500 | 196,0000 |
| 24299 | BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES,<br>OREGANO - EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES | UN - UNI-DADE | MIKA | 100,0000 | 4,8900 | 489,0000 |
| 24300 | VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE<br>ERVA DOCE – ERVA DOCE (PIMPINELLA ANISUM L.) | UN - UNI-DADE | MIKA | 60,0000 | 1,4900 | 89,4000 |
| 24338 | CARNE BOVINA - TIPO ACEM DE SEGUNDA SEM OSSO | UN - UNI-DADE | IN NATURA | 4500,0000 | 12,9000 | 58.<br>050,0000 |
| 24341 | (DIANTEIRA), EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O<br>TOMATE - MADURO,BOA QUALIDADE,GRAUDA,DE POLPA | UN - UNI-DADE | IN NATURA | 2000,0000 | 5,0800 | 10.<br>160,0000 |
| 24344 | FIRME E INTACTA,ISENTO DE ENFERMIDADES MATERIAL<br>CENOURA - VERMELHA,DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA, | UN - UNI-DADE | IN NATURA | 1600,0000 | 3,9400 | 6.<br>304,0000 |
| 24353 | COMPACTA E FIRME,SEM LESOES DE ORIGEM SEM<br>CHUCHU - DE BOA QUALIDADE,TAMANHO E COLORACAOO | UN - UNI-DADE | IN NATURA | 1500,0000 | 2,6900 | 4.<br>035,0000 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | UNIFORME,LIVRE DE ENFERMIDADES,SEM DANOS FISI-COS E | | | | | |
| 24357 | MELANCIA - REDONDA, GRAUDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE | UN - UNIDADE | IN NATURA | 2200,0000 | 1,9900 | 4.378,0000 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLO-RACAO | | | | | |
| 24358 | LARANJA - PERA, COR AMARELA ESVERDEADA, DE | UN - UNIDADE | IN NATURA | 3500,0000 | 2,0900 | 7.315,0000 |
| | PRIMEIRA, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES SA-BOR | | | | | |
| 25127 | CEBOLA BRANCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, COMPAC-TA E | UN - UNIDADE | IN NATURA | 1500,0000 | 3,7600 | 5.640,0000 |
| | FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, | | | | | |
| 25136 | SALSICHA – HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE SUINA, | UN - UNIDADE | PERDIGÃO | 700,0000 | 7,9000 | 5.530,0000 |
| | CONGELADA COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZI-DOS, | | | | | |
| 25139 | MACARRAO COM OVOS - TIPO MASSA SECA PARA | KG - QUILOGRA-MA | DORALLE | 1500,0000 | 2,5500 | 3.825,0000 |
| | MACARRONADA, FORMATO ESPAGUETE 8/5, COM FIO FINO E | | | | | |
| 28223 | ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ DIET – EM PÓ | UN - UNIDADE | GOLD | 300,0000 | 14,4900 | 4.347,0000 |
| | VITAMINADO SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE, SEM AÇÚ-CAR, | | | | | |
| 28225 | BISCOITO DOCE TIPO MAISENA SEM LACTOSE E PRO-TEÍNA | UN - UNIDADE | LIANE | 200,0000 | 5,9800 | 1.196,0000 |
| | DO LEITE - FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FER-RO | | | | | |
| 28226 | BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA - FARINHA DE TRIGO | UN - UNIDADE | BELMA | 1800,0000 | 6,4900 | 11. 682,0000 |
| | ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, | | | | | |
| 28227 | FARINHA DE ARROZ – OBTIDA DO ARROZ MOÍDO, ISEN-TA | UN - UNIDADE | URBANO | 200,0000 | 4,1900 | 838,0000 |
| | DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, MOFO E MATERI-AIS | | | | | |
| 28228 | CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, EM ISCAS OU CUBOS, | UN - UNIDADE | IN NATURA | 3600,0000 | 15,9000 | 57. 240,0000 |
| | CONGELADA - NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM | | | | | |
| 28229 | ERVAS FINAS – ALECRIM, TOMILHO, MANJERICÃO, | UN - UNIDADE | MIKA | 150,0000 | 1,8900 | 283,5000 |
| | MANJERONA, ESTRAGÃO, SALSA E ORÉGANO. | | | | | |
| 28231 | FARINHA PARA TAPIOCA - FECULA DE MANDIOCA | UN - UNIDADE | MIKA | 200,0000 | 5,3800 | 1.076,0000 |
| | HIDRATADA PRONTA PARA O PREPARO. NÃO CONTEM GLUTEN | | | | | |
| 28232 | FÓRMULA INFANTIL À BASE DE SOJA – COMPOSTA POR | UN - UNIDADE | SUPRA SOY | 200,0000 | 29,8900 | 5.978,0000 |
| | MALTODEXTRINA, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, FIBRA | | | | | |
| 28233 | LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE – COMPOSTO POR | UN - UNIDADE | NESTLE | 200,0000 | 27,4900 | 5.498,0000 |
| | LEITE INTEGRAL, MALTODEXTRINA, SORO DE LEITE, | | | | | |
| 28235 | MILHO CANJICA BRANCA - DE PRIMEIRA QUALIDADE, | UN - UNIDADE | MIKA | 300,0000 | 2,5700 | 771,0000 |
| | BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADES, | | | | | |
| 28237 | PÃO DE FORMA INTEGRAL - PRODUTO OBTIDO PELA | UN - UNIDADE | PULMANN | 500,0000 | 11,9900 | 5.995,0000 |
| | COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS E | | | | | |
| 28239 | PERA – NACIONAL OU IMPORTADA, DE PRIMEIRA, TA-MANHO | UN - UNIDADE | IN NATURA | 700,0000 | 11,9800 | 8.386,0000 |
| | E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM | | | | | |
| 28241 | POLPA DE FRUTA, SABOR CAJÚ - POLPA DE FRUTA, SA-BOR | UN - UNIDADE | MAIS FRUTA/SEM-PRE | V1000,0000 | 6,4800 | 6.480,0000 |
| | CAJÚ, CONGELADA, SEM ACUCAR - COM ASPECTO COR, | | | | | |
| 28242 | ALHO PROCESSADO - TIPO ROXO, COM ASPECTO COR, | KG - QUILOGRA-MA | IN NATURA | 550,0000 | 16,6900 | 9.179,5000 |
| | CHEIRO E SABOR PROPRIOS, FIRME E INTACTO, LIVRE DE | | | | | |
| | | | | | **Total Fornece-dor:** | 578. 734,0000 |
| | | | | | **Total Geral:** | 767. 633,8500 |

GAUCHA DO NORTE, Quinta-feira, 18 de Janeiro de 2018

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO- PREGÃO PRESENCIAL -SRP**

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos: Licitação Nr.: 00000003/2018

Modalidade Nr.: 00000003/2018 Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 24/01/2018 Data da Homologação: 24/01/2018

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA

| Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) | Unid. | Marca | Qtd. | Vlr. Unitário | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **31105 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE MASSA ASFALTICA LTDA - EPP** | | | | | |
| 21678 MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE | UN - UNIDADE | MAIS FÁCIL | 300000,0000 | 0,7400 | 222.000,0000 |
| | | | | **Total Fornecedor:** | 222.000,0000 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **Total Geral:** | 222.000,0000 |
| GAUCHA DO NORTE, Quarta-feira, 24 de Janeiro de 2018 | | | | | |

**DECRETO 761 DE 11 DE JANEIRO DE 2018 - ATUALIZAÇÃO UPFM**

**DECRETO Nº. 761/2018.**

**"Dispõe sobre a atualização da UPFM - Unidade Padrão Fiscal Municipal, e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o art. 406, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 386/2009 (Código Tributário Municipal);

**DECRETA :**

**Art. 1º.** Fica atualizado o valor da UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), no âmbito da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Gaúcha do Norte, para R$ 27,24 (vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), corrigido em 2,07 (dois vírgula sete por cento), de acordo com o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses (janeiro a dezembro/2017).

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT, 11 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018**

**SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

**''PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP"**

**LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -**

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT**

A Pregoeira Oficial do município de Gaúcha do Norte MT designada pelo Decreto Municipal nº. **733/2017 de 10 de setembro de 2017**, torna se público para conhecimento dos interessados em participar do referido certame, que o mesmo será remarcado para a data de 08/02/2018 ás 07:30hs (horário de Cuiabá). Em razão de haver a necessidade de fazer algumas alterações no objeto do edital. Conforme descrito nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93.

Gaúcha do Norte MT, 25 de janeiro de 2018.

NEILLA F. DE SOUZA

PREGOEIRA OFICIAL

**DECRETO 765 DE 19 DE JANEIRO DE 2018 - ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA**

**DECRETO Nº. 765/2018.**

**"Dispõe sobre a atualização monetária dos valores da planta genérica de valores (valor venal) para fins de lançamento de IPTU, ITBI e tabela de valores de serviços públicos do Município de Gaúcha do Norte, e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o artigo 21 do Código Tributário Municipal e artigo 97, §2º do Código Tributário Nacional;

**CONSIDERANDO** que a simples atualização do valor monetário na base de cálculo não traduz sua majoração;

**CONSIDERANDO** o processo de inflação, bem como que a atualização não poderá ultrapassar os índices inflacionários e que a Fazenda Publica poderá atualizar seus tributos através de ato do Poder Executivo;

**CONSIDERANDO** o índice INPC dos últimos12 (doze) meses, ora, 2,07%;

**CONSIDERANDO** o entendimento do Supremo Tribunal Federal em que a atualização não caracteriza majoração e pode ser realizado através de Decreto do Poder Executivo;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Ficam atualizados em 2.07% os valores da Planta Genérica do Município (valor venal) para fins de lançamento de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e, Tabela de Valores referente a Serviços Públicos- tabelas em anexo.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 19 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

**DECRETO 765 - ANEXO VALORES VENAIS DO MUNICIPIO**

**TABELA DE VALORES DE SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE GAÚCHA**

**DO NORTE – MT 2018**

| **DESCRIÇÃO E BASE DE CÁLCULO** | VALORES EM R$ |
|---|---|
| **1.EMOLUENTES** : | **UPFM : 27,24** |
| 1.1- DAM´S (documento de arrecadação municipal),por documento expedido | R$ 4,06 |
| 1.2-Capa de Processo , por unidade | R$ 3,25 |
| 1.3-Demais emolumentos , por unidade. | R$ 3,25 |
| **2.- Expedientes:** | |
| 2.1-Certidões de: | |
| 2.1.1- Negativas de tributos | R$ 23,41 |
| 2.1.2- Registro de marca de gado | R$ 38,96 |
| 2.1.3- Habite-se | R$ 30,47 |
| 2.1.4- Avaliação de bens imóvel | R$ 30,47 |
| 2.1.5- Comprovação de propriedade | R$ 15,79 |
| 2.1.6- comprovação de cadastro imobiliário m por inscrição. | R$ 15,79 |
| 2.1.7- Renovação de inscrição de qualquer natureza . por inscrição | R$ 15,79 |
| 2.1.8 – Segunda via | R$ 15,79 |
| 2.1.9- Demais certidões não especificadas nos itens anteriores | R$ 18,80 |
| 2.2.0- Transferência por imóvel urbano por contrato de compra e venda | R$ 30,47 |
| **2.2- Atestado de :** | |
| 2.2.1- Residência | R$ 15,79 |
| 2.2.2- hipossuficiência | **Isento** |
| 2.2.3- Segunda via | R$ 5,42 |
| **2.2.4-Demais atestados não especificados nos itens anteriores** | R$ 15,79 |
| **2.3-Declaração de :** | |
| 2.3.1-Busca e apreensão | R$ 30,46 |
| 2.3.2- Embargos | R$ 576,79 |
| 2.3.3- Segunda via | R$ 14,56 |
| 2.3.4-Demais declarações não especificadas nos itens anteriores , por laudo | R$ 23,41 |
| **2.4-Contrato de**: | |
| 2.4.1-Compromisso de pagamento | R$ 14,43 |
| 2.4.2-Compromisso de pagamento da divida ativa | R$ 15,79 |
| 2.4.3-Demais contratos não especificados nos itens anteriores | R$ 15,79 |
| **2.5-Requerimento de :** | |
| 2.5.1-Requerimento dirigido a qualquer autoridade municipal , para os demais fins por solicitação ou encaminhamento. | R$ 7,42 |
| 2.6-Baixa de qualquer natureza , por solicitação. | Isento |

| | |
|---|---|
| 2.7-Averbação | R$ 30,46 |
| 2.8-Fornecimento do código tributário municipal , por pagina | R$ 0,38 |
| 2.9-Boletim de informação cadastral , por unidade. | R$ 1,55 |
| 3-Serviço diversos | |
| 3.1- De numero ou remuneração de prédio: | |
| 3.1.1- pela remuneração , além da placa | R$ 15,79 |
| 3.1.2-Pela remuneração , além da placa | R$ 15,79 |

| | |
|---|---|
| **3.2-Da apreensão e transporte de bens em geral:** | |
| 3.2.1-De mercadorias por quilo ou unidade | **R$ 15,78** |
| 3.2.2-De cães ou animal de pequeno porte, por cabeça | R$ 38,96 |
| 3.2.3-De equino, bovino ou similar, por cabeça. | R$ 77,96 |
| 3.2.4-De veículos de tração mecânica, por unidade | R$ 155,96 |
| **3.2.5-Demais, não incluídos nos itens anteriores.** | R$ 124,89 |
| 3.3-Deposito de bens apreendidos: | |
| 3.3.1-De mercadorias por quilo ou unidade, ao dia ou infração. | R$ 7,88 |
| 3.3.2-De cães ou animal de pequeno porte, por cabeça e por dia de fração. | R$ 15,79 |
| 3.3.3-De equino, bovino ou similar, por cabeça e por dia ou fração | R$ 46,90 |
| 3.3.4-De veículos de tração mecânica , por unidade ao dia ou fração | R$ 23,16 |
| 3.3.5-De veicula de tração animal, por unidade ao dia ou fração. | R$ 29,97 |
| 3.3.6-Demais não incluídos nos itens anteriores | R$ 29,97 |
| 4-Outros serviços diversos: | |
| 4.1-Capinação de lotes não murados remoção do lixo gerado, por m² | LEI ESPECIFICA |
| 4.2-Por caminhão tanque d'agua fornecido | R$ 93,51 |
| 4.3-Por Caminhão basculante de terra , por m² | R$ 46,90 |
| 4.4-Remoção de lixo compreendendo entulhos ,distritos industriais, galhos de arvores etc | R$ 46,90 |
| 4.5-Remoção de lixo domiciliar, comercial industrial, quando realizado em horário especial , por m² | R$ 46,90 |
| 4.6-Aluguel de espaços em próprios municipais , box bancas e etc. por m² ao dia | R$ 27,24 |
| **VALORES ESTIPULADOS REFERENTES A LIMPEZA E MULTA POR NÃO COMPRIMENTODE PARTE DOS PROPRIETÁRIOS OU POSSUIDORES DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE-MT.** | |
| **Upfm 2018** | R$ 27,24 |
| 1 – Da multa por não comprimento da obrigação de fazer (A) 2,50 (upf) | R$ 68,15 |
| II – TAXA DE LIMPEZA | |
| a) 4,5 (UPF) PARA TERRENOS ATÉ 170 M² | R$ 122,65 |
| b) 7,5 (UPF) PARA TERRENOS DE 171M² A 250 M² | R$ 204,46 |
| c) 9,0 (UPF) PARA TERRENOS DE 251 M³ ATÉ 600M² | R$ 245,38 |

**VALORES VENAIS DO M² DO TERRENO PERIMETRO URBANO POR SETOR**

**2018**

| | |
|---|---|
| V.V.T – SETOR 01 - R$ 50,83 | |
| V.V.T – SETOR 02 – R$ 40,65 | |
| V.V.T – SETOR 03 – R$ 24,68 | 07-08-09-10 – 11e 12 |
| V.V.T – SETOR 04 – R$ 23,23 | |
| V.V.T – SETOR 05- R$ 21,77 | 13-CHF APROX SETOR 05 |
| V.V.T – SETOR 06- R$ 13,06 | |

---

ITBI – 2018

TERRAS LOCALIZADAS EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA.

VALORES DA UPFM : R$ 27,24

| SITUAÇÃO | | FORMAÇÃO | VALOR DA PAUTA EM UPFM/M² | VALOR/M² |
|---|---|---|---|---|
| QUALQUER CULTURA | 0,0 Á 0,5 HA | QUALQUER FORMAÇÃO | 0,588 | 16,02 |
| QUALQUER CULTURA | 0,5 Á 1,0 HA | QUALQUER FORMAÇÃO | 0,470 | 12,80 |
| QUALQUER CULTURA | 1,0 Á 2,0 | QUALQUER FORMAÇÃO | 0,353 | 9,62 |
| QUALQUER CULTURA | 2,0 Á 4,0 | QUALQUER FORMAÇÃO | 0,235 | 6,40 |
| QUALQUER CULTURA | ACIMA DE 4,0 HA | QUALQUER FORMAÇÃO | V.V.U.T | PAUTA DE TERRAS RURAIS |

**ITBI ÁREA RURAL - 2018**

| SITUAÇÃO | DISTÂNCIA | FORMAÇÃO | UPFM POR HECTARE: VALOR UPFM: 27,24 | VALOR POR HECTARE |
|---|---|---|---|---|
| **NATURAL** | **0 a 10 KM** | **MATA** | **153** | **4.167,72** |
| **NATURAL** | **0 a 10 KM** | **CERRADO** | **153** | **4.167,72** |
| **PASTAGEM** | **0 A 10 KM** | **MATA** | **327** | **8.907,48** |
| **PASTAGEM** | **0 A 10 KM** | **CERRADO** | **327** | **8.907,48** |
| **MECANIZADA** | **0 A 10 KM** | **LAVOURA** | **382** | **10.405,68** |
| **MECANIZADA** | **0 A 10 KM** | **PASTAGEM** | **382** | **10.405,68** |
| **SERINGUEIRA** | **0 A 10 KM** | | **382** | **10.405,68** |
| **NATURAL** | **ACIMA DE 10 KM** | **MATA** | **65** | **1.770,60** |
| **NATURAL** | **ACIMA DE 10 KM** | **CERRADO** | **65** | **1.770,60** |
| **PASTAGEM** | **ACIMA DE 10 KM** | **MATA** | **153** | **4.167,72** |
| **PASTAGEM** | **ACIMA DE 10 KM** | **CERRADO** | **109** | **2.969,16** |
| **MECANIZADA** | **ACIMA DE 10 KM** | **LAVOURA** | **196** | **5.339,04** |
| **MECANIZADA** | **ACIMA DE 10 KM** | **PASTAGEM** | **153** | **4.167,72** |
| **SERINGUEIRA** | **ACIMA DE 10 KM** | | **382** | **10.405,68** |

## DECRETO 764 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CON. M. DO IDOSO

**DECRETO Nº. 764/2018.**

**"Dispõe sobre a alteração e nomeação dos membros do Conselho Municipal do Idoso , e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a substituição dos membros representantes da Secretaria de Assistência Social.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam alterado e nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal do Idoso, conforme abaixo relacionado:

**Secretaria de Assistência Social**

**Titular: Letiane Pereira Silveira**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº.2058668-0, C.P.F/MF nº. 029.569.981-70, residente e domiciliada à RuaCuritiba, Lt 03,QD 080, Jardim Gramado, Gaúcha do Norte-MT.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 12 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

## DECRETO 763 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CMDCA

**DECRETO Nº. 763/2018.**

**"Dispõe sobre a alteração e nomeação dos membros do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a substituição dos membros representantes da Secretaria de Assistência Social;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a substituição dos membros representantes do Poder Executivo;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam alterado e nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal da Criança e Adolescente, conforme abaixo relacionado:

**Secretaria de Assistência Social**

**Titular: Luiz Carlos Santos Lopes**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº.1116133-3, SJ/MT, C.P.F/MF nº. 765.341.201-78, residente e domiciliado à Rua Paraná, Gaúcha do Norte-MT.

Poder Executivo:

Titular: Marcia Rubia da Silva, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº. 001.039.386, SSP-MS, inscrita no C.P.F/MF nº. 009.659.391-11, residente e domiciliada à Avenida Brasil, Centro, Gaúcha do Norte-MT.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 12 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

**DECRETO 762 DE 12 DE JANEIRO DE 2018 - ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO CON. M. ASSISTÊNCIA SOCIAL(2)**

**DECRETO Nº. 762/2018.**

**"Dispõe sobre a alteração e nomeação dos membros do Conselho Municipal da Assistência Social , e dá outras providências."**

**Voney Rodrigues Goulart,** Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de a substituição dos membros representantes da Secretaria de Assistência Social.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam alterado e nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal da Assistência Social, conforme abaixo relacionado:

**Secretaria de Assistência Social**

**Titular: Letiane Pereira Silveira**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº.2058668-0, C.P.F/MF nº. 029.569.981-70, residente e domiciliada à RuaCuritiba, Lt 03,QD 080, Jardim Gramado, Gaúcha do Norte-MT.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte – MT, 12 de janeiro de 2018.

**VONEY RODRIGUES GOULART**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 304, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.**

*Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

**1. MONICA APARECIDA BORGES DE OLIVEIRA MARTINS,** servidora pública do quadro de servidores temporários do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, admitida por meio de Processo Seletivo Simplificado, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 20/12/2017 à 17/06/2018, devendo retornar ao trabalho no dia 18/06/2018.

**Art. 2º -**Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

**Art. 3°** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT., 19 de dezembro de 2017.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 303, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.**

*Concede Licença Prêmio de Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal

**R E S O L V E:**

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor abaixo relacionados:

**1. CARMEM PRESOTTO,** servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, empossado em 11/03/2008, pelo período de 03 (três) mês– **sendo o período de gozo de 04/01/2018 à 04/04/2018, referente ao período aquisitivo 11/03/2008 a 11/03/2013,** com o retorno aos trabalho no dia **05/04/2018.**

**2. JANAINA DA SILVEIRA FRAGERRI,** servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PSICOLOGA, empossado em 01/04/2002, pelo período de 01 (um) mês– **sendo o período de gozo de 03/01/2018 à 03/02/2018, referente ao período aquisitivo 01/04/2012 a 01/04/2017,** com o retorno aos trabalho no dia **04/02/2018.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT., 19 de dezembro de 2017.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**DECRETO MUNICIPAL N° 08 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.**

***"Decreta Luto Oficial e Ponto Facultativo no dia 25 de janeiro de 2018, e dá outras providências".***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

**CONSIDERANDO** o falecimento do Sr. Juracy Pereira Campos (Cizinho), ocorrido em 24 de janeiro de 2018;

**CONSIDERANDO** que o falecido foi Vereador do Município de Itiquira/MT e ainda um cidadão atuante na sociedade com relevantes serviços prestados e seu falecimento causou grande comoção no município;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica Decretado Luto Oficial e Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 25 de janeiro de 2018, em virtude do falecimento do Sr. Juracy Pereira Campos (Cizinho).

***Parágrafo Único.* O ponto facultativo de que trata o *caput* deste artigo não abrange os órgãos/unidades administrativas do Poder Executivo/ Prefeitura que prestam serviços de relevante interesse público, considerados essenciais para a população, tais como: saúde, saneamento básico, sepultamento, vigilância, educação e limpeza pública, bem como os prazos licitatórios que não serão interrompidos.**

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 24 de janeiro de 2018.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

### P O R T A R I A N º 005/2018

***"Dispõe sobre composição da Comissão Permanente de Licitação para o no de 2018"***

**EDERZIO DE JESUS MENDES**, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando o que dispõe a Lei 8.666/93 em seu art. 51 caput;

Art. 1º - Fica nomeados os servidores abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação – CPL passando a vigorar a partir de 25 de janeiro de 2018.

**Presidente: Eder Trajano Oliveira**

**1 – Equipe de Apoio : Paulo Neris de Assunção**

**2 - Equipe de Apoio: Fagner Vieira de Godoes**

Art.2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT 25 de Janeiro de 2018.

**EDERZIO DE JESUS MENDES**

Prefeito Municipal

### P O R T A R I A N º 004/2018

***" Nomeia o Pregoeiro e Respectiva Equipe de Apoio para realização de Licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Jangada –MT, para o Exercício 2018."***

**EDERZIO DE JESUS MENDES**, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Art. 1º** - Fica nomeados o Pregoeiro e sua respectiva equipe de Apoio para realização da Licitação na modalidade Pregão, no âmbito do poder Executivo deste Município de Jangada-MT, no decorrer do Exercício de 2018, conforme abaixo identificado, sendo os seguintes servidores.

**Pregoeiro: Adilson Pereira Nunes**

**1 – Equipe de Apoio : Paulo Neris de Assunção**

**2 - Equipe de Apoio: Fagner Vieira de Godoes**

Art.2º - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, dentre outras atribuições, o recebimento das propostas e lances, á analise de sua aceitabilidade, sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito publico, em especial as regras e determinações instituídas pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas, assim como as disposições da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - O Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio, por seus Membros de que se trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse publico.

Art. 4 – Esta Portaria entrara e vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em Jangada/MT de 25 de Janeiro de 2018

**EDERZIO DE JESUS MENDES**

Prefeito Municipal

### LEI N° 061/91, DE 19 DE JULHO DE 1991.

**INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**E DA OUTRAS PROVIÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Jangada no uso de suas atribuições Legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte lei:

**CAPITULO I SEÇÃO I DOS OBJETIVOS:**

**Art. 1°.** Fica instituído o fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de Saúde, executadas ou coordenadas pela divisão Municipal de saúde. Que compreendem:

I - O atendimento à Saúde universalizado, integral regionalizado e hierarquizado;

II – A vigilância sanitária;

III – epidemiológica e ações de Saúde de interesse individual e coletivo correspondente;

IV – O controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo as organizações competentes das esferas federa e estadual.

**CAPITULO II DA ADIMINISTRAÇÃO DO FUNDO SEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO:**

**Art. 2°.** O fundo municipal de Saúde ficará subordinado diretamente à divisão Municipal de Saúde.

**SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**Art. 3°.** São atribuições da divisão Municipal de saúde:

II - Gerir o fundo Municipal de Saúde a estabelecer políticas de aplicações dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no plano Municipal de Saúde;

III - Submeter ao conselho Municipal de Saúde o plano de aplicações e cargo do fundo, em consonância com o plano Municipal de Saúde e coma Lei de Diretrizes Orçamentária;

IV - Submeter ao conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesas do fundo;

V - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inicio anterior;

VI - Subdelegar competência aos responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviço a Saúde que intregam a rede Municipal;

VII - Assinar cheques com o responsável pela tesouraria, quando for o caso;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do fundo;

IX - firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, justamente com o Prefeito, referente a recursos que será administrado pelo fundo.

**SECÃO III DA CORDENAÇÃO DO FUNDO**

**Art. 4°.** São atribuições do coordenador do fundo:

I - Preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas a divisão Municipal de Saúde;

II - Manter os controles necessários e a execução orçamentária do fundo referente a empenhos liquidações e pagamentos das despesas e os recebimento das receitas do fundo;

III - Manter em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimônio com carga ao fundo;

IV - Encaminhar a contabilidade geral do Município;

A) Mensalmente, as demonstrações de receita e despesas; B) Trimestralmente, os injetáveis de estoque de medicamentos e de instrumentos médicos; C) Anualmente, o inventario dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do fundo;

V - Firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;

VI - Preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de Saúde para serem submetidas à divisão municipal de Saúde;

VII - Providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem econômico-financeiro geral do fundo Municipal de Saúde;

VIII - Apresentar, a divisão municipal de Saúde a análise e a avaliação da situação econômica financeira do fundo Municipal de Saúde decretam nas demonstrações mencionadas;

IX - Manter os necessários sobre convênios ou contratos de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a Saúde;

X - Encaminhar mensalmente, a divisão Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação de produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

XI - Manter o controle e avaliação da produção das unidades integrantes da rede Municipal de saúde;

XII - Encaminhar mensalmente, a divisão Municipal de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede Municipal de Saúde.

**SEÇÃO IV DOS RECURSOS DO FUNDO SUB-SEÇAO I DOS RECURSOS FINANCEIROS.**

**Art. 5°.** São receitas do fundo:

I - Astransferênciasoriundas do orçamento seguridade sociais, como decorrência do que dispõe o art. 30. VII da constituição da Republica;

II - Os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III - O produto de convênios firmando com outras entidades financeiras;

IV - O produto de arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, *multas e juros de mora por infrações do código sanitário Municipal, bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o município vier a criar;

V - As parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha a direito a receber por força de Lei e de convênios de setor;

VI - Doações em espécie feitas diretamente para este fundo.

§ 1° - A receita descrita nesse arquivo será depositada obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agencia de estabelecimento oficial de credito.

§ 2° - A aplicações de recursos de natureza dependerá:

I - Da existência de disponibilidade em função do cumprimento da programação;

II - De previa aprovação da divisão Municipal de Saúde.

**SUBSEÇÃO II DOS ATIVOS DO FUNDO.**

**Art. 6°.** – Constituem ativos do fundo Municipal de Saúde;

I - Disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas especifica;

II - Direitos que por ventura vier constituir;

III - Bens móveis e imóveis que forem destinados ao sistema de Saúde do município;

IV - Bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, destinados à administração do sistema de Saúde do Município.

**SUBESEÇÃO III DOS PASSIVOS DO FUNDO**.

**Art. 7°.** - Constituem passivos do fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de Saúde.

**SEÇÃO V DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE**

**SUBSEÇÃO I DO ORÇAMENTO**

**Art. 8°. -** O orçamento do fundo do Município de saúde evidenciara as políticas e o programa de trabalho governamental, observado e plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias, e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1° - O orçamento do fundo Municipal de Saúde integrara o orçamento do município, em obediência ao principio da unidade.

§ 2° - O orçamento do fundo municipal de Saúde observara, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e as normas estabelecidas na Legislação pertinente.

**SUBSEÇÃO II DA CONTABILIDADE**

**Art. 9°. –** A contabilidade do fundo Municipal de Saúde tem objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de Saúde, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

**Art. 10°.** - A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subseqüente e de informar, inclusive de apropriar a apurar os custos dos serviços, e conseqüentemente, de concretizar o se objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

**Art. 11°.** - A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1° - A contabilidade emitira relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2° - Entendem-se relatórios de gestão os balancetes de receita e de despesas do fundo Municipal de Saúde e demais demonstração exigida pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3° - As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

**SEÇÃO VI DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**

**SUBSEÇÃO I DA DESPESA**

**Art. 12°. -** Imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária, a divisão Municipal de Saúde aprovara o quadro de cotas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executadas do sistema Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e no comportamento da sua execução.

**Art. 13°.** -Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por decreto do executivo.

**Art. 14°.** - A despesa do fundo Municipal de saúde se constituirá de:

I - Financiamento total ou parcial programas integrados de Saúde desenvolvidos pela divisão ou com ela conveniados;

II - Pagamentos de vencimentos, salários, gratificação ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participa da execução das ações previstas no art. 1° da presente Lei;

III - Pagamentos pela prestação de serviços a entidades de direitos privado para execução de programas ou projetos específicos do setor Saúde, observado o disposto no § 1°, art. 199 da Constituição Federal;

IV - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóvel para adequação da rede física de prestação de serviços de Saúde;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em Saúde;

VII - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VIII - Atendimento de despesas diversas, de serviços de saúde mencionadas no art. 1° da presente Lei.

**SUBSEÇÃO II DAS RECEITAS**

**Art. 15°.** - A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nessa Lei.

**CAPITULO II DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16°. -** Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros)para cobrir as despesas de implantação do fundo de que trata a presente lei.

Parágrafo Único - As despesas a serem atendidas pelo presente Crédito correrão a conta do código de despesas 4.130, investidos em regime de execução especial, as quais serão compensadas com os recursos oriundas do art. 43 §§ e incisos da Lei Federal N° 4.320/64. Art. 17° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

**Gabinete do Prefeito em Jangada, 19 de julho de 1.991**

**SINOBILINO MACHADO DA SILVA**

**Prefeito Municipal**.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de licitação constante do Processo nº.169/2018 Dispensa de Licitação nº.002/2018, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 25/01/2018, para **Aquisição de compra de Bolsas e Uniformes Escolares para atender as Escolas Municipais.**

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 26 de janeiro de 2018.

**PEDRO FERREIRA DE SOUZA**

Prefeito Municipal

### ATA

**ATA DE NÚMERO 77-CMAS**

Aos 28 dias do mês de Dezembro de dois mil e dezessete as nove horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito a Avenida Santos Dumont, nº 679 - Centro deste município deu-se início a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, presidida pela senhora Uyara Leal Ramos Zorzal que cumprimenta e agradece a todos pela presença, na oportunidade apresenta a Pauta: **APRESENTAR E APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FEDERAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME CONSTA NO PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO ANO DE 2017 E A REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS QUE NÃO FORAM UTILIZADOS NO ANO DE 2017 PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2018.** Após a apresentação da pauta, a presidente faz apresentação do Relatório Anual Físico-Financeiro e os Saldos em Conta Corrente a serem Reprogramados, referente aos repasses dos Programas e Convênios do ano de 2017, como: o repasse recebido pelo Governo Federal sobre o recurso do BPC na Escola em conta corrente que é no valor de R$ 171,76 ( Cento e setenta e um reais e setenta e seis centavos) para serem utilizados em materiais de consumo. Apresenta o saldo em conta corrente referente ao IGD-SUAS no valor de R$ 19.339,11 (dezenove mil, trezentos e trinta e nove reais e onze centavos) para utilização em Material de consumo, diárias, passagens e despesa de locomoção, outros serviços de pessoa física, outros serviços de pessoa jurídica e equipamentos e materiais permanentes, sendo o mesmo valor a ser reprogramado para ser utilizado no ano de 2018 do saldo em conta do IGDSUAS, referente ao repasse da União. A Presidente relata também na conta do IGD-PBF os seguintes valores: R$ 7.536,40 (sete mil, Quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), ressaltou ainda que o mesmo valor do recurso disponível em conta do PBF (Programa Bolsa Família) será reprogramado para serem utilizado no ano de 2018 com Material de consumo, diárias, passagens e despesa de locomoção, outros serviços de pessoa física, outros serviços de pessoa jurídica e equipamentos e materiais permanentes. Dando sequencia a presidente informou que há restos a pagar de material de consumo do ano de 2017 para 2018 no valor de R$473,35 (quatrocentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos). Continuando fez a apresentação do recurso do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) e do PAIF em conta corrente no valor de R$ 162.718,98 (Cento e sessenta e dois mil, setecentos e dezoito reais e noventa e oito) sendo reprogramado esse valor para ser utilizado no ano de 2018 com a destinação em materiais de consumo, serviço de terceiro de pessoa física, serviço de terceiro de pessoa jurídica, Contratação por tempo Determinado e obrigações Patronais. Informa ainda que há restos a pagar no valor de R$ 3.483,56 (três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), referente ao recurso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – SCFV (reordenamento) referente ao ano de 2017 com material de consumo. Continuando a presidente relata sobre o recurso em conta corrente do Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade referente ao Convenio com a APAE na aquisição de Materiais de Consumo no valor de R$ 6.749,63 (seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), sendo o mesmo valor do recurso a ser reprogramado para ser utilização no ano de 2018, ressalta ainda que há restos a pagar no valor de R$739.70 (setecentos e trinta e nove reais e setenta centavos) com materiais de consumo. Finalizando a presidente apresenta o saldo em conta corrente do Programa Criança Feliz no valor de R$32.572,17 (trinta e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), a ser reprogramado o mesmo valor para ser utilizado no ano

de 2018 com Materiais de Consumo, Diárias, Gratificação, outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Contratação por Tempo Determinado e Obrigações Patronais. Após a apresentação e apreciação do relatório físico-financeiro sobre os recursos recebidos no ano de 2017 e saldos a reprogramar para o ano de 2018, foi posto em votação e aprovado por unanimidade pelo conselho. Continuando a presidente finaliza a reunião agradecendo a todos pelos trabalhos realizados e o apoio do conselho nas decisões e aprovação de documentos referente ao bom desenvolvimento da Secretaria de Assistência Social. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

## ATA

**ATA DE NÚMERO 78-CMAS**

Aos 28 dias do mês de Dezembro de dois mil e dezessete as treze horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito a Avenida Santos Dumont, nº 679 - Centro deste município deu-se início a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, presidida pela senhora Uyara Leal Ramos Zorzal que cumprimenta e agradece a todos pela presença, na oportunidade apresenta a Pauta: **APRESENTAR E APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS ESTADUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CO – FINANCIAMENTO E FUPIS) "FEAS" CONFORME CONTA NO PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO ANO DE 2017 E A REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS QUE NÃO FORAM UTILIZADOS NO ANO DE 2017 PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2018.**Após a apresentação da pauta, a presidente faz apresentação do Relatório Anual Físico-Financeiro e os Saldos em Conta Corrente do Governo do Estado (FEAS) referente ao Co–financiamento no valor de R$ 2.745,83 (dois mil setecentos e quarenta e cinco e oitenta três reais), que não foi utilizado no ano de 2017 sendo reprogramado o valor total para despesas de Material de Consumo, outros Serviços de Terceiro Pessoa Física, outros Serviços de Pessoa Jurídica, Materiais Permanentes e Benefícios Eventuais, e contendo resto há pagar no valor de R$1.429,00 (um mil quatrocentos e vinte nove) para o ano de 2018. Continuando a presidente apresenta o recurso do FUPIS (Fundo Partilhado de Investimentos Sociais) referente ao ano de 2017 no valor de R$459,29 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos), a ser reprogramado o mesmo valor para ser utilizado no ano de 2018 com material de consumo, outros serviços de terceiro pessoa física, outros serviços de pessoa jurídica e materiais permanentes e Benefícios Eventuais, contendo restos a pagar no valor de R$459,29 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte e nove centavos). Após a apresentação e apreciação do relatório físico-financeiro sobre os Recursos Estaduais recebidos no ano de 2017 e saldos a reprogramar para o ano de 2018, foi posto em votação e aprovado por unanimidade pelo conselho. Continuando a presidente finaliza a reunião agradecendo a todos pelos trabalhos realizados e o apoio do conselho nas decisões e aprovação de documentos referente ao bom desenvolvimento da Secretaria de Assistência Social. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a inexigibilidade de licitação constante do Processo nº. 0234/2018 processo de inexigibilidade nº.001/2018, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 25/01/2018, para **Aquisição de peças para Revisão e manutenção do Veiculo Sprinter Furgão /415**

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT 25 de janeiro de 2018.

**PEDRO FERREIRA DE SOUZA**

Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO

**RESOLUÇÃO Nº 14 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017**

Dispõe sobre Apresentar e Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais da Assistência Social "FEAS" do ano de 2017 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2017 para serem utilizados no ano de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 28 de Dezembro de 2017, conforme Ata nº80/2017.

Resolve:

Art 1º - Apresentar e Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais da Assistência Social "FEAS" do ano de 2017 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2017 para serem utilizados no ano de 2018 pelo Conselho CMAS;

Art 2º - Aprovado a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais da Assistência Social "FEAS" do ano de 2017 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2017 para serem utilizados no ano de 2018 pelo Conselho CMAS por unanimidade;

Art 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Jauru – MT, 28 de Dezembro de 2017.**

**Uyara Leal Ramos Zorza**l

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS

## ATA

**ATA DE NÚMERO 80-CMAS**

Aos 28 dias do mês de Dezembro de dois mil e dezessete as quinze horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito a Avenida Santos Dumont, nº 679 - Centro deste município deu-se início a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, presidida pela senhora Uyara Leal Ramos Zorzal que cumprimenta e agradece a todos pela presença, na oportunidade apresenta a Pauta: **APRESENTAR E APROVAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS ESTADUAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL "FEAS" DO ANO DE 2017 E A REPROGRAMAÇÃO DOS RECURSOS QUE NÃO FORAM UTILIZADOS NO ANO DE 2017 PARA SEREM UTILIZADOS NO ANO DE 2018.** Após a apresentação da pauta, a presidente faz apresentação do **resumo dos gastos com recursos do FEAS do ano de 2017, e inicia informando sobre o valor Reprogramado do ano de 2016 de R$ 39.711-97, (trinta e nove mil, setecentos e onze reais e noventa e sete centavos). Relata que não recebeu recursos do FEAS em 2017 ficando com o valor zerado. Apresenta o Rendimento Proveniente de Aplicação Financeira no valor de R$ 1.280,04, (Um mil, duzentos e oitenta reais e quatro centavos). Com o total de receitas durante o ano de 2017 zerado. Os Gastos com Serviços da Proteção Social Básica no valor de R$ 18.051,29, (dezoito mil, cinquenta e um reais e vinte e nove centavos). Não houve Gastos com serviços da Proteção Social Especial ficando zerado. Gastos com Benefícios Eventuais no valor de R$ 20.194,89, (vinte mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos). Total de Recursos Gastos nos Serviços durante o ano de 2017 no valor de R$ 38.246,18 (trinta e oito mil duzentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos), sendo que, com este recurso**

foram adquiridos Materiais Permanentes, Benefícios Eventuais e realizados os serviços com execução de atividades na Proteção Social Básica como, com lanches para distribuição gratuita e outros**. Portanto, fica o Saldo para Reprogramardos Recursos do FEAS para serem utilizados no ano de 2018 no valor R$ 2.745,83 (dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos),** na qual o mesmo será utilizado para pagamento de restos a pagar no valor de R$ 1.429,00 da aquisição de material permanente, e o restante será utilizado com Material de Consumo, Material Permanente ou Benefícios Eventuais no ano de 2018**. Na sequência a presidente faz a leitura da EXECUÇÃO FÍSICA - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, apresenta os Serviços e o Número de usuários atendidos como:** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF com 69 usuários atendidos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV com 158 usuários atendidos; Avaliação e Operacionalização do BPC na Escola com 03 usuários atendidos; Benefícios eventuais com 108 usuários atendidos; Serviços de Proteção Social Básica no domicilio para pessoas com Deficiência e Idosos com 37 usuários atendidos; Serviços de Acolhimento Institucional com 32 usuários atendidos. A presidente informa que todos esses atendimentos foram prestados durante o ano de 2017, referente à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a presidente deixa a disposição do Conselho os valores apresentadosda Prestação de Contas dos Recursos Estaduais da Assistência Social "FEAS" do ano de 2017 e a Reprogramação dos Recursos que não foram utilizados no ano de 2017 para serem utilizados no ano de 2018, para apreciação e votação. Após a apresentação a prestação de contas foi aprovada por unanimidade pelo conselho. Continuando a presidente finaliza a reunião agradecendo a todos pelos trabalhos realizados e o apoio do conselho nas decisões e aprovação de documentos referente ao bom desenvolvimento da Secretaria de Assistência Social. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

### SETOR DE CONTABILIDADE
### EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2018

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 001/2018**

A Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra,** torna público que estará à disposição na data de 20 de Fevereiro de 2018 na Prefeitura Municipal de Juara e no site www.juara.mt.gov.br, a quem interessar possa os Demonstrativos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária referente ao 6º Bimestre de 2017 e Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2017, em conformidade com art. 52 da LRF.

Juara-Mt, 29 de Janeiro de 2018.

**Luciane Borba Azoia Bezerra**

**Prefeita Municipal**

### SEGUNDO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 023/2017, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO N. 113/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMP

Aos 23 dias do mês de janeiro de 2018, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominado **CONTRATANTE** e de outro a empresa: **CONTRATANTE** e a Empresa **CONSTRULOGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 24.961.666/0001-74, localizada à Avenida do Comercio, n. 1164, Bairro Centro, Cep: 78.545-000, no Município de Santa Carmem - Estado de Mato Grosso, representada legalmente pelo Srº. Ronaldo de Abreu Gonzalez, portador do RG: 093.876 SSP/MT e CPF: 174.686.551-20, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 62, § 3º, e Processo Licitatório de Pregão n. 113/2016, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1 –** Este instrumento tem como objeto a **PRORROGAÇÃO** de vigência contratual sem acréscimos de valores, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde n.º 001/2018/SMS de 11 de janeiro de 2018, por se tratar de **ELABORAÇÃO DE PROJETO DE COMBATE DE INCENDIO E PÂNICO E SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS – SPDA, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS UNIDADES DO MUNICIPIO DE JUARA**, conforme descrito em contrato pelo **CONTRATADO** e suas descrições técnicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da prorrogação da vigência contratual e supressão dos valores mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1 – Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até 21 de julho de 2019.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

4.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO**

5.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

**CLÁUSULA SEXTA – DO FORO**

6.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Juara /MT, em 23 de janeiro de 2018.

**LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA**

**PREFEITA MUNICIPAL**

**CONTRATANTE**

**CONSTRULOGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**

CNPJ: 24.961.666/0001-74

Sr. Ronaldo de Abreu Gonzalez

RG: 093.876 SSP/MT e CPF: 174.686.551-20

**CONTRATADA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

### PORTARIA N.º 007 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

A Prefeita do Município de Juruena, Estado de Mato Grosso, **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal, combinada com as Leis 679/2006,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º**–Revogar a Portaria n.º 134/2017 de 30 de agosto de 2017, que nomeou sem ônus financeiro, o Sr. **ANTONIO GREGÓRIO DOS SANTOS MARTINS**, portador da cédula de identidade RG nº 1392845-7 SSP/MT e CPF 930.356.321-20, para exercer o cargo em comissão Secretário Municipal de Educação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, 24 de janeiro de 2018.

**SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada, por afixação, no local de costume, conforme Lei-Municipal 484/2002

**NAIR BACKES FONTOLAN**

Coord. De Recursos Humanos e Serviços

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

### PORTARIA Nº 15/2018, DE 23 DE JANEIRO DE 2018.

"Constituir Comissão de Julgamento de Concurso de projeto, referente ao concurso de projetos 001/2018".

EDVALDO ALVES DOS SANTOS, Prefeito do Município de Lambari d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no Art. 30 do Decreto 3.100/99:

**R E S O L V E**:

**ART. 1º -** Constituir a Comissão Especial de Julgamento de Concurso de Projetos, encarregada de julgar os documentos referentes ao concurso de projetos 001/2018, ficando assim formalizada:

a) Lurdes de Azevedo Carvalho – Secretaria Municipal de Saúde. b) Cleiber Tomaz de Sene – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

c) **Gesley Alvares Ferreira –** Secretaria municipal de Infraestrutura.

d) Jane Ávila – Chefe do Departamento de Promoção e Assistência Social.

e) José Santana Leite – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

**ART. 2º -** A presente Comissão será presidida pelo Secretário de Administração e Planejamento – José Santana Leite.

**ART. 3º -**A Comissão Permanente de Licitação, juntamente com a equipe de Assessoria irá apoiar de forma operacional a referida comissão.

**ART. 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos 23 dias do mês de janeiro do mês de dois mil e dezoito.

**PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE**

**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

### AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2018

### AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 25 de JANEIRO de 2018, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" nº 001/2018 tendo como objeto – REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2018, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA."**, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresas ***GLEICI M.B TAVARES –ME*** vencedora do item (24), ***ROSIMEIRE MOREIRA DE ALMEIDA*** vencedora do item (67), empresa ***G. MANOEL DA SILVA -ME*** sagrou se vencedora dos itens (06;08;12;29;32) itens estes que o mesmo desistiu após sagrar se vencedor e os demais itens (01;02;03;04;05;07;09;10;11;;13;14;15;16;17;18,19,20;21,22;23;25;26;27;28;30;31;33;34;35;36;37;38;39;40,41;42;43;44;45;46;47;48;49;50;51,52;53;54;55;56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66;) com a empresa ***M.A DE J SOUZA COMERCIO –ME*** não houve nenhum fracassados.

Lambari D´Oeste –MT 25 De janeiro De 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2018

### RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Srº Edvaldo Alves Dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela assessoria jurídica do município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da lei 8.666/93, da empresa SAVANA REPRESENTAÇÕES ARTISTICAS "FLOR DE LIZ", CNPJ: 11.783.569/0001-97, cujo objeto trata se do show com a banda "FLOR DE LIZ", nos dias 10 E 11 de fevereiro com duas apresentações noturnas a partir das 23 horas ,por ocasião do **CARNAVAL DE RUA DE LAMBARI D´OESTE –MT 2018**. Onde ficou acertado o cache de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Resolve se **RATIFICAR** a justificativa apresentada e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D'Oeste - MT, 29 de janeiro de 2018.

Edvaldo Alves dos Santos

- Prefeito -

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2018 RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2018

### RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Srº Edvaldo Alves Dos Santos, tendo em vista a justificativa apresentada pela assessoria jurídica do município, sobre a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, fulcrada no inciso III, art. 25 da lei 8.666/93, da empresa ARCA 7 PRODUÇOES E EVENTOS EIRELLI -ME "BANDA PALLADIUM", CNPJ: 23.269.469/0001-26, cujo objeto trata se do show com a banda "PALLADIUM,", nos dias 12 E 13 de fevereiro com duas apresentações noturnas a partir das 23 horas ,por ocasião do **CARNAVAL DE RUA DE LAMBARI D´OESTE –MT 2018**. Onde ficou acertado o cache de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais). Resolve se **RATIFICAR** a justificativa apresentada e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D'Oeste - MT, 29 de janeiro de 2018.

Edvaldo Alves dos Santos

- Prefeito -

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

### PORTARIA Nº 016/2018, 25 DE JANEIRO DE 2018

Concede férias a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições

legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, a Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

**Servidor: LURDES DE AZEVEDO CARVALHO**

**Órgão/Unidade: SMS**

**Período aquisitivo: 02/01/2017 A 02/01/2018**

**Período de gozo: 01/02/2018 A 02/03/2018**

**Dias: 30 (trinta)**

**Servidor: IGOR HENRIQUE RIBEIRO LOPES**

**Órgão/Unidade: SMS**

**Período aquisitivo: 02/02/2017 A 01/02/2018**

**Período de gozo: 01/02/2018 A 02/03/2018**

**Dias: 30 (trinta)**

**Art. 2º -** Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE**

**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 17/2018, DE 25 DE JANEIRO DE 2018.**

"Concede Licença-Prêmio a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

**R E S O L V E**:

**ART. 1º -** Conceder Licença-prêmio a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

**- *MARIA JOSÉ BATISTA,*** Nível "04", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/02/2018 A 01/05/2018 a, conforme período aquisitivo de 06/06/2007 a 06/06/2012.

**- *JOSÉ GONÇALVES DO NASCIMENTO*** Nível "07", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/02/2018 A 01/05/2018 a, conforme período aquisitivo de 17/07/2011 A 17/07/2017.

**- *SIDNEI FIGUEIRA MOREIRA*** Nível "08", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/02/2018 A 01/05/2018 a, conforme período aquisitivo de 18/07/2004 a 18/07/2009.

**- *JOSE LEVINO RODRIGUES*** Nível "04", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/02/2018 A 01/05/2018 a, conforme período aquisitivo de 17/01/2013 a 17/01/2018.

**ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.**

**ART. 3º -** As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

**ART. 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2018.

**PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE**

**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 018/2018, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Concede promoção de classe aos servidores públicos que menciona, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerimento do servidor público, com os documentos comprobatórios para a promoção de classe;

**R E S O L V E:**

**ART. 1º** -**Conceder**, promoção de **classe (A)** para **classe (B)**, por ter concluído o ensino Superior, conforme preceitua o Artigo 1**º,** § 2º e inciso IV da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, ao Servidor abaixo descrito:

**ROSELANE RODRIGUES ROCA**

**Técnico em Enfermagem**

**ROSANA DOS SANTOS NOBRE**

**Técnico em Enfermagem**

**ART. 3º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito.

**PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE**

**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº 019/2018, 25 DE JANEIRO DE 2018**

Concede elevação de nível aos servidores públicos que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**ART. 1º - CONCEDER,** elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos,

Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descrito:

**CARLOS TIAGO DE QUEIROZ**

ODONTOLOGO

Vinculado/Lotado 09/01/2006

Elevação de **Nível 04** para **nível 05**

**IRENI VITTORAZZI DA SILVA**

AUXILIAR DE SERVICOS DIVERSOS

Vinculado/Lotado 03/01/1994

Elevação de **nível 08** para **nível 09**

**NEUZA MARIANO**

TECNICO EM ENFERMAGEM 20 HORAS

Vinculado/Lotado 13/01/1994

Elevação de **nível 08** para **nível 09**

**ART. 3º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

**PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE**

**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 279/2017, 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Concede férias a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, a Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

**Servidor: VALDEMIR DUTRA FERREIRA**

**Órgão/Unidade: SMS**

**Período aquisitivo: 21/01/2015 A 21/01/2016**

**Período de gozo: 01/01/2018 A 30/01/2018**

**Dias: 30 (trinta)**

**Art. 2º -** Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE**

**EDVALDO ALVES DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**AVISO DE REQUERIMENTO JUNTO A SEMA**

A Prefeitura Municipal de Marcelândia, CNPJ nº 03.238.987/0001-75**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente à **PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA UBS TIPO 1 – NO DISTRITO DE ANALÂNDIA DO NORTE,** no Município de Marcelândia/MT.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA NAS ÁREAS CONTÁBIL, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E GESTÃO DE PESSOAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 028/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 019/2017.**

**CONTRATADA: AG CONSULTARIA E CONTABILIDADE LTDA-EPP**

**OBJETIVO:**Ficam alteradas as ***Cláusula Quinta e Cláusula Oitava***, que passam a vigorar com as seguintes redações:

***Cláusula Quinta - Do Valor e Pagamento -*** O valor global pelos serviços citados na Cláusula Segunda, será aditado a importância de **R$ 106.200,00** (Cento e seis mil, duzentos reais).

***Cláusula Oitava – Dos Recursos Orçamentários:***

**Código Geral - 05.050.0.1.04.123.0036.2.110 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças – 3.3.90.35.00.00 – Serviços de Consultoria – 0.1.00.00.00 - Fonte - R$ 83.069,64**

**Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0026.2.076 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração – 3.3.90.35.00.00 – Serviços de Consultoria – 0.1.00.00.00 - Fonte - R$ 23.130,36**

**Assinatura: 03/01/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 019/2013**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIDO PARA TRABALHAR EM AMBIENTE MULTIUSÁRIO EM PLATAFORMA WINDOWS COM MÓDULO WEB (INTERNET) E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ"** de acordo com Termo de Referencia, anexo I do presente Edital do **PREGAO PRESENCIAL Nº. 004/2013.**

**OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta – Valor e Dotação Orçamentária.**

Valor Aditivado: à importância de **R$ 19.080,80 (Dezenove mil e oitenta reais e oitenta centavos)**

Dotação Orçamentária:

**Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0026.2.076 – Manutenção e Encargos da Sec. De Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – Fonte e destinação de Recursos - 0100000000 –R$ 9.540,80**

**Código Geral: 07.070.0.1.12.122.0029.2.086 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 3. 180,00**

**Código Geral: 08.080.0.2.10.122.0038.2.098 – Manutenção da Unidade Administrativa – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - R$ 3.180,00**

**Código Geral: 09.090.0.1.08.122.0008.2.065 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica –Fonte e destinação de Recursos – 0.1.00.00.00.00 - R$ 3.180,00**

Assinatura: **03/01/2018**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 014/2017**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CLÍNICA MÉDICA SAÚDE FEMININA LTDA**

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA EM GERAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 03/2017 do respectivo Pregão Presencial nº 02/2017, conforme **LOTE 02.**

**OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Cláusula Oitava, que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***Cláusula Quinta – Valor e Pagamento* -** O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 122.232,00 (Cento e vinte e dois mil, duzentos e trinta e dois reais).**

***Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária* - Código Geral - 08.080.02. 10.302.0013.2.047 – Manutenção do Hospital Municipal – 3.3.90.34.00. 00 – Outras Desp. Pessoal – Fonte e destinação de Recursos: 0.1.00. 00.00.00 – R$ 122.232,00**

Assinatura: **03/01/2018**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N. 018/2017**

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **V. A. BERTI - ME**

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PARLAMENTAR JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 010/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 08/2017.**

**OBJETIVO:** Ficam alteradas as ***Cláusula Quinta e Cláusula Oitava***, que passam a vigorar com as seguintes redações:

***Cláusula Quinta - Do Valor e Pagamento* –** O valor global pelos serviços citados na Cláusula Segunda, será aditado a importância de **R$ 84.480,00** (Oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais

***Cláusula Oitava – Dos Recursos Orçamentários* - Código Geral: 04. 040.0.1.04.122.0026.2076 – Manutenção e Encargos da Sec. De Administração – 3.3.90.35.00.00 – Serviço de Consultoria – R$ 84.480,00**

Assinatura: 03/01/2018

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 026/2013**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **WANDERSON DA SILVA SÁ**

OBJETO: **Locação de um Imóvel localizado na rua 02, nº. 620, quadra 07, lotes 01 e 02, sala comercial nº. 01, ZC1-001, destinado à instalação e funcionamento do Posto de atendimento do INSS**, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração do Município de Matupá/ MT." De acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 019/2013** da respectiva **Dispensa de Licitação 03/2013, conforme lote n° 06.**

**OBJETIVO**: **Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta, que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***Cláusula Terceira - Do Valor* -** O valor global pelos serviços citados na Cláusula Segunda, será aditado a importância de **R$ 1.994,28**

***Cláusula Quarta – Dos Recursos Orçamentários* - Código Geral: 04. 040.0.1.04.122.0026.2076 – Manutenção e Encargos da Sec. De Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.994,28**

Assinatura: **03/01/2018**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 007/2017**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **ALMEIDA E SANCHES LTDA – EPP**

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLINICO GERAL PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA DO BAIRRO CIDADE ALTA DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 0139/2016 do respectivo Pregão Presencial nº 0105/2016, conforme **LOTE nº 003**.

**OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Cláusula Oitava, que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***Cláusula Quinta – Valor e Pagamento* -** O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 182.268,00 (Cento e Oitenta e dois mil duzentos e sessenta e oito reais)**

***Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária* - Código Geral - 08.080.02. 10.301.0012.2.050 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – Saúde da Família – 3.3.90.34.00.00 – Outras Desp. Pessoal – Fonte e destinação de Recursos: 0.1.00.00.00.00 – R$ 182.268,00**

Assinatura: **03/01/2018**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 012/2017**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CRISTIE DOS S. CICHELERO - ME**

OBJETO:**"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLINICO GERAL PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA DO BAIRRO CENTRO DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 03/2017 do respectivo Pregão Presencial nº 002/2017, conforme LOTE 01.

**OBJETIVO**: **Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Cláusula Oitava, que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***Cláusula Quinta – Valor e Pagamento -*** O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 182.268,00 (Cento e Oitenta e dois mil duzentos e sessenta e oito reais**).

***Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária* - Código Geral - 08.080.02. 10.301.0012.2.050 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – Saúde da Família – 3.3.90.34.00.00 – Outras Desp. Pessoal – Fonte e destinação de Recursos: 0.1.00.00.00.00 – R$ 182.268,00**

Assinatura: 03/01/2018

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 009/2017**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT,**de acordo com o termo de referencia e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 0143/2016 da respectiva Dispensa de Licitação 014/2016.**

**CONTRATADA: MARISE IRGANG**

**OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta que passam a vigorar com as seguintes redações:**

Valor Aditivado: A importância de **R$ 24.000,00 (Vinte e três mil e oitocentos reais).**

Dotação Orçamentária:**Código Geral: 08.080.0.2.10.122.0038.2.098 – Manutenção da Unidade Administrativa – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – 0.1.00.00.00.00 - R$ 24.000,00**

**Assinatura: 03/01/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 020/2017**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL, CARTÓRIO ELEITORAL, JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, CARTEIRA DE TRABALHO E AGÊNCIA DE TRÂNSITO E VISTORIA MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT,**de acordo com a clausula 03 deste Contrato que são partes integrantes do **Edital 014/2017 da respectiva Dispensa de Licitação 02/2017.**

**CONTRATADA: NERI LUIZ DALLA VECCHIA**

**OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Terceira e Quarta que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor -*** O valor global da Locação, objeto do presente Termo, importa no valor de **R$ 12.000,00 (Doze mil reais).**

***CLÁUSULA QUARTA - Dotação Orçamentária* - Código Geral: 02.020. 0.1.04.122.0033.2.094 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito –3.3.90.36.00.00 – Pessoa Física – 0.1.00.00.00 – Fonte - R$ 12.000,00**

**Assinatura: 03/01/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**DECRETO Nº. 2580 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

***"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".***

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2472 de 28/07/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 31/08/201;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

**DECRETA**

**Art. 1º.** Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

**Art. 2º.** Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

**Art. 3º.** Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**- Prefeito Municipal de Matupá –**

**ANEXO I**

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

16. Declaração constando endereço residencial;

17. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

20. Declaração de não infringência do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e da disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária.

21. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico do município.

22. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

23. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

24. Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

25. Exames Laboratoriais:

26. Urina tipo I;

27. Hemograma completo;

28. VDRL;

29. Protoparasitológicos;

**ANEXO II**

| AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ZONA URBANA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Col. | Código | Candidato | N Geral. | Resultado Preliminar |
| 13º | 4674 | FRANCIELE PEREIRA BRITO | 70 | Classificado |

Gabinete do Prefeito, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**- Prefeito Municipal de Matupá –**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 013/2017**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **ITAMAR D. LINHARES JUNIOR** OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CIRURGIAS EM GERAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 03/2017 do respectivo Pregão Presencial nº 02/2017, conforme LOTE 03.

**OBJETIVO: 03 – CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Cláusula Oitava, que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***Cláusula Quinta – Valor e Pagamento -*** O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 122.232,00 (Cento e vinte e dois mil, duzentos e trinta e dois reais).**

***Cláusula Oitava – Dotação Orçamentária* - Código Geral - 08.080.02. 10.302.0013.2.047 – Manutenção do Hospital Municipal – 3.3.90.34.00. 00 – Outras Desp. Pessoal – Fonte e destinação de Recursos: 0.1.00. 00.00.00 – R$ 122.232,00**

Assinatura: **03/01/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 024/2017**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DIVERSOS EVENTOS E REUNIÕES REALIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 015/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 010/2017.**

**CONTRATADA: JOSUE NERES–MEI,**

**OBJETIVO: Ficam alteradas as Cláusulas Quinta e Oitava, que passam a vigorar com as seguintes:**

***Cláusula Quinta - Do Valor e Pagamento -*** O preço global dos serviços, será de **R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).**

***Cláusula Oitava – Dos Recursos Orçamentários* - Código Geral: 04. 040.0.1.04.122.0026.2.076 – Manutenção e Encargos da Sec. De Administração – 3.3.90.39.00.00 – Pessoa Jurídica – 0.1.00.00.00.00 - Fonte - R$ 30.000,00**

**Assinatura: 03/01/2018**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 001/2017**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **M. A NOGUEIRA - ME**

OBJETO:**"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE REGULAÇÃO MÉDICA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 0139/2016 do respectivo Pregão Presencial nº 0105/2016, conforme **LOTE nº 006.**

**OBJETIVO**: **Ficam alteradas as Cláusula Quinta e Oitava, que passam a vigorar com as seguintes redações:**

***Cláusula Quinta - Do Valor e Pagamento -*** O valor global pelos serviços citados na Cláusula Segunda, será aditado a importância de R**$ 27.960,00 (Vinte e sete mil e novecentos e sessenta reais)**, que serão pagos em 12 (Doze) parcelas mensais de **R$ 2.330,00 (Dois mil e trezentos e trinta reais).**

***Cláusula Oitava - Dotação Orçamentária* - Código Geral - 08.080.02. 10.302.0013.2.047 – Manutenção Hospital Municipal – 3.3.90.34.00.00 – Outras Desp. Pessoal - Fonte de Recursos 0.1.02.00.00.00– R$ 27. 960,00**

**Assinatura:** 03/01/2018

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

**GESTÃO DE PESSOAS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**PORTARIA Nº 052 DE 08 DE JANEIRO DE 2018.**

***NOMEIA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO DE GERENCIA DE EDUCAÇÃO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Prefeito do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa, resolve baixar à seguinte,

**PORTARIA**

**Artigo 1º** -Fica nomeado o Sr. ***DENILSON MAIA DE MELO,*** brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1.810.412-6 SSP/MT, CPF nº 017.252.781-38, residente e domiciliado nesta cidade de Mirassol D'Oeste - MT, para exercer o cargo comissionado de ***GERENTE DE EDUCAÇÃO*** do Município de Mirassol D'Oeste, percebendo as vantagens do referido cargo, conforme ANEXO III Tabela de Remuneração de Função Comissão – CC da LC 159/2016.

**Artigo 2º-** Compete a Gerência de Educação Gerenciar: Coordenadoria Administrativa compreendendo: seção administrativa de pessoal, seção de compras e acompanhamento orçamentário e gestão de merenda Escolar; Coordenadoria de Educação: compreendendo: diretoria escolar, Supervisão Pedagógico e Gestão de Seção Escolar.

**Artigo 3º-** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º-** Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 08 de janeiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

**Prefeito Municipal**

ESP/acqb

---

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**
**PORTARIA Nº 006 DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

**PORTARIA Nº 006 DE 25 DE JANEIRO DE 2018.**

**ESTABELECE A ALTERAÇÃO DE VALORES DE PROCEDIMENTOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE.**

**MÁRCIO LUIZ PEREIRA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Elcia Pereira Bueno, nº 90, Cohab, neste Município de Mirassol D' Oeste – MT, portador RG n.º 1006263-7 SSP/MT, inscrito no CPF n.º 629.415.181-34**,** PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar a seguinte;

**P O R T A R I A**

**Artigo 1º-** Promover a adequação de valores referentes aos procedimentos cesariana e laqueadura de acordo com as acomodações escolhidas, assim como consta na tabela abaixo.

| NUMERO | PROCEDIMENTO | ACOMODAÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|
| 01 | Cesariana | Apartamento | R$ 3.000,00 |
| 02 | Cesariana | Quarto | R$ 2.800,00 |
| 03 | Laqueadura | Apartamento | R$ 3.000,00 |
| 04 | Laqueadura | Quarto | R$ 2.800,00 |

**Artigo 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, com sede administrativa na Avenida Presidente Tancredo Neves nº 3.563, centro, Mirassol D'Oeste MT, em 25 de janeiro de 2018.

**MARCIO LUIZ PEREIRA**

**Diretor Presidente**

---

**GESTÃO DE PESSOAS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL Nº 005/2018**

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02/2017 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3158/2017 DE 12/04/2017**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 02/2017.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede provisória da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, 5359 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 26 de Janeiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

| **MONITOR DE CRECHE - SONHO AZUL** | |
|---|---|
| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
| APARECIDA SAMPAIO DE MOURA | 9º LUGAR |
| NEUZA LEANDRO DA SILVA SANCHES | 10º LUGAR |
| **EDUCADOR SOCIAL PARA IDOSOS** | |
| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
| EDICARLA VENTUROLLI ZANCANARO | 4º LUGAR |
| ROSANA MARIA PANSINI MINTO DOS SANTOS | 5º LUGAR |
| LETÍCIA PRADO DE SOUZA | 6º LUGAR |
| **PSICÓLOGA SOCIAL VOLANTE** | |
| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
| DANIELLE PREVATTO ORBE VARGAS | 3º LUGAR |

Mirassol D'Oeste, 26 de janeiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

---

**GESTÃO DE PESSOAS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL Nº 006/2018**

**CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 02/2017 CONFORME DECRETOS DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3158/2017 DE 12/04/2017**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 02/2017, conforme Lei nº 1449/2017.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede provisória da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo

Neves, 5359 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

Considerando a urgência da contratação, os Candidatos ora convocados que apresentaram no ato da inscrição telefone foram previamente informados da convocação, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 26 de Janeiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

| **MOTORISTA** | |
|---|---|
| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
| RONALDO PELISSARI ROMANELO | 1º LUGAR |
| JOÃO CARLOS FERREIRA | 2º LUGAR |
| GERALDO CUNHA DA SILVA | 3º LUGAR |
| DAMIÃO DA SILVA BERGO | 4º LUGAR |
| **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** | |
| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
| JÉSSICA SCHUCH DA SILVA | 1º LUGAR |
| WANDERSON PEREIRA VIEIRA | 2º LUGAR |
| DOUGLAS FERREIRA MELO | 3º LUGAR |
| **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL -PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA** | |
| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
| ROSILAINE VENANCIO DA SILVA | 1º LUGAR |
| KATIANE RAFAELA SANTIAGO MARTINS | 2º LUGAR |
| ARLETE DO CARMO | 3º LUGAR |

Mirassol D'Oeste, 26 de janeiro de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**EDITAL**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO**

**Edital 002/2018**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT**, por meio de seu Prefeito, com fundamento na Constituição Federal, Lei Complementar e demais legislações pertinentes à matéria, resolve abrir Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de estagiários de nível Superiores regularmente matriculados nas instituições de ensino: Faculdade Católica Rainha da Paz FCARP, Faculdade de Quatro Marcos FQM, Faculdade do Pantanal FAPAN, Associação Espírita Lar Maria de Lourdes (UNIVERSIDADE ANHANGUERA UNIDERP), Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT, MC Educacional, Instituto Educacional Poliensino e Universidade do Norte do Paraná UNOPAR, todas conveniadas com esta prefeitura, observadas as disposições constantes neste Edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Seletivo será regido pelas disposições contidas neste edital e executado pela Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, em conformidade com as Leis: LC 1409/2017 e 11.788/2008, sob a Coordenação e Supervisão da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela portaria **056/2018**, destinado a Contratação de Estagiário, mediante termo de compromisso. 1.2 Somente poderão participar do processo seletivo os estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino, públicas e privadas, conveniadas com a prefeitura.

1.3 Será providenciada a contratação de **seguro contra acidentes pessoais**, mediante Apólice de Seguro.

1.4 O estágio não cria vínculo empregatício de nenhuma natureza entre o estagiário e a Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste-MT.

1.5 O conteúdo programático da prova objetiva encontra-se no Anexo I deste Edital.

1.6 A idade mínima para estagiar, segundo a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, é aos 16 anos, salvo em casos de aprendizagem, quando pode ser iniciada aos 14 anos. A informação consta no "Art. 1º, XXXIII: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.".

1.7 O candidato aprovado e convocado só poderá participar do Programa de Estágio enquanto for estudante, perdendo automaticamente sua bolsa ao término do último semestre do curso.

**2. DAS VAGAS**

2.1 Poderão participar do processo seletivo os estudantes regularmente matriculados nos seguintes cursos:

2.1.1 Bacharelado em Administração

2.1.2 Bacharelado em Direito

2.1.3 Bacharelado em Ciências Contábeis

2.1.4 Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física

2.1.5 Bacharelado em Serviço Social

2.1.6 Bacharelado em Fisioterapia

2.1.7 Bacharelado em Enfermagem

2.1.8 Bacharelado em Engenharia Civil

2.1.9 Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

2.1.10 Bacharelado em Psicologia

2.1.11 Bacharelado em Sistema da Informação

2.1.12 Licenciatura em Pedagogia

2.2. As vagas para estagiários serão preenchidas durante o período de vigência do presente processo seletivo simplificado, mediante convocação dos candidatos aprovados, de acordo com a classificação e a existência de vagas na Prefeitura de Mirassol d'Oeste-MT. Sendo:

**Tabela 2.2**

| Curso | Vagas | PNE | Total Vagas | Jornada de trabalho semanal | Remuneração |
|---|---|---|---|---|---|
| Bacharelado em Administração | 09 + Cad. Reserva | 01 | 10 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Direito | 04 + Cad. Reserva | _ _ | 04 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Ciências Contábeis | 06 + Cad. Reserva | _ _ | 06 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Licenciatura e/ou Bacharelado em Educação Física | 05 + Cad. Reserva | _ _ | 05 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Serviço Social | 02 + Cad. Reserva | _ _ | 02 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Fisioterapia | 01 + Cad. Reserva | _ _ | 01 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Enfermagem | 01 + Cad. Reserva | _ _ | 01 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Engenharia Civil | 02 + Cad. Reserva | _ _ | 02 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo | 02 + Cad. Reserva | _ _ | 02 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Psicologia | 02+ Cad. Reserva | _ _ | 02 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Bacharelado em Sistema da Informação | 05 + Cad. Reserva | _ _ | 05 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |
| Licenciatura em Pedagogia | 27 + Cad. Reserva | 03 | 30 | 25 h | 572,40 + 95,40 (auxilio Transporte) |

2.3 As vagas disponibilizadas na tabela 2.2 destinam-se as secretarias de Administração, Agricultura, Secretaria de Educação e Cultura, Saúde, Obras, Fazenda, Assistência Social e Gabinete do Prefeito.

2.4 Será reservado o **percentual de 10%** (dez por cento) das vagas oferecidas no processo seletivo para as pessoas com deficiência, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis.

2.5 Na hipótese do item 2.4, o estudante deverá apresentar, no momento da confirmação da inscrição, laudo médico original ou cópia autenticada, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, do qual conste expressamente que a necessidade especial de que é portador se enquadra na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999 e suas alterações. Na falta ou insuficiência de informação do laudo médico, a inscrição será processada como de estudante não portador de necessidade especial, mesmo que declarada tal condição, passando a concorrer às vagas gerais.

2.6 As vagas reservadas para estudantes com deficiência, que não forem preenchidas, serão destinadas aos demais candidatos habilitados, com a estrita observância da ordem de classificação.

2.7 O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de aplicação das provas, salvo casos especiais que serão decididos pela Comissão.

2.8 As vagas destinadas ao cadastro de reserva serão aproveitados na medida em que houver necessidade da administração.

## 3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos para a inscrição:

a) estar quite com as obrigações eleitorais, se maior de 18 (dezoito) anos;

b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino e se maior de 18 (dezoito) anos;

c) ser brasileiro nato ou naturalizado;

d) ter disponibilidade para cumprimento da carga horária semanal de 25 (vinte e cinco) horas, divididas em 05 (cinco) horas diárias;

e) estar regularmente matriculado nas Instituições de Ensino Superior oficiais reconhecidas pelo MEC;

3.2 A comprovação do requisito especificado na alínea "d" e "e" do item 3.1 ocorrerá mediante DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, que deverá atestar o PERÍODO EM QUE O ESTUDANTE ESTÁ MATRICULADO, cujo modelo consta no Anexo II deste edital.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições serão GRATUITAS e ocorreram no período de 29/01/2018 a 02/02/2018 das 7h às 12h.

4.1.1 As Inscrições serão realizadas no paço municipal provisório no setor de protocolo, AV. Presidente Tancredo Neves Nº 5659, Bairro São José, CEP. 78.280-000 Mirassol d'Oeste-MT (Antigo Fórum).

4.2 A ficha de inscrição estará disponível no Anexo III do edital, a qual o interessado deverá imprimir, preencher e anexar os seguintes documentos:

a) Cópia da carteira de identidade e CPF (simples, com a exibição da original, ou autenticada);

b) Declaração, expedida pela Instituição de Ensino, que comprove o requisito previsto no item 3.2 deste edital;

c) No caso de candidatos com deficiência, o laudo médico previsto no item 2.4 deste edital.

4.3 A ficha de inscrição devidamente preenchida e os documentos acima listados deverão ser entregues na sede provisória da Prefeitura de Mirassol d'Oeste (Antigo Fórum), no seguinte endereço: AV. Presidente Tancredo Neves Nº 5659, Bairro São José, CEP. 78.280-000, Mirassol d'Oeste-MT.

4.4 Será permitida a inscrição por meio de terceiro, caso em que, além dos documentos mencionados no item "4.2", o outorgado deverá apresentar o instrumento de procuração simples, que ficará em poder da Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

4.5 O pedido de inscrição implicará a aceitação, pelo candidato, de todas as normas e condições deste Edital.

**5. DAS PROVAS**

5.1 A seleção de que trata este edital compreende uma **prova objetiva** para todos os cursos, que serão realizadas na mesma ocasião, no dia **11/02/2018**, nos seguintes Locais e horários:

**Prova objetiva: das 13h às 16:30 horas na Escola Estadual Padre Tiago;**

5.2 **As provas são de caráter classificatório**, e serão constituídas na aplicação de questões de conhecimentos básicos e de conhecimentos específicos, conforme conteúdo constante do ANEXO I deste edital.

5.3 A **prova objetiva** constará de 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha, sendo dividida em 2 (dois) grupos: **Grupo I** – 10 (dez) questões de conhecimentos básicos em Língua Portuguesa; e **Grupo II** – 10 (dez) questões de conhecimentos básicos em matemática, sendo que haverá somente uma única resposta correta para cada pergunta. As questões do Grupo I teram peso 1,0 e as questões do Grupo II teram peso 1,0.

5.3.1 Para os candidatos do curso Bacharelado em Direito aplica-se o grupo III- Conhecimento Especifico com mais 10 questões, conforme anexo I Item 2.

5.4 A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova objetiva. O seu preenchimento, de inteira responsabilidade do candidato, será realizado em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital. Não haverá substituição das folhas de respostas por erro do candidato. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou o preenchimento incompleto do campo de marcação.

5.5 O candidato deverá comparecer ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, apresentando o comprovante de inscrição, o documento oficial de identidade e caneta de tinta azul ou preta.

5.6 É de inteira responsabilidade dos candidatos o conhecimento do local da prova.

5.7 O candidato deverá identificar-se no gabarito apenas pelo número de inscrição, sendo desclassificado aquele que efetuar qualquer tipo de identificação adicional.

5.8 Compete ao candidato acompanhar a publicação das informações referentes ao processo seletivo simplificado, inclusive eventuais alterações referentes ao dia, horário e local de aplicação da prova escrita e /ou prática, no sítio da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste (www.mirassoldoeste.mt.gov.br).

5.9 O candidato poderá levar consigo o caderno de provas desde que decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova.

5.10 Será imediatamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que:

5.11 Não entregar a folha de resposta ao fiscal de sala ao término do tempo previsto para sua conclusão;

5.11.1 Utilizar de meios ilícitos para obter vantagens na realização de provas (consulta a livros, textos, aparelhos eletrônicos, aparelhos celulares e outros aparelhos de comunicação, consulta a outros candidatos, com ou sem anuência desse, repasse de informações a outros candidatos, entre outros julgados impróprios pelos fiscais de sala).

**6. DOS RECURSOS**

6.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o Gabarito Oficial ou contra a lista de classificação deverá dirigir-se à sede provisória da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, localizada na AV. Presidente Tancredo Neves Nº 5659, Bairro São José, CEP. 78.280-000 Mirassol d'Oeste - MT (Antigo Fórum), até 02 (dois) dias úteis após a publicação, respectivamente, do gabarito preliminar ou do resultado provisório. O recurso deverá, obrigatoriamente, ser interposto e assinado pelo próprio candidato, em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste (Anexo IV).

6.2 Os prováveis recursos referentes a este processo seletivo simplificado serão analisados e decididos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

6.3 Se do exame de recursos resultarem em anulação ou alteração de item integrante da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.4 Não será aceito pedido de revisão de recurso ou recurso do gabarito oficial definitivo.

6.5 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

**7. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

7.1 Será considerado aprovado o candidato que alcançar o maior número de pontos, após o julgamento dos recursos interpostos.

7.2 A lista final de classificação dos candidatos será elaborada mediante ordenação decrescente das notas finais, e será utilizada para a convocação dos estudantes de acordo com o surgimento de vagas e seguindo-se rigorosamente a sua ordem.

7.3 Os critérios de desempates obedecem os seguintes parâmetros, nesta ordem:

7.3.1 Maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos no caso para os acadêmicos do curso Bacharelado em Direito;

7.3.2 Maior idade;

7.4 A homologação do resultado final dar-se-á por meio de Decreto do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, com divulgação no site www.mirassoldoeste.mt.gov.br.

**8. DA CONVOCAÇÃO**

8.1 As vagas existentes serão preenchidas de acordo com a necessidade da administração.

8.2 As vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do processo seletivo serão preenchidas mediante convocação dos demais candidatos aprovados, conforme a ordem de classificação e as necessidades da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste.

8.3 As convocações dos candidatos aprovados serão realizadas por correspondência eletrônica com confirmação de recebimento nos endereços indicados pelos candidatos no ato da inscrição.

8.4 O candidato convocado deverá entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste nos 02 (dois) dias úteis subsequentes à data de recebimento da mensagem de correio eletrônico.

8.5 O candidato aprovado, quando convocado, terá resguardar seu direito à nova convocação ao final da lista de classificação.

8.6 Se o candidato convocado recusar a vaga, ou se não atender às disposições dos itens anteriores, será convocado o próximo candidato da lista de classificação.

8.7 Ao se inscrever no processo seletivo simplificado, o candidato assume integral responsabilidade pela correção e atualização dos dados que fornecer – endereço e dados para contato – e pela eventual atualização dessas informações para viabilizar a convocação.

**9. DA CONTRATAÇÃO**

9.1 A inclusão no Programa de Estágio de estudante aprovado no processo seletivo simplificado ocorrerá mediante assinatura e apresentação dos seguintes documentos:

a) cópia simples do documento de identidade (com foto) e do CPF;

b) declaração de matrícula e frequência emitida pela instituição de ensino;

c) histórico escolar, detalhado e atualizado, não valendo para este fim o modelo simplificado;

d) 1 (uma) foto 3x4;

f) comprovante de quitação com as obrigações militares (homens) e eleitorais (se maior de 18 anos);

g) Declaração para Inclusão no Programa de Estágio na PMMO/MT de que não exerce qualquer atividade concomitante em qualquer ramo do serviço público;

h) Termo de Compromisso (conforme modelo oficial) a ser firmado em 3 (três) vias assinadas pelo estagiário, se maior, ou seu representante ou assistente legal, se menor de 18 (dezoito) anos, pela instituição de ensino e o representante da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, ficando cada um dos subscritores com uma via do referido termo e o plano de atividades a serem desenvolvidas no estágio (preenchidos no ato da apresentação);

9.2 A ausência de qualquer um dos documentos relacionados no item 9.1 ou incompatibilidade destes com as informações prestadas no formulário de inscrição, acarretará a eliminação do candidato do processo seletivo simplificado.

9.3 O candidato classificado que se recusar a iniciar imediatamente o estágio será considerado desistente e será automaticamente transferido para o final da lista de aprovados.

9.4 A critério da Administração, não serão assinados Termos de Compromisso para estudantes que estejam no último ano do curso.

**10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO**

10.1 A seleção visa prover o quadro de estagiários da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste e terá validade de **01 (UM) ANO**, prorrogável por igual período, a contar da data de sua homologação.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 O período de estágio não excederá 2 (dois) anos.

11.2 A jornada das atividades em estágio será de 25 ( vinte e cinco ) horas semanais, distribuídas em 05 (cinco) horas diárias, de acordo com o expediente do Setor ao qual o estagiário for vinculado, sem prejuízo das atividades discentes conforme prevê o Art. 10, inciso II, da lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

11.3 A jornada de estágio será reduzida à metade nos períodos de avaliação de aprendizagem periódica ou final, para garantir o bom desempenho do estudante.

11.4 O certificado de conclusão de estágio é válido como prática para todos os efeitos.

11.5 Por ocasião do desligamento do estagiário, será emitido termo de realização do estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de vínculo e das avaliações realizadas.

11.6 Fica assegurado ao estudante, integrante do Programa de Estágio da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado, sempre que o período de duração do estágio for igual ou superior a 1 (um) ano, Os dias de recesso previstos neste item serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

11.7 Não participará como agente administrativo da Seleção aquele que tiver parentesco, nos termos da Lei Civil, em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive, natural ou civil (incluído o parentesco por afinidade), com algum candidato.

11.8 Será eliminado pela Comissão de Seleção o candidato que não observar qualquer das regras deste Edital, especialmente aquele que se indispuser gravemente com outro candidato ou com agente administrativo do Corpo de Seleção, bem assim quando flagrado em situação de fraude (cola,celular, ponto eletrônico, meios eletrônico em geral, falsa identidade, comunicação entre participantes, etc.).

11.9 Os casos omissos ou ambíguos serão resolvidos pela Comissão de Seleção, que poderá rever seus próprios atos, de ofício ou por solicitação do interessado.

**Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT**, ____ de Janeiro de 2018.

Euclides da Silva Paxão

Prefeito Municipal

ANEXO I: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

**1. Conhecimento Básico:**

**Língua Portuguesa:** Interpretação de Texto; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Pontuação; Classes de palavras.

**Matemática:** Progressão Aritmética, Progressão Geométrica, Probabilidade, Juros Simples e Compostos, Porcentagem e Função do Segundo Grau.

**2. Conhecimento Específico Para Bacharelado em Direito:**

**Bacharelado em Direito:** Direito do Consumidor e Direito administrativo.

ANEXO II: DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Declaramos para os devidos fins que o(a) aluno(a) _____, matrícula _____, está regularmente matriculado(a) no Curso de _____ da (instituição de ensino)_____, no semestre/ano _____.

Mirassol d'Oeste-MT, ____ de _____ de 2018.

_____

Assinatura e carimbo do Responsável na Instituição

| **ANEXO III: FICHA DE INSCRIÇÃO** | | |
|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO Nº** | | |
| **DADOS PESSOAIS** | | |
| Nome Completo: | | |
| Nome do Pai: | | |
| Nome da Mãe: | | |
| Dada de Nascimento: | Sexo:<br>( )Masculino ( )Feminino | Naturalidade e UF: |
| Endereço: | | |
| Bairro: | Cidade e UF: | |
| CEP: | E-mail: | |
| Telefone Fixo: | Telefone Celular: | |
| RG e Órgão Expedidor: | Data de Expedição | |
| CPF: | Curso: | |
| Série: | Turno:<br>( )Matutino ( )Vespertino ( )Noturno | |
| Instituição de Ensino: | | |
| Data: | Assinatura do Estagiário: | |

---

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

| **INSCRIÇÃO Nº** | |
|---|---|
| Nome Completo: | |
| CARGO: | |
| Data: | Assinatura do Estagiário: |

**ANEXO IV**

**RECURSO**

**Orientações:**

1. Use folha separada para cada questão.

2. Anulada uma questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome:_____

CPF:_____

Identidade:_____

Disciplina:_____

Questão nº:_____

Gabarito Prefeitura:_____

Alternativa do Candidato:_____

**Fundamentação do recurso:**

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

**Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do candidato:**

_____

_____

_____

| ANEXO V: CRONOGRAMA | |
|---|---|
| **ATIVIDADE** | **DATA DE REALIZAÇÃO** |
| Publicação do Edital de abertura | **26/01/2018** |
| Período de inscrição | **29/01/2018 á 02/02/2018 das 7h às 13h** |
| Homologação das inscrições | **05/02/2018** |
| Interposição de recurso contra a homologação das inscrições | **06 a 07/02/2018 até às 12h** |
| Publicação do resultado dos recursos | **08/02/2018** |
| Aplicação das provas (objetiva e prática) | **11/02/2018** |
| Divulgação do gabarito preliminar | **12/02/2018** |
| Interposição de recurso contra o gabarito preliminar | **14 e 15/02/2018 até às 12h** |
| Publicação do resultado dos recursos | **16/02/2018** |
| Publicação do Resultado Final das provas | **19/02/2018** |
| Publicação dos Aprovados e Classificados | **20/02/2018** |
| Interposição de recurso contra a lista de Aprovados e Classificados | **21 e 22/02/18 até às 12h** |
| Ato de homologação do Processo Seletivo Simplificado | **26/02/2018** |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

**RH**
**DPTO DE RECURSOS HUMANOS**

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JOELMA DOS SANTOS MEIRA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **JOELMA DOS SANTOS MEIRA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 29236100 SESP/MT e do CPF n.º 06222915132, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**1.1** - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00121/2016**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **AUXILIAR DE FISIOTERAPIA**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,31 de dezembro de 2017.

_____

_____

**LEOCIR HANEL JOELMA DOS SANTOS MEIRA**

**Prefeito Municipal Contratado**

TESTEMUNHAS:

_____

_____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL Nº 004/2018**

**EDITAL DE RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NORTELÂNDIA – MATO GROSSO, DURANTE O ANO DE 2018, RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMAS, EDITAIS N.ºS 001, 002/2017 E 003/2018-SMAS, E A LEI MUNICIPAL Nº-431 DE 13/11/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Dispõe sobre o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2017-SMAS, para a contratação temporária de profissionais da Assistência Social, no cargo de Assistente Social, substituto em decorrência das vagas oriundas dos servidores efetivos e estáveis, em casos de substituição legal, afastamentos e licenças, conforme os Editais vigentes e Lei Autorizativa Municipal nº 431/2017.

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO,** no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com o dispositivo nos Editais nºs 001/2017, 002/2017 e 003/2018, e a Lei Autorizativa Municipal 431/2017, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS APROVADOS, CLASSIFICADOS E DESCLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017-SMAS, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NORTELÂNDIA – MATO GROSSO, DURANTE O ANO DE 2018, RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMAS, EDITAIS N.ºS 001, 002/2017 e 003/2018-SMAS, E A LEI MUNICIPAL Nº 431 DE 13/11/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017,** para a contratação temporária de profissionais da Assistência Social, no cargo de Assistente Social, substituto em decorrência das vagas oriundas dos servidores efetivos e estáveis, em casos de substituição legal, afastamentos e licenças, para o ano de 2018.

**2.** Os candidatos aprovados e/ou classificados foram aqueles que obtiveram pontuação na prova escrita, observado os critérios de desempate previsto no Edital 001/2017-SMAS.

**3.** Os candidatos desclassificados foram aqueles que não compareceram na realização das provas e não cumpriram as normas previstas no Edital nº 001/2017-SMAS.

**4**. O resultado final consta na lista classificatória, ANEXO I, deste Edital.

**5.** Não houve a participação de Portador de Necessidade Especial, do qual consta a classificação no ANEXO I.

**6.** A convocação para o contrato de trabalho será de acordo com a ordem de classificação e conforme a disponibilidade de vagas de substituição dos profissionais da Assistência Social efetivos e estáveis que encontrarem-se de licenças diversas, vacância e vacância durante o ano de 2018.

**7.** As normas, as exigências, e os documentos necessários para a contratação obedecerão o previsto no Edital nº 001/2017-SMAS.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 26 de Janeiro de 2018.

**JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**

PREFEITO MUNICIPAL

**MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**MARCIA DEUNGARO FERNANDES**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

**ALINE GALVÃO ITACARAMBY**

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ANEXO I**

**RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 – SMAS – PARA PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÃNDIA – MT, PARA O ANO DE 2018**

**I – CARGO: ASSISTENTE SOCIAL**

| CLAS | INSC. | NOME: | N. P. | RESULTADO FINAL |
|---|---|---|---|---|
| 1º | 05 | LIZ MENDES ORMOND | 6,5 | Aprovado |
| 2º | 04 | HELENA FIGUEIREDO DE SOUZA | 6,0 | Aprovado |
| 3º | 09 | LAYDE LAURA PEREIRA DA CRUZ | 6,0 | Classificado |
| 4º | 07 | SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA | 5,0 | Classificado |
| 5º | 02 | SIRLENE LUCIANA DE LIMA DA SILVA | 4,0 | Classificado |
| 6º | 06 | ROSILENE COSTA DE SOUZA XIMENES | 4,0 | Classificado |
| 7º | 08 | ROSANE TEREZINHA TECH DA LUZ | 3,0 | Classificado |
| 8º | 01 | MARIANA B. BORGES EGIDIO | F | Desclassificado |
| 9º | 03 | ANGELICA SOUZA BATISTA DE OLIVEIRA | F | Desclassificado |

**LEGENDA:**

**NP =** NOTA PROVA

**F** = FALTA

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 26 de Janeiro de 2018.

**JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**

PREFEITO MUNICIPAL

**MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**MARCIA DEUNGARO FERNANDES**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

**ALINE GALVÃO ITACARAMBY**

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 276/2018, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.**

**Dispõe sobre Homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2017-SMAS, para a** Contratação Temporária de Profissionais da Assistência Social para o ano de 2018, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal, a Lei Federal 9.601/98, e Lei Autorizativa Municipal 431/2017 de 13/11/2017, que autorizam a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e;

Considerando o que dispõe nos editais nºs 001; 002, 003/2018 e 004/2018, que trata do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017-SMAS, desta Prefeitura Municipal para a contratação de profissionais da Assistência Social substitutos dos Assistentes Sociais; em vacância e licenças diversas;

**DECRETA:**

**Artigo 1º -**Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado concernente ao Edital 004/2018, que dispõe sobre o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017-SMAS, para contratação temporária de profissionais da assistência social no cargo de assistente social durante o ano de 2018.

**Artigo 2º -**O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, ou seja, para o exercício de 2018.

**Artigo 3º -**As normas, as exigências e os documentos necessários para a contratação obedecerão o previsto no Edital nº 001/2017-SMAS.

**Artigo 4º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 26º dia do mês de Janeiro de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 26/01/2018.

**JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**

PREFEITO MUNICIPAL

**MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**MARCIA DEUNGARO FERNANDES**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

**ALINE GALVÃO ITACARAMBY**

PRESIDENTE DA COMISSÃO

---

**PREVINORTE**
**CONTRATO 001-2018 PREVINORTE**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

N.º 001/2018/PREVINORTE

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado o **PREVI NORTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT,** sito a Av. Prefeito João Macaúba, nº 82 - Centro, CEP 78.430-000 – Nortelândia - MT, devidamente cadastrado no C.N.P.J. sob n.º 04.784.024/0001-30, representado neste ato por seu Diretor Executivo, **Sr. JULIO CEZAR GOMES**, Brasileiro, Solteiro,portador do CPF n.º 593.490.341-15, residente e domiciliado no Município de Nortelândia/MT e doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado, **PERFORMANCE – ASSESSORIA PUBLICA** (P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA-ME) devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º 09.517.508/0001-36, Rua Paineiras Brancas, Nº 08 Quadra 19 – Bairro Jd. dos Ipês – Cuiabá – MT, neste ato representada por **PAULO HENRIQUE DA COSTA FERREIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF. 011.073.841-17 e do RG. 1388088-8 SSP/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato consiste em Serviços Técnicos Especializados em Assessoria continuada nas Áreas Previdenciária, na Concessão de Benefícios, Assessoria Jurídica, conforme descrição abaixo:**

**A) ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA**

1. Assessoria na realização da compensação financeira entre o Regime Próprio e o Regime Geral de Previdência Social e demais regimes;

2. Assessoria no levantamento do tempo de serviço prestado pelos segurados a outros regimes de previdência;

3. Acompanhamento técnico atuarial das ações recomendadas pelo Cálculo Atuarial.

4. Assessoria no cumprimento dos critérios e exigências estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.717/98 e Portaria MPAS n.º 402/2008 e alterações posteriores;

5. Apresentação de palestras, resultado de Reavaliação Atuarial e sobre assuntos relacionados ao Regime Próprio de Previdência Social, perante os Poderes Executivo e Legislativo, Sindicato dos Servidores Públicos, Conselhos Curador e Fiscal e a outros que se fizerem necessários.

6. Acompanhamento de aplicações financeiras, conforme resolução CMN n.º 3.922.

7. Encaminhamento de Demonstrativos, Caráter contributivo (Ente e Ativos - Repasse), Caráter Contributivo – (Inativos e Pensionistas), Demonstrativo Previdenciário - Encaminhamento à SPS junto ao Site do MPAS.

**B) ASSESSORIA NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS**

1. Assessoria e acompanhamento na realização de cálculos dos benefícios a serem concedidos ao segurados, bem como das revisões que por ventura ocorrerem.

2. Assessoria e acompanhamento na instrução dos processos de aposentarias e pensões, solicitados pelos segurados do regime próprio de previdência.

3. Acompanhamento de processos: Indicação de todos os modelos dos documentos necessários à montagem.

**C) ASSESSORIA JURÍDICA**

1. Acompanhamento da Legislação Federal pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social, com objetivo de manter a entidade autárquica sempre atualizada com as novidades ocorridas neste campo.

2. Elaboração de Projetos de Leis e Atos Administrativos normativos necessários para adequar o regime próprio de previdência social às mudanças ocorridas na Legislação Federal.

3. Oferecer os subsídios necessários para solucionar os recursos interpostos contra o regime próprio de previdência social, no âmbito do colegiado do RPPS (conselho fiscal e curador) e do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, referente as contas anuais do RPPS, excetuando-se as demandas judiciais em que figurar o RPPS no pólo ativo ou passivo da ação.

4. Elaboração de pareceres nos processos de aposentadoria e pensão, solicitados pelos segurados do regime próprio de previdência;

5. Elaboração de pareceres solicitados pelo diretor (a) do regime, referente aos assuntos relacionados ao regime próprio de previdência.

6. Elaboração de defesa do regime próprio de previdência social junto ao Tribunal de Contas do Estado, no quesito previdenciário, referente às contas de gestão, excetuando-se os itens referentes a questões de cunho contábeis e financeiras.

**DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA**: Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados mediante acompanhamento e orientação nos problemas de natureza previdenciária, de benefícios e jurídica, com visitas de técnicos especializados quando solicitados e através de telefone, fax, correio eletrônico e/ou MSN.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços, devidamente descritos nas cláusulas anteriores, terão início a partir da assinatura do presente contrato até 31/12/2018, podendo a critério da **CONTRATANTE**, ser prorrogado através de termo aditivo.

**DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA:** O valor acordado entre as partes é de R$ 6.600,00 (Seis Mil e Seiscentos Reais), divididos em 12 (Doze) parcelas mensais e consecutivas de R$ 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais) que serão pa-

gos à contratada mensalmente, a vencer no dia 30 de cada mês, podendo ser pago até o dia 05 (cinco) do mês subseqüente.

§ Pelo valor total a ser pago totalizando R$ 6.600,00 (Seis Mil e Seiscentos Reais), o presente contrato se enquadra na modalidade de dispensa de licitação, conforme art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

**DAS RESPONSABILIDADES**

**CLÁUSULA QUINTA:** A CONTRATADA se responsabilizará em:

- Manter a contratante sempre informada dos resultados de todas as etapas previstas nesse contrato;

- Manter sigilo absoluto dos dados coletados no município, dando destino único e exclusivo como base para os estudos objeto deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA**: **A CONTRATANTE** se responsabiliza em:

- Efetuar os pagamentos nas datas previstas na cláusula quarta do presente contrato;

**- Efetuar o pagamento das despesas de combustível, passagens, alimentação e hospedagem em virtude do deslocamento de técnicos ou advogados até o município. DOS RECURSOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Os recursos utilizados para concretização do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**03.009.09.271.0002.2029.33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.**

**DO SUPORTE LEGAL**

**CLÁUSULA OITAVA**: O presente Contrato rege-se pela Lei n 8.666/93 atualizada pela de n. 8.883/94, dispensável de licitação, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

**DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA NONA:** A inexecução total ou parcial do contrato pelas partes, constitui motivos para rescisão contratual, e a mesma dar-se-á independentemente de interpelação ou notificação judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A CONTRATADA reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 e 78 da Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e posteriores alterações.

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA ONZE:** O não cumprimento das cláusulas do presente contrato sujeitará qualquer uma das partes, a multa de mora de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**CLÁUSULA DOZE:** A multa que alude a cláusula anterior, não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Legislação pertinente.

**DO FORO**

**CLÁUSULA TREZE:** As partes consignadas, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Nortelândia - MT, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nortelândia - MT, 03 de janeiro de 2018.

_____

**PREVI NORTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELÂNDIA-MT**

**CONTRATANTE**

_____

**PERFORMANCE ASSESSORIA PÚBLICA**

P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA - ME

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS

1) _____ 2) _____

NOME: THIAGO JOSÉ DOS SANTOS NOME: VANESSA MARJORIE ALBERT

RG N.º: 168.917-83 SSPMT RG N.º: 8078407181 SJ/RS

CPF N.º: 730.773.721-34 CPF N.º: 918.456.021-53

---

**PREVINORTE**
**CONTRATO 002-2018 PREVINORTE**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

N.º 002/2018/PREVINORTE

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado o **PREVI NORTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT,** sito a Av. Prefeito João Macaúba, nº 82 - Centro, CEP 78.430-000 – Nortelândia - MT, devidamente cadastrado no C.N.P.J. sob n.º 04.784.024/0001-30, representado neste ato por seu Diretor Executivo, **Sr. JULIO CEZAR GOMES**, Brasileiro, Solteiro,portador do CPF n.º 593.490.341-15, residente e domiciliado no Município de Nortelândia/MT e doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado, **PERFORMANCE – ASSESSORIA PUBLICA** (P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA-ME) devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º 09.517.508/0001-36, Rua Paineiras Brancas, Nº 08 Quadra 19 – Bairro Jd. dos Ipês – Cuiabá – MT, neste ato representada por **PAULO HENRIQUE DA COSTA FERREIRA**, brasileiro, casado, portador do CPF. 011.073.841-17 e do RG. 1388088-8 SSP/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato consiste em Locação de Software para gerenciamento de Regimes Próprios de Previdência, conforme descrição abaixo:**

**LOCAÇÃO DE SOFTWARE**

Considerando a necessidade de locação de um software de gerenciamento, que proporcionará ao instituto ferramentas necessárias para um bom desenvolvimento e principalmente de controle interno para uso exclusivo da previdência municipal, o Sistema denominado ***APEPREV*** disponibiliza os seguintes serviços:

**1.** Cadastro dos segurados e seus dependentes.

**1.1.** Relatório de Salário Família e Dependentes.

**1.2.** Lançamento de Tempo de Contribuições Anteriores (Privada ou Pública).

**2.** Módulo para calcular o valor do benefício, seja ele um auxílio, uma aposentadoria ou uma pensão.

**3.** Implantação de benefícios.

**4.** Conversão de Dados.

**5.** Folha de benefícios:

**5.1.** Elaboração;

**5.2.** Impressão de relatórios;

**5.3.** Holerites.

**6.** Cadastro de Contribuições:

**6.1**. Lançamento das Contribuições Mensais;

**6.2.** Individualização das Contribuições dos segurados, dos órgãos e secretarias;

**6.3.** Emissão de relatórios para a contabilização individual;

**6.4.** Descriminação dos valores consignados, empenhados e recolhidos;

**6.5.** Emissão de extratos para os segurados.

**7.** Confecção de G.I.R.S - Guias de Informação e Recolhimento das Contribuições Previdenciárias:

**7.1.** Encaminhamento de G.I.R.S;

**7.2.** Extratos de G.I.R.S, bem como emissão de relatórios.

**8.** Emissão de Planilha de Cálculo de Proventos, conf. EC. 20, EC. 41, EC. 47 e EC. 70.

**9.** Envio de Processos ao TCE-MT via Aplic.

**I** Suporte técnico através de fax, email e telefone;

**DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA**: Os serviços previstos na cláusula anterior serão executados mediante acompanhamento e orientação, com visitas de técnicos especializados quando solicitados e através de telefone, fax , correio eletrônico e/ou MSN.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Os serviços, devidamente descritos nas cláusulas anteriores, terão início a partir da assinatura do presente contrato até 31/12/2018, podendo a critério da **CONTRATANTE**, ser prorrogado através de termo aditivo.

**DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA QUARTA:** O valor acordado entre as partes é de R$ 6.600,00 (Seis Mil e Seiscentos Reais), divididos em 12 (Doze) parcelas mensais e consecutivas de R$ 550,00 (Quinhentos e Cinquenta Reais) que serão pagos à contratada mensalmente, a vencer no dia 30 de cada mês, podendo ser pago até o dia 05 (cinco) do mês subsequente.

§ Pelo valor total a ser pago totalizando R$ 6.600,00 (Seis Mil e Seiscentos Reais), o presente contrato se enquadra na modalidade de dispensa de licitação, conforme art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

**DAS RESPONSABILIDADES**

**CLÁUSULA QUINTA:** A CONTRATADA se responsabilizará em:

- Manter a contratante sempre informada dos resultados de todas as etapas previstas nesse contrato;

- Manter sigilo absoluto dos dados coletados no município, dando destino único e exclusivo como base para os estudos objeto deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA**: **A CONTRATANTE** se responsabiliza em:

- Efetuar os pagamentos nas datas previstas na cláusula quarta do presente contrato;

**- Efetuar o pagamento das despesas de combustível, passagens, alimentação e hospedagem em virtude do deslocamento de técnicos ou advogados até o município. DOS RECURSOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Os recursos utilizados para concretização do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**03.009.09.271.0002.2029.33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA.**

**DO SUPORTE LEGAL**

**CLÁUSULA OITAVA**: O presente Contrato rege-se pela Lei n 8.666/93 atualizada pela de n. 8.883/94, dispensável de licitação, como também pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

**DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA NONA:** A inexecução total ou parcial do contrato pelas partes, constitui motivos para rescisão contratual, e a mesma dar-se-á independentemente de interpelação ou notificação judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A CONTRATADA reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 e 78 da Lei n.º 8.666 de 21/06/93 e posteriores alterações.

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA ONZE:** O não cumprimento das cláusulas do presente contrato sujeitará qualquer uma das partes, a multa de mora de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

**CLÁUSULA DOZE:** A multa que alude a cláusula anterior, não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Legislação pertinente.

**DO FORO**

**CLÁUSULA TREZE:** As partes consignadas, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Nortelândia - MT, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nortelândia - MT, 03 de janeiro de 2018.

_____

**PREVI NORTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELÂNDIA-MT CONTRATANTE**

_____

**PERFORMANCE ASSESSORIA PÚBLICA**

P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA - ME

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

NOME: THIAGO JOSÉ DOS SANTOS NOME: VANESSA MARJORIE ALBERT

RG N.º: 168.917-83 SSPMT RG N.º: 8078407181 SJ/RS

CPF N.º: 730.773.721-34 CPF N.º: 918.456.021-53

**PREVINORTE**
**CONTRATO 003-2018 PREVINORTE**

**Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e Consultoria de Investimentos**

**N.º 003/2018-PREVINORTE**

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado o **PREVI NORTE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA-MT,** sito a Av. Prefeito João Macaúba, nº 82 - Centro, CEP 78.430-000 – Nortelândia - MT, devidamente cadastrado no C.N.P.J. sob n.º 04.784.024/0001-30, representado neste ato por seu Diretor Executivo, **Sr. JULIO CEZAR GOMES**, Brasileiro, Solteiro,portador do CPF n.º 593.490.341-15, residente e domiciliado no Município de Nortelândia/MT e doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado**,** e **H.BOSA & F.GARCIA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **10.541.510/0001-20,** com sede social à **Rua Pará, 291, Bairro Centro, Sorriso - MT, CEP 78.890-000**, neste ato representada pelo seuSócio Diretor, Sr.**IGOR FRANÇA GARCIA** , brasileiro, casado, portador do CPF nº **013.475.576-60**, residente e domiciliado na **Rua Monsenhor Trebaure, nº 210, Bairro Centro Norte, CEP 78.005-380, Cuiabá – MT, Fone (65) 3621-8267, (65) 9242-8876, e-mail igor_atuario@hotmail.**

**com,** denominado simplesmente **CONTRATADO**, mediante as disposições expressas nas cláusulas á seguir:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços de Assistência e Consultoria de Investimentos no acompanhamento da carteira de investimento, com o objetivo do cumprimento da Meta Atuarial e do Plano Anual de Investimentos - PAI, conforme exigência da Resolução CMN 3. 922/10.

**CLAUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

Os trabalhos serão realizados na sede da contratada e consistem em:

**PAI - Elaboração do Plano Anual de Investimentos – PAI** baseado no estudo de ALM**, cf. exige o Art. 4 da Resolução CMN 3.922/10 –** Preenchimento via CADPREVWEB. **Relatório completo Anual, conforme exigido pelo art. 3º, III da Portaria 519/2011 e no Balanço Anual,** da situação financeira da carteira de investimentos, analisando o cumprimento da Meta Atuarial e a manutenção do poder de compra dos recursos financeiros. **Demonstrativo analítico dos investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item nº 12 do TCE,** conforme exigência da portaria MPS 916/2003. **Notas explicativas sobre os fundos de investimentos, exigidos no Balanço Anual pelo item nº 13 do TCE,** sobre as Demonstrações Financeiras contendo, dentre outros: A avaliação da situação patrimonial e a avaliação e contabilização dos investimentos; os critérios utilizados para constituições de provisões, depreciações, amortizações e reavaliações, com indicação dos efeitos no patrimônio do RPPS. **2 Relatórios Semestrais dos Investimentos conforme exigido pelo art. 3º, III da Portaria 519/2011,** detalhando a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas pelo RPPS com título, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis**.**

**4 Relatórios Trimestrais dos Investimentos conforme exigido pelo art. 3º, V da Portaria 519/2011 e nos Balancetes de Março, Junho, Setembro e Dezembro, pelo item nº 34 do TCE,** detalhando a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas pelo RPPS com título, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis**. 12 Relatórios mensais dos Investimentos conforme exigido pelo art. 3º, II, da Portaria 519/2011 e pelo item nº 47 do TCE,** analisando as aplicações da carteira de investimento do RPPS, sua rentabilidade, o enquadramento dos fundos e sugerindo novas aplicações, caso as pertencentes pelo instituto não estejam atendendo a necessidade do cumprimento da Meta Atuarial.

**8. Auxílio no preenchimento dos Modelos de Credenciamento *(Instituição Financeira, Fundos de Investimentos e prestadores de serviço)* conforme exigido pela Portaria MPS 440/2013,** disponibilizando as informações como registro de funcionamento emitido pelo Banco Central e pela CVM e qualquer ato impeditivo emitido por estes órgãos, além do histórico dos fundos e de seus responsáveis *(Administrador, Gestor e Distribuidor)*.

**9. DAIR - DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO E RESGATE DOS INVESTIMENTOS** Conforme exigido pelo art. 3º, III da Portaria MPS 519/2011 e no Balanço Anual pelos Tribunais de Contas. O Relatório contém análise da carteira de investimentos, o desempenho de cada aplicação financeira, análise de risco e o cumprimento da Meta Atuarial – Preenchimento via CADPREVWEB;

**10. Pareceres Avulsos,** analisando novos fundos de investimentos ou mudanças no cenário macroeconômico, a pedido do gestor do RPPS, **Ilimitados a dois pareceres.**

**CLÁSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Os serviços e os prazos descritos serão executados conforme explicitados na cláusula anterior, desde que disponibilizado as informações necessárias pelo cliente para a elaboração dos pareceres descritos. Os serviços terão início na data de assinatura do presente contrato até **31/12/2018**.

**CLÁSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A responsabilidade técnica pela execução dos trabalhos será do profissional Igor França Garcia, atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária sob o registro MIBA /RJ 1.659, certificado pela ANBIMA CPA – 10 e ANBIMA CPA – 20 e Consultor de Valores Mobiliários credenciado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

**CLÁSULA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**

O valor do presente contrato com relação á Assessoria Investimentos é de R$ 9.000,00 (Nove Mil reais), que serão pagos em 12 parcelas no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) iniciando no mês subsequente á assinatura do contrato e pagos até o 5º dia útil de cada mês. **Os pareceres e relatórios anteriores á assinatura do contrato, só serão elaborados mediante pagamento dos mesmos períodos anteriores.**

**CLÁUSULA SEXTA – DA MULTA POR ATRASO**

As parcelas pagas em atraso sofreram multa de 5% mais correção de 2%. a.m.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correm por conta da dotação orçamentária sob o n 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

**CLÁUSULA OITAVA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Dá-se, por dispensa de processo licitatório, à guia do inciso II, artigo 24, da Lei Federal no 8.666, de 08/06/93, e suas posteriores atualizações, a contratação da prestação dos serviços convencionados.

**CLAÚSULA NOVA – DAS OBRIGAÇÕES**

**I** - São obrigações da ***Contratante:***

Efetuar os pagamentos previstos na cláusula terceira deste instrumento. Fornecer os dados pertinentes e necessários para a Avaliação Atuarial, sempre que solicitados pela ***CONTRATADA***.

**II** - São obrigações da ***Contratada***:

Proceder às alterações concernentes a mudanças na legislação; Manter sigilo absoluto dos resultados apurados; Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RENOVAÇÃO**

O presente contrato poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo e atualizado pelo IGP-M/FGV por **acumulação positiva.**

**CLÁSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E PENALIDADES**

O presente contrato ficará de pleno direito, rescindido, em caso de inexecução total ou parcial, ficando o ***CONTRATANTE*** no direito de retomar os serviços e aplicar multas na ***CONTRATADA***, além de exigir, se for o caso, indenização. Os casos de rescisão administrativa são os previstos nos Artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, aplicando-se as penalidades contratuais previstas, e as penalidades previstas na mencionada legislação (art. 80-Lei 8. 666/93).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Nortelandia-MTpara dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, e considerando o presente Contrato juridicamente perfeito, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e para os mesmos efeitos legais, na presença das testemunhas signatárias.

**NORTELÂNDIA - MT**, 03 de Janeiro de 2017.

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELÂNDIA - MT**

**CONTRATANTE**

**H. BOSA & F. GARCIA LTDA.**

**Sr.IGOR FRANÇA GARCIA**

**Sócio Diretor**

**CONTRATADO**

***Testemunhas:***

1) _____ 2) _____

NOME: THIAGO JOSÉ DOS SANTOS

RG N.º: 168.917-83 SSPMT

CPF N.º: 730.773.721-34

**PREVINORTE**
**PORTARIA 041/2018-PREVINORTE**

**PORTARIA N.º 041/2018/PREVINORTE**

***"Nomeia Servidor Publico Municipal para Fiscalizar e Acompanhar os Contratos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia – MT e dá Outras Providencias".***

***O Senhor Julio Cezar Gomes, Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, PREVI-NORTE, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93 que exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da administração pública:***

**RESOLVE,**

**Art. 1º** Nomear o servidor THIAGO JOSE DOS SANTOS, Portador do CPF 730.773.721-34, RG 168.917-83 SSP/MT, Matricula 442, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, com a finalidade de acompanhar, fiscalizar, supervisionar e gerir, bem como emitir relatórios, proceder ao registro de eventuais ocorrências e adotar as providências necessárias para o fiel cumprimento do objeto contratado, referente aos Contratos Administrativos e respectivos Termos Aditivos, celebrados com terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas nos moldes previstos no art. 67 da Lei 8.666/93.

**Art. 2º** Os contratos em vigor na data da publicação desta Portaria juntam-se ao poder fiscalizatório previsto no artigo anterior, devendo os que sucederem a publicação deste ato, fazer menção expressa a essa portaria.

**Art. 3º.**Este Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos ao 3º dia de janeiro de 2018.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Registre, publique e cumpra-se.**

Nortelândia, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nortelândia - MT , em 25 de Janeiro de 2018.

**JULIO CEZAR GOMES**

**DIRETOR EXECUTIVO DO PREVINORTE**

**CÂMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA N.º 08/GP/2018 DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

O Sr. **RENAN NUNES OLIVEIRA,** Presidente da Câmara Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e ainda,**CONSIDERANDO,** as dificuldades financeiras que assolam todos os poderes públicos em âmbito municipal, estadual e federal;

**CONSIDERANDO,** a constatação que os gastos do ano anterior (2017) já superaram os gastos do ano de passado (2016);**CONSIDERNANDO,** a consequente escassez de recursos disponíveis para o pagamento de diárias a vereadores da Câmara Municipal de Nortelândia-MT;**CONSIDERANDO** que a responsabilidade fiscal é um compromisso inafastável do Administrador Público, ainda que essa função administrativa não seja da essência do Poder ao qual o Administrador pertence e dirige;**CONSIDERANDO** que o repasse (duodécimo) para a Câmara Municipal feito pela Prefeitura Municipal obedece ao limite teto de 7% (sete por cento) da arrecadação, fixado com base no montante arrecadado no exercício anterior;**CONSIDERANDO** que atualmente inexiste margem de receita financeira/orçamentária a qualquer compromisso que se faça necessário assumir pela função precípua do poder/dever de legislar e de manter, nesse mister, em funcionamento com o mínimo de estrutura, todo o espaço físico e todo o corpo funcional necessários ao desenvolvimento da atividade legiferante;**CONSIDERANDO** que não existem condições orçamentárias para continuar assumindo todas as obrigações decorrentes da concessão de diárias para deslocamentos, pactuados entre o Poder Legislativo Municipal e Vereadores;**CONSIDERANDO**que é dever do administrador público tomar todas as medidas necessárias à readequação das contas públicas, que visem economia dos gastos públicos e providências de austeridade adotadas para equilibrar as contas do Legislativo Municipal;**CONSIDERANDO,** que esta Casa de Leis concederá um reajuste considerável no pagamento das Verbas Indenizatórias aos Senhores Vereadores,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Suspender durante o exercício de 2018, a concessão e utilização de Diárias aos Senhores Vereadores para deslocamentos em objeto de serviço, de estudo ou de representação, para qualquer parte do território nacional.**Art. 2º -** Excetua-se do artigo anterior, os Servidores Efetivos da Casa, quando da necessidade de deslocamentos a outros Municípios que visem resolver assuntos de interesse do Poder Legislativo Municipal.**Art. 3º -** Fica a Secretaria Geral da Casa, autorizada a tomar as devidas providências de praxe no cumprimento do presente Ato, inclusive remanejando e transferindo as dotações orçamentárias previstas no elemento de despesa das diárias, suplementando outras despesas correntes do órgão.**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

P U B L I C A - S E R E G I S T R A - S E C U M P R A - S E

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA-MT, EM 26 DE JANEIRO DE 2.018.

**Vereador RENAN NUNES OLIVEIRA*Presidente da Câmara MunicipalNortelândia/MT.***

Registrado na Secretaria Geral da Câmara a Portaria nº 08/GP/2018 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume, em portal da internet, e nos órgãos de imprensa local e regional, na data supra. EM: 26/01/2018.

GILSON PORTELA OLIVEIRASecretário Geral

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**4º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 075/2017 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**4º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 075/2017 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

1.1 Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada

do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 075/2017 sendo o objeto a Contratação de empresa especializada em perfuração e instalação de poços de monitoramento e ensaios de penetração padrão no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

1.1 O presente instrumento advém do Processo Administrativo nº. 769/2017, referente ADESÃO A *ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2016 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT, CUJO OBJETO É "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA EM GERAL (ELÉTRICA, FUNILARIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, TROCA DE ÓLEO, FILTRO, PINTURA EM GERAL E SISTEMA DE INJEÇÃO ELETRÔNICA EM GERAL), E FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA/PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS DE GUINCHO E REBOQUE PARA VEÍCULOS E MOTOCICLETAS, INDEPENDENTE DE MARCA PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO: 769/2017 ADESÃO "CARONA" 001/2017 e outro lado a Empresa: REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 08.355.658/0001-28, com sede na** Avenida Central, S/N Quadra 05 Lote 10 Sala Bneste ato, representada por seu Sócio administrador, a Senhora Flavia Maria Souza dos Santos, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1148460-8 S.J.MT e inscrito no CPF sob nº. 867.615.441-49, residente e domiciliada na Rua das Palmas, 35 Bairro Nova Várzea Grande, CEP:78.135-67, Várzea Grande-MT doravante denominada CONTRATADA.

**1.2 CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REMANEJAMENTO DE VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA FUNDAMENTO:** Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0126/2018.1**e o parecer jurídico municipal nº 022/2018 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 004/2017, cujo objetivo é **Alteração** do Disposto n**a Clausula Terceira Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Municipal de Educação referente ao código reduzido conforme descrição abaixo

**Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Educação**

**ONDE SE LÊ EXCLUIR VALOR EMPENHADO NA DOTAÇÃO ABAIXO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 050029 | 2216 – Man. Programa do Transporte Escolar | 3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serv. De Terceiros de Pessoa Jurídica | 100 | R$ 10.000,00 |

**LEIA-SE – REMANEJANDO PARA DOTAÇÃO ABAIXO DESCRITO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 050028 | 2216 - Gestão Transporte Escolar | 3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo | 100 | R$ 10.000,00 |

**ONDE SE LÊ EXCLUIR VALOR EMPENHADO NA DOTAÇÃO ABAIXO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 050033 | 2265 – Man. do Programa do Transporte Escolar - PNATE | 3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serv. De Terceiros de Pessoa Jurídica | 115 | R$ 10.000,00 |

**LEIA-SE – REMANEJANDO PARA DOTAÇÃO ABAIXO DESCRITO**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 050028 | 2216 - Gestão Transporte Escolar – | 3.3.9.0.30.00.00.00 – Material de Consumo | 100 | R$ 10.000,00 |

**2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS**

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 075/2017, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de Janeiro de 2018.

**Silmar de Souza Gonçalves**

Prefeito Municipal

**4º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 040/2016**

**4º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 040/2016 DE AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO COMO: LÂMINAS, UNHAS, CANTOS, DENTES, PARAFUSOS E PORCAS PARA SEREM UTILIZADAS NA MÁQUINAS PESADAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº228/2015, MODALIDADE DE PREGÃO ELETRONICO Nº 16/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 648/2016. AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

**DO MOTIVO**

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 091/2018.1, parecer jurídico 017/2018 apresentada pela Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura de aditivação de prazo e valor de R$ 26.655,47 ( Vinte Sete Mil Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Quarenta e Sete Centavos) alterando o valor do contrato original, conforme a Lei 8666/93, referente à aquisição de bens de consumo como: Lâminas, Unhas, Cantos, Dentes, Parafusos e Porcas para serem utilizadas nas Máquinas Pesadas da Administração Pública Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, com a Empresa **TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP** CNPJ: nº 70.430.558/0001-92.

**DA VIGÊNCIA**

2.1 O presente termo aditivo de prazo Contrato terá sua vigência de 02 (dois) meses a partir do termino da vigência do terceiro termo aditivo de prazo a partir de 18 de Janeiro de 2018.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2018.

| Reduzido | Proj/Ativ | Natureza da despesa | Fonte | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 080029 | 2278– Recuperacao Manutenção e Construção de estradas vicinais | 30.90.39.00 – Outros serviços de pessoa jurídica | 130 | 26.655,47 |

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 017/2018.

**DAS RATIFICAÇÕES**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 040/2017 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 19 de Janeiro de 2018.

**CONTRATANTE**

_____

**SILMAR DE SOUZA GONÇALVES**

**Prefeito Municipal**

CONTRATADA

**TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORPEÇAS LTDA- EPP**

**CNPJ: nº 70.430.558/0001-92**

Inscrição Estadual 13.147.105-8

representada pelo sócio proprietário Senhor Abílio Siqueira Mendonça

RG: nº 0098206-7 SSP/MT , inscrito no CPF nº 201.824.901-06

**SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 055 2017**

**SEM EFEITO DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 055 2017 DE PAGAMENTOS ELETRÔNICOS POR MEIO DE ORDENS BANCÁRIAS – OBN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O BANCO DO BRASIL S.A. CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 534/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2017 PUBLICADO NO DIA 21 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.880**

**DO MOTIVO**

**O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n. 4743/2017 de aditivação de prazo ao contrato nº 055/2017 conforme a Lei 8666/93, referente à*a Contratação de* contrato tem por objeto a prestação de serviço pelo CONTRATADO, dos serviços de pagamentos das Ordens Bancárias - OB, por meio do Sistema OBN - Ordens Bancárias dos Estados e Municípios com o BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 00.000.000/2834-7.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 24/2018**

**VIVIANE CRISTINA DA SILVA REGO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 23/2018**

**VALDIVINA DA SILVA PORFIRIO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 22/2018**

**THAMIRIS** Objetivo do contrato: ENFERMEIRA

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **3.353,40**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 21/2018**

**WILLIAN ARAUJO BOSSA** Objetivo do contrato: FARMACEUTICO BIOQUIMICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **3.353,40**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 27/2018**

**PAULA REGINA PATRICIO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 11/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 26/2018**

**ELENICE ROMIM GIMENES DE OLIVEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 25/2018**

**CLEONICE BATISTA DA SILVA GALINDO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 52/2018**

**ELLEN DOANE TEODORO LUIZ** Objetivo do contrato: TEC ADM EDUCACIONAL

Secretaria: EDUCAÇÃO

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 15/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA N.º 08/2018**

**Ementa:** Nomear Coordenadores Pedagógicos e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º*- Art. 1°-** Ficam **NOMEADOS,** a partir do dia 01/01/2018, os Servidores Públicos Efetivo;

**MAGDA ROSA RIBEIRO,** Coordenadora Pedagógica, na Escola Municipal Jose Luiz Candido, lotada no FUNDEB 60% Ensino Fundamental**;**

**SANDRA LUCIA BERTOLO,** Coordenadora Pedagógica, no Centro De Educação Infantil, Japuranã, lotada no FUNDEB 60% Ensino Infantil**,** Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

**Art. 2°-** Esta Portaria entra em vigor na data de 15/01/2018.

**Art. 3°-** Revogam se as disposições em contrário.

**Registre-se Publique-se Cumpra-se.**

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA N.º 07/2018.**

**Ementa:** Dispõe sobre a Transferência de servidores, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º-*** dispõe Sobre Transferência do Servidor:

Srª. **LEDA CRISTIANE DOS SANTOS,** da **SECRETARIA DE SAÚDE** para a **SECRETARIA DE SERVICO SOCIAL, mas cedida para a secretaria de saúde** a partir do dia 01/01/2018.

**SRª SANDRA LUCIA BERTOLO, do Depto de FUNDEB 60% Ensino Fundamental para FUNDEB 60% Ensino Infantil.**

***Artigo 2º-*** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA N.º 003/2018**

**Ementa:** Concedido Sobre Ferias e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º-*** Fica CONCEDIDO férias aos servidores abaixo relacionados, amparado pela Lei 594/2008,"*Subseção VII _Do Adicional de Férias_* ***Art. 99*** *Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.* ***Parágrafo único.*** *No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo". RE AO PERIODO DE 2016 A 2017.*

FÉRIAS A PARTIR 02/01/2018 A 31/01/2018;

ü JOAO EVANGELISTA FELIPES

ü PATRICIA PEREIRA DE OLIVEIRA

FÉRIAS A PARTIR 01/02/2018 A 02/03/2018;

ü LIZANDRA PAULA DA SILVA ü TANIA PAULI MENDES CORDEIRO ü SUZANA ANDREOLA LEITE DE MELLO ü OSIR NEIVERTH ü VIVIANE ALENCAR ü OLIVIA MARIA DE LIMA ü FLAVIA GOMES ALVES ü TEREZINHA PINHEIRO ü DANIELA CRISTINA ALVES COSTA ü ANTONIO CLAUDINO DE MELO

***Artigo 2º-*** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 53/2018**

**REGINALDO GONÇALVES** Objetivo do contrato: AGENTE MANUTENÇÃO

Secretaria: EDUCAÇÃO

Valor: R$ **1.009,80**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA N.º 004/2018**

**Ementa:** Concedido cancelamento da licença especial e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º-*** Fica CONCEDIDO O CANCELAMENTO DA LICENÇA ESPECIAL ao servidor **ANTONIO CESAR SONI**, a partir do dia 01.01.2018, e amparado pela lei Nº 594/2008*," Seção IX , Da Licença para Trato de Interesses Particulares. Art. 125 O servidor estável poderá obter licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, por até 2 (dois) períodos, desde que não haja ônus para o serviço público municipal. § 1º E § 2º E § 3º O servidor poderá, após a metade do período solicitado, reassumir o exercício, desistindo da licença. § 4º Será cancelada a licença quando houver interesse relevante da Administração Púbica, a critério do servidor, podendo solicitar o restante da licença, após decorridos 12 (doze) meses de exercício. § 5º A licença de que trata este artigo acarretará para o servidor a perda da remuneração e demais vantagens e direitos previstos nesta lei no período de sua vigência; § 6º Na hipótese do cargo ter sido extinto, o funcionário ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens".*

***Artigo 2º-*** Esta Portaria entra em vigor na data acima citado.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA Nº 05/2018**

**Ementa:** Dispõe sobre a licença saúde, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º-*** Fica CONCEDIDO licença saúde a servidora Srª **SIRLEI TIBES DOS SANTOS,** a partir do dia 05/10/2017 a 20/02/2018.

***Artigo 2º-*** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA N.º 006/2018**

**Ementa:** Concedido retorno da licença especial e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º-*** Fica CONCEDIDO O RETORNO PARA A FOLHA DE PAGAMENTO ao servidor **ANTONIO CESAR SONI**, a partir do dia 01.01.2018 amparado pela lei Nº 594/2008*," Seção IX , Da Licença para Trato de Interesses Particulares. Art. 125 O servidor estável poderá obter licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, por até 2 (dois) períodos, desde que não haja ônus para o serviço público municipal. § 1º E § 2º E § 3º O servidor poderá, após a metade do período solicitado, reassumir o exercício, desistindo da licença. § 4º Será cancelada a licença quando houver interesse relevante da Administração Púbica, a critério do servidor, podendo solicitar o restante da licença, após decorridos 12 (doze) meses de exercício. § 5º A licença de que trata este artigo acarretará para o servidor a perda da remuneração e demais vantagens e direitos previstos nesta lei no período de sua vigência; § 6º Na hipótese do cargo ter sido extinto, o funcionário ocupará outro cargo equivalente ao anterior, com todas as vantagens".*

***Artigo 2º-*** Esta Portaria entra em vigor na data acima citado.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**PORTARIA N.º 09/2018**

**Ementa:** Dispõe sobre a licença maternidade, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

***Artigo 1º-*** Fica CONCEDIDO LICENÇA MATERNIDADE no período de 22/12/2017 a 21/04/2018, a servidora Srª **NEIDE RODRIGUES LEITE DE OLIVEIRA,** CONFORME O Estatuto LEI nº 111/1997, conforme o atestado médico, Dr. Marcos A.R Campos, CRM/MT 6988.

***Artigo 2º-*** Esta Portaria entra em vigor na data acima.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

**Nova Bandeirantes- MT, 02 de janeiro de 2018.**

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**DECRETO N.º 006/2018**

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

**DECRETA:**

**Artigo 1°-** Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a **NOMEAR**, para o cargo de **CHEFE DIVISAO DE IND.COM.E TURISMO**, a servidora Srª. **FABIANA APARECIDA RODRIGUES DOS PASSOS** a partir da data de 16/01/2018, prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

***Artigo 2º-*** Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

***Artigo 3º***- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 16 de janeiro de 2018.

_____

**VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 01/2018**

**DANIEL DO SOCORRO** Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **1.069,20**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 02/2018**

**DIRCEU COSTA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 03/2018**

**WALDECY MARCULINO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 04/2018**

**CLEUZA DA ROSA SOARES** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 05/2018**

**CLEONICE CAMBUI SOARES** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

---

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 06/2018**

**MARIA SOCORRO DE ARAUJO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 07/2018**

**MARILENE GEREMIAS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 57/2018**

**PATRICIA FERNANDA DA SILVA ARAUJO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 17/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 08/2018**

**ROSEMARI MOURA MILLNITTZ** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: Infra Estrutura e transporte

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 54/2018**

**LEONICE BATISTA DA SILVA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: EDUCAÇÃO

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 15/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 09/2018**

**ROGERIO ADILSON FAGUNDES** Objetivo do contrato: TEC INFORMATICA

Secretaria: ADM

Valor: R$ **1.944,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 55/2018**

**WILSON MENDES BARRANCO** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: EDUCAÇÃO

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 15/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 10/2018**

**JURANDIR DA SILVA** Objetivo do contrato: AGENTE MANUTENÇÃO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **1.009.80**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 11/2018**

**ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA** Objetivo do contrato: AGENTE MANUTENÇÃO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **1.009.80**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 12/2018**

**MILTON PICON** Objetivo do contrato: AGENTE MANUTENÇÃO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **1.009.80**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 13/2018**

**ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA** Objetivo do contrato: AGENTE ADMINISTRATIVO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 14/2018**

**DAIANA PATRICIA RHODEN** Objetivo do contrato: AGENTE ADMINISTRATIVO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 15/2018**

**HEITOR AUGUSTO SELLA** Objetivo do contrato: AGRONOMO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **3.800,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 16/2018**

**LAURA TEREZINHA VIEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE ADMINISTRATIVO

Secretaria: SERVIÇO SOCIAL

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 17/2018**

**DAYANNA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA VIEIRA** Objetivo do contrato: ASSISTENTE SOCIAL

Secretaria: SERVIÇO SOCIAL

Valor: R$ **2.700,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 56/2018**

**TATIANY DA SILVA GIRALDI** Objetivo do contrato: TEC ADM EDUCACIONAL

Secretaria: EDUCAÇÃO

Valor: R$ **999,00**

Vigência: 15/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 62/2018**

**Alfeu ALVES DE OLIVEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRASPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 18/2018**

**RAQUEL RODRIGUES TEIXEIRA DE JESUS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SERVIÇO SOCIAL

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 61/2018**

**ELISIANE MULLER** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: SAUDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 19/2018**

**VILMA DA SILVA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 20/2018**

**NILMARA DE CASSIA ANIZELLI VIEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SERVIÇO SOCIAL

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 10/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 60/2018**

**EDMILSON DANTAS DOS SANTOS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 31/2018**

**WASHINGTON BOAVENTURA** Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.069,20**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 30/2018**

**GENIVALDO CARLOS DIAS** Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.069,20**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 29/2018**

**IVANDILIA MENDES DA CRUZ** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 28/2018**

**MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 11/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 32/2018**

**ANTONIO CARLOS FERNANDES** Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.069,20**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 33/2018**

**VALERIA DOS SANTOS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 11/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 35/2018**

**MEIRE APARECIDA NUNES MEDEIROS** Objetivo do contrato: TEC EMFERMAGEM

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.242,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 36/2018**

**LUCINEIA DE OLIVEIRA CORSETTI** Objetivo do contrato: TEC EMFERMAGEM

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.242,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 37/2018**

**ROSELI MERCILIA DE OLIVEIRA** Objetivo do contrato: TEC EMFERMAGEM

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.242,00**

Vigência: 11/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 39/2018**

**SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA** Objetivo do contrato: TEC RADIOLOGIA

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **1.874,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 40/2018**

**JULIANA ZORQUETE** Objetivo do contrato: FONOAUDIOLOGA

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **2.268,00**

Vigência: 11/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 41/2018**

**ALEX ARRUDA CASSEMIRO** Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **1.874,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 42/2018**

**RODRIGO DA SILVA** Objetivo do contrato: AGENTE OPERACIONAL

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **1.069,20**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 43/2018**

**DIEGO ALABARSE DOS SANTOS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 44/2018**

**NELCI MARCOLINO LEITE** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 45/2018**

**OZEIAS BELIRA TEIXEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 46/2018**

**JOSE RAIMUNDO GOMES DE SOUZA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 47/2018**

**ADENIR VIEIRA DE OLIVEIRA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 48/2018**

**APARECIDO ALVES COSTA** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 49/2018**

**CLAUDEMIR DOS SANTOS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVIÇO PUBLICO

Secretaria: INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 50/2018**

**PAULO HENRIQUE AGUIAR BLAC** Objetivo do contrato: PROFESSOR B 30H

Secretaria: DESPORTO E LAZER

Valor: R$ **2.597,10**

Vigência: 22/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 51/2018**

**JULIANA DE MELO MARTINS** Objetivo do contrato: PROFESSOR A 20H

Secretaria: EDUCAÇÃO

Valor: R$ **1.154,33**

Vigência: 02/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 59/2018**

**VANDERLEI JOSE DOS SANTOS** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: AGRICULTURA

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 01/01/2018 a 30/06/2018

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**CONTRATO N.º 58/2018**

**LURDES PEREIRA LEITE** Objetivo do contrato: AGENTE SERVILO PUBLICO

Secretaria: SAÚDE

Valor: R$ **954,00**

Vigência: 17/01/2018 a 30/06/2018

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

**AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

**AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações;**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 005/2018**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.004/2018 de 26/01/2018**

De conformidade com o disposto no inciso II, artigo 24, da Lei Federal n° 8.666, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para Contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializado em Formação Continuada para Professores de Educação Básica da Rede Municipal.

VALOR GLOBAL: **R$ 4.000,00** (Quatro Mil Reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO:ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO PRE – ESCOLAR DO ESTADO DE MATO GROSSO- OMEP/BR/MT/CBA.

CNPJ: Nº. 05.412.684/0001-52

Nova Brasilândia - MT, 26 DE JANEIRO DE 2018.

***Ana Cristina Soares***

Presidente da C.P.L

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT**

**PORTARIA N° 03/2018**

Joventino Amadeu Dalabeneta, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – RG 847.672 SSP/MT e CPF sob nº 559. 517.241-04, residente e domiciliado na Rua Nova Lacerda, 615, Bairro Sol Nascente, Nova Lacerda-MT, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

**RESOLVE**

**Art. 1°** - Nomear os componentes que farão parte da Comissão de Inventário de Bens Imóveis da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, conforme determinação legal para o período de 20 de janeiro de 2018 a 20 de janeiro de 2019.

**Presidente:** Antonio Jose de Oliveira

**Relator:** Daniela Aranda Nonato

**Membro:** Maria das Graças Rodrigues dos Santos

**Suplente:** Henrik Junior da Silva Oliveira

**Art. 2°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 20 de janeiro de 2018.

**Joventino Amadeu Dalabeneta**

**Presidente**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**DISPENSA LICITAÇÃO Nº 02/2018**

**DISPENSA LICITAÇÃO Nº 02/2018**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda- MT, torna público aos interessados a contratação;

**Contratação de empresa especializada em prestar serviços de manutenção de equipamentos odontológicos e hospitalares, sendo o mínimo de uma visita semanal nas unidades de saúde e em todas ocor-**

**rência de danificação em qualquer do equipamentos da Secretaria de Saúde de Nova Lacerda – MT**

**Favorecida: ADRIANO FREITAS NUNES R$ 26.4000,00 (Vinte e seis mil e quatrocentos reais)**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, Lei Municipal 730/2015 e Decreto municipal 895/2015

Nova Lacerda- MT 25 de Janeiro de 2018

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 03/2018**

**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 03/2018**

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 02/2018.

**ABERTURA:** 08 de fevereiro de 2018 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:40 ás 08:00 horas;

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISÃO DE MATERIAL E APARELHOS MEDIDORES, DESTINADO PARA AÇÕES DE CONTROLE DA ÁGUA DISTRIBUIDA PARA POPULAÇÃO DE NOVA LACERDA-MT**

**LOCAL**: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 26 de janeiro de 2018.

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT**

**PORTARIA N° 05/2018**

Joventino Amadeu Dalabeneta, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – RG 847.672 SSP/MT e CPF sob nº 559. 517.241-04, residente e domiciliado na Rua Nova Lacerda, 615, Bairro Sol Nascente, Nova Lacerda-MT, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

**RESOLVE**

**Art. 1°** - Nomear a servidora Daniela Aranda Nonato para compor a Comissão de Avaliação Funcional da Câmara Municipal de Nova Lacerda. Fica a servidora Maria Selma de Oliveira, escolhida pelos servidores da Câmara de Nova Lacerda, integrante de tal Comissão, conforme a Lei Complementar n° 126/2017.

**Art. 2° -** Esta portaria vigorará no período de dois anos a partir da data de sua assinatura.

**Art. 3°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 20 de janeiro de 2018.

**Joventino Amadeu Dalabeneta**

**Presidente**

**Registre, Publique-se e Cumpra-se.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT**

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT**

**PORTARIA N° 04/2018**

Joventino Amadeu Dalabeneta, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – RG 847.672 SSP/MT e CPF sob nº 559. 517.241-04, residente e domiciliado na Rua Nova Lacerda, 615, Bairro Sol Nascente, Nova Lacerda-MT, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

**RESOLVE**

**Art. 1°** - Nomear os componentes que farão parte da Comissão de Bens Imóveis da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, conforme determinação legal para o período de 20 de janeiro de 2018 a 20 de janeiro de 2019.

**Presidente:** Antonio Jose de Oliveira

**Relator:** Daniela Aranda Nonato

**Membro:** Maria das Graças Rodrigues dos Santos

**Suplente:** Henrik Junior da Silva Oliveira

**Art. 2°** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 20 de janeiro de 2018.

**Joventino Amadeu Dalabeneta**

**Presidente**

**Registre, Publique-se e Cumpra-se.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 003/2018**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL BIOMÉDICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA –MT**

Data da realização: 26/01/2018

Licitante Vencedor: **MAYARA NOGUEIRA SILVA**, portadora do **CPF: 015. 153.151-00,** com valor global de **R$ 37.400,00 (trinta e sete mil e quatrocentos reais).**

NOVA MARILANDIA / MT, 26 de janeiro de 2018.

**SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS**

**PREGOEIRA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

# LICITAÇÃO
# RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6° BIMESTRE 2017.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 27.340.428,20 | 27.340.428,20 | 6.042.837,28 | 22,10 | 27.216.054,76 | 99,55 | 124.373,44 |
| RECEITAS CORRENTES | 26.470.428,20 | 26.470.428,20 | 6.042.837,28 | 22,83 | 26.663.121,54 | 100,73 | -192.693,34 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 2.475.812,21 | 2.475.812,21 | 473.562,55 | 19,13 | 3.361.061,63 | 135,76 | -885.249,42 |
| Impostos | 2.277.874,52 | 2.277.874,52 | 464.583,97 | 20,40 | 3.081.300,23 | 135,27 | -803.425,71 |
| Taxas | 197.937,69 | 197.937,69 | 8.978,58 | 4,54 | 279.761,40 | 141,34 | -81.823,71 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 175.000,00 | 175.000,00 | 24.123,85 | 13,79 | 148.791,65 | 85,02 | 26.208,35 |
| Contribuições Sociais | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | 175.000,00 | 175.000,00 | 24.123,85 | 13,79 | 148.791,65 | 85,02 | 26.208,35 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 125.000,00 | 125.000,00 | 13.912,16 | 11,13 | 168.280,15 | 134,62 | -43.280,15 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 125.000,00 | 125.000,00 | 13.912,16 | 11,13 | 168.280,15 | 134,62 | -43.280,15 |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | 0,00 |
| Compensações Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 140.000,00 | 140.000,00 | 61.202,25 | 43,72 | 335.656,34 | 239,75 | -195.656,34 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 23.264.615,99 | 23.264.615,99 | 5.348.140,62 | 22,99 | 22.065.780,75 | 94,85 | 1.198.835,24 |
| Transferências Intergovernamentais | 22.844.615,99 | 22.844.615,99 | 5.049.707,31 | 22,10 | 21.306.077,46 | 93,27 | 1.538.538,53 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 420.000,00 | 420.000,00 | 298.433,31 | 71,06 | 759.703,29 | 180,88 | -339.703,29 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 290.000,00 | 290.000,00 | 121.895,85 | 42,03 | 583.551,02 | 201,22 | -293.551,02 |
| Multas e Juros de Mora | 45.000,00 | 45.000,00 | 22.304,21 | 49,56 | 106.682,84 | 237,07 | -61.682,84 |
| Indenizações e Restituições | 100.000,00 | 100.000,00 | 22.320,04 | 22,32 | 97.327,23 | 97,33 | 2.672,77 |
| Receita da Dívida Ativa | 145.000,00 | 145.000,00 | 77.271,60 | 53,29 | 379.540,95 | 261,75 | -234.540,95 |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | | | | | | | 0,00 |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 870.000,00 | 870.000,00 | 0,00 | 0,00 | 552.933,22 | 63,56 | 317.066,78 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 70.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 199.370,00 | 284,81 | -129.370,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 70.000,00 | 70.000,00 | | 0,00 | 199.370,00 | 284,81 | -129.370,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 800.000,00 | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | 353.563,22 | 44,20 | 446.436,78 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 800.000,00 | 800.000,00 | | 0,00 | 353.563,22 | 44,20 | 446.436,78 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |
| Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | 0,00 |
| Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | | | | | | | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 27.340.428,20 | 27.340.428,20 | 6.042.837,28 | 22,10 | 27.216.054,76 | 99,55 | 124.373,44 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 27.340.428,20 | 27.340.428,20 | 6.042.837,28 | 22,10 | 27.216.054,76 | 99,55 | 124.373,44 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | 27.340.428,20 | 27.340.428,20 | 6.042.837,28 | 22,10 | 27.216.054,76 | 99,55 | 124.373,44 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | |
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS | | | | | | | |
| Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais | | | | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | | | |
| **Despesas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 27.340.428,20 | 27.774.378,20 | 3.623.225,47 | 25.434.891,44 | 2.339.486,76 | 5.228.538,07 | 25.063.410,99 | 2.710.967,21 | 24.696.919,91 | 371.480,45 |
| DESPESAS CORRENTES | 23.068.840,20 | 26.781.820,20 | 3.619.555,47 | 24.535.319,19 | 2.246.501,01 | 5.220.055,07 | 24.193.490,74 | 2.588.329,46 | 23.830.916,86 | 341.828,45 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 9.549.344,20 | 12.772.174,20 | 2.795.546,96 | 11.706.372,23 | 1.065.801,97 | 2.795.546,96 | 11.706.372,23 | 1.065.801,97 | 11.555.663,31 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 5.000,00 | 100,00 | | | 100,00 | | | 100,00 | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 13.514.496,00 | 14.009.546,00 | 824.008,51 | 12.828.946,96 | 1.180.599,04 | 2.424.508,11 | 12.487.118,51 | 1.522.427,49 | 12.275.253,55 | 341.828,45 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 4.240.500,00 | 961.470,00 | 3.670,00 | 899.572,25 | 61.897,75 | 8.483,00 | 869.920,25 | 91.549,75 | 866.003,05 | 29.652,00 |
| INVESTIMENTOS | 4.235.500,00 | 961.370,00 | 3.670,00 | 899.572,25 | 61.797,75 | 8.483,00 | 869.920,25 | 91.449,75 | 866.003,05 | 29.652,00 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 5.000,00 | 100,00 | | | 100,00 | | | 100,00 | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 31.088,00 | 31.088,00 | | | 31.088,00 | | | 31.088,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 27.340.428,20 | 27.774.378,20 | 3.623.225,47 | 25.434.891,44 | 2.339.486,76 | 5.228.538,07 | 25.063.410,99 | 2.710.967,21 | 24.696.919,91 | 371.480,45 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Outras Dívidas | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Outras Dívidas | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 27.340.428,20 | 27.774.378,20 | 3.623.225,47 | 25.434.891,44 | 2.339.486,76 | 5.228.538,07 | 25.063.410,99 | 2.710.967,21 | 24.696.919,91 | 371.480,45 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | | | | | | | |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 27.340.428,20 | 27.774.378,20 | 3.623.225,47 | 25.434.891,44 | | 5.228.538,07 | 25.063.410,99 | | 24.696.919,91 | 371.480,45 |
| RESERVA DO RPPS | | | | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | | | | | | | |
| Taxas | | | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições Sociais | | | | | | | |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | | | | |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | | | | |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | |
| Compensações Financeiras | | | | | | | |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | | | | |
| Receita da Cessão de Direitos | | | | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas e Juros de Mora | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições | | | | | | | |
| Receita da Dívida Ativa | | | | | | | |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | | | | | | | |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | |
| Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados | | | | | | | |
| Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC | | | | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h) | | | |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | | | | | | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | | | | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | | | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 25,990,428,20 | 26,424,378,20 | 3,625,690,80 | 25,434,891,44 | 100,00 | 989,486,76 | 5,228,538,07 | 25,063,410,99 | 100,00 | 1,360,967,21 | 371,480,45 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 0,00 | 0,00 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Controle Externo | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração | 5,336,000,00 | 5,857,191,00 | 885,263,75 | 5,695,899,79 | 22,39 | 161,291,21 | 1,078,505,24 | 5,628,809,79 | 22,46 | 228,381,21 | 67,090,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | 5,336,000,00 | 5,857,191,00 | 885,263,75 | 5,695,899,79 | 22,39 | 161,291,21 | 1,078,505,24 | 5,628,809,79 | 22,46 | 228,381,21 | 67,090,00 |
| Administração Financeira | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Controle Interno | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Tecnologia da Informação | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Ordenamento Territorial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração de Receitas | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração de Concessões | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Comunicação Social | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Defesa Naval | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Defesa Terrestre | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Defesa Civil | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Informação e Inteligência | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Cooperação Internacional | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Assistência Social | 1,220,000,00 | 1,117,650,00 | 165,080,34 | 1,087,253,51 | 4,27 | 30,396,49 | 214,863,66 | 1,065,792,01 | 4,25 | 51,857,99 | 21,461,50 |
| Assistência ao Idoso | 30,000,00 | 20,850,00 | 30,49 | 19,639,39 | 0,08 | 1,210,61 | 3,074,32 | 15,448,39 | 0,06 | 5,401,61 | 4,191,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 5,000,00 | 0,00 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 130,000,00 | 143,910,00 | 26,186,83 | 143,442,33 | 0,56 | 467,67 | 30,651,63 | 143,442,33 | 0,57 | 467,67 | |
| Assistência Comunitária | 340,000,00 | 381,500,00 | 37,686,41 | 360,005,50 | 1,42 | 21,494,50 | 67,589,98 | 348,040,50 | 1,39 | 33,459,50 | 11,965,00 |
| Administração Geral | 715,000,00 | 571,390,00 | 101,176,61 | 564,166,29 | 2,22 | 7,223,71 | 113,547,73 | 558,860,79 | 2,23 | 12,529,21 | 5,305,50 |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Previdência do Regime Estatutário | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Previdência Complementar | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Previdência Especial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Saúde | 5.116.000,00 | 6.489.638,00 | 672.058,58 | 6.346.358,66 | 24,95 | 143.279,34 | 1.091.929,63 | 6.169.241,55 | 24,61 | 320.396,45 | 177.117,11 |
| Atenção Básica | 2.491.000,00 | 3.708.610,00 | 331.287,58 | 3.661.312,62 | 14,39 | 47.297,38 | 558.842,90 | 3.532.043,29 | 14,09 | 176.566,71 | 129.269,33 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 1.590.000,00 | 1.407.630,00 | 109.599,11 | 1.329.321,85 | 5,23 | 78.308,15 | 243.576,36 | 1.305.420,59 | 5,21 | 102.209,41 | 23.901,26 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Vigilância Sanitária | 5.000,00 | 50,00 | | | | 50,00 | | | | 50,00 | |
| Vigilância Epidemiológica | 10.000,00 | 59.450,00 | 12.864,84 | 59.331,24 | 0,23 | 118,76 | 12.864,84 | 59.331,24 | 0,24 | 118,76 | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | 1.020.000,00 | 1.313.898,00 | 218.307,15 | 1.296.392,95 | 5,10 | 17.505,05 | 276.645,53 | 1.272.446,43 | 5,08 | 41.451,57 | 23.946,52 |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Relações de Trabalho | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Empregabilidade | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Educação | 7.713.722,24 | 8.468.822,24 | 1.611.756,84 | 8.154.088,82 | 32,06 | 314.733,42 | 1.877.211,91 | 8.117.798,80 | 32,39 | 351.023,44 | 36.290,02 |
| Ensino Fundamental | 2.937.000,00 | 2.733.900,00 | 618.361,77 | 2.490.961,71 | 9,79 | 242.938,29 | 632.881,63 | 2.490.961,71 | 9,94 | 242.938,29 | |
| Ensino Médio | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Ensino Profissional | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Ensino Superior | 30.000,00 | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Educação Infantil | 964.222,24 | 1.144.472,24 | 177.268,42 | 1.098.639,10 | 4,32 | 45.833,14 | 209.943,19 | 1.097.197,10 | 4,38 | 47.275,14 | 1.442,00 |
| Educação de Jovens e Adultos | 12.000,00 | 0,00 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Educação Especial | 225.000,00 | 199.750,00 | | 178.750,00 | 0,70 | 21.000,00 | 48.750,00 | 178.750,00 | 0,71 | 21.000,00 | |
| Educação Básica | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | 3.280.500,00 | 4.235.510,00 | 786.405,20 | 4.231.019,48 | 16,63 | 4.490,52 | 955.915,34 | 4.196.171,46 | 16,74 | 39.338,54 | 34.848,02 |
| Demais Subfunções | 265.000,00 | 155.190,00 | 29.721,45 | 154.718,53 | 0,61 | 471,47 | 29.721,75 | 154.718,53 | 0,62 | 471,47 | |
| Cultura | 90.000,00 | 49.200,00 | 2.716,10 | 47.510,10 | 0,19 | 1.689,90 | 9.489,08 | 47.093,10 | 0,19 | 2.106,90 | 417,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 90.000,00 | 49.200,00 | 2.716,10 | 47.510,10 | 0,19 | 1.689,90 | 9.489,08 | 47.093,10 | 0,19 | 2.106,90 | 417,00 |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Urbanismo | 850.000,00 | 44.549,00 | 0,00 | 23.837,88 | 0,09 | 20.711,12 | 0,00 | 23.837,88 | 0,10 | 20.711,12 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 850.000,00 | 44.549,00 | | 23.837,88 | 0,09 | 20.711,12 | | 23.837,88 | 0,10 | 20.711,12 | |
| Serviços Urbanos | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Habitação | 300.000,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | | 500,00 | 0,00 | 0,00 | | 500,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Habitação Urbana | 300.000,00 | 500,00 | | | | 500,00 | | | | 500,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Saneamento | 660.000,00 | 526.272,00 | 4.678,94 | 524.948,37 | 2,06 | 1.323,63 | 88.371,06 | 464.225,55 | 1,85 | 62.046,45 | 60.722,82 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Saneamento Básico Urbano | 255.000,00 | 500,00 | | | | 500,00 | | | | 500,00 | |
| Administração Geral | 405.000,00 | 525.772,00 | 4.678,94 | 524.948,37 | 2,06 | 823,63 | 88.371,06 | 464.225,55 | 1,85 | 61.546,45 | 60.722,82 |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 165.000,00 | 233.800,00 | 41.060,48 | 232.489,17 | 0,91 | 1.310,83 | 41.060,48 | 232.489,17 | 0,93 | 1.310,83 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 15.000,00 | 1.800,00 | | 1.640,00 | 0,01 | 160,00 | | 1.640,00 | 0,01 | 160,00 | |
| Controle Ambiental | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Meteorologia | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | 150.000,00 | 232.000,00 | 41.060,48 | 230.849,17 | 0,91 | 1.150,83 | 41.060,48 | 230.849,17 | 0,92 | 1.150,83 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Agricultura | 895.000,00 | 438.850,00 | 60.881,89 | 431.569,44 | 1,70 | 7.280,56 | 82.566,45 | 423.187,44 | 1,69 | 15.662,56 | 8.382,00 |
| Abastecimento | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Extensão Rural | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Irrigação | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Promoção da Produção Agropecuária | 435.000,00 | 4.150,00 | | | | 4.150,00 | | | | 4.150,00 | |
| Defesa Agropecuária | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | 460.000,00 | 434.700,00 | 60.881,89 | 431.569,44 | 1,70 | 3.130,56 | 82.566,45 | 423.187,44 | 1,69 | 11.512,56 | 8.382,00 |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Colonização | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Produção Industrial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Mineração | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Propriedade Industrial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Normalização e Qualidade | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Comercialização | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Comércio Exterior | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Serviços Financeiros | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Turismo | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Telecomunicações | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Energia | 105.000,00 | 29.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,08 | 9.000,00 | 4.142,16 | 20.000,00 | 0,08 | 9.000,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Energia Elétrica | 105.000,00 | 29.000,00 | | 20.000,00 | 0,08 | 9.000,00 | 4.142,16 | 20.000,00 | 0,08 | 9.000,00 | |
| Combustíveis Minerais | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Biocombustíveis | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Transporte | 2.692.000,00 | 2.662.101,00 | 172.646,50 | 2.399.533,05 | 9,43 | 262.567,95 | 670.517,49 | 2.399.533,05 | 9,57 | 262.567,95 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 2.692.000,00 | 2.662.101,00 | 172.646,50 | 2.399.533,05 | 9,43 | 262.567,95 | 670.517,49 | 2.399.533,05 | 9,57 | 262.567,95 | |
| Transporte Ferroviário | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Transporte Hidroviário | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Transportes Especiais | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 535.000,00 | 203.899,00 | 9.547,28 | 202.250,02 | 0,80 | 1.648,98 | 9.547,28 | 202.250,02 | 0,81 | 1.648,98 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Desporto Comunitário | 520.000,00 | 203.899,00 | 9.547,28 | 202.250,02 | 0,80 | 1.648,98 | 9.547,28 | 202.250,02 | 0,81 | 1.648,98 | |
| Lazer | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Administração Geral | 15.000,00 | 0,00 | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Encargos Especiais | 281.617,96 | 271.817,96 | 0,00 | 269.152,63 | 1,06 | 2.665,33 | 60.333,63 | 269.152,63 | 1,07 | 2.665,33 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/total b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/total d) | | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Externa | 10.000,00 | 200,00 | | | | 200,00 | | | | 200,00 | |
| Transferências | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Outros Encargos Especiais | 271.617,96 | 271.617,96 | | 269.152,63 | 1,06 | 2.465,33 | 60.333,63 | 269.152,63 | 1,07 | 2.465,33 | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Reserva de Contingência | 31.088,00 | 31.088,00 | | | | 31.088,00 | | | | 31.088,00 | |
| Reserva do RPPS | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | | | 0,00 | | | | 0,00 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 25.990.428,20 | 26.424.378,20 | 3.625.690,80 | 25.434.891,44 | 100,00 | 989.486,76 | 5.228.538,07 | 25.063.410,99 | 100,00 | 1.360.967,21 | 371.480,45 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | | | | | | | | | | | |
| Controle Externo | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | | | | | | | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | | | | | | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Administração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Administração Financeira | | | | | | | | | | | |
| Controle Interno | | | | | | | | | | | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | | | | | | | |
| Tecnologia da Informação | | | | | | | | | | | |
| Ordenamento Territorial | | | | | | | | | | | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | | | | | | | |
| Administração de Receitas | | | | | | | | | | | |
| Administração de Concessões | | | | | | | | | | | |
| Comunicação Social | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | | | | | | | |
| Defesa Naval | | | | | | | | | | | |
| Defesa Terrestre | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | | | | | | | |
| Defesa Civil | | | | | | | | | | | |
| Informação e Inteligência | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | | |
| Cooperação Internacional | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | | | | | | | | | | | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | | | | | | | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | | | | | | | | |
| Assistência Comunitária | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | | | | | | | |
| Previdência do Regime Estatutário | | | | | | | | | | | |
| Previdência Complementar | | | | | | | | | | | |
| Previdência Especial | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Atenção Básica | | | | | | | | | | | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | | | | | | | | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | | | | | | | | | | | |
| Vigilância Sanitária | | | | | | | | | | | |
| Vigilância Epidemiológica | | | | | | | | | | | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | | | | | | | |
| Relações de Trabalho | | | | | | | | | | | |
| Empregabilidade | | | | | | | | | | | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | | | | | | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | | | | | | |
| Ensino Profissional | | | | | | | | | | | |
| Ensino Superior | | | | | | | | | | | |
| Educação Infantil | | | | | | | | | | | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | | | | | | | |
| Educação Especial | | | | | | | | | | | |
| Educação Básica | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | | | | | | | |
| Difusão Cultural | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | | | | | | | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | | | | | | | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | | | | | | | | | | | |
| Serviços Urbanos | | | | | | | | | | | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | | |
| Habitação Urbana | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | | | | | | | |
| Saneamento Básico Urbano | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | | | | | | | |
| Controle Ambiental | | | | | | | | | | | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | | | | | | | |
| Recursos Hídricos | | | | | | | | | | | |
| Meteorologia | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | | | | | | | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | | | | | | | |
| Extensão Rural | | | | | | | | | | | |
| Irrigação | | | | | | | | | | | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | | | | | | | |
| Defesa Agropecuária | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | | | | | | | |
| Colonização | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | | | | | | | |
| Produção Industrial | | | | | | | | | | | |
| Mineração | | | | | | | | | | | |
| Propriedade Industrial | | | | | | | | | | | |
| Normalização e Qualidade | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | | | | | | | |
| Comercialização | | | | | | | | | | | |
| Comércio Exterior | | | | | | | | | | | |
| Serviços Financeiros | | | | | | | | | | | |
| Turismo | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | | | | | | | |
| Telecomunicações | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | | | | | | | | | | | |
| Energia Elétrica | | | | | | | | | | | |
| Combustíveis Minerais | | | | | | | | | | | |
| Biocombustíveis | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b) | % (b/■ b) | | DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d) | % (d/■ d) | | |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | | | | | | | |
| Transporte Rodoviário | | | | | | | | | | | |
| Transporte Ferroviário | | | | | | | | | | | |
| Transporte Hidroviário | | | | | | | | | | | |
| Transportes Especiais | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | | | | | | | |
| Desporto Comunitário | | | | | | | | | | | |
| Lazer | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | | | | | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | | | | | | | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | | | | | | | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | | | | | | | |
| Transferências | | | | | | | | | | | |
| Outros Encargos Especiais | | | | | | | | | | | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Especificação | Evolução da Receita Corrente Líquida | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2017 |
| | <MR-11> | <MR-10> | <MR-9> | <MR-8> | <MR-7> | <MR-6> | <MR-5> | <MR-4> | <MR-3> | <MR-2> | <MR-1> | <MR> | | |
| **Especificação** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1,941,695.96 | 1,823,742.56 | 1,958,825.61 | 2,038,801.19 | 2,631,963.48 | 2,609,195.55 | 2,385,388.97 | 2,381,503.59 | 2,190,050.74 | 2,978,304.55 | 2,605,822.35 | 4,084,444.08 | 29,629,736.63 | 30,193,556.72 |
| Receita Tributária | 107,719.40 | 87,836.45 | 179,625.31 | 203,867.71 | 448,884.69 | 652,925.04 | 347,349.58 | 331,459.88 | 102,618.86 | 200,233.87 | 207,304.39 | 266,094.85 | 3,135,920.03 | 2,475,812.21 |
| IPTU | 168.30 | 167.15 | 167.15 | | 61.55 | 15,904.61 | 119,129.95 | 111,748.17 | 4,234.21 | 2,937.93 | 4,498.54 | 2,606.76 | 261,624.32 | 272,568.00 |
| ISS | 39,041.34 | 26,471.98 | 51,128.77 | 113,746.70 | 164,171.74 | 91,242.63 | 53,057.99 | 58,688.46 | 54,806.98 | 62,294.01 | 52,273.38 | 67,421.59 | 834,345.57 | 895,306.52 |
| ITBI | 600.00 | 2,766.95 | 49,131.39 | 45,149.51 | 246,047.53 | 498,798.15 | 88,449.59 | 81,999.28 | 1,007.34 | 96,694.95 | 108,889.12 | 111,002.77 | 1,329,636.58 | 600,000.00 |
| IRRF | 51,108.37 | 35,538.32 | 31,879.21 | 34,827.87 | 32,903.99 | 34,862.62 | 41,282.85 | 35,891.43 | 37,961.52 | 35,652.39 | 37,545.55 | 80,182.95 | 489,637.07 | 510,000.00 |
| Outras Receitas Tributárias | 16,801.39 | 22,892.05 | 47,318.79 | 10,143.63 | 5,699.88 | 12,117.03 | 45,429.20 | 44,032.54 | 4,608.81 | 2,654.59 | 4,097.80 | 4,880.78 | 220,676.49 | 197,937.69 |
| Receita de Contribuições | 15,270.31 | 17,364.79 | 10,678.89 | 14,710.70 | 10,087.86 | 13,883.57 | 11,204.39 | 12,104.53 | 12,832.11 | 6,530.65 | | 24,123.85 | 148,791.65 | 175,000.00 |
| Receita Patrimonial | 22,125.43 | 17,797.41 | 20,513.48 | 14,229.14 | 17,048.52 | 15,139.73 | 15,839.97 | 13,101.60 | 9,107.68 | 9,465.03 | 7,990.45 | 5,921.71 | 168,280.15 | 125,000.00 |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | 0.00 | |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | 0.00 | |
| Receita de Serviços | 2,821.64 | 5,077.67 | 5,875.08 | 13,539.60 | 44,061.56 | 42,843.39 | 35,189.32 | 34,786.44 | 32,143.96 | 58,115.41 | 26,082.90 | 35,119.35 | 335,656.34 | 140,000.00 |
| Transferências Correntes | 1,784,002.69 | 1,688,173.08 | 1,730,629.54 | 1,776,540.10 | 2,059,589.17 | 1,832,754.60 | 1,921,194.08 | 1,895,416.42 | 1,986,659.11 | 2,653,234.52 | 2,322,459.81 | 3,682,535.98 | 25,333,189.10 | 26,987,744.51 |
| Cota-Parte do FPM | 530,773.08 | 680,134.06 | 425,731.48 | 512,934.05 | 581,835.15 | 536,286.61 | 414,453.60 | 469,737.94 | 394,421.66 | 446,992.31 | 459,762.90 | 614,926.64 | 6,067,989.48 | 7,500,000.00 |
| Cota-Parte do ICMS | 712,751.50 | 409,389.20 | 713,840.32 | 546,662.27 | 705,655.59 | 614,570.17 | 574,291.07 | 791,457.56 | 850,473.64 | 615,812.67 | 905,110.06 | 872,695.33 | 8,312,709.38 | 9,795,500.00 |
| Cota-Parte do IPVA | 17,083.51 | 28,937.15 | 33,153.93 | 35,706.74 | 66,360.78 | 20,007.11 | 45,261.91 | 26,633.44 | 21,893.92 | 22,672.28 | 16,988.71 | 15,428.12 | 350,127.60 | 270,122.11 |
| Cota-Parte do ITR | 68,264.70 | 22,905.21 | 10,940.67 | 13,416.51 | 6,339.79 | 29,863.09 | 977.27 | 16,492.07 | 43,184.54 | 965,908.04 | 201,885.16 | 191,713.93 | 1,571,890.98 | 1,000,000.00 |
| Transferências da LC nº 87/1996 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 2,882.98 | 34,595.76 | 50,000.00 |
| Transferências da LC nº 61/1989 | | | | | | | | | | | | | 0.00 | |
| Transferências do FUNDEB | 241,982.60 | 252,871.22 | 161,917.04 | 259,169.77 | 274,108.76 | 230,072.63 | 219,369.32 | 279,961.60 | 183,019.79 | 236,569.18 | 218,066.78 | 709,068.59 | 3,266,217.28 | 3,401,122.40 |
| Outras Transferências Correntes | 210,264.32 | 291,053.26 | 382,163.12 | 405,767.78 | 422,406.12 | 399,072.01 | 663,957.93 | 308,230.83 | 490,782.58 | 362,397.06 | 517,743.22 | 1,275,820.39 | 5,729,658.62 | 4,971,000.00 |
| Outras Receitas Correntes | 9,756.49 | 7,493.16 | 11,503.31 | 15,913.94 | 52,291.68 | 51,649.22 | 54,611.63 | 94,634.72 | 46,689.00 | 50,725.07 | 41,984.80 | 70,648.34 | 507,901.36 | 290,000.00 |
| DEDUÇÕES (II) | 266,351.08 | 228,849.64 | 237,309.79 | 222,320.43 | 272,614.77 | 240,721.93 | 207,520.04 | 261,440.70 | 262,571.25 | 410,853.55 | 317,325.84 | 339,529.33 | 3,267,408.35 | 3,723,128.52 |
| Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência | | | | | | | | | | | | | 0.00 | |
| Compensações Financ. entre Regimes Previdência | | | | | | | | | | | | | 0.00 | |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 266,351.08 | 228,849.64 | 237,309.79 | 222,320.43 | 272,614.77 | 240,721.93 | 207,520.04 | 261,440.70 | 262,571.25 | 410,853.55 | 317,325.84 | 339,529.33 | 3,267,408.35 | 3,723,128.52 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - I) | 1,675,344.88 | 1,594,892.92 | 1,721,515.82 | 1,816,480.76 | 2,359,348.71 | 2,368,473.62 | 2,177,868.93 | 2,120,062.89 | 1,927,479.49 | 2,567,451.00 | 2,288,496.51 | 3,744,914.75 | 26,362,330.28 | 26,470,428.20 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2017 | Até o Bimestre / 2016 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário | | | | |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016 | Em 2017 | Em 2016 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | | | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | Previsão Orçamentária |
| **Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores** | - |
| VALOR | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário | Previsão Orçamentária |
|---|---|
| | Previsão Orçamentária |
| **Reserva Orçamentária do RPPS** | - |
| VALOR | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | Aportes Realizados |
| **Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS** | - |
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | |
| Outros Aportes para o RPPS | |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
| | 2017 | 2016 |
| **Bens e Direitos do RPPS** | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | | |
| Investimentos e Aplicações | | |
| Outros Bens e Direitos | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Receita | | | |
|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre / 2017 | Até o Bimestre / 2016 |
| **Receitas** | - | - | - | - |
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | | | | |
| Inativo | | | | |
| Pensionista | | | | |
| Em Regime de Parcelamento de Débitos | | | | |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | |
| Receita de Serviços | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | | | | |
| Demais Receitas Correntes | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | | | | |
| Amortização de Empréstimos | | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII + IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro | Execução da Despesa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
| | | | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017 | DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017 | DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2016 | Em 2017 | Em 2016 |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | | |
| PREVIDÊNCIA (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | | | | | | | | |
| Pensões | | | | | | | | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | | | | | | | | |
| Demais Despesas Previdenciárias | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII) | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS | Aportes de Recursos |
|---|---|
| | Aportes Realizados |
| **Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor** | - |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | |
| Recursos para Formação de Reserva | |

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal**

| Dívida Fiscal Líquida | Saldo | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo | | |
| | Em 31/Dez/2016 (a) | No Bimestre Anterior (b) | No Bimestre (c) |
| **Dívida Fiscal Líquida** | - | - | - |
| Dívida Consolidada (**I**) | 0,00 | | |
| DEDUÇÕES (**II**) | 0,00 | | |
| Disponibilidade de Caixa | 0,00 | | |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | | |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 0,00 | | |
| Demais Haveres Financeiros | | | |
| Dívida Consolidada Líquida (**III**) = (**I** - **II**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Privatizações (**IV**) | | | |
| Passivos Reconhecidos (V) | | | |
| Dívida Fiscal Líquida (**VI**) = (**III** + **IV** - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal**

| Resultado Nominal | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | Período de Referência | |
| | No Bimestre (VIc - VIb) | Até o Bimestre (VIc - VIa) |
| **Resultado Nominal** | - | - |
| VALOR | | |

**RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal**

| Discriminação da Meta Fiscal | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Corrente |
| **Discriminação da Meta Fiscal** | - |
| Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência | |

**RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios**

| Receitas Primárias | Receitas Realizadas | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | Até o Bimestre / 2017 | Até o Bimestre / 2016 |
| **Receitas Primárias** | - | - | - |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (**I**) | 26.345.428,20 | 26.795.632,65 | 17.990.511,86 |
| Receitas Tributárias | 2.475.812,21 | 3.361.061,63 | 2.720.633,99 |
| IPTU | 272.568,00 | 427.681,01 | 280.193,96 |
| ISS | 895.306,52 | 834.345,57 | 1.180.164,67 |
| ITBI | 600.000,00 | 1.329.636,58 | 773.448,94 |
| IRRF | 510.000,00 | 489.637,07 | 265.338,64 |
| Outras Receitas Tributárias | 197.937,69 | 279.761,40 | 221.487,78 |
| Receitas de Contribuições | 175.000,00 | 148.791,65 | 125.220,24 |
| Receitas Previdenciárias | | | |
| Outras Receitas de Contribuições | 175.000,00 | 148.791,65 | 125.220,24 |
| Receita Patrimonial Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 125.000,00 | 168.280,15 | 176.544,10 |
| (-) Aplicações Financeiras | 125.000,00 | 168.280,15 | 176.544,10 |
| Transferências Correntes | 23.264.615,99 | 22.366.572,01 | 14.856.523,47 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Receitas Primárias | Receitas Realizadas | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | Até o Bimestre / 2017 | Até o Bimestre / 2016 |
| Cota-Parte do FPM | 6.000.000,00 | 4.854.445,16 | 3.537.569,32 |
| Cota-Parte do ICMS | 7.836.395,90 | 6.650.167,74 | 4.889.643,50 |
| Cota-Parte do IPVA | 216.097,69 | 280.102,38 | 229.879,93 |
| Convênios Corrente | 420.000,00 | 1.060.494,55 | 469.670,83 |
| Outras Transferências Correntes | 8.792.122,40 | 9.521.362,18 | 5.729.759,89 |
| Demais Receitas Correntes | 430.000,00 | 919.207,36 | 288.134,16 |
| Dívida Ativa | 145.000,00 | 379.540,95 | 95.754,89 |
| Diversas Receitas Correntes | 285.000,00 | 539.666,41 | 192.379,27 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 870.000,00 | 552.933,22 | 539.587,35 |
| Operações de Crédito (III) | | | |
| Amortização de Empréstimos (IV) | | | |
| Alienação de Bens (V) | 70.000,00 | 199.370,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 800.000,00 | 353.563,22 | 539.587,35 |
| Convênios Capital | 800.000,00 | 353.563,22 | 539.587,35 |
| Outras Transferências de Capital | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V) | 800.000,00 | 353.563,22 | 539.587,35 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI) | 27.145.428,20 | 27.149.195,87 | 18.530.099,21 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios**

| Despesas Primárias | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA | Despesas Empenhadas | | DESPESAS LIQUIDADAS | | Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | |
| | | Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017 | Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2016 | Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017 | Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2016 | Em 2017 | Em 2016 |
| **Despesas Primárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 26.781.820,20 | 24.535.319,19 | 17.217.575,25 | 24.193.490,74 | 15.486.912,97 | 341.828,45 | 1.730.662,28 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 12.772.174,20 | 11.706.372,23 | 6.617.115,55 | 11.706.372,23 | 6.617.055,55 | | 60,00 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 100,00 | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 14.009.546,00 | 12.828.946,96 | 10.600.459,70 | 12.487.118,51 | 8.869.857,42 | 341.828,45 | 1.730.602,28 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) | 26.781.720,20 | 24.535.319,19 | 17.217.575,25 | 24.193.490,74 | 15.486.912,97 | 341.828,45 | 1.730.662,28 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 961.470,00 | 899.572,25 | 1.084.293,41 | 869.920,25 | 335.938,33 | 29.652,00 | 748.355,08 |
| Investimentos | 961.370,00 | 899.572,25 | 1.084.293,41 | 869.920,25 | 335.938,33 | 29.652,00 | 748.355,08 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | | | | | | | |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) | | | | | | | |
| Demais Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida (XIV) | 100,00 | | | | | | |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) | 961.370,00 | 899.572,25 | 1.084.293,41 | 869.920,25 | 335.938,33 | 29.652,00 | 748.355,08 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 31.088,00 | | | | | | |
| RESERVA DO RPPS (XVII) | | | | | | | |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII) | 27.774.178,20 | 25.434.891,44 | 18.301.868,66 | 25.063.410,99 | 15.822.851,30 | 371.480,45 | 2.479.017,36 |
| RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII) | -628.750,00 | 1.714.304,43 | 228.230,55 | 2.085.784,88 | 2.707.247,91 | | |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios**

| Discriminação da Meta Fiscal | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Corrente |
| **Discriminação da Meta Fiscal** | - |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | |

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a+ b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2016 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2016 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 105.373,80 | 245.163,73 | 238.557,16 | 0,00 | 111.980,37 | 436.006,74 | 177.599,21 | 313.845,04 | 313.845,04 | 0,00 | 299.760,91 | 411.741,28 |
| PODER EXECUTIVO | 105.373,80 | 245.163,73 | 238.557,16 | | 111.980,37 | 436.006,74 | 177.599,21 | 313.845,04 | 313.845,04 | | 299.760,91 | 411.741,28 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | | | | | | | | | | | | |
| Tribunal de Contas do Município | | | | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 105.373,80 | 245.163,73 | 238.557,16 | 0,00 | 111.980,37 | 436.006,74 | 177.599,21 | 313.845,04 | 313.845,04 | 0,00 | 299.760,91 | 411.741,28 |

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Poder/Órgão - Intra | Poder/Órgão - Intra | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Poder/Órgão Intra | | | | | | | | | | | |
| | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total L = (e + k) |
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i + j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro de 2016 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro de 2016 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PODER EXECUTIVO | | | | | | | | | | | | |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Câmara Municipal | | | | | | | | | | | | |
| Tribunal de Contas do Município | | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Receitas | Receitas de Operações de Crédito | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I) | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Despesas | Despesas de Capital | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte | | | | | |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras | | | | | |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Resultado para Apuração da Regra de Ouro | Resultado para Apuração da Regra de Ouro | | |
|---|---|---|---|
| | (a - d) | (b - e) | (c - f) |
| **Resultado para Apuração da Regra de Ouro** | - | - | - |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (**III**) = (**I** - **II**) | | | |

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2016 | | | | |
| 2017 | | | | |
| 2018 | | | | |
| 2019 | | | | |
| 2020 | | | | |
| 2021 | | | | |
| 2022 | | | | |
| 2023 | | | | |
| 2024 | | | | |
| 2025 | | | | |
| 2026 | | | | |
| 2027 | | | | |
| 2028 | | | | |
| 2029 | | | | |
| 2030 | | | | |
| 2031 | | | | |
| 2032 | | | | |
| 2033 | | | | |
| 2034 | | | | |
| 2035 | | | | |
| 2036 | | | | |
| 2037 | | | | |
| 2038 | | | | |
| 2039 | | | | |
| 2040 | | | | |
| 2041 | | | | |
| 2042 | | | | |
| 2043 | | | | |
| 2044 | | | | |
| 2045 | | | | |
| 2046 | | | | |
| 2047 | | | | |
| 2048 | | | | |
| 2049 | | | | |
| 2050 | | | | |
| 2051 | | | | |
| 2052 | | | | |
| 2053 | | | | |
| 2054 | | | | |
| 2055 | | | | |
| 2056 | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | |
| | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c) |
| 2057 | | | | |
| 2058 | | | | |
| 2059 | | | | |
| 2060 | | | | |
| 2061 | | | | |
| 2062 | | | | |
| 2063 | | | | |
| 2064 | | | | |
| 2065 | | | | |
| 2066 | | | | |
| 2067 | | | | |
| 2068 | | | | |
| 2069 | | | | |
| 2070 | | | | |
| 2071 | | | | |
| 2072 | | | | |
| 2073 | | | | |
| 2074 | | | | |
| 2075 | | | | |
| 2076 | | | | |
| 2077 | | | | |
| 2078 | | | | |
| 2079 | | | | |
| 2080 | | | | |
| 2081 | | | | |
| 2082 | | | | |
| 2083 | | | | |
| 2084 | | | | |
| 2085 | | | | |
| 2086 | | | | |
| 2087 | | | | |
| 2088 | | | | |
| 2089 | | | | |
| 2090 | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10.1 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Receitas | Execução da Receita | | |
|---|---|---|---|
| | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (c) = (a - b) |
| **Receitas** | - | - | - |
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis | | | |
| Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Despesas | Execução da Despesa | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS (e) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f) | SALDO A PAGAR (g) = (d-e) |
| **Despesas** | - | - | - | - | - | - | - |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Geral da Previdência Social | | | | | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Saldo Financeiro a Aplicar | Saldo Financeiro a Aplicar | | |
|---|---|---|---|
| | 2016 (h) | 2017 (i) = (Ib - (IIe + IIf)) | SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi) |
| **Saldo Financeiro a Aplicar** | - | - | - |
| VALOR (III) | | | |

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Impactos das Contratações de PPP | Especificação de PPP | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | REGISTROS EFETUADOS EM 2017 | |
| | | No Bimestre | Até o Bimestre |
| **Impactos das Contratações de PPP** | - | - | - |
| TOTAL DE ATIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| TOTAL DE PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| Provisões de PPP | | | |
| Outros Passivos | | | |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Contratuais | | | |
| Garantias Concedidas | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)**

| Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes**

| Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Total das Despesas de PPP | Despesas de PPP | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (EC) | <EC + 1> | <EC + 2> | <EC + 3> | <EC + 4> | <EC + 5> | <EC + 6> | <EC + 7> | <EC + 8> | <EC + 9> |
| **Total das Despesas de PPP** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL DAS DESPESAS | | | | | | | | | | | |
| PPP A CONTRATAR (II) | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III) | | | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Balanço Orçamentário | Período |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Balanço Orçamentário** | - |
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 27.340.428,20 |
| Previsão Atualizada | 27.340.428,20 |
| Receitas Realizadas | 26.915.263,50 |
| Déficit Orçamentário | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 27.340.428,20 |
| Créditos Adicionais | 433.950,00 |
| Dotação Atualizada | 27.774.378,20 |
| Despesas Empenhadas | 25.434.891,44 |
| Despesas Liquidadas | 25.063.410,99 |
| Despesas Pagas | 24.696.919,91 |
| Superávit Orçamentário | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Despesas por Função/Subfunção | Período |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Despesas por Função/Subfunção** | - |
| Despesas Empenhadas | 25.434.891,44 |
| Despesas Liquidadas | 25.063.410,99 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Receita Corrente Líquida - RCL | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Receita Corrente Líquida - RCL** | - |
| Receita Corrente Líquida | 26.362.330,28 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência | Período |
|---|---|
| | Até o Bimestre |
| **Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência** | - |
| Regime Geral de Previdência Social | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas (I) | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas (II) | |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas (IV) | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas (V) | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Resultados Nominal e Primário | Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário | | |
|---|---|---|---|
| | Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
| **Resultados Nominal e Primário** | - | - | - |
| Resultado Nominal | | | |
| Resultado Primário | | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| **Restos a Pagar por Poder e Ministério Público** | - | - | - | - |
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Poder Executivo | | | | |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 6º bimestre**

| Restos a Pagar por Poder e Ministério Público | Estágios dos Restos a Pagar | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Inscrição | Cancelamento Até o Bimestre | Pagamento Até o Bimestre | Saldo a Pagar |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Poder Executivo | | | | |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Despesas com Ações Típicas de MDE | Apuração das Despesas com Ensino | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações Típicas de MDE** | - | - | - |
| Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | | | |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio | | | |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental | | | |
| Complementação da União ao FUNDEB | | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Saldo Não Realizado |
| **Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital** | - | - |
| Receitas de Operações de Crédito | | |
| Despesa de Capital Líquida | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência | Exercício de Apuração | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Exercício | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
| **Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência** | - | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | | | | |
| Receitas Previdenciárias (**I**) | | | | |
| Despesas Previdenciárias (**II**) | | | | |
| Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias (**IV**) | | | | |
| Despesas Previdenciárias (V) | | | | |
| Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos | |
|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Saldo a Realizar |
| **Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos** | - | - |
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde | Apuração das Despesas com Saúde | | |
|---|---|---|---|
| | Valor Apurado Até o Bimestre | Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde | |
| | | % Mínimo a Aplicar no Exercício | % Aplicado Até o Bimestre |
| **Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** | - | - | - |
| Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos | | | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP | Valor Realizado no Período |
|---|---|
| | Valor Apurado no Exercício Corrente |
| **Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP** | - |
| Total das Despesas/RCL (%) | |

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 6º bimestre** |

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |
| Assinatura: 6 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

# LICITAÇÃO
# RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 6º SEMESTRE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Despesa com Pessoal | Despesa Executada com Pessoal | |
|---|---|---|
| | Despesas Executadas - Últimos 12 Meses | |
| | DESPESAS LIQUIDADAS (a) | DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| **Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)** | - | - |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 11.706.372,23 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 11.706.372,23 | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração | | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 11.706.372,23 | 0,00 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal | |
|---|---|---|
| | Valor | % sobre a RCL Ajustada |
| **DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV) | 26.362.330,28 | |
| (-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF) | 0,00 | |
| = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) | 26.362.330,28 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb) | 11.706.372,23 | 44,41 |
| LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 14.235.658,35 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 13.523.875,43 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 12.812.092,52 | 48,60 |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | |
| | No Quadrimestre/Semestre | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DTP (b) | % Excedente (c) = (b-a) | Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c) | Limite (e) = (b-d) | % DTP (f) | Redutor Residual (g) = (f-a) | Limite (h) = (a) | % DTP (i) |
| **Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal** | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida | Cálculo da Dívida Consolidada Líquida | | |
|---|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Dívida Consolidada** | - | - | - |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 940.939,78 | 897.934,90 | 655.017,19 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | | | |
| Externos | | | |
| Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Financiamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Internos | | | |
| Externos | | | |
| Parcelamento e Renegociação de Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | | | |
| De Contribuições Previdenciárias | | | |
| De Demais Contribuições Sociais | | | |
| Do FGTS | | | |
| Com Instituição Não Financeira | | | |
| Demais Dívidas Contratuais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 940.939,78 | 897.934,90 | 655.017,19 |
| DEDUÇÕES (II) | 2.842.142,04 | 3.437.295,81 | 3.176.969,61 |
| Disponibilidade de Caixa | 2.842.142,04 | 3.437.295,81 | 3.176.969,61 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 2.947.515,84 | 3.552.976,18 | 3.306.654,59 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 105.373,80 | 115.680,37 | 129.684,98 |
| Demais Haveres Financeiros | | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 25.934.709,53 | 25.257.379,19 | 26.362.330,28 |
| % da DC sobre a RCL (I/RCL) | 3,63 | 3,56 | 2,48 |
| % da DCL sobre a RCL (III/RCL) | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL | 4.149.553,52 | 4.041.180,67 | 4.217.972,84 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 3.734.598,16 | 3.637.062,60 | 3.796.175,56 |
| **Outros Valores Não Integrantes da DC** | - | - | - |
| Precatórios Anteriores a 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | | | |
| Insuficiência Financeira | | | |
| Depósitos | | | |
| RP Não-Processados | | | |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | | | |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Exercício de Descumprimento do Limite | | | Exercício do Primeiro Período Seguinte | | | Exercício do Segundo Período Seguinte | | | Exercício do Terceiro Período Seguinte | | |
| | Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite | | | Primeiro Período Seguinte | | | Segundo Período Seguinte | | | Terceiro Período Seguinte | | |
| | Limite Máximo (a) | % DCL (b) | % Excedente (c) = (b - a) | Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c) | Limite (e) = (b - d) | % DCL (f) | Redutor Residual (g) = (f - a) | Limite (h) = (e) | % DCL (i) | Redutor Residual (j) = (i - a) | Limite (k) = (a) | % DCL (j) |
| Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valores Percentuais | | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno | |
| Notas Explicativas | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório de Gestão Fiscal Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 37464831000124** |
| | **Exercício: 2017** |
| | **Período de referência: 2º semestre** |

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral**



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo Exercício Anterior | Saldos do Exercício de 2017 | |
| | | Até o 1º Semestre | Até o 2º Semestre |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| **Garantias Concedidas** | - | - | - |
| EXTERNAS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aval ou Fiança em Operações de Crédito | | | |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | | | |
| INTERNAS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aval ou Fiança em Operações de Crédito | | | |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | | | |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | | | |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV) | | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> | | | |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> | | | |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| **Contragarantias Recebidas** | - | - | - |
| EXTERNAS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aval ou Fiança em Operações de Crédito | | | |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | | | |
| INTERNAS (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aval ou Fiança em Operações de Crédito | | | |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | | | |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (I) | 0,00 | 0,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Apuração do Cumprimento dos Limites | Apuração do Cumprimento dos Limites | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL |
| **Apuração do Cumprimento dos Limites** | - | - |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 26.362.330,28 | |
| OPERAÇÕES VEDADAS (II) | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II) | | |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS | 4.217.972,84 | 16,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

| Apuração do Cumprimento dos Limites | Apuração do Cumprimento dos Limites | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) | 3.796.175,56 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 1.845.363,12 | 7,00 |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR REALIZADO | |
| | No Semestre de Referência | Até o Semestre de Referência (a) |
| **Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada** | - | - |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| Tributos | | |
| Contribuições Previdenciárias | | |
| FGTS | | |
| Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas | | |

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Disponibilidade de Caixa | Disponibilidade de Caixa | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | | | |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a) | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) | Demais Obrigações Financeiras (e) | INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f) | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
| | | De Exercícios Anteriores (b) | Do Exercício (c) | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação | | | | | | | | | |
| Transferências do FUNDEB 60% | | | | | | | | | |
| Transferências do FUNDEB 40% | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Destinados à Educação | | | | | | | | | |
| Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde | | | | | | | | | |
| Outros Recursos Destinados à Saúde | | | | | | | | | |
| Recursos Destinados à Assistência Social | | | | | | | | | |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário | | | | | | | | | |
| Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro | | | | | | | | | |
| Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde) | | | | | | | | | |
| Recursos de Alienação de Bens/Ativos | | | | | | | | | |
| Outras Destinações Vinculadas de Recursos | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 37464831000124**
**Exercício: 2017**
**Período de referência: 2º semestre**

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Receita Corrente Líquida | Valor Até o Semestre |
|---|---|
| | Valor Até o Semestre |
| **Receita Corrente Líquida** | - |
| Receita Corrente Líquida | 26.362.330,28 |
| Receita Corrente Líquida Ajustada | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Despesa com Pessoal | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
| **Despesa com Pessoal** | - | - |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 11.706.372,23 | 44,41 |
| Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%> | 14.235.658,35 | 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> | 13.523.875,43 | 51,30 |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Dívida Consolidada | Comparativo do Saldo da Dívida | |
|---|---|---|
| | Saldo no Semestre | |
| | Saldo Exercício até o Primeiro Semestre | Saldo Exercício até o Segundo Semestre |
| **Dívida Consolidada** | - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Garantias de Valores | Comparativo do Saldo de Garantia | |
|---|---|---|
| | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017 | |
| | Saldo Exercício até o Primeiro Semestre | Saldo Exercício até o Segundo Semestre |
| **Garantias de Valores** | - | - |
| Total das Garantias Concedidas | | |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Operações de Crédito | Valor Realizado no Período | |
|---|---|---|
| | VALOR | % SOBRE A RCL |
| **Operações de Crédito** | - | - |
| Operações de Crédito Internas e Externas | | |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | | |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Restos a Pagar | Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa | |
|---|---|---|
| | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| **Restos a Pagar** | - | - |
| Valor Total | | |

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 31/12/2017 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |
| Assinatura: 6 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**LICITAÇÃO**
**EDITAL DE PUBLICAÇÃO.**

Em cumprimento ao disposto no Art.165 CF e Art.52 da Execução Orçamentária e Art. 53 da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com referencia a ampla publicidade, A **Prefeitura Municipal de Nova Maringá**, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado; no mural da Prefeitura, Câmara Municipal, jornal AMM, www.novamaringa.mt.gov.br, *Os Relatórios resumidos da Execução Orçamentária do 6º Bimestre e Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre do Exercício de 2017*.

OBS: No Diário Oficial somente esse Edital de Publicação.

Nova Maringá – MT, 26 de Janeiro de 2018.

_____

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

| | |
|---|---|
| **Objeto** | Contratação de pessoa física com formação superior em nutrição para prestação de serviços como nutricionista, para atender as necessidades desta secretaria municipal de Educação. |
| **Favorecido** | ALINE BRAGA DINIZ, CPF Nº 069.463.616-95 |
| **Prazo de Vigencia** | 12 (DOZE) MESES |
| **Valor global** | R$ 30.000,00 (trinta mil reais) |
| **Fundamento Legal** | art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, corrigida e atualizada pela Lei Municipal 504/2017 |
| **Justificativa** | Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 001/2018. |

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Nova Nazaré – MT, 26 de Janeiro de 2018.

**JOÃO TEODORO FILHO**

Prefeito Municipal

**CAMARA DE NOVA NAZARÉ**
**PORTARIA Nº 44/2018**

**PORTARIA Nº 44/2018**

***"Dispõe sobre a readequação do salário mínimo para 2018".***

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré-MT, Senhor **Reginaldo Martins Del Colle**, no uso de suas atribuições legais e que determina o artigo 13° da Lei Orgânica Municipal e artigo 105° do Regimento Interno da Câmara Municipal, e;

**Considerando o disposto no do artigo 7°, inciso IV e VI da Constituição Federal/88;**

**Considerando os dispositivos da Lei 12.382/2011;**

**Considerando o Decreto n° 8.948 de 29 de dezembro de 2016;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º -** Fica estabelecido no âmbito da Câmara Municipal, conforme considerações, que a partir do dia 1° de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo será de **R$** 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Parágrafo Único:** Em virtude do disposto no **caput,** o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ R$ 31,8 e o seu valor horário a R$ 4,34.

**Art. 2° -** A partir de 1° de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Os benefícios correspondentes a aposentadorias auxilia doença, salário maternidade, auxilio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) paga pelo PREVNAZARÉ (sigla do fundo de previdência).

**Art. 3° -** A partir de 1° de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I –** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com renumeração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos);

**II –** R$ 31,71 (trinta e um reais e setenta e um centavos) para o segurado com renumeração mensal superior a R$ 877,68 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo Único:** Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de janeiro de 2018.

Sala da Presidência, aos 26 dias do mês de janeiro de 2018.

***Reginaldo Martins Del Colle***

***Presidente***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

### DECISÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA GABARITO

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017**

**DECISÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA GABARITO**

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 472 de 21 de dezembro de 2017, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2017, torna público que NÃO HOUVE interposição de recursos contra o gabarito.

Nova Olímpia, 25 de janeiro de 2018

Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2017.

### RELAÇAO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017**

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 472 de 21 de dezembro de 2017, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2017, torna público a relação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores conforme segue:

**PROFESSOR PEDAGOGIA - ZONA URBANA**

| Clas. | Nº Insc. | Nome | RG nº | Prova Objetiva | Títulos | P. Final | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | 062 | Cleonice Roberto de Melo*** | 1053732-5 SSP/MT | 63,00 | 13,75 | 76,75 | Aprovada |
| 2º | 073 | Heloisa Quessada Justino de Almeida*** | 1203448-7 SSP/MT | 63,00 | 13,75 | 76,75 | Aprovada |
| 3º | 063 | Silvania Martins de Araújo Batista | 1451584-9 SJSP/MT | 59,50 | 16,62 | 76,12 | Aprovada |
| 4º | 119 | Lisa Danielle de Souza Carvalho | 1575502-9 SSP/MT | 70,00 | 5,50 | 75,50 | Aprovada |
| 5º | 006 | Adinéia Santos Souza | 1516362-8 SSP/MT | 66,50 | 8,50 | 75,00 | Aprovada |
| 6º | 015 | Talita Andreia de Pinho Freitas | 1509669-6 SSP/MT | 66,50 | 8,25 | 74,75 | Aprovada |
| 7º | 052 | Rosangela Silva Maranhão | 1677583-0 SSP/MT | 56,00 | 17,50 | 73,50 | Aprovada |
| 8º | 022 | Rosinete L. de Morais do Nascimento | 1392468-0 SSP/MT | 56,00 | 17,25 | 73,25 | Aprovada |
| 9º | 028 | Ivanir Gonçalves Alves | 0944947-7 SSP/MT | 52,50 | 17,25 | 69,75 | Aprovada |
| 10º | 050 | Leidiana Nonata Pereira | 1657790-6 SJSP/MT | 56,00 | 13,25 | 69,25 | Aprovada |
| 11º | 023 | Joanize Cristina Correa | 0994328-5 SSP/MT | 52,50 | 16,50 | 69,00 | Classificada |
| 12º | 057 | Cenilda Carvalho Oliveira | 1442058-9 SSP/MT | 45,50 | 16,75 | 62,25 | Classificada |
| 13º | 007 | Maria Angela Satzinger Pinho Patelli | 6793081-5 SSP/SP | 42,00 | 20,00 | 62,00 | Classificada |
| 14º | 089 | Bruna Rossi Carvalho de Oliveira | 2311993-4 SSP/MT | 49,00 | 12,00 | 61,00 | Classificada |
| 15º | 124 | Nanci Francini Behrenz | 2012468-6 SSP/MT | 45,50 | 14,00 | 59,50 | Classificada |
| 16º | 018 | Suzanete Pereira de Paula | 1957446-0 SSP/MT | 42,00 | 16,25 | 58,25 | Classificada |
| 17º | 084 | Patrícia Ventura Miranda | 2424588-7 SJSP/MT | 49,00 | 8,00 | 57,00 | Classificada |
| 18º | 011 | Marta Inês Ferreira dos Santos | 1698123-5 SSP/MT | 52,50 | 4,00 | 56,50 | Classificada |
| 19º | 116 | Elisangela Maria dos Santos | 1366069-1 SSP/MT | 49,00 | 7,35 | 56,35 | Classificada |
| 20º | 058 | Neiva Carvalho Costa | 1639344-9 SJSP/MT | 35,00 | 20,00 | 55,00 | Classificada |
| 21º | 003 | Jucélia da Silva Campos | 093874804-3 MD/MS | 45,50 | 9,00 | 54,50 | Classificada |
| 22º | 033 | Luciana Sirleide do Nascimento* | 1689532-0 SSP/MT | 49,00 | 5,25 | 54,25 | Classificada |
| 23º | 090 | Jaqueline Oliveira da Silva* | 1895331-0 SSP/MT | 45,50 | 8,75 | 54,25 | Classificada |
| 24º | 002 | Holiana Maria Ferreira Leite | 1661911-0 SSP/MT | 45,50 | 8,50 | 54,00 | Classificada |
| 25º | 135 | Erica Wolf Ritt | 1402351-2 SSP/MT | 45,50 | 8,25 | 53,75 | Classificada |
| 26º | 106 | Zilda de Castilho Agra | 19316119 SSP/MT | 52,50 | - | 52,50 | Classificada |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 27º | 009 | Maria Alliny Silva Santos | 2227187-2 SSP/MT | 35,00 | 16,25 | 51,25 | Classificada |
| 28º | 093 | Sandra Giovana Santana*** | 923874 SSP/MT | 42,00 | 8,50 | 50,50 | Classificada |
| 29º | 079 | Vanessa de Oliveira Gonçalves Souza*** | 1240769-0 SSP/MT | 42,00 | 8,50 | 50,50 | Classificada |
| 30º | 078 | Vanderléia Ribeiro Mendes | 1901950-5 SSP/MT | 45,50 | 4,95 | 50,45 | Classificada |
| 31º | 048 | Jayane de Souza Cruz | 2092781-9 SSP/MT | 42,00 | 8,42 | 50,42 | Classificada |
| 32º | 044 | Najela Aparecida de Oliveira | 2359177-3 SSP/MT | 45,50 | 4,78 | 50,28 | Classificada |
| 33º | 083 | Angelica Ventura Miranda | 2229748-0 SSP/MT | 42,00 | 8,00 | 50,00 | Classificada |
| 34º | 027 | Andressa Costa Tito da Silva | 2296705-2 SSP/MT | 42,00 | 7,70 | 49,70 | Classificada |
| 35º | 021 | Jozilene Nunes da Costa | 1639657-0 SSP/MT | 35,00 | 13,96 | 48,96 | Classificada |
| 36º | 013 | Luciana da Silva Souza | 1315524-5 SSP/MT | 42,00 | 6,82 | 48,82 | Classificada |
| 37º | 020 | Valéria Aparecida Baraniuk | 17716977 SSP/MT | 35,00 | 13,00 | 48,00 | Classificada |
| 38º | 107 | Alice Maria Rodrigues Serafini*** | 0928351-0 SSP/MT | 38,50 | 9,00 | 47,50 | Classificada |
| 39º | 091 | Patrícia Duarte de Oliveira*** | 2208550-5 SSP/MT | 38,50 | 9,00 | 47,50 | Classificada |
| 40º | 108 | Heloizia Souza Moreira*** | 1830673-0 SSP/MT | 38,50 | 9,00 | 47,50 | Classificada |
| 41º | 110 | Maria Ednaura Andrade Vitorino*** | 1588849-5 SSP/MT | 38,50 | 8,50 | 47,00 | Classificada |
| 42º | 120 | Adriana dos Santos Almeida Oliveira*** | 17007089 SSP/MT | 38,50 | 8,50 | 47,00 | Classificada |
| 43º | 082 | Clarice da Silva de Oliveira | 1693303-6 SSP/MT | 38,50 | 8,25 | 46,75 | Classificada |
| 44º | 042 | Edma Neusa de Moraes Ribeiro*** | 3974262 DGPC/GO | 38,50 | 8,00 | 46,50 | Classificada |
| 45º | 109 | Raquel Lopes da Silva*** | 000544462 SSDC/RO | 38,50 | 8,00 | 46,50 | Classificada |
| 46º | 026 | Rosilene Santana | 1329265-0 SSP/MT | 38,50 | 7,75 | 46,25 | Classificada |
| 47º | 004 | Marciele Cristina de Matos | 2934166-3 SSP/MT | 35,00 | 10,75 | 45,75 | Classificada |
| 48º | 132 | Fabiana Pontes Elias | 1496730-8 SSP/MT | 38,50 | 7,06 | 45,56 | Classificada |
| 49º | 024 | Fernanda Aparecida Santos Paes | 1563732-8 SSP/MT | 38,50 | 6,82 | 45,32 | Classificada |
| 50º | 031 | Tiago Borges da Silva | 20542909 SSP/MT | 35,00 | 10,00 | 45,00 | Classificado |
| 51º | 029 | Pamela Ferraz Camargo | 10211247-4 SSP/PR | 31,50 | 13,25 | 44,75 | Classificada |
| 52º | 030 | Ana Lúcia Oliveira de Freitas | 1438622-4 SSP/MT | 31,50 | 13,00 | 44,50 | Classificada |
| 53º | 071 | Alessia dos Santos | 1598884-8 SSP/MT | 42,00 | 2,26 | 44,26 | Classificada |
| 54º | 096 | Josane Francisca de Lima | 1846234-0 SSP/MT | 35,00 | 9,00 | 44,00 | Classificada |
| 55º | 032 | Fernanda Ferreira Martins | 1892648-7 SSP/MT | 38,50 | 5,00 | 43,50 | Classificada |
| 56º | 041 | Mércia Geraldo Pereira*** | 2965551 SSP/PB | 35,00 | 8,25 | 43,25 | Classificada |
| 57º | 045 | Maria Leonice da Silva*** | 1975823-5 SSP/MT | 35,00 | 8,25 | 43,25 | Classificada |
| 58º | 065 | Angérli dos Santos Valério*** | 2255129-8 SSP/MT | 35,00 | 8,25 | 43,25 | Classificada |
| 59º | 130 | Veronica da Silva*** | 0833702-0 SSP/MT | 35,00 | 8,00 | 43,00 | Classificada |
| 60º | 035 | Jessica da Silva Almeida*** | 2365806-1 SSP/MT | 35,00 | 8,00 | 43,00 | Classificada |
| 61º | 046 | Sandra Fernandes Masilha Delfino | 1483619-0 SSP/MT | 31,50 | 10,00 | 41,50 | Classificada |
| 62º | 111 | Maria Florizete da Silva | 0625400-4 SSP/MT | 35,00 | 6,42 | 41,42 | Classificada |
| 63º | 125 | Emerson Rogério da Silva Figueredo | 2064874-0 SSP/MT | 38,50 | 1,75 | 40,25 | Classificado |
| 64º | 136 | Irismar Hipólito Galvão | 1319125-0 SJSP/MT | 31,50 | 8,50 | 40,00 | Classificada |
| 65º | 012 | Cleidiane Rodrigues dos Santos | 1873039-6 SSP/MT | 31,50 | 8,25 | 39,75 | Classificada |
| 66º | 129 | Sandra Maria Lira Ladeia | 712657 SSP/MT | 31,50 | 7,75 | 39,25 | Classificada |
| 67º | 010 | Thaiana Flaviana Duarte | 16417816 /PC/MG | 38,50 | - | 38,50 | Classificada |
| 68º | 123 | Elaine Graciely Zanata dos Santos | 1319669-3 SSP/MT | 35,00 | 3,00 | 38,00 | Classificada |
| 69º | 037 | Aucileide Rodrigues Santos Benício | 1377344-5 SSP/MT | 31,50 | 5,00 | 36,50 | Classificada |
| 70º | 131 | Fátima Aparecida Barbosa Oliveira*** | 2806812-2 SSP/MT | 28,00 | 8,25 | 36,25 | Classificada |
| 71º | 061 | Elenice Maria Locatelli*** | 511881 SSP/MT | 28,00 | 8,25 | 36,25 | Classificada |
| 72º | 126 | Ana Paula da Silva | 1422358-9 SSP/MT | 35,00 | 1,00 | 36,00 | Classificada |
| 73º | 081 | Seila Aparecida Santana*** | 1243127-3 SSP/MT | 28,00 | 8,00 | 36,00 | Classificada |
| 74º | 066 | Leonice Campos*** | 1768975-9 SSP/MT | 28,00 | 8,00 | 36,00 | Classificada |
| 75º | 001 | Evanir Ferreira da Silva | 909810 SSP/MT | 31,50 | 4,25 | 35,75 | Classificada |
| 76º | 047 | Iracilda Gabriel da Silva | 1594109 SSP/AL | 28,00 | 7,50 | 35,50 | Classificada |
| 77º | 059 | Nathany Maximiana dos Reis | 2011897-0 SSP/MT | 35,00 | - | 35,00 | Classificada |
| 78º | 019 | Leonice Andrade Silva | 1227136-5 SJ/MT | 31,50 | 3,50 | 35,00 | Classificada |
| 79º | 133 | Neide Ribeiro Lazareti | 926987 SSP/MT | 28,00 | 6,82 | 34,82 | Classificada |
| 80º | 087 | Mayara da Silva Lopes | 1979612-9 SSP/MT | 28,00 | 6,62 | 34,62 | Classificada |
| 81º | 067 | Rosana Franco Silva | 1606789-4 SSP/MT | 28,00 | 6,00 | 34,00 | Classificada |
| 82º | 085 | Aritana Eidi de Freitas Souza | 1972733-0 SSP/MT | 31,50 | 2,00 | 33,50 | Classificada |
| 83º | 128 | Josiane de Souza Lima | 1866814-3 SSP/MT | 24,50 | 9,00 | 33,50 | Classificada |
| 84º | 040 | Luciane Antunes | 1379950-5 SSP/MT | 28,00 | 5,45 | 33,45 | Classificada |
| 85º | 068 | Claudete Vaz Garcia* | 1522593-3 SSP/MT | 28,00 | 5,25 | 33,25 | Classificada |
| 86º | 118 | Terezinha de Jesus Pereira*** | 1325494-4 SSP/MT | 24,50 | 8,75 | 33,25 | Classificada |
| 87º | 121 | Shirlei Aparecida Ferreira Matos*** | 1435528-0 SSP/MT | 24,50 | 8,75 | 33,25 | Classificada |
| 88º | 115 | Andréia Martins*** | 1847462-4 SSP/MT | 24,50 | 8,75 | 33,25 | Classificada |
| 89º | 074 | Leia Maria da Silva Ris*** | 1854265-4 SSP/MT | 24,50 | 8,75 | 33,25 | Classificada |
| 90º | 097 | Thiago Fagundes de Souza | 1815009-8 SSP/MT | 28,00 | 5,00 | 33,00 | Classificado |
| 91º | 049 | Maria Dorli Moreira de L. Bertoldo*** | 917770 SSP/MT | 24,50 | 8,00 | 32,50 | Classificada |
| 92º | 025 | Maria Roseni Santana Lobo*** | 1166052-0 SJ/MT | 24,50 | 8,00 | 32,50 | Classificada |
| 93º | 080 | Rosangela Betanin Santos*** | 1531387-5 SSP/MT | 24,50 | 8,00 | 32,50 | Classificada |
| 94º | 060 | Elizete Dias dos Santos | 0613885-3 SEJSP/MT | 28,00 | 4,36 | 32,36 | Classificada |
| 95º | 039 | Silvana Pessoa | 1226404-0 SJ/MT | 21,00 | 11,25 | 32,25 | Classificada |
| 96º | 053 | Ivoneide das Graças Alves | 1852941-0 SSP/MT | 24,50 | 6,75 | 31,25 | Classificada |
| 97º | 112 | Gedalva Dalgiza de Souza | 0390427-0 SSP/MT | 24,50 | 6,10 | 30,60 | Classificada |
| 98º | 038 | Regiane Cristina Leandro | 1554292-0 SSP/MT | 21,00 | 9,50 | 30,50 | Classificada |
| 99º | 094 | Antonia Moura da Silva*** | 1034664 SSP/AL | 24,50 | 5,50 | 30,00 | Classificada |
| 100º | 055 | Edneia Silva Luis*** | 1920373-0 SSP/MT | 24,50 | 5,50 | 30,00 | Classificada |
| 101º | 099 | Severina Soares Nabuco | 542424 SSP/MT | 21,00 | 9,00 | 30,00 | Classificada |
| 102º | 014 | Fabiana de Souza Gomes | 1950102-1 SSP/MT | 28,00 | 1,25 | 29,25 | Classificada |
| 103º | 122 | Edineia Maria da Cunha | 847656 SSP/MT | 21,00 | 8,25 | 29,25 | Classificada |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 104º | 104 | Rosa Maria de Almeida*** | 1040449-0 SSP/MT | 21,00 | 8,00 | 29,00 | Classificada |
| 105º | 064 | Eunice Costa de Aguiar*** | 1574518-0 SSP/MT | 21,00 | 8,00 | 29,00 | Classificada |
| 106º | 076 | Sara Gabriele Alves Monteiro*** | 2045545-3 SSP/MT | 21,00 | 8,00 | 29,00 | Classificada |
| 107º | 008 | Vanderléia de Souza | 1316014-1 SSP/MT | 21,00 | 7,90 | 28,90 | Classificada |
| 108º | 072 | Greice Reichambach da Rosa Zocche | 1941017-4 SSP/MT | 24,50 | 4,37 | 28,87 | Classificada |
| 109º | 134 | Luciana da Silva Santos | 2212540-0 SSP/MT | 28,00 | 0,50 | 28,50 | Classificada |
| 110º | 113 | Lediceia Pereira da Silva | 1464471-1 SSP/MT | 24,50 | 3,78 | 28,28 | Classificada |
| 111º | 005 | Liana Francisca Eli Vacca | 6726176-3 SSP/MT | 21,00 | 6,75 | 27,75 | Classificada |
| 112º | 100 | Valéria Zanardi de Almeida | 1783920-3 SSP/MT | 24,50 | 3,00 | 27,50 | Classificada |
| 113º | 088 | Juliana Oliveira Xavier | 1574215-6 SSP/MT | 24,50 | 2,00 | 26,50 | Classificada |
| 114º | 051 | Louriete Pereira de Andrade | 07536406-94 SSP/BA | 21,00 | 5,00 | 26,00 | Classificada |
| 115º | 016 | Claudete Ferreira de Souza | 2698456-3 SSP/MT | 21,00 | 4,75 | 25,75 | Classificada |
| 116º | 095 | Alcilene da Costa Gonçalves | 1717896-7 SSP/MT | 21,00 | - | 21,00 | Classificada |

**Critérios de desempate:**

*Maior nota na prova objetiva

**Maior escolaridade

***Maior idade

**PROFESSOR PEDAGOGIA (VAGA PNE) - ZONA URBANA**

| Clas. | Nº Insc. | Nome | RG nº | Prova Objetiva | Títulos | P. Final | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | 043 | Ana Karina de Moura (PNE) | 0653045-1 SSP/MT | 35,00 | 3,67 | 38,67 | Aprovada |
| 2º | 098 | Antonia Marques da Costa (PNE) | 1174180-5 SJ/MT | 21,00 | 8,00 | 29,00 | Classificada |

**PROFESSOR PEDAGOGIA - ZONA RURAL – CADASTRO RESERVA**

| Clas. | Nº Insc. | Nome | RG nº | Prova Objetiva | Títulos | P. Final | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | 002 | Marlene Francisca Magalhães | 1284331-8 SSP/MT | 42,00 | 7,46 | 49,46 | Classificada |
| 2º | 001 | Tereza Cristina de Souza | 0832188-4 SSP/MT | 28,00 | 10,50 | 38,50 | Classificada |
| 3º | 003 | Luzinete Hortêncio de B. Matias | 748220 SSP/MT | 28,00 | 9,00 | 37,00 | Classificada |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

| Clas. | Nº Insc. | Nome | RG nº | Prova Objetiva | Títulos | P. Final | Resultado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1º | 008 | Francisco da Silva Cunha | 1694705-3 SSP/MT | 45,50 | 8,25 | 53,75 | Aprovado |
| 2º | 006 | Patricia Fernanda C. da Silva | 1604223-9 SSP/MT | 45,50 | 7,93 | 53,43 | Aprovada |
| 3º | 012 | Flavia Alves de Lima | 2226981-9 SSP/MT | 45,50 | 6,00 | 51,50 | Aprovada |
| 4º | 002 | Ozéias Pinheiro da Silva | 1497970-5 SJSP/MT | 38,50 | 8,00 | 46,50 | Aprovado |
| 5º | 015 | Diego Henrique dos Santos | 2286294-3 SSP/MT | 42,00 | 4,16 | 46,16 | Classificado |
| 6º | 009 | Diego Bett Manfrim | 1604043-0 SSP/MT | 45,50 | - | 45,50 | Classificado |
| 7º | 014 | Jair Alves de Souza | 849412 SSP/MT | 35,00 | 8,00 | 43,00 | Classificado |
| 8º | 003 | Tiago Francisco Vieira Pereira | 1888587-0 SSP/MT | 31,50 | 8,00 | 39,50 | Classificado |
| 9º | 004 | Rozemeire Pinheiro da Silva | 0995136-9 SSP/MT | 28,00 | 10,00 | 38,00 | Classificada |
| 10º | 013 | Roseni Aparecida Fernandes Martins | 1509576-2 SSP/MT | 28,00 | 2,50 | 30,50 | Classificada |
| 11º | 005 | Ana Paula Marques Gonçalves | 15858952 SSP/MT | 24,50 | 4,17 | 28,67 | Classificada |
| 12º | 001 | Acenil de Souza Delfino | 1311999-0 SSP/MT | 24,50 | 4,12 | 28,62 | Classificado |
| 13º | 007 | Larriane Silva do Nascimento | 1964770-0 SSP/MT | 21,00 | 7,25 | 28,25 | Classificada |
| 14º | 011 | Solange de Oliveira Viana | 2919381-8 SSP/MT | 21,00 | 2,50 | 23,50 | Classificada |

Nova Olímpia, 26 de janeiro de 2018

Comissão do processo Seletivo Simplificado nº 004/2017.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
### AVISO TP Nº 001/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA - MT

**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2.018.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇOS - objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA E FORNECIMENTO DE PEÇAS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS, FISIOTERAPEUTICOS, RAIO X E LAVANDERIA.

. Data de abertura dos envelopes: 20/02/2.018, às 09h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e ou/ pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com e sítio eletrônico: www.novaxavantina.mt.gov.br. ó **link Licitação**

Nova Xavantina – MT, 26 de janeiro de 2.018.

***Juscelino da Rocha Reis* Pregoeiro Oficial.**

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
### AVISO PP Nº002/2018

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2.018**

*A* PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de abertura dos envelopes: 16/02/2.018, às 10h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados

em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com.. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 26 de janeiro de 2.018.

Juscelino da Rocha Reis

Presidente da CPL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
**TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2018**

**TERMO DE APOSTILAMENTO** 001/2.018

Termo de Apostila celebrado entre o **Município de Nova Xavantina - MT e DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA - DISBRAL.**

Nº Processo: 039/2.017.

Modalidade de licitação: Pregão Presencial n° 028/2.017.

Fundamento Legal: Artigo 65 da Lei 8.666/93.

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT, inscrita no CNPJ nº 15.024.045/0001-73, então denominada ÓRGÃO GERENCIADOR junto ao instrumento em que a empresa **DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA - DISBRAL**, inscrita no CNPJ nº 26.917.005/0009-24, figura como FORNECEDORA REGISTRADA, ajusta o presente Termo de Apostila à Ata de Registro de Preços nº 024/2.017, de acordo com os preceitos da Lei Federal n° 8.666/93 e posteriores alterações; tendo como base a alteração dos preços de emulsão asfáltica autorizado pelo órgão competente considerar o Parecer nº 0003/2018 datado de 12/01/2018 exarado pela Procuradoria Geral do Município; ficam reequilibrados os preços dos produtos conforme segue: EMULSÃO ASFÁLTICA RR 2C, R$ 1,65 (um real e sessenta e cindo centavos) e EMULSÃO ASFÁLTICA CM 30, R$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos).

Nova Xavantina - MT, 12 de janeiro de 2.018.

**João Batista Vaz da Silva**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

**PREFEITURA/LICITACAO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2018 PROCESSO N.º 001/2018**

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, através de seu pregoeiro e equipe de apoio, torna público aos interessados que o processo licitatório Pregão Presencial 001/2018, MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em serviços de assistência técnica para manutenção corretiva em equipamentos de informática (micro computadores, servidores, notebooks), câmaras de segurança e na rede interna de internet. Incluindo revisão geral, limpeza e substituição de componentes, em equipamentos pertencentes ao acervo patrimonial desta Municipalidade",** conforme especificado no anexo I – Termo de Referência do edital, que a empresa vencedora do certame foi: **SANDRA ELIANE CALAURO – MEI, CNPJ:17.432.078/0001-88** para o único item **0001.** Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 26 de janeiro de 2018.

**Luciana F. Bezerra**

**Pregoeira**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

**LICITIÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017**
**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017**
**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO,** neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 143/2017, de 20/04/2017, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 15/02/2018, às 08H00, para **REGISTRO DE PREÇOS para Equipamento Hospitalar, Material Permanente, Material de Informática e Veículo para Estruturação da Rede de Atenção Básica, para Unidade De Saúde da Família Novo Mundo**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 26 de Janeiro de 2018.

**Luciana Da Silva Betarelo**

**Pregoeira Oficial**

**Antonio Mafini**

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL 02/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT**, CNPJ Nº 01.614.517/0001-33, neste ato representado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2017, nomeada através da Portaria n.º 440 de 21 de Dezembro de 2017, ***TORNA PÚBLICO;***

Para onde se lê;

*6.3. A relação dos candidatos classificados e convocação para os cargos que exigem prova práticas, será divulgada no dia 26 de janeiro de 2018 no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Mundo e Secretaria Municipal de Educação, das 13:00 as 17:00 horas.*

Passa a vigorar a seguinte redação*;*

**6.3. A relação dos candidatos classificados e convocação para os cargos que exigem prova práticas, será divulgada no dia 29 de janeiro de 2018 no Mural da Prefeitura Municipal de Novo Mundo e Secretaria Municipal de Educação, das 13:00 as 17:00 horas.**

Portanto está prorrogado para o dia 29 de Janeiro de 2018, das 13:00 as 17:00 horas a publicação da relação dos candidatos classificados e a convocação para a prova prática. Maiores informações na Secretaria Municipal de Educação de Novo Mundo-MT, ou pelo Telefone (66) 3539-6073. Este Edital Complementar está disponível no site do Município de Novo Mundo (www.novomundo.mt.gov.br), em Transparência, Processo Seletivo, no Jornal Oficial dos Municípios – www.amm.org.br e nos murais dos órgãos públicos municipais. Novo Mundo/MT, 26 de Janeiro 2018. **CLODOALDO DAUFENBACH Presidente da Comissão Organizadora Portaria n.º 440/2017**

**DECRETO Nº 001/2018. DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

***"Dispõe sobre atualização do valor da URFM do município de Novo Mundo-MT e dá outras providências."***

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO,**

ConsiderandoqueovalordaURFMcriadapelaLei Municipalnº003/97 deve ser atualizado através de Decreto do Poder Executivo,e

Considerando que a última atualização foi feita pelo Decreto nº 002/2017 que corrigiu o valor daURFM para**R$ 4,53** (quatro reais e cinquenta e três centavos), segundo uma inflação acumulada do IGP-M – Índice geral de Preços do Mercado, correspondente a 7,1907%,

Considerando que o IGP-M – Índice geral de Preços do Mercado dos últimos 12 meses apurado em dezembro/2017 foi negativo, equivalente a -0,5326%,

**D E C R E T A:**

**Art. 1ºMANTER** o valor da URFM – Unidade de Referência Fiscal do Município de Novo Mundo/MTno valor de **R$ 4,53** (quatro reais e cinquenta e trêscentavos), tendo em vista que não houve variação a maior da inflação acumulada no ano de 2017 segundo o IGP-M – Índice geral de Preços do Mercado.

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 002/2017.

Novo Mundo – MT, 02 de Janeiro de 2018.

***REGISTRE-SE***

***PUBLIQUE-SE***

***CUMPRA-SE***

**ANTÔNIO MAFINI**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 004/2018. DE 18 DE JANEIRO DE 2018.**

**DECRETO Nº 004/2018.**

**De 18 de Janeiro de 2018.**

***Convoca os servidores municipais a realizarem o cadastramento e/ou recadastramento de seus dependentes beneficiários do salário família junto ao Instituo Municipal de Previdência Social dos Servidores de NOVO MUNDO – MT.***

**ANTONIO MAFINI,** Prefeito do Município de Novo Mundo , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam convocados por este Decreto, os servidores públicos municipais que tenham renda bruta mensal superior a R$ 877,67 (Oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (Um mil, trezentos e dezenove reais e dezoito centavos), a comparecerem junto à sede do Instituo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Novo Mundo – MT ", sito à Rua Nunes Freire N° 12 a fim realizar o cadastramento e/ou recadastramento de seus dependentes, pertinente aos filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

**Parágrafo único.** Para os fins do disposto neste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis. Exceto o décimo terceiro salário e o adicional de férias previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição, para efeito de definição do direito à cota do salário família.

**Art. 2º** O prazo para regularização cadastral de que trata o artigo anterior, é de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de março de 2018, de segunda a sexta-feira, no horário da manhã 07:00 ás 11:00.

**Art. 3º** Os servidores públicos municipais devem apresentar fotocópias dos seguintes documentos:

1) Certidão de Nascimento do dependente tanto para o cadastramento como para o recadastramento;

2) Cartão de vacina do dependente: caso o menor tiver idade inferior a 07 (sete) anos;

3) Comprovante de freqüência à escola ou equiparado para o dependente, caso o menor tiver idade superior a 04 (quatro) anos e inferior a 14 (quatorze) anos;

4) Cadastro de Pessoa Física – CPF do dependente tanto para o cadastramento como para o recadastramento;

5) Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Identidade do servidor que irá realizar o cadastramento ou recadastramento do benefício;

6) Comprovante de Residência atualizado.

**Parágrafo único**. A não regularização cadastral dos dependentes beneficiários do salário família no prazo estabelecido no art. 2º deste Decreto, ensejará na imediata suspensão do respectivo benefício.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo MT, 18 de Janeiro de 2018.

**Antonio Mafini**

**Prefeito Municipal**

**Liria Kurten Wronski**

**Diretora Executiva**

**Registre-se e publique-se.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2018**

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2018**

**A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017**

**ADERENTE (CONTRATANTE) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT,**

**CONTRATADA:** CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

**CNPJ**: 05.443.348/0001-77

**OBJETO:** O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO FIRMAR A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017 RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº Nº012/2017 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O LABORATÓRIO DE ANALISE CLINICA DO MUNICÍPIO. ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA.

**VIGÊNCIA:** O PRESENTE INSTRUMENTO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE SUA ASSINATURA.

**VALOR DA ADESÃO** : R$: 10.138,19 (DEZ MIL E CENTO E TRINTA E OITO E DEZENOVE CENTAVOS)

Novo Santo Antônio-MT 26 de Janeiro de 2018

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**

Prefeito Municipal

Município de Novo Santo Antonio-MT

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2018**

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2018**

**A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017**

**ADERENTE (CONTRATANTE) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT,**

**CONTRATADA:** W. N. DIAGNÓSTICA EIRELI EPP

**CNPJ**: 09.100.467/0001-88

**OBJETO:** O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO FIRMAR A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017 RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº Nº012/2017 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O LABORATÓRIO DE ANALISE CLINICA DO MUNICÍPIO. ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA.

**VIGÊNCIA:** O PRESENTE INSTRUMENTO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE SUA ASSINATURA.

**VALOR DA ADESÃO** : R$ 9.395,80 (NOVE MIL TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)

Novo Santo Antônio-MT 26 de Janeiro de 2018

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**

Prefeito Municipal

Município de Novo Santo Antonio-MT

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2018**

**EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2018**

**A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017**

**ADERENTE (CONTRATANTE) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT,**

**CONTRATADA:** RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI -ME

**CNPJ**: 12.313.826/0001-90

**OBJETO:** O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO FIRMAR A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017 RESULTANTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº Nº012/2017 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT VISANDO À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O LABORATÓRIO DE ANALISE CLINICA DO MUNICÍPIO. ATRAVÉS DA DISPONIBILIDADE DA CONTRATADA.

**VIGÊNCIA:** O PRESENTE INSTRUMENTO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE SUA ASSINATURA.

**VALOR DA ADESÃO** : R$: 23.120,45 (VINTE TRÊS MIL CENTO E VINTE REAIS E QUARENTA E CINCO

CENTAVOS)

Novo Santo Antônio-MT 26 de Janeiro de 2018

**ADÃO SOARES NOGUEIRA**

Prefeito Municipal

Município de Novo Santo Antonio-MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

**LICITAÇÃO/PREGOEIRO**
**PREGÃO PRESENCIAL 05/2018**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT**, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Cuiabá) do dia 08 de fevereiro de 2018**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Cuiabá) do dia 08 de fevereiro de 2018**. **OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (MANILHAS) PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 07h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

**Novo São Joaquim - MT, 26 de janeiro de 2018.**

**GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE 01/2018**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 022 de 19 de Janeiro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação na Modalidade **Inexigibilidade Nº. 01/2018**, referente a Contratação da empresa **CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNÓSTICOS LTDA - CNPJ 46.962.122/0003-21,** especializada, para a realização de Manutenção Preventiva e Corretiva, do Aparelho de Hematologia Horiba ABX, em conformidade com o Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. **Valor: R$ 17.420,00**. Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 26 de Janeiro de 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 07 AO CONTRATO Nº 50/2017**

Aditivo nº 07 ao Contrato 50/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **FABINHO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA – ME - CNPJ 74.006.909/0001-93.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla “Felipe e Ferrari”, que acontecerá no dia 01/07/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/01/2018 A 28/02/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de Janeiro de 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 07 AO CONTRATO Nº 51/2017**

Aditivo nº 07 ao Contrato 51/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **M.S CLAUDIO – ME - CNPJ 11.455.181/0001-67.** Objeto: Contratação do show artístico da Dupla “Marcelo e Cristiano”, que acontecerá no dia 02/07/2017; show artístico de “Hudson Angelim”, que acontecerá do dia 29/06/2017 ao dia 01/07/2017; e show artístico com “Os Catireiros do Araguaia”, que acontecerá do dia 29/06/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, con-

forme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada **Prazo: 28/01/2018 A 28/02/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de Janeiro de 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 07 AO CONTRATO Nº 52/2017**

Aditivo nº 07 ao Contrato 52/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MENINOS DE GOIAS – LTDA – ME - CNPJ 26. 374.964/0001-93.** Objeto: Contratação do show artístico da Banda "Os Meninos de Goiás", que acontecerá do dia 02/07/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017 e contrapartida do Município, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/01/2018 A 28/02/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de Janeiro de 2018.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 07 AO CONTRATO Nº 52/2017**

Aditivo nº 07 ao Contrato 52/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MENINOS DE GOIAS – LTDA – ME - CNPJ 26. 374.964/0001-93.** Objeto: Contratação do show artístico da Banda "Os Meninos de Goiás", que acontecerá do dia 02/07/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017 e contrapartida do Município, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/01/2018 A 28/02/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 26 de Janeiro de 2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**DECRETO ESPECIAL N.º 005/2018/GPM**

**"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Planalto da Serra-MT, e dá outras providências."**

***Rosimar Alves Pereira***, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF nº 15, DE 16 de Janeiro de 2018,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Planalto da Serra, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, em 1º de janeiro de 2018, em **2,07%** (dois inteiros e sete centésimos por cento).

**§1º.** Para os benefícios concedidos pelo IMPAS a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido a elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos e cinqüenta e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1º.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo IMPAS anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art.8º da Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

***Art.3º.***Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra-MT, em 08 de Janeiro de 2018.

***Rosimar Alves Pereira***

**Prefeito Interino**

**ANEXO I**

**FAOTR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2018.**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| Até Janeiro de 2017 | **2,07** |
| Em Fevereiro de 2017 | **1,64** |
| Em Março de 2017 | **1,40** |
| Em Abril de 2017 | **1,07** |
| Em Maio de 2017 | **0,99** |
| Em Junho de 2017 | **0,63** |
| Em Julho de 2017 | **0,93** |
| Em Agosto de 2017 | **0,76** |
| Em Setembro de 2017 | **0,79** |
| Em Outubro de 2017 | **0,81** |
| Em Novembro de 2017 | **0,44** |
| Em Dezembro de 2017 | **0,26** |

**DECRETO ESPECIAL N.º 004/2018/GPM**

**"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de Janeiro de 2018, e dá outras providências."**

***Rosimar Alves Pereira***, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto nº 9.255 de 29 de Dezembro de 2017;

Considerando a Portaria Ministerial MF nº 15, DE 16 DE Janeiro de 2018, edita o seguinte **DECRETO:**

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** A partir de 1º de Janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Planalto da Serra será de R$ 954,00 (novecentos e cinqüenta e quatro reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$31,80 (trinta e um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34(quatro reais e trinta e quatro centavos).

**Art 2º.** A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinqüenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo IMPAS.

**Art 3º.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I –** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

**II –** R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavo) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67(oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo único.** Para fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 4º.** O auxílio- reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Art. 5º** Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Planalto da Serra-MT, em 08 de Janeiro de 2018.

***Rosimar Alves Pereira***

**Prefeito Interino**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

### SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
### RREO 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

| RECEITAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (c - a) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 18.605.400,00 | 18.605.400,00 | 2.282.645,39 | 12,26 | 2.282.645,39 | 12,26 | 16.322.754,61 |
| RECEITAS CORRENTES | 18.109.400,00 | 18.109.400,00 | 2.282.645,39 | 12,60 | 2.282.645,39 | 12,60 | 15.826.754,61 |
| RECEITA TRIBUTARIA | 1.823.900,00 | 1.823.900,00 | 204.870,37 | 11,23 | 204.870,37 | 11,23 | 1.619.029,63 |
| Impostos | 1.628.150,00 | 1.628.150,00 | 172.890,85 | 10,61 | 172.890,85 | 10,61 | 1.455.259,15 |
| Taxas | 195.750,00 | 195.750,00 | 31.979,52 | 16,33 | 31.979,52 | 16,33 | 163.770,48 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 641.800,00 | 641.800,00 | | | | | 641.800,00 |
| Contribuições Sociais | 511.800,00 | 511.800,00 | | | | | 511.800,00 |
| Contribuições Econômicas | 130.000,00 | 130.000,00 | | | | | 130.000,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 761.000,00 | 761.000,00 | 25.056,40 | 3,29 | 25.056,40 | 3,29 | 735.943,60 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | 761.000,00 | 761.000,00 | 25.056,40 | 3,29 | 25.056,40 | 3,29 | 735.943,60 |
| Receitas de Concessões e Permissões | | | | | | | |
| Outras Receitas | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 381.000,00 | 381.000,00 | 70.259,85 | 18,44 | 70.259,85 | 18,44 | 310.740,15 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 14.300.220,00 | 14.300.220,00 | 1.948.780,78 | 13,62 | 1.948.780,78 | 13,62 | 12.351.439,22 |
| Transferências Intergovernamentais | 13.995.220,00 | 13.995.220,00 | 1.948.780,78 | 13,92 | 1.948.780,78 | 13,92 | 12.046.439,22 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | 305.000,00 | 305.000,00 | | | | | 305.000,00 |
| Transferências para o Combate à Fomte | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 201.480,00 | 201.480,00 | 33.677,99 | 16,71 | 33.677,99 | 16,71 | 167.802,01 |
| Multa de Juros de Mora | 56.680,00 | 56.680,00 | 13.405,93 | 23,65 | 13.405,93 | 23,65 | 43.274,07 |
| Indenizações e Restituições | 3.800,00 | 3.800,00 | 429,90 | 11,31 | 429,90 | 11,31 | 3.370,10 |
| Receita da Dívida Ativa | 141.000,00 | 141.000,00 | 19.842,16 | 14,07 | 19.842,16 | 14,07 | 121.157,84 |
| Receitas Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 496.000,00 | 496.000,00 | | | | | 496.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 50.000,00 | 50.000,00 | | | | | 50.000,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 40.000,00 | 40.000,00 | | | | | 40.000,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 10.000,00 | 10.000,00 | | | | | 10.000,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 446.000,00 | 446.000,00 | | | | | 446.000,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | 446.000,00 | 446.000,00 | | | | | 446.000,00 |
| Bens Imóveis para o Combate a Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | |
| Restituições | | | | | | | |
| Receita de Capital Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 644.400,00 | 644.400,00 | | | | | 644.400,00 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II) | 19.249.800,00 | 19.249.800,00 | 2.282.645,39 | 11,85 | 2.282.645,39 | 11,85 | 16.967.154,61 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | |
| Mobiliária | | | | | | | |
| Contratual | | | | | | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 19.249.800,00 | 19.249.800,00 | 2.282.645,39 | 11,85 | 2.282.645,39 | 11,85 | 16.967.154,61 |
| DÉFICIT (VI) | 200,00 | 200,00 | 839.459,60 | 729,80 | 839.459,60 | 729,80 | -839.259,60 |
| TOTAL( VII ) = (V + VI) | 19.250.000,00 | 19.250.000,00 | 3.122.104,99 | 16,21 | 3.122.104,99 | 16,21 | 16.127.895,01 |
| SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A | | | | | | | |
| Superávit Financeiro | | | | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | | | | |

Emissão: 05/01/2018 08:47:45

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | | | | Saldo a Realizar (c - a) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b / a) | Até o Bimestre (c) | % (c / a) | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 644.400,00 | 644.400,00 | | | | | 644.400,00 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | | | | | | | |
| Taxas | | | | | | | |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 644.200,00 | 644.200,00 | | | | | 644.200,00 |
| Contribuições Sociais | 644.200,00 | 644.200,00 | | | | | 644.200,00 |
| Contribuições Econômicas | | | | | | | |
| RECEITA PATRIMONIAL | | | | | | | |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | | | | |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | | | | | | | |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | |
| RECEITA INDUSTRIAL | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | | |
| Receita de Serviços | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 200,00 | 200,00 | | | | | 200,00 |
| Multas e Juros de Mora | 200,00 | 200,00 | | | | | 200,00 |
| Indenizações e Restituições | | | | | | | |
| Receitas Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | | | | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | | | | | | | |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | | | | | |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Receitas de Capital Diversas | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 644.400,00 | 644.400,00 | | | | | 644.400,00 |
| DÉFICIT (IV) | 209.300,00 | 217.600,00 | 247.612,27 | 113,79 | 247.612,27 | 113,79 | -30.012,27 |
| TOTAL (V) = (III + IV) | 853.700,00 | 862.000,00 | 247.612,27 | 28,72 | 247.612,27 | 28,72 | 614.387,73 |

Emissão: 05/01/2018 08:47:45

Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

| DESPESAS | Dotação Inicial (d) | Créditos Adicionais (e) | Dotação Atualizada (f = d + e) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | % (j / f) | Saldo a Liquidar (f - j) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | No Bimestre (g) | Até o Bimestre (h) | No Bimestre (i) | Até o Bimestre (j) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 18.396.300,00 | -8.300,00 | 18.388.000,00 | 2.874.492,72 | 2.874.492,72 | 2.042.896,07 | 2.042.896,07 | 11,10 | 16.345.103,93 |
| DESPESAS CORRENTES | 16.522.700,00 | -36.500,00 | 16.486.200,00 | 2.704.760,20 | 2.704.760,20 | 2.011.674,57 | 2.011.674,57 | 12,20 | 14.474.525,43 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 9.071.800,00 | -27.300,00 | 9.044.500,00 | 1.372.946,54 | 1.372.946,54 | 1.372.946,54 | 1.372.946,54 | 15,17 | 7.671.553,46 |
| Juros e Encargos da Dívida | 70.000,00 | | 70.000,00 | 10.986,50 | 10.986,50 | 10.986,50 | 10.986,50 | 15,69 | 59.013,50 |
| Outras Despesas Correntes | 7.380.900,00 | -9.200,00 | 7.371.700,00 | 1.320.827,16 | 1.320.827,16 | 627.741,53 | 627.741,53 | 8,51 | 6.743.958,47 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.132.000,00 | 28.200,00 | 1.160.200,00 | 169.732,52 | 169.732,52 | 31.221,50 | 31.221,50 | 2,69 | 1.128.978,50 |
| Investimentos | 1.002.000,00 | -7.000,00 | 995.000,00 | 7.756,78 | 7.756,78 | 7.756,78 | 7.756,78 | 0,77 | 987.243,22 |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | 130.000,00 | 35.200,00 | 165.200,00 | 161.975,74 | 161.975,74 | 23.464,72 | 23.464,72 | 14,20 | 141.735,28 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 109.000,00 | | 109.000,00 | | | | | | 109.000,00 |
| RESERVA DO RPPS | 632.600,00 | | 632.600,00 | | | | | | 632.600,00 |
| DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX) | 853.700,00 | 8.300,00 | 862.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 28,72 | 614.387,73 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX) | 19.250.000,00 | | 19.250.000,00 | 3.122.104,99 | 3.122.104,99 | 2.290.508,34 | 2.290.508,34 | 11,89 | 16.959.491,66 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI) | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Interna | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida Externa | | | | | | | | | |
| Dívida Mobiliária | | | | | | | | | |
| Outras Dívidas | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 19.250.000,00 | | 19.250.000,00 | 3.122.104,99 | 3.122.104,99 | 2.290.508,34 | 2.290.508,34 | 11,89 | 16.959.491,66 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | | | | | | |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 19.250.000,00 | | 19.250.000,00 | 3.122.104,99 | 3.122.104,99 | 2.290.508,34 | 2.290.508,34 | 11,89 | 16.959.491,66 |

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | Dotação Inicial (d) | Créditos Adicionais (e) | Dotação Atualizada (f = d + e) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | % (j / f) | Saldo a Liquidar (f - j) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | No Bimestre (g) | Até o Bimestre (h) | No Bimestre (i) | Até o Bimestre (j) | | |
| DESPESAS CORRENTES (I) | 853.700,00 | 8.300,00 | 862.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 28,72 | 614.387,73 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 853.700,00 | 8.300,00 | 862.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 28,72 | 614.387,73 |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | | | | | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL (II) | | | | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II) | 853.700,00 | 8.300,00 | 862.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 28,72 | 614.387,73 |
| SUPERÁVIT (IV) | | | | | | | | | |
| TOTAL (V) = (III + IV) | 853.700,00 | 8.300,00 | 862.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 28,72 | 614.387,73 |

Emissão: 05/01/2018 08:47:46



Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

Emissão: 05/01/2018 08:47:46 Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

| FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Inicial | Atualizada (a) | Despesa Empenhada | | Despesas Liquidadas | | | | Saldo a Liquidar (a - e) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | Até o Bimestre (c) | No Bimestre (d) | Até o Bimestre (e) | % (e/total e) | % (c/a) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( I ) | 15.842.300,00 | 15.834.000,00 | 2.874.492,72 | 2.874.492,72 | 2.042.896,07 | 2.042.896,07 | 89,18 | 12,90 | 13.791.103,93 |
| LEGISLATIVA | | | | | | | | | |
| JUDICIÁRIA | | | | | | | | | |
| ESSENCIAL A JUSTIÇA | | | | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | | |
| ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 2.740.000,00 | 2.704.100,00 | 767.582,97 | 767.582,97 | 365.185,86 | 365.185,86 | 15,94 | 13,50 | 2.338.914,14 |
| ADMINISTRACAO GERAL | 970.500,00 | 963.200,00 | 78.640,28 | 78.640,28 | 76.355,78 | 76.355,78 | 3,33 | 7,92 | 886.844,22 |
| DEFESA NACIONAL | | | | | | | | | |
| SEGURANÇA PÚBLICA | | | | | | | | | |
| RELAÇÕES EXTERIORES | | | | | | | | | |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | |
| ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE | 141.000,00 | 141.000,00 | 19.631,38 | 19.631,38 | 19.631,38 | 19.631,38 | 0,85 | 13,92 | 121.368,62 |
| ASSISTENCIA COMUNITARIA | 1.128.500,00 | 1.128.500,00 | 77.269,15 | 77.269,15 | 76.427,55 | 76.427,55 | 3,33 | 6,77 | 1.052.072,45 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | |
| SAÚDE | | | | | | | | | |
| ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 300.500,00 | 297.500,00 | 118.576,04 | 118.576,04 | 26.656,04 | 26.656,04 | 1,16 | 8,96 | 270.843,96 |
| ATENCAO BASICA | 2.671.300,00 | 2.657.300,00 | 524.176,27 | 524.176,27 | 441.536,08 | 441.536,08 | 19,27 | 16,61 | 2.215.763,92 |
| SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 211.500,00 | 234.500,00 | 16.091,21 | 16.091,21 | 16.091,21 | 16.091,21 | 0,70 | 6,86 | 218.408,79 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA | 152.500,00 | 149.500,00 | 3.199,10 | 3.199,10 | 3.199,10 | 3.199,10 | 0,13 | 2,13 | 146.300,90 |
| VIGILÂNCIA SANITARIA | 116.500,00 | 116.500,00 | 25.779,41 | 25.779,41 | 25.779,41 | 25.779,41 | 1,12 | 22,12 | 90.720,59 |
| TRABALHO | | | | | | | | | |
| EDUCAÇÃO | | | | | | | | | |
| EDUCACAO INFANTIL | 362.000,00 | 362.000,00 | 80.707,56 | 80.707,56 | 80.707,56 | 80.707,56 | 3,52 | 22,29 | 281.292,44 |
| ENSINO FUNDAMENTAL | 3.479.500,00 | 3.479.200,00 | 654.390,28 | 654.390,28 | 558.388,05 | 558.388,05 | 24,37 | 16,04 | 2.920.811,95 |
| CULTURA | | | | | | | | | |
| DIREITOS DA CIDADANIA | | | | | | | | | |
| URBANISMO | | | | | | | | | |
| PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL | 148.000,00 | 148.000,00 | 8.726,26 | 8.726,26 | 8.726,26 | 8.726,26 | 0,38 | 5,89 | 139.273,74 |
| SERVICOS URBANOS | 1.111.000,00 | 1.110.600,00 | 202.850,21 | 202.850,21 | 202.850,21 | 202.850,21 | 8,85 | 18,26 | 907.749,79 |
| HABITAÇÃO | | | | | | | | | |
| HABITACAO URBANA | 37.000,00 | 37.000,00 | | | | | | | 37.000,00 |
| SANEAMENTO | | | | | | | | | |
| SANEAMENTO BASICO URBANO | 598.000,00 | 595.000,00 | 83.945,05 | 83.945,05 | 83.945,05 | 83.945,05 | 3,66 | 14,10 | 511.054,95 |
| GESTÃO AMBIENTAL | | | | | | | | | |
| PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL | 50.000,00 | 50.000,00 | | | | | | | 50.000,00 |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | | | | | | | | | |
| AGRICULTURA | | | | | | | | | |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA | | | | | | | | | |
| INDÚSTRIA | | | | | | | | | |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | | | | | | | | | |
| TURISMO | 294.000,00 | 294.000,00 | 6.187,13 | 6.187,13 | 6.187,13 | 6.187,13 | 0,27 | 2,10 | 287.812,87 |
| COMUNICAÇÕES | | | | | | | | | |
| ENERGIA | | | | | | | | | |

Emissão: 05/01/2018 08:49:33



Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ENERGIA ELETRICA | 5.000,00 | 5.000,00 | | | | | | | 5.000,00 |
| TRANSPORTE | | | | | | | | | |
| TRANSPORTE RODOVIARIO | 940.000,00 | 940.400,00 | 29.427,75 | 29.427,75 | 12.427,75 | 12.427,75 | 0,54 | 1,32 | 927.972,25 |
| DESPORTO E LAZER | | | | | | | | | |
| DESPORTO COMUNITARIO | 46.500,00 | 46.500,00 | 437,50 | 437,50 | 437,50 | 437,50 | 0,01 | 0,94 | 46.062,50 |
| ENCARGOS ESPECIAIS | | | | | | | | | |
| SERVICO DA DIVIDA INTERNA | 230.000,00 | 265.200,00 | 176.875,17 | 176.875,17 | 38.364,15 | 38.364,15 | 1,67 | 14,46 | 226.835,85 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 109.000,00 | 109.000,00 | | | | | | | 109.000,00 |
| RESERVA DO R.P.P.S. | | | | | | | | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( II ) | 817.700,00 | 826.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 10,81 | 29,97 | 578.387,73 |
| **TOTAL ( III ) = ( I + II )** | R$ 16.660.000,00 | R$ 16.660.000,00 | R$ 3.122.104,99 | R$ 3.122.104,99 | R$ 2.290.508,34 | R$ 2.290.508,34 | 100,00 | 13,74 | R$ 14.369.491,66 |

| **INTRA ORÇAMENTÁRIAS** | **Inicial** | **Atualizada (a)** | **Despesa Empenhada** | | **Despesas Liquidadas** | | | | **Saldo a Liquidar (a - e)** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | **No Bimestre (b)** | **Até o Bimestre (c)** | **No Bimestre (d)** | **Até o Bimestre (e)** | **% (e/total e)** | **% (c/a)** | |
| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 817.700,00 | 826.000,00 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 247.612,27 | 100,00 | 29,97 | 578.387,73 |
| ADMINISTRAÇÃO | 146.500,00 | 146.500,00 | 39.964,07 | 39.964,07 | 39.964,07 | 39.964,07 | 16,13 | 27,27 | 106.535,93 |
| ADMINISTRACAO FINANCEIRA | 140.000,00 | 140.000,00 | 39.620,02 | 39.620,02 | 39.620,02 | 39.620,02 | 16,00 | 28,30 | 100.379,98 |
| ADMINISTRACAO GERAL | 6.500,00 | 6.500,00 | 344,05 | 344,05 | 344,05 | 344,05 | 0,13 | 5,29 | 6.155,95 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL | 48.500,00 | 48.500,00 | 10.944,70 | 10.944,70 | 10.944,70 | 10.944,70 | 4,42 | 22,56 | 37.555,30 |
| ASSISTENCIA COMUNITARIA | 48.500,00 | 48.500,00 | 10.944,70 | 10.944,70 | 10.944,70 | 10.944,70 | 4,42 | 22,56 | 37.555,30 |
| SAÚDE | 243.700,00 | 251.700,00 | 64.423,99 | 64.423,99 | 64.423,99 | 64.423,99 | 26,01 | 25,59 | 187.276,01 |
| ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL | 500,00 | 500,00 | | | | | | | 500,00 |
| ATENCAO BASICA | 213.200,00 | 218.200,00 | 61.673,93 | 61.673,93 | 61.673,93 | 61.673,93 | 24,90 | 28,26 | 156.526,07 |
| SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO | 8.000,00 | 8.000,00 | | | | | | | 8.000,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA | 14.000,00 | 14.000,00 | 1.375,03 | 1.375,03 | 1.375,03 | 1.375,03 | 0,55 | 9,82 | 12.624,97 |
| VIGILÂNCIA SANITARIA | 8.000,00 | 11.000,00 | 1.375,03 | 1.375,03 | 1.375,03 | 1.375,03 | 0,55 | 12,50 | 9.624,97 |
| EDUCAÇÃO | 264.500,00 | 264.800,00 | 94.971,66 | 94.971,66 | 94.971,66 | 94.971,66 | 38,35 | 35,86 | 169.828,34 |
| EDUCACAO INFANTIL | 28.000,00 | 28.300,00 | 11.071,11 | 11.071,11 | 11.071,11 | 11.071,11 | 4,47 | 39,12 | 17.228,89 |
| ENSINO FUNDAMENTAL | 236.500,00 | 236.500,00 | 83.900,55 | 83.900,55 | 83.900,55 | 83.900,55 | 33,88 | 35,47 | 152.599,45 |
| URBANISMO | 74.000,00 | 74.000,00 | 27.864,73 | 27.864,73 | 27.864,73 | 27.864,73 | 11,25 | 37,65 | 46.135,27 |
| PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL | 2.000,00 | 2.000,00 | | | | | | | 2.000,00 |
| SERVICOS URBANOS | 72.000,00 | 72.000,00 | 27.864,73 | 27.864,73 | 27.864,73 | 27.864,73 | 11,25 | 38,70 | 44.135,27 |
| SANEAMENTO | 35.000,00 | 35.000,00 | 9.443,12 | 9.443,12 | 9.443,12 | 9.443,12 | 3,81 | 26,98 | 25.556,88 |
| SANEAMENTO BASICO URBANO | 35.000,00 | 35.000,00 | 9.443,12 | 9.443,12 | 9.443,12 | 9.443,12 | 3,81 | 26,98 | 25.556,88 |
| COMÉRCIO E SERVIÇOS | 4.000,00 | 4.000,00 | | | | | | | 4.000,00 |
| TURISMO | 4.000,00 | 4.000,00 | | | | | | | 4.000,00 |
| DESPORTO E LAZER | 1.500,00 | 1.500,00 | | | | | | | 1.500,00 |
| DESPORTO COMUNITARIO | 1.500,00 | 1.500,00 | | | | | | | 1.500,00 |

Emissão: 05/01/2018 08:49:33



Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II



Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017**

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) | PREVISÃO ATUALIZADA 2017 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MAR/16 | ABR/16 | MAI/16 | JUN/16 | JUL/16 | AGO/16 | SET/16 | OUT/16 | NOV/16 | DEZ/16 | JAN/17 | FEV/17 | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.333.034,55 | 1.647.648,13 | 1.816.569,84 | 205.040,28 | | 1.324,74 | | | | | 1.238.296,12 | 1.376.049,34 | 7.617.963,00 | 20.159.980,00 |
| Receita Tributária | 270.398,35 | 424.365,98 | 345.825,77 | 2.199,24 | | 1.324,74 | | | | | 101.853,13 | 103.017,24 | 1.248.984,45 | 1.823.900,00 |
| IPTU | 5.498,12 | 11.708,40 | 8.265,12 | 154,23 | | | | | | | 3.541,90 | 7.054,80 | 36.222,57 | 130.000,00 |
| ISS | 22.619,29 | 42.335,35 | 42.639,51 | 405,00 | | | | | | | 60.525,28 | 30.694,66 | 199.219,09 | 600.000,00 |
| ITBI | 30.782,80 | 113.150,00 | 71.807,00 | | | | | | | | 12.623,60 | 24.963,08 | 253.326,48 | 601.150,00 |
| IRRF | 16.284,09 | 20.039,43 | 21.815,16 | | | 1.324,74 | | | | | 1.246,19 | 32.241,34 | 92.950,95 | 297.000,00 |
| Outras Rec. Tributarias | 195.214,05 | 237.132,80 | 201.298,98 | 1.640,01 | | | | | | | 23.916,16 | 8.063,36 | 667.265,36 | 195.750,00 |
| Receita Contribuições | 11.202,84 | | 14.693,30 | | | | | | | | | | 25.896,14 | 641.800,00 |
| Receita Patrimonial | 11.795,22 | 11.977,83 | 12.150,79 | | | | | | | | 13.262,43 | 11.793,97 | 60.980,24 | 761.000,00 |
| Receita Agropecuária | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Industrial | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita Serviços | 24.267,84 | 23.749,16 | 24.980,13 | | | | | | | | 22.209,74 | 48.050,11 | 143.256,98 | 381.000,00 |
| Transferências Correntes | 999.834,83 | 1.170.938,43 | 1.401.538,42 | 202.819,44 | | | | | | | 1.085.874,24 | 1.205.464,51 | 6.066.469,87 | 16.350.600,00 |
| Cota Parte do FPM | 376.557,30 | 447.645,78 | 595.260,83 | 202.819,44 | | | | | | | 530.773,08 | 680.134,06 | 2.833.190,49 | 6.600.400,00 |
| Cota Parte do ICMS | 212.999,86 | 228.364,55 | 221.047,36 | | | | | | | | 242.809,86 | 139.012,90 | 1.044.234,53 | 3.205.000,00 |
| Cota Parte do IPVA | 30.443,72 | 19.813,33 | 29.023,93 | | | | | | | | 15.887,55 | 27.425,21 | 122.593,74 | 290.000,00 |
| Cota Parte do ITR | 10.757,72 | 4.009,29 | 1.835,13 | | | | | | | | 18.510,41 | 1.971,80 | 37.084,35 | 140.000,00 |
| Transf. LC 87/1996 | 1.045,29 | 1.045,29 | 1.045,29 | | | | | | | | 978,95 | 978,95 | 5.093,77 | 13.500,00 |
| Transf. LC 61/1989 | | 1.318,07 | | | | | | | | | 1.264,12 | 581,67 | 3.163,86 | 13.000,00 |
| Transferências FUNDEB | 146.467,57 | 161.243,98 | 185.508,76 | | | | | | | | 159.915,25 | 165.294,90 | 818.530,46 | 2.100.000,00 |
| Outras Transf. Correntes | 221.563,37 | 307.398,14 | 367.817,12 | | | | | | | | 115.735,02 | 190.065,02 | 1.202.578,67 | 3.988.700,00 |
| Outras Receitas Correntes | 15.535,47 | 16.616,73 | 17.381,43 | 21,60 | | | | | | | 15.096,58 | 7.723,51 | 72.375,32 | 201.680,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 126.078,94 | 140.175,57 | 169.642,40 | 40.563,87 | | | | | | | 161.791,89 | 169.904,49 | 808.157,16 | 2.562.180,00 |
| Cont. Servidor Plano Prev. | | | | | | | | | | | | | | 511.800,00 |
| Comp. Financ. Reg. Prev. | | | | | | | | | | | | | | |
| Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB | 126.078,94 | 140.175,57 | 169.642,40 | 40.563,87 | | | | | | | 161.791,89 | 169.904,49 | 808.157,16 | 2.050.380,00 |
| RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II) | 1.206.955,61 | 1.507.472,56 | 1.646.927,44 | 164.476,41 | | 1.324,74 | | | | | 1.076.504,23 | 1.206.144,85 | 6.809.805,84 | 17.597.800,00 |

Emissão: 26/01/2018 10:11:34 — Page 1 de 1

Homologado

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR**
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**
**PERÍODO: 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2017**

**RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)** — **Em Reais**

**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 1.156.500,00 | 1.156.500,00 | 310.274,66 | 541.345,98 |
| Receitas de Contribuições dos Segurados | 511.800,00 | 511.800,00 | 116.325,86 | 107.479,89 |
| Civil | 511.800,00 | 511.800,00 | 116.325,86 | 107.479,89 |
| Ativo | 511.800,00 | 511.800,00 | 116.325,86 | 107.479,89 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 644.200,00 | 644.200,00 | 193.948,80 | 164.637,91 |
| Civil | 614.200,00 | 614.200,00 | 163.948,80 | 134.637,91 |
| Ativo | 614.200,00 | 614.200,00 | 163.948,80 | 134.637,91 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Parcelamento de Débitos | 30.000,00 | 30.000,00 | 11.214,44 | 5.892,30 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 269.228,18 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 269.228,18 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 400,00 | 400,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II) | 1.156.500,00 | 1.156.500,00 | 310.274,66 | 541.345,98 |

(Continua)

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2017

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 |
| ADMINISTRAÇÃO (IV) | 578.400,00 | 578.400,00 | 117.118,73 | 116.810,13 | 24.358,77 | 34.278,33 |
| Despesas Correntes | 571.400,00 | 571.400,00 | 117.118,73 | 116.810,13 | 24.358,77 | 34.278,33 |
| | 401.200,00 | 401.200,00 | 5.721,82 | 0,00 | 5.721,82 | 0,00 |
| | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 500,00 | 500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 100,00 | 100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 162.000,00 | 162.000,00 | 111.396,91 | 0,00 | 18.636,95 | 0,00 |
| | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 7.000,00 | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 7.000,00 | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA (V) | 539.000,00 | 539.000,00 | 72.245,66 | 61.663,35 | 72.245,66 | 61.663,35 |
| Benefícios - Civil | 539.000,00 | 539.000,00 | 72.245,66 | 61.663,35 | 72.245,66 | 61.663,35 |
| Aposentadorias | 539.000,00 | 539.000,00 | 72.245,66 | 61.663,35 | 72.245,66 | 61.663,35 |
| | 380.000,00 | 380.000,00 | 52.086,45 | 0,00 | 52.086,45 | 0,00 |
| | 159.000,00 | 159.000,00 | 20.159,21 | 0,00 | 20.159,21 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios - Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V) | 1.117.400,00 | 1.117.400,00 | 189.364,39 | 178.473,48 | 96.604,43 | 95.941,68 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) | 39.100,00 | 39.100,00 | 120.910,27 | 362.872,50 | 213.670,23 | 445.404,30 |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| VALOR | 0,00 |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| VALOR | 632.600,00 |

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDOR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 1º BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2017

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) — Em Reais

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | APORTES REALIZADOS |
|---|---|
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0,00 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | 2017 | 2016 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 221.565,50 | 14.856,33 |
| INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES | 10.133.316,09 | 10.261.399,48 |
| OUTROS BENS E DIREITOS | 0,00 | 0,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

| Dívida Fiscal Líquida | Saldo | | |
|---|---|---|---|
| | em 31/DEZ/2016 (a) | em 31/DEZ/2016 (b) | em 28/FEV/2017 (c) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 447.511,06 | 447.511,06 | 447.511,06 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.533.279,22 | 1.533.279,22 | 1.828.761,77 |
| Disponibilidade de Caixa | 1.094.904,32 | 1.094.904,32 | 1.390.386,87 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 1.775.379,68 | 1.775.379,68 | 1.681.319,70 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 680.475,36 | 680.475,36 | 290.932,83 |
| Demais Haveres Financeiros | 438.374,90 | 438.374,90 | 438.374,90 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -1.085.768,16 | -1.085.768,16 | -1.381.250,71 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | | | |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 447.511,06 | 447.511,06 | 447.511,06 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V) | -1.533.279,22 | -1.533.279,22 | -1.828.761,77 |

| Resultado Nominal | Período de Referência | |
|---|---|---|
| | No Bimestre (VIc -VIb) | Até o Bimestre (VIc - VIa) |
| VALOR | -295.482,55 | -295.482,55 |

| Discriminação da Meta Fiscal | Valor Corrente |
|---|---|
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3] | 0,00 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

Emissão: 26/01/2018 às 11:13 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) - Portaria 43/2016 R$ 1,00

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) | 17.993.000,00 | 2.279.315,86 | 2.520.404,96 |
| Receitas Tributárias | 1.823.900,00 | 204.870,37 | 184.128,33 |
| IPTU | 130.000,00 | 10.596,70 | 12.059,07 |
| ISS | 600.000,00 | 91.219,94 | 62.303,69 |
| ITBI | 601.150,00 | 37.586,68 | 24.216,46 |
| IRRF | 297.000,00 | 33.487,53 | 38.509,23 |
| Outras Receitas Tributárias | 195.750,00 | 31.979,52 | 47.039,88 |
| Receitas de Contribuições | 1.286.000,00 | | 30.777,86 |
| Receitas Previdenciárias | 1.156.000,00 | | |
| Outras Receitas de Contribuições | 130.000,00 | | 30.777,86 |
| Receita Patrimonial Líquida | | | |
| Receita Patrimonial | 761.000,00 | 25.056,40 | 27.111,67 |
| (-) Aplicações Financeiras | 761.000,00 | 25.056,40 | 27.111,67 |
| Transferências Correntes | 14.300.220,00 | 1.970.503,96 | 2.236.052,61 |
| Cota-parte do FPM | 5.280.320,00 | 968.725,78 | 893.169,38 |
| Cota-parte do ICMS | 2.561.400,00 | 305.458,25 | 439.511,04 |
| Cota-parte do IPVA | 232.000,00 | 34.650,25 | 25.361,04 |
| Convênios | 305.000,00 | 10.861,59 | 5.089,23 |
| Outras Transferências Correntes | 5.921.500,00 | 650.808,09 | 872.921,92 |
| Demais Receitas Correntes | 582.880,00 | 103.941,53 | 69.446,16 |
| Dívida Ativa | 141.000,00 | 19.842,16 | 11.215,31 |
| Diversas Receitas Correntes | 441.880,00 | 84.099,37 | 58.230,85 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 496.000,00 | | 28.355,00 |
| Operações de Crédito (III) | | | |
| Amortização de Empréstimos (IV) | | | |
| Alienação de Bens (V) | 50.000,00 | | 28.355,00 |
| Transferências de Capital | 446.000,00 | | |
| Convênios | 446.000,00 | | |
| Outras Transferências de Capital | | | |
| Outras Receitas de Capital | | | |
| REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V) | 446.000,00 | | |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)** | **18.439.000,00** | **2.279.315,86** | **2.520.404,96** |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 | Até o Bimestre 2017 | Até o Bimestre 2016 | Em 2017 | Em 2016 |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 17.358.200,00 | 2.952.372,47 | 3.752.706,86 | 2.259.006,84 | 2.701.238,63 | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 9.906.500,00 | 1.620.558,81 | 1.688.692,37 | 1.620.558,81 | 1.688.692,37 | | |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 70.000,00 | 10.986,50 | 9.435,92 | 10.986,50 | 9.435,92 | | |
| Outras Despesas Correntes | 7.381.700,00 | 1.320.827,16 | 2.054.578,57 | 627.461,53 | 1.003.110,34 | | |
| DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) | 17.288.200,00 | 2.941.385,97 | 3.743.270,94 | 2.248.020,34 | 2.691.802,71 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 1.160.200,00 | 169.732,52 | 207.036,94 | 31.221,50 | 180.599,94 | | |
| Investimentos | 995.000,00 | 7.756,78 | 189.798,24 | 7.756,78 | 163.361,24 | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Concessão de Empréstimos (XII) | | | | | | | |
| Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) | | | | | | | |
| Demais Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida (XIV) | 165.200,00 | 161.975,74 | 17.238,70 | 23.464,72 | 17.238,70 | | |
| DESP. PRIM. DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) | 995.000,00 | 7.756,78 | 189.798,24 | 7.756,78 | 163.361,24 | | |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI) | 109.000,00 | | | | | | |
| RESERVA DO RPPS (XVII) | 632.600,00 | | | | | | |
| **DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)** | **19.024.800,00** | **2.949.142,75** | **3.933.069,18** | **2.255.777,12** | **2.855.163,95** | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)** | **-585.800,00** | **-669.826,89** | **-1.412.664,22** | **23.538,74** | **-334.758,99** | | |
| **SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | | | | | | | |

| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | Valor Corrente |
|---|---|
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

Emissão: 26/01/2018 às 11:18 Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) - Portaria 403/2016. R$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | Saldo Total (e + k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo e = (a + b) - (c + d) | Inscritos | | Liquidados (h) | Pagos (i) | Cancelados (j) | Saldo k = (f + g) - (i - j) | |
| | Em Exercícios Anteriores (a) | Em 31 de Dezembro 2016 (b) | | | | Em Exercícios Anteriores (f) | Em 31 de Dezembro 2016 (g) | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 61.268,20 | 619.207,16 | 389.542,53 | | 290.932,83 | 1.009.472,08 | 487.947,64 | | | | 1.497.419,72 | 1.788.352,55 |
| Executivo | 61.268,20 | 619.207,16 | 389.542,53 | | 290.932,83 | 1.009.472,08 | 487.947,64 | | | | 1.497.419,72 | 1.788.352,55 |
| GABINETE DO PREFEITO | | 5.991,30 | 5.991,30 | | | | 1.600,00 | | | | 1.600,00 | 1.600,00 |
| SEC. MUN. ADM. FINANCAS E PLANEJAMENTO | 22.151,51 | 93.992,59 | 63.710,18 | | 52.433,92 | 3.089,76 | | | | | 3.089,76 | 55.523,68 |
| SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA | 4.657,66 | 207.405,09 | 139.913,58 | | 72.149,17 | 10.168,21 | | | | | 10.168,21 | 82.317,38 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | 13.764,00 | 163.244,93 | 96.535,19 | | 80.473,74 | 3.921,31 | | | | | 3.921,31 | 84.395,05 |
| SEC. MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL | | 26.777,48 | 18.045,62 | | 8.731,86 | 208,00 | | | | | 208,00 | 8.939,86 |
| SEC.MUN.AGRICULTURA E ASSIST.FUNDIARIA | | 819,43 | 819,43 | | | | | | | | | |
| SEC.MUN.VIACAO OBRAS SERVICOS PUBLICOS | 10.101,86 | 117.210,95 | 60.761,84 | | 66.550,97 | 992.084,80 | 486.347,64 | | | | 1.478.432,44 | 1.544.983,41 |
| SEC. MUN. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO | 10.593,17 | 1.466,77 | 1.466,77 | | 10.593,17 | | | | | | | 10.593,17 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER | | 1.262,62 | 1.262,62 | | | | | | | | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | 1.036,00 | 1.036,00 | | | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 61.268,20 | 619.207,16 | 389.542,53 | | 290.932,83 | 1.009.472,08 | 487.947,64 | | | | 1.497.419,72 | 1.788.352,55 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA Emissão: 26/01/2018 às 11:18 Page 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1 - RECEITAS DE IMPOSTOS | 1.504.450,00 | 1.504.450,00 | 169.618,69 | 11,27% |
| 1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 241.000,00 | 241.000,00 | 38.877,13 | 16,13% |
| 1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 130.000,00 | 130.000,00 | 10.596,70 | 8,15% |
| 1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 111.000,00 | 111.000,00 | 28.280,43 | 25,48% |
| 1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 602.350,00 | 602.350,00 | 37.586,68 | 6,24% |
| 1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 601.150,00 | 601.150,00 | 37.586,68 | 6,25% |
| 1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 1.200,00 | 1.200,00 | 0,00 | |
| 1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 661.100,00 | 661.100,00 | 93.154,88 | 14,09% |
| 1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 600.000,00 | 600.000,00 | 91.219,94 | 15,20% |
| 1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 61.100,00 | 61.100,00 | 1.934,94 | 3,17% |
| 1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 10.261.900,00 | 10.261.900,00 | 1.660.328,56 | 16,18% |
| 2.1 - Cota-Parte FPM | 6.600.400,00 | 6.600.400,00 | 1.210.907,14 | 18,35% |
| 2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 6.600.400,00 | 6.600.400,00 | 1.210.907,14 | 18,35% |
| 2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 2.2 - Cota-Parte ICMS | 3.205.000,00 | 3.205.000,00 | 381.822,76 | 11,91% |
| 2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996 | 13.500,00 | 13.500,00 | 1.957,90 | 14,50% |
| 2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação | 13.000,00 | 13.000,00 | 1.845,79 | 14,20% |
| 2.5 - Cota-Parte ITR | 140.000,00 | 140.000,00 | 20.482,21 | 14,63% |
| 2.6 - Cota-Parte IPVA | 290.000,00 | 290.000,00 | 43.312,76 | 14,94% |
| 2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 11.766.350,00 | 11.766.350,00 | 1.829.947,25 | 15,55% |
| **Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino** | **Previsão Inicial** | **Previsão Atualizada (a)** | **Receitas Realizadas** | |
| | | | **Até o Bimestre (b)** | **% (c) = (b/a)x100** |
| 4 - RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | | | | |
| 5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 247.000,00 | 247.000,00 | 25.374,83 | 10,27% |
| 5.1 - Transferências do Salário-Educação | 125.000,00 | 125.000,00 | 25.374,83 | 20,30% |
| 5.2 - Transferências Diretas - PDDE | | | | |
| 5.3 - Transferências Diretas - PNAE | 60.000,00 | 60.000,00 | | |
| 5.4 - Transferências Diretas - PNATE | 12.000,00 | 12.000,00 | | |
| 5.5 - Outras Transferências do FNDE | 50.000,00 | 50.000,00 | | |
| 5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | | | | |
| 6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 85.000,00 | 85.000,00 | | |
| 6.1 - Transferência de Convênios | 85.000,00 | 85.000,00 | | |
| 6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | | | | |
| 7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | |
| 8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 411.000,00 | 411.000,00 | 45.434,38 | 11,05% |
| 9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | 743.000,00 | 743.000,00 | 70.809,21 | 9,53% |

Emissão: 26/01/2018 10:20:10

Page 1 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

**FUNDEB**

| Receitas do Fundeb | Previsão Inicial | Previsão Atualizada (a) | Receitas Realizadas | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 2.050.380,00 | 2.050.380,00 | 331.696,38 | 16,18% |
| 10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 1.320.080,00 | 1.320.080,00 | 242.181,36 | 18,35% |
| 10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 643.600,00 | 643.600,00 | 76.364,51 | 11,87% |
| 10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 2.700,00 | 2.700,00 | 391,58 | 14,50% |
| 10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | | | | |
| 10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Dest. ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5)) | 26.000,00 | 26.000,00 | 4.096,42 | 15,76% |
| 10.6 - Cota-Parte IPVA Destinadaao FUNDEB - (20% de 2.6) | 58.000,00 | 58.000,00 | 8.662,51 | 14,94% |
| 11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 2.100.000,00 | 2.100.000,00 | 325.210,15 | 15,49% |
| 11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB | 2.100.000,00 | 2.100.000,00 | 325.210,15 | 15,49% |
| 11.2 - Complementação da União ao FUNDEB | | | | |
| 11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | | | | |
| 12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) | 49.620,00 | 49.620,00 | -6.486,23 | -13,07% |

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

**DESPESAS DO ENSINO**

| Despesas do Fundeb | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (d) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [7] (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 1.562.000,00 | 1.562.000,00 | 381.140,75 | 24,40% | 381.140,75 | 24,40% | |
| 13.1 - Com Educação Infantil | 97.000,00 | 97.000,00 | 41.878,95 | 43,17% | 41.878,95 | 43,17% | |
| 13.2 - Com Ensino Fundamental | 1.465.000,00 | 1.465.000,00 | 339.261,80 | 23,16% | 339.261,80 | 23,16% | |
| 14 - OUTRAS DESPESAS | 363.800,00 | 375.800,00 | 182.212,11 | 48,49% | 182.212,11 | 48,49% | |
| 14.1 - Com Educação Infantil | 38.500,00 | 38.800,00 | 26.269,56 | 67,71% | 26.269,56 | 67,71% | |
| 14.2 - Com Ensino Fundamental | 325.300,00 | 337.000,00 | 155.942,55 | 46,27% | 155.942,55 | 46,27% | |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 1.925.800,00 | 1.937.800,00 | 563.352,86 | 29,07% | 563.352,86 | 29,07% | 0,00 |

| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | |
| 16.1 - FUNDEB 60% | |
| 16.2 - FUNDEB 40% | |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | |
| 17.1 - FUNDEB 60% | |
| 17.2 - FUNDEB 40% | |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | |

| INDICADORES DO FUNDEB | VALOR |
|---|---|
| 19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 – 18) | 563.352,86 |
| 19.1 - Mínimo de 60% do Fundeb na Remuneração do Magistério' ((13 - (16.1 + 17.1)) / 11) x 100 % | 117,19% |
| 19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que na Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / 11) x 100 % | 56,02% |
| 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) % | -73,22% |

Emissão: 26/01/2018 10:20:10

Page 2 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | VALOR |
|---|---|
| 20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | 0,00 |
| 21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017[2] | 0,00 |

| Despesas com Ações Típicas de MDE | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (d) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 22 - EDUCAÇÃO INFANTIL | 135.500,00 | 135.800,00 | 68.148,51 | 50,18% | 68.148,51 | 50,18% | |
| 22.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 135.500,00 | 135.800,00 | 68.148,51 | 50,18% | 68.148,51 | 50,18% | |
| 22.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | | | | 0,00% | | | |
| 23 - ENSINO FUNDAMENTAL | 1.790.300,00 | 1.802.000,00 | 495.204,35 | 27,48% | 495.204,35 | 27,48% | |
| 23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | 1.790.300,00 | 1.802.000,00 | 495.204,35 | 27,48% | 495.204,35 | 27,48% | |
| 23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | | | | 0,00% | | | |
| 24 - ENSINO MÉDIO | | | | 0,00% | | | |
| 25 - ENSINO SUPERIOR | | | | 0,00% | | | |
| 26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | | | | 0,00% | | | |
| 27 - OUTRAS | 24.200,00 | 24.200,00 | | 0,00% | | | |
| 28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27) | 1.950.000,00 | 1.962.000,00 | 563.352,86 | 28,71% | 563.352,86 | 28,71% | 0,00 |

| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | VALOR |
|---|---|
| 29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | -6.486,23 |
| 30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | 0,00 |
| 31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h) | 0,00 |
| 32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | 0,00 |
| 33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | 0,00 |
| 34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4] | 0,00 |
| 35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g) | 0,00 |
| 36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35) [6] | -6.486,23 |
| 37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) [6] | 569.839,09 |
| 38- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) % [6] | 31,14 |

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

| Outras Despesas Custeadas com Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (d) | Despesas Empenhadas | | Despesas Liquidadas | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[7] (i) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f) = (e/d) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (h) = (g/d) x 100 | |
| 39 - DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO | | | | 0,00% | | 0,00% | |
| 40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | | | 0,00% | | 0,00% | |
| 41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | | | 0,00% | | 0,00% | |
| 42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 2.107.500,00 | 2.095.500,00 | 266.716,64 | 12,73% | 170.714,41 | 8,15% | |
| 43 - TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS C/ RECEITAS ADIC. P/ FINAN. ENSINO (39+40+41+42) | 2.107.500,00 | 2.095.500,00 | 266.716,64 | 12,73% | 170.714,41 | 8,15% | |
| 44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43) | 4.057.500,00 | 4.057.500,00 | 830.069,50 | 20,46% | 734.067,27 | 18,09% | 0,00 |

Emissão: 26/01/2018 10:20:10

Page 3 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017/BIMESTRE - JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) - (Portaria 403/2016) R$1,00

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2017 (j) |
|---|---|---|
| 45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 0,00 | 0,00 |
| 45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00 | 0,00 |
| 45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB | 0,00 | 0,00 |
| **CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA** | **FUNDEB** | **SALÁRIO EDUCAÇÃO** |
| 46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 956,92 | 0,00 |
| 47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 325.210,15 | 25.374,83 |
| 48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | 0,00 | 0,00 |
| 48.1- Orçamento do Exercício | 0,00 | 0,00 |
| 48.2- Restos a Pagar | 0,00 | 0,00 |
| 49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 0,00 | 0,00 |
| 50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE | 326.167,07 | 25.374,83 |
| 51- (+) Ajustes | 0,00 | 0,00 |
| 51.1- Retenções | 0,00 | 0,00 |
| 51.2- Conciliação Bancária | 0,00 | 0,00 |
| 52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO | 326.167,07 | 25.374,83 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do artigo 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

Emissão: 26/01/2018 10:20:10 Page 4 de 4
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I) | | | |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e) |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.160.200,00 | 169.732,52 | 31.221,50 | | 990.467,48 |
| (-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE | | | | | |
| (-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | | | | | |
| DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) | 1.160.200,00 | 169.732,52 | 31.221,50 | | 990.467,48 |
| RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II) | -1.160.200,00 | -169.732,52 | | | -990.467,48 |

Fonte:

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 26/01/2018 10:23:44 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a) | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b) | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b) | SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exercício anterior) + (c) |
|---|---|---|---|---|
| 0000 | | | | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

Emissão: 26/01/2018 10:25:34 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III ) - Portaria 403/2016. R$1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (c) = (a - b) |
|---|---|---|---|
| RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis | 40.000,00 | | 40.000,00 |
| Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis | 10.000,00 | | 10.000,00 |
| Rendimentos de Aplicação Financeira | | | |

| DESPESAS | Dotação Atualizada (d) | Despesas Empenhadas (e) | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas (f) | Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados | Pagamento de Restos a Pagar (g) | Saldo a Pagar (h) = (d - e) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | | | | | | | |
| Despesas de Capital | | | | | | | |
| Investimentos | | | | | | | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | |
| Despesas Correntes dos Regimes de Previdência | | | | | | | |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | | | | | | | |

| SALDO FINANCEIRO A APLICAR | 2016 (i) | 2017 (j) = (Ib - (IIf + IIg)) | SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj) |
|---|---|---|---|
| VALOR (III) | | | |

Emissão: 26/01/2018 10:26:14


Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 R$ 1,00

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Semestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | 1.797.150,00 | 1.797.150,00 | 202.824,76 | 11,29% |
| Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 130.000,00 | 130.000,00 | 10.596,70 | 8,15% |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI | 601.150,00 | 601.150,00 | 37.586,68 | 6,25% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 600.000,00 | 600.000,00 | 91.219,94 | 15,20% |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 297.000,00 | 297.000,00 | 33.487,53 | 11,28% |
| Imposto Territorial Rural - ITR | | | | |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos | 1.500,00 | 1.500,00 | 27,85 | 1,86% |
| Dívida Ativa dos Impostos | 126.500,00 | 126.500,00 | 17.622,16 | 13,93% |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa | 41.000,00 | 41.000,00 | 12.283,90 | 29,96% |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 7.043.900,00 | 7.043.900,00 | 1.276.660,01 | 18,12% |
| Cota-Parte FPM | 6.600.400,00 | 6.600.400,00 | 1.210.907,14 | 18,35% |
| Cota-Parte ITR | 140.000,00 | 140.000,00 | 20.482,21 | 14,63% |
| Cota-Parte IPVA | 290.000,00 | 290.000,00 | 43.312,76 | 14,94% |
| Cota-Parte ICMS | | | | |
| Cota-Parte IPI-Exportação | | | | |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 13.500,00 | 13.500,00 | 1.957,90 | 14,50% |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 13.500,00 | 13.500,00 | 1.957,90 | 14,50% |
| Outras | | | | |
| **TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II** | **8.841.050,00** | **8.841.050,00** | **1.479.484,77** | **16,73%** |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (c) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Semestre (d) | % (d/c) x 100 |
| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS | 144.000,00 | 144.000,00 | | |
| Provenientes da União | | | | |
| Provenientes dos Estados | 144.000,00 | 144.000,00 | | |
| Provenientes de Outros Municípios | | | | |
| Outras Receitas do SUS | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS | | | | |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE | | | | |
| OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 112.000,00 | 112.000,00 | 11.806,43 | 10,54% |
| **TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE** | **256.000,00** | **256.000,00** | **11.806,43** | **4,61%** |

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e) x 100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e) x 100 | |
| DESPESAS CORRENTES | 3.642.500,00 | 3.663.500,00 | 747.457,02 | 20,40% | 572.616,83 | 15,63% | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.414.500,00 | 2.405.500,00 | 396.754,80 | 16,49% | 396.754,80 | 16,49% | |
| Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | |
| Outras Despesas Correntes | 1.228.000,00 | 1.258.000,00 | 350.702,22 | 27,88% | 175.862,03 | 13,98% | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 50.500,00 | 50.500,00 | 4.789,00 | 9,48% | 4.789,00 | 9,48% | |
| Investimentos | 50.500,00 | 50.500,00 | 4.789,00 | 9,48% | 4.789,00 | 9,48% | |
| Inversões Financeiras | | | | | | | |
| Amortização da Dívida | | | | | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)** | **3.693.000,00** | **3.714.000,00** | **752.246,02** | **20,25%** | **577.405,83** | **15,55%** | |

Emissão: 26/01/2018 10:27:43 Page 1 de 3
Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (h) | % (h/IVf) x 100 | Até o Bimestre (i) | % (i/IVg) x 100 | |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | | | | | | | |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL | | | | | | | |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | 3.687.750,00 | 3.708.750,00 | 749.276,02 | 99,61% | 574.435,83 | 99,49% | |
| Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS | 1.009.500,00 | 999.500,00 | 20.313,37 | 2,70% | 20.313,37 | 3,52% | |
| Recursos de Operações de Crédito | | | | | | | |
| Outros Recursos | 2.678.250,00 | 2.709.250,00 | 728.962,65 | 96,90% | 554.122,46 | 95,97% | |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | | | | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1] | | | | | | | |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2] | | | | | | | |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3] | | | | | | | |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)** | **3.687.750,00** | **3.708.750,00** | **749.276,02** | **99,61%** | **574.435,83** | **99,49%** | |
| **TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)** | **5.250,00** | **5.250,00** | **2.970,00** | | **2.970,00** | | |

| | |
|---|---|
| **PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%** [4 e 5] | **0,20%** |
| **VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - ( 15,00 * IIIb)/100][5]** | **-218.952,72** |

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | INSCRITOS | CANCELADOS/ PRESCRITOS | PAGOS | A PAGAR | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE |
|---|---|---|---|---|---|
| Inscritos em 2017 | | | | | |
| Inscritos em 2016 | | | | | |
| Inscritos em 2015 | | | | | |
| Inscritos em 2014 | | | | | |
| Inscritos em 2013 | 1.820,00 | | | 1.820,00 | 1.820,00 |
| Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013 | | | | | |
| **Total** | **1.820,00** | | | **1.820,00** | **1.820,00** |

| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | |
|---|---|---|---|
| | **Saldo Inicial** | **Despesas Custeadas no exercício de referência (j)** | **Saldo Final (Não Aplicado)** |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017 | | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016 | | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015 | | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014 | | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013 | | | |
| Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013 | | | |
| **Total(VIII)** | | | |

Emissão: 26/01/2018 10:27:43 — Page 2 de 3 Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) - Portaria 403/2016 — R$ 1,00

| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | |
|---|---|---|---|
| | Saldo Inicial | Despesas Custeadas no exercício de referência (k) | Saldo Final (Não Aplicado) |
| Diferença de limite não cumprido em 2016 | | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2015 | | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2014 | | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2013 | | | |
| Diferença de limite não cumprido em 2012 | | | |
| Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012 | | | |
| **Total(IX)** | | | |

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre (l) | % (l/total l) x 100 | Até o Bimestre (m) | % (m/total m) x 100 | |
| Atenção Básica | 2.884.500,00 | 2.885.500,00 | 585.850,20 | 77,88% | 502.930,01 | 87,10% | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 298.000,00 | 295.000,00 | 118.576,04 | 15,76% | 26.656,04 | 4,62% | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | | | | | | | |
| Vigilância Sanitária | 124.500,00 | 127.500,00 | 27.154,44 | 3,61% | 27.154,44 | 4,70% | |
| Vigilância Epidemiológica | 166.500,00 | 163.500,00 | 4.574,13 | 0,61% | 4.574,13 | 0,79% | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | | | |
| Outras Subfunções | 219.500,00 | 242.500,00 | 16.091,21 | 2,14% | 16.091,21 | 2,79% | |
| **TOTAL** | **3.693.000,00** | **3.714.000,00** | **752.246,02** | **100,00%** | **577.405,83** | **100,00%** | |

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 26/01/2018 10:27:43 — Page 3 de 3 — Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

| IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP | SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | REGISTROS EFETUADOS EM 2017 | |
|---|---|---|---|
| | | No bimestre | Até o bimestre |
| TOTAL DE ATIVOS | | | |
| Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| TOTAL DE PASSIVOS | | | |
| Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE | | | |
| Provisões de PPP | | | |
| Outros passivos | | | |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | | | |
| Obrigações contratuais | | | |
| Garantias concedidas | | | |

| DESPESAS DE PPP | EXERCÍCIO ANTERIOR | EXERCÍCIO CORRENTE (2017) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Do Ente Federado, exceto Estatais Não-Dependentes (I) | | | | | | | | | | | |
| Das Estatais Não-Dependentes | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS | | | | | | | | | | | |
| PPP A CONTRATAR (II) | | | | | | | | | | | |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III) | 7.064.494,93 | 6.809.805,84 | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II) | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III) | | | | | | | | | | | |

Emissão: 26/01/2018 10:29:56 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A FEVEREIRO DE 2017 - BIMESTRE JANEIRO/FEVEREIRO**

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | Até o Bimestre |
|---|---|
| RECEITAS | |
| Previsão Inicial | 19.250.000,00 |
| Previsão Atualizada | 19.250.000,00 |
| Receitas Realizadas | 2.293.510,67 |
| Déficit Orçamentário | |
| Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) | |
| DESPESAS | |
| Dotação Inicial | 18.617.400,00 |
| Créditos Adicionais | 10.000,00 |
| Dotação Atualizada | 18.627.400,00 |
| Despesas Empenhadas | 3.122.104,99 |
| Despesas Liquidadas | 2.290.508,34 |
| Despesas Pagas | 2.013.099,47 |
| Superávit Orçamentário | 3.002,33 |

| DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | Até o Bimestre |
|---|---|
| Despesas Empenhadas | 3.122.104,99 |
| Despesas Liquidadas | 2.290.508,34 |

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | Até o Bimestre |
|---|---|
| Receita Corrente Líquida | 6.809.805,84 |

| RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Até o Bimestre |
|---|---|
| Regime Geral de Previdência Social | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas (I) | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas (II) | |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | |
| Receitas Previdenciárias Realizadas (IV) | |
| Despesas Previdenciárias Liquidadas (V) | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | |

| RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO | Meta Fixada no AMF da LDO (a) | Resultado Apurado até o Bimestre (b) | % em Relação à Meta (b/a) |
|---|---|---|---|
| Resultado Nominal | | -295.482,55 | -255% |
| Resultado Primário | | -669.826,89 | 0% |

| RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO | Inscrição | Cancelamento até o Bimestre | Pagamento até o Bimestre | Saldo a Pagar |
|---|---|---|---|---|
| RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 680.475,36 | | 389.542,53 | 290.932,83 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | |
| Poder Executivo | 1.497.419,72 | | | 1.497.419,72 |
| Poder Legislativo | | | | |
| Poder Judiciário | | | | |
| Ministério Público | | | | |
| Defensoria Pública | | | | |
| **TOTAL** | **2.177.895,08** | | **389.542,53** | **1.788.352,55** |

| DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | Valor Apurado até o Bimestre | Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo a Aplicar no Exercício | Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre |
|---|---|---|---|
| Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento | 569.839,09 | 25,00 % | 31,14 % |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fun | | 0,00 % | 0,00 % |
| Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação I | 563.352,86 | 60,00 % | 173,22 % |
| Complementação da União ao FUNDEB | | 0,00 % | 0,00 % |

| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo não realizado |
|---|---|---|
| Receita de Operação de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Despesa de Capital Líquida | 169.732,52 | 990.467,48 |

| PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA | Exercício¹ | 10º Exercício | 20º Exercício | 35º Exercício |
|---|---|---|---|---|
| Regime Geral de Previdência Social | | | | |
| Receitas Previdenciárias (I) | | | | |
| Despesas Previdenciárias (II) | | | | |
| Resultado Previdenciário (III) = (I - II) | | | | |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | | | | |
| Receitas Previdenciárias (IV) | | | | |
| Despesas Previdenciárias (V) | | | | |
| Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V) | | | | |

| RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS | Valor Apurado até o Bimestre | Saldo a Realizar |
|---|---|---|
| Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos | | 50.000,00 |
| Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos | | |

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor Apurado até o Bimestre | Limite Constitucional Anual: % Mínimo a Aplicar no Exercício | Limite Constitucional Anual: % Aplicado até o Bimestre |
|---|---|---|---|
| Despesas c/Ações e Serviços Públicos de Saúde exec. c/ rec. de impostos | 2.970,00 | 15,00 % | 0,20 % |

| DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP | Valor Apurado no Exercício Corrente |
|---|---|
| Total das Despesas / RCL (%) | |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 26/01/2018 10:32:50 — Page 1 de 1

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

**COMUNICAÇÃO INTERNA DISPENSA 001 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**COMUNICAÇÃO INTERNA**

**DISPENSA 001**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001/2018**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O prefeito de Porto Esperidião-MT, no uso de suas atribuições legais, resolve HOMOLOGAR *a DISPENSA de Licitação nº* ***01/2018*** *do objeto definido como:*Do **objeto definido como**: **LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.**

***HOMOLOGO***em favor da empresa **PERFORMANCE – ASSESSORIA PUBLICA** (P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA) **C.N.P.J. Sob n.º 09.517.508/0001-36 no valor total de:** é de R$ 7.200,00(SETE MIL E DUZENTOSREAIS), divididos em 12 (Doze) parcelas mensais e consecutivas de R$ 600,00(SEISCENTOS REAIS. Fundamento Legal: Artigo 24, Incisos II e X da Lei 8666/93.

Determina ainda que sejam tomadas as providencias para que seja feita a contratação do objeto, em atendimento a solicitação do requerente.

Porto Esperidião, 25 de janeiro de 2018.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

**PREFEITO MUNICIPAL**

**RECURSOS HUMANOS**
**TESTE SELETIVO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2018 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2018 DE 26 DE JANEIRO DE 2018**

**MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, do Estado de Mato Grosso, e Comissão Municipal de Teste Seletivo designada pela **Portaria 314/2017**, torna público a **RELAÇÃO PRELIMINAR DE INSCRITOS E ABRE PRAZO DE 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS PARA RECURSOS DESTE EDITAL** referente ao Processo Seletivo Simplificado 001/2018 para preenchimentos de vagas em caráter temporário, destinado a atender as necessidades da Administração Pública de Porto Esperidião-MT, alterando os dispositivos elencados.

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: MOTORISTA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ELSO SILVEIRA FARIAS | 03/12/1986 | 1980572-1 | VILA CARDOS/PONTES E LACERDA |
| 2 | JOSE ABRÃO MOREIRA | 08/08/1990 | 2037671-5 | VILA CARDOS/PONTES E LACERDA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | GILMAR DA SILVA SILVEIRA | 05/11/1975 | 1135592-1 | ROTA RIGONE/VILA CARDOSO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | JOÃO MARCELINO E. NETO | 18/02/1994 | 2505693-0 | ROTA SERINGAL/PORTO ESPERIDIÃO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MOISES MARÇAL DA COSTA | 10/03/1993 | 24094218 | ROTA PAPAGAIO |
| 2 | NILTON JOSE CURVO | 13/02/1960 | 316750 | ROTA PAPAGAIO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | EUDSON DA COSTA MONTOANELLI | 05/03/1984 | 1706336-1 | FAZENDA UNIAO/PORTO ESPERIDIAO |
| 2 | LAZARO TEODORO F. DE OLIVEIRA | 26/10/1980 | 1379623-2 | FAZENDA UNIAO/PORTO ESPERIDIAO |
| 3 | JARBAS CHAVES DA SILVA | 22/09/1979 | 11130024 | FAZENDA UNIAO/PORTO ESPERIDIAO |
| 4 | GILSON DA SILVA NOBRE | 01/10/1980 | 1361104-6 | FAZENDA UNIAO/PORTO ESPERIDIAO |
| 5 | LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA | 25/08/1977 | 1125471-8 | FAZENDA UNIAO/PORTO ESPERIDIAO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | FRANCILEY ASSIS LIRA DE SOUZA | 30/05/1984 | 1202904-1 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 2 | ANTONIO LEITE DA CRUZ | 19/05/1957 | 93792 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 3 | DEIVIS R. DE OLIVEIRA DE CASTRO | 16/09/1987 | 2004463-1 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 4 | GIVANILDO NEVES REMEDIO | 25/10/1985 | 1688534-1 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 5 | GEISON GEAN S. DE SOUZA | 29/10/1982 | 1.545.368.174 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 6 | VALTON NESPOLI DE ARAUJO | 12/08/1989 | 20690878 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 7 | JOSE GOMES FERREIRA | 01/07/1971 | 827514 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 8 | JUCIEL SANDRO DE BARROS | 20/08/1990 | 2146248-8 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 9 | CLODOALDO NUNES SIQUEIRA | 15/05/1988 | 1917354-7 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 10 | VAGNER RODRIGUES TROIS | 31/07/1986 | 1658768-5 | PEDRO NECA/PORTO ESPERIDIÃO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MAURO SANTANA DO P. JUNIOR | 24/03/1995 | 2366423-1 | BARRANQUEIRA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 2 | AGNALDO CARDOZO DE SOUZA | 17/07/1978 | 1208239-2 | BARRANQUEIRA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 3 | RONILTON MEDINA RIBEIRO | 01/04/1995 | 2276044-0 | BARRANQUEIRA/PORTO ESPERIDIÃO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ELTON DA SILVA OLIVEIRA | 19/05/1988 | 21079315 | FAZ. CACIMBA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 2 | LEANDRO DIOGO | 17/05/1985 | 1323083-2 | FAZ. CACIMBA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 3 | AGUINALDO LOPES ROCHA | 22/01/1979 | 1210547-3 | FAZ. CACIMBA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 4 | ERLI BENEDITO DE AQUINO | 31/05/1965 | 40028315 | FAZ. CACIMBA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 5 | ALCEMAR JOSE LISBOA | 25/09/1972 | 907.426 | FAZ. CACIMBA/PORTO ESPERIDIÃO |
| 6 | RONY OLIVEIRA QUEROZ | 26/09/1990 | 2058761-9 | FAZ. CACIMBA/PORTO ESPERIDIÃO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | JOSEFA SANTANA DA SILVA | 01/07/1959 | 2864221-0 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 2 | JULIO CESAR COUTO | 27/12/1978 | 1245027-8 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 3 | JOÃO LINO PEREIRA | 25/05/1959 | 0760706-7 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 4 | CREUNEISE BORGES DE ARRUDA | 01/05/1974 | 0618349-2 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 5 | CARLA FABIANI SOUZA DE OLIVEIRA | 01/03/1986 | 1570486-6 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 6 | NILVA APARECIDA DA SILVA POQUIVIQUI | 26/05/1976 | 1211124-4 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 7 | LETICIA DOS SANTOS PEREIRA | 10/07/1984 | 1605873-9 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 8 | RENATA FERREIRA DE OLIVEIRA | 16/10/1987 | 2814196-2 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 9 | STEFFANE CRISTINA VIEIRA SILVA | 28/02/1990 | 1794897-5 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 10 | STELA VIEIRA DA SILVA | 15/06/1993 | 2332169-5 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 11 | LUIZA DE MARILAK FERREIRA B. SILVA | 23/01/1983 | 1502227-7 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 12 | JEDAIA DE SOUZA FELIZ | 29/12/1998 | 2424195-4 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 13 | MARIA DA GLORIA SILVA | 02/02/1964 | 388688 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 14 | GLEICIANE ALVES R. PEREIRA | 06/12/1982 | 1391130-9 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SONIA TUMICHA RUMAN | 09/07/1982 | 1539874-9 | E. M. BARÃO DO RIO BRANCO |
| 2 | VANESA RAMOS PINAFFI | 16/11/1990 | 1812195-0 | E. M. BARÃO DO RIO BRANCO |
| 3 | VILMA GERONIMO DA SILVA | 11/05/1970 | 0801884-7 | E. M. BARÃO DO RIO BRANCO |
| 4 | JULIANA ORTIZ VELASCO | 03/10/1984 | 1894960-6 | E. M. BARÃO DO RIO BRANCO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1 | FABIANA BONIFACIO RODRIGUES | 21/12/1992 | 50.936.984-4 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 2 | GEIZIELLI RODRIGUES GOMES | 05/02/1997 | 2562626-4 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 3 | MARIA DA GUIA GONCALO ORTIZ | 12/12/1978 | 1210657-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 4 | GENILSON OLIVEIRA KIRY | 03/06/1992 | 56.249.924-6 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 5 | ROSELINO PARAVA RAMOS | 07/03/1989 | 2172227-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 6 | KAREN CRISTINA DE SOUZA SILVA | 02/10/1997 | 23911506 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 7 | MIRAMI PARA SORUBI | 10/11/1977 | 1654663-6 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 8 | ELEITE DA SILVA R. FRANÇA | 08/08/1973 | 889181 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 9 | JOELMA DE OLIVEIRA | 27/09/1980 | 1097816-0 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 10 | JULIANE FLORES MACONHÃO | 09/02/1993 | 2432130-3 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 11 | REGIANE ORTIZ DA SILVA | 15/06/1994 | 2503159-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 12 | GRACILDA PARA MASSAVI DA SILVA | 22/06/1983 | 1456299-5 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 13 | ANTONIA EDILAINE C. MUQUIÇAI | 25/01/1981 | 1539822-6 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 14 | LUIZA TOMICHA AIRES | 12/09/1987 | 1780908-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 15 | DANIELE TOMICHA ROSA | 24/08/1999 | 2692514-1 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 16 | EDNO MUQUISSAI | 07/04/1988 | 17766595 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 17 | KEZIA PARA DA SILVA | 21/02/1986 | 1906453-5 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 18 | MARIA IZABE CALHAU | 02/04/1989 | 2085671-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 19 | DANCERCLEIA DE OLIVEIRA CARDOSO | 17/04/1989 | 1869149-8 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 20 | MARLISE GRACIELE MUQUIÇAI RAMOS | 08/08/1995 | 2464365-3 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | CELIA SERAFIM MUNIZ | 04/11/1986 | 1980506-3 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 2 | VANDERLEIA SILVA TEOFILO | 07/10/1974 | 3471906-7259069 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 3 | JOELMA NUNES PINTO | 27/08/1980 | 1224048-6 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 4 | EVA PEREIRA MIRANDA | 21/05/1980 | 1097788-0 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 5 | ANDREIA CANDIDA DE OLIVEIRA | 18/05/1979 | 1148781-0 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 6 | JOSE VANDER URUPE MASSAVI | 30/09/1992 | 2389879-8 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 7 | ARIANE LEITE DE MIRANDA | 15/10/1992 | 2303388-6 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 8 | VALERIA CRISTINA CEBALHO | 05/09/1989 | 2233401-7 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 9 | CELIA DA SILVA MARTINS | 15/10/1967 | 0913057-8 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 10 | THAYNARA LOYNE MENACHO ALVARENGA | 18/07/1991 | 2020079-0 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 11 | SILVANA DOS S. SILVA TOMAZ | 10/11/1985 | 1759983-0 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 12 | DANIELI FERNANDA TERCI ROBELO | 19/08/19987 | 1752085-1 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 13 | ERYKA FRANCIANNE LOPES | 14/04/1995 | 2619216-0 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 14 | KEILA FERREIRA REIS | 01/10/1984 | 1515472-6 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 15 | VANILDES MERCEDES DE L. BARROS | 10/04/1978 | 1250662-1 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SUELEN MARIA MARCHEZAN | 04/04/1985 | 1311256-2 | E.M. SANTO ANTONIO |
| 2 | EDIRLENE DE SOUZA | 23/08/1992 | 21338361 | E.M. SANTO ANTONIO |
| 3 | MARIA VANESSA DE ABREU VIEIRA | 29/11/1991 | 2330931-8 | E.M. SANTO ANTONIO |
| 4 | NUBIA VALERIA G. DE BRITO | 18/09/1998 | 2441026-8 | E.M. SANTO ANTONIO |
| 5 | ANGELICA TORRES DE ARAUJO | 21/10/1990 | 2188062-0 | E.M. SANTO ANTONIO |
| 6 | ADELLY SABRINA S. DE OLIVEIRA | 05/12/1989 | 2331047-7 | E.M. SANTO ANTONIO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | JOYAZIARA DA SILVA MORINIGA | 30/06/1993 | 2189705-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | JANE GRAZIELE SANCHES DA SILVA | 20/04/1983 | 2023690-5 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 3 | CREUZA COSTA LEITE | 19/04/1966 | 0530354-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 4 | ELENIR TRAVA RICO SILVEIRA | 06/12/1976 | 1786354-6 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 5 | DARCI DE MIRANDA | 31/05/1972 | 8625026 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 6 | MARCIA PEREIRA DE SOUZA | 05/06/1976 | 1293048-2 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 7 | MARCIA CRISTINA BATISTA | 29/06/1972 | 23.356.616-8 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 8 | ROSALINA ROBERTA PEREIRA | 04/03/1960 | 663904 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 9 | QUESIA MEIRA DA C. DOS SANTOS | 30/10/1987 | 2061351-2 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 10 | LUCIMEIRE FERRAZ DA COSTA | 26/09/1975 | 1073335-3 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 11 | MANOEL INACIO MASSAY MENDES | 18/12/1966 | 0309200-3 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 12 | ROSINEY JAIVONA MENDES | 25/05/1966 | 059395-4 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 13 | CLAUDINEI DA SILVA LARA | 28/02/1990 | 2242320-6 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 14 | JOSE AUGUSTO A. R. PEREIRA | 30/12/1983 | 1588886-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 15 | LAUDELINA CAMARA CANTO | 30/11/1975 | 1074821-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 16 | SUELI FERREIRA DA SILVA | 19/10/1988 | 18416403 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 17 | ANGELICA DA SILVA DURANTE | 09/07/1991 | 2128560-8 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 18 | CHEILA MICHELE SANTOS | 28/06/1969 | 1210007-2 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 19 | NILDA SILVA ALVES | 22/12/1972 | 0653374-4 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 20 | GYLCEH MARCE DE L. E SILVA | 12/09/1970 | 0797591-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 21 | LUIZA PEREIRA L. ALVES | 25/08/1984 | 001297802 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MARIA AP. DA SILVA GOMES | 27/10/1986 | 2020145-1 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 2 | DANIEL BERNARDINO DE RIBEIRO | 02/04/1964 | 679 859 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 3 | MILENE ROCA DE ARAUJO | 16/02/1983 | 15405699 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 4 | MONIQUE EVIS NUNES | 29/12/1990 | 2373313-6 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 5 | ROSANA DA SILVA | 25/04/1970 | 881662 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 6 | FRANCELINA CHUE POQUIVIQUI | 06/02/1989 | 2336100-0 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 7 | POLIANA MARIA LARA | 03/12/1989 | 2172442-3 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 8 | MARIA IZABEL ALVEZ DOS SANTOS BRUMATE | 02/02/1969 | 0775469-8 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 9 | REGINA GAMBARRA NEVES | 10/05/1966 | 173490 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 10 | JUSCELENE BERBEM DA CRUZ | 27/06/1970 | 701732 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 11 | MARIA DA CONCEIÇÃO N. DOS SANTOS | 18/12/1965 | 0493203-0 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 12 | SIRLENE SOUZA DE A. SILVA | 13/09/1962 | 231221 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 13 | ALMENI ALVES S. CARVALHO | 05/01/1900 | 0552759-7 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 14 | ROSILENE TRAVA | 18/04/1990 | 2004466-6 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 15 | ELAINE NALCIZA DE LIMA | 19/03/1982 | 1490757-7 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 16 | PRISCILA CAMARA F. DA SILVA | 05/02/1995 | 2490933-5 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 17 | GISELI FATIMA DOS SANTOS | 23/02/1985 | 3029181-0 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 18 | ELVINA DA SILVA CEBALHO | 27/12/1982 | 1148672-4 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 19 | RAQUEL RIBEIRO DOS SANTOS | 04/10/1987 | 1679545-8 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 20 | JOSIELEM DE ASSUNÇÃO | 28/02/1991 | 1876921-7 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 21 | LUCIANA APRIGIO GERMANO | 13/03/1993 | 2336083-6 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |
| 22 | SUELLEN KAROLINE M. MACHADO | 24/03/1992 | 2187817-0 | C.E.I. VICTOR HUGO S. RIBERO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | CINTHIA CARDOSO DA SILVA | 21/12/1986 | 1895041-8 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 2 | LUCIENE RODRIGUES FERREIRA | 14/08/1980 | 2115408-2 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 3 | CAROLINE DUARTE DE OLIVEIRA | 15/07/1995 | 2440579-5 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | EDILEUFER J. SANTANA LARA | 01/09/1995 | 2525358-1 | E. M. BARÃO DO RIO BRANCO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MAURO URUPE CHUE | 15/01/1992 | 23823089 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | SIDIMAR MEROTTI VISCOVINI | 22/07/1993 | 2379071-7 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 2 | ADEVAIR CANDIDO DE OLIVEIRA | 08/12/1987 | 20.603.250 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | EIGLY FERREIRA DE OLIVEIRA | 27/05/1984 | 1471005-6 | E.M. SANTO ANTONIO |
| 2 | MARCIA BENTO V. DOS PASSOS | 20/12/1970 | 0827262-0 | E.M. SANTO ANTONIO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | AMANDA FERREIRA DA COSTA | 11/11/1991 | 2183376-1 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | VANESSA ALVES DA SILVA | 24/09/1993 | 2057410-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | GLAUCIA REGINA DIAS | 13/11/1978 | 1189920-4 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 2 | VALDIR DA SILVA SOUZA | 09/11/1985 | 1598553-9 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 3 | ADRIANA APARECIDA DA CRUZ | 11/02/1972 | 21802639 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | EJAIR AROLDO ORTIZ SURUBI | 29/12/1978 | 1211047-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | GEISIANY SOUZA LEÃO DE CASTRO | 24/03/1988 | 1812202-7 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 2 | ANDREIA PEREIRA DO ESPIRITO SANTO | 07/12/1984 | 1584234-7 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MARIA JOSE DA SILVA | 15/09/1965 | 11648447-3 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | SIMONE ANGELICA MIRANDA | 05/03/1975 | 0946332-1 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 3 | ROSANGELA ROCHA MACHADO | 13/07/1973 | 146554412 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 4 | MARTA APARECIDA FERREIRA | 15/05/1985 | 1507545-1 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 5 | PATRICIA NATTES DOS SANTOS | 26/06/1986 | 1736797-2 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 6 | SILMARA DA F. FERREIRA DA SILVA | 12/01/1988 | 1783956-4 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 7 | LOYLAINE GOMES DA SILVA | 15/02/1997 | 2261683-7 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA | 05/11/1972 | 1032681-2 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 2 | LINDOMAR SILVA MORAES | 22/04/1993 | 2159760-0 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 3 | GILVAN APARECIDO DE OLIVEIRA | 10/07/1977 | 1149459-4 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ROSIANE PEREIRA VISCOVINI | 29/05/1996 | 2652945-9 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 2 | ZELLITY SOUZA LEAO | 19/12/1990 | 2159770-7 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |
| 3 | CLAUDIO VALENTIM JUNIOR | 22/09/1993 | 2375726-4 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | THIAGO DE ASSUNÇÃO | 07/03/1986 | 1695623-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | GEYCE AIRE DA CRUZ | 04/03/1993 | 2352543-6 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 3 | MIGUEL FERREIRA SANTANA | 01/10/1989 | 2242089-4 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | CRISTIANA RIBEIRO DA SILVA | 13/09/1982 | 1502228-5 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 2 | PAULO ROBERTO BARBOSA | 06/05/1964 | 0298566-7 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | FANNIELLEM RAMOS DO VALES | 02/04/2000 | 2699181-0 | E. M. BARÃO DO RIO BRANCO |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MARCIO POQUIVIQUI MANACA | 16/07/1986 | 2280141-3 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | CLEUNICE MENACHO | 06/04/1973 | 0999335-5 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ELIANE PIRES | 13/09/1979 | 1210746-8 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | CILENE PARAVA RAMOS | 16/03/1977 | 1211163-5 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 3 | JOSE LOURENÇO A. DA SILVA | 10/08/1987 | 1895037-0 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 4 | MAXSUEL FERREIRA SANTANA | 08/04/1993 | 2128561-6 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 5 | JANDER JOSE FERREIRA SUE | 24/04/1986 | 1555682-4 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 6 | LUZIA MENACHO | 08/06/1955 | 2807139-5 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | DANIELLA ALVES DA SILVA | 11/06/1997 | 2441003-9 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | MARIA JOSE FERREIRA COSTA | 01/04/1980 | 3160196 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 2 | RENATA AP. NUNES DOS SANTOS | 15/05/1991 | 1733666-0 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 3 | TAYNE NEVES RIBEIRO | 04/08/1994 | 2503088-4 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 4 | ALEKSANDR FERRO | 15/01/1974 | 0920821-6 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ARIELLY KEROLLY MENDES | 20/03/1992 | 2292723-9 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | LEONARDO RODRIGUES DA SILVA | 15/04/1995 | 2226060-9 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 3 | GEISIELLY LEITE FERERINE | 20/12/1991 | 17664080 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 4 | VALDEIR NESPOLI DE ARAUJO | 11/06/1985 | 1736599-6 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 5 | ARIADINE LUCIANA DE OLIVEIRA | 17/06/1984 | 13236539 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 6 | DOUGLAS BARBOSA BRUM | 16/08/1996 | 2120161-7 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 7 | ANA MARIA GONÇALVES DOS SANTOS | 28/10/1986 | 1611508-2 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ANTONIO CARLOS C. BORGES | 27/09/1985 | 32994077-6 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 2 | WALISSON JUNIO M. DA SILVA | 08/08/1980 | 3051343-0 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 3 | ANA MARIA TERCI ROBELO | 25/09/1985 | 1777292 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 4 | MILEIDE AP. DE SOUZA SILVA | 12/10/1982 | 1125378-9 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 5 | WADINA MORETI L. FERREIRA | 18/08/1985 | 1604768-0 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 6 | DALCILENE BORGES DA SILVA | 06/12/1990 | 2138817-2 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 7 | LIVIA MARIA DE JESUS MAGALHAES | 06/01/1988 | 2147438-9 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |
| 8 | JAQUELINE CORDEIRO | 14/02/1988 | 2085439 | E. M. THEODORO JOSE DUARTE |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | ELDO EDNEI DA C. LEITE MUQUISSAI | 03/09/1992 | 2189559-7 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 2 | DANILO FABIANO FERREIRA | 13/06/1983 | 1322261-9 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |
| 3 | JOSIANE AP. DA SILVA OLIVEIRA | 18/12/1982 | 1484360-9 | E. M. DONA LILA HILL DE SOUZA |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | LOYANE LEITE DE MIRANDA | 12/08/1985 | 1448729-2 | E. M. SÃO JUDAS TADEU |

| | NOME | DATA DE NASC. | RG | LOTAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | GISLEIVE GOES DA SILVA | 26/02/1981 | 000882793 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 2 | SELMA DE OLIVEIRA FERNANDES | 24/11/1968 | 538.867 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |
| 3 | IZADORA FERREIRA PURCINO | 23/04/1992 | 00001103643 | E.M. MARIA GREGORIA O. CARDOSO |

**Martins Dias de oliveira**

**Prefeito Municipal**

**Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/2018**

**Porto Esperidião-MT**

## CONTRATOS E CONVENIOS
## ATA DO 3 QUADRIMESTRE DA PRESTAÇÃO DE CONTA FETHAB

Ata nº 03/2017, do Conselho do Fethab, nomeados pelo Decreto Municipal nº 014/2017 de 20 de maio de 2017, e alterado pelo Decreto Municipal nº 016/2017 de 23 de setembro de 2017, reuniram-se no dia (26) vinte e seis de janeiro de (2018) dois mil e dezessete, as 15:00 (quinze ) horas na sede da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, os membros do conselho do Fethab, para analisar a prestação de contas e documentos do terceiro quadrimestre do Fethab, o presidente da comissão abriu a reunião, fazendo uma explanação dos serviços que foram feitos no Município de setembro a dezembro de 2017, os recursos foram repassados perfazendo um total de R$ 592.363,59 (quinhentos e noventa e dois mil e trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove (centavos), que foram usados na manutenção de estradas, recuperação de ponte de madeira, aquisição de peças, pneus e Combustível, para manutenção dos veículos da Prefeitura, o gestor apresentou relatório fotográfico dos serviços, e todos os documentos de despesa, notas fiscais empenhos e ordens de pagamentos, os membros do conselho analisou os documentos e consideraram suficientes para aprovação das despesas referente aos recursos repassados para conta Fethab, após serem esclarecidos todos os pontos referente a utilização e em que deve ser gasto os recursos desta pasta, os membros do Conselho aprovou a referida prestação de contas, e não havendo mais nada a ser tratado na presente reunião, a mesma foi encerrada e a presente ata foi lavrada e vai assinada por todos os membros do Conselho presentes a reunião.

Reginaldo Alves da Cruz

Rosa da Silva Cebalho

Luiz Henrique Rauber

Moises Cardoso de Oliveira

Jose Galvão da Silva Sebalho

Manoel Sanches de Miranda

Antonio Flavio Toschi

Aelson Barbosa Camelo

Lauro Cesar da Silva

Joelb Ferreira de Godoy

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
## ERRATA DA PORTARIA MUNICIPAL N. 027 /2018 DE 24 DE JANEIRO DE 2018

**Eugenio Pelachim**, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

**RESOLVE:**

**Art. 2º - Retificar o Artigo 2º da, Publicada em** 26 de Janeiro de 2018, pagina 259, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, N° 2.904

**RETIFICA:**

**ONDE SE LÊ:**

**Art. 2º.** A **Comissão de Licitação**, de que trata esta Portaria, será responsável pela elaboração, supervisão e julgamento dos procedimentos licitatorios a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer do **exercício de 2017[...]**

**LEIA-SE:**

**Art. 2º.** A **Comissão de Licitação**, de que trata esta Portaria, será responsável pela elaboração, supervisão e julgamento dos procedimentos licitatorios a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer do **exercício de 2018[...]**

**Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 26 de JANEIRO de 2018.**

**EUGENIO PELACHIM**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
## AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 001/2018.

A Prefeitura Municipal de PORTO ESTRELA/MT, faz saber aos interessados que se encontra aberta a LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para a futura e

eventual contratação de empresa do ramo para o fornecimento de carne, **Anexo I**, acontecerá no dia 08 de Fevereiro de 2018, as 09:00h, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de funcionamento das 07:00 às as 13:00 hs.

Porto Estrela – MT, 26 de Janeiro de 2017.

**Roosevelt da Guia Ortega**

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO**

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2018

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados QUE no PP 001/2018 RP n° 001/2018, tendo como objeto Aquisição de Merenda Escolar cuja a abertura ocorreu as 8h:30Min, do dia 26 de janeiro de 2018.

**Sagraram-se vencedoras da presente licitação as seguintes Empresas:**

**1- GAUDENCIO CÉSAR OLIVEIRA NEVES02147935166,** inscrita no CNPJ n° 24.960.827/0001-05, situada na Rua Presidente Getulio Vargas, s/n, Vila Irantinopolis na Cidade de Poxoréu-MT, com o valor total de **R$ 82.176,00** (oitenta e dois mil cento e setenta e seis reais).

**2- WAGNO CARVALHO DE BRITO-ME,** inscrita no CNPJ n° 26.495. 936/0001-24, situada na Rod. MT 130, Vila Irantinópolis I na Cidade de Poxoréu-MT, com o valor total de **R$ 417.083,85 (quatrocentos e dezessete mil oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 26 de janeiro de 2018.

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**PORTARIA Nº 18/2018 DE 23 DE JANEIRO DE 2018.**

Dispõe sobre o uso de vestimentas no âmbito de trabalho pelos Servidores da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no âmbito das Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambientes e seus departamentos.

O Prefeito Municipal Tarcísio Ferrari, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Faz Saber:

Considerando a necessidade de uma normatização interna que dispõe sobre o uso de vestimentas pelos Servidores Municipais no âmbito da Administração Pública Municipal de Reserva do Cabaçal - MT,

RESOLVE: Art. 1º Proibir, no âmbito das Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambientes e seus departamentos, o uso de vestimentas inadequadas pelos Servidores em horário de trabalho assim consideradas aquelas que, tendo em vista o padrão médio de comportamento local, não condizem com a dignidade e o decoro da atividade, em especial, as seguintes peças de vestuário:

I – Short, traje de banho, camiseta sem mangas (regata), chinelo e ou sandálias.

Paragrafo Único – As medidas oriundas desta portaria, são para a segurança dos próprios servidores que atuam esporadicamente em locais insalubres.

Art. 2º Os responsáveis pelas Unidades Organizacionais realizarão o controle da utilização adequada de vestimentas por parte dos servidores e estagiários a elas vinculadas.

Art. 3º O controle da utilização adequada de vestimentas por parte dos Servidores desta Secretarias será de responsabilidade dos Secretários responsáveis por cada pasta, exercido de modo direto pelos servidores detentores do cargo de Secretários, devendo os incidentes relacionados à matéria ficar registrados no livro de ocorrências em poder desses.

**Paragrafo Único**: Os Servidores que infligirem essa normativa sofrera sanções tais como:

a) Advertência;

b) exoneração em caso de cargo de livre nomeação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de janeiro de 2018

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

**GABINETE**
**PORTARIA N. 021/2018**

**DATA: 15 DE JANEIRO DE 2018**

NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora **MARIA DA CONCEIÇÃO NUNES DE SOUZA**, portadora do RG nº 641225 SSP/MT e sob CPF nº 487.522.311-00, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **DIRETORA DE ESCOLA**, bienio 2018/2019 em conformidade com as legislações municipais vigentes.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 15 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**GABINETE**
**PORTARIA N. 121/2017**

**DATA: 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

EXONERA SECRETARIA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonerar a Senhora **ODETE MARIA DA SILVA**, portadora do RG nº 1076512-3 SJ/MT e sob CPF nº 896.277.681-20, residente e domiciliada no Distrito de Novo paraiso, no municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **SECRETARIA DE ESCOLA**

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 034/2016 e as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 023/2018**

**DATA: 22 DE JANEIRO DE 2018**

"NOMEAR SECRETARIA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora **OSMARINA VIEIRA DOS SANTOS**, portadora do RG nº 1728.808 SSP/MT e sob CPF nº 456.000.401-30, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **SECRETARIA DE ESCOLA**, em conformidade com as leis municipais vigentes. A função de Secretaria de Escola será exercida no bienio 2018/2019.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 22 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 022 /2018**

**DATA: 15 DE JANEIRO DE 2018**

"NOMEIA SECRETARIA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomeia a Senhora **MARIA APARECIDA LOURENÇO VILELA**, portadora do RG nº 8.141.376-2 SSP/SP e sob CPF nº 778.567.168-00, residente e domiciliada, neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **SECRETARIA DE ESCOLA,** bienio 2018/2019.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 15 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 020/2018**

**DATA: 15 DE JANEIRO DE 2018**

NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora **MARIA APARECIDA CONCEIÇÃO SILVA DE OLIVEIRA**, portadora do RG nº 24.366.592-1 SSP/MT e sob CPF nº 149.267.718-37, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **DIRETORA DE ESCOLA**, bienio 2018/2019 em conformidade com as legislações municipais vigentes.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 15 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 019/2018**

**DATA: 15 DE JANEIRO DE 2018**

NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora **EMILIA DAMASIA DE SOUSA XAVIER**, portadora do RG nº 1212517-2VIA SSP/MT e sob CPF nº 848.741.121-53, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **DIRETORA DE ESCOLA**, bienio 2018/2019 em conformidade com as legislações municipais vigentes.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 15 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**GABINETE**
**PORTARIA N. 018/2018**

**DATA: 15 DE JANEIRO DE 2018**

NOMEIA DIRETORA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora **NAUVA AGUIAR DA SILVA SANTOS**, portadora do RG nº 1059581-3 SSP/MT e sob CPF nº 807.574.601-63, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **DIRETORA DE ESCOLA**, bienio 2018/2019 em conformidade com as legislações municipais vigentes.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 15 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**GABINETE**
**PORTARIA N. 017/2018**

**DATA: 12 DE JANEIRO DE 2018**

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** a necessidade de aquisição de bens e produtos realizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora Maria Jose Martins Abreu, portadora do RG nº 783599 SSP/MT, sob CPF nº 003.115.571-55, servidora efetiva, para acompanhar e fiscalizar os contratos de obras, serviços e aquisições que irão ser firmado no decorrer do exercicio de 2018, desde que estes sejam vinculado a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 12 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**GABINETE**
**PORTARIA N. 016/2018**

**DATA: 12 DE JANEIRO DE 2018**

EXONERA DIRETORA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonerar a Senhora **NELCI MARIA DOS SANTOS**, portadora do RG nº 1419017-6 SSP/MT e sob CPF nº 920.061.751-49, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **DIRETORA DE ESCOLA**.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 12 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**GABINETE**
**PORTARIA N. 015/2018**

**DATA: 12 DE JANEIRO DE 2018**

EXONERA DIRETORA DE ESOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonerar a Senhora **Vanda Marsango**, portadora do RG nº 908. 394 SSP/MT e sob CPF nº 630.023.101-15, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **DIRETORA DE ESCOLA**.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 12 DE JANEIRO DE 2018

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**GABINETE**
**PORTARIA N. 006/2018**

**DATA: 02 DE JANEIRO DE 2018**

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** a necessidade de aquisição de bens e produtos realizados pela Secretaria Municipal de Administração.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora Sandra Fontoura Barros, portadora do RG nº 1545412-6 SSP/MT, sob CPF nº 001.068.921-42, servidora efetiva, para acompanhar e fiscalizar os contratos de obras, serviços e aquisições que irão ser firmado no decorrer do exercicio de 2018, desde que estes sejam vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 02 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 005/2018**

**DATA: 02 DE JANEIRO DE 2018**

"NOMEAR SECRETARIA DE ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Senhora **SARA BARROS DE FONSECA DE SOUZA**, portadora do RG nº 2393580-4 SSP/MT e sob CPF nº 034.395.881-30, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **SECRETARIA DE ESCOLA,** em conformidade com as Leis municipais vigentes. A função de Secretaria de Escola será exercida junto ao Gabinete da Secretaria Municipal de Educação, assumindo as escolas do Campo.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 05 DE JANEIRO DE 2018.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 120/2017**

**DATA: 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

EXONERA COORDENADORA PEDAGÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonera a Senhora **KARLA REGINA PROLO**, portadora do RG nº 658348 SSP/MT e sob CPF nº 489.780.691-15, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **COORDENADORA PEDAGÓGICA.**.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 024/2016 e as demais disposições em contrario.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 119/2017**

**DATA: 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

EXONERA COORDENADOR PEDAGÓGICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonerar o Senhor **VALTEIR CANDIDO DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 10509630 SSP/GO e sob CPF nº 394.421.281-91, residente e domiciliado neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **COORDENADOR PEDAGÓGICO**.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 051/2017 e as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

---

**GABINETE**
**PORTARIA N. 118/2017**

**DATA: 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

EXONERA COORDENADORA PEDAGÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Exonerar a Senhora **NAUVA AGUIAR DA SILVA SANTOS**, portadora do RG nº 10595813 SSP/MT e sob CPF nº 807.574.301-63, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT, do cargo de **COORDENADORA PEDAGÓGICA**.

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 050/2017 e as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**EXTRATO DA ARP**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2017No dia 8 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRA , Estadode MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.772.113/0001-73, com sede administrativa localizada na Av.Padre João Bosco 2067, bairro CENTRO, CEP nº. 78675-000, nesta cidade de Ribeirão Cascalheira/MT, representado pelo(a) PREFEITOMUNICIPAL, o Sr(a). REYNALDO FONSECA DINIZ, inscrito no CPF sob o nº. 593.686.831-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e asempresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordocom o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2017, Processo Licitatório nº. 38/2017, que selecionou aproposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) MATERIAIS CONSTRUÇÃO PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS.Em conformidade com as especificações constantes no Edital.Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:Código Nome da Empresa Itens149 D M DA HORA- ME212992 MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19,20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33,34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 55, 57, 58, 59, 60,61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 79, 80,81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96,97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107,108, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 124,125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138,139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 151,153, 158, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 179, 180,181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190,191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202,203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 215, 216,217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228,229, 230, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 242,244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254,255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265,267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276,277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286,287, 288, 289, 292, 293, 296, 297, 298, 300, 301,302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 313,314, 315, 316, 317, 325, 326, 327, 328, 329, 330,331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340,341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350,351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361,362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372,373, 374, 376, 377, 378, 379, 381, 382, 383, 384,385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394,395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 408, 409, 411,413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422,423, 426, 427, 428, 429, 431, 432, 433, 434, 436,437, 438, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 453, 461,462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 2/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordocom a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro,conforme segue: 7Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN1 COLA - LIQUIDA, PARA COLAGEM DE PVC, RAPIDA 175 KG UN SILOC 68,000 11,4000 775,202 DISJUNTOR - ARSTOP. PARA AR CONDICIONADO UN ILUMI 40,000 21,9000 876,003 ADP CX D AGUA 50 X 1.1/2 UN KRONA 80,000 11,5000 920,004 ADAP CX D AGUA 20 X 1/2 UN KRONA 99,000 6,4000 633,605 ADAP CX D AGUA 25 MM UN KRONA 120,000 7,5000 900,009 ADAP INTERNO 1/2 UN REBOUÇAS 555,000 0,9900 549,4510 ADAP INTERNO 2 UN REBOUÇAS 325,000 1,2000 390,0011 ADAP INTERNO 3/4 UN REBOUÇAS 480,000 1,5000 720,0012 ADAP INTERNO DE RED 1. 1/4 X 1 UN KRONA 270,000 5,4900 1.482,3013 ADAP PEAD 20 X 3/4 UN POLIERG 235,000 2,9500 693,2514 ADAP PLAST LAVATORIO PIA 40 MM UN CIPLA 260,000 41,9000 10.894,0015 * ADAP ROSC FL FX 1/2 UN KRONA 695,000 11,9000 8.270,5016 ADAP SOLD CURTO 20 X 1/2 UN KRONA 820,000 0,6600 541,2017 ADAP SOLD CURTO 25 X 3/4 UN KRONA 850,000 0,8400 714,0018 ADAP SOLD CURTO 32 X 1 UN KRONA 760,000 2,3900 1.816,4019 ADESIVO SILICONE EMBALADO EM 280 G UN POWERVED 20,000 12,3000 246,0020 AGUARAZ 5 LT UN GOL 98,000 47,9000 4.694,2021 AGUARAZ 900ML UN GOL 117,000 10,1000 1.181,7022 ALAVANCA 1 X 1.80 M C/ PONTA MOLA UN PARABONI 4,000 96,0000 384,0023 * ALAVANCAS DE FERRO FORJADO1X1,80 UN PARABONI 3,000 96,0000 288,0024 ALICATE - DE PRESSAO, MEDINDO 10 UN THOMPON 7,000 25,2000 176,4025 ALICATE DE CORTE DIAGONAL Nº 6 UN LOYAL 6,000 21,9000 131,4026 * ALICATE REBITADOR 10 4 PONTAS UN THOMPSON 4,000 18,2000 72,8027 ALICATE UNIV 1000 V 8" PROF UN LOYAL 5,000 18,9000 94,5028 ALVENARITE 1 LT P/ASSENTO E REBOCO UN VIAPOL 150,000 15,0000 2.250,0029 ALVENARITE 3,600 LT P/ASSENTO E REBOCO UN VIAPOL 76,000 32,2000 2.447,2030 ANEL DE VEDAÇAO P/ VASO SANITARIO UN USE 65,000 9,7000 630,5031 ANEL VEDAÇAO MASSA P/VASO SANITARIO UN USE 62,000 10,4000 644,8032 ARAME - DE ACO RECOZIDO, NUMERO 18 UN MULTILIT 102,000 10,9000 1.111,8033 ARAME - GALVANIZADO LISO,NUMERO 16 UN MORLAN 101,000 11,6000 1.171,6034 ARAME - GALVANIZADO, NUMERO 18 UN MORLAN 70,000 19,9000 1.393,0035 ARCO DE SERRA - 12¨ PROFISSIONAL UN THOPSOM 15,000 18,1000 271,5036 * ARCO DE SERRA REGUL LENOX 1012 UN THOPSOM 12,000 18,1000 217,2046 ASSENTO PARA VASO SANITARIO - COM BASE DE UN ALUMASSA 48,000 21,2000 1.017,60PLASTICO,NA COR BRANCA47 * BACIA SANITARIA UN LOGASA 26,000 126,4000 3.286,4048 BARRA ROSQUEADA 1/2 X1MT UN JOMARCA 238,000 6,3000 1.499,4049 BARRA ROSQUEADA 1/4 X1MT UN JOMARCA 238,000 2,8500 678,3051 BARRA ROSQUEADA 3/8 X1MT UN JOMARCA 228,000 3,6500 832,2052 BARRA ROSQUEADA 5/16 X1MT UN JOMARCA 228,000 3,5000 798,0055 BOIA P/ CAIXA D´AGUA PLASTICA UN LIEGE 79,000 8,2000 647,8057 BOIA VASAO TOTAL 1/2 UN LIEGE 10,000 9,9900 99,9058 BOIA VASAO TOTAL 1¨ UN LIEGE 10,000 9,9900 99,9059 BOIA VASAO TOTAL 3/1 UN LIEGE 10,000 9,9000 99,0060 BOIA VASAO TOTAL 3/4 UN LIEGE 10,000 9,9000 99,0061 BRAÇADEIRA RS FIM 1 X 3/4 UN THOMPSOM 280,000 0,8200 229,6063 BRACO PARA CHUVEIRO EM ALUMINIO, 40CM 1/2 DE ROSCA UN KRONA 101,000 7,1000 717,1064 BROCA DE VIDEA,10 MM COM DIAMETRO DE PARA UN HTOM 17,000 10,4000 176,80CONCRETOESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 3/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN65 BROCA DE VIDEA,12 MM COM DIAMETRO DE PARA UN HTOM 17,000 11,5000 195,50CONCRETO66 BROCA DE VIDEA,6 MM COM DIAMETRO DE PARA UN HTOM 17,000 5,9900 101,83CONCRETO67 BROCA DE VIDEA,8 MM COM DIAMETRO DE , PARA UN HTOM 17,000 7,9900 135,83CONCRETO68 BROCA TRES PONTA 1/2MM LONGA UN HTOM 17,000 58,0000 986,0069 BROCA TRES PONTA 1/4MM LONGA UN HTOM 16,000 19,9900 319,8470 BROCA TRES PONTA 3/8MM LONGA UN HTOM 16,000 49,9900 799,8471 BROCA TRES PONTA 5/16MM LONGA UN HTOM 16,000 43,9900 703,8472 BROCHA P/ PINTURA DE PELO, COM CABO DE MADEIRA UN USE 47,000 6,4000 300,80GRANDE73 BROCHA P/ PINTURA DE PELO, COM CABO DE MADEIRA UN USE 50,000 6,4000 320,00MEDIO79 BUCHA RED SOLD 50X32 UN CORRPLASTIK 375,000 3,9000 1.462,5080 BUCHA RED SOLD 60X25 UN CORRPLASTIK 585,000 6,9900 4.089,1581 BUCHA RED SOLD 60X32 UN CORRPLASTIK 360,000 6,8000 2.448,0082 BUCHA RED SOLDAVEL 25x20 UN CORRPLASTIK 770,000 1,5000 1.155,0083 BUCHA RED SOLDAVEL 50X40 UN CORR-

PLASTIK 250,000 3,9900 997,5084 BUCHA RED SOLDAVEL 60 X 40 UN CORRPLASTIK 435,000 11,9900 5.215,6585 BUCHA RED SOLDAVEL 60 X 50 UN CORRPLASTIK 400,000 11,6300 4.652,0086 BUCHA ROSC RED 1. 1/2 X 1/2 UN CORRPLASTIK 265,000 4,9900 1.322,3587 BUCHA RSC RED 1X3/4 UN CORRPLASTIK 245,000 1,3400 328,3090 BUCHA TORNEIRA DE COURO 3/4 UN LUCONI 195,000 1,4900 290,5591 BUCHA TORNEIRA DE PVC 1/2 UN LUCONI 215,000 1,4900 320,3592 BUCHA TORNEIRA PVC 3/4 UN LUCONI 215,000 1,4900 320,3593 BUCHAS PARA PAREDE NUMERO 10 UN IVPLAST 1.075,000 0,1100 118,2594 BUCHAS PARA PAREDE NUMERO 12 UN IVPLAST 1.160,000 0,1300 150,8095 BUCHAS PARA PAREDE NUMERO 6 UN IVPLAST 1.090,000 0,1000 109,0096 BUCHAS PARA PAREDE NUMERO 8 UN IVPLAST 1.090,000 0,1000 109,0097 CABO DE CAVADEIRA 1.80 MT UN RONDON 50,000 8,0000 400,0098 CABO ELETRICO - COBRE, 2 X 2,5MM M MEGA CAMPO 3.350,000 1,2400 4.154,0099 CABO ELETRICO - COBRE, COM 3 X 2,5 MM ML MEGA CAMPO 2.500,000 4,5000 11.250,00100 * CABO ELETRICO - DE COBRE 1,5 MM BRANCO OU PRETO ML MEGA CAMPO 2.550,000 0,7000 1.785,00101 CABO ELETRICO - DE COBRE,2,5 MM M MEGA CAMPO 2.850,000 1,1200 3. 192,00102 CABO ELETRICO - DE COBRE,4 MM ML MEGA CAMPO 2. 180,000 1,8100 3.945,80103 CABO ELETRICO - DE COBRE,6 MM ML MEGA CAMPO 1.900,000 2,5300 4.807,00104 * CABO ELETRICO 10 MM M MEGA CAMPO 1.850,000 4,4000 8.140,00105 * CABO MADEIRA MARTELO 25/27 MM UN RONDON 12,000 4,0000 48,00106 CABO P/ ENXADA 1,50 MT UN RONDON 39,000 7,5000 292,50107 CABO P/ ENXADAO 1.30 MT UN RONDON 25,000 7,5000 187,50108 CABO P/ PICARETA 0,90 CM UN RONDON 14,000 7,5000 105,00109 CADEADO - DE 25MM UN PADO 58,000 15,4000 893,20115 CAIXA DE DESCARGA BRANCA UN ALUMASA 28,000 26,3000 736,40116 CAIXA DE FERRAMENTAS 40 X 20 X 17 UN MARCON 5,000 79,0000 395,00117 CAIXA DE FERRAMENTAS 40 X 20 X 21 UN MARCON 5,000 93,5000 467,50118 CAIXA DE LUZ 4x2 EM PVC, ANTICHAMA, NA COR PRETA UN KRONA 269,000 0,7500 201,75119 CAL PARA PINTURA 8 KG UN ITABRANCA 205,000 12,0000 2.460,00121 CAP ESGOTO 100 MM UN KRONA 313,000 5,1300 1.605,69122 CAP ESGOTO 40MM UN KRONA 440,000 2,3000 1.012,00124 * CAP SOLD 60 MM UN KRONA 370,000 7,2000 2.664,00125 CAP SOLDAVEL 20MM UN KRONA 785,000 0,7400 580,90126 CAP SOLDAVEL 25MM UN KRONA 965,000 0,6900 665,85127 CAP SOLDAVEL 50MM UN KRONA 340,000 3,4400 1. 169,60128 CAPA DE CHUVA PVC 1,50 MT UN KRONA 99,000 14,3000 1.415,70ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 4/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN129 CAPS - PVC, ROSCAVEL DE 3/4 UN KRONA 395,000 1,2400 489,80130 CAPS - PVC, ROSCAVEL, DE 1/2 UN KRONA 385,000 0,6700 257,95131 CARRO DE MAO - EM FERRO, PNEU MACICO UN MAESTRO 10,000 130,0000 1. 300,00132 CAVADEIRA ART DE BICO 1,50 MT UN RAMADA 18,000 42,0000 756,00133 CAVALETE PARA HIDROMETRO - PLASTICO UN AAGUA 332,000 33,9000 11.254,80138 CHAVE DE FENDA 1/4 X 6 UN LOYAL 25,000 6,5000 162,50139 CHAVE DE FENDA 5/16 X 8 UN LOYAL 25,000 8,7000 217,50141 CHAVE GRIFO 12 UN BRASFORT 8,000 38,7000 309,60142 CHAVE GRIFO 8 UN BRASFORT 8,000 18,5000 148,00143 CHUVEIRO - BRACO EM PLASTICO 4 COM HAST UN SINTEX 36,000 8,8000 316,80145 COLA - EM BISNAGA COM 3G, SECAGEM INSTATANEA77 UN TECKBOND 153,000 5,0000 765,00146 COLA PVC 1756 C/ PINCEL UN SILOC 185,000 10,7000 1.979,50147 COLA PVC 75 G UN SILOC 399,000 3,9700 1.584,03148 COLAR DE TOMADA 110 X 3/4 UN KRONA 307,000 6,6000 2.026,20150 COLAR TOMADA C/ TRAVA 60 X 1/2 UN KRONA 305,000 9,5000 2.897,50151 COLAR TOMADA C/TRAVA 60 X 3/4 UN KRONA 300,000 10,2900 3.087,00153 * COLUNA P/ LAVATORIO UN LOGASA 29,000 47,2000 1.368,80158 CORANTE PARA TINTA COR DIVERSA BISNAGA 50ML UN XADREZ 210,000 3,4800 730,80161 * CURVA - 90 GRAUS,EM PVC, SOLDAVEL, 40MM UN KRONA 380,000 5,6000 2.128,00162 CURVA - 90 PVC, SOLDAVEL,COM DIAMETRO DE 20MM UN KRONA 375,000 1,9900 746,25165 CURVA PVC P/ELETRODUTO 135 UN KRONA 221,000 4,8000 1.060,80166 DISCO DE CORTE METAL 4.1/2 UN MELF 115,000 3,5700 410,55167 DISCO DE CORTE - METAL, COM 4.1/2 X 7/8 UN MELF 133,000 3,8600 513,38168 DISCO DE CORTE 7´´ 7/87 UN MELF 154,000 4,9500 762,30179 DOBRADIÇA GALVA 850 X 32/2 C/3 UN MERKEL 125,000 8,9900 1.123,75180 ELETRODO 2,5 DE FERRO COMUM, PARA SOLDAGEM KG VONDER 48,000 8,6000 412,80181 ELETRODO 3,25 DE FERRO COMUM, PARA SOLDAGEM KG VONDER 56,000 16,5000 924,00182 ENGATE FLEXIVEL 40 CM UN KRONA 265,000 4,0000 1. 060,00183 * ENXADA 2,5 L C 150 CM UN PARABONI 32,000 28,0000 896,00184 ESPUDE PARA VASO COMUM UN USE 54,000 2,5000 135,00185 ESPUMA - ,EXPANSIVA,PARA VEDACAO 500 ML UN WORKER 43,000 17,7000 761,10186 ESTOPA BRANCA150 G UN VAPT 100,000 2,3600 236,00187 FACAO - EM FERRO, TAMANHO: 16 POLEGADAS UN PARABONI 16,000 20,5000 328,00188 FECHADURA 1301B 502/03 UN SOPRANO 73,000 44,0000 3.212,00189 * FIO DE NYLON P/ ROCADEIRA 2,00 MM M WORKER 205,000 0,4800 98,40190 FIO ELETRICO PARALELO 2 X 2,5MM M MEGA CAMPO 1.845,000 1,6300 3. 007,35191 FIO PARALELO 2 X 1,5 M MEGA CAMPO 1.620,000 0,9000 1.458,00192 FIO SOLIDO 1,5MM PRETO M MEGA CAMPO 1.990,000 0,8000 1.592,00194 FIO SOLIDO 2,5MM M MEGA CAMPO 2.160,000 1,0500 2.268,00195 FIO SOLIDO 4 MM M MEGA CAMPO 1.990,000 1,9800 3.940,20196 FIO SOLIDO 6 MM M MEGA CAMPO 1.720,000 2,4800 4.265,60197 * FITA P/MARCAÇÃO ZEBRADA UN PLASTICOR 136,000 9,0000 1.224,00199 * FITA CREPE 18X50 UN AFA 115,000 3,0000 345,00200 FITA CREPE 48 X 50 MT UN AFA 145,000 9,0000 1. 305,00201 FITA DUPLA FACE 12 X2 UN VONDER 156,000 8,0000 1. 248,00202 FITA EMPAC TRANSPARENTE 48 X 40MT UN AFA 168,000 5,0000 840,00203 FITA ISOLANTE 10M UN AFA 161,000 3,0000 483,00204 FITA ISOLANTE 20MT UN AFA 146,000 3,8500 562,10206 FITA MULTIUSO 48 X 10 UN AFA 107,000 9,0000 963,00207 FITA VEDAROSCA - FITA VEDA ROSCA 18 X 25 M UN GOL 160,000 3,6000 576,00208 FIXADOR PARA CAL 150ML UN GLOBOFIX 280,000 1,6000 448,00209 * FOICE ROÇADEIRA 32MM UN PARABONI 28,000 17,9000 501,20210 FORRO - DE PVC 08 X 20 X 5.0 MT2 CUIABA PVC 1.370,000 16,4400 22.522,80ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 5/14Processo Nº.: 38/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN212 GROSA PARA MADEIRA Nº 10 UN TRAMONTINA 10,000 38,5000 385,00215 INTERRUPTOR - DE EMBUTIR, 10A, 1 SECAO LUX UN ILUMI 355,000 6,2900 2.232,95216 INTERRUPTOR - DE EMBUTIR, 2 SECOES, COM TOMADA LUX UN ILUMI 395,000 14,0000 5.530,00217 INTERRUPTOR EMBUTIR 1 SECAO, COM TOMADA LUX UN ILUMI 200,000 6,5000 1. 300,00218 JANELA EXTR . PREM G ELO 150 X 100 UN AÇOFER 22,000 242,0000 5.324,00219 JOELHO 100 X 45 DE ESGOTO EM PVC UN KRONA 450,000 5,2000 2.340,00222 JOELHO 40 X 90 DE ESGOTO EM PVC UN KRONA 548,000 1,1000 602,80223 JOELHO 50 X 45 DE ESGOTO EM PVC UN KRONA 600,000 2,2900 1.374,00224 JOELHO 50 X 90 DE ESGOTO EM PVC UN KRONA 550,000 1,8000 990,00225 JOELHO 75 X 90 DE ESGOTO EM PVC UN KRONA 700,000 3,5900 2.513,00226 JOELHO ESG 45 X 150MM UN KRONA 255,000 29,4000 7.497,00227 JOELHO ESG 90 X 150 UN KRONA 245,000 27,3000 6.688,50228 JOELHO ESG 90 X 40 UN KRONA 580,000 1,2000 696,00229 JOELHO ESG 90 X 50 UN KRONA 585,000 2,2000 1.287,00230 JOELHO ESG 90 X 75 UN KRONA 100,000 4,2000 420,00231 JOELHO ESGO 100MM UN KRONA 380,000 4,5000 1.710,00232 JOELHO ESGO 45 X 50MM UN KRONA 50,000 3,2400 162,00233 JOELHO ESGO 45 X 75MM UN KRONA 250,000 4,5000 1.125,00234 JOELHO ESGOTO 45 X 100 UN KRONA 50,000 11,0000 550,00238 JOELHO SOLD 25 1/2 UN KRO-

NA 665,000 1,2200 811,30239 JOELHO SOLD 25 3/4 UN KRONA 1. 245,000 1,8400 2.290,80240 JOELHO SOLD 25 X 3/4 LR UN KRONA 2.460,000 1,1900 2.927,40242 JOELHO SOLD 45 X 25 UN KRONA 1. 145,000 0,9900 1.133,55244 JOELHO SOLD 90 X 20 MM UN KRONA 1. 380,000 0,6900 952,20245 JOELHO SOLD 90 X 25 MM UN KRONA 1. 410,000 0,8700 1.226,70246 JOELHO SOLD 90 X 32 MM UN KRONA 1. 230,000 1,7900 2.201,70247 JOELHO SOLD 90 X 50 MM UN KRONA 1. 115,000 7,2000 8.028,00249 JOELHO SOLD RED 25 X 20 UN KRONA 1.460,000 1,2000 1.752,00250 JOELHO SOLD/ROSC 25 X 1/2 UN KRONA 2.035,000 1,2400 2.523,40251 LAMINA DE SERRA 12X24 EM ACO RAPIDO UN LENOX 81,000 5,0400 408,24252 LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA, 20W/220V UN FLC 146,000 11,8500 1.730,10253 LAMPADA FLUORESCENTE - COMPACTA, 45W/220V UN FLC 166,000 28,0000 4.648,00254 LAMPADA FLUORESCENTE 60W 220 UN FLC 176,000 58,4000 10.278,40255 LAVATORIO SANITARIO UN LOGASA 27,000 82,6000 2.230,20256 LIMA CHATA UN BELOTA 60,000 14,4000 864,00257 LIXA - DE FERRO GRAO 150 UN TATU 740,000 1,7000 1.258,00258 LIXA DAAGUA GRAO 150 UN TATU 720,000 1,1500 828,00259 LIXA PARA MASSA GRAO 60 UN TATU 2.020,000 0,8600 1.737,20260 LONA PRETA 8 METRO DE LARGURA ML NORTENE 343,000 3,5200 1.207,36261 LONA PRETA 2 FACE 8 MT DE LARGURA ML NORTENE 300,000 11,0000 3.300,00262 LUVA CORRER ESGOTO 100 MM UN KRONA 50,000 20,4000 1.020,00264 LUVA DE CORRER SOLDAVEL 50 MM UN KRONA 415,000 20,4000 8.466,00265 LUVA DE ESGOTO 40 X 40 UN KRONA 930,000 1,6900 1.571,70267 LUVA ESGOTO 40 MM UN KRONA 100,000 1,4500 145,00268 LUVA ESGOTO 75 MM UN KRONA 100,000 4,0900 409,00269 LUVA ROSCAVEL 1.1/2 UN KRONA 355,000 5,0400 1.789,20270 LUVA ROSCAVEL 2´´ UN KRONA 100,000 11,6000 1.160,00271 LUVA SOLD 25 MM UN KRONA 1.650,000 0,6900 1.138,50272 LUVA SOLD ROSC 25X3/4 UN KRONA 1.190,000 1,3000 1.547,00273 LUVA SOLDAVEL 20 MM UN KRONA 1.310,000 0,6900 903,90274 LUVA SOLDAVEL 32 MM UN KRONA 930,000 1,5200 1.413,60275 LUVA SOLDAVEL 40 MM UN KRONA 710,000 2,5000 1. 775,00276 LUVA SOLDAVEL 50 MM UN KRONA 100,000 2,7000 270,00ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 6/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN277 LUVA SOLDAVEL 60 MM UN KRONA 690,000 9,6000 6.624,00278 LUVA SOLDAVEL CORRER 20 MM UN KRONA 580,000 5,1900 3.010,20279 LUVA SOLDAVEL CORRER 25 MM UN KRONA 605,000 8,3000 5.021,50280 LUVA SOLDAVEL DE REDUÇAO 32 X 25 UN KRONA 350,000 2,0900 731,50281 * LUVA SOLDAVEL LR 20X1/2 UN KRONA 940,000 0,9900 930,60282 * LUVA SOLDAVEL LR 25X3/4 UN KRONA 1.060,000 1,9800 2.098,80283 LUVA SOLDAVEL RED 25 X 20 UN KRONA 670,000 1,2900 864,30284 LUVAS RASPA CANO MEDIO UN LUMA 310,000 10,4900 3.251,90285 MACHADO GRANDE 2X UN PARABONI 10,000 67,0000 670,00286 MANGUEIRA - DOMESTICA, TRANSPARENTE, 1/2MM ML MANTAC 400,000 1,7900 716,00287 MANGUEIRA - DOMESTICA, TRANSPARENTE, 3/ 4MM ML MANTAC 415,000 2,9000 1.203,50288 MANGUEIRA - TIPO DE NIVEL, EM PLASTICO TRANSPA DIAME UN MANTAC 165,000 0,9400 155,105/16289 MANGUEIRA CORRUGADA 25MM ML KRONA 462,000 1,0400 480,48292 MANGUEIRA PRETA 1/2 M ECO2000 1.310,000 1,1100 1.454,10293 MANGUEIRA PRETA 3/4 ML ECO2000 1.370,000 1,3700 1.876,90296 MARRETA COM CABO 0.5 KG UN RIO CLARO 10,000 13,1000 131,00297 * MARRETA COM CABO 1.0 KG UN RIO CLARO 9,000 15,9000 143,10298 MARTELO - DE UNHA 23 MM UN PARABONI 11,000 17,8000 195,80300 MASSA CORRIDA - BASE ACRILICA, NA COR BRANCA 3,6 UN NEOVINIL 50,000 25,0000 1.250,00301 MASSA CORRIDA - BASE PVA, NA COR BRANCA 28KG UN NEOVINIL 50,000 30,0000 1.500,00302 MASSA CORRIDA - BASE PVA, NA COR BRANCA 3,6 L UN NEOVINIL 60,000 19,0000 1.140,00303 MASSA PARA CALAFETAR - DE EPOXI 350 CINZA UN KRONA 50,000 8,8000 440,00304 MASSA PLASTICA 1KG UN CARPLAST 55,000 9,0000 495,00305 PA DE BICO Nº4 SEM CABO UN PARABONI 23,000 21,0000 483,00306 PARAFUSO P/ TELHA COM VEDANTE 5/16 X 110 UN JOMARCA 1.435,000 0,7200 1.033,20307 PARAFUSO PARA VASO BUCHA N10 UN JOMARCA 101,000 1,7000 171,70308 PARAFUSO ROSC SOBERBA 5/16 X 90 UN JOMARCA 550,000 1,0000 550,00310 PICARETA PONTA E PE ESTREITA UN PARABONI 9,000 50,7000 456,30311 PINO TRES SAIDAS 2P 10A UN ILUMI 405,000 4,1700 1.688,85313 PLUG EM PVC - DE PVC, DE 1/2¨, TIPO ROSCAVEL UN KRONA 865,000 0,7000 605,50314 PLUG EM PVC - DE PVC, DE 3/4¨, TIPO ROSCAVEL UN KRONA 860,000 0,7000 602,00315 PLUG TIPO FEMEA 2 PINOS CILINDRICOS,PARA VOLTAGEM UN ILUMI 315,000 6,5000 2. 047,50250V,10316 PLUG TIPO MACHO 2 PINOS CILINDRICOS,PARA VOLTAGEM UN ILUMI 110,000 3,8500 423,50250V,10317 PNEU P/ CARRO DE MAO 3.25 - 8, UN AJAX 8,000 24,5000 196,00325 PORTA LISA SEMI OCA 210 X 80 UN MT MADEIRAS 38,000 97,6600 3.711,08326 PORTA SANFONADA 2.10 X 84 CINZA UN POLIFORT 38,000 88,0000 3.344,00327 PORTA VENEZIANA 212 X 85 DIREITA DE AÇO UN AÇOFER 20,000 214,0000 4.280,00328 PREGO 10 X 10 500 GRAMAS UN MORLAN 131,000 9,1200 1.194,72329 PREGO 12 X 12 C/ CABEÇA 1KG UN MORLAN 181,000 10,4200 1.886,02330 PREGO 15 X 15 C/ CABEÇA 1 KG UN MORLAN 286,000 9,2700 2.651,22331 PREGO 18 X 24 C/ CABEÇA UN MORLAN 291,000 9,0000 2.619,00332 PREGO 19 X 36 C/ CABEÇA 1 KG UN MORLAN 381,000 9,0900 3.463,29333 PREGO 22 X 42 C/CABEÇA 1 KG UN MORLAN 161,000 9,1900 1.479,59334 * PREGO 25X72 C/ CABEÇA 1KG UN MORLAN 163,000 11,0000 1.793,00335 PREGO 26 X 84 C/CABEÇA 1 KG UN GERDAU 163,000 12,0400 1. 962,52336 PREGO P/ TELHA 18 X 30 C 60 PEÇAS UN MORLAN 434,000 12,0000 5.208,00337 RASTELO - EM FERRO, COM TAMANHO MEDIO UN PARABONI 59,000 13,0000 767,00338 REBITADOR MANUAL 4 BICOS UN THOMPSOM 1,000 20,8600 20,86339 REDUÇAO 100 X 50MM BUCHA UN KRONA 373,000 6,5400 2.439,42340 REDUÇAO DE ESGOTO 100X75 UN KRONA 338,000 6,5400 2.210,52341 REDUÇAO DE ESGOTO 150X100 UN KRONA 160,000 19,2000 3.072,00ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 7/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN342 * REDUÇÃO ESGOTO 200X100 UN KRONA 175,000 26,5000 4.637,50343 REGISTRO DE ESFERA SOLD 25 MM UN KRONA 407,000 6,6000 2.686,20344 REGISTRO DE ESFERA SOLD 50 MM UN KRONA 292,000 13,8000 4.029,60345 REGISTRO DE PRESSAO - EM PVC SOLDAVEL,DN 25 MM UN KRONA 292,000 8,0000 2. 336,00346 * REGISTRO DE ROSCA INT 3/4 UN KRONA 144,000 6,2900 905,76347 REGISTRO ESFERA DENTADA 1/2 UN KRONA 269,000 5,7900 1.557,51348 * REGISTRO ESFERA DENTADA 3/4 UN KRONA 269,000 6,9400 1.866,86349 REGISTRO ESFERA 32 MM UN KRONA 204,000 15,0000 3.060,00350 REGISTRO ESFERA 50 MM UN KRONA 199,000 17,3000 3.442,70351 REGISTRO ESFERA C/ROSCA 3/4 MM UN KRONA 269,000 7,1900 1.934,11352 REGISTRO ESFERA C/ UNIAO DENTADA 1 UN KRONA 267,000 15,0000 4.005,00353 REGISTRO ESFERA ROSCA 1.1/2¨COR MARROM UN KRONA 329,000 19,3000 6. 349,70354 REGISTRO ESFERA ROSCA 1.1/4¨COR MARROM UN KRONA 229,000 17,6200 4.034,98355 REGISTRO ESFERA ROSCA 1¨COR MARROM UN KRONA 334,000 14,9000 4.976,60356 REGISTRO ESFERA SOLD 40MM UN KRONA 174,000 15,9400 2.773,56357 REGISTRO ESFERA SOLD 60MM UN KRONA 214,000 55,0000 11.770,00358 REGISTRO ESFERA SOLDA 20MM UN KRONA 155,000 6,0000 930,00359 REGISTRO ESFERA VAZAO TOTAL 1/2 UN THOMPSOM 173,000 7,4400 1.287,12361 REGISTRO ESFERA VAZAO TOTAL 11/4 UN THOMPSOM 168,000 38,4900 6.466,32362 REGISTRO ESFERA VAZAO TOTAL 2 UN THOMPSOM 168,000 82,5700 13.871,76363 REGISTRO ESFERA VAZAO TOTAL 3/4 UN THOMPSOM 168,000 10,5100 1. 765,68364 REJUNTE FLEXIVEL MARROM TABACO UN REJUNTA MAIS

640,000 5,0000 3.200,00366 RODAFORRO - DO TIPO PVC EM FORMA DE U, 6M ML CUIABA PVC 250,000 14,2100 3.552,50367 ROLO DE LA PARA PINTURA - EM LA DE CARNEIRO, DE 15CM UN COMPEL 41,000 9,7200 398,52368 ROLO DE LA PARA PINTURA - EM LA DE CARNEIRO, DE 23CM UN COMPEL 41,000 9,2600 379,66369 ROLO DE LA PARA PINTURA - EM LA DE CARNEIRO, DE 9 CM UN COMPEL 40,000 5,9700 238,80370 ROLO DE LA PARA PINTURA - EM LA GRANDE UN COMPEL 41,000 25,0000 1.025,00371 ROLO PARA PINTURA - DE ESPUMA, DE 15CM UN COMPEL 41,000 3,1400 128,74372 ROLO PARA PINTURA - DE ESPUMA, DE 9 CM UN COMPEL 41,000 3,2400 132,84373 ROLO PARA PINTURA - DE ESPUMA,DE 23CM UN COMPEL 45,000 8,2500 371,25374 SELADORA ACRILICA 18L UN NEOVINIL 30,000 82,5000 2. 475,00376 SIFAO - SANFONADO, PARA PIA, PLASTICO, UNIVERSAL UN PLASBOHN 86,000 5,1000 438,60377 SOQUETE - DE PORCELANA, PARA LAMPADA UN DECORLUX 181,000 3,0500 552,05378 SPUD SANFONADO P/VASO SANITARIO 40MM UN USE 75,000 2,5000 187,50379 SUPORTE PARA ROLO TIPO GAIOLA UN USE 49,000 6,8000 333,20381 TEE DE ESGOTO 100 X 50 UN KRONA 513,000 7,6700 3.934,71382 TEE ESGOTO 100 MM PRIMARIO UN KRONA 395,000 7,7400 3.057,30383 TEE ESGOTO 150 MM UN KRONA 20,000 23,9000 478,00384 TEE ESGOTO 40 MM UN KRONA 663,000 2,1100 1. 398,93385 TEE ESGOTO 50 MM UN KRONA 654,000 3,9200 2. 563,68386 TEE ESGOTO 50 X 50 UN KRONA 430,000 4,0000 1. 720,00387 TEE ESGOTO 75 MM UN KRONA 479,000 9,2400 4. 425,96388 TEE ESGOTO RED 100 X 75MM UN KRONA 85,000 9,1400 776,90389 TEE ESGOTO RED 75 X 50 MM UN KRONA 454,000 6,9400 3.150,76390 TEE SOLD 20 X 1/2 UN KRONA 1.520,000 1,3000 1. 976,00391 TEE SOLD 20MM UN KRONA 1.210,000 0,9700 1.173,70392 TEE SOLD 25 MM UN KRONA 1.570,000 0,6000 942,00393 TEE SOLD 32 MM UN KRONA 940,000 1,8900 1.776,60394 TEE SOLD 40 MM UN KRONA 910,000 4,5200 4.113,20395 TEE SOLD 50 MM UN KRONA 880,000 4,8200 4.241,60396 TEE SOLD 60 MM UN KRONA 535,000 21,9900 11.764,65397 TEE SOLD C/B LATAO 25 X 1/2 UN KRONA 655,000 4,0900 2.678,95398 TEE SOLD RED 25 X 20 MM UN KRONA 1.095,000 2,5400 2.781,30ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 8/14Processo Nº.: 38/ 2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017Item Especificação Unid Marca Quantidade Preço Unitário Preço TotalFornecedor: 212992 - MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMEN399 TEE SOLD RED32 X 25 UN KRONA 735,000 3,9900 2.932,65400 TEE SOLD ROSC 25 X 1/2 UN KRONA 960,000 2,5000 2.400,00401 TEE SOLD ROSC 25 X 3/4 UN KRONA 940,000 2,2900 2.152,60408 TESOURA MANUAL DE PODA UTILIZADA PARA PODAR UN THOMPSOM 10,000 25,0000 250,00GALHOS FINOS409 TEXTURATO 25 KG BRANCO RUSTICO UN NEOVINIL 157,000 74,9000 11.759,30411 THINNER USO GERAL 7300 900ML UN GOL 100,000 10,6700 1.067,00413 TINTA ACRILICA LATAO 18 L UN NEOVINIL 98,000 99,4000 9.741,20414 TINTA ESMALTE RAPIDO 3600ML UN BRASILUX 143,000 61,5000 8.794,50415 TINTA ESMALTE RAPIDO 900ML UN BRASILUX 173,000 18,4900 3.198,77416 TINTA PARA TEXTURA CLASSIC 18 L BRANCA UN NEOVINIL 187,000 100,0000 18.700,00417 TOMADA 1 ENTRADA 2P + T LUX 10 A/250V UN ILUMI 300,000 6,9000 2.070,00418 TOMADA PARA TELEFONE LUXP 4P + RJ11 UN ILUMI 166,000 7,9900 1.326,34419 TORNEIRA - DE METAL, (3/4), PARA JARDIM UN THOMPSOM 100,000 10,0000 1.000,00420 TORNEIRA - DE METAL, 1/2¨, PARA JARDIM UN THOMPSOM 145,000 10,0000 1.450,00421 TORNEIRA - DE METAL, 3/4 UN THOMPSOM 127,000 10,0000 1.270,00422 TORNEIRA - DE PVC, 3/4, PARA LAVATORIO UN HERC 80,000 4,5000 360,00423 TORNEIRA PLASTICA - EM PVC, DO TIPO ROSCA PARA UN HERC 163,000 5,0000 815,00BALCAO, DE 3/4 POLEGADAS426 TRINCHA COM LARGURA DE 1¨, COM CERDA COR PRETA, UN COMPEL 78,000 2,0900 163,02COM CABO DE MADEIRA427 TRINCHA - TIPO DUPLA, COM LARGURA DE 1 1/2¨, COM UN COMPEL 73,000 3,6500 266,45CERDA COR PRETA, COM CABO DE MADEIRA428 TRINCHA - TIPO SIMPLES, COM LARGURA DE 3/ 4 POLEGADA UN COMPEL 80,000 1,7900 143,2019MM, COM CERDA COR PRETA,429 TRINCHA - TIPO SIMPLES, COM LARGURA DE 2¨, COM CERDA UN COMPEL 80,000 3,9900 319,20COR PRETA, COM CABO DE MADEIRA431 TUBO - TUBO EM PVC PARA ESGOTO, 75MM, 6M UN MAIS PVC 260,000 36,9900 9.617,40432 TUBO DE ESGOTO DN 50 BARRA DE 6MT UN MAIS PVC 445,000 30,2400 13.456,80433 TUBO DE ESGOTO DN100 BARRA DE 6MT UN MAIS PVC 355,000 45,5900 16.184,45434 TUBO DE ESGOTO DN40 BARRA DE 6MT UN MAIS PVC 445,000 18,6900 8.317,05436 TUBO SOLDAVEL 20MM BARRA 6 MT UN MAIS PVC 865,000 11,7400 10.155,10437 TUBO SOLDAVEL 25MM BARRA 6 MT UN MAIS PVC 1.120,000 13,2400 14.828,80438 TUBO SOLDAVEL 50MM BARRA 6 MT UN MAIS PVC 545,000 44,5000 24.252,50443 UNIAO INTERNA 1/2 UN REBOUÇAS 325,000 0,7000 227,50444 UNIAO INTERNA 3/4 UN REBOUÇAS 330,000 0,9000 297,00445 UNIAO SOLD 20MM UN KRONA 480,000 2,5200 1.209,60446 UNIAO SOLD 25MM UN KRONA 700,000 5,9000 4.130,00447 UNIAO SOLD 32MM UN KRONA 380,000 6,5000 2.470,00448 UNIAO SOLD 40MM UN KRONA 350,000 14,8600 5.201,00453 VEDA CALHA ALUMINIO 280 ML UN POWERVED 101,000 14,0000 1.414,00461 VERNIZ COPAL 900 ML UN BRASILUX 38,000 24,0000 912,00462 VERNIZ MOGNO 3600 ML UN BRASILUX 59,000 69,7000 4.112,30463 VERNIZ TING MOGNO 3600 ML UN BRASILUX 27,000 24,0000 648,00464 VERNIZ TING MOGNO 900 ML UN BRASILUX 62,000 22,0900 1.369,58465 VITRO GER BRONZE 40 X 60 UN AÇOFER 22,000 59,9000 1.317,80466 ADAP ROSC FL 1. 1/2 UN KRONA 300,000 16,0000 4.800,00467 CAVADEIRAS 1,20 cm UN PARABONI 25,000 50,0000 1.250,00468 LUVA SOLD 20MM UN KRONA 900,000 0,8000 720,00469 REGISTRO ESFERA 25 MM UN KRONA 384,000 6,7000 2.572,80ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 9/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DEPREÇOS3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, aseventuais prorrogações.3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios erespectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando maisvantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando aorestabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Leinº 8.666, de 1993.2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita pormeio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços defabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob penade indeferimento do pedido.2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis paralevantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior,devidamente justificado no processo.2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderáoptar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao

fornecedor de primeiro menorpreço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessáriasnegociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e suaadequação ao praticado no mercado;b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; ec) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmenteassumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas assituações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8. 666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutençãodo preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designadospelo órgão gerenciador;b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à épocada licitação, sendo registrado o de menor valor.2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada aanuência das partes.2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso defornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação daspenalidades.ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 10/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgãogerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outroinstrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com ospreços registrados, obedecida a ordem de classificação.4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriorese demais normas cabíveis.4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisiçõespor meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participadodo certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES5.1. Compete ao Órgão Gestor:5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação,denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixadodo valor máximo a ser pago pela Administração.5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicaráos fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a seremfornecidos.5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhefacultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário doRegistro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município,observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas paraatendimento dos órgãos usuários.5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamentejustificado no processo;5.1.6. Emitir a autorização de compra;5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outrosmeios permitidos pela legislação;5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normasestabelecidas no edital;5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusiveencaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 11/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/20175.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada naproposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), emfunção do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demaissituações;5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação equalificação exigidas na licitação;5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte equatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda destaAta, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pelaAdministração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro poroutros meios facultados na legislação relativa às licitações.5.3. 9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objetode registro de preços.5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registradose, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Re-

gistro de Preços quando:6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com aadministração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a atade registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se ocomprovante ao expediente que deu origem ao registro.6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultadaa esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditórioe a ampla defesa.6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamentesubsequente.ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 12/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador,dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura doresponsável.7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na formaestabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata deRegistro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar ofato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordemde Fornecimento.7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro,mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em localem que esta indicar.7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data derecebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, noprazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinaçõesdeste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, eassim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro juntoa Ata cancelado.7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificaçõesdescritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidasespecificações.7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejamadequados para o uso.7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local daentrega.7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimode 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presenteAta, correrão por conta exclusiva da contratada.CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis,contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente,conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para como sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias,passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura oucréditos existentes em favor da fornecedora.8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 13/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993.9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se odisposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuáriosda Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente,observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata,garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota deempenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;b) cancelamento do preço registrado;c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão

ser aplicadas cumulativamente.11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:a) advertência, por escrito, nas falta leves;b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelofornecedor;c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes dapunição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstasnas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Leinº 8.666, de 1993.11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com aadministração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa,não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensãotemporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultadaa ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízoscausados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado danotificação.11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.ESTADO DO MATO GROSSOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CASCALHEIRAPágina: 14/14Processo Nº.: 38/2017PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixoassinadas.Empresas Participantes:Ribeirão Cascalheira,8 de Janeiro de 2018. _____REYNALDO FONSECA DINIZPREFEITO MUNICIPALD M DA HORA- ME CNPJ: 08.233.432/0001-54 _____777777MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMCENNPJ: 14.888.303/0001-05 _____777777

## AVISO DE RESULTADO

**AVISO DE RESULTADO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017**

**SRP**

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Construção e Hidráulicos em geral, sagrou-se vencedora do certame a empresa: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA EPP CNPJ: 14.888.303/0001-05.

Ribeirão Cascalheira, 08 de janeiro de 2018.

**Luzinete Martins Ferreira**

Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

**PREVIRB**
**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIRB QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 039/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**VALE DO CABAÇAL**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIRB**

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 039/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE RIO BRANCO – PREVIRB,** com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 14.699.999/0001-13 situado na Avenida das Cerejeiras, n°90, Bairro Centro, Rio Branco/MT, representado neste ato pela **Sra. Rosa Maria de Jesus,** *brasileira, portadora do CPF nº 535.337.631-53 e do RG* nº 828.826 SSP/MT, Secretária Municipal de Planejamento, residente e domiciliada no Município Rio Branco/MT, doravante denominado **CONTRATANTE,**

**Considerando** o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 039/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rio Branco – PREVIRB e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.,termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

**Considerando** que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVIRB relativo ao exercício financeiro de 2017 foi de R$ 7.105.659,17 (sete milhões, cento e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos), **RESOLVE** modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 038/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem como objeto reajustar o ***preço*** do Termo de Vinculação n.º 039/2013 praticado em dezembro de 2017, que fica reajustado para R$ 111.914,13 (cento e onze mil, novecentos e quatorze reais e treze centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 9.326,18 (nove mil, trezentos e vinte e seis reais e dezoito centavos), referente a 1,575% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVIRB relativo ao exercício financeiro de 2017 a razão de R$ 7.105.659,17 (sete milhões, cento e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos), a partir de 01.01.2018, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 039/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O PREVIRB providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Rio Branco/MT, 26 de janeiro de 2018.

***FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE RIO BRANCO – PREVIRB***

Rosa Maria de Jesus

**CONTRATANTE**

---

**PREVIRB**
**DECRETO N.º 11/2018 "DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**VALE DO CABAÇAL**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIRB**

**DECRETO N.º 11/2018**

**"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Rio Branco-MT, e dá outras providências."**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal**, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF n.° 15, de 16 de janeiro de 2018,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rio Branco-MT, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2018, em **2,07%** (dois inteiros e sete centésimos por cento).

**§ 1º.** Para os benefícios concedidos pelo PREVIRB a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos cinquenta e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo PREVIRB anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Branco/MT, 26 de Janeiro de 2018.

_____

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2018**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| Até Janeiro de 2017 | **2,07** |
| em fevereiro de 2017 | **1,64** |
| em março de 2017 | **1,40** |
| em abril de 2017 | **1,07** |
| em maio de 2017 | **0,99** |
| em junho de 2017 | **0,63** |
| em julho de 2017 | **0,93** |
| em agosto de 2017 | **0,76** |
| em setembro de 2017 | **0,79** |
| em outubro de 2017 | **0,81** |
| em novembro de 2017 | **0,44** |
| em dezembro de 2017 | **0,26** |

---

**PREVIRB**
**DECRETO Nº 09 DE 26 DE JANEIRO DE 2018. "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**VALE DO CABAÇAL**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIRB**

**DECRETO Nº 09 DE 26 DE Janeiro DE 2018.**

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO** , Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 733, de 15 de dezembro de 2017;

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 129.000,00 (Cento e vinte nove mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

0002 – PREVIRB

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2009 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R$ 119.000,00

4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....R$ 10.000,00

**TOTAL .....R$ 129.000,00**

**Art. 2º** A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

0005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

0002 – PREVIRB

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

**2009 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PREVIRB**

3.3.93.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA .....R$ 119.000,00

**2012 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

9.9.99.99.00.00 –RESERVA DE CONTINGÊNCIA ..... .....R$ 10.000,00

**TOTAL..... .....R$ 129.000,00**

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, em _____ de Janeiro de 2018.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO

**Prefeito Municipal**

**PREVIRB**
**DECRETO N.° 10/2018 "DISPÕE SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1O DE JANEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**

**VALE DO CABAÇAL**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVIRB**

**DECRETO N.° 10/2018**

**"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências."**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

Considerando a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018, edita o seguinte **DECRETO**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Rio Branco será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREVIRB.

**Art. 3°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I -** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

**II -** R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 4º.** O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Art. 5°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Branco/MT, 26 de Janeiro de 2. 018.

_____

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2498-2018 NOMEIA -ISAC KIM KIM ZORO**

**PORTARIA Nº. 01.2498/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- **ISAC KIM KIM ZORÓ** no cargo em comissão de Assessor Nível III,CDS-1.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – **ISAC KIM KIM ZORÓ** no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL III, CDS-1, junto do GABINETE DO PREFEITO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2497-2018 NOMEIA MARCELO ANDRE NEIVA**

**PORTARIA Nº. 01.2497/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- MARCELO ANDRE NEIVA no cargo em comissão de Diretor de Divisão de Programas de Gestão Escolar – CDS-3.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – *MARCELO ANDRE N EIVA n*o cargo em comissão de *DIRETOR DE DIVISÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO ESCOLAR, CDS-3,* junto da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2496-2018 NOMEIA - ALEXANDRE XIWELIKIT ZORO**

**PORTARIA Nº. 01.2496/GP/PMR/18**

**DE 09 DE janeiro DE 2018**

*Nomeia- ALEXANDRE XIWELIKIT ZORO no cargo em comissão de Diretor de Divisão de Alfabetização de Jovens e ADULTOS – CDS-3.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – *ALEXANDRE XIWELIKIT ZORO n*o cargo em comissão de *DIRETOR DE DIVISÃO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CDS-3* junto da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2495-2018 NOMEIA - ASSIS YASSANI CHEREBOMBAL GAVIÃO**

**PORTARIA Nº. 01.2495/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- ASSIS YASSANI CHEREBOMBAL GAVIÃO no cargo em comissão de Diretor de Divisão de Educação Infantil – CDS-2.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – *ASSIS YASSANI CHEREBOMBAL GAVIÃO n*o cargo em comissão de *DIRETOR DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CDS-2* junto da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**CHEFE DE GABINETE**
**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)**

**Proc. nº 010/2018.**

**Pregão Presencial nº 009/2018**

**Sistema de registro de Preço**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização, Iluminação e palco, show Pirotécnico, confecção de bolo, locação de mesas com cadeiras, tendas e aquisição de materiais de consumo para realização do 20° aniversário de emancipação do Município.

Considerando opinião favorável da Procuradoria Geral do Município, em seu PARECER/GAB/PGM/2017, o mesmo opina sobre a legalidade do procedimento licitatório.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Consagrou-se vencedora do item 03 licitado a empresa : **DANIELY CORDEIRO MOURA M.E.I , CNPJ: 22.554.318/0001-57,** com a Proposta no valor total de **R$: 3.710,00** (Três mil e setecentos e dez reais), dos itens 01,02 e 10 a empresa : **LEO EVENTOS EIRELI-ME, CNPJ: 27.976.111/0001-94,** com a proposta no valor total **de R$: 35.320,00** (Trinta e cinco mil e trezentos e vinte reais ), e dos itens 04, 06,07e 08 a empresa : **PAULO HENRIQUE MONTEIRO & CIA LTDA- ME, CNPJ:05.128.000/0001-95**, com a proposta no valor total de R$:3.685,00 (Três mil e seiscentos e oitenta e cinco reais), **perfazendo um valor global da licitação de R$: 42.715,00 (Quarenta e dois mil e setecentos e quinze reais ).**

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os itens:05 e 09, tornando-os itens (fracassados) do certame, ou seja itens não adjudicados.

Com o fim de **HOMOLOGAR** a licitação PP nº 010/2018, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 25 de Janeiro de 2018.

***AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal***

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**
**ERRATA**

A Prefeitura Municipal de Rondolandia, através da Presidente da CPL comunica, para conhecimento de todos, a ERRATA do resultado de publicação referente a Inexigibilidade de Licitação de nº 001/2018, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 26 de Janeiro, Ano XIII, Nº. 2.904, Pag. 263.

**ONDE SE LÊ: Realizada no dia 11/01/2018;**

**LEIA-SE: 19/01/2018;**

As demais informações permanecem inalteradas.

Rondolândia/MT, 26 de Janeiro de 2018.

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL

**PROCURADORIA GERAL**
**DECRETO NO 1.400/GAB/PMR, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.**

**PODER EXECUTIVO**

*Designa Comissão Especial de Licitação do Município de Rondolândia-MT.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município e, especialmente ao disposto no art. 51 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores;

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Nomeia a **Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - CPLMS** para exercer as atividades licitatórias, em conformidade e prazo previsto na Lei nº 8.666/93, com os seguintes membros:

**- PRESIDENTE: KEILA TAIANE NASCIMENTO FREIRE,** CPF/MF Nº 020.807.331-09 e CI/RG nº 1814044-0 SSP/MT, servidora pública municipal, matricula nº 673.

**- SECRETÁRIO: LUCIENE SOUZA DOS SANTOS,** CPF/MF Nº 022.980. 671-633 e CI/RG Nº 000894794/RO, servidora pública municipal, matricula nº 439.

**- MEMBRO: LILIANE GUEDES SANTOS SOUZA,** CPF/MF Nº 116.933. 877-19 e CI/RG nº 2125965 SSP/ES, servidora pública municipal, matricula nº 919.

**Art. 2º -** A Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços - CPLMS, exercerá suas funções de acordo com a Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores, observados, ainda, os princípios do *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

**Art. 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

**Prefeito Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2499 -17 CONCEDE CEDÊNCIA MARIA DA PENHA ALMEIDA**

**PORTARIA Nº. 01.2499/GP/PMR/18**

**DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

*Concede a cessão de cedência do(a) servidor(a) – Maria da Penha Almeida ,matricula funcional nº 592.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXIX e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**Art. 1º NOS TERMOS do Art. 113 E SEGUINTES DA LCM nº 3, de 17/10/2007 e, CONFORME o teor do Ofício Nº.0020/GAB/PM/JP/2018;**

**RESOLVE:**

**Art. 2º -** CONCEDER A CESSÃO DE CEDENCIA DO (A) SERVIDOR(A) MUNICIPAL –MARIA DA PENHA ALMEIDAProfessora 30 horas semanais(a) matricula funcional nº 592, com efeitos a partir de 01.02.2018 à 31. 12.2018, para o cessionário **PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ-RO.**

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/02/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2494-2018 NOMEIA -CARLITO TANDAT SEREG ZORO**

**PORTARIA Nº. 01.2494/GP/PMR/18**

**DE 09 DE janeiro DE 2018**

*Nomeia- **CARLITO TANDAT SEREG ZORÓ** no cargo em comissão de Diretor de Divisão de Almoxarifado e Controle de Material,CDS-3.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – **CARLITO TANDAT SEREG ZORÓ** no cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO DE ALMOXARIFADO E CONTROLE DE MATERIAL, CDS-3, junto DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2493-2018 NOMEIA -CARLOS KÃJWET ZORO**

**PORTARIA Nº. 01.2493/GP/PMR/18**

**DE 09 DE janeiro DE 2018**

*Nomeia- **CARLOS KÃJWET ZORÓ** no cargo em comissão de Chefe de Seção de Supervisão Escolar,CDS-2.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – **CARLOS KÃJWET ZORÓ** no cargo em comissão de CHEFE DE SEÇÃO DE SUPERVISÃO ESCOLAR, CDS-2, junto da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2492-2018 NOMEIA -GLEISON BUSS**

**PORTARIA Nº. 01.2492/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- GLEISON BUSS no cargo em comissão de Diretor De Departamento Especial de Obras, CDS-06.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – GLEISON BUSS no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE OBRAS, CDS-06 junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02/01/2018.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2491-2018 NOMEIA - ITAELSON DE JESUS SOUZA**

**PORTARIA Nº. 01.2491/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- ITAELSON DE JESUS SOUZA no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE AGROPECUÁRIA – CDS-6.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – ITAELSON DE JESUS SOUZA no cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE AGROPECUÁRIA, CDS-6 junto da Secretaria De Agricultura.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**
**MAPA DE RESULTADO FINAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 14/2018.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 01/2018

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA PARA FAZER PARTE DA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DE EVENTO COMEMORATIVO DOS 20 ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO.**

**MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".**

**PESSOA FÍSICA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: Zelina Conceição Veríssimo, CPF: 652.216.211-34 e RG: 1442620 SSP/MT.**

| Item | Código TCE | UND | Quant. | Especificação | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 000280-6 | UND | 01 | CONTRATAÇÃO DE ARTISTA PARA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL DE EVENTO COMEMORATIVO DOS 20 ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICIPIO DE RONDOLANDIA-MT | R$ 7.800,00 | R$ 7.800,00 |
| **VALOR TOTAL** | | | | | | **R$ 7.800,00** |

***Obs:*** *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. nos autos do Processo 14/2018, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

**Valor Global de R$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).**

Rondolândia – MT, 26 de Janeiro de 2018.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2490-2018 NOMEIA - NATALINA**

**PORTARIA Nº. 01.2490/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- NATALINA TEIXEIRA DA SILVA no cargo em comissão ASSESSOR NÍVEL – III ,CDS-1.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – NATALINA TEIXEIRA DA SILVA no cargo em comissão de ASSESSOR NÍVEL -III, CDS-1 junto do GABINETE DO PREFEITO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2489-2018 NOMEIA -MONICA FELIX BARCELOS**

**PORTARIA Nº. 01.2489/GP/PMR/18**

**DE 09 DE janeiro DE 2018**

*Nomeia- **MÔNICA FELIX BARCELOS** no cargo em comissão de Diretor de Divisão de Auxílio Odontológico,CDS-3.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – **MÔNICA FELIX BARCELOS** no cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO DE AUXÍLIO ODONTOLÓGICO, CDS-3, junto da SECRETARIA DE SAÚDE.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2488-2018 NOMEIA -ZELIA BATISTA GALVÃO**

**PORTARIA Nº. 01.2488/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- ZELIA BATISTA GALVÃO no cargo em comissão Diretor(a) De Divisão De Apoio A Criança E Ao Adolescente,CDS-3.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – ZELIA BATISTA GALVÃO no cargo em comissão de DIRETOR(a) DE DIVISÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ,CDS-3, junto da SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2487-2018 NOMEIA -MARCIA LOPES ALVES**

**PORTARIA Nº. 01.2487/GP/PMR/18**

**DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- **MARCIA LOPES ALVES** no cargo em comissão de Diretor De Divisão De Cultura E Desporto Escolar,CDS-3.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – **MARCIA LOPES ALVES** no cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO ESCOLAR, CDS-3, junto da Secretaria De Educação.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2486-2018 NOMEIA-WESLEY SURUI**

**PORTARIA Nº. 01.2486/GP/PMR/18**

**DE 09DE JANEIRO DE 2018**

*Nomeia- **WESLEY ITABIRA NETO FLEGLER SURUI** No cargo de Coordenador De Área De Educação Indígena,CDS-6.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear – **WESLEY ITABIRA NETO FLEGLER SURUI** No cargo em comissão de COORDENADOR DE ÁREA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA CDS-6,de Junto DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2484-2018 DESTITUI -REJANE ROSELI JENSEN**

**PORTARIA Nº. 01.2484/GP/PMR/18**

**DE 03 DE janeiro DE 2018**

***Destitui**- Rejane Roseli Jensen do Cargo Em Função Gratificada De Diretor(a) Escolar ,FG-4.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Destituir – REJANE ROSELI JENSEN, do cargo em Função Gratificada De Diretor(a) da Escola Municipal Cantinho do Céu, FG-4.**

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**CHEFE DE GABINETE**
**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)**

**Proc. Nº 014/2018**

**Dispensa de licitação. Nº 01/2018**

**Objeto:** Contratação de artista para fazer parte da programação artístico-cultural de evento comemorativo dos 20° anos de emancipação do Município.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações confirmam a adjudicação da dispensa de licitação realizada com fundamento no inc. II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93 tendo como vencedora a pessoa física, **Zelina Conceição Veríssimo,** CPF Nº 652. 216.211-34, com o fim de **HOMOLOGAR** em seu favor, ***o valor global da licitação de R$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais),*** tudo conforme ata e mapa de resultado.

Para: Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento.

Empenhe a despesa.

O empenho servira de contrato.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 26 de Janeiro de 2018.

***AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal***

**CHEFE DE GABINETE**
**ATO ADMINISTRATIVO Nº 004/GAB/PMR/2018**

Processo Administrativo nº: 087/2011/GAB-DRH, de 10/08/2014.

OBJETO:Requerimento do servidor RAFAEL CHAMA DE QUEIROZ, Cargo: Auditor Público - Matrícula nº 781.

ASSUNTO : Progressão funcional com fundamento no **§ 1º** art. 14 e seguintes do Plano de Carreiras (LCM nº 6, de 7/08/2008) e art. 56 da Lei do Regime Jurídico Único (LCM nº 3, de 17 de Outubro de 2007).

INTERESSADO: **RAFAEL CHAMA DE QUEIROZ**

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no XX do Art. 70 Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que em cumprimento ao disposto no **§1º, art. 14 da LCM nº 6, de 7/08/2008, conforme documentos acostados nos autos trazidos pelo servidor**;

Considerando que o estudo do impacto financeiro e orçamentário anexo evidencia a adequação financeira e orçamentária dando margem para atendimento ao pleito do servidor, inclusive, traz a autorização constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, *em atendimento ao inciso II, §1º, art. 169 da Constituição Federal e inciso II, §2º, Art. 144 da Lei Orgânica do Município de Rondolândia;*

Considerando a Certidão DRH-SEMAD de folhas, que traz a informação quanto ao tempo de serviço percorrido, sua estabilidade no serviço, bem como, a ausência de registros nos seus assentos funcionais de qualquer causa impeditiva do desenvolvimento na carreira, nos termos exigidos pela Lei do Regime Jurídico Único;

Considerando que o parecer jurídico de folhas opina favoravelmente a promoção do servidor, tento cumpridos os procedimentos exigidos;

Considerando, ainda, o VERBETE nº 05/2015. COLÉGIO DOS PROCURADORES. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. publ. no J.O.M. -A.M.M ed. Nº 2450/2016, com o seguinte enunciado: *"Cumprido, no processo administrativo, todos os requisitos da lei de regência da carreira do servidor público municipal e as normas correlatas da Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores públicos municipais, inclusive no que concerne aos limites das despesas com pessoal nos termos do art. 19 e 20 da LRF em tópico especifico na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em atendimento ao inciso II, §1º, art. 169 da Constituição Federal e inciso II, §2º, Art. 144 da Lei Orgânica do Município de Rondolândia, a promoção funcional deve ser concedida."* (Entendimento decorrente da análise do proc. adm. nº 689/SEMEC, DE 22/09/2010. Assunto: promoção funcional decorrente do alcance de nova habilitação - Consolidado na Assembleia do Colegiado dos Procuradores em 02/07/2015 - Unânime);.

Em fim, considerando tudo quanto consta nos autos de processo administrativo em referencia;

DECIDO;

a) Homologar o procedimento de crescimento horizontal do servidor RAFAEL CHAMA DE QUEIROZ, ocupante do cargo de Auditor Público Interno, matricula nº 781 e, com esteio nestes autos de processo administrativo, concedo a **progressão funcional ao mesmo, por ter cumprido as exigências do art. 14, §1º da LCM nº 5/2007 e demais disposições do regulamento;**

b) *Fica promovido o servidor para nível II, padrão de referencia 280, classe "G", do Anexo II, da LCM nº 6/2008 alterada pela LCM nº 7/2008.*

Arremeta ao DRH/SEMAD para os lançamentos.

Promova a publicação deste ato em consonância com a norma prevista no Art. 95 da Lei Orgânica do Município.

Gabinete do Prefeito, aos 18 de janeiro de 2018.

**Agnaldo Rodrigues de Carvalho**

**Prefeito Municipal**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA 01.2483-2018 DESTITUI -SUMAYA MARIA MASSIH MUFARREJ**

**PORTARIA Nº. 01.2483/GP/PMR/18**

**DE 03 DE JANEIRO DE 2018**

***Destitui****- SUMAYA MARIA MASSIH MUFARREJ do Cargo Em Função De Gratificada De Diretor(a) Escolar ,FG-4.*

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO,** Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Destituir – SUMAYA MARIA MASSIH MUFARREJ, do cargo em Função Gratificada De Diretor(a) da Escola Municipal Cora Coralina, FG-4.**

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

**AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO**

*PREFEITO MUNICIPAL*

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**
**MAPA DE RESULTADO FINAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 012/2018.

Requisitante: Gabinete do Prefeito

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação embasada no Inc. I do Art. 25 da Lei 8.666/93.

**Objeto: Contratação de Empresa para manutenção corretiva e prestação de serviços, durante o período de garantia de fabrica de 30. 000, Km da Camionete Hilux, Placa QCA 7656/MT, CHASSI 8AJH8CD8H2600017, incluindo o fornecimento de peças, acessórios de reposição, genuínos, lubrificantes, Lotada no Gabinete do Prefeito.**

**MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação, conforme: "Art. 25. Inc. I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;**

**EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: *Nissey Motors Ji-Paraná Comércio de Veículos, Peças e Serviços LTDA,CNPJ: 18.571. 247/0001-23, Endereço: Av. Transcontinental, nº 3118, Bairro; Jardim Florida, Cep: 76.914-656, Ji- Paraná/RO.***

| Item | Quant. | Especificação | Valor Total |
|---|---|---|---|
| 01 | 01 | Aquisição de peças, troca de óleos para a realização da revisão de 30.000 km da Camionete Hilux, Placa QCA 7656/MT, Chassi nº 8AJHA8CD8H2600017, conforme orçamento de Fls.07 | R$ 1. 054,89 |
| 02 | 01 | Prestação de Serviços para a realização da revisão de 20.000 km da Camionete Hilux, Placa QCA 7656/ MT, Chassi nº 8AJHA8CD8H2600017, conforme orçamento de Fls.08 | R$ 518,41 |

***Obs:*** *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. nos autos do Processo 012/2018, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

**Valor Global de R$ 1.573,30 (Hum mil quinhentos e setenta e três reais e trinta centavos).**

Rondolândia – MT, 24 de Janeiro de 2018.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO 001**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

a) Espécie: Dispensa de Licitação; b) Locação de um imóvel urbano, a saber, parte inferior: 03 salas de 28,75 m², 01 sala de 46,31 m², 01 cozinha de 115,13 m², 01 banheiro com divisória (masculino e feminino) de 36 m; parte superior: 06 salas de 29,20 m², 02 salas de 47,04 m²; pátio para recreação com medição de aproximadamente 690 m², situado à Rua Mato Grosso, s/n, Centro. Obs: as salas com medição de 28,75m² e 29,20 m² tem capacidade para comportar 25 pessoas; as salas 46,31m² e 47,04 m² tem capacidade para comportar 40 pessoas, para continuar/manter instalada parte da **Escola Municipal Simão Bororó,** para funcionamento da-Escola de Educação Infantil e as turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental**,** da Cidade de Salto do Céu – MT, no período de **03/01/2018** à **31/**

**12/2018**; c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso X; d) **Processo: Nº 001/2018**; e) Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 06.002.12.361.0042.2036.33.90.39; f) Valor:R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais); g) Autorização: em **03/01/2018**, por **WEMERSON ADÃO PRATA**; h) Ratificação: em **08/01/2018**, por **WEMERSON ADÃO PRATA.**

**MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA**

Presidente da Comissão Substituta de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

### PORTARIA 002/2018 COMISSÃO DE PREGOEIRO

PORTARIA N° **002/2018**

SANTA CRUZ DO XINGU, EM 26 DE JANEIRO DE 2018.

***Dispõe sobre a alteração e nomeação do Pregoeiro e equipe de apoio para realizar licitação na modalidade Pregão, para o exercício de 2018 e da outras providencias.***

O Senhor **Jose Edimar Ferreira Lindolfo**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

**Art. 1°** - Fica por meio desta, nomeada o Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, no âmbito do Poder Legislativo Municipal deste Município de Santa Cruz do Xingu, no decorrer deste exercício de 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores.

- Pregoeiro: **Luciana Barbosa**

- Equipe de Apoio**: Raimundo N. do Carmo dos Santos**

**Simone de Carvalho**

**Art. 2°** - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante às alterações que lhe forem dadas.

**Art. 3º -** Os integrantes da Comissão de que trata esta portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados com relevantes ao interesse publico.

**Art. 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

**Art. 5º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

**Jose Edimar Ferreira Lindolfo**

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Em 26 de JANEIRO DE 2018.

### PORTARIA 001/2018 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA N° **001/2018**

SANTA CRUZ DO XINGU, EM 23 DE JANEIRO 2018.

***Dispõe sobre a alteração dos membros da Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2018, e da outras providencias.***

O Senhor **Jose Edimar Ferreira Lindolfo**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

**Art. 1°** - Nomear os servidores para comporem a Comissão Permanente de Licitação, para o exercício de 2018.

Presidente: **Luciana Barbosa**

Secretario: **Aleriano Rodrigues da Silva**

Membro: **Raimundo N. do Carmo dos Santos**

**Art. 2°** - Esta portaria entrará em, vigor na data de sua publicação no Mural da Unidade Gestora de 26 de Janeiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal

_____

**Jose Edimar Ferreira Lindolfo**

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se

Em 26 de Janeiro de 2018.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

### RECURSOS HUMANOS
### PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

**CONVOCAÇÃO E POSSE**

**EDITAL 013/2017 DO PROCESSO SELETIVO 02/2017**

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017**, realizado no dia 06/08/2017 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

**PROFESSOR LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA**

| NOME | CLAS |
|---|---|
| ROSIANA JOÃO DE MACEDO | *1º* |
| CAROLINA CORASSA VIEIRA | *2º* |

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 26 de Janeiro de 2018.

_____

_____

**MARILZETE AGUSTINHA DA SILVA EGON HOEPERS**

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

### SETOR DE LICITAÇÃO
### EDITAL RESUMIDO DO PREGAO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO 001-2018

**EDITAL RESUMIDO**

**AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2018-COM REGISTRO DE PREÇO**

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua PREGOEIRA Oficial, torna público aos interessados, que irá

realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS ( ÓLEO DIESEL S 10, ÓLEO DIESEL COMUM, GASOLINA COMUM E ÁLCOOL COMUM), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.** Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br.

SANTO AFONSO- MT, 26 DE JANEIRO DE 2018.

**MICHELE GUEDES RODRIGUES**

**PREGOEIRA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 010/GP/2018

**PORTARIA Nº 010/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2676/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva ELAINE REGINA DOS SANTOS DE FREITAS, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 12 de dezembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 011/GP/2018

**PORTARIA Nº 011/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009 e Processo nº 2719/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva CLAUDETE FERREIRA DE CASTRO SANTOS, ocupante do cargo de Turismóloga, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na Classe C, Referencia 02 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 18 de dezembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 024/GP/2018

**PORTARIA Nº 024/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 38 § 3º e artigo 39 § único da Lei Municipal nº 1.131/GP/2014.

**RESOLVE:**

Conceder 10 (dez) horas excedente ao servidor efetivo **ANTONIO JOÃO DA SILVA**, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, com o recebimento de remuneração proporcional correspondente à carga horária trabalhada, com efeito retroativo a partir de 02 de janeiro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 24 de Janeiro 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 012/GP/2018

**PORTARIA Nº 012/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.131/GP/2014 e Processo nº 2739/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva ANTONIA MARIA PINTO DE MAGALHÃES, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, na Classe C, Referencia 09 da Tabela 01, com efeito retroativo a partir de 20 de dezembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 013/GP/2018

**PORTARIA Nº 013/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.131/GP/2014 e Processo nº 2741/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva NILZA BENEDITA DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, na Classe C, Referencia 09 da Tabela 01, com efeito retroativo a partir de 21 de dezembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 014/GP/2018**

**PORTARIA Nº 014/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe no artigo 14, § 1º, inciso II, artigo 20 e 21, § 1º, inciso II da Lei nº 1.027/GP/2009.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Enquadrar os Servidores Efetivos, conforme constantes no quadro abaixo.

**PROGRESSÃO AUTOMÁTICA**

| Servidor | Cargo | Anexo | Classe | Referência | Data |
|---|---|---|---|---|---|
| ANA MARIA MOREIRA TEIXEIRA | ASSISTENTE SOCIAL | 02 | A | 02 | 05/09/2017 |
| CLAUDIO BENICIO DA SILVA BRITO | FISCAL DE TRIBUTOS | 04 | A | 02 | 05/09/2017 |
| CLARINDA DO BOMDESPACHO ARRUDA | TECNICO EM ENFERMAGEM | 03 | A | 02 | 13/10/2017 |
| CRISTIANO JOSÉ KUHN | ENFERMEIRA(O) | 02 | A | 02 | 05/09/2017 |
| DEBORA GOMES PINTO CAPISTRANO DIAS | ENFERMEIRA(O) | 02 | A | 02 | 05/09/2017 |
| ELAINE CABRAL DE OLIVEIRA | ENFERMEIRA(O) | 02 | A | 02 | 05/09/2017 |
| EMILY RODRIGUES GUARIM STROBEL | ODONTÓLOGA | 02 | A | 02 | 16/09/2017 |
| HENRIQUE SANTIAGO | ENGENHEIRO FLORESTAL | 02 | A | 02 | 05/09/2017 |
| LUCAS FERREIRA LIMA | TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE | 03 | A | 02 | 01/10/2017 |

| Servidor | Cargo | Tabela | Classe | Referência | Data |
|---|---|---|---|---|---|
| MARGARETH ROSA RONDON | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 04 | A | 02 | 05/09/2017 |
| MANOEL VICTOR DA COSTA CAMPOS | CONTADOR | 12 | A | 02 | 05/09/2017 |
| MICHELE TEREZINHA QUEIROZ DE ARRUDA | TECNICO DE HIGIENE BUCAL | 03 | A | 02 | 05/09/2017 |

Artigo 2º Esta portaria terá seus efeitos retroativos conforme data especificada no quadro.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 015/GP/2018**

**PORTARIA Nº 015/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.131/GP/2014 e Processo nº 023/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva JOSANEA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, na Classe C, Referencia 08 da Tabela 02, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 025/GP/2018**

**PORTARIA Nº 025/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 38 § 3º e artigo 39 § único da Lei Municipal nº 1. 131/GP/2014.

**RESOLVE:**

Conceder 10 (dez) horas excedente a servidora efetiva **ADILZA BENEDITA DOS SANTOS ARRUDA**, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, com o recebimento de remuneração proporcional correspondente à carga horária trabalhada, com efeito retroativo a partir de 02 de janeiro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 24 de Janeiro 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017 - PRIMEIRO ADITIVO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017 - PRIMEIRO ADITIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2017**

**DISPENSA Nº 002/2017**

**CONTRATO N° 002/2017 PRIMEIRO ADITIVO.**

**1.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 002/2017 PARA O SEGUINTE OBJETO*: **PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTAR A PARTIR DA DATA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL (ADITIVO). 2.*** CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT.*** **3.** CONTRATATA*:* **NEUSA MARIA TEIXEIRA SILVA**, inscrita sob o CPF Nº 299.538.471-34. **4.** DATA DA ASSINATURA 08/01/2018 **5.** DATA DO VENCIMENTO: 08/01/2019.

Santo Antonio de Leverger –MT , 08 de Janeiro de 2018.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 021/GP/2018**

**PORTARIA Nº 021/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos da servidora fora concluído em 19 de janeiro de 2018;

Considerando o termo do artigo 10, parágrafo 1º do Decreto nº 49/GP/2016;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Fica declarado estável no serviço público municipal, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, a servidora **DAIANE ARAÚJO CHAVES**, no cargo de Odontóloga, lotada no PSF - Unidade de Saúde de Porto de Fora, Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º -** A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar a partir de 19 de janeiro de 2018;

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 19 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N.° 005/2018**

**DECRETO N.° 005/2018**

**“Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2018, e dá outras providências.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Considerando o disposto no inciso VII do artigo 7º da Constituição Federal;

Considerando o disposto no Decreto n.º 9.255 de 29 de dezembro de 2017;

Considerando a Portaria Ministerial MF n.º 15, de 16 de janeiro de 2018, edita o seguinte **DECRETO**:

**Art. 1°.** A partir de 1o de janeiro de 2018, o valor do salário mínimo no âmbito da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Santo Antonio de Leverger será de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

**Parágrafo único.** Em virtude do disposto no ***caput***, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 31,80 (trinta um reais e oitenta centavos) e o valor horário a R$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos).

**Art. 2°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, não terão valor inferior a R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias, auxílio doença, salário maternidade, auxílio reclusão (valor global) e pensão por morte (valor global) pagos pelo PREVILEVERGER .

**Art. 3°.** A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até quatorze anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

**I -** R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) para o segurado com a remuneração mensal não superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

**II -** R$ 31,71 (trinta um reais e setenta e um centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R$ 877,67 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) e igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, considera-se remuneração mensal do segurado o valor total das espécies remuneratórias por ele percebidas, ainda que resultante da soma das remunerações dos cargos acumuláveis.

**Art. 4º.** O auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, será devido aos dependentes do segurado cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a R$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

**Art. 5°.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger/MT, 22 de Janeiro de 2.018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

**Prefeito Municipal**

**EXTRATO DE CONTRATO 006/2017 - PRIMEIRO ADITIVO**

**EXTRATO DE CONTRATO 006/2017 - PRIMEIRO ADITIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2017**

**DISPENSA 001/2017**

**CONTRATO N° 006/2017 PRIMEIRO ADITIVO.**

**1.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 015/2016 PARA O SEGUINTE OBJETO*:* ***PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTAR A PARTIR DA DATA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL (ADITIVO). 2.*** CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT.*** **3.** CONTRATATA **MONTREAL COMERCIO SERVIÇOS REPRESENTAÇÕES EIRELI ME.** inscrita sob o CNPJ Nº 22.580.606/0001-86. **4.** DATA DA ASSINATURA 20/12/2017 **5.** DATA DO VENCIMENTO: 09/12/2018.

Santo Antonio de Leverger –MT , 20 de Dezembro 2017.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 028/2016 - SEGUNDO ADITIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2016**

**ADESÃO 016/2016**

**CONTRATO N° 028/2016 SEGUNDO ADITIVO.**

**1.** A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO TORNA-SE PÚBLICO O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 015/2016 PARA O SEGUINTE OBJETO*:* ***PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTAR A PARTIR DA DATA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL (ADITIVO). 2.*** CONTRATANTE: ***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGE-MT.*** **3.** CONTRATATA **MONTREAL COMERCIO SERVIÇOS REPRESENTAÇÕES EIRELI ME.** Inscrita sob o CNPJ Nº 22.580.606/0001-86. **4.** DATA DA ASSINATURA: 03/09/2017 **5.** DATA DO VENCIMENTO: 29/05/2018.

Santo Antonio de Leverger –MT , 03 de Setembro de 2017.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 022/GP/2018**

**PORTARIA Nº 022/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Designar a servidora ANDREIA PEREIRA DE ARRUDA, ocupante do cargo de Auditor Interno, lotada no Gabinete do Prefeito, para responder pelo cargo em Comissão de Controlador Interno, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 19 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N.º 006/2018**

**DECRETO N.º 006/2018**

**“Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Santo Antonio de Leverger, e dá outras providências.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Ministerial MF n.° 15, de 16 de janeiro de 2018,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Antonio de Leverger, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2018, em **2,07%** (dois inteiros e sete centésimos por cento).

**§ 1º.** Para os benefícios concedidos pelo PREVI-LEVERGER a partir de 1º de fevereiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

**§ 2º.** Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 954,00 (novecentos cinquenta e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

**Art. 2º.** Para os benefícios concedidos pelo PREVI-LEVERGER anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

**Art. 3º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger/MT, 22 de Janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

**Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

**FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2018**

| DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO | REAJUSTE (%) |
|---|---|
| Até Janeiro de 2017 | **2,07** |
| em fevereiro de 2017 | **1,64** |
| em março de 2017 | **1,40** |
| em abril de 2017 | **1,07** |
| em maio de 2017 | **0,99** |
| em junho de 2017 | **0,63** |
| em julho de 2017 | **0,93** |
| em agosto de 2017 | **0,76** |
| em setembro de 2017 | **0,79** |
| em outubro de 2017 | **0,81** |

| | |
|---|---|
| em novembro de 2017 | **0,44** |
| em dezembro de 2017 | **0,26** |

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 023/GP/2018**

**PORTARIA Nº 023/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Tornar sem efeito a Portaria nº 178/GP/2017, que designou a Sra. **ANA REGINA PAES DA ROSA,** efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, para responder pelo cargo em Comissão de Chefe de Núcleo, com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2018.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antônio de Leverger-MT, 19 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 004/GP/2018**

**PORTARIA Nº 004/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2074/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva SILVANA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Técnico de Higiene Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 03, com efeito retroativo a partir de 06 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 006/GP/2018**

**PORTARIA Nº 006/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2105/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva LUMARA CORCINO DE ARAÚJO, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 12 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 007/GP/2018**

**PORTARIA Nº 007/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2141/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva LEANDRA ROBERTA TAQUES AMORIM SANTOS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 04, com efeito retroativo a partir de 19 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**LEI 1.237/GP/2018**

**LEI 1.237/GP/2018**

**DISPÕE SOBRE PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E REESTRUTURA A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER - MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**, Estado de Mato Grosso, **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º -** O Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, tem como objetivo a eficiência e a evolução da gestão administrativa do Poder Legislativo e a valorização e capacitação do servidor público tendo por fundamentos:

**I** – o desenvolvimento do servidor, com base na igualdade de oportunidades funcionais, na qualificação profissional e no esforço pessoal;

**II** – o sistema permanente de capacitação do servidor, mediante programas de treinamento e desenvolvimento;

**III** – a constituição do corpo funcional permanente;

**IV** – o desempenho eficiente das atribuições da competência do Poder Legislativo;

**V** – a fixação de padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório, observando o disposto no Artigo 39, § 1º da Constituição Federal;

**VI** – valorização e dignificação da função pública do servidor público;

**VII** – profissionalização e aperfeiçoamento do servidor público;

**VIII** – sistema de mérito objetivamente apurado para ingresso no serviço e desenvolvimento na carreira.

**CAPÍTULO II**

**DO REGIME DE TRABALHO DO SERVIDOR**

**Art. 2º -** O regime jurídico dos servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger será o estatutário, e o sistema previdenciário dos servidores da Câmara Municipal será o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

**Parágrafo único** – O regime estatutário estabelece as relações jurídicas entre o servidor público e a administração, com base nos princípios constitucionais pertinentes às relações de trabalho no âmbito da Câmara Municipal.

**CAPITULO III**

**JORNADA DE TRABALHO**

**Art. 3º**. Fica limitada em 40 (quarenta) horas mensais, a prestação de serviço extraordinário para servidores efetivos da Câmara Municipal.

**Parágrafo único**. O labor extraordinário será remunerado, ou será, objeto de compensação de acordo com o estabelecido na presente Lei, regulamentada, em qualquer das hipóteses, por ato do presidente do Poder Legislativo.

**Art. 4º**. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, exceto quando laboradas em domingos e feriados quando o adicional será de 100% (cem por cento), em relação à hora normal.

**§ 1º** Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada para servidores sujeitos ao regime normal de trabalho.

**§ 2º** O adicional de que trata este artigo será devido apenas aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, não se incorporando à remuneração.

**§ 3º** Não se considera extraordinário o serviço prestado durante sessões plenárias (ordinárias, extraordinárias e solenes), das comissões permanentes e audiências públicas realizadas fora do horário de expediente da Câmara Municipal, uma vez que são inerentes às atividades legislativas normais do Poder Legislativo, assegurada, no entanto, a percepção do adicional noturno quando for o caso.

**§ 4º** No caso dos serviços prestados na forma do parágrafo anterior, deverá ser adotada a regular compensação das horas extraordinárias mediante dedução da carga horária ou mediante folgas. A compensação será regulamentada em ato da Presidência da Câmara, em ambos os casos observado o disposto do caput do presente artigo.

**Art. 5º** Os técnicos de nível superior com perfil de advogado, de contabilidade e de auditor de controle interno, ficam submetidos a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

**CAPÍTULO IV**

**DA FREQÜÊNCIA E DO HORÁRIO**

**Art. 6º –** A frequência será apurada por meio de ponto.

**Parágrafo único –** Nos registros de ponto, deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

**Art. 7º –** É vedado dispensar o servidor do registro de ponto, salvo nos casos expressamente previstos em Lei ou regulamento específico.

**§ 1º –** A falta abonada é considerada, para todos os efeitos, presença ao serviço.

**§ 2º –** Excepcionalmente e apenas para elidir efeitos disciplinares, poderá ser justificada falta ao serviço.

**§ 3º –** O servidor deverá permanecer em serviço durante o horário de trabalho, inclusive nas horas extraordinárias, quando convocado.

**§ 4º –** Nos dias úteis somente por determinação do Presidente da Câmara poderão deixar de funcionar os serviços públicos ou serem suspensos os seus trabalhos, no todo ou em parte.

**Art. 8º –** O servidor que exerce suas funções públicas em jornada de trabalho em tempo integral ou em escala de plantão, que, eventualmente, for nomeado para cargo em comissão deverá, obrigatoriamente, cumprir jornada de trabalho correspondente ao cargo comissionado.

**§ 1º –** A administração da Câmara poderá modificar a seu critério exclusivo, a carga horária de seus servidores, observado a compensação financeira, e em todosos casos, o interesse do serviço que o Parlamento Municipal exigir.

**§ 2º –** Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Câmara ou de seus órgãos.

**Art**. **9º -** O horário de trabalho dos servidores estatutários da Câmara de Santo Antônio Leverger será de 30 (trinta) horas semanais, conforme determina o Estatuto Servidores do Legislativo Municipal**.**

**CAPÍTULO V**

**DAS DEFINIÇÕES FUNDAMENTAIS**

**Art. 10** - Para efeitos deste Decreto, considera-se:

**I** - PLANO DE CARREIRA: conjunto de diretrizes e normas estabelecidas em legislação própria definindo a estrutura organizacional dos cargos, suas competências institucionais, forma de investidura, enquadramento, habilitação, ascensão e remuneração;

**II** – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL: pessoa legalmente investida no cargo da administração pública direta, autárquica ou fundacional;

**III** – CARGO PÚBLICO: titularidade e responsabilidade criadas por Lei ou Resolução, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres da Câmara Municipal;

**IV** – FUNÇÃO: atividade funcional exercida mediante contrato ou relação de emprego;

**V** – CATEGORIA FUNCIONAL: agrupamento de cargos de provimento efetivo relacionados perante o grau de conhecimento e habilidade exigida;

**VI** - CARREIRA: conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através de classes, mediante promoção;

**VII** – QUADRO PESSOAL: conjunto de cargos e funções de provimento efetivo, escalonados em carreira, integrantes da estrutura organizacional da Administração da Câmara Municipal;

**VIII** – QUADRO ESPECIAL: conjunto de cargos e funções de provimento temporário, de livre nomeação e exoneração, integrantes da estrutura organizacional da Administração da Câmara Municipal;

**IX** – NIVEL: divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido vertical e as correspondentes retribuições pecuniárias;

**X** – CLASSE: divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido horizontal e as correspondentes retribuições pecuniárias;

**XI** – REFERÊNCIA: nível de vencimento e salário base, para o cargo ou função permanente ocupado pelo servidor público;

**XII** - PROMOÇÃO: passagem do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para cargo vago imediatamente superior da mesma série de classe;

**XIII** - PROGRESSÃO: movimentação do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

**CAPÍTULO VI**

**DO PLANO DE CARREIRA**

**Art. 11 -** O presente Plano de Carreira, Cargos e Salários regulamenta as funções administrativas da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger e integra:

I – os cargos de provimento efetivo;

II - os cargos de provimento temporário.

**Art. 12 -** Constituem etapas de carreira:

I – o ingresso;

II – a promoção;

III – a progressão;

IV – o acesso;

V – o comissionamento;

**Art. 13 -** O ingresso no serviço público, dependerá de prévia aprovação em concurso público, observada a ordem de classificação, reservadas as nomeações para os cargos de provimento temporário ou função de confiança declarados nesta Lei, de livre nomeação e exoneração.

**Art. 14 -** A promoção é a passagem do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para cargo vago imediatamente superior da mesma série de classe, mediante avaliação de desempenho.

**§ 1º** - Para candidatar-se à promoção, o servidor deverá satisfazer os seguintes pré-requisitos, além daqueles previstos na legislação, referente a avaliação de desempenho:

**I** – encontrar-se em evidente exercício na condição de titular do cargo de provimento efetivo;

**II** – ter cumprido o estágio probatório e 2 (dois) anos para as referências seguintes;

**III** – não ter sofrido punição por Processo Administrativo Disciplinar – PAD, nos 12 (doze) meses anteriores;

**§ 2º** - Satisfeitos os pré-requisitos indicados no parágrafo 1º, ter atingido resultado satisfatório na avaliação de desempenho o servidor poderá ser promovido;

**Art. 15 -** A progressão é a movimentação do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo, em razão de seu aprimoramento e desempenho, com consequente elevação de rendimentos;

**Art. 16 -** O acesso é a passagem do servidor ocupante de cargo da classe imediatamente anterior, para a expressão inicial da classe imediatamente seguinte, sem prejuízos da sua remuneração atual, observada a qualificação funcional;

**Art. 17 -** O comissionamento é o ato em que o servidor é designado ou nomeado para exercer o cargo de provimento temporário ou função de confiança, por indicação do Presidente da Câmara Municipal.

**CAPÍTULO VII**

**DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

**Art. 18 –** O provimento dos cargos em caráter efetivo será feito mediante nomeação, por ato administrativo do Presidente da Câmara, após aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, segundo a ordem de classificação.

**Art. 19 –** Os cargos de provimento efetivo no serviço público do Poder Legislativo Municipal, são acessíveis aos brasileiros e equiparados, e o ingresso dar–se–á no nível inicial de cada classe, atendidos os requisitos de escolaridade ou experiências, e a habilitação em concurso de provas ou de provas e títulos.

**Art. 20 –** Para todos os cargos da Câmara, no ato do ingresso, também será exigido:

**I –** gozo dos direitos políticos;

**II –** haver cumprido as obrigações militares;

**III –** haver cumprido as obrigações eleitorais;

**IV** – idade mínima de 18 (dezoito) anos;

**V** – não possuir antecedentes criminais;

**VI** – Não possuir condenações criminais com transito em Julgado;

**VII** – Não ter sido excluído do serviço público por Processo Administrativo Disciplinar;

**VIII** – Não ter sido condenado por práticas de improbidade administrativa;

**IX –** gozar de boa saúde física e mental comprovada por médico do trabalho;

**X** – outros que o habilitem para o exercício de determinado cargo.

**SEÇÃO I**

**DAS VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS**

**Art. 21 -** O número de vagas para cada cargo efetivo será aberto de acordo com as necessidades da administração, para a complementação do seu quadro, observando-se a composição dos quadros constantes nos anexos desta Lei

**INCISO I**

**VAGAS DOS CARGOS NÍVEL I: AUXILIAR**

| NIVEL | CARGOS | VAGAS |
|---|---|---|
| I | Serviços gerais | 01 |

**INCISO II**

**VAGAS DOS CARGOS DE NÍVEL II: ASSISTENTE**

| NIVEL | CARGOS | VAGAS |
|---|---|---|
| II | Assistente administrativo | 02 |
| | Assistente legislativo | 01 |
| | Técnico de som | 01 |

**INCISO III**

**VAGAS DOS CARGOS DE NÍVEL III: TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR - TNS**

| NIVEL | CARGOS | VAGAS |
|---|---|---|
| III | Contador | 01 |
| | Assessor jurídico | 01 |
| | Auditor de Controle Interno | 01 |

**SEÇÃO II**

**DA ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS**

**Art. 22 -** A classificação dos cargos efetivos, por categoria funcional, se fará mediante a formação escolar, técnica e profissional do servidor e a complexidade da função, conforme os quadros abaixo:

**INCISO I**

**CATEGORIA FUNCIONAL: AUXILIARES**

| ACARGOS | ATIVIDADE | FORMAÇÃO |
|---|---|---|
| Auxiliar de Serviços Gerais | Promover a limpeza e assepsia de órgãos, carga, descarga de materiais. | EEnsino fundamental completo. |

**INCISO II**

**CATEGORIA FUNCIONAL: ASSISTENTE**

| CCARGOS | ATIVIDADE | F FORMAÇÃO |
|---|---|---|
| TTécnico de som | Instalar e reparar equipamentos de som testar aparelhos e componentes para assegurar seu perfeito funcionamento, bem como montar e operar a aparelhagem de som tendo em vista uma finalidade específica. | Ensino médio |

| | | |
|---|---|---|
| | | incompleto. |
| AAssistente administrativo | Executar e coordenar atividades de apoio técnico administrativo aos trabalhos e projetos de diversas áreas | SSuperior incompleto em qualquer área de atuação. |
| AAssistente legislativo | Digitalizar os diversos projetos (de lei, de lei complementar, de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, de resolução e de decreto legislativo), requerimentos, indicações e moções. | Ensino Medio Completo. |

**INCISO III**

**CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR**

| CCARGOS | ATIVIDADE | FFORMAÇÃO |
|---|---|---|
| Contador | Assistir a Mesa Diretora na gestão econômica, financeira e contábil da Câmara Municipal. Elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; auxiliar o Controle Interno em auditorias interna; atender solicitação dos órgãos fiscalizadores. | Nível superior completo em Contabilidade, e com inscrição ativa no Conselho de Classe pertinente. |
| Auditor de controle interno | Programar e executar auditorias em todas as áreas da Câmara, visando assegurar a correta aplicação das normas internas, nas áreas administrativas e operacionais, bem como a aplicação de leis, instruções normativas e outros dispositivos legais. | Nível superior completo em Direito, contabilidade ou administração. |
| AAssessor Jurídico | Prestar assistência e dar pareceres sobre questões jurídicas de interesse da Câmara e dos Vereadores. | Ensino superior completo Direito, com no mínimo 03 (três) anos de práticas jurídicas e inscrição ativa na OAB. |

**CAPÍTULO VIII**

**DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

**Art. 23 -** O concurso público é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público, e ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendem aos requisitos da Lei, consoante determina o Artigo 37º da Constituição da República.

**Art. 24 -** O enquadramento do servidor para o cargo definitivo a que pertence, será em virtude da sua aprovação por concurso público;

**Art. 25 -** O enquadramento do servidor à classe se dará mediante a referência inicial do novo cargo.

**Art. 26 -** A conclusão e homologação dos resultados do concurso público darão direito a todos os candidatos, observado o prazo de vigência daquele exame de seleção, serem nomeados obedecendo a ordem de classificação.

**Parágrafo único –** As nomeações a que se refere este artigo, dentro das exigências previstas em Edital, serão de direito dos candidatos, até o limite previsto de vagas.

**Art. 27 -** Os demais candidatos aprovados, até o limite de 04 (quatro) vezes o número de vagas, ficarão mantidos em cadastro de reserva na instituição.

**Parágrafo único** – O banco de reserva de concursados terá validade idêntico a do concurso público.

**Art. 28 -** Todo concurso público terá validade de até 2 (dois) anos podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

**Art. 29 -** As normas do concurso público, prazo de validade, número de vagas por cargo, os requisitos para a inscrição dos candidatos, o limite de idade e as condições de sua realização, serão fixadas em Edital.

**CAPÍTULO IX**

**DOS CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO**

**Art. 30 –** A Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger somente poderá contratar servidores por tempo determinado nas hipóteses da necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante justificação nos termos da contratação, declarando especificamente os motivos da contratação e por de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por uma única vez e por igual período.

**Art. 31 –** Consideram–se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

**I –** Programas ou campanhas, por natureza temporárias, na área de atuação do Parlamento Municipal;

**II –** Implantação de serviço urgente e inadiável;

**III –** consecução de convênio, acordo ou ajuste para a execução de obras ou prestação de serviços;

**IV –** Saída de servidores, mediante afastamento, licença, aposentadoria, demissão voluntária ou outra causa, cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços;

**V** – Execução de serviços técnico–administrativos, jurídicos e técnico– legislativos emergentes e excessivos, necessários à defesa dos direitos e do interesse público da Casa Legislativa.

**Art. 32 –** Nas contratações por tempo determinado, serão observados os valores de vencimentos dos planos de carreira do órgão ou entidade contratante, observados os preceitos legais dispostos na legislação municipal e os princípios constitucionais vigentes.

**§ 1º –** Para fins de contratação temporária de excepcional interesse público será observado o processo de remuneração e exame de seleção da Câmara Municipal, e, não havendo referência, o da Prefeitura Municipal, e, na sua falta, serão observados os valores do mercado de trabalho da respectiva categorial funcional.

**§ 2º** – O valor da contratação temporária deverá ser igual ao vencimento, de início de carreira, do cargo da respectiva categoria dos cargos de provimento efetivo.

**Art. 33 –** É vedado o desvio de função do servidor contratado na forma deste capítulo, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

**SESSÃO I**

**DOS CARGOS EM COMISSÃO**

**Art. 34 -** Os cargos em comissão são criados e definidos com denominação própria, pagos pelo Erário Público, nas condições previstas nesta Lei e na Lei que definiu a Estrutura Administrativa do Poder Legislativo.

**Art. 35** – Os cargos em comissão destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento em conformidade com a Constituição Federal em seu Artigo 37; V.

**Art. 36** – Aplicam-se aos servidores dos cargos de provimento em comissão os mesmos direitos e deveres dos servidores ocupantes de cargo efetivo, à exceção da carreira, privativa destes.

**Art. 37** - A carga horária para os cargos em comissão será correspondente ao horário de expediente da Câmara Municipal.

**Art. 38** – Ficam criados os cargos de provimento em comissão, constantes da estrutura organizacional e do Anexo I desta Lei, os quais são de livre nomeação e exoneração da Presidência da Câmara, devendo a escolha recair em pessoas e profissionais habilitados que satisfaça os requisitos gerais para a investidura no serviço público e possuam experiência administrativa e legislativa comprovada.

**Parágrafo único** – As atribuições dos cargos em comissão definidos no Anexo I desta Lei, constam do seu anexo III.

**SEÇÃO II**

**DA FUNÇÃO GRATIFICADA**

**Art. 39 -** As funções gratificadas no âmbito da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger são aquelas inerentes às atividades de direção, assessoramento, supervisão e coordenação e será exercida, preferencialmente, pelos servidores do quadro efetivo da administração do Poder Legislativo.

**Art. 40** - É vedado o pagamento de serviço extraordinário aos servidores ocupantes de cargos de comissão ou funções gratificadas.

**CAPITULO X**

**DAS FORMAS DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA**

**Art. 41 –** A movimentação funcional na Carreira dos servidores do Município de Santo Antônio de Leverger dar–se–á, cumprido o intervalo de 2 (dois) anos, em duas modalidades:

**I –** por progressão horizontal

**II –** por progressão vertical

**Art. 42 -** A Mesa Diretora da Câmara, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, criará a Comissão de Progressão Funcional Administrativa do Servidor.

**Parágrafo único** – A comissão será composta da seguinte forma:

**I** – hum representante da Mesa Diretora;

**II** - hum representante das Bancadas de Vereadores;

**III** - hum representante do Núcleo de Gestão de Pessoas;

**IV** - Dois representantes dos servidores efetivos.

**SEÇÃO I**

**DA PROGRESSÃO HORIZONTAL**

**Art. 43 –** A progressão horizontal dos servidores dar–se–á de uma classe para outra imediatamente superior à que o servidor ocupa, na mesma série de classe do cargo, mediante comparação legal do título da habilitação e/ou da qualificação profissional exigida para a respectiva classe.

**Parágrafo único** – A progressão horizontal de que trata este Artigo assegura ao servidor, nos termos desta Lei, o direito de se posicionar na mesma referência anteriormente ocupada e na classe inicial da carreira, de acordo com o perfil exigido.

**Art. 44 -** Para progressão horizontal o servidor deverá enquadrar-se nos seguintes requisitos e normas:

**I** – houver completado dois anos de efetivo exercício no nível correspondente a sua referência:

a) o tempo em que o servidor se encontrar afastado do exercício do cargo a que pertence por qualquer motivo, não será computado para efeito do que trata o Inciso I, exceto nos casos considerados como de efetivo exercício.

b) a contagem e pontos do tempo de serviço para o novo período será sempre iniciada a partir do dia seguinte a aquele em que o servidor municipal houver completado o período anterior;

c) não se interromperá a contagem de pontos do tempo de serviço, quando o servidor cumprir interstício aquisitivo para o exercício de cargo ou função de confiança.

d) não terá vantagem à progressão horizontal, o servidor municipal que houver sofrido no período a ser computado, pena disciplinar formal de suspensão ou destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por efeito de Inquérito Administrativo.

**Art. 45 -** A primeira concessão da progressão horizontal dar-se-á após 12 (doze) meses a partir da publicação desta Lei.

**Art. 46** - Para que a concessão da progressão horizontal ocorra é necessário que o servidor requeira a mesma e apresente a documentação comprobatório, que deverá ser analisada pela Comissão de Progressão Funcional Administrativa do Servidor.

**SEÇÃO II**

**DA PROGRESSÃO VERTICAL**

**Art. 47 –** O servidor terá direto a progressão vertical de um nível para outro, subsequente da mesma classe, desde que aprovado em processo contínuo e específico de avaliação de desempenho e cumprido os requisitos, a carga horária e a pontuação necessária.

**§ 1º –** É obrigatória a realização, pelo órgão equivalente da administração da Câmara Municipal, a avaliação de desempenho dos servidores para fim de progressão vertical na carreira, a ser procedida conforme norma a ser expedida por decreto legislativo.

**§ 2º** – Será assegurado ao servidor o direito de progredir verticalmente na carreira, independente de avaliação de desempenho, caso haja omissão e/ou morosidade, por parte da Mesa Diretora, na aplicação efetiva do referido processo de avaliação.

**Art. 48 –** O servidor em estágio probatório não terá direito a progressão vertical de um nível para outro.

**Art. 49 –** Para a primeira progressão, o prazo é contado a partir da data em que se der o exercício do servidor no cargo ou de seu enquadramento na carreira, ou logo após cumprido o tempo do estágio probatório.

**Art. 50 -** Para fazer jus à progressão vertical, o servidor deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

**I** – ter avançado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das referências da classe em que esteja posicionado;

**II** – não ter sido punido em processo administrativo disciplinar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a progressão;

**III** – haver sido aprovado nas 2 (duas) últimas avaliações de desempenho.

**Art. 51 -** A etapa de progressão vertical do servidor ocorre dentro do quadro de sua categoria funcional, após a decorrência do período e condições indicadas nesta Lei e definição das seguintes tabelas.

**INCISO I**

**TABELA DE PROGRESSÃO I**

| Categoria Funcional | | AUXILIAR |
|---|---|---|
| NIVEL | CLASSE | REQUISITOS |
| I<br>I | aA | Ensino fundamental incompleto |
| | bB | Ensino fundamental completo |
| | cC | Ensino médio completo |

**INCISO II**

**TABELA DE PROGRESSÃO II**

| Categoria Funcional | | ASSISTENTE |
|---|---|---|
| NIVEL | CLASSE | REQUISITOS |
| II | **aA** | Ensino médio incompleto |
| | **bB** | Ensino médio completo |
| | **cC** | Curso superior completo |

**INCISO III**

**TABELA DE PROGRESSÃO III**

| **Categoria Funcional** | | **TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR - TNS** |
|---|---|---|
| **N**IVEL | CLASSE | REQUISITOS |
| **I**<br>**III** | AA | Ensino superior completo |
| | BB | Curso Superior – Completo com especialização. |
| | BC | Ensino superior – mestrado. |

**SEÇÃO III**

**DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL**

**Art. 52 -** A Avaliação do Desempenho Funcional do servidor é o instrumento utilizado para aferição do cumprimento de suas obrigações e os índices de evolução dos seus conhecimentos profissionais.

**Art. 53 -** No regulamento de avaliação de desempenho funcional, serão estabelecidas normas que atendam à natureza das atividades desempenhadas pelo servidor público do legislativo e condições em que sejam exercidas, mediantes as seguintes características fundamentais:

**I** – assiduidade e pontualidade;

**II** – contribuição dos servidores público à realização dos propósitos da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger;

**III** – comportamento do servidor, relacionado à sua disciplina e caráter profissional;

**IV** – prévia análise dos requisitos de formação profissional do servidor público.

**CAPITULO XI**

**DA FORMAÇÃO, DISPONIBILIDADE, ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR**

**E DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**SEÇÃO I**

**DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

**Art. 54 –** O Programa de Qualificação Profissional dos servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, aprovado pelo Poder Legislativo Municipal, deverá conter os seguintes objetivos:

**I –** caráter permanente e atualizado da programação de forma a acompanhar a evolução do conhecimento e dos processos atinentes ao avanço tecnológico na área de serviços afins;

**II –** universalidade, não só no aspecto do conteúdo técnico científico e profissional da qualificação propriamente dita, mas da promoção humana do servidor como agente de transformações das práticas e modelos;

**III –** ser veículo de sistematização das ações dos serviços inscritos na política Legislativa do Município;

**IV –** ser instrumento de integração dos parceiros de gestão do sistema público, no âmbito federal estadual e municipal;

**V –** descobrir e desenvolver os potenciais e valores humanos para estabelecer novas atribuições necessárias ao crescimento do sistema administrativo na esfera de competência do Poder Legislativo do Município;

**VI –** avaliar a qualificação profissional dos servidores a fim de detectar a eficácia dos resultados.

**Parágrafo único –** Caberá à área de Gestão da Câmara Municipal, levantar as necessidades de qualificação profissional dos seus servidores, elaborar a programação anual, submeter à aprovação da Mesa Diretora e executá–la.

**Art. 55 –** O profissional de nível superior beneficiado pelo Programa de Qualificação Profissional para o serviço público, independentemente do quadro de pessoal a que pertença, disponibilizará o repasse dos conhecimentos adquiridos enquanto agentes multiplicadores.

**Art. 56 –** O Programa de Qualificação Profissional deverá ser custeado com recursos financeiros próprios do Poder Legislativo Municipal, além dos provenientes de eventuais convênios.

**SEÇÃO II**

**DA DISPONIBILIDADE**

**Art. 57 -** Os servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, dentro dos seus parâmetros e critérios do Presidente do Legislativo Municipal, poderão ser colocados à disposição de outros poderes na forma da Lei.

**SEÇÃO III**

**DO ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR**

**Art. 58 -** O servidor público terá seu enquadramento na forma seguinte:

**I** – categoria funcional;

**II** – nível;

**III** – classe funcional;

**IV** – referências.

**Art. 59 -** O enquadramento do servidor nas categorias funcionais dos atuais cargos transformados ou transportados será efetuado de acordo com sua habilitação legal e seu nível de escolaridade exigido nesta Lei.

**Parágrafo único** – O enquadramento a que se refere este artigo abrangerá as categorias funcionais de Auxiliar, Assistente, e Técnico de Nível Superior.

**Art. 60 -** O enquadramento constante no atual escalonamento de classe do servidor público municipal, dependerá de comprovação de escolaridade e aperfeiçoamento adquirido em cursos de treinamento.

**Parágrafo único** – Os fatores a que se refere o Artigo anterior obedecerão aos seguintes critérios:

**I** – O cumprimento integral da carga horária indicada nos requisitos da respectiva classe será acrescido de comprovação do aproveitamento em curso ministrado por entidade pública e/ou privada;

**II** – Houver completado 02 (dois) anos de efetivo exercício na referida classe.

**Art. 61 -** O enquadramento nas referências será atribuído mediante a verificação do tempo de serviço integral prestado pelo servidor, observando-se o período de 02 (dois) anos para cada referência.

**Parágrafo único** – O disposto neste Artigo não se estende aos servidores inativos.

**Art. 62 -** As dúvidas e os casos omissos por ventura observados na efetivação do enquadramento do servidor público, serão decididos pelo Presidente da Câmara, ouvida a Comissão de Progressão Funcional Administrativa do Servidor.

**Art. 63 -** Após nomeação e enquadramento no seu respectivo cargo, o servidor se submete ao estágio probatório durante o qual exercitará sua capacidade, desempenho, probidade e dedicação ao serviço público, ficando sujeito à dispensa se comprovado, administrativamente, sua inadequação.

**CAPÍTULO XII**

**DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 64 –** Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

**I –** assiduidade;

**II –** disciplina;

**III –** capacidade de iniciativa;

**IV** – produtividade;

**V –** responsabilidade.

**§ 1º –** Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial anual de desempenho, por Comissão Especial instituída para essa finalidade.

**§ 2º –** O servidor em estágio probatório que não alcançar a pontuação mínima na escala de avaliação, por ano de efetivo exercício na função, será considerado inapto para o cargo, e não poderá adquirir a estabilidade, devendo ser exonerado, de ofício pelo Presidente da Câmara, a bem do serviço público.

**§ 3º** – O levantamento dos elementos documentais necessários a apuração dos fatos que comprovem a inadequação do servidor público enquadrado as tarefas que vinha exercendo, será definido pelo Estatuto do Servidor.

**CAPITULO XIII**

**DOS VENCIMENTOS**

**Art. 65 -** Os servidores da Câmara de Santo Antônio de Leverger não terão isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou assemelhadas dentre os poderes Executivo e Legislativo, ressalvada as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

**Art. 66 -** Aplicam-se aos servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, os direitos e as vantagens seguintes:

**I** – salário base não inferior ao salário mínimo fixado em Lei Federal;

**II** – irredutibilidade de salário base, salvo em convenção ou acordo coletivo;

**III** – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

**IV** – salário família para seus dependentes;

**V** – duração de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais; com repouso semanal remunerado, aos sábados e domingos;

**VI** - remuneração do serviço extraordinário, superior no mínimo em 50% (cinquenta por cento) a do normal;

**VII** – gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos, um terço a mais que o salário normal;

**VIII** – licença à gestante, remunerada de 180 (cento e oitenta) dias;

**IX** – licença à paternidade, nos termos da Lei;

**X** – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei;

**XI** – proibição de diferenças de salários, de exercícios de funções e de critérios de admissões por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

**XII** – adicional de 2% (dois por cento) sobre a remuneração do servidor efetivo a cada ano de efetivo serviço.

**Art. 67º -** O servidor público terá como salário base inicial, seus proventos, conforme Grupo Ocupacional, Nível, Classe, Referências.

**Art. 68 -** A revisão geral da remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, sem distinção de grupo, far-se-á sempre na mesma data de reajuste do salário mínimo vigente, com índices nunca inferiores ao reajuste nacional do servidor público.

**SEÇÃO I**

**DA PROGRESSÃO DOS RENDIMENTO**

**Art. 69 -** O servidor público do Legislativo Municipal, a partir da publicação desta Lei, perceberá seus vencimentos conforme as seguintes progressões:

**INCISO I**

| **NÍVEL I** | | **GRUPO OCUPACIONAL AUXILIARES** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CLASSE | SALÁRIO BASE 1.000,00 | REFERÊNCIAS | | | |
| | | I Salário base + 5% | II Salário base + 10% | III Salário base + 15% | IV Salário base + 20% |
| AA | Salário base 1.000,00 | 1.050,00 | 11.100,00 | 11.150,00 | 11.200,00 |
| B | Salário base + 20% = 1.200 | 1.260,00 | 1.320,00 | 1.380,00 | 1.440,00 |
| CC | Salário base + 40% = 1.400 | 1.470,00 | 1.540,00 | 1.610,00 | 1.680,00 |

**INCISO II**

| **NÍVEL II** | | **GRUPO OCUPACIONAL ASSISTENTE** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CLASSE | SALÁRIO BASE 1.200,00 | REFERÊNCIAS R$ | | | |
| | | I Salário base + 5% | II Salário base + 10% | III Salário base + 15% | IV Salário base + 20% |
| A | Salário Base = 2.200,00 | 2.310,00 | 2.420,00 | 2.530,00 | 2.640,00 |
| B | Salário base + 20% = 2.640,00 | 2.772,0 | 2.904,00 | 3.036,00 | 3.168,00 |
| C | Salário base + 40% = 3.080,00 | 3.234,00 | 3.388,00 | 3.542,00 | 3.696,00 |

**INCISO IV**

| **NÍVEL III** | | **GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR** | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CLASSE | SALÁRIO BASE = 3.800,00 | REFERÊNCIAS R$ | | | |
| | | I Salário base + 5% | II Salário base + 10% | III Salário base + 15% | IV Salário base + 20% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| AA | Salário base = = 3.800,00 | 3.990,00 | 4.180,00 | 4.370,00 | 4.560,00 |
| AB | SSalário base + 20% = 4.560,00 | 4.788,00 | 5.016,00 | 5.244,00 | 5.472,00 |
| AC | Salário base + 40% = 5.320,00 | 5.686,00 | 5.852,00 | 6.118,00 | 6.384,00 |
| AD | Salário base + 65% = 6.270,00 | 6.583,5 | 6.897,00 | 7.210,50 | 7.524,00 |

**Art. 70 -** As normas de cálculo e percentagem constantes no artigo anterior prevalecerão das seguintes formas:

**I** – SALÁRIO BASE – É a definição inicial agrupado a classe “A” e as demais classes conforme a expressão:

EXPRESSÃO A

| | |
|---|---|
| CLASSE A | SALÁRIO BASE |
| CLASSE B | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 20% |
| CLASSE C | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 40% |
| CLASSE D | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 65% |

**II** – REFERÊNCIA – É a definição correspondente ao escalonamento progressivo da classe ao seu grupo, e prevalecerá conforme a expressão abaixo:

EXPRESSÃO B

| | |
|---|---|
| REFERÊNCIA I | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 5% |
| REFERÊNCIA II | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 10% |
| REFERÊNCIA II | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 15% |
| REFERÊNCIA IV | SALÁRIO BASE DA CLASSE + 20% |

**Art. 71 -** Os vencimentos percebidos pelos servidores da Câmara Municipal, bem como gratificações, adicionais e demais vantagens, serão revistos anualmente, segundo a variação acumulada do IPCA do IBGE nos últimos 12 (doze) meses.

**CAPÍTULO XIV**

**DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS**

**DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO**

**SEÇÃO I**

**DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS**

**Art. 72 -** O servidor público efetivo da câmara municipal, equiparado nas funções de confiança, terá acrescido um valor fixo de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

**Parágrafo único** – O Presidente do Poder Legislativo Municipal, havendo dotação orçamentária, poderá no início de cada ano reajustar a previsão a que se refere o “caput” deste artigo.

**Art. 73 -** Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor, não serão computados nem acumulados para fins de concessão de aumento salarial sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

**CAPÍTULO XV**

**DAS LICENÇAS, DAS CONCESSÕES, DOS AFASTAMENTOS**

**E SUBSTITUIÇÕES**

**SEÇÃO I**

**DAS LICENÇAS**

**Art. 74** – Será concedida licença remunerada para aperfeiçoamento ou especialização profissional pelo prazo de até 3 (três) anos.

**§ 1º -** A licença somente será concedida quando o curso de aperfeiçoamento ou especialização não poder ser freqüentado sem prejuízo do serviço e o mesmo for de interesse da Câmara Municipal.

**§ 2º -** O servidor licenciado para fins de que trata este artigo obriga-se a prestar serviços no órgão de lotação quando do seu retorno por um período de no mínimo igual ou superior ao seu afastamento, sob pena de ressarcir ao erário da Câmara o valor das remunerações recebidas durante o afastamento.

**Art**. **75** - Conceder-se-á aos profissionais da Câmara licença:

**I** – por motivo de doença em pessoa da família;

**II** – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

**III** – para o serviço militar;

**IV** – para atividade política;

**V** – Licença prêmio por assiduidade

**VI** – para tratar de interesses particulares;

**VII** – para desempenho de mandato classista;

**VIII** – gestante, paternidade, adoção e aborto;

**IX** – para tratamento de saúde;

**X** – por acidente em serviço.

**§ 1º -** A licença prevista no inciso I será precedida de exame por médico ou junta médica oficial.

**§ 2º -** É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste Artigo.

**Art. 76** – A licença concedida dentro de sessenta dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

**Art. 77** – É competente para conceder licença, apenas o Presidente da Câmara Municipal.

**SUB-SEÇÃO I**

**DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

**Art. 78** – Poderá ser concedida licença ao servidor da Câmara Municipal por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva as suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

**§ 1º**- A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não poder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

**§ 2º**- A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração por até 90 (noventa) dias.

**SUB-SEÇÃO II**

**DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO**

**Art. 79** – Poderá ser concedida a licença ao servidor da Câmara Municipal para acompanhar o cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos poderes executivo e legislativo.

**Parágrafo único** - A licença será por prazo indeterminado sem remuneração.

**SUB-SEÇÃO III**

**DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR**

**Art. 80** – Ao servidor da Câmara Municipal convocado para o serviço militar será concedida licença não remunerada, na forma e condições previstas na legislação específica.

**Parágrafo único** – concluindo o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

**SUB-SEÇÃO IV**

**DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**

**Art. 81** – O servidor da Câmara Municipal terá direito a licença com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral.

**Parágrafo único** – O servidor da Câmara, candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções que exerça cargo de direção, chefia e assessoramento, dele será afastado a partir do dia imediato ao registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

**Art. 82** – A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor da Câmara Municipal fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

**Art. 83** – Desde a expedição do diploma para o cargo eletivo, o servidor da Câmara Municipal ficará afastado do exercício do cargo, enquanto durar o desempenho do mandato.

**Parágrafo único** - Em se tratando de mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, e o cargo sendo em outro município, poderá permanecer no seu cargo, sem prejuízo da remuneração a que faz jus.

**SUB-SEÇÃO V**

**DA LICENÇA PREMIO**

**Art. 84** – Após cada quinquênio ininterrupto de efetivo exercício no Serviço Público Municipal, o funcionário fará jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, permitida sua conversão em espécie, parcial ou total, por opção do funcionário. (*Redação dada pela Lei 432/90, que trata Estatuto Servidores Públicos da Câmara Santo Antonio Leverger*).

**SUB-SEÇÃO VI**

**DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

**Art. 85** – A critério da Presidência poderá ser concedida ao servidor da Câmara Municipal ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos.

**§ 1º** - Neste caso a licença ocorre sem remuneração.

**§ 2º** – A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da Câmara.

**SUB-SEÇÃO VII**

**DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA**

**Art. 86** – É assegurado ao servidor da Câmara Municipal o direito a licença com remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional e sindicato representativo da categoria, desde que exerça o cargo de presidente.

**SUB-SEÇÃO VIII**

**DA LICENÇA GESTANTE, PATERNIDADE, ADOÇÃO E ABORTO**

**Art. 87** – A licença gestante é benefício de caráter previdenciário garantido pela Constituição Brasileira.

**Art. 88** – Será concedida licença gestante ao servidor da Câmara Municipal, na forma da Lei, sem prejuízo da remuneração.

**§ 1º**- A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação salvo antecipação por prescrição médica.

**§ 2º**- No caso de nascido prematuro, a licença terá início a partir do parto.

**§ 3º**- No caso do natimorto decorrido 30 (trinta) dias do evento a parturiente será submetida a exame médico e se julgada apta reassumirá o exercício.

**Art. 89** – O servidor da Câmara Municipal terá direito a licença paternidade, sem prejuízo da remuneração.

**Parágrafo único** – A licença de que trata o "*caput* "deste artigo será de 8 (oito) dias consecutivos, a contar do parto da esposa ou da companheira ou em caso de adoção.

**SUB-SEÇÃO IX**

**DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

**Art. 90** – Será concedida ao servidor da Câmara Municipal licença para tratamento de saúde, concedida com base em exame médico pericial sem prejuízo a remuneração que fizer jus.

**Parágrafo único** – Para licença de até 15 (quinze) dias a perícia será realizado por médico credenciado pela Câmara Municipal e, se por prazo superior por junta médica da previdência oficial.

**SUB-SEÇÃO X**

**DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO**

**Art. 91** – Será licenciado com remuneração integral o servidor da Câmara Municipal acidentado em serviço ou acometido de moléstia profissional.

**Art. 92** – Configura acidente em serviço ou doença profissional, o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo único** – equipara-se ao acidente em serviço o dano:

**I** – decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor da Câmara Municipal em exercício do cargo;

**II** – sofrido no percurso para o trabalho e vice e versa.

**Art. 93** – A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

**SEÇÃO II**

**DAS CONCESSÕES**

**Art. 94 –** Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor público da Câmara Municipal ausentar–se do serviço:

**I –** por 1 (um) dia, para doação de sangue;

**II –** por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

**III** – por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de:

**a –** casamento;

**b –** falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmão e avós.

**Art. 95** – Será concedido horário especial ao servidor público da Câmara Municipal estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.

**Art. 96** – Ao servidor da Câmara Municipal estudante, se transferido, fica assegurado às mesmas condições para continuar os estudos.

**Parágrafo único** – O disposto neste artigo estende–se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos ou enteados do servidor Pública da Câmara Municipal que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob guarda, com autorização judicial.

**SEÇÃO III**

**DO AFASTAMENTO E SUBSTITUIÇÕES**

**Art. 97 -** Os integrantes do quadro dos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal poderão afastar-se do exercício da função, respeitando o interesse da Administração, nas seguintes situações:

**I** – prover empregos em comissão na administração municipal;

**II** – Freqüentar cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, estágios de aperfeiçoamento, bem como participar de congressos, simpósios ou similares, quando houver incompatibilidade de horários e compatíveis com a sua área de atuação;

**III** – participar de grupos de trabalho para a execução de tarefas de interesse do serviço público municipal;

**IV** - cumprir missão oficial dentro ou fora do país;

**V** – participar de diretoria executiva de associações ou órgãos da classe como presidente;

**Parágrafo único –** O afastamento conforme o inciso II será concedido com remuneração e vantagens do emprego, com autorização do Presidente da Câmara.

**Art. 98 -** O afastamento só será concedido ao ocupante de cargo efetivo após 03 (três) anos de efetivo exercício no emprego.

**Art. 99 -** No caso de substituição em função gratificada, o substituto perceberá a gratificação de função correspondente e proporcional aos dias em que estiver nela investido, desde que a substituição se der por período superior a 5 (cinco) dias; após o período de substituição o substituto retornará ao seu emprego de origem, voltando a receber o vencimento correspondente.

**CAPÍTULO XVI**

**DAS VANTAGENS E DAS CONCESSÕES**

**SEÇÃO I**

**DAS VANTAGENS**

**Art. 100** – Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor público da Câmara Municipal, as seguintes vantagens:

**I –** Indenizações;

**II –** Auxílios pecuniários;

**III –** Gratificações e adicionais.

**§ 1º –** As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao vencimento ou provento, para qualquer efeito.

**§ 2º –** As gratificações e os adicionais incorporam–se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados nesta Lei.

**SEÇÃO II**

**DAS INDENIZAÇÕES**

**Art. 101** – Constituem indenizações ao servidor:

**I** – ajuda de custo;

**II** – diárias.

**SUB-SEÇÃO I**

**DA AJUDA DE CUSTO**

**Art. 102** – A ajuda de custo destina–se a compensar as despesas do servidor que, no interesse do serviço, for deslocado para fora da sede do Poder Legislativo do Município, por prazo certo.

**Art. 103** – Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi–lo, em virtude de mandato eletivo.

**SUB-SEÇÃO II**

**DAS DIÁRIAS**

**Art. 104 –** O servidor que, a serviço, tiver de afastar da sede da Câmara, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território do Estado ou do País, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada e alimentação.

**§ 1º –** A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

**§ 2º –** Não poderão ser pagas mais de 10 (dez) diárias no mês, por servidor da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger.

**§ 3º –** O valor da diária será fixado por Lei ou Resolução específica.

**SEÇÃO III**

**DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**Art. 105** – Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidas aos servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, as seguintes gratificações e adicionais:

**I –** gratificação natalina;

**II –** adicional pela prestação de serviço extraordinário;

**III –** adicional de férias;

**IV –** adicional noturno.

**Art. 106** – São assegurados aos servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, todos os direitos, vantagens e concessões de que trata o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, desde que respeitadas às regras e as normas estabelecidas pela Constituição Federal e pelas Leis Federais Complementares.

**SEÇÃO IV**

**DA POLÍTICA SALARIAL**

**Art. 107** – As despesas com o pagamento de salários, vencimentos, proventos, pensões e outras vantagens atribuídas aos funcionários e servidores da Câmara Municipal, obedecerão a Lei do Orçamento anual destinado ao Poder Legislativo Municipal.

**Art. 108** – A política salarial da Câmara Municipal será aplicada aos seus funcionários e servidores, independentemente das normas instituídas pela Política Salarial do Governo Municipal (Poder Executivo), conforme dispuser leis complementares.

**SEÇÃO V**

**DA ADMISSÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

**Art. 109** – Independerá de concurso à admissão para funções de caráter transitório de excepcional interesse público, que se darão por tempo determinado, justificada sempre, as razões que só podem ser fundamentadas na excepcionalidade e na transitoriedade, sem vínculo empregatício e na forma prevista em lei.

**SEÇÃO VI**

**DA EXTINÇÃO DOS CARGOS E DOS EMPREGOS**

**Art. 110** – Os cargos e os empregos, atualmente existentes na Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, que não puderem sofrer o aproveitamento ou o enquadramento nos termos desta Lei e da legislação superior, serão extintos à medida que forem providos os cargos de provimento em comissão e os cargos de provimento efetivo por àqueles aprovados em concurso público.

**CAPITULO XVII**

**DA VACÂNCIA**

**Art. 111 –** A vacância do cargo público decorrerá de:

**I –** exoneração;

**II –** demissão;

**III** – promoção;

**IV** – transferência;

**V –** posse em outro cargo;

**VI –** aposentadoria;

**VII –** falecimento.

**Art. 112** – A exoneração de cargo efetivo dar–se–á a pedido do Servidor ou "ex officio", e, por justa causa, mediante Processo Administrativo, Sindicância ou Inquérito, na forma da lei.

**Parágrafo único** – A exoneração "ex–officio" será aplicada:

**I** – quando não satisfeitas às condições do estágio probatório;

**II** – quando tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

**III** – quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade.

**Art. 113 –** A exoneração de cargo em comissão dar–se–á:

**I** – a juízo da autoridade competente;

**II** – a pedido do próprio servidor.

**Art. 114 –** A vaga ocorrerá:

**I –** na data da vigência do ato de promoção funcional, transferência, aposentadoria, exoneração ou demissão do ocupante do cargo;

**II –** na data do falecimento do ocupante do cargo;

**III –** na data da vigência do ato que criar o cargo ou permitir seu aproveitamento;

**IV –** imediata àquela em que o servidor completar 70 (setenta) anos de idade;

**V –** da posse em outro cargo de acumulação proibida.

**CAPÍTULO XVIII**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 115 -** A Mesa Diretora promoverá o concurso público para nomeação dos cargos de provimento efetivo que estejam vagos, conforme a necessidade.

**Art. 116 -** A nomeação para exercício de cargo de provimento em comissão se dará com o afastamento do servidor do exercício do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal.

**Parágrafo único** - Ressalvada a hipótese de acumulação, o servidor efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento do cargo efetivo ou daquele em comissão.

**Art. 117 -** Poderá, ainda, a Câmara Municipal realizar a contratação de serviços de consultoria e assessoria, desde que:

**I -** os serviços sejam prestados por pessoa jurídica regularmente constituída;

**II -** a contratação se dê através de regular processo licitatório nos termos da Lei Federal 8.666/93;

**III -** haja justificada necessidade e interesse público.

**Art. 118 -** Até o prazo de 6 (seis) meses da publicação desta Lei o Presidente da Câmara Municipal providenciará todos os atos necessários ao enquadramento dos atuais servidores efetivos e estáveis do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 119 -** Ficam asseguradas todas as vantagens e garantias inerentes aos servidores efetivos e estáveis, os quais pertençam ao atual quadro de Carreira de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 120 -** Em caso de concessão de qualquer abono e outra modalidade que implique em concessão de benefício salarial ao servidor da Administração Direta do Poder Executivo, serão estendidas aos servidores do quadro do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 121 -** O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores expedirá os atos administrativos complementares e necessários à execução desta Lei.

**Art. 122 -** As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias da Câmara Municipal em vigor, suplementadas se necessário.

**Art. 123 -** O primeiro enquadramento dos atuais servidores da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, ocorrerá no mês subsequente a aprovação desta Lei;

**Art. 124 -** A Secretaria Executiva da Câmara Municipal juntamente com o Núcleo de Gestão de Pessoas, farão as devidas apreciações e anotações nos prontuários dos servidores da Câmara a fim de fazer-se a evolução coerente com esta Lei.

**Art. 125** – Os efeitos desta Lei não se estendem ao pessoal inativo e pensionista da Câmara Municipal.

**Art. 126** – Fica vedada à disposição ou cessão dos Servidores pertencentes ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, aos poderes da União, do Estado de Mato Grosso e do Município, ressalvado os casos de força maior ou decorrente do cumprimento de convênio bilateral.

**Art. 127** – O Presidente da Mesa Diretora, para o cumprimento da presente lei, fica autorizado a proceder, em nome da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, a contratação de empresa ou de profissionais legalmente habilitados e especializados na área de concursos públicos, para a efetiva elaboração, aplicação, execução e avaliação das provas, objetivando a prover os cargos de provimento efetivo existentes e vagos no órgão do Poder Legislativo Municipal.

**Art. 128** – Até que a Câmara promova a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos, poderão ser mantidos os valores mensais que, atualmente, a Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, remunera os seus funcionários/prestadores de serviços pessoais.

**Art. 129** – Fica autorizado ao Presidente da Câmara a prover, os cargos de provimento em comissão instituídos por esta Lei.

**Art. 130** – Fica autorizado ao Presidente da Câmara Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, previdenciárias, fiscais e contábeis, para a fiel execução da presente Lei.

**Art. 131** – O Servidor será aposentado com o subsidio de seu Nível e classe correspondente, observadas as regras do Órgão Previdenciário Municipal.

**Art. 132** - São extintas todas funções gratificadas existentes no Poder Legislativo do Município de Santo Antônio de Leverger, anteriores à vigência desta Lei.

**§ 1°** - É estabelecida, a garantia de aproveitamento imediato dos servidores concursados nos cargos iguais ou assemelhados, criados por esta Lei.

**§ 2°** - Aos servidores nomeados para cargo de confiança anterior à vigência desta Lei aplica-se a regra do parágrafo anterior, apenas no que tange ao aproveitamento e não a garantia.

**§ 3°** - No momento do re-enquadramento de classe dos servidores diante desta Lei, ser-lhes-ão assegurado o tempo de serviço já existente, sendo que os mesmos serão alocados com os adicionais de tempo de serviço incluídos no vencimento base.

**§ 4°** - Nenhum servidor re-enquadrado, poderá perceber menos que o vencimento base para a categoria desta Lei.

**Art. 133 -** As dúvidas e os casos omissos por ventura observados serão decididos pela Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, ouvida a Comissão de Progressão Funcional Administrativa do Servidor.

**Art. 134** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018, revogadas todas as disposições em contrário.

***Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 25 de Janeiro de 2018.***

***VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**ANEXO I**

**QUADRO PESSOAL EM COMISSÃO**

**CARGOS, SIGLA, VAGAS E SALÁRIO**

| CARGOS | SIGLA | VAGAS | SALARIO |
|---|---|---|---|
| Assistente parlamentar I | DAS – I | 02 | 979,00 |
| Assistente parlamentar II | DAS - II | 01 | 1.100,00 |
| Analista administrativo I | DAS - III | 01 | 1.400,00 |
| Assessor parlamentar das comissões | DAS – IV | 01 | 1.500,00 |
| Taquigrafa | DAS – V | 02 | 2.470,00 |
| Secretária Executiva | DAS – IV | 01 | 2.780,00 |
| Assessor Especial | DAS- VII | 01 | 4.122,00 |

**ANEXO II**

**REENQUADRAMENTO DO QUADRO EFETIVO**

**INCISO I**

| NÍVEL | CARGO ATUAL | CLASSE | FERÊNCIA | SALÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| II | Técnico de Som | A | III | 2.530,00 |
| | Assistente administrativo | B | IV | .3.168,00 |

**INCISO II**

| NIVEL | CARGOS | CLASSE | REFERÊNCIA | SALÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| III | Contador | A | IV | 4.560,00 |
| | Auditor de Controle Interno | B | II | 5.016,00 |

**ANEXO III**

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO**

| CARGO | ATRIBUIÇÕES | |
|---|---|---|
| **Assistente parlamentar I** | Promover a limpeza e Assessoria de órgãos, carga e descarga de materiais, entrega de correspondências. | Ensino Fundamental Completo |
| **Assistente parlamentar II** | Atua principalmente nos assuntos administrativos do gabinete, inclusive controle de cotas/verbas parlamentares e acompanhamento de processos e projetos de interesse do parlamentar. | Ensino Médio Completo |
| **Assessor parlamentar das comissões** | Responsável por elaborar atas das reuniões das comissões permanentes, temporárias, especiais, parlamentares de inquérito e processante; Auxilia nos trabalhos de pesquisa legislativa; Auxilia na elaboração dos pareceres e demais atos das comissões permanentes; Confere e coleta assinaturas dos membros nos documentos afetos às comissões. | Ensino Médio Completo |
| **Analista administrativo** | Presta assistência nos processos da área administrativa, auxiliando na organização de arquivos, controle de entrada e saída de correspondências, elaboração de planilhas e relatórios gerenciais. Realiza atividades de apoio às áreas financeira e de recursos humanos. | Ensino Médio Completo |
| **Taquígrafa** | Executa de tarefas relativas ao registro e decifração de notas taquigráficas, diretamente ou mediante gravações em sistema de áudio, dos discursos, depoimentos, exposições, conferências e debates travados no âmbito do Plenário e/ou das Comissões da Câmara Municipal. | Ensino Médio Completo |
| **Secretária Executiva** | Supervisiona, coordena e dirigi os serviços administrativos e de assessorias da Câmara e zela pelo seu funcionamento de modo a lhe manter a eficiência; expede, no que for de sua alçada, instruções e ordens de serviço necessários ao bom desempenho dos trabalhos; cumpri e faz cumprir as determinações da presidência, prestando-lhe as informações que forem solicitadas; Desenvolve outras atribuições determinadas pelá Presidência. | Ensino Médio Completo |
| **Assessor Especial** | Assistir a Mesa Diretora, as Comissões e promover assessoramento, avaliar e revisar pareceres, elaborar minutas contratos e outros atos. | Ensino Superior Completo |

**RECURSOS HUMANOS**
**LEI COMPLEMENTAR 033/GP/2018**

**LEI COMPLEMENTAR 033/GP/2018**

**DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER - MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER**, Estado de Mato Grosso, **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**TITULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º -** A Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, para efetivar a operacionalização de seus serviços administrativos internos, dispõe de órgãos próprios, agrupados segundo sua natureza funcional, os quais responderão de forma conjunta pelas atividades e objetivos que tenham em vista o regular funcionamento do Poder Legislativo e o bem-estar da coletividade.

**Parágrafo único -** Na qualidade de representante do Poder Legislativo Municipal, o Presidente da Câmara adotará medidas cabíveis para que os órgãos sob seu comando, atuem efetivamente de forma integrada, eficiente e racional, na realização das incumbências indispensáveis ao cumprimento do seu objetivo permanente.

**Art. 2º -** A estrutura organizacional básica da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, para cumprir seusobjetivos específicos, com fulcro nos artigos da LeiOrgânica do Município, combinados com os artigos do seu Regimento Interno,fica assim constituída:

**I – ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

**a** – Mesa Diretora

**b** - Secretaria Executiva

**II – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO**

**a** – Assessoria Parlamentar

**b** – Assessoria Jurídica

**III - ÓRGÃO DE CONTROLE:**

**a** – Secretaria de Controle Interno

**TITULO II**

**DA AÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO**

**Art. 3º** A ação administrativa do Poder Legislativo do município de Santo Antônio de Leverger tem por finalidade a execução de suas funções constitucionais, baseado nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tendo por objetivos principais:

**I** - dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo para que possa exercer suas tarefas constitucionais;

**II** - dotar o Poder Legislativo de infraestrutura capaz de proporcionar os meios adequados, seguros e legais para a execução de suas atividades;

**III** - oferecer aos Vereadores os meios materiais e legais de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades parlamentares.

**TITULO III**

**DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

**Art. 4º –** A Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger–MT, prevista na presente Lei, entrará em funcionamento, gradativamente, à medida que os órgãos que a compõe forem sendo implantados, segundo a conveniência da administração do Poder Legislativo, oportunizando a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, devendo o funcionamento reger consoante as disposições da Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara Municipal, com as alterações legais que lhe forem dadas.

**Parágrafo único** – Os servidores da Câmara Municipal estarão sujeitos ao Regime Jurídico estatutário, regendo–se segundo as normas e critérios estabelecidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Santo Antônio de Leverger – MT.

**TITULO IV**

**DA FINALIDADE DOS ÓRGÃOS**

**CAPÍTULO I**

**ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 5º.** Os Órgãos de Direção e Administração são compostos por um quadro de pessoal, em cargo de provimento por concurso público e em comissão de livre nomeação e exoneração, tendo por finalidade a gestão administrativa e legislativa da Câmara Municipal.

**SEÇÃO I**

**DA MESA DIRETORA**

**Art. 6º -** A Mesa Diretoraé composta e eleita na forma prevista no Regimento Interno da Câmara Municipal, o qual dispõe também sobre suas atribuições e competências.

**SEÇÃO II**

**DA SECRETARIA EXECUTIVA**

**Art. 7º –** A Secretaria Executiva é o órgão encarregado pela administração da Câmara Municipal e colaboração nas atividades burocráticas dos Vereadores, das Comissões e do Plenário.

**Art. 8º -** À Secretaria Executiva, sem prejuízo do que dispuser o Regimento Interno da Câmara Municipal, compete:

**I -** estudar, propor e dar execução às políticas administrativas da Câmara, relativas aos recursos humanos, notadamente quanto à gestão do quadro de pessoal e de carreiras, a formação profissional, à avaliação do desempenho, ao sistema de motivação e disciplina e as previsões financeiras relativas a encargos do pessoal, no quadro de um sistema global e integrado de gestão de recursos humanos;

**II -** colaborar no processo de desenvolvimento organizacional da Câmara Municipal, com incidência na estrutura orgânica, no desenvolvimento tecnológico e dos sistemas de informação, na qualificação do trabalho dirigente e de chefia, na melhoria dos métodos de gestão, na valorização dos recursos humanos e nas condições de instalação dos serviços legislativos;

**III -** promover a desburocratização e agilização administrativa, a fluidez e racionalidade dos procedimentos e, de uma forma geral, a resposta às solicitações dos munícipes;

**IV -** proceder à gestão do quadro permanente de pessoal e, anualmente, face aos estudos, elaborar as propostas de alterações que se mostrem adequadas;

**V -** elaborar a proposta de orçamento anual de recursos humanos, acompanhar a respectiva execução e propor eventuais alterações;

**VI -** planejar, programar, controlar e promover a execução das atividades relacionadas com a administração de material, patrimônio, documentação, protocolo, arquivo, transportes e serviços gerais;

**VII -** conferir e visar toda a documentação financeira e contábil produzida pela Núcleo de Gestão Orçamentária e Financeira, tais como movimento de caixa, cheques, ordens bancárias, conciliações, empenhos, relatórios, balancetes, demonstrativos e outros similares;

**VIII -** orientar a classificação contábil das receitas e despesas, a emissão dos empenhos e a execução da contabilidade;

**IX -** executar outras atribuições correlatas, a critério da Presidência da Câmara Municipal.

**Art. 9º -** Para a efetivação de suas atribuições, a Secretaria Executiva contará com as seguintes unidades operacionais, sob sua subordinação imediata:

**I –** Núcleo de Gestão de Pessoas;

**II –** Núcleo Administrativo, Orçamentário, Financeiro e Contábil

**SUB-SEÇÃO I**

**DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Art. 10 –** Ao Núcleo de Gestão de Pessoas**,** compete:

**I** - controlar e manter atualizado o registro dos dados pessoais e funcionais dos servidores da Câmara Municipal;

**II -** instruir processos relacionados com os direitos dos servidores;

**III -** promover e aplicar as normas, regulamentos e procedimentos relativos ao Plano de Cargos e Carreiras;

**IV -** elaborar escala anual de férias dos servidores, de conformidade com as necessidades dos serviços e observância das normas estabelecidas;

**V -** elaborar atos de concessão de diárias e ajuda de custo para os servidores da Câmara Municipal;

**VI -** manter a disposição das autoridades competentes toda a documentação exigida para fins de controle e fiscalização;

**VII -** elaborar e encaminhar expedientes necessários à concessão de direitos e vantagens dos servidores;

**VIII -** examinar e informar as ocorrências relativas ao provimento de cargos, vacância, afastamento e movimentação de pessoal;

**IX -** proceder a averbação e contagem de tempo de serviços dos servidores;

**X** - implementar o sistema de avaliação de desempenho de servidor;

**XI -** emitir declarações e certificados relativos aos programas de capacitação e desenvolvimento de pessoal;

**XII -** prestar informações em processos e dar pareceres quando oficialmente solicitado;

**XIII** – elaborar o Programa de Capacitação dos servidores;

**XIV-** contribuir para a criação de uma dinâmica de participação positiva dos servidores na prestação dos serviços da Câmara;

**XV -** executar outras atribuições correlatas, a critério da Secretaria Executiva.

**SUB-SEÇÃO II**

**NÚCLEO ADMINISTRATIVO, ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL**

**Art. 11 -** O Núcleo é composta por 3 (três) unidades, a saber:

**I -** Unidade Financeira e Contábil;

**II -** Unidade de Almoxarifado e Patrimônio;

**III -** Unidade de Serviços Gerais e Manutenção.

**Art. 12 –** Ao Núcleo Administrativo, Orçamentário, Financeiro e Contábil compete:

**I -** gerir as finanças e controlar a execução orçamentária e promover os registros contábeis das operações efetuadas pela Câmara Municipal;

**II -** promover os pagamentos autorizados pelo ordenador da despesa, após conferir se o serviço foi prestado ou se o material foi entregue, se o credor está identificado com o contratado, bem como outras exigências necessárias à ratificação do direito;

**III -** preparar ordens de pagamento e emissão de cheques para assinatura das autoridades competentes;

**IV -** controlar os saldos das contas bancárias, e manter os registros correspondentes e necessários;

**V -** elaborar cronograma financeiro de desembolso, para fins de encaminhamento de solicitação à Prefeitura das verbas destinadas à Câmara Municipal;

**VI -** promover o controle dos registros das receitas recebidas pela Câmara Municipal;

**VII -** processar as despesas da Câmara Municipalnas suas fases de autorização e empenho;

**VIII -** emitir os empenhos das despesas autorizadas e processadas;

**IX -** promover o controle do orçamento e dos créditos orçamentários, registrando os valores empenhados, os pagos e os saldos;

**X -** elaborar as solicitações de remanejamento ou suplementação de dotação necessários à execução do orçamento da Câmara Municipal;

**XI -** elaborar a proposta anual da Câmara Municipal, observados os princípios constitucionais e legais vigentes;

**XII -** preparar os balancetes mensais e o balanço anual da Câmara Municipal;

**XIII -** registrar o movimento contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial da Câmara Municipal;

**XIV -** manter arquivo de toda a documentação relativa aos pagamentos e movimentos financeiros e contábeis;

**XV -** elaborar a documentação relativa à execução orçamentária, financeira e contábil a ser encaminhada ao Tribunal de Contas;

**XVI -** zelar pela proteção, conservação e limpeza dos bens móveis, imóveis e equipamentos do prédio da Câmara Municipal;

**XVII -** executar outras atribuições correlatas, a critério da Secretaria Executiva.

**Art. 13 -** À Unidade Financeira e Contábil, compete os seguintes serviços:

**I -** Serviço Financeiro e Contábil, a quem compete:

**a)** controlar a parte financeira;

**b)** elaborar balancetes mensais e balanços anuais;

**c)** elaborar a prestação de contas através dos sistemas informatizados;

**d)** manter em arquivo, para consulta, os processos referentes a contratos e licitações, para conferir com o montante das despesas registradas;

**e)** registrar, de modo sistemático, todos os atos e fatos contábeis de responsabilidade da Câmara Municipal, na forma da legislação vigente;

**f)** conferir e instruir as relações de restos a pagar em face dos saldos apurados dos empenhos arquivados;

**g)** controlar os adiantamentos, na forma da legislação pertinente, bem como a fiscalização da respectiva baixa pelo tomador;

**h)** elaborar as guias de impostos;

**i)** - prestar assessoramento contábil em geral a Câmara;

**j)** - promover o empenho prévio das despesas da Câmara e o acompanhamento da execução orçamentária em todas as suas fases;

**k)** - acompanhar junto ao órgão de contas do Município, o exame dos processos relativos a execução orçamentária da Câmara;

**l)** - elaborar a proposta orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Plurianual para serem anexados ao Orçamento Programa do Município;

**m)** – prestar assessoramento à Câmara no cumprimento de suas atribuições de fiscalização financeira e orçamentária do Município, nos termos da legislação pertinentes;

**n)** - examinar os processos referentes às contas municipais, após seu encaminhamento pelo órgão competente, assessorando as comissões permanentes, especialmente a Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização, na emissão de seu parecer, e acompanhando os processos submetidos a diligência;

**o)** - inspecionar, quando solicitado, quaisquer documentos da gestão financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, bem como efetuar a conferência dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços;

**p)** - sugerir providências às comissões permanentes, especialmente à Comissão de Finanças. Orçamentos e Fiscalização, com relação às inspeções verificadas, na forma da Lei;

**q)** - atendimento as diligências e recursos inerentes aos balancetes mensais da Câmara;

**r)** - desincumbir-se de outras atividades que lhe sejam conferidas pelo Presidente.

**s)** executar demais atribuições correlatas.

**II -** Serviço de Tesouraria, a quem compete:

**a)** controlar e aplicar os valores;

**b)** controlar os saldos bancários no sistema informatizado;

**c)** conferir as notas com os empenhos;

**d)** controlar o vencimento das contas a pagar;

**e)** realizar os pagamentos e demais providências pertinentes;

**f)** providenciar o recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores e Vereadores da Câmara e do imposto de renda retido na fonte, sobre os rendimentos pagos a qualquer título aos Vereadores, aos servidores da Casa e a terceiros;

**g)** programar a parte financeira de desembolso;

**h)** realizar o pagamento das guias de impostos;

**i)** executar demais atribuições correlatas.

**III -** Serviço de Empenho e Orçamento, a quem compete:

**a)** elaborar e emitir os empenhos prévios, das despesas e controle das dotações orçamentárias;

**b)** elaborar e controlar as retenções e consignações de acordo com as dotações orçamentárias;

**c)** fornecer informações para fins de elaboração da proposta orçamentária anual para ser anexada ao orçamento municipal;

**d)** manter em arquivo documentos comprobatórios dos atos e fatos contábeis;

**e)** realizar a liquidação de empenho;

**f)** executar demais atribuições correlatas.

**Art. 14 - Á Unidade** de Almoxarifado e Patrimônio, a quem compete os seguintes serviços:

**I -** Serviço de Almoxarifado, a quem compete:

**a)** controlar, registrar e manter atualizado no sistema informatizado o estoque de materiais de consumo da Câmara;

**b)** fornecer os materiais requisitados para os diversos setores da Câmara;

**c)** organizar os produtos, conforme orientação do fornecedor, armazenando os itens de maneira ordenada e acessível de acordo com as regras de segurança;

**d)** examinar, inspecionar e reportar à Diretoria Financeira defeitos, quebras ou desuso de produtos;

**e)** propor a aquisição dos materiais necessários à manutenção das atividades da Câmara; suprimir porque já consta no setor de compras

**f)** reduzir, o quanto for possível, a variedade e quantidade dos materiais, em conformidade com seus superiores, uniformizando o uso e a nomenclatura;

**g)** receber e conferir os materiais de consumo adquiridos, após recebimento pela Comissão competente;

**h)** fazer o inventário, comparando as contagens físicas com a quantidade existente no sistema informatizado;

**i)** realizar as atividades de registro dos materiais de consumo, de manutenção do estoque e dos procedimentos de guarda, armazenamento e conservação, mantendo atualizada a escrituração referente ao movimento de entrada e saída de itens;

**j)** registrar e controlar a saída de materiais conforme requisição diária de cada setor, para efeito de previsão e controle de gastos;

**k)** apresentar relatórios mensais, depois de analisados, assinados e devolvidos, arquivá-los no setor;

**l)** verificar os produtos do estoque que encontram-se com defeitos e/ou desuso, reportando ao superior hierárquico;

**m)** executar outras atribuições correlatas.

**II -** Serviço de Patrimônio, a quem compete:

**a)** registrar e inventariar todos os bens patrimoniais da Câmara, após o termo de recebimento definitivo;

**b)** classificar, numerar e codificar no sistema o material permanente;

**c)** controlar e fiscalizar o uso dos bens patrimoniais da Câmara;

**d)** emitir termo de responsabilidade do setor que recebeu o bem patrimonial;

**e)** acompanhar e auxiliar os trabalhos Comissão competente que visem a destinação de bens patrimoniais inservíveis da Câmara;

**f)** comunicar, por escrito, ao Coordenador Financeiro quaisquer desvios e faltas de materiais permanentes, eventualmente verificados;

**g)** realizar o levantamento dos bens patrimoniais de cada setor, quando houver mudança do responsável, e emitir o novo termo de responsabilidade e a respectiva baixa.

**Art. 15 -** A Unidade de Serviços Gerais e Manutenção executam as atividades de apoio e manutenção, tendo as seguintes atribuições:

**I -** orientar, executar e controlar os serviços de manutenção predial, patrimonial, e de copa e cozinha, referente à limpeza, manutenção e reparos;

**II -** executar serviços de manutenção em materiais, móveis e equipamentos utilizados na Câmara Municipal;

**III -** organizar, controlar e manter os serviços de telefonia e recepção;

**IV -** coordenar e executar os serviços de vigilância da Câmara Municipal;

**V -** executar outras atribuições no âmbito desta Unidade.

**CAPÍTULO II**

**ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO**

**Art. 16 -** Os Órgãos de Assessoramento são compostos por um quadro de pessoal, em cargo de provimento por concurso público e em comissão de livre nomeação e exoneração, tem por finalidade oferecer apoio ao Presidente e à Mesa Diretora nas questões relativas a assessoria parlamentar e jurídica.

**Art. 17 -** Para a efetivação de suas atribuições de assessoramento, a Câmara Municipal contará com as seguintes unidades operacionais, sob sua subordinação imediata:

**I –** Assessoria Parlamentar

**II –** Assessoria Jurídica

**SEÇÃO I**

**DA ASSESSORIA PARLAMENTAR**

**Art. 18** – A Assessoria Parlamentar é o órgão de provimento em comissão vinculado e subordinado à Presidência da Câmara, responsável por toda a assessoria e atendimento aos interesses dos Vereadores.

**Art. 19 -** Ao **Assessor Parlamentar** compete:

**I** - auxiliar os vereadores na elaboração de projetos, requerimentos, resoluções e correspondências em geral;

**II** - assessorar o Presidente e os demais membros da Mesa, na organização e na coordenação das atividades da Câmara; supervisionar e controlar as atividades dos gabinetes dos vereadores;

**III** - supervisionar as atividades de cerimonial, e relações públicas;

**IV** - sugerir às Comissões permanentes quanto à relação às inspeções verificadas, na forma da Lei;

**V** - inspecionar, quando solicitado, quaisquer documentos da gestão financeira e patrimonial da Prefeitura, bem como efetuar a conferencia dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços;

**VI** - promover os serviços de registro e referência legislativa, de biblioteca e documentos da Câmara;

**VII** - organizar e manter serviço de efetivação de estudos e elaboração de documentos relacionados com matéria legislativa e de interesse do parlamentar e de suas prerrogativas;

**VIII** - promover o assessoramento técnico administrativo aos vereadores;

**IX** - acompanhar o desenrolar de quaisquer reuniões ou sessões especiais, realizadas pela Câmara;

**X** - rever os atos da Câmara antes de seu envio à publicação;

**XI** - orientar as comissões e auxiliar na elaboração de relatórios e pareceres;

**XII** - orientar os vereadores sobre a legalidade constitucional e as técnicas legislativas dos projetos para apreciação e votação;

**XIII** - zelar pelo bom desenvolvimento das sessões em termos de documentos a serem apresentados na ordem do dia;

**XIV** - acompanhar o andamento dos projetos juntos às comissões;

**XV** - organizar os projetos a serem votados;

**XVI** - fazer a cobrança das leis ao Executivo;

**XVII** - dar seqüência à tramitação de processos legislativos;

**XVIII** - zelar e cuidar dos livros de atas das sessões e comissões e o livro de presença dos vereadores, mantendo o seu arquivamento;

**XIX** - manter-se a par de todas as questões pertinentes às Comissões Permanentes, prestando informações, na periodicidade estabelecida ou quando fatos determinantes assim o exigem;

**XX** - coordenar o calendário das reuniões das Comissões Permanentes, conforme horas e dias firmados pelo presidente;

**XXI** - observar os prazos de projetos remetidos para sanção do Prefeito e vetos recebidos do Poder Executivo;

**XXII** - lançar despacho em todas as proposições correspondências e demais documentos, de conformidade com a deliberação do Plenário e da Mesa;

**XXIII** - elaborar as atas das sessões e comissões;

**XXIV** - responsabilizar-se pela redação das correspondências oficiais da Câmara;

**XXV** - acompanhar o andamento dos processos em diligência, notificando seus prazos e sugerindo providências;

**XXVI** - receber e registrar documentos de teor legislativo, anexá-lo, se necessário, distribuí-los e controlar sua movimentação interna;

**XXVII** - exercer outras tarefas que lhe forem conferidas por ato do Presidente.

**SEÇÃO II**

**DA ASSESSORIA JURÍDICA**

**Art. 20** – A Assessoria Jurídica é o órgão de provimento efetivo vinculado e subordinado à Presidência da Câmara, responsável por toda a assessoria e atendimento aos interesses da Câmara Municipal, Mesa Diretora e dos Vereadores.

**Art. 21 - Ao Assessor Jurídico compete:**

**I** – responder pela representação e assessoramento jurídico do Legislativo Municipal;

II - representar e defender os interesses da Câmara Municipal, judicial e extrajudicialmente, de acordo com as determinações, do presidente;

III - prestar os serviços técnicos jurídicos às comissões permanentes da Câmara; e ao Presidente e membros da mesa;

**IV** - promover o assessoramento técnico-jurídico aos vereadores;

**V** - avaliar e revisar pareceres sobre matéria jurídica;

**VI** – prestar assessoramento jurídico aos diversos setores da Câmara, quando solicitado;

**VII** - elaborar minutas de convênios, contratos e outros atos jurídicos;

**VIII** - prestar assistência jurídica à Comissão Permanente de Licitação;

**IX** – Informar às autoridades superiores sobre decisões judiciais e promover gestões necessárias ao seu comprimento;

**X** - colecionar decisões judiciais e administrativas, registrando-as, para subsidiar estudos, pareceres e informações;

**XI** - manter-se atualizado com a jurisprudência e demais normas legais de interesse do Legislativo Municipal;

**XII** - assessorar o Presidente e demais membros da Mesa e aos diversos setores da Câmara, quando solicitado, na elaboração, exame e pareceres de projetos de leis, de resoluções, de decretos legislativos e demais atos legislativos;

**XIII** - manter-se atualizado o acervo de sua biblioteca jurídica e de legislação, utilizando-se sempre que necessário dos recursos de informática;

**XIV** - desincumbir-se de outras atividades que lhe sejam conferidas pelo Presidente e membros da Mesa Diretora.

**CAPÍTULO III**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**Art. 22 -** A Secretaria de Controle Interno está diretamente subordinada à Presidência da Câmara e Gerenciada por servidor de carreira lotado exclusivamente na Unidade de Controle Interno, e será nomeado pela Presidência da casa.

**Art. 23 -** É vedada a terceirização da implantação e manutenção do Sistema de Controle Municipal, cujo exercício é de exclusiva competência da Câmara Municipal.

**Art. 24 -** Sob pena de responsabilidade, os servidores que atuarem na Unidade de Controle Interno deverão guardar sigilo sobre informações e documentos decorrentes do exercício de suas funções.

**Art. 25 -** Os servidores da Unidade de Controle Interno que tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Presidente da Câmara Municipal para a adoção das medidas legais cabíveis e, caso não haja solução, ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

**Art. 26 -** Constitui garantia aos servidores desta Unidade a independência profissional para o desempenho das atividades.

**Art. 27 -** Compete à Secretaria de Controle Interno:

**I -** orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos da Câmara Municipal, com vistas ao cumprimento da legislação correlata;

**II -** assessorar a Mesa da Câmara e as Comissões Permanentes, elaborando pareceres sob suas responsabilidades;

**III -** auxiliar na elaboração de projetos de Lei sobre matérias orçamentárias e financeiras;

**IV -** assessorar os vereadores em matérias relacionadas ao controle;

**V -** emitir instruções normativas com a finalidade de estabelecer procedimentos de controle interno;

**VI -** emitir pareceres sobre os relatórios, balancetes e balanços contábeis da Câmara Municipal;

**VII -** realizar auditoria interna nos órgãos que compõem a Estrutura Administrativa;

**VIII -** Executar tarefas correlatas no âmbito desta Unidade, que lhe forem atribuídas.

**TITULO V**

**DOS CARGOS**

**Art. 28** - Ficam criados os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I provimento em comissão, constantes do Anexo II desta Lei.

**TITULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

**Art. 29** - O Poder Legislativo Municipal, nos limites de sua competência fica autorizado por meio desta Lei a contratar serviços temporários de excepcional interesse público, no caso de ser considerados necessários, oportunos e indispensáveis aos serviços administrativos e legislativos do Parlamento Municipal, especialmente nas substituições de servidores efetivos.

**Art. 30** – Cada órgão será responsável pela execução e supervisão de seus serviços pertinentes, ficando vedada a interferência em outros setores da Administração do Poder Legislativo Municipal, que não lhe diz respeito, exceto para o caso de colaboração mútua e conjunta solicitada pela Secretaria Executiva, ou pelo Presidente da Câmara Municipal.

**TITULO VII**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 31 -** A implantação desta nova Estrutura Organizacional se dará de acordo com as necessidades, viabilidade e oportunidades da casa.

**Art. 32 -** O reenquadramento dos servidores efetivos à nova estrutura será conforme o **anexo III** desta lei, estando os cargos da estrutura organizacional anterior automaticamente extintos.

**Parágrafo único –** Aos servidores reenquadrados será assegurada a irredutibilidade do salário base, prevalecendo o valor percebido no mês anterior ao da aprovação desta resolução.

**Art. 33 -** Efetuados os reenquadramentos dos servidores efetivos nos cargos referidos no **anexo III**, os cargos remanescentes serão providos através de concurso público.

**Art. 34 -** É assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores que ocupem cargos efetivos ou temporários instituídos por esta Lei, sempre na mesma data, através de índice que reponha a inflação e por processo legislativo próprio.

**Art. 35 -** Aplicar-se-á, aos servidores da Câmara Municipal, às disposições do Estatuto dos Servidores Municipais do Poder Legislativo.

**Art. 36 -** O regimento interno da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger e o Estatuto dos Servidores Público do Poder Legislativo Municipal disciplinará os pontos omissos relativos ao cumprimento e aplicação desta Lei.

**Art. 37** – Até que a Câmara promova a realização de concurso público para o provimento dos cargos efetivos, poderão ser mantidos os valores mensais que, atualmente, a Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger, remunera os seus funcionários/prestadores de serviços pessoais.

**Art. 38** – Fica autorizado ao Presidente da Câmara a prover, os cargos de provimento em comissão instituídos por esta Lei, bem como, em caso de vacância de cargo efetivo a preenche-los até que se faça concurso público.

**Parágrafo Único:** Em caso de preenchimento de cargo vago de caráter efetivo por servidor temporário, este contrato terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado unicamente por igual período.

**Art. 39** – Fica autorizado ao Presidente da Câmara Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, fi-

nanceiras, previdenciárias, fiscais e contábeis, para a fiel execução da presente Lei.

**Art. 40** – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão atendidas por conta de verbas próprias consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal, criadas se inexistentes e suplementadas se necessárias, dentro dos limites autorizados por lei.

**Art. 41**. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas todas as disposições em contrário.

***Paço Municipal Marechal Rondon, Santo Antonio de Leverger, em 25 de Janeiro de 2018.***

***VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**ANEXO I**

**REENQUADRAMENTO DO QUADRO EFETIVO**

| NÍVEL | CARGO ATUAL | CLASSE | REFERÊNCIA | SALÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| II | Técnico de Som | A | III | 2.530,00 |
| | Assistente administrativo | B | IV | 3.168,00 |

| NIVEL | CARGOS | CLASSE | REFERÊNCIA | SALÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| III | Contador | A | IV | 4.560,00 |
| | Auditor de Controle Interno | B | II | 5.016,00 |
| | Assessor Jurídico | A | I | 3.990,00 |

**ANEXO II**

**QUADRO PESSOAL EM COMISSÃO**

**CARGOS, SIGLA, VAGAS E SALÁRIO**

| CARGOS | SIGLA | VAGAS | SALARIO |
|---|---|---|---|
| Assistente parlamentar I | DAS – I | 02 | 979,00 |
| Assistente parlamentar II | DAS - II | 01 | 1.100,00 |
| Analista administrativo I | DAS - III | 01 | 1.400,00 |
| Assessor parlamentar das comissões | DAS – IV | 01 | 1.500,00 |
| Taquígrafa | DAS – V | 02 | 2.470,00 |
| Secretária Executiva | DAS– VI | 01 | 2.780,00 |
| Assessor Especial | DAS- VII | 01 | 4.122,00 |

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 003/GP/2018**

**PORTARIA Nº 003/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2063/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva MARIA CAROLINA MANDÚ VILELA XAVIER, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 05 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 005/GP/2018**

**PORTARIA Nº 005/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2079/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar o Servidor Efetivo ADRIANO DE LARA GIACUNO, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 06 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 008/GP/2018**

**PORTARIA Nº 008/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2186/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar o Servidor Efetivo EMERSON GONÇALVES DE SOUZA, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 26 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 009/GP/2018**

**PORTARIA Nº 009/GP/2018**

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra “a” da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 2065/2017.

**RESOLVE:**

Enquadrar a Servidora Efetiva THAYSA FERREIRA BRANDÃO, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, na Classe B, Referencia 01 do Anexo 02, com efeito retroativo a partir de 05 de setembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, Santo Antonio de Leverger-MT, 10 de janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N.º 004/GP/2018**

**DECRETO N.º 004/GP/2018**

**“Dispõe sobre Recomposição de Salários dos Servidores Efetivos estendidos aos inativos e pensionistas”.**

**O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sr. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.**

Considerando “***§ 7º a Lei n.º 1.071/GP/2012 sobre o*** percentual para os aumentos de salários de uma referência para outra subseqüente fica estabelecido em 3% (três por cento) para as Tabelas de Salários dos Anexos 02, 03, 04, 05 da Lei n.º 1.027/GP/2009, anexo 12 da Lei nº 1.163/GP/2015, e Lei nº 1.204/GP/2016, aplicado de acordo com o aumento do salário Mínimo do Governo Federal, INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

**DECRETA:**

**Artigo 1°** - Fica definido a Recomposição salarial nas classes e referências das tabelas 02, 03, 04 e 05 do Plano de Cargos e Carreira da Administração, passando a vigorar conforme anexo I, e tabela 12, conforme anexo II.

**Artigo 2º** - Fica reajustado o valor de cada ponto dos Fiscais de Tributos para R$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos), conforme o § 1º, artigo 4º do Decreto nº 30/GP/2011.

**Artigo 3º** - Este Decreto entra em vigor a partir de 02 de Janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger-MT, 22 de Janeiro de 2018.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

**Prefeito Municipal**

**TABELA DE SALÁRIO ANEXO I – 3,07%**

| ANEXO 02 - NÍVEL SUPERIOR | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ref / Classe | A (R$) | B (R$) | C (R$) | D (R$) |
| 1 | 1.762,70 | 2.368,93 | 3.183,64 | 4.278,54 |
| 2 | 1.815,58 | 2.439,99 | 3.279,15 | 4.406,90 |
| 3 | 1.870,05 | 2.513,19 | 3.377,52 | 4.539,11 |
| 4 | 1.926,15 | 2.588,59 | 3.478,85 | 4.675,28 |
| 5 | 1.983,94 | 2.666,25 | 3.583,21 | 4.815,54 |
| 6 | 2.043,46 | 2.746,23 | 3.690,71 | 4.960,00 |
| 7 | 2.104,76 | 2.828,62 | 3.801,43 | 5.108,80 |
| 8 | 2.167,90 | 2.913,48 | 3.915,47 | 5.262,07 |
| 9 | 2.232,94 | 3.000,88 | 4.032,94 | 5.419,93 |
| 10 | 2.299,93 | 3.090,91 | 4.153,93 | 5.582,53 |

| ANEXO 03 - NIVEL TÉCNICO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ref/ Classe | A (R$) | B (R$) | C (R$) | D (R$) |
| 1 | 1.089,07 | 1.463,62 | 1.966,98 | 2.643,46 |
| 2 | 1.121,74 | 1.507,53 | 2.025,99 | 2.722,76 |
| 3 | 1.155,39 | 1.552,75 | 2.086,77 | 2.804,44 |
| 4 | 1.190,05 | 1.599,33 | 2.149,37 | 2.888,57 |
| 5 | 1.225,76 | 1.647,31 | 2.213,85 | 2.975,23 |
| 6 | 1.262,53 | 1.696,73 | 2.280,27 | 3.064,49 |
| 7 | 1.300,40 | 1.747,64 | 2.348,68 | 3.156,42 |
| 8 | 1.339,42 | 1.800,06 | 2.419,14 | 3.251,12 |
| 9 | 1.379,60 | 1.854,07 | 2.491,71 | 3.348,65 |
| 10 | 1.420,99 | 1.909,69 | 2.566,46 | 3.449,11 |

| ANEXO 04 - NÍVEL MÉDIO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Ref/ Classe | A (R$) | B (R$) | C (R$) | D (R$) |
| 1 | 1.041,62 | 1.399,84 | 1.881,27 | 2.528,27 |
| 2 | 1.072,86 | 1.441,84 | 1.937,71 | 2.604,12 |
| 3 | 1.105,05 | 1.485,09 | 1.995,84 | 2.682,25 |
| 4 | 1.138,20 | 1.529,65 | 2.055,72 | 2.762,71 |
| 5 | 1.172,35 | 1.575,54 | 2.117,39 | 2.845,59 |
| 6 | 1.207,52 | 1.622,80 | 2.180,91 | 2.930,96 |
| 7 | 1.243,74 | 1.671,49 | 2.246,34 | 3.018,89 |
| 8 | 1.281,06 | 1.721,63 | 2.313,73 | 3.109,46 |
| 9 | 1.319,49 | 1.773,28 | 2.383,14 | 3.202,74 |
| 10 | 1.359,07 | 1.826,48 | 2.454,63 | 3.298,82 |

| ANEXO 05 - NÍVEL FUNDAMENTAL | | | |
|---|---|---|---|
| Ref/ Classe | A (R$) | B (R$) | C (R$) |
| 1 | 954,00 | 1.199,95 | 1.612,64 |
| 2 | 954,00 | 1.235,95 | 1.661,02 |
| 3 | 954,00 | 1.273,03 | 1.710,85 |
| 4 | 954,00 | 1.311,22 | 1.762,17 |
| 5 | 1.004,94 | 1.350,56 | 1.815,04 |
| 6 | 1.035,09 | 1.391,08 | 1.869,49 |
| 7 | 1.066,14 | 1.432,81 | 1.925,57 |
| 8 | 1.098,13 | 1.475,79 | 1.983,34 |
| 9 | 1.131,07 | 1.520,07 | 2.042,84 |
| 10 | 1.165,00 | 1.565,67 | 2.104,13 |

**TABELA DE SALÁRIO ANEXO II – 3,07%**

| ANEXO 12 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Lei nº 1.163/GP/2015, e Lei nº 1.204/GP/2016 | | | | |
| NÍVEL SUPERIOR – CONTADOR E AUDITOR INTERNO | | | | |
| Ref/ Classe | A (R$) | B (R$) | C (R$) | D (R$) |
| 1 | 5.552,05 | 7.461,49 | 10.027,62 | 13.476,29 |
| 2 | 5.718,61 | 7.685,34 | 10.328,45 | 13.880,57 |
| 3 | 5.890,17 | 7.915,90 | 10.638,30 | 14.296,99 |
| 4 | 6.066,88 | 8.153,37 | 10.957,45 | 14.725,90 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5 | 6.248,88 | 8.397,98 | 11.286,18 | 15.167,68 |
| 6 | 6.436,35 | 8.649,91 | 11.624,76 | 15.622,71 |
| 7 | 6.629,44 | 8.909,41 | 11.973,50 | 16.091,39 |
| 8 | 6.828,32 | 9.176,69 | 12.332,71 | 16.574,13 |
| 9 | 7.033,17 | 9.452,00 | 12.702,69 | 17.071,35 |
| 10 | 7.244,17 | 9.735,56 | 13.083,77 | 17.583,50 |

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO N.º 003/GP2018.**

DECRETO N.º 003/GP2018.

Que regulamenta as atividades do Departamento de Água e Esgoto (SMSAA), conforme estabelece Lei Municipal 07/GP/2002, Artigo 194, parágrafo 2º, e a Lei Federal 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto 7.217/2011, do município de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

**O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Valdir Pereira de Castro Filho,** no uso de suas atribuições legais e considerando:

A Lei Municipal 07/GP/2002, que autoriza a regularização das tarifas e taxas referente ao fornecimento de água aos consumidores do município de Santo Antônio de Leverger - MT, observados os seus custos e preços de mercado.

DECRETA:

**CAPITULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1° Compete ao Departamento de Água e Esgoto (SMSAA) "Operar, manter, conservar e explorar, diretamente e com exclusividade, os serviços públicos de água, de esgoto sanitário assim como os de fossas sépticas e moveis resíduos sólidos recicláveis e não recicláveis em todo o Município de Santo Antônio de Leverger - MT."

Art. 2° São obrigatórias, de acordo com o Artigo 36, do Decreto Federal n°. 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961 (Código Nacional de Saúde), para todo o prédio considerado habitável, situado em logradouros dotados de coletores públicos de esgoto sanitário ou de rede pública de distribuição da água, as respectivas ligações.

Art. 3° Para os efeitos deste decreto, "Unidade Consumidora" é toda a pessoa física ou jurídica, proprietário ou inquilino responsável pela ocupação ou utilização do prédio servido ou não pelas redes públicas de esgoto sanitário ou de água ou utilização de serviços do SMSAA.

Parágrafo Único. Considera-se prédio toda a propriedade, terreno ou edifício ocupado ou utilizado para fins públicos ou particulares.

**CAPITULO II**

**DA CLASSIFICAÇÃO**

Art. 4° Os serviços de água e esgoto são classificados nas seguintes categorias:

a) Residencial, quando a água é utilizada para fins domésticos e higiênicos, em prédios residenciais e, em geral, quando esta utilização não visa lucros comerciais ou industriais. b) Público, quando a água é utilizada para fins domésticos e higiênicos, em prédios comerciais sendo repartições públicas, estabelecimentos de ensino, quartéis militares, campos de esportes, jardins públicos e, em geral, quando esta utilização não visa lucros comerciais ou industriais. c) Comercial, quando a água for utilizada somente para fins domésticos e higiênicos, em prédios ocupados por hotéis, restaurantes, hospitais, casas de saúde, casa de diversos e estabelecimentos comerciais. d) Industrial, quando a água for utilizada em estabelecimentos comerciais ou industriais, como matéria prima ou como parte inerente a própria natureza do comercio ou da indústria. e) Construção, quando a água é utilizada para qualquer tipo de construção independente da utilização futura da instalação. f) Social, Pessoa com deficiência, Instituições de caridade e aposentados, quando a água é utilizada para fins domésticos e higiênicos, em prédios residenciais, congregações religiosas, casas de apoio, orfanatos, associações civis ou ONGS e, em geral, quando esta utilização não visa lucros comerciais ou industriais.

§ 1° Os serviços de água serão medidos, podendo estes e os de esgoto sanitários serem permanentes ou temporários.

§ 2° Entende-se por serviço temporário, o fornecimento às feiras, circos, construções e demais usos similares que, por sua natureza, não tenham duração permanente.

**CAPITULO III**

**DAS LIGAÇÕES**

Art. 5° Os serviços de água e de esgotos sanitários serão fornecidos mediante requerimento do proprietário ou inquilino do prédio a ser servido, firmado em impresso especial para este fim.

§ 1° Quando o prédio estiver ligado às redes públicas de abastecimento de água e coletores de esgoto sanitários, caberá ao proprietário requerer a instalação dos respectivos ramais.

§ 2° Serão requeridos simultaneamente os serviços de água e esgoto para prédios situados em logradouros públicos dotados de ambas as redes.

§ 3° O Esgoto é um serviço compulsório, cobrado independente da ligação a rede coletora.

Art. 6° Compete a SMSAA mediante inspeção do prédio e verificação de sua utilização, determinar a categoria de seus serviços.

§ 1° Qualquer mudança na categoria dos serviços ou dos diâmetros dos ramais de derivação ou coletor deverá ser requerido ao SMSAA pelo usuário.

§ 2° A mudança de categoria poderá ocorrer ex-oficio, sempre que se verifique ser a água utilizada para fins diversos daqueles previsto na respectiva classificação.

Art. 7° A concepção de serviço industrial ficará sempre subordinada às disponibilidades do sistema de abastecimento de água e a capacidade da rede coletora de esgotos, não tendo prioridade sobre as demais categorias.

Art. 8° A execução do serviço de ligação obriga o requerente a indenização, das despesas de todo material e mão-de-obra decorrentes da instalação dos ramais de derivação e coletor.

Art. 9° O fornecimento do serviço temporário terá duração mínima de três e máxima de seis meses, podendo o prazo ser prorrogado por iguais períodos a requerimento do interessado.

§ 1° Além das despesas de instalação e posterior remoção dos ramais de derivação de água e coletor de esgotos, o requerente pagará antecipadamente, as tarifas mínimas relativas a todo o período da concessão e, mensalmente, o valor correspondente a qualquer excesso do consumo de água verificado.

§ 2° Para efeito de tarifação, o serviço temporário é equiparado ao serviço industrial.

Art. 10. Os serviços de água e esgoto sanitários poderão ser fornecidos mediante contrato especiais nos seguintes casos:

a) Quando se fizerem necessárias extensões de redes; b) Para proteção contra incêndios; c) Para atender os casos de grandes consumos de água ou elevado volume de despejo que, a critério do SMSAA , não possam ser enquadrados na classificação geral.

Paragrafo Único – Em se tratando da alínea “c” deste Artigo, o SMSAA fixará a tarifa, a qual não poderá ser inferior à do Serviço Industrial.

**CAPITULO IV**

**DAS INSTALAÇÕES**

Art. 11. A instalação de água compreende:

a) Ramal de derivação, unindo a rede de distribuição pública ao registro do passeio ou ao hidrômetro. b) Hidrômetro (aparelho medidor). c) Rede de distribuição interna.

Art. 12. A instalação de esgoto compreende:

a) Ramal coletor, ligando o prédio, a partir do limite da propriedade ao coletor público; b) Rede coletora externa.

Art. 13. Os ramais serão instalados e conservados pela SMSAA correndo as despesas de instalação e conservação por conta da unidade consumidora.

§ 1° Quando for utilizado no ramal de derivação material diferente, aprovado pela SMSAA , o diâmetro mínimo será de 20mm (1/2”).

§ 2° O ramal coletor terá o diâmetro mínimo de 100mm (4”).

Art. 14. É vedado ao usuário ou seus agentes intervir no ramal de derivação ou no ramal coletor, ainda que a intervenção tenha por fim desobstruí-los, reparar qualquer defeito ou melhorar as condições de abastecimento ou despejo.

Parágrafo Único. Os danos causados aos ramais pela intervenção indébita a que se refere este artigo serão reparados pela SMSAA, por conta da unidade consumidora, sem prejuízo da penalidade que no causo couber.

Art. 15. Os hidrômetros serão fornecidos, instalados e conservados pela SMSAA, dentro de prioridades a ser servida, como elementos componentes da ligação.

Art. 16. Quando houver necessidade da instalação do hidrômetro fora da área coberta do prédio ou em local que não ofereça as necessárias condições de segurança, fica o usuário obrigado a construir uma caixa de proteção para o aparelho, de acordo com o modelo fornecido pela SMSAA.

Art. 17. Todos os hidrômetros poderão ser aferidos nas oficinas da SMSAA e devidamente selados antes de sua instalação, admitindo-se uma tolerância de 5% na previsão das leituras, em condições normais de funcionamento.

Art. 18. O usuário poderá requerer a aferição do hidrômetro instalado no ramal de derivação de seu uso, mediante o pagamento de uma tarifa de aferição.

Parágrafo Único. Verificando-se na aferição um erro superior a 8% contra o usuário, em condições normais de funcionamento, a tarifa de aferição ser-lhe-á devolvida, fazendo-se ainda o desconto correspondente a esse erro no último consumo acusado pelo hidrômetro, que será reparado ou substituído.

Art. 19. Somente empregados autorizados da SMSAA poderão instalar, reparar, substituir ou remover os hidrômetros ou quebrar e substituir os respectivos selos, sendo absolutamente vedada a intervenção dos usuários ou seus agentes nestes atos.

Parágrafo Único. A Unidade Consumidora será responsável pelas despesas de reparação das avarias consequentes das intervenções indébitas, bem como das provenientes da falta de proteção do aparelho, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito em tais casos.

Art. 20. O usuário pagará, juntamente com as tarifas de água e esgoto, um adicional mensal, a título da conservação do hidrômetro.

Art. 21. Compete a SMSAA, mediante adicional que se refere no artigo anterior, a conservação que se compreende em limpeza e reparação de avarias decorrentes do uso do aparelho e da ação do tempo.

Art. 22. As mudanças de localização do ramal de derivação, do ramal coletor ou do hidrômetro, por conveniência, do usuário serão executadas por conta deste, mediante prévio pagamento das despesas orçadas.

Parágrafo Único. As redes internas pertencem ao prédio e serão instaladas e conservadas a expensas do respectivo proprietário, nelas só podendo ser empregados acessórios e aparelhos de tomada de água, do tipo aceito pela SMSAA.

Art. 23. Nas edificações de até dois pavimentos será obrigatória a instalação de reservatório de acumulação de água no alto do edifício.

Parágrafo único. Nas edificações de quantidade superior a dois pavimentos será obrigatória a instalação de dois reservatórios, sendo um inferior e outro superior, abastecendo-se este último por meio de bomba de recalque ligada ao primeiro, observando o seguinte:

a) O reservatório elevado poderá ser dispensado pelo emprego do sistema hidropneumático, ligando o reservatório do subsolo diretamente à rede de distribuição interna; SMSAA. b) Os reservatórios, cuja capacidade será previamente aprovada pela , deverão ser providos de válvulas, de boia e de tampa à prova de líquidos, poeira e insetos; c) Poderá ser utilizado reservatório inferior, em prédios com menos de dois pavimentos, quando as condições de abastecimento o exigirem, com prévia autorização da SMSAA e dentro das exigências técnicas previstas na letra “b”.

Art. 24. É vedado o emprego de bombas de sucção diretamente ligadas ao hidrômetro ou ao ramal de derivação, sob pena das sanções previstas neste decreto.

Art. 25. O usuário somente poderá utilizar a água para própria serventia, não podendo desperdiçá-la, deixa - lá contaminar-se nem consentir a sua retirada do prédio, embora a título gracioso, salvo em caso de incêndio.

Art. 26. É vedado ao usuário, a derivação ou ligação interna de água ou da canalização de esgotos sanitários, para outros prédios, mesmo de sua propriedade, sob pena das sanções prevista neste decreto.

Art. 27. As obras de fundação ou escavação a menos de um metro do ramal ou da canalização de esgoto sanitário não poderão ser executados sem a prévia autorização da SMSAA..

Art. 28. Os líquidos que não puderem ser despejados diretamente nos esgotos sanitários serão tratados de acordo com as instruções da SMSAA. ou levados a outro destino conveniente.

Art. 29. É proibido o despejo de águas pluviais na canalização de esgotos sanitários, bem como a interligação dos dois sistemas.

Art. 30. As instalações internas de água e esgoto serão inspecionadas pela SMSAA., antes do fornecimento dos serviços e, posteriormente, a intervalos regulares, mediante pagamento de tarifa a ser fixado pela SMSAA .

Parágrafo Único. O usuário é obrigado a reparar ou substituir dentro do prazo que lhe for fixado na respectiva notificação, qualquer canalização ou aparelho que se constatar defeituoso, que possibilite o desperdício ou contaminação de água.

Art. 31. Caberá ao município recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de ampliação e as decorrentes de reparos das redes ou de instalação reparo dos ramais de derivação, ficando o proprietário responsável pela recomposição dos passeios e calçadas.

**CAPITULO V**

**DAS TARIFAS DE CONSUMO, UTILIZAÇÃO E SERVIÇOS**

Art. 32. A leitura do hidrômetro, quando houver, será feita a intervalos regulares a critério da SMSAA, e registrada em impresso próprio, sendo desprezadas, na apuração do consumo, as frações de metro cúbico.

§ 1° Verificado, na ocasião da leitura, desarranjo no hidrômetro ou na unidade consumidora e, até que seja restabelecido o seu funcionamento, o consumo será calculado com base no cálculo mediano dos seis últimos consumos válidos.

Art. 33. As tarifas mensais de água e/ou esgoto serão lançadas mensalmente, de acordo com a respectiva categoria, conforme tabela em vigor:

§ 1º As tarifas aplicadas as unidades consumidoras com portadores de necessidades especiais e instituições de caridade deverão ser solicitados por formulário fornecido pela SMSAA obrigando-se o solicitante a apresentar documentos comprobatórios solicitados pela Prefeitura Municipal. Sua aplicação será válida por 12 meses renovável por igual período mediante nova comprovação.

§ 2º As tarifas aplicadas as unidades consumidoras aos aposentados que recebam até um salário mínimo mensal e que não possua outras fontes de renda como alugueis, pecúlios, lucros de empréstimo e outros correlatos, deverão ser solicitados por formulário fornecido pela SMSAA, obrigando-se o solicitante a apresentar documentos comprobatórios solicitados pela Prefeitura Municipal. Sua aplicação será válida por 12 meses renovável por igual período mediante nova comprovação.

§ 3° As tarifas de esgoto sanitário serão cobradas à razão de 70% (setenta por cento) da tarifa de água.

Art. 34. As tarifas deverão ser pagas mensalmente pelos usuários.

Art. 35. O usuário pagará a tarifa mínima estabelecida para a respectiva categoria de serviço sempre que o consumo mensal for inferior ao volume mínimo correspondente.

Art. 36. Quando o prédio for constituído de várias economias, abastecida por um único ramal de derivação e servidas por um só ramal coletor de esgoto, serão aplicados tantas taxas mínimas de água e tantas taxas de esgoto quantas forem as economias.

§ 1° Considera-se economia para efeitos deste artigo toda subdivisão de um prédio, com entrada e ocupação independente das demais e tendo, além disso, instalações próprias para uso de água.

§ 2° Nos casos previstos neste artigo, a SMSAA emitirá uma só conta para todas as economias, cabendo aos usuários o rateio de acordo com as tarifas mínimas da categoria.

§ 3° Quando o imóvel composto por várias economias receber a instalação do hidrômetro, a SMSAA cobrará a tarifa mensal de água e/ou esgoto nos moldes do caput.

Art. 37. O imóvel desocupado considerado habitável, cujo serviço de água houver sido desligado a pedido do último usuário ficará isento de pagamento até que nova ligação, já com hidrômetro, seja requerida.

Art. 38. As contas relativas a tarifa de água e esgoto serão extraídas periodicamente e apresentadas aos usuários antes de seu vencimento.

Art. 39. Sobre o consumo de água lançado só serão aceitas reclamações até o dia do vencimento das contas.

Art. 40. As contas deverão ser pagas nos estabelecimentos autorizados a recebê-las, dentro do prazo de vencimento.

Parágrafo Único. O não pagamento da conta até a data do vencimento implicará na cobrança de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento)pró rata ao mês.

Art. 41. Para fins de cálculo de tarifas e serviços serão utilizadas as tabelas de tarifas constantes no anexo I e II deste decreto:

Art. 42. As tarifas de água serão reajustadas automaticamente e anualmente por Decreto do Executivo por Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC),divulgado pelo IBGE com tabelas publicadas nos murais da SMSAA.

Art. 43. A criação ou supressão de serviços e reajuste de valores serão feitos por decreto do Prefeito Municipal de acordo com a necessidade de criação ou supressão de serviços e reequilíbrio econômico e financeiro.

**CAPITULO VI**

**DA ANÁLISE DE CONSUMO EXCESSIVO**

Art. 44. Entende-se por “consumo excessivo” de água, o volume de água medido que excede em 100% (cem por cento) a média dos últimos 06 (seis) períodos medidos, proveniente de fatores fora do controle e conhecimento do Usuário.

Art. 45. Entende-se por “vazamentos de difícil identificação” aqueles fora do controle e conhecimento do Usuário, ou seja, os vazamentos que ocorrem de forma oculta nas instalações prediais subterrâneas do imóvel e/ou que não apresentam afloramento.

Art. 46. Entende-se por “vazamentos de fácil identificação” nas instalações internas do imóvel aqueles cuja perda de água é aparente e de fácil verificação pelo Usuário, tais como:

a) Em válvulas de descarga, caixa acoplada, torneiras e chuveiros; b) Por fissura em reservatórios; c) Perda de água através do extravasor do reservatório em decorrência de defeito na válvula do flutuador.

Art. 47. O “exame predial” citado neste decreto será realizado pela SMSAA, sendo feito por meio da verificação ou aferição do hidrômetro instalado

Art. 48. São de responsabilidade do Usuário os volumes de água registrados pelo hidrômetro, bem como a manutenção das instalações prediais internas de água e esgoto do imóvel, conforme determina este decreto.

Art. 49. A SMSAA, ao efetuar a leitura no hidrômetro, deverá realizar a crítica de leitura e quando constatada a existência de Usuários com consumo excessivo, procederá da seguinte forma:

I. Reterá a Fatura; II. Entregará documento para o Usuário alertando quanto ao consumo excessivo, solicitando que o mesmo verifique as instalações hidráulicas e entre em contato com o setor comercial da a SMSAA ; III. Encaminhará ao setor competente a relação de Usuários notificados pelo consumo excessivo para emissão de relatório e análise; IV. Independente de o Usuário procurar ou não a SMSAA, a mesma deverá entregar a fatura ao Usuário ao final deste procedimento.

Art. 50. Quando o Usuário entrar em contato com a SMSAA, conforme item II do art. 49 anterior, nos casos de reclamação por consumo excessivo de água, a SMSAA deverá:

I. Informar o Usuário que é de sua responsabilidade a manutenção das instalações prediais internas de água, a partir do cavalete; II. Informar o Usuário que compete a SMSAA a manutenção e assistência técnica das canalizações compreendidas entre as redes públicas de água e o cavalete inclusive; III. Agendar com Usuário o exame predial; IV. Informar o resultado do exame predial ao Usuário;

Art. 51. Depois de realizados os procedimentos definidos no artigo 50 e constatado vazamento a SMSAA, deverá abrir ordem de serviço de “Análise de Consumo Excessivo de Água” e descrever a situação atual, o resultado do exame predial e justificar se é um vazamento de difícil ou fácil identificação.

Art. 52. Quando for constatado vazamento de difícil identificação e desde que o Usuário assuma o compromisso de repará-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a SMSAA deverá proceder de acordo com o seguinte:

I. Recalcular a fatura, apurando-se o volume excedente à média dos últimos 6 (seis) meses e efetuando um desconto no volume excessivo nos seguintes percentuais: a) 75% (setenta e cinco por cento), na primeira oportunidade que o Usuário utilizar desse benefício; b) 50% (cinquenta por cento), na segunda oportunidade que o Usuário utilizar desse benefício; c) 25% (vinte e cinco por cento) a partir da terceira oportunidade que o Usuário utilizar desse benefício; II. Calcular o saldo com base na matriz tarifária vigente; III. Parcelar em até 24 vezes o valor da fatura recalculada, desde que o valor mínimo das parcelas seja igual ao valor equivalente a 10m³ da tarifa da menor faixa residencial vigente; IV. Este benefício fica limitado a 01 (uma) solicitação anual por Usuário, que poderá se estender para até 02 (duas) faturas sequenciais com consumo excessivo; V. Para imóveis servidos com rede coletora de esgoto sanitário, a tarifa de esgoto deverá

ser refaturada pelo cálculo padrão levando em consideração o novo consumo do serviço de água.

Art. 53. Quando for constatado vazamento de fácil identificação e desde que o Usuário assuma o compromisso de repará-lo, no prazo máximo de 5 (dias) deverá pro a SMSAA ceder de acordo com o seguinte:

I. Recalcular a fatura, apurando-se o volume excedente à média dos últimos 6 (seis) meses e efetuando um desconto no volume excessivo nos seguintes percentuais: a) 50% (cinquenta por cento), na primeira oportunidade que o Usuário utilizar desse benefício; b) 25% (vinte e cinco por cento) a partir da terceira oportunidade que o Usuário utilizar desse benefício; I. Calcular o saldo com base na matriz tarifária vigente; II. Parcelar em até 24 vezes o valor da fatura recalculada, desde que o valor mínimo das parcelas seja igual ao valor equivalente a 10m³ da tarifa da menor faixa residencial vigente; III.Este benefício fica limitado a 01 (uma) solicitação anual por Usuário, que poderá se estender para até 02 (duas) faturas sequenciais com consumo excessivo; IV.Para imóveis servidos com rede coletora de esgoto sanitário, a tarifa de esgoto deverá ser refaturada pelo cálculo padrão levando em consideração o novo consumo do serviço de água.

Art. 54. No caso de reclamação iniciada no a SMSAA, referente à revisão e/ou alteração de fatura por motivo de consumo excessivo de água do imóvel, enquanto não encerrada a reclamação, o Usuário não poderá ter o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário suspensos, salvo se o corte tenha ocorrido por fatos não relacionados com a reclamação.

§ 1º Nos casos em que o corte já tenha sido executado antes do ingresso do pleito junto à Agência Reguladora, a Ouvidoria, em função do teor da reclamação e justificando sua decisão, poderá exigir a religação da unidade usuária, que deverá ser executada em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, sem custos para o Usuário.

**CAPITULO VII**

**DO PARCELAMENTO**

Art. 55. A SMSAA fica autorizada a conceder o parcelamento sobre todos os créditos de sua titularidade, tarifários ou não tarifários, vencidos ou não vencidos, estejam eles em cobrança administrativa ou já ajuizados em executivos fiscais.

§ 1º O parcelamento incidirá sobre o débito, todos os seus eventuais acessórios e acréscimos legais e contratuais, inclusive atualização monetária, juros, multas e demais encargos, apurados de conformidade com a legislação em vigor até a data da concessão do benefício, vedada a concessão de qualquer percentual de desconto.

§ 2º O deferimento do benefício não afasta a incidência de atualização monetária, juros e demais acréscimos legais e contratuais, calculado mês a mês, na forma da legislação vigente ao tempo do vencimento de cada parcela, implicando na interrupção da prescrição do crédito.

§3º Não autoriza a extinção da ação, por ausência de interesse processual, parcelamento do débito firmado em momento posterior ao ajuizamento da execução fiscal. O parcelamento do débito acarreta a suspensão do curso da execução fiscal, até o adimplemento pelo executado de todas as parcelas integrantes do parcelamento concedido.

Art. 56. O parcelamento será concedido em até trinta e seis parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira delas no mês imediatamente seguinte ao da concessão do benefício, sem prazo de carência.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a duas vezes do preço mínimo dos serviços de água, para a categoria residencial, vigente ao tempo da concessão do benefício.

§ 2º Quando o requerimento for formulado por terceiro obrigado a efetuar o pagamento em virtude de estipulação contratual, o número de parcelas não poderá exceder ao período de vigência do contrato.

§ 3º No caso de transferência do imóvel, a qualquer título, o débito deverá ser prévia e integralmente liquidado, independentemente do número de parcelas remanescentes.

Art. 57. O parcelamento somente será concedido mediante requerimento em formulário padrão, protocolizado pelo usuário dos serviços, proprietário do imóvel ou terceiro que demonstre ter legítimo interesse na liquidação do débito, importando na expressa confissão irretratável e indivisível, quanto à sua certeza, liquidez e exigibilidade.

§ 1º Considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o representante legal ou procurador regularmente constituído, o cônjuge ou companheiro do proprietário ou do terceiro, seu descendente ou ascendente em até segundo grau, seu irmão, herdeiro ou inventariante, mediante prova documental idônea de uma dessas qualidades.

§ 2º A simples formulação do requerimento de parcelamento não implica no seu automático deferimento, o qual deverá atender às prescrições contidas neste decreto.

Art. 58. Constará do documento mencionado no caput do art. 57, que o interessado autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, como condição para o deferimento do benefício, que as cobranças das parcelas sejam insertas nas faturas mensais de água e esgoto vincendas e sucessivas, até a completa liquidação do débito.

Art. 59. A inadimplência no pagamento de até duas parcelas consecutivas, ou três alternadas, poderá implicar no automático cancelamento do benefício, retornando a dívida ao seu valor consolidado, apenas com a dedução dos valores já pagos, sem prejuízo de outras medidas de natureza administrativa, inclusive a suspensão do fornecimento do serviço de água, e da cobrança judicial ou extrajudicial.

Paragrafo Único. Considera-se valor consolidado o resultante da soma do valor originário, acrescido de atualização monetária, juros, multas e demais encargos legais e contratuais, inscritos em Dívida Ativa e calculado até o momento da anterior concessão do parcelamento.

**CAPITULO VIII**

**DA INSCRIÇÃO E COBRANÇA**

Art. 60. A SMSAA determinará que se promova à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança dos créditos de sua titularidade, em periodicidade que não ultrapassará ao exercício seguinte ao do respectivo vencimento, cujas providências estarão a cargo:

I. Do Setor de Dívida Ativa e, cumulativamente, da Assessoria Jurídica, quanto ao ato de inscrição; II. Do Setor de Cobrança e Parcelamento, quanto à cobrança administrativa; III. Da Assessoria Jurídica, quanto à cobrança judicial e outras medidas correlatas.

Art. 61. Em caso de cobrança judicial, sem prejuízo dos acréscimos contratuais e legais a cargo do devedor, incidirá, a partir do protocolo da petição inicial, custas e despesas judiciais, honorários advocatícios, verba indenizatória e demais encargos previstos na legislação, ainda que o pagamento se dê no curso do processo executivo.

Art. 62. A concessão do benefício previsto neste decreto não implica em restituição ou compensação de valores, a qualquer título, em caso de pagamento anterior ou posterior a sua entrada em vigor.

Art. 63. O usuário que der causa ao cancelamento do parcelamento, por qualquer dos motivos mencionados neste decreto, não poderá novamente obtê-lo no curso do exercício financeiro em que foi concedido.

**CAPITULO IX**

**DAS PENALIDADES**

Art. 64. O serviço de água estará sujeito à suspensão, se não for feito o pagamento da conta/fatura até o 30° (trigésimo) dia após o vencimento.

Art. 65. O serviço de água cortado por falta de pagamento, somente será restabelecido depois de pagas às contas vencidas ou negociadas, mediante pagamento da tarifa de religação.

Paragrafo Único. O serviço de água cortado por qualquer outra infração somente será restabelecido depois de corrigida a situação que deu origem a aplicação da penalidade.

Art. 66. Se, durante três meses consecutivos, não for possível o acesso ao hidrômetro para a leitura mensal, devido a impedimentos de responsabilidade do consumidor (não permitir a entrada, portão fechado, cão solto, objeto/material ou veículo sobre o hidrômetro e outros motivos similares), será cobrada uma multa no valor indicado na "Tabela de multas e penalidades", após comunicação por escrito da a SMSAA ao cliente.

§ 1° O consumidor que sistematicamente impedir a realização da leitura será notificado a remanejar o hidrômetro para um local onde seja possível livre acesso ao mesmo, sendo as despesas de responsabilidade do cliente.

§ 2° O não atendimento da notificação no sentido de remover as causas do impedimento do acesso ao hidrômetro, ou para remanejamento do mesmo, implicará na suspensão do fornecimento de água.

Art. 67. Serão punidas com multa variável e cumulativa, calculadas com base da Unidade de referência Municipal (UPF), as infrações previstas no anexo III, sem prejuízo de sanções penais cabíveis.

Paragrafo Único: A criação ou supressão de multas e reajuste de valores serão feitos por decreto do Prefeito Municipal de acordo com a necessidade de criação ou supressão de multas e reequilíbrio econômico e financeiro.

Art. 68. As multas previstas neste decreto, a juízo da a SMSAA, serão aplicadas em dobro, em caso de reincidência, exceto aquelas decorrentes da falta de pagamento de conta.

Art. 69. Salvo no caso previsto no art. 55, as multas aplicadas deverão ser liquidadas ou novadas no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de suspensão do fornecimento de água.

Art. 70. O usuário que, intimado a reparar, substituir ou instalar qualquer equipamento de água e/ou esgoto nas instalações internas, não o fizer no prazo fixado na respectiva intimação, ficará sujeito ao corte do fornecimento de água até seu cumprimento.

**CAPITULO X**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 71. A SMSAA organizará o cadastro de todos os prédios e terrenos situados nos logradouros públicos, dotados de coletores de esgotos e/ou rede de distribuição de água, bem como da dimensão das mesmas.

Art. 72. O proprietário do prédio é responsável pelo pagamento de quaisquer tarifas, multas ou outros débitos que, em caso de mudança, deixarem de ser pagos pelo usuário.

Paragrafo Único. O imóvel responderá como garantia pelo pagamento a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 73. A requerimento do proprietário, a SMSAA poderá conceder baixa definitiva da concessão dos serviços de água e esgotos se o prédio estiver demolido, incendiado, em ruína ou, interditado pela autoridade sanitária.

Art. 74. Em caso de venda de imóvel, será obrigatório o fornecimento de certidão negativa de débito e a transferência para o novo proprietário.

Art. 75. A SMSAA poderá recusar ou interromper o fornecimento de água de qualquer imóvel cuja utilização da água possa prejudicar o sistema de abastecimento do setor ou dar causa à contaminação de água da canalização pública.

Paragrafo Único. Em setores cujo abastecimento é precário poderá inter a SMSAA romper o fornecimento sempre que constatar desperdício, cobrando na reincidência multa e nova ligação.

Art. 76. Guardadas as disposições legais sobre a inviolabilidade do lar, o usuário não poderá opor-se à inspeção das instalações internas de água e esgoto por parte dos servidores autorizados pela SMSAA, nem a instalação, exame, substituição ou aferição dos hidrômetros pelos mesmos servidores, sob pena do corte do serviço de água.

Art. 77. A SMSAA não concederá serviço de água, para fins de revenda ao público.

Art. 78. Para atender as populações dos logradouros onde não tenha sido concluído a instalação de rede de distribuição de água, poderá instalar a SMSAA e explorar, diretamente, chafarizes e banheiros para uso público.

Art. 79. Os prazos previstos neste decreto serão contados por dias corridos.

Art. 80. É vedado a SMSAA conceder isenção ou redução de tarifas de serviços de água e esgotos sanitários.

Art. 81. Os casos omissos ou de dúvida no presente decreto serão resolvidos pela

SMSAA, ressalvadas as hipóteses de se recorrer ao Prefeito Municipal.

Art. 82. Este decreto revoga o Decreto 22/2013 e outros dispositivos contrários.

Art. 83. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio de Leverger - MT, 10 de Janeiro de 2018.

VALDIR CASTRO PEREIRA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO I – TABELAS DE TARIFAS DO CONSUMO DE ÁGUA**

| TARIFA RESIDENCIAL PARA CLIENTES HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M³ Inicial | M³ Final | Valor do M³ (R$) |
| R.01 | Até 10 m³ | | 17,00 |
| R.02 | 11 | 20 | 2,21 |
| R.03 | 21 | 30 | 3,09 |
| R.04 | 31 | 40 | 4,48 |
| R.05 | 41 m³ Acima | | 5,83 |

| TARIFA COMERCIAL PARA CLIENTES HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M³ Inicial | M³ Final | Valor do M³ (R$) |
| C.01 | Até 10 m³ | | 32,80 |
| C.02 | 11 | 20 | 4,34 |
| C.03 | 21 m³ Acima | | 5,64 |

| TARIFA INDUSTRIAL PARA CLIENTES HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M³ Inicial | M³ Final | Valor do M³ (R$) |
| I.01 | Até 10 m³ | | 32,80 |
| I.02 | 11 | 20 | 4,34 |
| I.03 | 21 m³ Acima | | 5,64 |

| TARIFA PUBLICA PARA CLIENTES HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M³ Inicial | M³ Final | Valor do M³ (R$) |
| P.01 | Até 10 m³ | | 43,40 |
| P.02 | 11 | 20 | 6,08 |
| P.03 | 21 m³ Acima | | 7,37 |

| TARIFA CONSTRUÇÃO PARA CLIENTES HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M³ Inicial | M³ Final | Valor do M³ (R$) |
| O.01 | Até 10 m³ | | 32,80 |
| O.02 | 11 | 20 | 4,34 |
| O.03 | 21 m³ Acima | | 5,64 |

| TARIFA SOCIAL PARA CLIENTES HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M³ Inicial | M³ Final | Valor do M³ (R$) |
| S.01 | Até 10 m³ | | 13,60 |
| S.02 | 11 | 20 | 1,77 |
| S.03 | 21 | 30 | 2,47 |
| S.04 | 31 | 40 | 3,58 |
| S.05 | 41 m³ Acima | | 4,66 |

| TARIFA RESIDENCIAL PARA CLIENTES NÃO HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M2 Construídos | M³ Faturado | Tarifa (R$) |
| R.01 | Até 70 | 10 | 17,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| R.02 | De 71 a 100 | 20 | 39,10 |
| R.03 | De 101 a 125 | 30 | 70,00 |
| R.04 | De 126 a 150 | 40 | 114,80 |
| R.05 | De 151 acima | 50 | 173,10 |

| TARIFA COMERCIAL PARA CLIENTES NÃO HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M² Construídos | M³ Faturado | Tarifa (R$) |
| C.01 | Até 50 | 10 | 32,80 |
| C.02 | De 51 a 100 | 20 | 76,20 |
| C.03 | De 101 acima | 30 | 132,60 |

| TARIFA INDUSTRIAL PARA CLIENTES NÃO HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M² Construídos | M³ Faturado | Tarifa (R$) |
| I.01 | Até 50 | 10 | 32,80 |
| I.02 | De 51 a 100 | 30 | 119,60 |
| I.03 | De 101 acima | 50 | 232,40 |

| TARIFA PUBLICA PARA CLIENTES NÃO HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M² Construídos | M³ Faturado | Tarifa (R$) |
| P.01 | Até 50 | 10 | 43,40 |
| P.02 | De 51 a 100 | 30 | 165,00 |
| P.03 | De 101 acima | 50 | 312,40 |

| TARIFA CONSTRUÇÃO PARA CLIENTES NÃO HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M² Construídos | M³ Faturado | Tarifa (R$) |
| O.01 | Até 50 | 10 | 32,80 |
| O.02 | De 51 a 100 | 20 | 76,20 |
| O.03 | De 101 acima | 30 | 132,60 |

| TARIFA SOCIAL, PARA CLIENTES NÃO HIDROMETRADOS | | | |
|---|---|---|---|
| Faixa | M² Construídos | M³ Faturado | Tarifa (R$) |
| S.01 | Até 70 | 10 | 13,60 |
| S.02 | De 71 a 100 | 20 | 31,30 |
| S.03 | De 101 a 125 | 30 | 56,00 |
| S.04 | De 126 a 150 | 40 | 91,80 |
| S.05 | De 151 acima | 50 | 138,40 |

**ANEXO II – TABELAS DE VALORES E PRAZOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

| TABELA DE SERVIÇOS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Serviço** | **Característica** | **Valor** | **Prazo de execução** |
| 01 | Instalação de cavalete com hidrômetro | Cavalete de até 32mm de, somente para hidrômetros de 1,5m³/h | 172,00 | 10 dias |
| | | Cavalete de até 32mm de, somente para hidrômetros de 3m³/h | 178,00 | |
| 02 | Inclusão de hidrômetro em cavalete já instalado | Hidrômetros com capacidade de 1,5m³/h | 89,00 | 3 dias |
| | | Hidrômetros com capacidade de 3m³/h | 95,00 | |
| 03 | Aferição de hidrômetro com ou sem constatação de variação metrológica independente da capacidade (a pedido do usuário) | A cada cinco anos | Gratuito | 15 dias |
| 04 | Aferição de hidrômetro com ou sem constatação de variação metrológica independente da capacidade (a pedido do usuário) | Verificação metrológica em hidrômetro com capacidade de 1,5m³/h | 268,00 | 15 dias |
| | | Verificação metrológica em hidrômetro com capacidade de 3m³/h | 276,00 | |
| 05 | Troca e instalação de hidrômetro violado ou danificado por motivo de furto | Hidrômetros com capacidade de 1,5m³/h | 89,00 | 3 dias |
| | | Hidrômetros com capacidade de 3m³/h | 95,00 | |
| 06 | Troca e instalação de hidrômetro por desgaste normal | Qualquer capacidade | Gratuito | 7 dias |
| 07 | Ligação de água ou substituição de ligação e instalação de cavalete e hidrômetro | de até 32mm e hidrômetro de até 3m³/h sem reposição de pavimento | 212,00 | 15 dias |
| | | Diâmetro de até 32mm e hidrômetro de até 3m³/h com reposição de pavimento | 362,00 | |
| | | Primeira ligação de diâmetro mínimo para entidades assistenciais ou de caridade e hortas comunitárias. | Gratuito | |
| | | Primeira ligação de diâmetro mínimo da categoria Especial ou aposentados | | |
| | | Primeira ligação de diâmetro mínimo da categoria residencial, para as casas populares construídas em lotes urbanísticos situadas em glebas doadas pelo governo e destinada a população de baixa renda | | |
| | | Primeira ligação de diâmetro mínimo da categoria residencial e conjuntos habitacionais voltados para população de baixa renda | | |
| 08 | Regularização de cavalete (avanço, recuo, giro, levantamento, rebaixamento, adaptação e troca do cavalete) | Adaptação, inclusão e troca para ligação de diâmetro de até 32mm | 172,00 | 7 dias |
| 09 | Registro de cavalete | Troca de registro de cavalete (quebrado ou vazando) | Gratuito | 2 dias |
| 10 | Corte ou supressão do fornecimento de água no cavalete | Corte por inadimplemento do pagamento das tarifas (débitos) | Gratuito | 2 dias |
| | | Violação de dispositivo de lacre | 16,00 | |
| | | Por solicitação do usuário, imóvel vago e desocupado | 8,00 | |
| 11 | Reestabelecimento fornecimento de água no cavalete referente a corte por débito | Por solicitação do usuário, com pagamento dos débitos em caráter urgente | 21,00 | 8 horas |
| | | Por solicitação do usuário, com pagamento dos débitos | Gratuito | 2 dias |
| 12 | Reestabelecimento fornecimento de água no cavalete referente a corte a pedido do usuário | Por solicitação do usuário | 8,00 | 1 dias |
| 13 | Reestabelecimento fornecimento de água no cavalete referente a corte ou supressão | Por suspensão indevida | Gratuito | 4 horas |
| 14 | Substituição ou modificação do ramal predial e restauração de muros e passeio | Causados pelo prestador de serviços | Gratuito | 15 dias |
| 15 | Emissão de segunda via de fatura | Emitida pelo usuário por meio do site ou totem ou extravio por culpa do prestador de serviço | Gratuita | Imediato |
| | | Solicitada no atendimento | 1,29 | |
| 16 | Emissão de recibo de quitação ou certidão negativa de débitos | Obrigatório conforme legislação enviados uma vez ao ano | Gratuito | 7 dias |
| | | Solicitado pelo usuário | 9,00 | |
| 17 | Ligação de esgoto ou substituição de ligação e instalação de cavalete e hidrômetro | Diâmetro de até 150mm, não residencial, sem reposição de pavimento | 248,00 | 15 dias |
| | | Diâmetro de até 150mm, não residencial, com reposição de pavimento | 358,00 | |
| | | Primeira ligação de diâmetro até 150mm para entidades assistenciais ou de caridade e ou uso residencial | Gratuito | |
| 18 | Manutenção de hidrômetro | Taxa mensal de manutenção de hidrômetro referente ao artigo 20 | 0,80 | Via fatura |
| 19 | Reposição de Asfalto | Reposição de asfalto devido a corte para realização de serviços exceto para serviços que já contemplem reposição (M²) | 34,10 | 30 dias |
| 20 | Venda de Água Avulso | Venda de água avulso com transporte fornecido pelo consumidor (M³) | 5,83 | 5 dias |

**ANEXO III – TABELAS DE VALORES DE MULTAS E PENALIDADES**

| TABELA DE MULTAS E PENALIDADES | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Item | Descrição da infração | Faixa de consumo mensal em m³ | Valor por Categoria | |
| | | | Resid./Esp. | Com./Ind/Pub |
| | | | UPF | UPF |
| 01 | Intervenções nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto (intervenções nos registros da rede, boosters) | Geral | 15 | 15 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 02 | Violação de lacre de hidrômetro ou cavalete, violação de lacre de ligação cortada no cavalete | <= 20 | 1 | 2 |
| | | > 20 | 2 | 4 |
| 03 | Violação no ramal predial | <= 20 | 10 | 15 |
| | | > 20 | 20 | 40 |
| 04 | Ligação ou religação clandestina | <= 20 | 10 | 15 |
| | | > 20 | 20 | 40 |
| 05 | Violação, danificação proposital e retirada do hidrômetro | <= 20 | 10 | 15 |
| | | > 20 | 20 | 40 |
| 06 | Inversão de hidrômetro | <= 20 | 5 | 7 |
| | | > 20 | 10 | 15 |
| 07 | Interconexão da instalação predial com canalizações de água ou outra procedência, não sendo da rede pública | Geral | 10 | 15 |
| 08 | Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia | Geral | 20 | 40 |
| 09 | Emprego de aparelhos eliminadores de ar não homologados | Geral | 1 | 2 |
| 10 | Recusa do usuário em permitir a instalação do hidrômetro e impedimento a manutenção ou leitura do mesmo | Geral | 3 | 8 |
| 11 | Impossibilidade de se efetuar a leitura do hidrômetro, por três meses consecutivos, em virtude de dificuldades criadas pelo usuário | Geral | 3 | 8 |
| 12 | Quando decorrido o prazo de ligação temporária ou concluídos os serviços ou obras, não for solicitada a ligação definitiva | Geral | 1 | 4 |
| 13 | Revenda de água a terceiros | Geral | 10 | 30 |
| 14 | Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by-pass) | <= 20 | 10 | 15 |
| | | > 20 | 20 | 40 |
| 15 | Negligência na manutenção das instalações prediais e/ou no uso da água, que resultem em desperdício por parte do usuário | <= 20 | 1 | 3 |
| | | > 20 | 5 | 8 |
| 16 | Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial | <=20 | 1 | 3 |
| | | > 20 | 5 | 8 |
| 17 | Lançamento de águas pluviais e/ou materiais que causem obstrução ou interferência no sistema coletor (ex: areia, cinza, metal, vidro, resíduos de caixa de gordura, óleo, graxa ou resíduo industriais) | Geral | 10 | 20 |
| 18 | Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio ou efluentes industriais que possam comprometer a eficiência do tratamento de esgotos | Geral | 25 | 50 |
| 19 | Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem autorização da SMSAA | Geral | 100 | 150 |
| 20 | Alteração do projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem prévia autorização da SMSAA | Geral | 100 | 150 |
| 21 | Utilização indevida de hidrantes | Geral | 50 | 150 |
| 22 | Despejo de efluentes de limpa-fossa na ETE, em desacordo c/ as normas vigentes e/ou cláusulas contratuais | Geral | 150 | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**JURIDICO**
**LEI MUNICIPAL Nº 001/2018 DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal, por prazo determinado, para o exercício de 2018 e dá outras providências.

***MIGUEL JOSE BRUNETTA***, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Artigo 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Salário da Prefeitura Municipal para o exercício de 2018, os servidores constantes no anexo único deste Projeto de Lei.

**Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Anexo I da Lei Municipal nº 053/2001 que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Prefeitura Municipal e Lei Municipal nº 387/2013 que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras da Saúde.**

**Artigo 3º -** O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

**§ 1º** – As contratações a que se refere este Projeto de Lei deverão ser realizadas através de aditamento de contratos temporários de servidores aprovados em processo seletivo.

**§ 2º** As contratações deverão ser realizadas em caráter temporário até a efetiva nomeação de candidatos a serem aprovados em seletivo ou concurso público.

**Artigo 4º -** Os contratados por esta lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário, instituído pelas Leis nº 055/2001 de 28 de dezembro de 2001.

**Artigo 5º -** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária Anual do Município.

**Artigo 6º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2018.

**Artigo 7º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 25 DE JANEIRO DE 2018**

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**PROJETO DE LEI Nº 001/2018**

**ANEXO ÚNICO**

| ITEM | DENOMINAÇÃO | QUANT | REFERENCIA |
|---|---|---|---|
| 01 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 08 | 20 |
| 02 | AGENTE ADMINISTRATIVO | 04 | 30 |
| 03 | AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL | 02 | 30 |
| 04 | MOTORISTA DE VEÍCULOS | 02 | 55 |
| 05 | OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS | 03 | 56 |
| 06 | FISCAL DE OBRAS E POSTURA | 01 | 25 |
| 07 | TÉCNICO DE HIGIENE BUCAL | 01 | 57 |
| 08 | TECNICO EM ENFERMAGEM | 05 | 50 |
| 09 | FARMACEUTICO/BIOQUIMICO | 01 | 12 |
| 10 | MÉDICO | 01 | 79 |
| 11 | ENGENHEIRO CIVIL | 01 | 28 |
| 12 | AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 02 | 30 |

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**JURIDICO**
**LEI MUNICIPAL Nº 002/2018 DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipal na área educacional por prazo determinado no exercício de 2018 e dá outras providências.

***MIGUEL JOSE BRUNETTA***, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Artigo 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação no exercício de 2018, conforme constante no anexo único deste Projeto de Lei.

**Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.**

**Artigo 3º -** O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

**Artigo 4º** - As contratações que se refere esse Projeto de Lei deverão ser realizadas por meio de aditamentos de contratos de servidores aprovados em processo seletivo ou concurso público ou ainda nomeação dos candidatos a serem aprovados.

**Artigo 5º -** Os contratados por essa lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário dos Profissionais da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 388/2012 de 19 de março de 2012.

**Artigo 6º -** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária do Município.

**Artigo 7º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 8º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

**EM: 25 DE JANEIRO DE 2018**

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**PROJETO DE LEI Nº 002/2018**

**ANEXO ÚNICO**

| ITEM | DENOMINAÇÃO | QUANT |
|---|---|---|
| 01 | PROFESSOR NIVEL "B" | 07 |
| 02 | PROFESSOR NIVEL "A" | 09 |
| 03 | MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR | 02 |

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

### SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
### PORTARIA N° 009/2018- DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Nomeia os membros para a Comissão de Aplicação e Execução de Teste Seletivo para a Contratação de Auxiliar de Saúde Bucal, Nutricionista, Assistente Social, Tratorista, Professor de Matemática, Contador, Técnico em Enfermagem, Professor de Pedagogia e Professor de Inglês/Artes/Ensino Religioso, desta Prefeitura Municipal e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear os membros da Comissão de Aplicação e Execução do teste seletivo para a Contratação de Auxiliar de Saúde Bucal, Nutricionista, Assistente Social, Tratorista, Professor de Matemática, Contador, Técnico em Enfermagem, Professor de Pedagogia e Professor de Inglês/Artes/Ensino Religioso, da Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT. Conforme Edital nº001/2018- Seletivo nº001/2018.

ARTIGO 2º- A Comissão será composta de 01 (presidente) e 03 Três membros, como segue.

Presidente:

MÁRCIA CRISTINA MEDEIROS

Membros:

I- ARISTÓTELES ALVES

II- ERICA DIAS DE SOUZA

III- MARIA DE FÁTIMA BORGES COSTA

COMISSÃO PARA PROVA PRÁTICA DE TRATORISTA:

I - CLEVERSON ANTONIO MACEDO

II - JANIO SILVA DE ARAÚJO

ARTIGO 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO, 26 DE JANEIRO DE 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT Nº____

___/___/____.

### COMISSÃO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **3/2018**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: TUNA CONSTRUCOES RURAIS LTDA - ME, CNPJ nº 23.288.416/0001-52, no valor POR ITEM de R$ 31.200,00 (Trinta e Um Mil, e Duzentos Reais.)**.

**PUBLIQUE-SE**

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 26 de Janeiro de 2018.

**ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

**MARIA IRANDI DUARTE**
**Presidente da Comissão de Licitação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

### DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DE ADITIVO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 007/2017**. ASS: 14/01/2018. VCT: 15/10/2018. Contratado: **BRP CONSTRUTORA LTDA EPP**. Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 16/01/2018 a 15/10/2018, conforme autoriza a Lei 8.666/93, artigo 57, inciso II e § 2º. Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
### DECRETO Nº 008/2017, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

**DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Valdomiro Lachovicz** Prefeito Municipal de São José do Rio Claro-MT, no uso das suas atribuições legais; e

**Considerando** a necessidade da adoção de mecanismos e critérios objetivando o equilíbrio entre a eficácia no atendimento ao público e o funcionamento de todos os órgãos da Administração Municipal;

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica determinado pelo presente Decreto que o horário de funcionamento e expediente de atendimento ao público praticado pela Administração Municipal, em todos seus órgãos de administração direta, indire-

ta e fundacional, bem como nas repartições públicas municipais, será das 12h00 às 18h00, consecutivamente, a partir de 1º de fevereiro de 2018.

**Parágrafo Único –** O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às atividades consideradas essenciais ao serviço púbico, tais como: serviços de saúde, no sistema de urgência/emergência e em sistema de plantão; à coleta de lixo; aos serviços da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura; e às atividades desenvolvidas pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e demais serviços referente à Programas de outras esferas de Governo, que atenderão normas próprias, cujos horários serão regulamentados pelas Secretarias respectivas.

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 002/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 26 de janeiro de 2018.

***VALDOMIRO LACHOVICZ***

***Prefeito Municipal***

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO**
**COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO**

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, n°355, Centro – São José do Rio Claro – MT – CEP 78435-000, por intermédio da Coordenadoria de Tributação, por meio do presente Edital, **AUTUA o contribuinte: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA FILHO,** a efetuar o pagamento da multa no valor de R$450, 00 por descumprir o disposto na lei n° 384 de 19 de dezembro de 1997 (Código de Postura), artigo 145, parágrafo único, inciso I.

O referido **auto de infração**, se pago dentro do prazo de 15 (quinze) dias, sofrerá redução de 50%, conforme Lei nº 599 de 30 de setembro de 2005 (Código Tributário Municipal), Artigo 108.

São José do Rio Claro – MT, 26 de janeiro de 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO**
**COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO - NOTIFICAÇÃO**

O município de São José do Rio Claro – MT, por intermédio da Coordenadoria de Tributação, notifica os contribuintes: **RAFAEL BONADARTE LEOPLDE, SALETE TELES DA SILVA, DALVINO STEINHEUSER, ARINALDO DE MORAES, PEDRO LEITE DA ROCHA, MIGUEL ANGELO CARROCIA PAULO DE OLIVEIRA RAMOS, ANTONIO GOMES DE SOUZA SOBRINHO, EDUARDO PERREIRA, ADIR MATHEUS DE CARLI, MARIA LENILDA DA SILVA, ELIANA APARECIDA DE MACEDO, ELIANA APARECIDA DE MACEDO, JUNIOR ROGERIO GAROFALO, SUZANA DE OLIVEIRA, ADRANE APARECIDA COMERLATO, GRACIANO DE PAIVA E PAIVA LTDA, CARLOS ALEXANDRE PAIVA, VALDIR BRUNO ANGEL, CELSO MASUCHINE, RAQUEL TIMM PEDROLLO, MARIA IVONE KNIPHOFF, IVANIR TELES DA SILVA, SIDNEI DA SILVA DORNELLAS, ELMARI APARECIDA SODER, EDINALDO MARCOS DA SILVA AMADOR DE CASTILHO GONÇALVES COLLETTES, APARECIDO DOS SANTOS E SUA ESPOSA, ELIETE DE OLIVEIRA SANTOS, CICERA IZABEL PADILHA, ANTONIA EDILENE RODRIGUES.**

Os contribuintes possuem imóveis territoriais sujos, sugerindo prejuízo a saúde pública e à estética urbanística, Infringindo a Lei nº 384 de 19 de dezembro de 1997 (Código de Postura), em seu artigo 145 parágrafo único. Sujeitando–se a multa de R$ 375,00 a R$ 1.500,00.

Para tal, comunicamos pelo presente, que Vossa Senhoria deverá **efetuar a limpeza do terreno no prazo de** 1**5 (quinze) dias**, **ou apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias,** a contar da data desta publicação. O não cumprimento desta acarretará nas sanções previstas em lei.

São José do Rio Claro – MT, 26 de janeiro de 2018.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO**
**PORTARIA Nº 023/2018, DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO.**

**Valdomiro Lachovicz**, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear a Servidora abaixo relacionada para exercer o cargo comissionado, conforme discriminado:

| NOME | CARGO | A PARTIR DE |
|---|---|---|
| Dantieli Fernanda da Silva | Gerente de Programas | 25/1/2018 |

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 25 de janeiro de 2018.

***VALDOMIRO LACHOVICZ***

***Prefeito Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

**GABINETE DO PREFEITO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2018**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**E**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2018**

**CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, através dos termos que preceituam a Alínea A do Inciso III do Art. 94 da Lei Orgânica do Município, no que dispõe o Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Municipal nº 1.056, de 28 de Janeiro de 2005, autorizado pela Lei Municipal nº 1.681, de 12 de dezembro de 2017, TORNA PÚBLICO e FAZ SABER a quem possa interessar que será realizado Processo Seletivo Simplificado para contratação por tempo determinado, a fim de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, para provimento de cargos e vagas às Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação.

**1. DO OBJETO:**

1.1 – O objeto do presente Edital consiste na contratação de pessoal em caráter temporário e excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas visando o suprimento de serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento às demandas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Educação, às funções mencionadas no **Item 4** (integrante deste), com os respectivos cargos, requisitos de habilitação, número de vagas, carga horária de trabalho e salários. Todas as informações sobre este Processo Seletivo Simplificado serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, (www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br), bem como afixadas em mural na Prefeitura Municipal e respectivas secretarias deste certame.

1.2 – Este certame tem sua validade pelo período de 01 (um) exercício financeiro, podendo ser prorrogado por mesmo prazo desde que disponha de previsão orçamentária.

**2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 – A Ficha de Inscrição será retirada e entregue:

2.1.1 – Na **Secretaria Municipal de Assistência Social**, sito à Rua Leon Denis, s/nº, Bairro Zeferino II, fone de contato (065) 3251-2644 – São José dos Quatro Marcos/MT, no horário das 7h às 13h, no período de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018

2.1.2 – Na **Secretaria Municipal de Educação**, sito à Avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso, nº 662, Centro – São José dos Quatro Marcos/MT, no horário das 7h às 13h, no período de 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018.

2.2 – Não haverá prazo destinado à isenção de taxas, visto que as inscrições serão gratuitas aos cargos disponíveis (atendendo aos casos especificados nas Leis Estaduais nº 6156/92, 7713/2002 e 8795/2008).

2.3 – A realização do Processo Seletivo Simplificado será de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado por ela instituída, e das Secretaria Municipais de Assistência Social e de Educação (caso solicitado pela Comissão), tendo em vista a não contratação de empresa terceirizada para tal evento.

2.4 – A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições estabelecidas no presente edital, nos editais complementares e/ou de ratificação que forem necessárias para o bom andamento e fiel execução do Processo Seletivo, como também à Legislação Municipal.

**3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:**

3.1 – Este Processo Seletivo está aberto a todos que satisfazerem as exigências das Leis Brasileiras, podendo participar do mesmo o candidato que preencher os requisitos abaixo:

-Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da Lei

-Ter 18 (dezoito) anos completos

-Estar em dia com as obrigações eleitorais e Serviço Militar – comprovados através de documento e comprovante de votação

-Apresentar documento de identificação

-Apresentar comprovante de habilitação necessária exigida ao cargo (Diploma ou Atestado de Conclusão)

-Preencher corretamente a Ficha de Inscrição, via Secretarias de Assistência Social e de Educação

-Entregar no dia, local e horário de realização da prova, cópia da documentação para análise de títulos (aos cargos de Professor II) conforme disposto no **Item 9** deste certame.

**4. DAS VAGAS:**

4.1 – Os cargos com os respectivos níveis de escolaridade, vagas, carga horária semanal e salários iniciais estarão disponíveis conforme quadros a seguir:

**Secretaria Municipal de Assistência Social**

| CARGOS | ESCOLARIDADE | VAGAS | C.H. SEMANAL | SALÁRIOS |
|---|---|---|---|---|
| Assistente Social* | Serviço Social | 01+CR | 30h | 3.217,41 |
| Psicólogo* | Psicologia | 01+CR | 40h | 3.217,41 |

*Cargos para composição da Equipe de Referência da zona rural (CRAS Volante)

**Secretaria Municipal de Educação**

| CARGOS | ESCOLARIDADE | VAGAS | C.H. SEMANAL | SALÁRIOS |
|---|---|---|---|---|
| Professor II: Ciências | Ensino Superior Completo – na referida habilitação | 02+CR | 23h | 1.982,71 |
| Professor II: Educação Física | | CR | 23h | 1.982,71 |
| Professor II: Geografia | | 01+CR | 23h | 1.982,71 |
| Professor II: História | | CR | 23h | 1.982,71 |
| Professor II: Língua Portuguesa | | 02+CR | 23h | 1.982,71 |
| Professor II: Matemática | | CR | 23h | 1.982,71 |
| Professor II: Pedagogia | | 09+CR | 23h | 1.982,71 |
| Auxiliar de Serviços Internos | Fundamental Completo | 04+CR | 40h | 954,00 |
| Motorista | Fundamental Completo | 01+CR | 40h | 1.006,23 |

4.2 – Os candidatos ao cargo de **Motorista** (Secretaria Municipal de Educação), deverão apresentar cópia de Carteira de Habilitação Categoria mínima "D" que deverá ser anexa à Ficha de Inscrição.

4.2.1 – Os candidatos aos cargos de **Assistente Social** e **Psicólogo** (Secretaria Municipal de Assistência Social), deverão apresentar cópia do Diploma de formação na respectiva área (Ensino Superior completo) + cópia do registro no referido conselho de classe + cópia da Carteira de Habilitação Categoria mínima A/B, as quais deverão ser anexas à Ficha de Inscrição.

4.3 – Das vagas destinadas aos candidatos **Portadores de Necessidades Especiais-PNE** e aos **Negros e Afrodescendentes**:

4.3.1 – **Portadores de Necessidades Especiais-PNE**: Nos termos do inciso VIII, art. 37, da Constituição, Lei Federal nº 7.853/89 e Lei Complementar Estadual/MT nº 114/2002, é previsto neste Processo Seletivo Simplificado a destinação aos Portadores de Necessidades Especiais-PNE de 10% (dez por cento) do total das vagas dos cargos previstos neste Edital, cujas atribuições, recomendações e aptidões específicas do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

4.3.2 – De acordo com o mesmo dispositivo legal, caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.3.3 – Ao candidato PNE, é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, declarando a deficiência física de que é portador; a não observância do disposto no subitem anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.3.4 – O candidato PNE participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e locais de realização das provas, bem como à pontuação exigida.

4.3.5 – As vagas reservadas aos PNE que não forem preenchidas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

4.3.6 – Dada a disponibilidade de vagas (ver Item 4.1) neste edital, será reservada ao PNE: 01 vaga ao cargo de Professor II: Pedagogia, considerando o previsto nos subitens 4.3.1 e 4.3.2.

4.3.7 – Dos candidatos **Negros ou Afrodescendentes**: Nos termos da Lei Municipal nº 1.552, de 25 de setembro de 2014, ficam reservadas 20% das vagas deste certame para o ingresso de negros e afrodescendentes em cargos nos serviços público municipal, percentual aplicado individualmente a cada cargo.

4.3.8. Com base na Lei Federal n° 12.990, de 09 de junho de 2014, quando na aplicação do percentual disposto no subitem 4.3.7, na hipótese de ocorrer quantitativo fracionado para o número de vagas de cada cargo reservadas a candidatos negros e afrodescendentes, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

4.3.9. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição do seletivo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Na hipótese de constatação de

declaração falsa, o candidato será eliminado e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão.

4.3.10. Dada a disponibilidade de vagas neste edital, conforme Item 4.1, serão reservadas aos candidatos **Negros ou Afrodescendentes**: 01 vaga ao cargo de Auxiliar de Serviços Internos e 02 vagas ao cargo de Professor II: Pedagogia – considerando o previsto nos subitens 4.3.7 e 4.3.8.

**5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:**

5.1 – A elaboração das provas bem como a sua aplicação, é de responsabilidade da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, a qual poderá solicitar a devida parceria de profissionais responsáveis e competentes que atuam na(s) Secretaria(s) solicitante(s) do referido Seletivo.

5.2 – As provas escritas serão aplicadas no local, data e horário a seguir:

Local: Escola Estadual Deputado Bertoldo Freire

Data/Horário: 14 de fevereiro de 2018 – das 19h às 22h.

**6. DAS PROVAS:**

6.1 – Aos cargos de Professor II (à **Secretaria Municipal de Educação**) este certame constará de 02 (duas) fases:

a) Entrega de documentação para análise de títulos (cópia, em envelope lacrado): no dia 14 de fevereiro de 2018, às 19h, no local de realização das provas.

b) Prova escrita: no dia 14 de fevereiro de 2018, das 19h às 22h.

6.2 – As provas escritas serão objetivas (com questões de múltipla escolha, contendo uma única alternativa correta) e dissertativas – ambas de caráter eliminatório e classificatório.

6.3 – A prova dissertativa, aplicada junto às objetivas, será individual por candidato e constará da redação de questões dissertativas de até 10 linhas, sobre o tema apresentado no conteúdo programático deste Edital.

6.4 – As questões objetivas e dissertativas obedecerão ao proposto no quadro abaixo:

| Provas | Nº de Questões | Valor/Peso | Total |
|---|---|---|---|
| Objetivas Específicas | 10 | 1,00 | 10,0 |
| Dissertativas | 05 | 2,00 | 10,0 |
| Totais | 15 | 20,0 | |

6.4.1 – A prova deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, entregue juntamente com a prova objetiva. Não será permitida consulta a nenhum material de apoio para realização da prova.

6.4.2 – Somente será corrigida a prova dissertativa do candidato com acerto(s) na prova objetiva, sendo que o candidato que nela zerar não lhe será feita a correção da dissertativa e, consequentemente, o mesmo será desclassificado.

6.5 – Da avaliação da Prova Dissertativa:

6.5.1 – A nota da prova dissertativa varia de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e será avaliada quanto ao domínio do conteúdo apresentado, a considerar a seguinte metodologia e pontuação:

a) 2,5 pontos – avaliação do conhecimento da língua portuguesa;

b) 7,5 pontos – avaliação do conhecimento do conteúdo programático, conforme referenciais bibliográficos apresentados neste Edital.

6.5.2 – A avaliação da prova dissertativa será feita do seguinte modo:

a) Apresentação, clareza e utilização adequada da norma culta da Língua Portuguesa (considerando o Novo Acordo Ortográfico), limitada a 2,5 pontos;

b) Avaliação do domínio do conhecimento do conteúdo programático, limitada a 7,5 pontos;

c) Nos casos de fuga ao tema, de texto definitivo escrito a lápis e/ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova dissertativa igual a ZERO.

6.6 – Dos critérios de correção da Prova Dissertativa (por questão):

| **CRITÉRIOS** | **PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA** | | |
|---|---|---|---|
| **Parte 1** – Conhecimento de Língua Portuguesa (Máximo **0,5 ponto**) | **NÃO (0 ponto)** | **EM PARTES (0,15 pontos)** | **SIM (0,25 pontos)** |
| 1.Apresentação de concordância | | | |
| 2.Ortografia correta | | | |
| Total de pontos da **Parte 1** | **0,5 ponto** | | |
| **Parte 2** – Conhecimentos específicos (Máximo **1,5 pontos**) | **NÃO (0 ponto)** | **EM PARTES (0,25 ponto)** | **SIM (0,50 ponto)** |
| 1.Conhecimento/Domínio do conteúdo | | | |
| 2.Argumentação | | | |
| 3.Relação teoria-prática | | | |
| Total de pontos da **Parte 2** | **1,5 pontos** | | |
| **TOTAL GERAL** | **2,0 pontos** | | |

6.7 – Aos cargos de Auxiliar de Serviços Internos e de Motorista (à **Secretaria Municipal de Educação**) este certame constará de 01 única fase:

a) Prova escrita: no dia 14 de fevereiro de 2018, das 19h às 22h.

6.8 – As provas escritas serão objetivas (com questões de múltipla escolha, contendo uma única alternativa correta):

| Provas Objetivas | Nº de Questões | Valor/Peso | Total |
|---|---|---|---|
| Língua Portuguesa | 10 | 1,00 | 10,0 |
| Matemática | 05 | 1,00 | 5,00 |
| Conhecimentos Gerais | 05 | 1,00 | 5,00 |
| Totais | 20 | 20,0 | |

6.9 – Aos cargos de Assistente Social e de Psicólogo (à **Secretaria Municipal de Assistência Social**) este certame constará de 01 única fase:

a) Prova escrita: no dia 14 de fevereiro de 2018, das 19h às 22h.

6.10 – As questões objetivas e dissertativas obedecerão ao proposto no quadro abaixo:

| Provas | Nº de Questões | Valor/Peso | Total |
|---|---|---|---|
| Objetivas Específicas | 10 | 1,00 | 10,0 |
| Dissertativas | 05 | 2,00 | 10,0 |
| Totais | 15 | 20,0 | |

6.11.1 – Para tal, será obedecido aos dispostos nos itens 6.4.1, 6.4.2, 6.5, 6.5.1, 6.5.2 e 6.6 deste Edital.

**7. DO PROGRAMA GERAL DO CONTEÚDO:**

7.1 – O Programa Geral e respectivo Conteúdo Programático para as provas objetivas e dissertativas para os cargos de **Professor II**, serão os seguintes:

- **Conhecimentos Específicos**: Tais conhecimentos estarão ligados aos dispostos na **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)** – com atualização em 2017, que pode ser acessada via link: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

7.1.1 – O Programa Geral e respectivo Conteúdo Programático para as provas objetivas e dissertativas para os cargos de **Assistente Social** e **Psicólogo**, serão os seguintes:

- **Conhecimentos Específicos**: Tais conhecimentos estarão ligados aos dispostos nas **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, cujo arquivo pode ser acessado via link: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assis... e no **Protocolo de Gestão Integrada do SUAS**, material disponível no link: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imp...

7.2 – Quanto às provas dissertativas, serão avaliados os conhecimentos obtidos através do estudo do conteúdo mencionado no item 7.1.

7.3 – Aos cargos de **Auxiliar de Serviços Internos** e de **Motorista**, os conteúdos serão coerentes à escolaridade exigida – Ensino Fundamental Completo.

**8. DOS REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS:**

8.1– O material de estudos referente ao programa geral dos conteúdos para este Processo Seletivo estará disponível *online* no site da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos, via acesso: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br para download em matéria que trata sobre o referido Processo Seletivo.

**9. DA ANÁLISE DE TÍTULOS:**

9.1 – A análise de títulos aos cargos de **Professor II**, será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e destina-se a obter informações do candidato, bem como avaliar suas condições e competências para o respectivo cargo.

9.2 – Para a contagem de pontos será avaliada somente a documentação coerente ao cargo preterido pelo candidato, mesmo tendo nível de escolaridade acima do exigido ao referido cargo.

9.3 – O currículo de cada candidato será avaliado em conformidade com os critérios descritos na Ficha de Pontuação abaixo:

| **Pontuação do Professor (Critérios/Indicadores/Cômputos/Pontos)** | | | |
|---|---|---|---|
| **I. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)** | | | |
| Título | Ensino Superior | Licenciatura Plena | 4,0 pontos |
| **II. QUALIFICAÇÃO COMPLEMENTAR** | | | |
| a. | Cursos de formação continuada realizados na área da Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais – com limite máximo de 3,0 pontos – certificados de 2015, 2016 e 2017. | | 0,5 ponto para 40 horas |
| b. | Comprovação anual (2017), mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da Educação – com limite máximo de 1,0 ponto. | | 0,5 ponto para cada certificado |

9.4 – Será desclassificado o candidato que não apresentar documentação coerente ao cargo concorrido no ato de realização das provas, conforme exposto neste Edital.

9.5 – Estará desclassificado deste Processo Seletivo o candidato que por qualquer eventualidade não apresentar o envelope com a documentação acima exigida, visto que o mesmo será recolhido tão somente na data e horário expostos no item 6.1-a.

**10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:**

**10.1 – Assistente Social:** Sujeito a trabalho externo em atendimento ao público, incluindo entre outras as seguintes atribuições:

10.1.1 – **Descrição sintética**: Planejar programas de bem-estar e promover a sua execução; estudar, planejar, diagnosticar e supervisionar a solução de problemas sociais.

10.1.2 – **Descrição analítica**: Realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo da assistência social; preparar programas de trabalhos referentes ao Serviço Social; realizar e interpretar pesquisas sociais; orientar e coordenar os trabalhos nos casos de reabilitação profissional; encaminhar pacientes a dispensários e hospitais, acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos assistindo os familiares; planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e de suas famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo ou encaminhamento; estudar os antecedentes da família, participar de estudo e diagnóstico dos casos e orientar os pais em grupo ou individualmente, sobre o tratamento adequado; supervisionar o Serviço Social através das agências; orientar nas seleções socioeconômicos para a concessão de auxílios e ou amparo pelos serviços de assistência a velhice, a infância abandonada, a cegos, etc. Orientar investigações sobre situação moral e financeira de pessoas que desejarem receber ou adotar crianças; manter contato com família legítima e a substituta, fazer levantamentos socioeconômicos com vistas a planejamento habitacional nas comunidades; prestar assistência a condenados por delito ou contravenção, bem como, a suas respectivas famílias: promover a reintegração dos condenados a suas famílias na sociedade, executar outras atividades compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Município.

**Observação**: O profissional fará parte da equipe do CRAS Volante com atendimento à demanda na zona rural. Para tal, é obrigatório que o mesmo tenha CNH categoria mínima A/B.

**10.2 – Psicólogo:** Sujeito a trabalho externo em atendimento ao público, incluindo entre outras as seguintes atribuições:

10.2.1 – **Descrição sintética**: Desenvolver atividades relacionadas com o comportamento humano e a dinâmica da personalidade, com vistas à orientação psicopedagógica e ao ajustamento individual.

10.2.2 – **Descrição analítica**: Desenvolver programas de ajustamento psicossocial no contexto organizacional. Traçar perfil psicológico. Desenvolver métodos e técnicas de psicologia organizacional. Coordenar e orientar os trabalhos de levantamento de dados científicos relativos ao comportamento humano e ao mecanismo psíquico. Colaborar com médicos, assistentes sociais e outros profissionais, na ajuda aos inadaptados. Realizar entrevistas complementares. Propor soluções convenientes para os problemas de desajuste escolar, profissional e social. Colaborar no planejamento de programas de educação, inclusive a sanitária e na avaliação de seus resultados. Atender a portadores de deficiência mental e sensorial ou portadores de desajuste familiar ou escolar, encaminhando-os a escolas ou classes especiais. Emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade. Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares. Desenvolver, aplicar e manter atualizados programas nas áreas de treinamento, recrutamento e seleção de pessoal e de avaliação de desempenho. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e com sua especialidade, ou que venham a ser solicitadas por seus superiores.

**Observação**: O profissional fará parte da equipe do CRAS Volante com atendimento à demanda na zona rural. Para tal, é obrigatório que o mesmo tenha CNH categoria mínima A/B.

**10.3 – Professor:** Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo entre outras as seguintes atribuições:

10.3.1 – **Descrição sintética**: participar da Proposta Pedagógica da Escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a Proposta Pedagógica da Escola; zelar pela aprendizagem dos alunos;

10.3.2 – **Descrição analítica**: estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao Planejamento, à Avaliação e ao Desenvolvimento Profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola, com as famílias e a comunidade; desempenhar outras atribuições inerentes ao cargo, inclusive as estabelecidas no Art. 5, da Lei 755/98 – Estatuto do Magistério.

**10.4 – Motorista**: Condução de ônibus escolar, destinado ao transporte de alunos, incluindo as seguintes atribuições:

10.4.1 – **Descrição sintética**: Conduzir e zelar pela conservação de veículos do transporte escolar.

10.4.2 – **Descrição analítica**: Conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros, podendo, inclusive, prestar serviços em veículos de pequeno porte, desde que seja necessário e determinado por superiores. Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente. Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento. Fazer reparos de emergência. Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue. Tomar todos os cuidados básicos de manutenção de veículos automotores para seu bom funcionamento. Executar tarefas afins ou determinadas por seus superiores.

**10.5 – Auxiliar de serviços internos**: Sujeito a trabalho interno e externo em atendimento à demanda escolar, incluindo as seguintes atribuições:

10.5.1 – **Descrição sintética**: Realizar trabalhos que não exijam especialização, limpeza de repartições públicas, serviços relativos à atividade doméstica e outras correlatas. Preparar e cozer os alimentos, armazenando os congêneres alimentícios. Efetuar a limpeza da cozinha e utensílios, bem como o preparo de lanches e refeições. Executar tarefas de atendimento ao público, seja através de telefone ou pessoalmente, mantendo limpo, em ordem e em perfeito funcionamento o setor de trabalho.

10.5.2 – **Descrição analítica**: Zelar pela limpeza, organização e funcionabilidade dos órgãos administrativos e demais repartições públicas. Organizar os gêneros alimentícios, principalmente no que diz respeito ao seu preparo e armazenamento. Preparar e cozinhar os alimentos necessários para atender à demanda do setor encarregado do fornecimento de refeições, lanches, etc. Realizar a limpeza geral da cozinha e de todo o material (utensílios) utilizado na mesma. Preparar lanches, café, chá, refrescos e outros afins. Atender com cortesia ao público, zelando para que as informações prestadas sejam corretas. Executar outras atividades necessárias e compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Município.

**11. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:**

11.1 – Aos cargos de **Professor II**, a classificação obedecerá à somatória de pontos da análise de títulos e da nota da prova escrita.

11.1.1 – A classificação final entre candidatos com igual número de pontos, o critério de desempate obedecerá:

- a maior nota da prova escrita (objetivas+dissertativas);

- a maior idade.

11.2 – Aos demais cargos deste certame, a classificação obedecerá ao total de pontos obtidos na prova escrita. Em caso de candidatos com igual número de pontos, o critério de desempate obedecerá:

- a maior idade.

11.3 – De acordo com as necessidades, o município promoverá a convocação obedecendo à classificação dos candidatos aprovados neste Processo Seletivo.

**12. DA CONTRATAÇÃO:**

12.1 – A convocação para contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificados, não gerando, entretanto, o fato de aprovação direito à contratação.

12.2 – No ato da contratação, o candidato deverá apresentar cópia da documentação que comprove:

- Cédula de Identidade – RG e Cadastro de Pessoa Física – CPF (numa folha);

- Certidão de Nascimento ou Casamento;

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

- Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

- Cartão do PIS/PASEP;

- Certidão de quitação eleitoral;

- Título de eleitor;

- Certidão negativa civil e criminal;

- Certidão negativa de débitos com o Município;

- Atestado de Saúde Física e Mental com médico do Trabalho;

- Certidão de Reservista ou C.A.M. – Sexo masculino;

- Comprovante de escolaridade;

- Comprovante de residência;

- Declaração de bens;

- Declaração de não acúmulo de cargo;

- Conta corrente no Banco do Brasil.

12.3 – Os candidatos ao cargo de Professor II (Ensino Superior), receberá o valor salarial como graduado de acordo com a tabela descrita no item 4. 1 (**CARGOS COM OS RESPECTIVOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, VAGAS E SALÁRIOS INICIAIS**).

12.4 – Dada a contratação, o candidato tornar-se-á servidor regido pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e contribuirá para o Regime Geral de Previdência Social – INSS.

12.5 – A vigência contratual se dará entre 26 de fevereiro de 2018 a 13 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado ou antecipado em conformidade com os interesses ou necessidades da Administração.

**13. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:**

13.1 – O gabarito de respostas será divulgado, após a realização das provas, via *online* no site da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos: www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

13.2 – O resultado final deste Processo Seletivo será publicado em edital contendo a classificação e o número de pontos de cada candidato classificado.

13.3 – A publicação do resultado será feita no dia 16 de fevereiro de 2018, a partir das 18h, no mural da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos e das Secretarias de Assistência Social e de Educação; nos sites www.amm.org.br e www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

**14. DOS RECURSOS:**

14.1 – Divulgados os resultados, o candidato terá o prazo do dia 19/02 a 20/02/2018 até às 13h, para interposição de recursos, caso julgue necessário.

14.2 – Se houver qualquer interposição de recursos que altere o resultado deste Processo Seletivo, será feita nova divulgação com o resultado final no dia 20/02 – a partir das 18h.

14.3 – Transcorrido o prazo, segue-se a homologação e a publicação deste certame.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos, 26 de janeiro de 2018.

**Ronaldo Floreano dos Santos**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

### AVISO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO –TOMADA DE PREÇO N.º 001/2018**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT**, através de Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** de nº 001/2018, sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA GLOBAL, tendo por objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM ARQUIBANCADA E VESTIÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA",** nos termos da Lei Federal nº8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no dia **16 de Fevereiro de 2018 - 09:00 h -MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site WWW.saopedrodacipa.mt.gov.br. Informações: tel. (0**66)3418-1500.São Pedro da Cipa, 25 de Janeiro de 2018.Fabiana Nunes Ruiz Silva Presidente da CPL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018.**
**REGISTRO DE PREÇO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018.**

**REGISTRO DE PREÇO.**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada - MT torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 002/2018, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) ÔNIBUS USADOS, PARA SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT.**A Sessão de Abertura será realizada no dia **09 de fevereiro de 2018, às 9h00min (horário oficial de Brasília - DF)**. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal diretamente na sala da CPL no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Em Serra Nova Dourada - MT, em 26 de janeiro de 2018.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 066/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1504 | Cicero Alves de Souza | Agente de Manutenção - Vigia | 13/01/2014 |
| 784 | Doraci Maria Barbosa da Silva | Auxiliar de Serviços Públicos – Office Boy | 09/06/2006 |
| 1127 | Paula Aparecida de Oliveira | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 06/06/2008 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 067/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – Coordenadoria de Gestão,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 12 | Ailson da Silva Santos | Agente da Administração Pública III - Pedreiro | 30/03/2003 |
| 772 | Neiva Farto de Carvalho | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 07/06/2006 |
| 143 | Sirlei das Graças Augusto Silva | Técnico de Nível Médio I – Escriturário | 04/02/2002 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 068/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – Coordenadoria de Projetos e Convênios,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1109 | Maria Aparecida de Almeida Souza | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 21/05/2008 |
| 102 | Marilucia Aparecida dos Santos Fernandes | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 01/02/2002 |
| 1428 | Newton Toledo Bressan Junior | Técnico de Nível Superior III – Engenheiro Civil | 03/12/2012 |
| 122 | Norival Bertinati | Agente da Administração Pública II - Motorista | 25/04/2000 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 069/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – Coordenadoria de Compras,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 852 | Alessandra Aparecida Galvão | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 30/06/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 065/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **PROCURADORIA GERAL,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1047 | Francisco Assis Dias de Freitas | Técnico de Nível Superior III – Advogado | 24/10/2007 |
| 1426 | Geraldino Viana da Silva | Técnico de Nível Superior III – Advogado | 17/10/2012 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 070/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – Coordenadoria de Recursos Humanos,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 860 | Cristiane Bobbo | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 10/07/2006 |
| 1498 | Eliete Benites Pires | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 13/11/2013 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 071/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 151 | Valcenir Antonio Silva | Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário | 16/10/2002 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 085/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria de Média e Baixa Complexidade - CRIDAC,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1403 | Flávio Aparecido Dias | Especialista da Saúde I – Educador Físico | 18/06/2012 |
| 1117 | Leandro Aluisio Marques de Melo | Especialista da Saúde II - Fisioterapeuta | 27/05/2008 |
| 69 | Luzia Ramos de Melo | Técnico da Saúde I - Escriturário | 01/02/2002 |
| 413 | Maria Socorro de Miranda | Agente de Apoio a Saúde I - Zeladora | 01/10/2004 |
| 1396 | Thaise Guimarães Lima | Especialista da Saúde I – Nutricionista | 24/05/2012 |
| 332 | Vanessa Chiconi Segatti | Especialista da Saúde IV – Fonoaudiologa | 01/04/2004 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 086/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria de Vigilância em Saúde – Setor de Vigilância Ambiental,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1028 | Expedita Rodrigues de Souza da Cruz | Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias | 17/07/2007 |
| 1036 | José Ricardo Rodrigues | Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias | 03/09/2007 |
| 1165 | Juliani Camila dos santos | Especialista da Saúde I – Biologo | 16/01/2009 |
| 825 | Rogério dos Santos | Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias | 23/06/2006 |
| 1249 | Tiago dos Santos | Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias | 14/10/2009 |
| 905 | Valdineia Fernandes Couto | Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias | 23/11/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 087/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria de Atenção Básica – PSF I,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| **PSF I** | | | |
| 06 | Antonia Pereira Lima | Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública | 05/11/2001 |
| 1140 | Léia Cassia Galetti Ferreira | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 08/08/2008 |
| 378 | Maria Aparecida Silva Lima | Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista | 01/07/2004 |
| 746 | Maria de Fátima Dias da Rocha Bedin | Especialista da Saúde V – Enfermeira | 02/06/2006 |
| 108 | Maria Lucimar Martins da Silva | Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista | 19/04/1999 |
| 302 | Maria Rozangela Penha Martins | Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública | 22/04/2004 |
| 1380 | Suzana Regina Kroski Siqueira | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 25/04/2012 |
| **PSF I – SAÚDE BUCAL** | | | |
| 003 | Adriana Carlos | Especialista da Saúde V – Cirurgiã Dentista | 29/04/2002 |
| 334 | Carla Regiani Pereira | Especialista da Saúde V – Cirurgiã Dentista | 01/04/2004 |
| 1020 | Rosimeire Neves da Silva Bezerra da Silva | Assistente Técnico da Saúde I – Auxiliar de Saúde Bucal | 01/06/2007 |
| **PSF I – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** | | | |
| 1412 | Bruna Decibio Cordeiro | Agente Comunitário de Saúde | 16/07/2012 |
| 1662 | Carla Mara de Souza | Agente Comunitário de Saúde | 12/05/2016 |
| 1592 | Fabiana Neves da Silva | Agente Comunitário de Saúde | 02/02/2015 |
| 1766 | Francieli Alves Meira | Agente Comunitário de Saúde | 26/06/2017 |
| 1582 | Ivaneide Moreira de Novais | Agente Comunitário de Saúde | 01/08/2014 |
| 1583 | Janaina Sousa Cruz | Agente Comunitário de Saúde | 11/08/2014 |
| 1567 | Josicléia Rezende de Oliveira | Agente Comunitário de Saúde | 09/06/2014 |
| 1496 | Maria de Fátima Vieira Rios do Nascimento | Agente Comunitário de Saúde | 23/10/2013 |
| 1759 | Silvana de Castro Souza | Agente Comunitário de Saúde | 09/06/2017 |
| 1569 | Silvanete Maria Martins Siqueira | Agente Comunitário de Saúde | 09/06/2014 |
| 1551 | Veronica Pereira Versori | Agente Comunitário de Saúde | 02/06/2014 |
| 1549 | Vicente José do Nascimento | Agente Comunitário de Saúde | 02/06/2014 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 063/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções no **GABINETE DE COORDENAÇÃO GERAL,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 760 | Claudemiro Teodoro | Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário | 05/06/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 088/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria de Atenção Básica – PSF III,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| **PSF III** | | | |
| 1385 | Ana Paula Araujo Garcia | Especialista da Saúde V – Enfermeira | 02/05/2012 |
| 911 | Cleudete Grassi Marciniak | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 19/12/2006 |
| 1388 | Hilda Dias Tavares | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 03/05/2012 |
| 130 | Rosilene Fontes Dutra | Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública | 04/02/2002 |
| **PSF III – SAÚDE BUCAL** | | | |
| 1491 | Bianca Gasquez Porelli de Almeida | Especialista da Saúde V – Cirurgiã Dentista | 10/07/2013 |
| 1024 | Janete Terezinha Gwiazdecki | Técnico da Saúde I – Técnico em Saúde Bucal | 15/06/2007 |
| **PSF III – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** | | | |
| 1597 | Alice da Cruz Teodoro | Agente Comunitário de Saúde | 11/02/2015 |
| 1570 | Claudete da Silva Hionton Soares | Agente Comunitário de Saúde | 10/06/2014 |
| 1566 | Debora Aparecida de Oliveira da Luz | Agente Comunitário de Saúde | 09/06/2014 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1565 | Geisa Dias Tavares da Silva Pereira | Agente Comunitário de Saúde | 06/06/2014 |
| 1765 | Juliana Aparecida de Paula | Agente Comunitário de Saúde | 23/06/2017 |
| 1560 | Maidi Sommerfelt Cavalli | Agente Comunitário de Saúde | 04/06/2014 |
| 1554 | Marilza Delfino Terra | Agente Comunitário de Saúde | 02/06/2014 |
| 1553 | Marli Alvina Musskopf | Agente Comunitário de Saúde | 02/06/2014 |
| 1586 | Zilda Maria de Freitas Vieira da Silva | Agente Comunitário de Saúde | 01/09/2014 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 089/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria de Atenção Básica – PSF IV,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| **PSF IV** | | | |
| 1126 | Ana Lúcia Braga | Agente de Apoio a Saúde I – Trabalhador de Serviços Gerais | 03/06/2008 |
| 1016 | Maria Lucia Ferreira Lidório Couto | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 01/06/2007 |
| 1390 | Martha Américo de Souza | Agente de Apoio a Saúde I – Agente de Limpeza Pública | 08/05/2012 |
| 1693 | Rosangela Rodrigues dos Santos | Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista | 08/02/2017 |
| **PSF IV – SAÚDE BUCAL** | | | |
| 834 | Everson Luis Cremonez | Especialista da Saúde V – Cirurgião Dentista | 29/06/2006 |
| 1130 | Flavia Regina da Silva Eleoterio | Assistente Técnico da Saúde I – Auxiliar de Saúde Bucal | 19/06/2008 |
| 1114 | Thiago Moacir Dias Guerra Semensato | Especialista da Saúde V – Cirurgião Dentista | 26/05/2008 |
| **PSF IV – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** | | | |
| 1550 | Eliane dos Reis Maria | Agente Comunitário de Saúde | 02/06/2014 |
| 1661 | Elizangela dos Santos Fernandes | Agente Comunitário de Saúde | 02/05/2016 |
| 1595 | Geisilene Aline Silva de Moura Alves | Agente Comunitário de Saúde | 09/02/2015 |
| 1568 | Karolinne Talita Benites | Agente Comunitário de Saúde | 09/06/2014 |
| 1757 | Marcos José Gomes | Agente Comunitário de Saúde | 07/06/2017 |
| 1593 | Maria Aparecida de Souza | Agente Comunitário de Saúde | 02/02/2015 |
| 1557 | Maria Aparecida Flores | Agente Comunitário de Saúde | 03/06/2014 |
| 1763 | Mirian Léia Cellarius Rodrigues dos Santos | Agente Comunitário de Saúde | 22/06/2017 |
| 1758 | Patricia Pinheiro Viana Carlos | Agente Comunitário de Saúde | 09/06/2017 |
| 1602 | Silvana dos Santos Araujo Citadella | Agente Comunitário de Saúde | 10/07/2015 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 090/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER** – **Coordenadoria de Desporto e Lazer,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA DE ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 750 | João Ferreira da Silva | Agente de Manutenção - Vigia | 02/06/2006 |
| 1274 | Rogério Alves Rosolem | Agente de Manutenção - Vigia | 24/03/2010 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 091/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores no cargo de **Professores**, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER** – **FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL 60%,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | DATA DE ADMISSÃO |
|---|---|---|
| 247 | Adair José Schneider | 01/04/2004 |
| 001 | Adelcio Chico Fernandes | 06/02/2002 |
| 361 | Alysson Denardi Antoniassi | 01/06/2004 |
| 1387 | Carla Cristina Rohenkohl | 02/05/2012 |
| 19 | Carmem Vicente de Oliveira | 19/04/1999 |
| 951 | Cristiane Romagna Ferreira | 20/03/2007 |
| 318 | Devair de Oliveira Souza | 01/04/2004 |
| 323 | Doreni de Brito | 01/04/2004 |
| 31 | Elizangela Calado Mendes Ferreira | 30/04/1999 |
| 329 | Genita Zanon | 01/04/2004 |
| 45 | Gislene Gonçalves Vargas Martins de Souza | 01/03/1993 |
| 1393 | Greisival Pereira da Silva | 22/05/2012 |
| 244 | Ilson Ferreira Costa | 01/04/2004 |
| 1113 | Iraci Santos Gonçalves da Silva | 26/05/2008 |
| 1359 | Irani Aparecida Semensato Almeida Silva | 13/04/2012 |
| 319 | Janete Rodrigues Vieira de Carvalho | 01/04/2004 |
| 325 | José Luzia Maximo da Fonseca | 01/04/2004 |
| 75 | Lucia Maristela Spohr Justen | 02/05/1994 |
| 76 | Lucinett Adélia Rodrigues dos Santos | 06/02/2002 |
| 98 | Madalena Batista Treuherz | 01/02/2002 |
| 1115 | Márcia Elaine Toso | 27/05/2008 |
| 252 | Márcia Helena Vieira Borges | 01/04/2004 |
| 317 | Maria Aparecida Rodrigues Ricieri | 01/04/2004 |
| 251 | Maria José Souza Bessa | 01/04/2004 |
| 86 | Maria Suely Magalhães Gomes | 06/02/2002 |

| | | |
|---|---|---|
| 84 | Marli Fátima Sparvolli Santaella | 19/04/1999 |
| 85 | Marli Gottardi Silva | 01/03/1993 |
| 94 | Marli Terezinha de Amorim Contreiras | 06/02/2002 |
| 104 | Mirian Garcia de Andrade | 06/02/2002 |
| 1360 | Nilton José da Silva | 13/04/2012 |
| 217 | Rakel Vieira Streg | 01/04/2004 |
| 1384 | Renata da Silva Fleury Ribeiro | 02/05/2012 |
| 327 | Roseli Pereira da Cunha | 01/04/2004 |
| 800 | Salete Vieira da Silva | 12/06/2006 |
| 138 | Sebastião Rosendo dos Santos | 19/04/1999 |
| 134 | Seloi Terezinha Welter | 21/05/1999 |
| 135 | Silvana Maria Cassiano de Souza | 06/02/2002 |
| 136 | Siomara Muller Pereira | 01/06/1994 |
| 314 | Valdirene Ferreira da Silva | 12/07/2004 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 092/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores no cargo de **Professores**, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER – FUNDEB EDUCAÇÃO INFANTIL 60%,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | DATA DE ADMISSÃO |
|---|---|---|
| 1357 | Adriana Sutero Lançone | 13/04/2012 |
| 322 | Andréia Camilo de Souza | 22/01/2004 |
| 1369 | Anilton da Silva Pereira | 19/04/2012 |
| 326 | Dolores Rodrigues Ricieri | 01/04/2004 |
| 26 | Dulcineia Aparecida Barbosa Melo | 15/02/2002 |
| 241 | Elisangela Aparaecida Malonyai Cavalieri | 01/04/2004 |
| 1363 | Ester Moreira de Moraes | 17/04/2012 |
| 1112 | Flavia Ferreira Fraga Belo | 26/05/2008 |
| 315 | Lúcia Teles Pintor | 01/04/2004 |
| 1381 | Marcilene de Melo Souza | 25/04/2012 |
| 83 | Margarete Aparecida Baesso | 01/02/1995 |
| 330 | Maria Fernandes Francolino | 01/04/2004 |
| 270 | Marli da Rocha Lourenço Aiolfi | 01/04/2004 |
| 117 | Nilda de Souza Silva | 06/02/2002 |
| 321 | Tatiana da Silva | 01/04/2004 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 093/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER – FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL 40%,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | DATA DE ADMISSÃO |
|---|---|---|
| **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** | | |
| 749 | Andréia Hatschbach de Freitas | 02/06/2006 |
| 0030 | Eliana Silva do Amaral | 04/10/1999 |
| 279 | Maria Cristiane Maximiano | 02/04/2004 |
| 81 | Maria Ivone de Melo | 04/03/2000 |
| 144 | Silvana Andreu Barbi Gomes | 01/08/2003 |
| **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO** | | |
| 407 | Agostinha Ferreira Cardoso | 10/09/2004 |
| 1106 | Simone de Araujo Souza | 12/05/2008 |
| 149 | Vilma Pereira da Cunha | 10/06/1996 |
| **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL INFRAESTRUTURA** | | |
| 963 | Iraci Siqueira | 09/04/2007 |
| 289 | Lucineia de Souza Braga | 07/04/2004 |
| 77 | Maria de Lurdes de Jesus dos Anjos | 04/10/1999 |
| 1395 | Neidiana Petry Agustini | 24/05/2012 |
| 1058 | Neusa Isabel Dilallo Razine | 19/02/2008 |
| 807 | Rosane de Fátima Pinto Cortes | 12/06/2006 |
| 1091 | Zilda Júlia M. dos Santos | 12/03/2008 |
| **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA** | | |
| 954 | Cicero Oliveira da Silva | 22/03/20017 |
| 952 | Dirceu da Silva de Araujo | 20/03/2007 |
| 1362 | Donizete Lamera | 16/04/2012 |
| 1012 | Gerson Fernandes da Silva | 28/05/2007 |
| 950 | João Cirlei Rosolem | 20/03/2007 |
| 234 | Oliveira Dulino Mares | 01/04/2004 |
| 806 | Osvaldo Simião Ramos | 12/06/2006 |
| 953 | Pedro de Oliveira Silva | 20/03/2007 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 094/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER – FUNDEB EDUCAÇÃO INFANTIL 40%,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | DATA DE ADMISSÃO |
|---|---|---|
| **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** | | |
| 1076 | Ademir Giroto Junior | 03/03/2008 |
| 1048 | Glaucia Mª. Stos. Teixeira | 07/11/2007 |
| **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL** | | |
| 1371 | Angelica Sabrina Coelho | 20/04/2012 |
| 1383 | Eliciane da Silva Banci Giroto | 02/05/2012 |
| 955 | Fabiane Gisele Santin Barbosa | 22/03/2007 |
| 1000 | Jocineia Ferreira de Lima | 02/05/2007 |
| 1487 | Lucinéia Decibio Cordeiro | 02/05/2013 |
| 1355 | Maria Madalena Souza Silva | 12/04/2012 |
| 1486 | Rosane Rodrigues da Silva | 02/05/2013 |
| 1075 | Rozana Candia de Brito | 29/02/2008 |
| **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO** | | |

| | | |
|---|---|---|
| 282 | Angelita Aparecida Lima | 05/04/2004 |
| 368 | Clarice Isabel Shneider | 01/07/2004 |
| 887 | Delaine de Fátima Zecchin Borges | 05/07/2006 |
| 785 | Maria Aparecida Teodoro Tavares | 08/06/2006 |
| 804 | Maria Brasilina Teodoro Pereira | 01/02/2006 |
| **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL INFRAESTRUTURA** | | |
| 257 | Aliane Alves de Almeida | 01/04/2004 |
| 283 | Ires Freese | 05/04/2004 |
| 1005 | Maria Aparecida de Melo | 17/05/2007 |
| 1073 | Marly Pereira de Oliveira | 26/02/2008 |
| 823 | Rosa Maria Santos | 21/06/2006 |
| 907 | Sonia Aparecida Garcia | 27/11/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 095/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER – SETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | DATA DE ADMISSÃO |
|---|---|---|
| 966 | Cicero Luiz da Costa | 11/04/2007 |
| 1370 | Douglas Stockmann | 19/04/2012 |
| 814 | Elival José Maximiano | 12/06/2006 |
| 1405 | José Carlos Alves de Souza | 02/07/2012 |
| 54 | José Maria da Silva | 10/03/1995 |
| 105 | Marcelo da Silva Nascimento | 08/05/2000 |
| 1375 | Mauri Angelo Ribeiro | 23/04/2012 |
| 1399 | Olemes Thomas Bertogna | 01/06/2012 |
| 1361 | Oretides Siqueira Sobrinho | 16/04/2012 |
| 1358 | Romildo Vieira da Silva | 13/04/2012 |
| 1378 | Valmir Luiz Ludwig | 24/04/2012 |
| 1134 | Walter César Soares Souza | 11/07/2008 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 096/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 29/01*2018, com término em 27/02/2018***, *referente ao período aquisitivo de 23/04/2016 à 22/04/2017, a* senhora ***ERODITE FERREIRA DE LIMA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1376, no cargo de **Agente de Apoio a Saúde I - Lavadeira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 097/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 22/01/2018 com término em 20/02/2018****, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* o Senhor **WANDERLEY MOURA DO NASCIMENTO**, servidor efetivo, admitido em 05/06/2006, nocargo de **Agente da Administração Publica II – Motorista,** com matricula no RH nº. 759, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 3.579/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – REVOGAR** o Decreto 3.551/2018, de designação para exercer a função de **Coordenadora de Compras,** a partir do dia 25/01/2018, a Senhora **ALESSANDRA APARECIDA GALVAO,** servidora efetiva,com matricula no RH nº. 852, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo,** na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em de 19 de Janeiro de 2018.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 055/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Reenquadrar** os servidores abaixo relacionados do cargo de Técnico de Nível Superior III – Advogado**,** para o Cargo de **Técnico de Nível Superior III – Procurador Jurídico** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.091/2017, c/c 840/2011, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. MATR. | NOME DO SERVIDOR | DATA ADMISSÃO | CARGO | CLASSE E NÍVEL |
|---|---|---|---|---|
| 1047 | Francisco Assis Dias de Freitas | 24/10/2007 | Técnico de Nível Superior III – Procurador Jurídico | A – 08 |
| 1426 | Geraldino Viana da Silva | 17/10/2012 | Técnico de Nível Superior III – Procurador Jurídico | B - 05 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 046/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.**

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ– PREVIPORÃ,** com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 14.994.961/0001-73 situado na Avenida Comendador José Pedro Dias, n°979, Setor N, Tabaporã/MT, representado neste ato pelo **Sr. Paulo Katsumi Takeda,** *brasileiro, casado, portador do CPF nº 205.155.379-34 e do RG* nº 908.592 SSP/MT, Secretário Municipal de Administração, residente e domiciliado no Município de Tabaporã/MT, doravante denominado **CONTRATANTE,**

**Considerando** o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 046/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tabaporã – PREVIPORÃ e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.,termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

**Considerando** que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVIPORÃ relativo ao exercício financeiro de 2017 foi de R$ 10.786.605,16 (dez milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinco reais e dezesseis centavos), **RESOLVE** modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 046/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem como objeto reajustar o ***preço*** do Termo de Vinculação n.º 046/2013 praticado em dezembro de 2017, que fica reajustado para R$ 128.792,07 (cento e vinte e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e sete centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 10.732,67 (dez mil, setecentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), referente a 1,194% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao PREVIPORÃ relativo ao exercício financeiro de 2017 a razão de R$ 10.786.605,16 (dez milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e cinco reais e dezesseis centavos), a partir de 01.01.2018, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 046/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O PREVIPORÃ providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Tabaporã/MT, 22 de janeiro de 2018.

***FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – PREVIPORÃ***

**PAULO KATSUMI TAKEDA**

**CONTRATANTE**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 3.580/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. – REVOGAR** o Decreto 3.566/2018, de designação para exercer a função de **Coordenadora Administrativa,** a partir do dia 25/01/2018, a Senhora **ANDREIA HATSCHBACH DE FREITAS,** servidora efetiva,com matricula no RH nº. 749, nocargo de **Técnico Administrativo Educacional,** na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em de 19 de Janeiro de 2018.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 3.581/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - DESIGNAR** o Senhor **ADAIR JOSÉ SCHNEIDER,** brasileiro, solteiro, servidor efetivo,nocargo de **Professor**, com matricula no RH nº. 247, para **Responder** no Cargo em comissão de **Secretário de Educação, Cultura, Desporto e Lazer,** a partir da data de 25/01/2018, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 44, inciso I da Lei Orgânica do Município, e Art. 31, Inciso I da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

***REGISTRE-SE,***

***PUBLIQUE-SE,***

***CUMPRA-SE.***

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em de 19 de Janeiro de 2018.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 56/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 22/01*2018, com término em 20/02/2018***, *referente ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, a* senhora ***LUCINEIDE DOS SANTOS SOARES*,** servidora efetiva com matricula no RH nº. 237, no cargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 057/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. - Designar** a Senhora **ELIZANGELA CALADO MENDES FERREIRA,** brasileira, servidora efetiva,nocargo de **Professora,** cadastrada no RH sob o nº. 31, ***para responder pelo Cargo de DIRETORA ESCOLAR, durante o período de 26/01/2018 à 31/12/2018, na Escola Municipal "Lili Maria Konzen"***, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura de Tabaporã – MT, em conformidade com a Instrução Normativa 001/SMEC/2015, Lei Municipal nº. 1. 080/2017 e Lei Complementar nº. 010/2011 e a Constituição Federal

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 058/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º.** - **Designar** o Senhor **NILTON JOSÉ DA SILVA,** brasileiro, servidor efetivonocargo de **Professor,** cadastrado no RH sob o nº. 1360, ***para responder pelo Cargo de DIRETOR ESCOLAR, durante o período de 26/01/2018 à 31/12/2018, na Escola Municipal "Menino Jesus"***, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura de Tabaporã – MT, em conformidade com a Instrução Normativa 001/SMEC/2015, Lei Municipal nº. 1.080/2017, Lei Complementar nº. 010/2011 e a Constituição Federal.

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 3.582/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - NOMEAR** o Senhor **DENIVALDO DE OLIVEIRA SOUZA,** brasileiro, casado, para ocupar o cargo em comissão de **Coordenador de Desporto e Lazer,** a partir da data de 25/01/2018, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 31, Inciso III da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 059/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. - Designar** a Senhora **ELISANGELA APARECIDA MALONYAI CAVALIERI,** brasileira, servidora efetivanocargo de **Professora,** cadastrada no RH sob o nº. 241, ***para responder pelo Cargo de DIRETORA ESCOLAR, durante o período de 26/01/2018 à 31/12/2019, na Escola Infantil Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso"***, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura de Tabaporã – MT, em conformidade com a Instrução Normativa 001/SMEC/2015, Lei Municipal nº. 1.080/2017 e Lei Complementar nº. 010/2011 e a Constituição Federal.

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 060/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. - Designar** a Senhora **MARCIA HELENA VIEIRA BORGES,** brasileira, casada, servidora efetivanocargo de **Professora,** cadastrada no RH sob o nº. 252, ***para responder pelo Cargo de DIRETORA ESCOLAR, durante o período de 26/01/2018 à 31/12/2019, na Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"***, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura de Tabaporã – MT, em conformidade com a Instrução Normativa 001/SMEC/2015, Lei Municipal nº. 1.080/2017e Lei Complementar nº. 010/2011 e a Constituição Federal

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 61/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. - Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI,** brasileira, solteira, servidora efetivanocargo de **Professora,** cadastrada no RH sob nº. 326, ***para responder pelo Cargo de DIRETORA ESCOLAR, durante o período de 26/01/2018 à 31/12/2019, no "Centro de Educação Infantil Estrelas do Amanhã"***, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura de Tabaporã – MT, em conformidade com a Instrução Normativa 001/SMEC/2015, Lei Municipal nº. 1.080/2017e Lei Complementar nº. 010/2011 e a Constituição Federal.

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 62/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. - Designar** a Senhora **MARLENI TREUHERZ GIROTO,** brasileira, servidora comissionadanocargo de **Coordenadora Administrativa,** cadastrada no RH sob o nº. 1794, ***para responder pelo Cargo de DIRETORA ESCOLAR, durante o período de 26/01/2018 à 31/12/2018, na Escola Municipal "Moacir Semensato"***, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura de Tabaporã – MT, em conformidade com a Instrução Normativa 001/SMEC/2015, Lei Municipal nº. 1.080/2017 e Lei Complementar nº. 010/2011 e a Constituição Federal.

**Artigo 2º.** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 3.583/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - DESIGNAR** o Senhor **WALTER CESAR SOARES DE SOUZA,** servidor efetivo,nocargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista,** com matricula no RH nº. 1134, para **Responder** no Cargo em comissão de **Chefe de Setor de Transporte Escolar,** a partir da data de 25/01/2018, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 31, Inciso IX da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em de 19 de Janeiro de 2018.

**SIRINEU MOLETA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 098/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

***RESOLVE:***

**Artigo 1º. - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**a Senhora **MARIA DE LURDES DE JESUS DOS ANJOS**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 77, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Infraestrutura**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal, de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 73-I e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. –** Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos, afastar a servidora acima mencionado da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, a partir da data de 06/01/2018, transferindo os encargos salariais ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Tabaporã (Previporã), até a alta atestada pela equipe médica perita, em conformidade com as Leis nº. 482/2004e a Lei nº. 218/1999, art. 73, inciso I, §§ 2º., 3º. e os Art. 74 a 76 e suas alterações.

**Artigo 3º. -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06 de Janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 3.584/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**DECRETA:**

**Artigo 1º. - NOMEAR** a Senhora **MARLENI TREUHERZ GIROTO**, brasileira, casada, para ocupar o cargo em comissão de **Coordenadora Administrativa**, na data de 25/01/2018, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, nos termos do Art. 31, Inciso V da Lei Municipal nº. 1.090/2017 e de acordo com a Constituição Federal.

**Artigo 2º. -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE;**

**PUBLIQUE-SE;**

**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

**SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITACAO**
**EXTRATO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2018**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2018**

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 979, – MT, CEP – 78.563-000, fone (66) 3557-1248, por meio da sua CML – Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria 027/2018 de 17/01/2018, faz saber que em atendimento à solicitação do Secretário Municipal de Ação Social e Cidadania, realizará Processo de Dispensa de Licitação, fundamentado no Art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93 para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM METRAGEM MINIMA DE 15X25 m³, COM BANHEIRO, COZINHA, SALA INDIVIDUAL E RECEPÇÃO, LOCALIZADO NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS – S/N°, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT.

**Conformidade**:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

---------- demais Legislações pertinentes ao assunto.

***Observação 01:*** *O Processo Licitatório na íntegra e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço acima citado, ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, a quem possa interessar, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 horas, e das 13:00 horas as 17:00 horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 26 de Janeiro de 2018.

**JOÃO PAULO MARTINS DA COSTA**

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

PRESIDENTE

---

**LICITACAO**
**RESULTADO DE JULGAMENTO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2018**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2018**

**Objeto**:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM METRAGEM MINIMA DE 15X25 m³, COM BANHEIRO, COZINHA, SALA INDIVIDUAL E RECEPÇÃO, LOCALIZADO NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS – S/N°, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, designada pela portaria 027/2018 de 17 de Janeiro de 2018, torna público a quem possa interessar que após examinado toda a documentação do certame em questão e embasado no que dispõe a Lei de Licitações n°. 8.666/93 – art. 24 – inciso X, assim proclama:

Vencedora:

**CLAUDETE NOBREGA RANTIM**, portadora do RG n°. 1788017-3 SSP/MT e CPF n°. 001.421.671-00.

Valor Mês: **R$: 1.875,00 (Mil oitocentos e setenta e cinco reais)**

Valor total dos 12 meses: **R$: 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais)**

Porto dos Gaúchos/MT, 26 de Janeiro de 2018.

**João Paulo Martins da Costa**

Comissão Municipal de Licitação

Presidente

---

**LICITACAO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2018**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2018**

**Objeto**:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM METRAGEM MINIMA DE 15X25 m³, COM BANHEIRO, COZINHA, SALA INDIVIDUAL E RECEPÇÃO, LOCALIZADO NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS – S/N°, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

**Conformidade**:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

O município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 027/2018 de 17 de Janeiro de 2018.

Vencedora:

**CLAUDETE NOBREGA RANTIM**, portadora do RG n°. 1788017-3 SSP/MT e CPF n°. 001.421.671-00.

Valor Mês: **R$: 1.875,00 (Mil oitocentos e setenta e cinco reais)**

Valor total dos 12 meses: **R$: 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais)**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 26 de Janeiro de 2018.

**Sirineu Moleta**

Prefeito Municipal

**LICITACAO**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 03/2018**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2018**

**Objeto**:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM METRAGEM MINIMA DE 15X25 m³, COM BANHEIRO, COZINHA, SALA INDIVIDUAL E RECEPÇÃO, LOCALIZADO NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS – S/N°, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.

**Conformidade**:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

Demais Legislações pertinentes ao assunto.

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto deste certame à VENCEDORA, conforme segue:

Vencedora:

**CLAUDETE NOBREGA RANTIM**, portadora do RG n°. 1788017-3 SSP/MT e CPF n°. 001.421.671-00.

Valor Mês: **R$: 1.875,00 (Mil oitocentos e setenta e cinco reais)**

Valor total dos 12 meses: **R$: 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, 26 de Janeiro de 2018.

**Sirineu Moleta**

Prefeito Municipal

**LICITACAO**
**EXTRATO RESUMIDO**

**CONTRATO PUBLICO Nº. 001/2018**

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

**CONTRATADO:**

**CLAUDETE NOBREGA RANTIM**, portadora do RG n°. 1788017-3 SSP/MT e CPF n°. 001.421.671-00, residente e domiciliada na Rua Katia Regina, s/n - Centro, CEP 78.563-000 – Tabaporã/MT

**OBJETO DO CONTRATO:**

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM METRAGEM MINIMA DE 15X25 m³, COM BANHEIRO, COZINHA, SALA INDIVIDUAL E RECEPÇÃO, LOCALIZADO NA AVENIDA COMENDADOR JOSÉ PEDRO DIAS – S/N°, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT, DESTINADO PARA A INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT.

**DATA DO CONTRATO:**---------- 26 de Janeiro de 2018.

**PRAZO DO CONTRATO:**---------- Até 26/Janeiro/2019.

**VALOR DO CONTRATO:**---------- R$ 22.500,00 ----------(Vinte e dois mil e quinhentos reais).

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Dispensa nº. 01/2018.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Tabaporã/MT, em 26/01/2018.

**SIRINEU MOLETA**

Prefeito municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 1.100 DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

Súmula: Dispõe sobre alteração do Anexo II e III da Lei Municipal 985/2015 e que "**Dispõe sobre a Organização Administrativa da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, e dá outras providencias" e da Lei Municipal nº 986/2015 que "Dispõe sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Tabaporã/MT, e dá outras providências"**.

**O Prefeito do Município de Tabaporã**, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera a Lei Municipal 985/2015 e 986/2015 e seu Anexo II, concedendo revisão salarial no montante de 10%(dez) por cento, conforme tabela abaixo especificada.

Art. 2º - Altera a Lei Municipal 985/2015 e 986/2015 e seu Anexo III, concedendo revisão de valor para exercício de função gratificada conforme tabela abaixo especificada.

Art. 3º - Esta Lei tem seus efeitos a partir do mês de Janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã/MT, 23 de Janeiro de 2018

**Sirineu Moleta**

**Prefeito Municipal de Tabapora**

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO

| Cargos | Valor em R$. |
|---|---|
| Secretaria Geral | 3.850,00 |
| Diretor Administrativo e Financeiro | 2.750,00 |
| Assessor Jurídico | 2.750,00 |
| Assessor Legislativo | 1.760,00 |

ANEXO III

QUADRO DE VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA

| Função | Sigla | Valor R$. |
|---|---|---|
| Função Gratificada I | FG | 350,00 |
| Função Gratificada II | FG | 450,00 |
| Função Gratificada III | FG | 550,00 |

**Sirineu Moleta**

**Prefeito Municipal de Tabapora**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 072/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇA-**

**MENTO – Coordenadoria de Finanças,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1500 | Hanna Paula Ludke | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 18/11/2013 |
| 1501 | Queila Frizzera | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 19/11/2013 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 073/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – Coordenadoria de Tributação e Cadastro,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 782 | Edson da Silva Ponciano | Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário | 09/06/2006 |
| 1124 | Givanilda Messias da Silva | Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais | 02/06/2008 |
| 1503 | Maykon Douglas Souza Angeli | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 19/12/2013 |
| 120 | Nilo dos Santos Leal | Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário | 01/11/2001 |
| 1379 | Thanys Alessandro de Oliveira | Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário | 24/04/2012 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 074/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – Coordenadoria de Contabilidade,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 243 | Magaly Angela Baesso Treuherz | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 01/04/2004 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 075/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1180 | Jeferson Camargo Cordeiro | Auxiliar de Serviços Públicos – Office Boy | 26/02/2009 |
| 835 | José Antonio Rodrigues | Agente da Administração Pública II - Motorista | 29/06/2006 |
| 1692 | Lúcio Teles | Agente da Administração Pública II - Motorista | 06/02/2017 |
| 70 | Luzia da Silva | Auxiliar de Serviços Públicos – Recepcionista | 29/01/2002 |
| 1070 | Marta Gottardi de Oliveira | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 21/02/2008 |
| 737 | Rita Pereira da Silva Candido | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 02/06/2006 |
| 947 | Rosimeiri Dias Garcia Oliveira | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 07/03/2007 |
| 1044 | Venilda Flores de Oliveira | Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais | 10/10/2007 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 076/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – Conselho Tutelar,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1655 | Antonio Marcos de Oliveira | Conselheiro Tutelar | 11/01/2016 |
| 1776 | Fábio Henrique da Silva | Conselheiro Tutelar | 27/11/2017 |
| 1653 | Ione Maria de Melo Alves | Conselheiro Tutelar | 11/01/2016 |
| 1656 | Keila Adriana Gomes | Conselheiro Tutelar | 11/01/2016 |
| 1657 | Marlene Sieber da Silva | Conselheiro Tutelar | 11/01/2016 |
| 1654 | Neide Maria Ferronato Pelle Guin | Conselheiro Tutelar | 11/01/2016 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 077/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 808 | Anderson Alves dos Reis | Agente de Manutenção - Vigia | 12/06/2006 |
| 1001 | Astor Hammes | Agente de Manutenção - Vigia | 03/05/2007 |
| 286 | Eliabe Nogueira dos Santos | Agente de Manutenção - Zeladora | 05/04/2004 |
| 1505 | Jonatan Cordeiro | Agente de Manutenção - Vigia | 15/01/2014 |
| 996 | Manoel Carlos Soares | Agente de Manutenção - Vigia | 27/04/2007 |
| 111 | Manoel Teodoro Dias | Agente de Manutenção - Vigia | 04/01/2002 |
| 92 | Marcelo Eduardo Cavalieri | Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal de Obras e Postura | 01/02/2002 |
| 109 | Maria Durvalina Pego da Silva | Agente de Manutenção – Zeladora | 23/01/2002 |
| 958 | Milton Pereira da Silva | Agente de Manutenção - Vigia | 03/04/2007 |
| 340 | Queli Dunker | | 03/05/2004 |
| 1374 | Siele Pereira da Silva | Agente de Manutenção – Zeladora | 20/04/2012 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 064/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **CONTROLADORIA GERAL,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 748 | Fabiana Carvalho Ferreira | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 02/06/2006 |
| 1145 | Luciana Alanis Clemente de Laet | Técnico de Nível Superior III – Auditor Público | 25/11/2008 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 078/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – Coordenadoria de Manutenção de Estradas,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 014 | Amilton Gomes Pereira | Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira | 21/05/1999 |
| 1132 | Angelo Bontempo Neto | Agente da Administração Pública II - Motorista | 30/06/2008 |
| 1423 | Claudinei de Souza | Agente da Administração Pública II - Motorista | 02/07/2012 |
| 1254 | Claus Nobrega Rantim | Agente da Administração Pública II - Motorista | 01/02/2010 |
| 1404 | Devair Scavazini | Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira | 26/06/2012 |
| 49 | José Ayrton Melo | Agente da Administração Pública – Operador de Pá Carregadeira | 23/01/2002 |
| 50 | José Ramos dos Reis | Agente da Administração Pública – Operador de Motoniveladora | 19/04/1999 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 079/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – Coordenadoria de Obras, Serviços Urbanos, Iluminação Pública, Garagem e Manutenção da Frota** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 742 | Antonio Carlos Candido | Agente da Administração Pública – Mestre de Obras | 02/06/2006 |
| 977 | Djalma Francisco da Silva | Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais | 09/04/2007 |
| 36 | Francelino Theodoro de Lima | Agente da Administração Pública III – Tratorista | 23/01/2002 |
| 744 | João Batista Ramos da Silva | Agente de Manutenção – Gari | 02/06/2006 |
| 1198 | José Aparecido Norato | Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal | 10/03/2009 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 886 | José Donizete Ribeiro Rodrigues | Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais | 07/08/2006 |
| 51 | José Roberto Laranja | Agente da Administração Pública – Mecânico | 19/04/1999 |
| 63 | Jurandyr da Silva | Agente da Administração Pública III – Pedreiro | 21/07/2003 |
| 237 | Lucineide dos Santos Soares | Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal | 01/04/2004 |
| 765 | Nelson Alves Bonfim | Agente de Manutenção – Gari | 06/06/2006 |
| 231 | Orlando Bontempo | Agente da Administração Pública III – Tratorista | 01/04/2004 |
| 133 | Ruth Rodrigues Maia | Trabalhador Braçal | 23/01/2002 |
| 145 | Sebastião Pereira de Alencar Sobrinho | Agente da Administração Pública II – Eletricista de Manutenção | 09/01/2002 |
| 961 | Uellington Sousa Candido | Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais | 04/04/2007 |
| 735 | Vanderley Soares | Agente de Manutenção – Gari | 02/06/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 080/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – Coordenadoria de Saneamento Básico,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1365 | Carlos Antonio Roberto | Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais | 17/04/2012 |
| 410 | Elias Cristino de Paula | Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento | 01/09/2004 |
| 232 | Expedito Pereira de Alencar | Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento | 01/04/2004 |
| 1372 | Lorian Deves | Agente da Administração Pública II - Motorista | 20/04/2012 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 081/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1499 | João Paulo Martins da Costa | Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo | 13/11/2013 |
| 1177 | Karina Rodrigues dos Santos da Silva | Auxiliar de Serviços Públicos – Recepcionista | 05/02/2009 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 082/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – Coordenadoria de Agricultura, Agricultura Familiar e Pecuária,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 1144 | Amasses Leandro Beutler | Técnico de Nível Superior III – Médico Veterinário | 25/11/2008 |
| 307 | Manoel Guin Filho | Técnico de Nível Superior II – Engenheiro Agrônomo | 01/04/2004 |
| 786 | Roberto Vagner Pinheiro | Técnico de Nível Médio II – Técnico Agricola | 08/06/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 083/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria Administrativa,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 913 | Haiulene de Araujo Silva Deves | Agente de Apoio a Saúde I – Zelador | 23/01/2007 |
| 43 | Katia Aparecida de Paula Gomes | Técnico da Saúde I – Escriturário | 08/05/2003 |
| 1696 | Leila Cowaski Domingos Santos | Agente de Apoio a Saúde II – Recepcionista | 14/03/2017 |
| 909 | Silvana Aparecida Augusto | Técnico da Saúde I – Agente Administrativo da Saúde | 01/12/2006 |
| 773 | Silvana Gonçalves Godinho | Técnico da Saúde I – Oficial Administrativo | 07/06/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 084/2018**

**O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º. – Transferir** os servidores abaixo relacionados, para exercerem suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Coordenadoria de Média e Baixa Complexidade - Hospital,** de acordo com a Lei Municipal nº. 1.090/2017, e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

| Nº. | NOME DO SERVIDOR | CARGO | DATA ADMISSÃO |
|---|---|---|---|
| 910 | Aline Treuherz | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 12/12/2006 |
| 005 | Amarildo Rodrigues Augusto | Agente da Administração Pública II - Motorista | 15/03/2000 |
| 004 | Angela Cristina Ibanez | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 21/02/2002 |
| 1110 | Antonia Domingos da Silva Ribeiro | Agente de Apoio a Saúde I – Trabalhador de Serviços Gerais | 21/05/2008 |
| 1691 | Cicero Carlos de Freitas | Agente de Manutenção - Vigia | 03/02/2017 |
| 1492 | Claudinei Rampi Dias | Agente da Administração Pública II - Motorista | 14/08/2013 |
| 1017 | Elinez da Silva Prachedes | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 01/06/2007 |
| 1367 | Elizabete Maria de Oliveira e Oliveira | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 19/04/2012 |
| 1376 | Erodite Ferreira de Lima | Agente de Apoio a Saúde I – Lavadeira | 23/04/2012 |
| 798 | Faveneis Aparecido Vieira da Silva | Agente de Apoio a Saúde I – Vigia | 16/06/2006 |
| 046 | Gilberto Reis Calado da Silva | Agente da Administração Pública II - Motorista | 19/04/1999 |
| 751 | Iraina Aparecida Leonel Souto | Técnico da Saúde II – Técnico em Radiologia | 02/06/2006 |
| 801 | João Bertolo | Agente da Administração Pública II - Motorista | 14/06/2006 |
| 831 | José Ailton Matos | Agente de Apoio a Saúde I – Vigia | 26/06/2006 |
| 1104 | Juliano da Silva Cabral | Especialista da Saúde V - Enfermeiro | 07/05/2008 |
| 853 | Kait Angel Leão | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 19/06/2006 |
| 738 | Maria Guiomar Barbosa da Silva de Alencar | Agente de Apoio a Saúde I – Trabalhador de Serviços Gerais | 02/06/2006 |
| 1143 | Rita de Cassia Riva | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 30/10/2008 |
| 745 | Rosineide Chaves Telis Santos | Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem | 02/06/2006 |
| 246 | Sebastião Pedro Alves | Agente da Administração Pública II - Motorista | 01/04/2004 |
| 1108 | Sonia Maria Camargo Cordeiro | Agente de Apoio a Saúde II – Cozinheira | 21/05/2008 |
| 790 | Vania Cassia Magayevski | Especialista da Saúde V – Enfermeira | 12/06/2006 |
| 1364 | Wagner Moura do Nascimento | Agente da Administração Pública II - Motorista | 17/04/2012 |
| 759 | Wanderley Moura do Nascimento | Agente da Administração Pública II - Motorista | 05/06/2006 |

**Artigo 2º. -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 19 de Janeiro de 2018.

***SIRINEU MOLETA***

***PREFEITO MUNICIPAL***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR 001/2018 - CONVOCAÇÃO DO CONCURSO 001/2013**

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2018

CONVOCA OS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N°. 001/2013 DE 18/11/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. Fábio Martins Junqueira**, no uso de suas atribuições legais;

**CONVOCA**

**Art. 1º** Os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014 e prorrogado prazo de validade através do Decreto n° 006, de 11/01/2016,** para que compareçam na Secretaria Municipal de Administração, nas dependências do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, das 08h00 as 11h00 e das 13h00min as 16h00, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da convocação, de acordo com o item 7 do Edital de abertura do concurso, conforme lista abaixo:

| CARGO | PROFESSOR DE ANOS INICIAIS | | | |
|---|---|---|---|---|
| Colocação | CANDIDATO | INSC. | PF | RESULTADO |
| 43 | TATIANE CRISTINA DISPERATTI DE AQUINO | 1759 | 58 | RES |
| 44 | HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE | 2950 | 58 | RES |

| CARGO | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | | | |
|---|---|---|---|---|
| Colocação | CANDIDATO | INSC. | PF | RESULTADO |
| 65 | CENIR TORNEIRO DE SOUSA | 1953 | 60 | RES |

| CARGO | OPERADOR DE ETA - SAMAE | | | |
|---|---|---|---|---|
| Colocação | CANDIDATO | INSC. | PF | RESULTADO |
| 10 | CARLOS ADAELSON DURÃO | 4032 | 60 | RES |

**Art. 2º** Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes na Instrução Normativa n°. 001/SAD/2011, no prazo descrito no artigo 1º deste Edital.

**Art. 3º Será desclassificado o candidato que:**

a) – não comparecer no período estipulado no Art. 1º desse edital;

**b) – não apresentar a documentação exigida na Instrução Normativa nº. 001/SAD/2011; c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado e exames médicos.**

**Art. 4º** Os candidatos nomeados através deste Edital deverão comparecer nas dependências do Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, até o dia,**28/02/2018às 08h00**, para posse e definição do local de trabalho através do lotacionograma.

**Art. 5º** Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

**Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.**

**Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**WESLEY LOPES TORRES**

**Diretor Geral - SAMAE**

**ADRIANO ALVES FERNANDES**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

**MARIA DAS GRAÇAS SOUTO**

**Secretária Municipal de Administração**

**PORTARIA 156/GP/2018 DE 29/01/2018**

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

**RESOLVE**

**1º NOMEAR** os candidatos convocados através do Edital Complementar nº. 001/2018, aprovados no Concurso Público Municipal nº. 001/2013 de 18/11/2013, realizado no dia 29 de dezembro de 2013, conforme resultado final homologado através do **Decreto nº. 021/GP/2014 de 29/01/2014**, em anexo do Edital complementar 007/2014, datado em 27 de janeiro de 2014, convocados através do Edital Complementar obedecido à ordem de classificação.

| CARGO | PROFESSOR DE ANOS INICIAIS | | | |
|---|---|---|---|---|
| Colocação | CANDIDATO | INSC. | PF | RESULTADO |
| 43 | TATIANE CRISTINA DISPERATTI DE AQUINO | 1759 | 58 | RES |
| 44 | HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE | 2950 | 58 | RES |

| CARGO | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | | | |
|---|---|---|---|---|
| Colocação | CANDIDATO | INSC. | PF | RESULTADO |
| 65 | CENIR TORNEIRO DE SOUSA | 1953 | 60 | RES |

| CARGO | OPERADOR DE ETA - SAMAE | | | |
|---|---|---|---|---|
| Colocação | CANDIDATO | INSC. | PF | RESULTADO |
| 10 | CARLOS ADAELSON DURÃO | 4032 | 60 | RES |

**2º** Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, 41º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

**Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**WESLEY LOPES TORRES**

**Diretor Geral - SAMAE**

**ADRIANO ALVES FERNANDES**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

**MARIA DAS GRAÇAS SOUTO**

**Secretária Municipal de Administração**

## SAMAE

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 01/2018/SAMAE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 01/2018/SAMAE**

| | |
|---|---|
| **TIPO** | TERCEIRO TERMO ADITIVO DE AO CONTRATO N. 18/2017/SAMAE |
| **CONTRATANTE** | **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.** |
| **CONTRATADA** | **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS SHOPPING LTDA, inscrita no CNPJ: 03.449.173/0001-80, localizada na Av. Ismael José do Nascimento, 450W, Centro, Tangará da Serra-MT, CEP: 78300-000, representada pela Sra. ALESSANDRA WIECZOREK**. |
| **OBJETO FUNDAMENTO VALOR** | **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL COMUM, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS DO SAMAE E DEMAIS VEÍCULOS QUE VENHAM A SER ADQUIRIDOS.** Fundamento de acordo comArt. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93. **R$ 146.880,00 (cento e quarenta e seis mil oitocentos e oitenta reais)** |
| **PRAZO** | **Tangará da Serra-MT, 26 de janeiro de 2018 com vigência até 29 de junho de 2018.** |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

### EDITAL DE RESULTADO

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

**EDITAL DE RESULTADO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2017.**

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 15/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 81/2017 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL 16/2017, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE LIVROS PARA COMPOSIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DE: EDUCAÇÃO INFANTIL, INFANTO JUVENIL E ENSINO FUNDAMENTAL, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA – EPP.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE JANEIRO DE 2018.

ELIZANGELA O. DE AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA/OFICIAL

### EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

***PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE***

***EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO***

**PROCESSO Nº. 77/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2017**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL, EM CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA LEI 8. 666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PUBLICO RESULTADO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017**, CUJO OBJETO: CONCLUSÃO DE OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA LOCALIZADA NO BAIRRO VISTA ALEGRE, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO Nº 126/2013/SECID, CONFORME DISCRIMINAÇÃO DETALHADA NO PLANO DE TRABALHO E MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS, SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA: A. S VIEIRA DE MIRANDA - ME.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 26 DE JANEIRO DE 2018.

***ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO***

***PRESIDENTE CPL***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 001/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2018, de 02/01/2018, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 001/2018, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Gêneros Alimentícios diversos para uso das Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição nos Anexos I-A e I-B do Edital.

Data de Expedição do Edital: 26/Janeiro/2018.

Data de abertura/julgamento: 08/Fevereiro/2018.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelo fone: 0xx 66 3540-1283 e/ou 9 9292-3797, e-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br e ainda no site www.uniaodosul.gov.mt.br.

União do Sul/MT, 26 de janeiro de 2018.

CESAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Espécie:** Contrato de Locação de Imóvel.

**Nº do Contrato:** 001/2018.

**Vínculo Legal:** Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

**Locatário:** MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Locadora:** IVANES MATIASSO SPANHOLI - CPF: 005.119.051-65.

**Objeto:** Locação de04 (quatro) Salas Comerciais, situadas no imóvel da LOCADORA, com endereço na Rua Joaçaba, nº 45, Centro da Cidade de União do Sul/MT, sendo: Sala nº 02 para uso da Secretaria de Fazenda e Planejamento; Sala nº 03 para uso da Secretaria de Educação e Cultura; Sala nº 04 para uso da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Sala nº 05 para uso da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Conselho Tutelar).

**Preço do Aluguel:** R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) por mês.

**Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:**

(52) 05.001.12.122.0007.2.027-3390.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

Fonte: 0.1.01.000000 – Recursos Ordinários.

(33) 04.001.04.123.0001.2.005-3390.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

(467) 09.001.20.601.0022.1.082-3390.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

**Prazo inicial:** Até 31/12/2018.

**Data de assinatura:** 02/01/2018.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

IVANES MATIASSO SPANHOLI

Locadora.

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018**

**Interessada**: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL.

**Proponente**: SUPERTEC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

**CNPJ**: 01.184.625/0001-13

**Endereço**: Rua João Pedro Moreira de Carvalho nº 165, Distrito Industrial – SINOP/MT

**Objeto**: Aquisição de um Trator cortador de grama, novo, potência mínima de 20 hp (656 cc), partida elétrica, tanque comb. c/ capac. mínima de 5,5 litros, c/ horímetro, transmissão hidrostática, mínimo 02 lâminas, regulador de corte, acionamento de lâminas elétrico, suporte para copo, assento alto, peso de 165 kg.

**Valor Total:** R$ 15.850,00 (Quinze mil oitocentos e cinquenta reais).

**Motivo da Dispensa de Licitação**: Dispensa de licitação embasada no disposto no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, c/c o art. 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 565 de 24/04/2015, e por tratar-se de aquisição de equipamento de valor abaixo do limite legal estabelecido pelas leis acima mencionadas.

**Embasamento Legal**: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o art. 2º, inciso II, da lei Municipal nº 565, de 24 de abril de 2015.

**Decisão:** RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 001/2018.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 26 de Janeiro de 2018.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Espécie:** Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

**Nº do Contrato**: Nº 28/2018

**Vínculo Legal:** Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

**Regime Previdenciário:** INSS.

**Contratante:** Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

**Contratada:** Diane da Silva Damascena – CPF nº 041.288.781-97.

**Cargo/função:** Secretária Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Remuneração base:** R$ 1.145,81 por mês.

**Prazo:** Até 20/12/2018.

**Data assinatura:** 22/01/2018.

**Signatários:**

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

DIANE DA SILVA DAMASCENA

Contratada

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

**DECRETO Nº08, DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

**Define horários padronizados de serviço na Prefeitura do Município de Vale de São Domingos; regulamenta o registro de ponto e apontamento da frequência dos servidores municipais, e dá outras providências.**

**GERALDO MARTINS DA SILVA**, Prefeito do Município de Vale de São Domingos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos horários de serviço ao funcionamento de órgãos em função das atividades desenvolvidas;

CONSIDERANDO o dever de eficiência da Administração - realização de atribuições com presteza, eficiência e rendimento funcional na obtenção de resultados positivos para o serviço publico;

CONSIDERANDO que a assiduidade e pontualidade são elementos já utilizados dentre os critérios para promoção funcional, visando a valorização do servidor;

CONSIDERANDO que a uniformização de horários e o controle de frequência objetivam a otimização dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO imprescindível a fixação de regras gerais de controle e fiscalização do cumprimento das jornadas de trabalho.

**DECRETA:**

Art. 1o - O horário, controle de registro de ponto e o apontamento da frequência dos servidores municipais far-se-ão de acordo com as normas previstas neste decreto.

Art. 2o - Os servidores sujeitos à jornada de 8 (oito) horas diárias não poderão trabalhá-lá ininterruptamente, devendo cumprí-lá, obrigatoriamente, nos horários abaixo uniformizados, respeitado o intervalo mínimo de 02 (duas) hora para refeição:

I - das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas;

Art. 3o - Os servidores sujeitos à jornada de 30 (H-30)), deverão cumprí-las, preferentemente dentro dos horários previstos no artigo 2o deste decreto e de forma ininterrupta, respeitado, pela manhã um dos horários fixados para seu inicio e, pela tarde, o termo inicial de 12:00 ou 13:00 horas, observadas as peculiaridades do cargo ou função e as das Unidades nas quais estiverem lotados.

Art. 4o - Os Profissionais de Educação em exercício nas escolas estão submetidos aos horários fixados pela Secretaria Municipal de Educação, em razão dos turnos de funcionamento dessas unidades.

Art. 5o - As jornadas básicas e especiais, inclusive em regime de plantão, a que estão submetidos os Profissionais da Saúde, serão fixadas em regulamento próprio.

Art. Os conselheiros tutelares submetidos a secretaria de Assistência Social serão fixados em regulamento própria.

Art. 7o - Os atrasos ou saídas antecipadas acarretarão os descontos devidos, na forma da legislação vigente.

Art. 8o - A frequência do servidor será apurada pelo ponto.

Art. 9o - Ponto é o registro que assinala o comparecimento do servidor ao serviço e pelo qual se verifica, diariamente, sua entrada e saída.

Art. 10 - Será fixado, em todas as repartições publicas municipais, em lugar visível ao publico, quadro com os nomes dos servidores, cargos ou funções e horários de trabalho.

Art. 11 - Os casos não previstos no presente decreto deverão ser submetidos à decisão da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 12 - A Secretaria Municipal da Administração baixará atos complementares as disposições contidas neste decreto.

Art. 13 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICÍPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS, aos 23 de janeiro de 2018.

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2018

**OBJETIVO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTO ELETRICA NOS ONIBUS ESCOLAR.

**Fundamento legal:** Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações.

**FORNECEDOR: AUTO ELETRICA, MECANICA E LOCADORA SATELITE EIRELI –ME**

**CNPJ: 23.736.055/0001-60**

**No valor global de R$ 60.005,00 (Sessenta mil e Cinco Reais)**

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 26 de Janeiro de 2018

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2017 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018

**O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, no uso de suas atribuições legais,**

**CONSIDERANDO:**

O resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2017**, e a devida homologação datada do dia 06 de Novembro de 2017;

**RESOLVEM:**

| CANDIDATO | CARGO | RESULTADO |
|---|---|---|
| IURY RICARDO CASCIANO DAVID | TÉCNICO EM ENFERMAGEM | |

Convocar a partir do dia 26/01/2018 os candidatos classificados para o cargo constante na lista abaixo, para comparecer, até o dia 25/02/2018, na Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos/MT - Departamento de Recursos Humanos, das 07h00min as 11h00min as 13h00min as 17h00min.

Os candidatos devem estar munidos de todos os documentos listados abaixo.

Foto 3x4 colorida atual;

Cópia: RG E CPF;

Cópia: Titulo de Eleitor;

Cópia: Comprovante das 2 ultimas votações;

Cópia: Cartão PIS/PASEP;

Cópia: da Carteira de Trabalho;

Cópia: Comprovante de residência;

Cópia: Comprovante de escolaridade;

Cópia: Certidão de nascimento ou casamento;

Cópia: Documentos do cônjuge;

Cópia: Certidão de nascimento de filhos

Cópia: Cartão de vacina para menores de 5 anos;

Cópia: Declaração da escola para filhos acima de 5 anos até 14 anos;

Declaração de não acumulo de Cargo;

Declaração de Bens e Comprovante;

Cópia: CNH;

Cópia: Comprovante de quitação ou dispensa do serviço militar (quando do sexo masculino);

Cópia: RG e CPF dos Pais;

Cópia: da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, (autenticado);

Atestado médico admissional expedido por medico do trabalho **e** ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo Público; Ter idade mínima de 18 anos; Certidão de Nada Consta ou Negativa de Debito; Certidão de Antecedentes Criminais; Numero da conta Salario SICREDI;

Vale de São Domingos, 26 de JANEIRO de 2018.

**GERALDO MARTINS DA SILVA ANA CAROLINA FERRARI TOLEDO**

PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º.04/2017.**

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o **MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT,** devidamente qualificado na Ata de Registro de Preço Originário**,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal. **GERALDO MARTINS DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade RG n.º 06736750 - SSP/MT, e do CPF sob n.º 458.527.236-49**, nesta Cidade, e a Empresa **, AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ: 04.809.649/0001-09, localizada na Av. Tancredo Neves, s/n, Centro, Vale de São Domingos – MT, representada pelo Sr. NILSON ELIAS NOGUEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG M4159731. SSP/MG, e do CPF 844.004.346-91**, igualmente qualificado na Ata de Registro de Preço Originário resolvem aditar a Ata em epígrafe, conforme abaixo segue:

O presente termo Aditivo tem o suporte legal pelo que dispõe NO ITEM 5.3, o artigo 65, § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

**O preço Registrado na ATA era de;**

| Seq. | Código | Descrição | Unidade | Valor Unit. |
|---|---|---|---|---|
| 2 | 5578 | DIESEL | LITRO | R$ 3,92 |
| 3 | 10518 | DIESEL S10 | LITRO | R$ 4,07 |
| 4 | 5579 | GASOLINA | LITRO | R$ 4,18 |

**Com o aumento autorizado pelo Governo Federal o valor passará a viger com a seguinte redação;**

| Seq. | Código | Descrição | Unidade | Valor Unit. |
|---|---|---|---|---|
| 2 | 5578 | DIESEL | LITRO | R$ 4,06 |
| 3 | 10518 | DIESEL S10 | LITRO | R$ 4,20 |
| 4 | 5579 | GASOLINA | LITRO | R$ 4,44 |

Os demais itens e condições estabelecidas pela ATA de Registro de Preços do Pregão Presencial 04/2017, que não foram alterados pelo presente Aditivo permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas justas, as partes assinam o presente Instrumento, em 03 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Vale de São Domingos/MT, 26 de Janeiro de 2018

| | |
|---|---|
| CONTRATANTE | _____ |
| _____ | THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES<br>PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO<br>OAB – MT Nº 4552 |
| PREF. MUN. DE VALE DE SÃO DOMINGOS | |
| | _____ |
| TESTEMUNHAS | AUTO POSTO SÃO DOMINGOS EIRELI-EPP CONTRATADO |
| _____ | _____ |
| NOME: | NOME: |
| RG: | RG: |
| CPF: | CPF: |

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/ 2018**

**OBJETIVO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FUNILARIA NOS ONIBUS ESCOLAR.

**Fundamento legal:** Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações.

**FORNECEDOR: AUTO ELETRICA, MECANICA E LOCADORA SATELITE EIRELI –ME**

**CNPJ: 23.736.055/0001-60**

**No valor global de R$ 40.250,00 (Quarenta Mil, Duzentos e Cinquenta Reais)**

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 26 de Janeiro de 2018

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE VINCULAÇÃO N.º 048/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS N.º 078/2012, OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.**

**FUNDO *MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VALE DE SÃO DOMINGOS – VALE-PREVI,*** com natureza jurídica de Fundo Contábil, devidamente inscrito no CNPJ nº 11.569.716/0001-20 situado na Avenida Tancredo Neves, n°88, Bairro Centro, Vale de São Do-

mingos/MT, representado neste ato pela **Sra. Ana Lucy da Silva,** brasileira, portadora do CPF nº 036.479.161-61 e do RG nº 2111939-2 *SSP/MT, Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda* residente e domiciliada em Vale de São Domingos/MT, doravante denominado **CONTRATANTE,**

**Considerando** o disposto na Cláusula 2.1. do Termo de Vinculação n.º 048/2013 estatuindo que "em cada exercício financeiro deverá ser pactuado entre o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vale de São Domingos – VALE-PREVI e a empresa consorciada Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda.,termo de apostilamento com vistas à atualizar os valores resultantes da aplicação do percentual constantes da referida cláusula contratual;

**Considerando** que o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao VALE-PREVI relativo ao exercício financeiro de 2017 foi de R$ 5.082.951,76 (cinco milhões, oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos), **RESOLVE** modificar unilateralmente o Termo de Vinculação n.º 048/2013, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem como objeto reajustar o ***preço*** do Termo de Vinculação n.º 048/2013 praticado em dezembro de 2017, que fica reajustado para R$ 80.056,49 (oitenta mil, cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 6.671,37 (seis mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos), referente a 1,575% sobre o valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao VALE-PREVI relativo ao exercício financeiro de 2017 a razão de R$ 5.082.951,76 (cinco milhões, oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos), a partir de 01.01.2018, com amparo na cláusula 2.1. do antedito Termo, atendendo solicitação da empresa Agenda Assessoria, Planejamento e Informática Ltda. O registro deste reajuste por apostila está respaldado nas disposições do § 8° do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Vinculação n.º 048/2013, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

O VALE-PREVI providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e Jornal Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Vale de São Domingos/MT, 25 de janeiro de 2018.

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VALE DE SÃO DOMINGOS– VALE-PREVI**

Ana Lucy da Silva

**CONTRATANTE**

---

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018**

**OBJETIVO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICA EM MOTORES NOS ONIBUS ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E NOS CAMINHÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

**Fundamento legal:** Artigo 25, Inciso I da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações.

FORNECEDOR: **RETIFICA DE MOTORES SÃO PAULO VALE DO GUAPORE LTDA EPP**

**CNPJ: 00.075.138/0001-50**

VALOR GLOBAL POR SECRETARIA:

Valor global referente a secretaria de educação R$ 28.779,01 (Cinquenta e Seis Mil e Trezentos e quarenta e Nove Reais).

Valor global referente a secretaria de Infraestrutura R$ 36.522,80 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Vinte e Dois, Oitenta Centavos)

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 26 de Janeiro de 2018

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**PORTARIA Nº 081/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 495222/2018,

**RESOLVE**:

Conceder a servidora **ELGA CHISTINE AMARANTE,** Matrícula 13085, exercendo o cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Administração, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **02/01/2018 a 02/01/2020.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

***Marcos Rodrigues da Silva***

***Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD***

---

**PORTARIA Nº 084/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE**:

Art. 1°. Conceder **05 (cinco) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2013/2014**, a vigorar a partir de **29.01.2018 a 02.02.2018, e 05 (cinco) dias em 26.02.2018 a 02.03.2018** ao servidor **ELINILTON CLEBSON MIRANDA**, matrícula n° **13626, Efetivo,** exercendo o Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo e Financeiro, lotado na Controladoria Geral do Município.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

---

**PORTARIA Nº 085/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE**:

Art. 1°. Conceder **10 (dez) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2016/2017**, a vigorar a partir de **15.01.2018 a 24.01.2018** a servidora **CLAUDIA APARECIDA JOSÉ DE SOUZA**, matrícula n° **8175,** Efetivo, exercendo o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

**PORTARIA Nº 086/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

**RESOLVE**:

**Retificar** a Portaria nº **051/2018** somente com relação a servidora **SILVIA MARA GONÇALVES** matrícula n° **121388**, exercendo o cargo em Comissão de Assessor de Gestão, lotada na Secretaria Municipal de Administração, que concedeu **10 (dez) dias** de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2017/2018**, com período de gozo em **31.01.2018 a 09. 02.2018.** Conforme a Portaria Nº **051/2018,** publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 19/01/2018, pagina 272, edição nº2.899.

Onde se lê:Período degozo 31.01.2018 a 09.02.2018 (10 dias)

Leia-se:Período degozo **05.02.2018 a 09.02.2018 (05 dias)**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 071/ 2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matrícula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matrícula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 071/2017, firmado com a empresa **DISNORMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 01.326.495/0001-06, sob o NIRE nº 51200157169, cujo objeto Aquisição de Materiais de Consumo (Higiene, Sacos Plásticos, Materiais/Diversos, Descartáveis, Fraldas, Produtos de Limpeza, Acessórios e Equipamentos de Proteção Individual), para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**PORTARIA/GS/SMECEL/VG/MT N° 009/2018**

Instituir Comissão responsável pela organização através da Plataforma Conviva Educação, do Diagnóstico dos Processos de Gestão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande.

**O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Instituir Comissão responsável pela organização através da Plataforma Conviva Educação, do Diagnóstico dos Processos de Gestão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande.

**Art. 2º -** ODiagnóstico dos Processos de Gestão tem por objeto estimular a autoavaliação dos processos de gestão da secretaria, nas Dimensões Estratégica, Pedagógica e Administrativa, de forma que possa identificar quais são seus pontos fortes e verificar quais os processos de gestão que podem ser aprimorados.

**Art. 3°.** A Comissão de que trata o caput do artigo 1º desta portaria, coordenada pelo primeiro membro será composta pelos seguintes profissionais:

**Benedita Santana Ponce Alysson Vinicius Procópio da Silva Leonardo de Azevedo Gomes Dario Rosana Fátima de Arruda Wanda Cecília Corrêa de Melo**

**Art. 4°.** A Comissão deverá finalizar os trabalhos em 02 de fevereiro de 2. 018.

**Art. 5°.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Registra- se, Publica-se, Cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande – MT, 26 de janeiro de 2.018.

**Silvio Aparecido Fidelis**

Secretário.

**Catarina Sena Barros de Toledo**

Subsecretária.

**PORTARIA Nº 083/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Janeiro/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MAT. | NOME DO SERVIDOR | VINCULO | PERIODO AQUISITIVO | PERIODO DE GOZO |
| 109088 | ANDRIELLE CUNHA MARQUES | Comissão | **2016/2017** | 24.01.2018 a 07.02.2018 (15 dias) |
| 110951 | ELAINE MARIA DE SOUZA E SILVA | Comissão | **2016/2017** | 17.01.2018 a 24.01.2018 (08 dias) |

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 15, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 078/ 2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matrícula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matrícula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 078/2017, firmado com a empresa, **ATIVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA- ME**, inscrita no CNPJ sob nº 10.469.118./0001-17, sob o NIRE nº 512.010.953-45, cujo objeto Aquisição de Materiais de Consumo (Higiene, Sacos Plásticos, Materiais/Diversos, Descartáveis, Fraldas, Produtos de Limpeza, Acessórios e Equipamentos de Proteção Individual), para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 14, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 077/ 2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matrícula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matrícula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 077/2017, firmado com a empresa**, MERCADÃO DA LIMPEZA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 14.689.405/0001-93, sob o NIRE nº 512.009.856-49, cujo objeto Aquisição de Materiais de Consumo (Higiene, Sacos Plásticos, Materiais/Diversos, Descartáveis, Fraldas, Produtos de Limpeza, Acessórios e Equipamentos de Proteção Individual), para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 13, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 073/2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matrícula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matrícula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 073/2017, firmado com a empresa **MOREIRA – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA- EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 08.436.811./0001-41, sob o NIRE nº 51200996489, cujo objeto Aquisição de Materiais de Consumo (Higiene, Sacos Plásticos, Materiais/Diversos, Descartáveis, Fraldas, Produtos de Limpeza, Acessórios e Equipamentos de Proteção Individual), para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**PORTARIA N° 16/2018**

Dispõe sobre a concessão de férias à servidora **VÂNIA CRISTINA DA SILVA PIRES LINO** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1° -** Conceder 12 (doze) dias de férias regulamentares, à servidora **Vânia Cristina da Silva Pires Lino**, cargo de Auditora de Controle Interno do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, a partir de **29/01/2018**, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 26 de janeiro de 2018.

***Juarez Toledo Pizza***

**Presidente**

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:19

R$ 1,00

**DESPESAS**

| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 83.436.626,66 | 83.436.626,66 | 83.436.626,66 | 83.436.626,66 | 83.436.626,66 | 83.436.626,66 | 500.619.760,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 44.625.147,83 | 44.625.147,83 | 44.625.147,83 | 44.625.147,83 | 44.625.147,83 | 44.625.147,83 | 267.750.887,00 |
| * 3.1.90.00 | APLICACOES DIRETAS | 41.140.941,33 | 41.140.941,33 | 41.140.941,33 | 41.140.941,33 | 41.140.941,33 | 41.140.941,33 | 246.845.648,00 |
| * 3.1.90.01 | APOSENTADORIAS DO RPPS, REFORMAS DOS MILITARES | 3.201.666,66 | 3.201.666,66 | 3.201.666,66 | 3.201.666,66 | 3.201.666,66 | 3.201.666,66 | 19.210.000,00 |
| * 3.1.90.03 | PENSOES DO RPPS E DO MILITAR | 500.000,00 | 500.000,00 | 500.000,00 | 500.000,00 | 500.000,00 | 500.000,00 | 3.000.000,00 |
| * 3.1.90.04 | CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO | 10.724.639,50 | 10.724.639,50 | 10.724.639,50 | 10.724.639,50 | 10.724.639,50 | 10.724.639,50 | 64.347.837,00 |
| * 3.1.90.11 | VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 23.089.159,33 | 23.089.159,33 | 23.089.159,33 | 23.089.159,33 | 23.089.159,33 | 23.089.159,33 | 138.534.956,00 |
| * 3.1.90.13 | OBRIGACOES PATRONAIS | 2.762.670,83 | 2.762.670,83 | 2.762.670,83 | 2.762.670,83 | 2.762.670,83 | 2.762.670,83 | 16.576.025,00 |
| * 3.1.90.16 | OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 3.333,33 | 20.000,00 |
| * 3.1.90.91 | SENTENCAS JUDICIAIS | 396.666,66 | 396.666,66 | 396.666,66 | 396.666,66 | 396.666,66 | 396.666,66 | 2.380.000,00 |
| * 3.1.90.92 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 4.666,66 | 4.666,66 | 4.666,66 | 4.666,66 | 4.666,66 | 4.666,66 | 28.000,00 |
| * 3.1.90.94 | INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS | 128.638,33 | 128.638,33 | 128.638,33 | 128.638,33 | 128.638,33 | 128.638,33 | 771.830,00 |
| * 3.1.90.96 | RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO | 329.500,00 | 329.500,00 | 329.500,00 | 329.500,00 | 329.500,00 | 329.500,00 | 1.977.000,00 |
| * 3.1.91.00 | APLIC DIRETA DECOR DE OPERAC ENTRE ORG,FUND E ENTI | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 20.905.239,00 |
| * 3.1.91.13 | OBRIGACOES PATRONAIS | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 3.484.206,50 | 20.905.239,00 |
| * 3.2.00.00 | JUROS E ENCARDGS DA DIVIDA | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 6.120.325,00 |
| * 3.2.90.00 | APLICACOES DIRETAS | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 1.020.054,16 | 6.120.325,00 |
| * 3.2.90.21 | JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO | 854.220,83 | 854.220,83 | 854.220,83 | 854.220,83 | 854.220,83 | 854.220,83 | 5.125.325,00 |
| * 3.2.90.22 | OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO | 165.833,33 | 165.833,33 | 165.833,33 | 165.833,33 | 165.833,33 | 165.833,33 | 995.000,00 |
| * 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 37.791.424,66 | 37.791.424,66 | 37.791.424,66 | 37.791.424,66 | 37.791.424,66 | 37.791.424,66 | 226.748.548,00 |
| * 3.3.50.00 | DIARIAS - PESSOAL CIVIL | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 3.135.000,00 |
| * 3.3.50.43 | SUBVENCOES SOCIAIS | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 522.500,00 | 3.135.000,00 |
| * 3.3.70.00 | CONTRIBUICOES | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 36.000,00 |
| * 3.3.70.41 | CONTRIBUICOES | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 36.000,00 |
| * 3.3.71.00 | TRANSFERÃ¿NCIAS A CONSÃ¿RCIOS PÃ¿BLICOS | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 10.000,00 |
| * 3.3.71.70 | RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 1.666,66 | 10.000,00 |
| * 3.3.90.00 | APLICACOES DIRETAS | 36.961.258,00 | 36.961.258,00 | 36.961.258,00 | 36.961.258,00 | 36.961.258,00 | 36.961.258,00 | 221.767.548,00 |
| * 3.3.90.05 | OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIO | 666.666,66 | 666.666,66 | 666.666,66 | 666.666,66 | 666.666,66 | 666.666,66 | 4.000.000,00 |
| * 3.3.90.08 | OUTROS BENEF. ASSIST.DO SERVIDOR OU DO MILITAR | 31.953,33 | 31.953,33 | 31.953,33 | 31.953,33 | 31.953,33 | 31.953,33 | 191.720,00 |
| * 3.3.90.14 | DIARIAS - CIVIL | 44.310,00 | 44.310,00 | 44.310,00 | 44.310,00 | 44.310,00 | 44.310,00 | 265.860,00 |
| * 3.3.90.30 | MATERIAL DE CONSUMO | 8.726.139,16 | 8.726.139,16 | 8.726.139,16 | 8.726.139,16 | 8.726.139,16 | 8.726.139,16 | 52.356.835,00 |

Módulo: ARLOA0066 Página: 1

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:19

R$ 1,00

**DESPESAS**

| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| * 3.3.90.33 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | 141.365,66 | 141.365,66 | 141.365,66 | 141.365,66 | 141.365,66 | 141.365,66 | 848.194,00 |
| * 3.3.90.35 | SERVICOS DE CONSULTORIA | 160.166,66 | 160.166,66 | 160.166,66 | 160.166,66 | 160.166,66 | 160.166,66 | 961.000,00 |
| * 3.3.90.36 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 899.765,66 | 899.765,66 | 899.765,66 | 899.765,66 | 899.765,66 | 899.765,66 | 5.398.594,00 |
| * 3.3.90.39 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 21.702.425,16 | 21.702.425,16 | 21.702.425,16 | 21.702.425,16 | 21.702.425,16 | 21.702.425,16 | 130.214.551,00 |
| * 3.3.90.41 | CONTRIBUICOES | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 6.000,00 |
| * 3.3.90.47 | OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | 1.250.016,66 | 1.250.016,66 | 1.250.016,66 | 1.250.016,66 | 1.250.016,66 | 1.250.016,66 | 7.500.100,00 |
| * 3.3.90.49 | AUXILIO-TRANSPORTE | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 2.000,00 |
| * 3.3.90.91 | SENTENCAS JUDICIAIS | 533.226,16 | 533.226,16 | 533.226,16 | 533.226,16 | 533.226,16 | 533.226,16 | 3.199.357,00 |
| * 3.3.90.92 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 231.195,00 | 231.195,00 | 231.195,00 | 231.195,00 | 231.195,00 | 231.195,00 | 1.387.170,00 |
| * 3.3.90.93 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 2.163.548,00 | 2.163.548,00 | 2.163.548,00 | 2.163.548,00 | 2.163.548,00 | 2.163.548,00 | 12.981.288,00 |
| * 3.3.90.95 | INDENIZACAO PELA EXECUCAO DE TRABALHOS DE CAMPO | 400.000,00 | 400.000,00 | 400.000,00 | 400.000,00 | 400.000,00 | 400.000,00 | 2.400.000,00 |
| * 3.3.90.98 | COMPENSAÇÕES AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOC | 9.146,50 | 9.146,50 | 9.146,50 | 9.146,50 | 9.146,50 | 9.146,50 | 54.879,00 |
| * 3.3.93.00 | MATERIAL DE CONSUMO | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 1.800.000,00 |
| * 3.3.93.39 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 1.800.000,00 |
| * 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 37.049.218,66 | 37.049.218,66 | 37.049.218,66 | 37.049.218,66 | 37.049.218,66 | 37.049.218,66 | 222.295.312,00 |
| * 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 200.867.596,00 |
| * 4.4.90.00 | APLICACOES DIRETAS | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 33.477.932,66 | 200.867.596,00 |
| * 4.4.90.33 | PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 666,66 | 4.000,00 |
| * 4.4.90.39 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 550.000,00 | 550.000,00 | 550.000,00 | 550.000,00 | 550.000,00 | 550.000,00 | 3.300.000,00 |
| * 4.4.90.51 | OBRAS E INSTALACOES | 24.926.366,83 | 24.926.366,83 | 24.926.366,83 | 24.926.366,83 | 24.926.366,83 | 24.926.366,83 | 149.558.201,00 |
| * 4.4.90.52 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 7.434.232,50 | 7.434.232,50 | 7.434.232,50 | 7.434.232,50 | 7.434.232,50 | 7.434.232,50 | 44.605.395,00 |
| * 4.4.90.61 | AQUISICAO DE IMOVEIS | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 100.000,00 |
| * 4.4.90.92 | DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 41.666,66 | 250.000,00 |
| * 4.4.90.93 | INDENIZACOES E RESTITUICOES | 508.333,33 | 508.333,33 | 508.333,33 | 508.333,33 | 508.333,33 | 508.333,33 | 3.050.000,00 |
| * 4.6.00.00 | AMORTIZACAO DE DIVIDA | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 21.427.716,00 |
| * 4.6.90.00 | APLICACAO DIRETA | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 3.571.286,00 | 21.427.716,00 |
| * 4.6.90.71 | PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 16.666,66 | 100.000,00 |
| * 4.6.90.72 | PRINCIPAL DA DIVIDA MOBILIARIA RESGATADO | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 33.333,33 | 200.000,00 |
| * 4.6.90.77 | PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIV.CONTRATUAL REFINAN. | 2.103.333,33 | 2.103.333,33 | 2.103.333,33 | 2.103.333,33 | 2.103.333,33 | 2.103.333,33 | 12.620.000,00 |
| * 4.6.90.91 | SENTENCAS JUDICIAIS | 1.417.952,66 | 1.417.952,66 | 1.417.952,66 | 1.417.952,66 | 1.417.952,66 | 1.417.952,66 | 8.507.716,00 |
| * 9.0.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 10.673.318,00 |

Módulo: ARLOA0066 Página: 2

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Cronograma Bimestral de Desembolso por Despesa (Art. 8º, da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:19

R$ 1,00

**DESPESAS**

| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| * 9.9.00.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 10.673.318,00 |
| * 9.9.99.00 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 10.673.318,00 |
| * 9.9.99.99 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 1.778.886,33 | 10.673.318,00 |

Módulo: ARLOA0066 Página: 3

## METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2.018

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Metas Bimestrais de Arrecadação - Programada/Orçado**
**(L.R.F.,Artigo 13º da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**
**Consolidação Geral**
**Tipo da Fonte de Recurso: Todos** **Esfera Orçamentária: Todas**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:20

R$ 1,00

| RECEITA | | VALORES EM R$ | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
| 1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receitas Correntes | 90.930.783,83 | 90.930.783,83 | 90.930.783,83 | 90.930.783,83 | 90.930.783,83 | 90.930.783,83 | 545.584.703,00 |
| 1.1.0.0.00.0.0.00.00.00 | Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 20.280.884,16 | 20.280.884,16 | 20.280.884,16 | 20.280.884,16 | 20.280.884,16 | 20.280.884,16 | 121.685.305,00 |
| 1.1.1.0.00.0.0.00.00.00 | Impostos | 17.149.325,33 | 17.149.325,33 | 17.149.325,33 | 17.149.325,33 | 17.149.325,33 | 17.149.325,33 | 102.895.952,00 |
| 1.1.1.3.00.0.0.00.00.00 | Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualqu | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 13.190.949,00 |
| 1.1.1.3.03.0.0.00.00.00 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 2.198.491,50 | 13.190.949,00 |
| 1.1.1.8.00.0.0.00.00.00 | Impostos Específicos de Estados/DF Municípios | 14.950.833,83 | 14.950.833,83 | 14.950.833,83 | 14.950.833,83 | 14.950.833,83 | 14.950.833,83 | 89.705.003,00 |
| 1.1.1.8.01.0.0.00.00.00 | Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/M | 6.925.897,66 | 6.925.897,66 | 6.925.897,66 | 6.925.897,66 | 6.925.897,66 | 6.925.897,66 | 41.555.386,00 |
| 1.1.1.8.02.0.0.00.00.00 | Impostos sobre a Produção, circulação de Merc Serviços | 8.024.936,16 | 8.024.936,16 | 8.024.936,16 | 8.024.936,16 | 8.024.936,16 | 8.024.936,16 | 48.149.617,00 |
| 1.1.2.0.00.0.0.00.00.00 | Taxas | 3.131.558,83 | 3.131.558,83 | 3.131.558,83 | 3.131.558,83 | 3.131.558,83 | 3.131.558,83 | 18.789.353,00 |
| 1.1.2.1.00.0.0.00.00.00 | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 1.911.872,83 | 1.911.872,83 | 1.911.872,83 | 1.911.872,83 | 1.911.872,83 | 1.911.872,83 | 11.471.237,00 |
| 1.1.2.1.01.0.0.00.00.00 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 108.677,33 | 108.677,33 | 108.677,33 | 108.677,33 | 108.677,33 | 108.677,33 | 652.064,00 |
| 1.1.2.1.04.0.0.00.00.00 | Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental | 1.803.195,50 | 1.803.195,50 | 1.803.195,50 | 1.803.195,50 | 1.803.195,50 | 1.803.195,50 | 10.819.173,00 |
| 1.1.2.2.00.0.0.00.00.00 | Taxas pela Prestação de Serviços | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 7.318.116,00 |
| 1.1.2.2.02.0.0.00.00.00 | EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 1.219.686,00 | 7.318.116,00 |
| 1.2.0.0.00.0.0.00.00.00 | Contribuições | 4.866.065,50 | 4.866.065,50 | 4.866.065,50 | 4.866.065,50 | 4.866.065,50 | 4.866.065,50 | 29.196.393,00 |
| 1.2.1.0.00.0.0.00.00.00 | Contribuições Sociais | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 11.596.393,00 |
| 1.2.1.0.04.0.0.00.00.00 | Contribuição para o Regime Próprio de Previdên RPPS | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 1.932.732,16 | 11.596.393,00 |
| 1.2.4.0.00.0.0.00.00.00 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Ilumi | 2.933.333,33 | 2.933.333,33 | 2.933.333,33 | 2.933.333,33 | 2.933.333,33 | 2.933.333,33 | 17.600.000,00 |
| 1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receita Patrimonial | 2.707.005,50 | 2.707.005,50 | 2.707.005,50 | 2.707.005,50 | 2.707.005,50 | 2.707.005,50 | 16.242.033,00 |
| 1.3.1.0.00.0.0.00.00.00 | Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 48.000,00 |
| 1.3.1.0.01.0.0.00.00.00 | Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Ta Ocupação | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 48.000,00 |

Módulo: ARLOA0065 Página: 1

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Metas Bimestrais de Arrecadação - Programada/Orçado**
**(L.R.F.,Artigo 13º da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**
**Consolidação Geral**
**Tipo da Fonte de Recurso: Todos** **Esfera Orçamentária: Todas**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:20

R$ 1,00

| RECEITA | | VALORES EM R$ | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
| 1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 | Valores Mobiliários | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 16.194.033,00 |
| 1.3.2.1.00.0.0.00.00.00 | Juros e Correções Monetárias | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 2.699.005,50 | 16.194.033,00 |
| 1.6.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receita de Serviços | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 31.337.728,00 |
| 1.6.1.0.00.0.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 31.337.728,00 |
| 1.6.1.0.01.0.0.00.00.00 | Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 5.222.954,66 | 31.337.728,00 |
| 1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências Correntes | 56.595.710,00 | 56.595.710,00 | 56.595.710,00 | 56.595.710,00 | 56.595.710,00 | 56.595.710,00 | 339.574.260,00 |
| 1.7.1.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências da União e de suas Entidades | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 122.466.797,00 |
| 1.7.1.8.00.0.0.00.00.00 | Transferências da União - Específica E/M | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 20.411.132,83 | 122.466.797,00 |
| 1.7.1.8.01.0.0.00.00.00 | Participação na Receita da União | 9.315.488,66 | 9.315.488,66 | 9.315.488,66 | 9.315.488,66 | 9.315.488,66 | 9.315.488,66 | 55.892.932,00 |
| 1.7.1.8.02.0.0.00.00.00 | Transferência da Compensação Financeira pela Recursos Naturais | 108.870,00 | 108.870,00 | 108.870,00 | 108.870,00 | 108.870,00 | 108.870,00 | 653.220,00 |
| 1.7.1.8.03.0.0.00.00.00 | Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde Repasses Fundo a Fundo | 8.620.253,33 | 8.620.253,33 | 8.620.253,33 | 8.620.253,33 | 8.620.253,33 | 8.620.253,33 | 51.721.520,00 |
| 1.7.1.8.04.0.0.00.00.00 | Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assi - FNAS | 933.597,50 | 933.597,50 | 933.597,50 | 933.597,50 | 933.597,50 | 933.597,50 | 5.601.585,00 |
| 1.7.1.8.05.0.0.00.00.00 | Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Dese Educação - FNDE | 1.385.666,66 | 1.385.666,66 | 1.385.666,66 | 1.385.666,66 | 1.385.666,66 | 1.385.666,66 | 8.314.000,00 |
| 1.7.1.8.06.0.0.00.00.00 | Transferência Financeira do ICMS - Desoneraçã 87/96 | 47.256,66 | 47.256,66 | 47.256,66 | 47.256,66 | 47.256,66 | 47.256,66 | 283.540,00 |
| 1.7.2.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências dos Estados e do Distrito Federa Entidades | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 125.827.463,00 |
| 1.7.2.8.00.0.0.00.00.00 | Transferências dos Estados - Específica E/M | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 20.971.243,83 | 125.827.463,00 |
| 1.7.2.8.01.0.0.00.00.00 | Participação na Receita dos Estados | 16.084.137,00 | 16.084.137,00 | 16.084.137,00 | 16.084.137,00 | 16.084.137,00 | 16.084.137,00 | 96.504.822,00 |
| 1.7.2.8.02.0.0.00.00.00 | Transferência da Cota-parte da Compensação F | 793.273,50 | 793.273,50 | 793.273,50 | 793.273,50 | 793.273,50 | 793.273,50 | 4.759.641,00 |
| 1.7.2.8.03.0.0.00.00.00 | Transferência de Recursos do Estado para Prog | 4.027.166,66 | 4.027.166,66 | 4.027.166,66 | 4.027.166,66 | 4.027.166,66 | 4.027.166,66 | 24.163.000,00 |

Módulo: ARLOA0065 Página: 2

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Metas Bimestrais de Arrecadação - Programada/Orçado**
**(L.R.F.,Artigo 13º da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**
**Consolidação Geral**
**Tipo da Fonte de Recurso: Todos** **Esfera Orçamentária: Todas**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:20

R$ 1,00

| RECEITA | | VALORES EM R$ | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
| | - Repasse Fundo a Fundo | | | | | | | |
| 1.7.2.8.10.0.0.00.00.00 | Transferência de Convênios dos Estados e do D e de Suas Entidades | 66.666,66 | 66.666,66 | 66.666,66 | 66.666,66 | 66.666,66 | 66.666,66 | 400.000,00 |
| 1.7.5.0.00.0.0.00.00.00 | Transf. Outras Instituições Públicas | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 91.280.000,00 |
| 1.7.5.8.00.0.0.00.00.00 | Transf. Outras Instituições Públicas - Específica | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 91.280.000,00 |
| 1.7.5.8.01.0.0.00.00.00 | Transf. Rec. Fundo Manutenção e Desenv. Edu Val. Prof. Educação - FUNDEB | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 15.213.333,33 | 91.280.000,00 |
| 1.9.0.0.00.0.0.00.00.00 | Outras Receitas Correntes | 1.258.164,00 | 1.258.164,00 | 1.258.164,00 | 1.258.164,00 | 1.258.164,00 | 1.258.164,00 | 7.548.984,00 |
| 1.9.1.0.00.0.0.00.00.00 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 2.202.139,00 |
| 1.9.1.0.01.0.0.00.00.00 | Multas Previstas em Legislação Específica | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 367.023,16 | 2.202.139,00 |
| 1.9.2.0.00.0.0.00.00.00 | Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 4.801.794,00 |
| 1.9.2.2.00.0.0.00.00.00 | Restituições | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 4.801.794,00 |
| 1.9.2.2.99.0.0.00.00.00 | Outras Restituições | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 800.299,00 | 4.801.794,00 |
| 1.9.9.0.00.0.0.00.00.00 | Demais Receitas Correntes | 90.841,83 | 90.841,83 | 90.841,83 | 90.841,83 | 90.841,83 | 90.841,83 | 545.051,00 |
| 1.9.9.0.01.0.0.00.00.00 | Aportes Periódicos para Amortização de Déficit RPPS | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 333,33 | 2.000,00 |
| 1.9.9.0.03.0.0.00.00.00 | Comp. Financ. entre Regime Geral e os Regime Previd. Serv. | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 45.000,00 | 270.000,00 |
| 1.9.9.0.99.0.0.00.00.00 | Outras Receitas | 45.508,50 | 45.508,50 | 45.508,50 | 45.508,50 | 45.508,50 | 45.508,50 | 273.051,00 |
| 2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receitas de Capital | 28.251.866,83 | 28.251.866,83 | 28.251.866,83 | 28.251.866,83 | 28.251.866,83 | 28.251.866,83 | 169.511.201,00 |
| 2.1.0.0.00.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 9.725.000,00 |
| 2.1.1.0.00.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito - Mercado Interno | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 9.725.000,00 |
| 2.1.1.2.00.0.0.00.00.00 | Operações de Crédito Contratuais - Mercado Int | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 1.620.833,33 | 9.725.000,00 |
| 2.4.0.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências de Capital | 26.631.033,50 | 26.631.033,50 | 26.631.033,50 | 26.631.033,50 | 26.631.033,50 | 26.631.033,50 | 159.786.201,00 |

Módulo: ARLOA0065 Página: 3

MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE
**Metas Bimestrais de Arrecadação - Programada/Orçado**
**(L.R.F.,Artigo 13º da L.C. 101/00)**
**Orçamento Anual do Exercício de 2018**
**Consolidação Geral**
**Tipo da Fonte de Recurso: Todos** **Esfera Orçamentária: Todas**

Data: 26/01/2018
Hora: 15:20

R$ 1,00

| RECEITA | | VALORES EM R$ | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Código | Especificação | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | 6º Bimestre | Total |
| 2.4.1.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências da União e de suas Entidades | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 120.386.201,00 |
| 2.4.1.8.00.0.0.00.00.00 | Transferências da União | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 120.386.201,00 |
| 2.4.1.8.10.0.0.00.00.00 | Transferência de Convênios da União e de suas | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 20.064.366,83 | 120.386.201,00 |
| 2.4.2.0.00.0.0.00.00.00 | Transferências dos Estados e do Distrito Federa Entidades | 6.566.666,66 | 6.566.666,66 | 6.566.666,66 | 6.566.666,66 | 6.566.666,66 | 6.566.666,66 | 39.400.000,00 |
| 7.0.0.0.00.0.0.00.00.00 | Receitas Correntes Intraorçamentárias | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 18.492.486,00 |
| 7.2.0.0.00.0.0.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 18.492.486,00 |
| 7.2.1.0.00.0.0.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 3.082.081,00 | 18.492.486,00 |
| 7.2.1.0.04.0.0.00.00.00 | CONTRIBUIÇÃO PARA O REGIME PRÓPRIO D RPPS | 1.933.747,66 | 1.933.747,66 | 1.933.747,66 | 1.933.747,66 | 1.933.747,66 | 1.933.747,66 | 11.602.486,00 |
| 7.2.1.8.00.0.0.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 6.890.000,00 |
| 7.2.1.8.01.0.0.00.00.00 | CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO RPPS DE ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 1.148.333,33 | 6.890.000,00 |

Módulo: ARLOA0065 Página: 4

## PORTARIA 074/CPSPAD/SAD/2018

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2012;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 26 de janeiro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria Nº 102/2013, de 01 de março de 2017, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 271, de 02 de março de 2016, objeto da Sindicância nº. 004/2017.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

**Secretário Municipal de Administração**

## EXTRATO CONTRATO N. 07/2018

PARTES INTERESSADAS: Fundo Municipal de Saúde Várzea Grande-MT e a Empresa COOPERATIVA DOS PESCADORES E ARTESÃOS DO PAI ANDRÉ E BOM SUCESSO, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 01.870.503/0001-80, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do procedimento de Chamada Pública nº. 06/2017, e será regido de acordo com o art. 14 da Lei Federal nº. 11.947/2009, Resolução FNDE nº. 026/2013, alterada pela Resolução nº. 4/2015, bem como na proposta da Contratada, no Processo Administrativo nº. 175/2017, no Termo de Referência nº. 004/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 480689/2017. OBJETO: Tem por objeto a contratação de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à elaboração de merenda escolar para os alunos da rede básica de ensino do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribuise o valor global estimado de R$ 386.750,00 (trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais). UO: SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.07.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0101. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.07.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0106. DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.180. ND: 3.3.90.30.07.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0108. DO: 35.03.12.365.0104. P/A: 2.283. ND: 3.3.90.30.07.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 1001. DO: 35.03.12.365.0104. P/A: 2.283. ND: 3.3.90.30.07.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0106. DO: 35.03.12.365.0104. P/A: 2.283. ND: 3.3.90.30.07.00.00 – MAT. DE CONSUMO. FONTE: 0108. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para este ato, a Servidora MÔNICA APARECIDA GONÇALVES, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0969870-1 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 627.749.301-97, Matricula nº. 108.923, cargo de Gerente de Merenda Escolar e o Servidor EVALDO MENDES, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0.568.451-0 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº. 415.701.971-72, Matricula nº. 15.612.

DATA DE ASSINATURA: 29.01.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

COOPERATIVA DOS PESCADORES E ARTESÃOS DO PAI ANDRE E BONSUCESSO

Contratada

**EXTRATO CONTRATO N. 06/2018**

PARTES INTERESSADAS: Fundo Municipal de Saúde Várzea Grande-MT e a Empresa CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 09.488.002/000146, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2017 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, vinculado à Lei nº. 8.666/93 e alterações, bem como nos casos omissos, pelos preceitos de direito público aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 480204/2017. OBJETO: Tem por objeto contratação de empresa de engenharia para execução da obra de Reforma Geral e Adequação da EMEB "Elias Domingos" localizada no Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Aparecida, BR 364, Sadia I, Zona Rural, na Cidade de Várzea Grande/MT, com intervenção numa área de aproximadamente 507,24m², em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 373.150,71 (trezentos e setenta e três mil, cento e cinquenta reais e setenta e um centavos). **UO: SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103.000. P/A: 2.088. ND: 4.4.90.39.00.00.00 – OST- PJ. FONTE: 0101/015049000.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para este ato, o senhor CLEITON RODRIGO DA COSTA ARRUDA – CREA MT nº. 038821.

DATA DE ASSINATURA: 26.01.2018.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Contratada

**PORTARIA Nº. 069/2018**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o parecer da **COMISSÃO DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**,

**RESOLVE**

**READAPTAR** em Caráter Permanente, os (as) servidores (as) abaixo relacionados (as), conforme órgão de Lotação de acordo com **Decreto nº. 28/2010,** publicado no Jornal Oficial dos Municípios de 18/05/2010, que regulamenta **o Artigo 30 da Lei nº. 1.164/1991**, de 20 de novembro de 1991 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande),

**ANA MARIA DA COSTA CUNHA,** Processo Nº. 48663/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº.2936, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.07.2017**.

**ANA LUCIA DE CAMPOS TAVEIRA,** Processo Nº. 499663/18, Professor, Matrícula Nº.2834, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **24.01.2018**.

**AUXILIADORA DIAS DE SOUZA,** Processo Nº. 99817/2012, Agente de Segurança e Manutenção, Matrícula Nº. 5208, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **02.02.2017**.

**BEATRIZ REGINA MARCHETTI,** Processo Nº. 3895/2010, Guarda Municipal, Matrícula Nº. 5380, lotado (a) na Secretaria Municipal de Defesa Social, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **22.08.2017**.

**BERNADETE DE ALMEIDA SALES DUTRA,** Processo Nº. 377498/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 6174, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **21.06.2017**.

**CRISTIANE DE FATIMA MARINHO DO NASCIMENTO,** Processo Nº. 499664/18, Merendeira, Matrícula Nº. 9271, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **24. 01.2018**.

**DALVA MARIA ARRAES ZANIN,** Processo Nº. 498605/18, Merendeira, Matrícula Nº. 9622, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.08.2017**.

**DELMIRA LEITE DE LIMA** Processo Nº. 251923/2014, Merendeira, Matrícula Nº. 10256, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **04.04.2017**.

**DURCE LENE MUNIZ DE SOUZA E SILVA,** Processo Nº 498609/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matricula Nº 11398, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, Readaptado(a) em Caráter Permanente, a partir de **19.09.2017.**

**ELIANE RODRIGUES DA S. BARROS,** Processo Nº. 498612/18, Professor (a), Matrícula Nº. 13338, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **29.01.2017**.

**EUDALIA PEREIRA DA SILVA,** Processo Nº. 498615/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 15204, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.08.2017**.

**ETNA FELIPE OLIVEIRA,** Processo Nº. 498613/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 15157, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **30.08.2017**.

**GIOVANA GARCIAS KUHN,** Processo Nº. 498616/18, Guarda Municipal, Matrícula Nº. 17896, lotado (a) na Secretaria Municipal de Defesa Social, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **26.07.2017**.

**GLORIA GONÇALINA CURADO,** Processo Nº. 498617/18, Merendeira, Matrícula Nº. 18225, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **01.02.2017**.

**GONÇALINA DE ARRUDA,** Processo Nº. 498619/18, Merendeira, Matrícula Nº. 18354, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **18.07.2017**.

**HELENA MARIA DA ROSA ARRUDA,** Processo Nº. 498620/18, Professor (a), Matrícula Nº. 19024, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de 10.10.2017.

**INES DONIZETE SALES ESTRELA,** Processo Nº. 498621/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 19695, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **01.02. 2017**.

**IZABEL CRISTINA PEREIRA BORGES,** Processo Nº. 498622/18, Professor (a), Matrículas Nº. **20023** e **20024**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **10.04. 2017**.

**IZABEL ANTUNES DE SOUZA LOPES,** Processo Nº. 371372/2016, Professor (a), Matrícula Nº. 82019, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **16.05.2017**.

**JUCINET DA SILVA ARRUDA,** Processo Nº. 498623/18, Merendeira, Matrícula Nº. 25253, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **07.07.2017**.

**LAZARA ALVES DE SOUZA,** Processo Nº. 498625/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 26810, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **07.06.2017**.

**LOURDES APARECIDA GOMES DA COSTA,** Processo Nº. 498626/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 28105, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **24.05.2017**.

**LUCIA HELENA MILANI,** Processo Nº. 498628/18, T.D.I, Matrícula Nº. 28346, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.07.2017**.

**LUSINETE MARIA DA SILVA RODRIGUES,** Processo Nº. 136693/2012, Merendeira, Matrícula Nº. 29785, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **24.10.2017.**

**LUZENIL LUCIA FERREIRA VERA,** Processo Nº. 369380/2016, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 28185, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **01.02.2017**.

**MARCIA MARIA JOSE DE CAMPOS,** Processo Nº. 498629/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 30935, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **23.05.2017**.

**MARGARETH DA COSTA FERREIRA OLIVEIRA,** Processo Nº. 498630/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 31439, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **25.07.2017**.

**MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA,** Processo Nº. 498632/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 32246, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **20.06.2017**.

**MARIA DE AMORIM RODRIGUES,** Processo Nº. 19613/11, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 32287, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **17.02.2017**.

**MARIA JOSE DOS SANTOS ARAÚJO,** Processo Nº. 19661/11, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 46652, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **14.03.2012**.

**MARIA LUSIA DE ARAÚJO VIEIRA,** Processo Nº. 121657/12, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 32086, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **13.04.2012**

**MARIZE MARQUES DE ARAÚJO MENEZES**, Processo Nº. 498634/18, Professor, Matrículas Nº. 34617 e 34618, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **01.11.2017**.

**MARLEY BORGES DOS SANTOS RODRIGUES,** Processo Nº. 498635/18, Merendeira, Matrícula Nº. 34821, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **01.07.2017**.

**MEIRE MARIA DA SILVA MAGALHAES,** Processo Nº. 498636/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 35331, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **15.08.2017**.

**NEA JOSEFINA DOS SANTOS RODRIGUES,** Processo Nº. 498637/18, Merendeira, Matrícula Nº. 36383, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **23.05.2017**.

**OSMAR DE OLIVEIRA,** Processo Nº. 498639/18, Professor, Matrícula Nº. 37988, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **29.06.2017**.

**REGINA CÉLIA MONGE DIAS,** Processo Nº. 498640/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 39429, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **07.07.2017**.

**SANDRA APARECIDA DE FIGUEIREDO,** Processo Nº. 498642/18, Professora, Matrícula Nº. 42308, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **01.02.2017**.

**SOLANGE INACIO TIMOTEO MACIEL,** Processo Nº. 265514/14, Merendeira, Matrícula Nº. 43910, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.07.2017**.

**SUZAN MEIRE BRIGIDA DE MELLO,** Processo Nº. 94461/12/18, Professora, Matrícula Nº. 31439, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **06.02.2017**.

**ULDA MARTINS DE SOUZA,** Processo Nº. 49230/11/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 45356, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **10.10.2017**.

**VANETE GONÇALINA DE PINHO,** Processo Nº. 498644/18, Professora, Matrícula Nº. 46229, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **09.05.2017**.

**VANILDA PEREIRA BATISTA,** Processo Nº. 498645/18, Professora, Matrícula Nº. 46396, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **10.03.2017**.

**KEILA MAGALHAES DE ARRUDA,** Processo Nº. 498832/18, Merendeira, Matrícula Nº. 82193, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **16.01.2018**.

**NEIDE MARIA DA SILVA SAMPAIO,** Processo Nº. 498831/18, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 84016, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **16.01.2018**.

**VASTI DOS ANJOS VERA,** Processo Nº. 261127/17, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Nº. 46482, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, Readaptado (a) em Caráter Permanente a partir de **12.07.2017**.

**REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande - MT, 26 Janeiro de 2018.

**Pablo Gustavo Moraes Pereira**

**Secretária Municipal de Administração**

**Marcos Rodrigues da Silva**

**Superintendente de Gestão de Pessoas**

---

**PORTARIA Nº 082/2018**

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

**RESOLVE**:

Art. 1°. Conceder **15 (quinze) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2015/2016**, a vigorar a partir de **05.01.2018 a 19.01.2018** ao servidor **BRENO GOMES**, matrícula n° **119271,** exercendo o Cargo em Comissão de Secretario Municipal DNS 01, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 26 de janeiro de 2018.

**MARCOS RODRIGUES DA SILVA**

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

---

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 16, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 079/2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matrícula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matrícula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 079/2017, firmado com a empresa, **METHA SUPERMERCADO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 08.206.985./0001-18, sob o NIRE nº 512.009. 856-49, cujo objeto Aquisição de Materiais de Consumo (Higiene, Sacos Plásticos, Materiais/Diversos, Descartáveis, Fraldas, Produtos de Limpeza, Acessórios e Equipamentos de Proteção Individual), para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 17, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 107/2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matricula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matricula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 107/2017, firmado com a empresa, **GASOLINI COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 03.401.442./0001-38, sob o NIRE nº 512.007.190-01, cujo objeto Adesão a Ata de Registro de Preços nº 06/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 010/2017, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que tem por objeto a Aquisição de Água Mineral Natural para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

**PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 12, DE 26 DE JANEIRO DE 2.018.**

Designa a servidora para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 072/2017 e dá outras providências.

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Designar a servidora, **RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA,** brasileira, Gerente do Almoxarifado, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 859080 SSP/MT e inscrita no CPF nº 654.631.701-00, Matrícula nº 124905, em substituição da servidora, **VANESSA KAROLINE SANTOS VIEIRA,** Técnica de Nível Superior, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2322700-1 e inscrita no CPF nº 042.090.681-95, Matrícula nº 117625,para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato nº 072/2017, firmado com a empresa **UGOLINI CAMPOS EIRELI-ME,** inscrita no CNPJ sob nº 01.354.498/0001-53, sob o NIRE nº 51200612788, cujo objeto Aquisição de Materiais de Consumo (Higiene, Sacos Plásticos, Materiais/Diversos, Descartáveis, Fraldas, Produtos de Limpeza, Acessórios e Equipamentos de Proteção Individual), para atender a Rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande/MT, a partir de 15/01/2018.

**Art. 2º** - Caberá a Fiscal do Contrato, ora designada, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

**Art. 3º -** A servidora ora designada declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

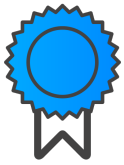
**Art. 4º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 26 de janeiro de 2.018.

**Diógenes Marcondes**

**Secretário de Saúde SMS/VG**

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Sun Jan 28 21:32:23 UTC 2018 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |